

**AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
EM TERRITÓRIOS PERIURBANOS - UM DESAFIO PARA TODOS.**

ESTUDO EMPÍRICO NAS FREGUESIAS DE MARATECA E POCEIRÃO DO MUNICÍPIO DE PALMELA.

**Esmeralda Pinto Correia**

---

**Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional,  
Especialidade Planeamento e Gestão do Território**

**Orientação Científica:  
Professora Doutora Ana Maria Viegas Firmino**

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

**MAIO, 2011**



## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

---

Lisboa, 23 de Maio de 2011

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

---

Lisboa, 23 de Maio de 2011

*À Raquel e ao Filipe*  
*que me deram a alegria de pensar e lutar*  
*por um futuro que valha a pena deixar aos próximos.*

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui se apresenta surge na continuidade de um longo percurso de investigação e, por isso, largamente partilhado. A redacção do texto que se segue é de um só autor, mas o processo que conduziu ao respectivo conteúdo envolveu um número muito grande de pessoas e instituições a quem estou grata. Gostaria, no entanto, de agradecer às pessoas mais directamente implicadas no trabalho de investigação que realizei, com o objectivo de escrever a dissertação de doutoramento.

Os primeiros agradecimentos vão para a população residente nas freguesias de Marateca e Poceirão do município de Palmela. Ao longo de todo o tempo de pesquisa foram muitas as pessoas que se dispuseram a falar de si, do território e das instituições/organizações que aí desenvolvem actividade no domínio da agricultura e do desenvolvimento territorial/local, dar acolhimento e acesso, partilhar vivências, fornecer informações, responder a entrevistas e questionários, aceitar a minha presença em muitas e diversas actividades locais e várias foram, também, aquelas com que estabeleci laços de amizade. Seria redutor tomar tudo isto apenas como matéria-prima da prática de observação ou como fonte informativa, o que, em todo o caso, tem já um valor inestimável.

Não sendo viável enumerar aqui todas essas pessoas, é indispensável a referência a dezasseis famílias com residência em Marateca e Poceirão, detentoras de explorações agrícolas, e cuja participação e todo o percurso feito no interior do Projecto IDEIAS, Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis, financiado pelo Programa Operacional da Iniciativa Comunitária EQUAL (PIC EQUAL), e apoiado pela abordagem LEADER (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), levou a que começassem a pensar, mais seriamente, em produzir em modo de produção biológico: Caseiro, Cordeiro, Costa, Delgadinho, Fonseca, Henoch, Lopes, Loureiro, Margaço, Marques, Morais, Nunes, Paulino, Pereira, Piloto e Ribeiro.

A par deles, é de elementar justiça destacar a Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Ruas pelo apoio logístico e a disponibilidade pessoal oferecidos na qualidade de coordenadora responsável do Observatório Económico e Social de Palmela; a presidente da Câmara Municipal de Palmela, Dr.<sup>a</sup> Ana Teresa Vicente e, em particular, os presidentes das Juntas de Freguesia de Marateca e



de Poceirão, Sr. Faustino Santos e Sr. José Silvério. Estes últimos, autarcas locais notáveis, de responsabilidade, convicção e lucidez encararam sempre a pesquisa no seu território com total abertura e interesse, tendo-lhe proporcionado indicações e reflexões variadíssimas. Estou igualmente grata pela disponibilidade e apoio que me concederam durante os largos períodos de realização das entrevistas, agradecimento que estendo a todos os outros entrevistados.

À Professora Doutora Ana Maria Viegas Firmino, minha orientadora, agradeço o apoio teórico e metodológico oferecido, assim como o enorme estímulo, o interesse demonstrado e a confiança que depositou, desde o início, no meu projecto de dissertação de doutoramento. À Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Serafim, todo o apoio dado no quadro do trabalho desenvolvido para o Projecto IDEIAS de que foi coordenadora responsável, juntamente com a minha orientadora. A todos os colegas da Parceria de Desenvolvimento EQUAL, da área de intervenção Marateca/Poceirão, agradeço as conversas informais e a troca de informação bibliográfica relativa ao tema do meu trabalho. Com amizade agradeço a valiosa colaboração, sugestões e tempo disponibilizados pelo Professor Doutor José António Tenedório, especialista em Sistemas de Informação Geográfica.

Fico ainda grata pelo apoio das instituições que criaram as condições materiais indispensáveis à realização do projecto de trabalho inicial: ao e-Geo, Centro de Investigação, do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e ao IDRHa, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o financiamento de uma parte da recolha e tratamento de dados e o financiamento de viagens para participar em reuniões científicas; à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a concessão de uma bolsa de doutoramento.

Finalmente, não posso esquecer aqueles que de uma forma ou de outra, me acarinharam e contribuíram com a sua parcela, na realização do presente trabalho. Um agradecimento especial à minha irmã, Paula Cristina, pela infinita paciência de ler e corrigir o manuscrito; à Ana Fernandes, Ana Pereira, Elisabete Ramalho, Frederico José Silva, Maria da Luz Ginja, Paula Real, Paulo Oliveira, Teresa Margarida Lima e Teresa Teixeira, militantes da amizade, pelo entusiasmo, contínuo apoio e cumplicidade com que sempre me honraram. A última palavra ficou guardada, como não podia deixar de ser, para o João Sàágua. A razão é simples: todo este processo foi feito com ele.

## RESUMO

**Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento em Territórios Periurbanos - um Desafio para Todos. Estudo Empírico nas Freguesias de Marateca e Poceirão do Município de Palmela.**

**ESMERALDA PINTO CORREIA**

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura sustentável, desenvolvimento local, territórios periurbanos

Actualmente estamos a viver numa época cheia de acontecimentos políticos, económicos e sociais. Fazemos parte de uma sociedade industrial e urbana caracterizada pelas grandes revoluções tecnológicas que tiveram uma enorme incidência em todos os domínios nos quais se desenvolve a vida do Homem. Esta situação tem proporcionado novos poderes e também novos perigos. Não podemos, por isso, estar mais de acordo com Rojas (1994, p. 96) quando acentua que *“Há que voltar a um humanismo coerente e comprometido com os valores, rectificar o rumo, custe o que custar”*. Esta frase reproduz aliás a essência da proposta do trabalho aqui apresentado: discutir a necessidade de levar a cabo acções concretas em torno da agricultura (particularmente, da agricultura biológica que concilia produção com conservação e preservação dos recursos naturais) como geradora de processos de desenvolvimento sustentável em meio periurbano.

O Projecto IDEIAS, *Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis* constitui o nosso objecto de estudo privilegiado. Um projecto financiado pelo Programa Operacional da Iniciativa Comunitária EQUAL (PIC EQUAL), e apoiado pela abordagem LEADER (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), que nele constitui

um quadro de referência. Este projecto procurou responder ao abandono crescente da actividade agrícola no território Marateca/Poceirão, município de Palmela, através da consciencialização, responsabilização e participação dos indivíduos e/ou das instituições, num desígnio comum, voltado para a promoção da empregabilidade no sector agrícola de públicos particularmente vulneráveis à exclusão social (jovens em dificuldades de inserção sócio-profissional – à procura do primeiro emprego, em início de actividade profissional ou desempregados – e produtores agrícolas já instalados na profissão) auxiliando-os nos seus respectivos processos de transição para a vida activa, de experimentação e de (re)qualificação e formação profissional.

Neste sentido, vamos reflectir sobre como se estrutura um processo participativo de indução ao desenvolvimento, relatando e analisando a experiência realizada no município de Palmela que, num período de três anos, aproximadamente, aplicou uma metodologia de intervenção na qual a agricultura biológica é uma peça essencial. Reflectiremos, igualmente, sobre até que ponto a experiência ali empreendida, executada em parceria, pode oferecer a possibilidade fecunda de mudança, considerando tanto os factores que potencializam (facilitam) o desejo de melhorar a realidade local como os que restringem (dificultam) a estratégia estabelecida e considerada adequada para alcançar o sucesso.

Não podemos esquecer que, na actual configuração económica, a capacidade de inovação e de aquisição de conhecimentos e competências (ou habilidades) são essenciais à evolução dos sistemas territoriais de produção. No entanto, essas capacidades facilitadoras do desenvolvimento comunitário dependem da acção colectiva dos actores territoriais. Neste contexto, reflectiremos sobre o estabelecimento de novas relações de cidadania entre produtores e consumidores, tidos como parceiros imprescindíveis no processo de mudança (em que todos se implicam e se comprometem), já que é cada vez mais notável o processo de redefinição das relações produção-consumo, assente na questão da qualidade dos alimentos e das formas sustentáveis de sua obtenção.

## ABSTRACT

**Agriculture, Environment and Development in Peri-urban Territories – a Challenge for all. Empirical Study at Marateca e Poceirão from Palmela Municipality**

**ESMERALDA PINTO CORREIA**

KEYWORDS: sustainable agriculture, local development, peri-urban territories

Our times are full with political, economic and social events. We belong to an industrialized and urban society characterized by big technological revolutions that have had a great impingement in every domains in which Humans develop their lives. This situation gave us new powers while created new dangers. I cannot agree more with Rojas (1994, p. 96) when he stresses that “*we should return to a coherent humanism, compromised with values, we must rectify our path not matter what it costs*”. This statement expresses, by the way, the essence of our work proposal: to assess the necessity of putting forward concrete actions to enhance agriculture (particularly, of a biological vintage, since it brings together production, quality, conservation and recovering of natural resources) as an activity that generates sustainable development processes in the peri-urban areas.

Project IDEIAS, (Intervention, Development, Employment, Insertion, Sustainable Activities) is the main subject of study of this thesis. This project was funded by the Operational Program of EU Initiative EQUAL (PIC EQUAL) and supported by LEADER (Liaisons between Development Action and Rural Economy), which is its reference framework. IDEIAS seeks to answer to the increasing abandon of agricultural activity at Marateca/Poceirão territory, Palmela Municipality, by making local individuals and institutions

aware, participative and accountable for these matters. This Project was also designed to promote employment in the agricultural sector of groups of individuals particularly exposed to social exclusion (young people trying to find their place both in society and in its economy – looking for a first job, beginning their professional activity, or recently unemployed – and seasoned farmers) helping them either in their transition processes towards active life, or in their re-qualification and professional formation processes.

In this vein, this work assesses the structure of the participative process that induces local development, and does this taking as a case study the experiment that took place at Palmela municipality, describing and analysing it. This experiment endured for about three years and implemented a participative methodology in which biological agriculture is a milestone. This thesis also approaches the problem of real attainability of the changes and improvements that, through the partnership, were the main objectives of that experiment. To do this, the thesis will reflect on the factors that increase (and facilitate) the will to improve local reality, and also the factors that work as obstacles (handicap) the designed strategy and considered the most adequate to reach success.

Let's not that, given the current economic context, the capacity to innovate and the capacity to acquire knowledge and skills (or abilities) are essentials to enhance the systems of territorial production. Nevertheless, these facilitating capacities of community development hinges upon territorial agents capacity to collective action. To appreciate this issue, we will elaborate on the settlement of a new citizenship relation between producers and consumers, viewed as necessary partners in this changing process, in which everybody engages and compromises with everybody else. As a matter of fact, it is more and more agreed that the re-definition process of the production – consumption relations is based on matters about the quality of the agricultural products and about the sustainability of their production processes.

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	v
Abstract .....	vii
Introdução .....	1
I   Globalização da economia, desenvolvimento sustentável e agricultura .....	13
1.1 Aspectos do actual processo de globalização em debate .....	13
1.1.1 A transformação do capitalismo no pós II Guerra Mundial .....	16
1.1.2 A supremacia do poder económico sobre o poder político .....	26
1.1.3 Os efeitos da globalização na cidadania .....	33
1.2 Em prol do desenvolvimento sustentável ... ..	38
1.3 Sustentabilidade na agricultura: o caso da Agricultura Biológica (AB) .....	49
1.3.1 Principais factos e protagonistas da história que conduziu à AB .....	51
1.3.2 Regulamentação e promoção da AB na União Europeia e em Portugal .....	63
1.3.3 Os “números” da Agricultura Biológica .....	64
1.3.3.1 O que indicam as estatísticas sobre a AB na União Europeia? .....	64
1.3.3.2 O que indicam as estatísticas sobre a AB em Portugal? .....	69
1.4 Síntese .....	79
II   Palmela entre a cidade e os campos – Elementos para uma análise contextualizada .....	82
2.1 Ontem, um pouco da sua história .....	82
2.2 Hoje, um território (periurbano) singular .....	87
2.3 Da antiga vocação agro-florestal do concelho de Palmela .....	97
2.4 “Forças” e “oportunidades” como perspectivas de desenvolvimento .....	117
2.5 “Fraquezas” e “ameaças” que afectam a actividade agrícola na actualidade .....	129
2.5.1 A pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial envolvente .....	136
2.5.2 A estrutura fundiária como condicionante do desenvolvimento .....	149
2.5.3 O sistema de comercialização como problema estrutural .....	168
2.5.4 O aumento dos problemas ambientais ligados às más práticas agrícolas .....	176
2.6 O enquadramento nos espaços rurais do continente português .....	178
III   Programas, projectos e parcerias e a sua importância no desenvolvimento local .....	198

3.1 O PIC EQUAL e as parcerias de desenvolvimento .....	198
3.1.1 Abordagem temática, princípios básicos e requisitos obrigatórios .....	198
3.1.2 A empregabilidade e o acesso e o regresso ao mercado de trabalho .....	203
3.1.3 O caderno de encargos 3 (“marketing profissional”) .....	203
3.2 A experiência da PD EQUAL do Projecto IDEIAS em foco:	
mobilização colectiva para uma agricultura sustentável e o desenvolvimento local .....	211
3.2.1 A necessidade de um projecto de intervenção local .....	211
3.2.2 O território alvo/área de intervenção .....	223
3.2.3 Breve perfil dos produtores agrícolas inquiridos e das suas famílias .....	233
3.3 A estratégia de intervenção, o desejo de melhorar a realidade .....	246
3.3.1 Para a concepção do projecto de desenvolvimento local .....	246
3.3.2 Do diagnóstico à definição das actividades e tarefas a realizar .....	249
3.3.2.1 Acções de animação e informação/sensibilização e acções de formação .....	249
3.3.2.2 “Bio-exploração”, centro de experimentação e demonstração .....	253
3.3.2.3 Acções pedagógicas junto da comunidade educativa .....	267
3.3.2.4 Acções de divulgação, com desenvolvimento de estratégias diferenciadas .....	277
 IV   Produção sustentável e consumo consciente e responsável .....	 285
4.1 Produzir localmente produtos agrícolas de qualidade .....	285
4.1.1 Razões para a conversão ao MPB .....	287
4.1.2 Exploração agrícola e práticas de gestão amigas do ambiente .....	292
4.1.2.1 Gestão de prevenção dos riscos de poluição .....	292
4.1.2.2 Gestão dos resíduos produzidos na exploração agrícola .....	299
4.1.2.3 Gestão de conservação dos recursos naturais (solo e água) .....	302
4.1.2.4 Gestão de protecção da biodiversidade e da paisagem natural .....	315
4.2 Novas formas de vender (e consumir) alimentos de qualidade .....	318
4.2.1 O comércio de proximidade através dos cabazes PROVE .....	319
4.2.2 A comercialização directa no Mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa .....	324
4.2.2.1 A produção biológica: até quando um nicho de mercado? .....	329
4.2.2.2 Mercado alternativo ou uma alternativa para o mercado? .....	338
 Considerações finais .....	 344
 Referências bibliográficas e fontes .....	 357
 Índice de figuras .....	 379
Índice de fotografias .....	381
Índice de gráficos .....	383
Índice de quadros .....	384
Anexos .....	392

## Introdução

*“Agricultura, ambiente e desenvolvimento em territórios periurbanos – Um desafio para todos. Estudo empírico nas freguesias de Marateca e Poceirão do município de Palmela”* é um projecto de investigação cujos resultados nos propomos apresentar no âmbito do Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, na especialidade Planeamento e Gestão do Território, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. O processo de selecção e maturação de uma problemática de pesquisa segue vias diferenciadas que, neste caso, decorrem primordialmente de convergências biográfico e profissionais aliadas à firme convicção pessoal sobre a pertinência social e a relevância científica da temática proposta: as estratégias locais adoptadas no processo de busca pelo desenvolvimento representam formas de intervenção e configuram linhas de actuação chave que potenciam o sucesso ou o fracasso das iniciativas de promoção do desenvolvimento<sup>1</sup>.

A frequência do programa de doutoramento coincidiu com a participação, de índole profissional, num projecto financiado pelo Programa Operacional da Iniciativa Comunitária EQUAL (PIC EQUAL), e apoiado pela abordagem LEADER (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), que nele constitui um quadro de referência. Este projecto procurou responder ao abandono crescente da actividade agrícola nas freguesias de Marateca e Poceirão do município de Palmela, através da responsabilização e participação dos indivíduos e das instituições/organizações num desígnio comum, claramente voltado para a promoção da empregabilidade no sector agrícola de públicos particularmente vulneráveis à exclusão social (jovens em dificuldades de inserção sócio-profissional – à procura do primeiro emprego, em início de actividade profissional ou desempregados – e produtores agrícolas já instalados na profissão) auxiliando-os nos seus respectivos processos de transição para a vida activa, de experimentação e de (re)qualificação e formação profissional, no quadro de uma agricultura alternativa (a agricultura em modo de produção biológico). Através do trabalho desenvolvido no âmbito do projecto mencionado, foi possível uma familiarização com a

---

<sup>1</sup> O processo de construção dessas estratégias ainda não é claro, existem dúvidas e controversas, o que instiga ao aprofundamento do conhecimento a respeito do tema. Sabe-se, porém, que o modelo de desenvolvimento que tem orientado a acção humana gerou um crescimento excessivo tal que transformou a organização social do homem e o ambiente que o rodeia. Esse processo tem feito com que o consumo dos recursos finitos da Natureza seja cada vez maior, causando a sua progressiva escassez ou mesmo exaustão e grandes impactos sociais e ambientais. O crescimento ocorrido após a Revolução Industrial foi importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Contudo, os custos desse processo também foram altos e hoje a inserção das dimensões social e ambiental no processo de desenvolvimento constitui um sério desafio. A dimensão institucional tem sido igualmente identificada como fundamental no contexto das reflexões sobre o desenvolvimento.



produção teórica existente sobre a temática do desenvolvimento local e da construção de parcerias, das políticas públicas e dos programas de apoio disponíveis, mas foi também através do contacto com as pessoas que demonstraram alguma sensibilidade para as questões sobre boas práticas agrícolas e com os responsáveis pelos órgãos de poder local (as autarquias) e outros agentes do desenvolvimento que algumas das questões canalizadas para este documento se foram sedimentando.

A responsabilização e a participação de toda a comunidade ou comunidades através da constituição de parcerias locais e, sobretudo, da definição de medidas e de acções específicas nos e para os territórios rurais expostos à proximidade de centros urbanos e submetidos a processos de transformação, que se traduzem numa rápida e desordenada urbanização e conduzem a uma forte descaracterização do espaço, parece-nos, na área de Marateca/Poceirão, poder constituir um método privilegiado de construção de uma trajectória colectiva se reunir os meios, os espaços, os processos e o poder de decisão adequados. Não é arriscado dizer que ele implica necessariamente a implementação de uma estratégia assente na proximidade para com as pessoas que vivem e/ou interagem naquela área de intervenção e na capacitação do seu potencial para planificarem e conduzirem o seu próprio processo de desenvolvimento.

Pese embora a sua especificidade, a organização das parcerias de desenvolvimento em rede como a que é imposta no âmbito do PIC EQUAL é um bom exemplo que se enquadra nesse tipo de iniciativas. No âmbito deste programa assume-se, e bem, que inovação não é só introduzir o que é novo, nem é necessariamente aquilo que traz novidade tecnológica. A inovação tem de ser referenciada às necessidades dos públicos-alvo e dos contextos em que as acções se desenvolvem e deve, também, permitir dar um salto qualitativo nas soluções. Neste tipo de projectos a inovação é, sobretudo, a adequação dos produtos finais e da acção aos objectivos, aos contextos e aos públicos. Neste sentido, poder-se-á afirmar que, a inovação só faz sentido na sua qualidade operativa de acção aplicável, útil, que contem e induz melhoria.

A pergunta é então óbvia: na sua maneira de agir, de definir objectivos, realizar escolhas e combinar meios, que Silva (2006, p. 33) denomina de “estratégia” e que prefere a outras palavras mais carregadas de significado doutrinário como intervenção, a PD EQUAL, com actuação no município de Palmela, promoveu a emergência de “respostas novas”, adequadas e úteis, aos problemas que urge solucionar a curto e médio prazo no campo de estudo considerado? Afirmativamente, a hipótese aqui colocada é a de que ela pode e deve ser pensada não somente como uma plataforma de aproximação entre actores com competências distintas e de estímulo à reflexão e à acção conjunta, mas também como uma alternativa para

um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir do envolvimento activo das pessoas, dos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento, atentos às novas oportunidades de emprego na agricultura, numa tentativa de gerar a cooperação e a partilha de responsabilidades. Este é o discurso mas, na prática, tudo é mais complexo e difícil de concretizar.

Em termos gerais, este estudo pretende alcançar os seguintes objectivos: a) compreender como se estrutura um processo participativo de indução ao desenvolvimento, relatando e analisando a experiência realizada no município de Palmela que, num período de três anos, aproximadamente, aplicou uma metodologia de intervenção (na qual a agricultura biológica é uma peça essencial) que progressivamente foi sendo abraçada pelo conjunto dos parceiros envolvidos no Projecto IDEIAS; b) investigar até que ponto a experiência ali empreendida, executada em parceria, pode oferecer a possibilidade fecunda de mudança, considerando tanto os factores que potencializam (facilitam) o desejo de melhorar a realidade local e territorial como os que restringem (dificultam) a estratégia estabelecida e considerada adequada para alcançar o sucesso.

### **Algumas palavras sobre a estratégia de investigação**

Inicialmente, em Janeiro de 2005, e durante um período de tempo mais ou menos longo, de cerca de seis meses, foram estabelecidos os primeiros contactos com alguns dos produtores agrícolas (com residência e/ou sede da exploração agrícola nas freguesias de Marateca e Poceirão, e cuja maioria viria, posteriormente, a participar nas acções levadas a cabo pelo Projecto IDEIAS) e com diversas entidades públicas e privadas (que viriam, depois, a fazer parte da lista de actores locais a entrevistar/entrevistados). Nesta primeira fase da investigação, tomar contacto com a realidade local e os seus quotidianos, o fazer amigos, o conversar e o estar entre as pessoas foram as “actividades principais”. É na expressão de Burgess (1987, p. 100) “*o desenvolvimento de relações*”. Com o intuito de construir maior proximidade e melhor relacionamento com os diferentes actores (agricultores e outros actores do território de intervenção), garantindo-nos, uma melhor qualidade na recolha de informação, na medida em que nos permitiu captar para além dos dados quantitativos, acontecimentos, práticas e narrativas, a PD EQUAL deu início às obras de instalação de um contentor nos terrenos da “Bio-Exploração”, no lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão, aberto ao público, desde Dezembro de 2005, com um horário de atendimento semanal de segunda a quinta-feira (assegurado por um técnico de animação, acompanhamento e desenvolvimento

das acções no terreno de uma das entidades constituintes da PD, a Dr.<sup>a</sup> Marta Feliciano, engenheira agrónoma, da INDE) e onde todas as quintas-feiras a equipa técnica do Projecto reunia invariavelmente.

Na verdade foi aqui que começou toda a angústia da nossa inserção. A chamada objectividade científica da investigação exigia-nos uma presença paralela (e como tal, também, prolongada) à do técnico da INDE, para observar, em primeira mão, os acontecimentos, as situações, as pessoas, sem que para os investigados, sobretudo os destinatários finais do Projecto IDEIAS, isto tivesse qualquer sentido específico, tanto mais que algumas das nossas actividades de investigação nem sempre eram coincidentes com as actividades que tínhamos de desempenhar no interior da PD EQUAL. Tratava-se, evidentemente, nesta fase da investigação, de uma observação directa, na qual procurámos privilegiar a informalidade, pois como Costa (1986, p. 138) defendemos que “*a pesquisa de terreno é, em boa medida, a arte de obter respostas sem fazer perguntas. As respostas obtêm-se no fluxo da conversa informal e da observação directa, participante e continuada*”. Desde logo surgiu o confronto com um problema que dentro do contexto era necessário ultrapassar e que dizia respeito à criação de um estatuto autónomo, ainda que relativo, que viesse a possibilitar condições favoráveis ao exercício da nossa actividade de investigação, já que no terreno ou éramos a “*colega da Marta da INDE*”, ou éramos a “*funcionária do IDRHa*”, ou qualquer outra significação de referência imediata ao próprio Projecto. Para tal, consideramos que a utilização de formas de abordagem paralelas era essencial para não ficarmos limitadas pelos diferentes papéis que assumíamos - o de “profissional em desenvolvimento” e o de “investigadora”. No âmbito da estratégia de investigação que adoptámos as formas de abordagem paralela foram, então, desenhadas tendo por base uma aproximação a três distintos universos, onde se triangulou:

- a) um inquérito aplicado por meio de inquirição pessoal (directa) aos produtores agrícolas e respectivos agregados familiares (ver Anexo 1: *Formulário do inquérito aplicado aos produtores agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão*, que inclui a *ficha de caracterização das explorações agrícolas – ano agrícola de 2007-2008* e o *inquérito aos jovens que vivem no agregado familiar dos produtores agrícolas inquiridos*);
- b) um inquérito administrado por entrevista directa aos responsáveis pelos órgãos de poder local (as autarquias) e outros agentes do desenvolvimento, não apenas de base estritamente local, mas também aqueles cuja acção, embora possuindo um âmbito geográfico mais alargado, exercem importantes influências a nível local (ver Anexo 2:

*Esquema geral das entrevistas efectuadas aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento);*

- c) um inquérito por questionário aos consumidores de produtos biológicos realizado no local e momento do Mercado Biológico do Príncipe Real, em Lisboa (ver Anexo 6: *Formulário do inquérito aplicado aos consumidores urbanos – a procura de produtos de agricultura biológica*).

No que diz respeito à recolha de dados junto dos produtores agrícolas, importa esclarecer que, já com a preocupação de aplicar o instrumento de recolha de informação, foram primeiramente inquiridos os produtores agrícolas ligados às actividades do Projecto IDEIAS, tendo como base uma pequena lista de agricultores locais (num total de 44) elaborada a partir das acções de animação e informação/sensibilização para uma agricultura de qualidade realizadas no âmbito do referido Projecto. Os contactos foram realizados pessoalmente e optámos por solicitar aos poucos agricultores que entrevistámos que contactassem e informassem outros, com residência e/ou sede da exploração agrícola nas freguesias de Marateca ou Poceirão, quanto aos objectivos do nosso inquérito que estava a ser realizado no âmbito de uma investigação académica. Criou-se, assim, uma rede de intermediários que facilitou a localização e a abordagem dos mais 46 produtores agrícolas locais para inquirição pessoal (directa).

O Inquérito aplicado aos produtores agrícolas teve como finalidade a recolha de informação através da qual fosse possível não só conhecer a posição dos agricultores em relação a determinados assuntos relacionados com a actividade agrícola, como também compreender quais as suas atitudes, percepções e comportamentos face à importância e ao papel da agricultura na possível reinterpretação de um novo espaço rural, que se desenha e vem ganhando força nos últimos anos, através da adesão a novas práticas agrícolas incentivadas pelas recentes reformas da PAC e, especificamente, pelas Medidas Agro-Ambientais. Complementarmente, procedeu-se ao preenchimento da ficha de dados relativa às explorações agrícolas. Ao longo de toda a campanha agrícola de 2007-2008, com o objectivo de preencher correcta e integralmente a referida ficha foi, então, necessário realizar várias deslocações (mínimo de duas e máximo de três) às explorações agrícolas. Este procedimento permitiu observar a conformidade das situações relatadas pelo produtor agrícola (e anteriormente registadas na ficha) com as situações observadas pelo inquiridor no interior da própria exploração agrícola. Também recolhemos alguns depoimentos de jovens à procura do

primeiro emprego, no início de actividade profissional ou desempregados, e que em 2006 residiam no agregado familiar dos produtores agrícolas inquiridos. O objectivo era, aqui, detectar até que ponto uma nova geração de agricultores pode ser, nos dias de hoje, mera expectativa ou o prenúncio de uma nova realidade em que alguma transformação se adivinha. Para tal considerámos as razões que os jovens de ambos os sexos, entre os 15 e os 24 anos, apresentam para “*serem agricultores*” ou “*arranjarem um emprego fora da agricultura*”, bem como as avaliações que esses mesmos jovens formulam sobre a actividade profissional dos pais, o modo de vida no meio rural e as motivações que podem levar os jovens a abandonar a agricultura.

Junto de algumas instituições/organizações seleccionadas com base em critérios de natureza diversa, institucional, de poder local e de administração territorial, cooperativa e associativa<sup>2</sup>, foram levados a cabo alguns contactos (realizados primeiramente por escrito e mais tarde, pessoalmente), nos quais solicitámos a colaboração de um representante legal da instituição/organização a entrevistar para uma “conversa” subordinada ao tema genérico “*Agricultura, ambiente e desenvolvimento. Que futuro para os territórios (rurais) do município de Palmela?*”, explicando os objectivos do trabalho de investigação que estávamos a realizar e da própria entrevista. A finalidade era conseguir com que outro tipo de relacionamento com essas mesmas instituições/organizações fosse motivado e que a sua confiança fosse ganha através de veículos de investigação, que tomados como reais, aumentassem a nossa aceitação - uma porta

---

<sup>2</sup> No critério de natureza institucional, de poder local e de administração territorial, impunha-se a escolha dos responsáveis pelos órgãos de poder local, como é o caso da Presidente da Câmara Municipal de Palmela, que a par das grandes transformações verificadas nos últimos anos, assume para o seu município um modelo de desenvolvimento que passa pela valorização do mundo rural, da economia agrícola e dos produtos locais; dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Marateca e de Poceirão, detentores de um conhecimento muito especial do território de estudo; e, ainda, dos directores de serviço, engenheiros agrónomos e técnicos da administração ao nível local e regional, como é o caso da Direcção de Serviços de Agricultura ou da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, da DRARO, seleccionados pelas suas actividades profissionais e/ou por possuírem conhecimentos específicos sobre determinados aspectos da realidade rural e agrícola local. Enveredou-se, no critério de natureza cooperativa, pela escolha da Cooperativa Agrícola de Palmela, por ser aquela a mais antiga cooperativa existente neste município; da Adega Cooperativa de Palmela, por produzir uma apreciável quantidade de vinho, que comercializa em Portugal e no estrangeiro e por ter já recebido vários prémios nacionais e internacionais, mas, fundamentalmente, porque entre as inúmeras adegas de grande dimensão do município de Palmela, para além das familiares, é a adega com maior número de associados, e que garante a sobrevivência de mais de 390 famílias rurais; e da Hortisete – Cooperativa de Produtores e Hortofruticultores Unidos da Península de Setúbal, com sede em Poceirão, por ser uma referência local e regional. Para o critério de natureza associativa optou-se, particularmente, pela escolha dos representantes de associações e organizações de agricultores, como é exemplo a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, com sede em Poceirão, ou a Associação de Apoio aos Pequenos Agricultores de Poceirão, as quais muito têm lutado para defender a agricultura local, e, por fim, da Associação dos Viticultores do Concelho de Palmela, considerando a sua especificidade representativa (ou seja, os viticultores do município) e como percepciona o desenvolvimento local articulado com a realidade agrícola da região. Optou-se, ainda pela escolha da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, ADREPES, com sede em Palmela, por ser a entidade responsável pela gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Local e ainda gestora dos projectos ligados ao LEADER+.

que iria permitir aceder a outros tipos de contactos mais espontâneos e informais, onde de resto se revelou grande parte do significado específico do discurso dos envolvidos no processo de desenvolvimento local e das interacções em volta deste, dentro de um quadro onde a teia de relações institucionais é bastante complexa e onde as relações de poder se tornam difusas.

A forma de selecção dos actores locais a entrevistar/entrevistados enquadra-se numa primeira fase de procedimento designado por amostragem intencional, ou seja os respondentes (“informadores privilegiados”) incluídos no primeiro grupo, num total de doze, foram seleccionados de uma forma deliberada e não aleatoriamente, e tendo em atenção que esta era, cremos, a forma mais adequada e eficaz para melhor atingir os objectivos estabelecidos. Numa segunda fase, e a partir do núcleo seleccionado inicialmente, teve lugar um processo de amostragem em bola de neve, no qual os entrevistados indicavam outros possíveis interlocutores preferenciais que consideravam com características apropriadas para participarem no estudo. De uma lista de vinte actores locais assim reunidos, doze acederam a ser entrevistados o que permitiu o gradual desenvolvimento do trabalho.

As entrevistas realizadas foram na sua globalidade gravadas (o que permitiu ao entrevistador concentrar-se mais na entrevista do que em registar ou anotar as opiniões que ao longo da conversa iam sendo expressas) e tiveram uma duração média de sessenta minutos. Estas podem ser consideradas focalizadas e parcialmente estruturadas, uma vez que as questões colocadas (individual e oralmente) foram em número reduzido e não eram totalmente abertas, seguindo um guião elaborado em função das questões a considerar na investigação<sup>3</sup>. A fim de recolher a informação desejada, e considerando a competência das pessoas que respondem sobre a problemática em estudo, deixou-se os entrevistados falarem abertamente do modo que mais lhes conviesse, mas tentando sempre que as suas respostas não se

---

<sup>3</sup> A estrutura base da entrevista remete para três questões essenciais. A primeira relativa às considerações sobre o modo como os inquiridos percebem tanto a evolução da actividade agrícola e a sua mais valia económica e social, como as transformações ocorridas no município de Palmela, através de uma análise retrospectiva, últimos vinte anos, e da situação actual, estabelecendo-se também uma análise das perspectivas de evolução a curto e médio prazo. A segunda relacionada com as percepções sobre o caminho que a agricultura deverá seguir para se manter e desenvolver, estrangulamentos e factores propícios a esse caminho, num território em que o sector agrícola tem ainda um papel importante e em que existe uma forte tradição rural/agrícola. O objectivo desta discussão prende-se não só com a perspectiva de escutar distintos actores locais quanto à sua experiência e avaliação sobre quer os aspectos mais problemáticos da actividade agrícola, no seu modelo actual, quer o potencial de uma agricultura alternativa, de qualidade e sustentável, como motor de promoção do desenvolvimento económico e social para a área citada. Mas também de colocar em discussão os factores que podem condicionar ou, pelo contrário, potenciar a conversão dos agricultores ao modo de produção biológico. E a terceira directamente ligada às questões de políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural ou, mais genericamente, de políticas de intervenção em áreas rurais. E, também, de estratégias de actuação possíveis e viáveis, com o objectivo de promover uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento sustentável local.

afastassem dos objectivos que previamente havíamos estabelecido. Nesta perspectiva, o guião foi importante para manter a entrevista dentro dos limites do tema em estudo. E embora a abordagem fosse sempre a mesma para todas as entrevistas, a duração e os resultados obtidos não foram uniformes. Na realidade, alguns indivíduos foram muito abertos e conversadores, enquanto que outros foram mais reservados e responderam estritamente às perguntas feitas, sem acrescentar considerações pessoais ou outros comentários.

A parte empírica desta investigação teve, ainda, o propósito de recolher informação junto dos consumidores urbanos, através da aplicação de um inquérito por questionário levado a cabo no local e momento do Mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa, no último sábado do mês de Novembro do ano de 2007. Os inquéritos foram aplicados de forma directa aos interpelados que declararam ser consumidores (frequentes ou ocasionais) de produtos de agricultura biológica com dois objectivos específicos: identificar quais as razões que levam aqueles consumidores a comprar esses produtos e, ao mesmo tempo, avaliar o potencial dos consumidores urbanos na redefinição dos processos produtivos locais.

Cabe aqui também referir que como “investigadora”, e no estabelecimento de uma linha de actuação comum, tentámos ser não directivas, ouvintes simpáticas, participantes passivas e, sobretudo, inquisitivas e ávidas de saber tudo o que os outros nos quisessem dizer, não só porque não fizemos segredo da nossa investigação, como divulgámos mesmo que a investigação era o nosso maior centro de interesse. Como “profissional em desenvolvimento” estávamos ali para “*acompanhar as diferentes fases de realização do Projecto IDELAS, de modo a produzir e sistematizar conhecimentos relevantes à problemática do desenvolvimento local em áreas de transição rural-urbano*”<sup>4</sup>, pelo que torná-los inteligíveis para os intervenientes<sup>5</sup> era o nosso principal compromisso profissional com a PD EQUAL e, em particular, com o IDRHa. Deste modo, quer o aparelho conceptual e a problematização da teoria quer a metodologia de investigação

---

<sup>4</sup> Protocolo de Colaboração entre o IDRHa, do MADRP, e o e-Geo, Centro de Investigação em Geografia e Planeamento Regional, da FCSH, da UNL.

<sup>5</sup> Daí, por exemplo, a comunicação apresentada à Rede Portuguesa Leader+, para participação no Seminário Recíproco, realizado na Sala de Congressos do Balneário Rainha D'Amélia, em São Pedro do Sul, Viseu, intitulada “*Proposta de Redacção da Carta Ética para uma Produção Agrícola de Qualidade. Área de Intervenção do Projecto IDELAS*” (inserido no Cd-rom “Guia Conceptual e Metodológico do Projecto RE.CI.PRO.CO”, produzido pelo IDRHa/Rede Portuguesa LEADER+); a comunicação apresentada ao IDRHa, para participação no III Fórum IDEIAS, Intervenção, desenvolvimento, emprego, inserção, actividades sustentáveis, realizado no Centro Cultural de Poceirão, em Palmela, intitulada “*O Projecto IDELAS, visto pela Parceria de Desenvolvimento – a perspectiva do IDRHa/ e-Geo, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, da FCSH-UNL*”; o documento de trabalho apresentado ao IDRHa, com o título “*Relatório de Campo - a pesquisa de terreno, anos 2007 e 2008*”; o Documento de trabalho apresentado ao IDRHa, com o título “*Proposta de índice para o guia metodológico de apoio à intervenção em territórios de transição rural-urbano*”.

utilizados (implicando a recolha e análise de informação sobre o objecto de estudo) não foram definidos segundo um modelo construído previamente à “ida ao campo”, mas sim por um conjunto de referências tornadas pertinentes a partir das condições do terreno. Estas suscitaram pesquisas em sentidos diversos, o que resultou num arranjo específico entre a teoria e a prática. Em termos gerais, a concepção acima referida corresponde ao entendimento da prática (observação) de investigação científica como actividade de produção de enunciados cognitivos de um género particular, o daqueles que se faz questão de elaborar pelo accionamento conjunto da teoria e da observação e sujeitos ao crivo destas.

Por outras palavras, e fugindo à falsa suposição de que seria o contacto directo com a realidade do campo de estudo empírico que nos daria um objecto de pesquisa e apontaria um caminho seguro a percorrer, reconhecemos que, no caso aqui tomado, o percurso de investigação seguido (e que está na base do trabalho que aqui agora apresentamos) nos conduziu à defesa de uma teoria da prática, sendo já hoje geralmente aceite, no debate epistemológico e em certa medida na actividade de produção científica, que todos os enunciados, incluindo os das ciências sociais, são enunciados interpretativos. Entendemos hoje, tal como May (2001), que os trabalhos de investigação científica devem resultar de uma associação entre os dois níveis, ao invés de um saber empírico ou de uma investigação feita em prol de uma determinada concepção teórica previamente definida.

Foi, pois, neste enquadramento geral que a abordagem do terreno se efectuou. Em consequência, a parte empírica desta investigação foi feita tendo em atenção os aspectos organizacionais e sistémicos do campo de observação, mas também a auscultação dos indivíduos, das instituições/organizações e outras formas de interacção menos formalizadas. Procurámos pela utilização de todos estes meios fugir à possibilidade de uma visão comprometida, muito embora estejamos conscientes de que a leitura que fizemos será, como em qualquer outro trabalho de terreno, subjectiva. Ao considerar que o desenvolvimento e a agricultura bem poderão ser construídos sobre bases sustentáveis, dentro de uma nova visão e de um novo paradigma, e que existem factores que determinam a sustentabilidade económica, social, ambiental ou ecológica, que devem estar presentes em qualquer processo local de desenvolvimento, colocámo-nos junto das premissas do “*desenvolvimento comunitário*”. Expressão que tomaremos, aqui, em sentido amplo, acolhendo elementos do que é também usual nomear-se de desenvolvimento endógeno e desenvolvimento participativo, mas à semelhança de Silva (2006, p. 103), repudiando quer a lógica de auto-suficiência típica de algumas derivas do primeiro quer a euforia de base que espreita em certas celebrações do segundo, e que



relativizámos face aos acontecimentos no terreno e face às nossas próprias concepções teóricas e conhecimento experimental acumulado. A outros, neles incluídos os que gentilmente se constituíram de uma forma ou de outra em objecto de estudo, caberá julgar se conseguimos preservar o distanciamento necessário.

## Estrutura do trabalho

O texto deste trabalho estrutura-se em 4 capítulos, que correspondem aos pilares de análise que erigem e sustentam a pesquisa desenvolvida, enquadrados por uma introdução e uma conclusão. O capítulo I é de cariz eminentemente contextualizante das grandes e profundas transformações resultantes do processo de globalização, que alterou substancialmente o modo do homem se relacionar com o mundo, e de alguns dos pressupostos teórico-ideológicos em que esta dissertação assenta. Assim, inicia-se este capítulo com uma rápida discussão sobre algumas das questões que envolvem o famoso processo de globalização nos dias de hoje e apresenta-se, ainda que de forma sucinta, o contexto histórico que nos trouxe até ao presente estágio, privilegiando-se a análise da transformação do capitalismo no pós II Guerra Mundial. Assumindo a centralidade e o polimorfismo do processo de globalização, a estratégia argumentativa passa por destacar que a concepção de Estado-Nação tem vindo a ser revista e que o que é prejudicial é uma pretensa homogeneização que a predominante linguagem do mercado livre procura produzir e sedimentar, em articulação com as questões da cidadania na era global e do desenvolvimento sustentável.

Seguidamente, no mesmo capítulo, reforça-se a ideia do desenvolvimento sustentável enquanto marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizacional da Humanidade. O tema da agricultura (e em particular, o da agricultura biológica) apresenta uma boa oportunidade para ampliar essa discussão. Na UE a competitividade e a rentabilidade agrícolas forma constantemente impulsionadas, levando os agricultores (em certas actividades que a isso estariam mais adoptadas) a intensificar o uso de tecnologia de modo a permitir tirar o máximo partido dos investimentos e do solo disponível. Mas, entretanto, quase tudo mudou: a agricultura europeia em si mesma e o que lhe está associado. Os preços garantidos aos agricultores para produzirem quantidades quase ilimitadas pertencem ao passado, tal como as exportações subvencionadas para o mercado mundial de enormes excedentes resultantes do sistema. A implementação de medidas inspiradas no modelo produtivista da agricultura do

pós-guerra, em que os recursos alimentares escasseavam, deu lugar à reforma da PAC de 1992 e à reforma da Agenda 2000 que anunciava já a necessidade futura de uma outra reforma, na qual se evocam políticas agro-ambientais e de desenvolvimento rural que se concretizam com a reforma de 2003. Estas grandes reformas da PAC proporcionaram importantes potencialidades de desenvolvimento para o sector da agricultura biológica, até então com uma expressão marginal. Com a entrada em vigor da regulamentação relativa ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios, em 1992, contam-se por dezenas de milhares as explorações agrícolas que desde então se converteram a este modo de produção agrícola, tendência que se deverá manter nos próximos anos. Paralelamente, o interesse dos consumidores e do comércio pelos produtos da agricultura biológica aumentou significativamente (CE, 2008, p. 5).

Neste sentido, pareceu-nos fundamental conhecer as origens da agricultura biológica. É esse o objectivo primordial com a apresentação dos principais factos e protagonistas da história que conduziu a este modo de produção agrícola. Num cenário de grande mutação de princípios e ideais, como o que se vive actualmente, talvez não surpreenda muito também que desde a consciencialização por parte dos mentores políticos europeus, sobre a necessidade de se corrigir alguns dos resultados das medidas preconizadas para a agricultura, e que tão fortemente vêm influenciado o mundo rural, até ao esboço de políticas alternativas ou complementares tenha sido um passo relativamente curto, considerando-se a dimensão da problemática em causa. Assim, e no sentido de perceber a evolução da agricultura biológica na UE, analisaremos as principais alterações que ocorreram numa vertente importantíssima da promoção desse tipo de agricultura: a legislação. Esta análise será transporta para Portugal ao tentarmos perceber quais as suas implicações na agricultura biológica portuguesa. De seguida, passaremos à análise dos “números” da agricultura biológica, por área abrangida e número de operadores biológicos que são, talvez, os melhores indicadores para percebermos verdadeiramente a aderência dos agricultores a este modo de produção na UE e em Portugal.

O capítulo II é inteiramente dedicado à análise do contexto de aplicação da “estratégia” para a mobilização colectiva para uma agricultura sustentável e o desenvolvimento local num concelho de feição periurbana, em transição rural-urbano: o concelho de Palmela. Se é verdade que Palmela é um dos concelhos da AML (margem Sul) em que se verificou uma dinâmica demográfica e urbanística assinalável, não é menos verdade que este preserva ainda extensas áreas rurais do seu território, mantendo a agricultura, a criação de gado e a floresta como actividades económicas importantes. Para além das principais alterações observadas no tecido

socio-económico palmelense, a vocação agro-florestal do concelho está também em análise. Assim, destacam-se as “forças” e “oportunidades” como perspectivas de desenvolvimento, bem como as “fraquezas” e “ameaças” que afectam este sector da economia local. Para enunciar bem esta última questão é necessário insistir na análise da pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial envolvente; da estrutura fundiária como condicionante do desenvolvimento; dos sistemas de comercialização como problema estrutural e do aumento dos problemas ambientais ligados às más práticas agrícolas. Por fim, procede-se ao seu enquadramento nos espaços rurais do continente português.

No capítulo III o que se pretende apresentar é, antes de mais, um conjunto articulado de análises resultantes de uma investigação de duração prolongada, desenvolvida no decurso do Projecto IDEIAS, um projecto onde cada um se implica e se compromete, que vem justamente chamar a atenção para a importância da responsabilização e da participação dos usuários envolvidos e interessados, na formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento, não só como forma de *empowerment*, mas também como vontade de encontrar soluções para uma situação que se pretende resolver, mobilizando os recursos e as energias disponíveis. Inicialmente, recorre-se a dados de natureza quantitativa (nomeadamente, os dados do directório de projectos EQUAL e a base de dados de projectos que desenvolveram abordagens centradas na mobilização colectiva para a reestruturação sectorial (agricultura) e o desenvolvimento local consideradas “boas práticas”) para uma análise do PIC EQUAL em Portugal. De seguida, com base em dados de natureza essencialmente qualitativa, apresenta-se a experiência da PD EQUAL do Projecto IDEIAS.

Num mundo em que a globalização é a “palavra do dia”, no último capítulo da dissertação, o capítulo IV, ressalta-se a importância da produção sustentável e do consumo consciente e responsável. Por um lado, dá-se conta do processo de mobilização dos agricultores para efectuarem a conversão ao MPB. Por outro lado, referenciam-se novas formas de vender (e consumir) alimentos de qualidade, através do comércio de proximidade (cabazes PROVE) e da comercialização directa de produtos “bio” (mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa).

Este projecto de investigação constitui, assim, um contributo para explorar uma temática ainda pouco estudada no nosso país - a agricultura biológica como uma oportunidade de desenvolvimento em territórios periurbanos – e abrir caminho para outras pesquisas vindouras sobre o tema.

### 1.1 Aspectos do actual processo de globalização em debate

Vivemos hoje num período de grandes e profundas transformações, resultado de um fenómeno que alterou substancialmente o modo de nos relacionarmos com o mundo. Fenómeno que também possibilitou, graças essencialmente ao seu domínio tecnológico, além de um incremento gigantesco das transacções comerciais e financeiras entre todos os actores do cenário geopolítico internacional, via uma forte desregulamentação da economia mundial, uma íntima conexão entre gramáticas sociais localizadas e práticas de cunho global. Não obstante o seu nítido aspecto polissémico, esse processo revela-se dominado e moldado por uma linguagem acentuadamente económica e financeira, a qual modificou de forma substancial a figura tradicional do Estado-Nação. Este encontra-se agora submetido a uma nova ordem internacional, onde impera a força das grandes corporações transnacionais e na qual antigas fronteiras ou barreiras proteccionistas são absorvidas por um suposto mercado livre, questionando assim o próprio princípio da soberania. Este citado fenómeno é vulgarmente denominado de “globalização”.

Para Chesnais (1997) o termo “globalização” é vago, ambíguo e cheio de conotações. Já a palavra “mundial” define com mais precisão a ideia de que vivemos num período de grandes e profundas transformações resultantes da integração a nível mundial. A mundialização, adverte, é “do capital”, e o autor faz questão absoluta do complemento (não por acaso, *La Mondialisation du Capital* é o título do seu famoso livro). Em *Globalization in Question. The International Economy and the Possibilities of Governance*, Hirst e Thompson (1999) argumentam que por detrás do vocábulo “globalização” existe efectivamente pouca coisa e revelam acreditar que a realidade da economia mundial é mais internacional do que globalizada.<sup>6</sup> Como já se adivinha, trata-se, igualmente, de questionar a neutralidade do conceito de globalização, mas por razões substancialmente diferentes daquelas levantadas por

---

<sup>6</sup> Numa economia “internacional”, os actores principais seriam economias nacionais (organizadas segundo algum esquema de divisão internacional do trabalho sob a hegemonia e o aval de uma Nação líder). Numa economia “globalizada”, ao contrário, os actores principais seriam grupos transnacionais suficientemente ágeis para escapar a qualquer tipo de regulação ou controle e que provocariam, por isso, o declínio do poder dos Estados, gerando um sistema ingovernável. A ideia de uma economia globalizada representa, segundo Hirst e Thompson, uma situação que leva inexoravelmente ao caos e à destruição (e que é, no limite, inteiramente irracional). Isso, evidentemente, facilita o enquadramento da globalização como “*pura ideologia*” ou como um “*mito*” que não corresponde à realidade efectiva do capitalismo contemporâneo (realidade essa que não está ainda inteiramente dominada pelas forças cegas e irracionais de um processo de objectivação que se tece à revelia do arbítrio dos agentes económicos, elites empresariais e políticas inclusive).

Chesnais (que é um dos maiores críticos do capitalismo financeiro). Hirst e Thompson (1999, p. 18) afirmam que a globalização não é nada mais do que um novo “*turn*”, dentre os muitos que marcam a história recente do capitalismo. Sendo assim, a insistência na tese de uma nova etapa, radicalmente distinta e mesmo revolucionária, em que as economias nacionais e as respectivas estratégias domésticas de política económica seriam inexoravelmente tragadas pela “aldeia global”, só se torna compreensível em função da sua força mistificadora, circulando esta ao redor do mundo com o objectivo de ludibriar a credulidade e o bom senso dos mais incautos. Assim, se para Chesnais o termo globalização é apologético, para Hirst e Thompson ele é puramente ideológico. E, ao contrário do pragmatismo algo optimista que Hirst e Thompson apresentam ao longo dos nove capítulos do seu livro<sup>7</sup> relativamente a eventuais lógicas de evolução do processo de globalização em curso (possibilidades de controle da economia internacional e viabilidade das estratégias de política nacionais), Chesnais (1997, p. 286) mostra-se sombrio quanto ao futuro, advertindo na última página da sua obra para a possibilidade de uma decadência económica e social irreversível, caso as forças vivas da sociedade não venham a reagir eficazmente.

Na realidade, várias posturas analíticas têm sido alinhavadas. Sem pretender que esta arrumação faça plena justiça à totalidade das posições enunciadas sobre o tema, talvez seja útil para o efeito registar aqui a classificação proposta por Held e McGrew (2003) que contrapõe o grupo dos “apologistas” ao grupo dos “cépticos”. Os “apologistas” da globalização defendem este processo como um novo tempo-espço que abre possibilidades para a realização dos indivíduos através do progresso social e económico (com melhores padrões de vida), da inovação tecnológica (maior facilidade de locomoção, de contacto com o mundo, de ganho de tempo, de acesso à informação, etc.) e da liberdade cultural (com a escolha de diferentes padrões de comportamento e sistemas de valores). Os “cépticos”, pelo contrário, acentuam que a globalização é responsável pelo aumento da pobreza, da violência e da destruição ambiental, é destruidora das tradições locais, provoca uma homogeneização cultural sem precedentes e subordina os países mais pobres aos mais ricos. Os primeiros possuem uma clara concepção dos desenvolvimentos técnicos propiciados pelo capitalismo global, porém minimizam as consequências socioeconómicas e as políticas negativas para os indivíduos neste contexto. Os segundos, através de uma postura idealista, afirmam que a globalização é determinada pelo neoliberalismo e negam as positivities daquele processo.

---

<sup>7</sup> A título de exemplo, na página inicial do capítulo *Globalization – a Necessary Myth?*, Hirst e Thompson escrevem: “*Este livro é escrito com uma mistura de cepticismo acerca dos processos económicos globais e de optimismo acerca das possibilidades de controle da economia internacional e da viabilidade das estratégias de política nacionais*”.

Para além destas duas posturas, Held e McGrew (2003) reconhecem que existem também visões fragmentadas da globalização que a compreendem apenas como formação de blocos regionais de poder (domínio económico) ou somente como o desenvolvimento da economia informacional (domínio tecnológico) ou como um processo exclusivamente cultural, ou ainda significando apenas a vitória do mercado (domínio ideológico). Contudo, uma visão efectivamente crítica da globalização deverá levar em consideração que este é um fenómeno multidimensional que diz respeito não só ao domínio económico, mas também tecnológico, político, social, cultural, educacional ou outro.

Vários autores concluem, em geral, que globalização é um dos conceitos em voga na actualidade (muito utilizado nos discursos intelectual, político e, até mesmo, jornalístico), sendo o seu significado, frequentemente, reduzido ao aspecto económico-financeiro. Quer isto dizer que a popularização da expressão não serviu para esclarecer o seu conteúdo. Ao contrário, serviu apenas para apontar ao senso comum características superficiais do termo e dos diversos aspectos que envolvem o conceito. Para Henriques (1998), por exemplo, o termo “globalização” parece apropriado para indicar uma característica básica da mudança em curso nas práticas e nas normas da comunidade internacional iniciada no pós II Guerra Mundial, mas actualmente muito acelerada. Se o sistema internacional se centrava antes exclusivamente nos Estados com jurisdição sobre um determinado território e população, passou agora a estar “globalizado”, na medida em que surgiram novos actores que operam à escala planetária. Deste ponto de vista, ao conceito de globalização não são indiferentes vários outros, designadamente o de ordem internacional e, no âmbito deste, os de formas emergentes de poder e governação. Trata-se dos enquadramentos em que parece útil suscitar (ou, pelo menos, equacionar) questões de fundo relativas ao processo de integração global a que assistimos, que liga pessoas, instituições/organizações e comunidades em todos os pontos do mundo. E este é, decerto, o quadro em que tanto as perguntas quanto as respostas se revelam mais interessantes neste nosso mundo que é um só e que, segundo o filósofo australiano Singer (2004), está a ficar cada vez mais pequeno, dada a velocidade a que os acontecimentos se realizam no tempo e no espaço.

Perspectivando as transformações globais como um crescendo de interdependências detenhamo-nos de seguida, ainda que de forma sucinta, no contexto histórico que nos trouxe até ao presente estágio, privilegiando a transformação do capitalismo no pós II Guerra Mundial.

### 1.1.1 A transformação do capitalismo no pós II Guerra Mundial

Dornelas (2006, p. 158) diz-nos que a globalização, que tem aparecido como uma nova linha de rumo para a organização da economia nos mais diferentes países do mundo, nem é um fenómeno recente, nem acontece pela primeira vez. Para alguns autores a globalização é, aliás, um fenómeno bem antigo que surgiu com as grandes viagens marítimas dos séculos XV e XVI, a partir das quais exploradores, burgueses e governantes europeus submeteram as terras conquistadas do chamado Novo Mundo à dinâmica da política económica mercantilista, integrando colónias e metrópoles no comércio mundial. Outros acreditam que a origem da globalização remonta à segunda metade do século XIX, aproximadamente, quando as grandes economias capitalistas iniciaram a primeira grande onda de investimentos no exterior, inaugurando o que se convencionou chamar de Imperialismo.

Após a II Guerra Mundial, a nova configuração geopolítica mundial, a concentração do poder económico do capitalismo num pequeno número de países e a disponibilidade e vontade dos EUA, como potência económica dominante, de liderar um processo de reforma do sistema monetário e financeiro internacional, levaram ao lançamento das bases de uma nova era da globalização através do acordo de *Bretton Woods*<sup>8</sup>. Porém, em grande parte das abordagens, esta nova fase da globalização só se começou a afirmar sob a forma que a conhecemos actualmente depois de terminar a “Guerra Fria” – período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os EUA e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da II Guerra Mundial, em 1945, e a extinção da União Soviética, em 1991 –, tendo chegado até aos nossos dias como um fenómeno que configura uma nova ordem nas relações económicas a nível mundial, entre as nações, seus mercados e capitais financeiros.

De certa forma, a globalização apresenta-se como elemento do capitalismo contemporâneo baseado na ideologia neoliberal e num plano de acção que compreende práticas de desregulamentação, liberalização e privatização dos Estados. Para o historiador britânico Anderson (2004), o neoliberalismo, o capitalismo na sua nova forma, nasceu logo depois da II Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, tendo sido uma reacção teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O texto de origem é *The road to serfdom*, de Friedrich August von Hayek, escrito em 1944. Tratar-se-ia de

---

<sup>8</sup> Este acordo realizado em New Hampshire, EUA, em Julho de 1944, estabeleceu as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados e tinha como objectivo assegurar a estabilidade monetária internacional e criar uma nova ordem económica mundial.

uma dura crítica contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado<sup>9</sup>, limitações essas vistas como uma ameaça letal à liberdade não somente económica mas também política. Desafiando a ideia central da época, de pesada intervenção estatal, este economista lembrava que a desigualdade era um valor positivo (na realidade imprescindível em si), pois disso precisavam os países ocidentais para criar e manter o desenvolvimento económico. Argumentava ele que o novo igualitarismo, promovido pelo Estado do bem-estar social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade de concorrência da qual dependia a prosperidade de todos. Este pensamento permaneceu na teoria neoliberal por mais de vinte anos, com o pressuposto básico de que as forças do mercado se regulavam a si próprias e não cabia ao Estado essa tarefa. Pelo contrário, era necessário reduzi-lo ao máximo, afastá-lo da gestão de diversos sectores da economia, com a desregulamentação e eliminação de restrições e controles a que estavam sujeitas as transacções comerciais e financeiras internacionais.

Na análise de Rodrigues e Teles (2008), o neoliberalismo é apresentado como um projecto intelectual e político de alcance global que teria como ambição o regresso ao *laissez-faire*, elegendo o mercado como o grande regulador económico e social. Mas de onde ele surge? Historicamente, o neoliberalismo é filho do liberalismo. O liberalismo surgiu e desenvolveu-se nos séculos XVII e XVIII (com os escritos de John Locke e Adam Smith) em oposição à monarquia absoluta (esta, fundada na ideia de hierarquia divina, social e natural e baseada na estrutura feudal de produção, bem como numa concepção teocrática do poder). Baseado na ideia de que os seres humanos são, por natureza, livres e iguais, o direito liberal rompe com a ideia de direito divino do monarca e, portanto, com a hierarquia estabelecida. O exemplo clássico deste rompimento foi a Revolução Francesa de 1789. Em lugar de uma submissão cega ao poder e à vontade do rei, criou-se a noção de direito civil, onde há regras que valem para todos, privilegiando o indivíduo, a liberdade e o direito natural à propriedade. Em Inglaterra, com a Revolução Industrial, inicia-se um processo ininterrupto de produção colectiva em massa, de lucro e acumulação de capital que se expandiria pelo mundo a partir do século XIX. O declínio do liberalismo clássico foi vertiginoso a partir de 1929, aquando da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e subsequente Grande Depressão dos anos 30.

---

<sup>9</sup> A tese central da obra de Hayek é a de que todas as formas de colectivismo (seja o nazismo ou o socialismo) levam inevitavelmente à tirania e à supressão das liberdades, conforme aliás já se evidenciava à época pelos exemplos da Alemanha nazista, da União Soviética e dos demais países do bloco comunista. Face à concentração de poder nas mãos de um limitado número de burocratas, divergências acerca da implementação das políticas económicas levariam inexoravelmente ao uso da força pelo governo para que as suas medidas fossem toleradas. O fracasso das políticas assim instituídas seria sempre justificado pela falta de poder estatal para vencer as resistências aos planos, o que acabava por levar ao uso ainda mais extensivo da violência contra os divergentes e à imposição de restrições à população em geral. Apenas numa sociedade onde o mercado estivesse submetido tão-somente à ordem espontânea, oriunda do estabelecimento voluntário de relações entre as pessoas, conjugava-se o progresso económico e liberdades civis.



Nesta altura, as teorias que pressupunham, ao mesmo tempo, uma forte intervenção do Estado na economia e na sociedade ganham forças<sup>10</sup>.

Em 1944, diante da iminência de uma segura vitória militar na II Guerra Mundial (conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo, incluindo todas as grandes potências), os aliados convocaram a conferência monetária e financeira de Bretton Woods, onde 44 países assinaram um acordo para organizar o sistema monetário internacional que consistiu em estabelecer uma paridade fixa entre as várias moedas do mundo e o dólar, que poderia ser convertido em ouro pelo Banco Central dos EUA<sup>11</sup>. Para além disso, foram criadas várias instituições<sup>12</sup> que desempenharam e continuam ainda a ter um papel central no desenvolvimento do sistema comercial, monetário e financeiro internacional. Procurava-se também resolver os problemas mais imediatos do pós-guerra. Com esse objectivo, o presidente Truman dos EUA lançou o Plano Marshall que estabelecia uma ajuda de cerca de 17 biliões de dólares a serem concedidos aos países devastados pela guerra. A recuperação económica foi possível pela combinação desse auxílio externo com os planos de austeridade e saneamento colocados em prática pelos governos europeus.

Actualmente, alguns historiadores económicos, como Brenner (2002), questionam os verdadeiros motivos e os efeitos gerais daquele Plano, acreditando que os benefícios de reconstrução europeia foram na verdade o resultado das políticas de *laissez-faire* que permitiram a estabilização dos mercados através do crescimento económico. Seja como for, a economia internacional passava então por um momento favorável, com a internacionalização do capital e com significativo crescimento económico e do Estado ocorrido até ao final dos anos 1960. O modelo Keynesiano manteve, neste contexto histórico, a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. Conforme explicitado por Castells (2003a, p. 288), o Keynesianismo levou prosperidade económica sem precedentes e estabilidade social à maior parte das economias de

---

<sup>10</sup> Recorde-se aqui que no livro *General Theory of Employment, Interest and Money*, datado de 1936, o inglês John Mayard Keynes defendia a intervenção do Estado nas economias capitalistas de modo a evitar os crescimentos insustentáveis e a conciliar o altruísmo social liderado pelo Estado com a procura do lucro individual através da iniciativa privada. Estas ideias foram aplicadas, quase simultaneamente, pelo *Plano New Deal* do presidente Franklin Roosevelt, uma série de programas implementados nos EUA, entre 1933 e 1937, com o objectivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e pelo governo Nacional Socialista da Alemanha de Hitler que, de 1934 a 1937, conseguiu acabar com o desemprego, sem provocar inflação, adoptando um deficit orçamental que chegou a atingir 5% do PIB alemão.

<sup>11</sup> À medida que as economias da Europa e do Japão foram recuperando dos desastrosos efeitos da II Guerra Mundial e que os países subdesenvolvidos se emanciparam das potências imperialistas, passando a agir como entidades económicas independentes, uma série de deficiências do acordo de Bretton Woods começaram a ficar claras. O acordo deixou de vigorar a partir de 1971, quando o presidente norte-americano, Richard Nixon, não permitiu mais a conversão automática de dólares em ouro.

<sup>12</sup> O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (que, mais tarde, se transformou no Grupo do Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, os quais viriam a entrar em funcionamento em 1946.

mercado durante quase trinta anos pós-guerra. Na verdade, entre 1945 e 1970, observou-se um esforço prático considerável para expandir os meios e o nível de produção em todo o mundo. Nesse período, o PIB chegou a ser o principal instrumento de medição do crescimento económico que, por sua parte, se havia convertido no principal indicador do desenvolvimento da economia. Este período do pós-guerra foi o marco da fase expansionista do capitalismo.

Já na década de 1970, mais especificamente no período entre 1971-73, Hirst e Thompson (2003, p. 335) constataam um substancial aumento dos empréstimos bancários e dos investimentos em títulos públicos internacionais. Assiste-se à internacionalização dos mercados de capitais que se junta à complexa estrutura das relações económicas internacionais, decretando a autêntica globalização de uma economia interdependente e integrada. Entretanto, a chegada da grande crise do modelo económico do pós-guerra, com o choque do petróleo, em Outubro de 1973, tudo mudou. Foi quando o mundo capitalista avançado caiu numa longa e grande recessão combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento da economia com altas taxas de inflação. A crise económica generalizada que se seguiu após 1973 mostrou ao mundo que os governos tinham limites muito mais estreitos do que se imaginava, até então, para a condução da política económica. É neste contexto que as teorias que defendiam uma redução da acção do Estado na economia ganharam de novo força. Os governos não podiam mais manter os pesados investimentos que haviam realizado após a II Guerra Mundial (tinham agora deficits públicos, balanças comerciais negativas e inflação).

É necessário, porém, considerar que a expansão económica mundial sofreu outros grandes choques. Segundo Wallerstein (1998), um deles ocorreu aquando da “revolução” de 1968 que teve por suporte o prolongamento do crescimento do pós-guerra e iniciou-se, por ventura, nos EUA, o país mais desenvolvido do mundo, mas cujas estruturas culturais tinham ficado aquém da evolução social. A natureza deste movimento era, antes de mais, anti-autoritária (isto é, de *“contestação aos poderes autoritários”*, para usar uma expressão de Manuel VillaVerde Cabral)<sup>13</sup>. A instabilidade política passada por diversos países em 1968 (como em Maio, na França, por exemplo) surgiu da sensação de que o desenvolvimento nacional não havia ocorrido. Como temas comuns aos movimentos de insurreição registre-se a proposta contra a hegemonia dos EUA no sistema mundial e o protesto contra a ineficiência dos chamados movimentos da “velha esquerda” (ou “esquerda histórica”) que haviam chegado ao poder em diferentes versões em todo o mundo (a social-democracia no Ocidente, o comunismo no Leste e os movimentos de libertação nacional no Sul). Estes movimentos eram atacados por não conseguirem transformar realmente o mundo como haviam prometido. De

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.scribd.com/doc/2829283/maio-de-1968-manuel-villaverde-cabral/>.

alguma maneira, para Wallerstein (1998, p. 120), os manifestantes que participaram das diversas insurreições acreditavam que os referidos movimentos haviam alcançado os objectivos políticos formais que historicamente se haviam proposto (em particular, o poder estatal) mas muito claramente não haviam alcançado aquela igualdade humana maior que supostamente era a razão para tomarem esse mesmo poder.

Outro grande choque foi a estagnação económica mundial no período 1970-90. De acordo com Hobsbawm (1996, p. 393), a história dos vinte anos após 1973 é a história de um mundo que perdeu as suas referências<sup>14</sup>, registando-se o agravamento das desigualdades sociais e económicas à escala global, sendo que, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a assumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos EUA, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial. A instabilidade, a incerteza e a estagnação passam a compor o cenário ordinário do capitalismo desde então. Como reconhece Anderson (2004, p. 10), qualquer balanço actual do neoliberalismo só pode ser provisório. Ainda assim, este autor avança com um veredicto acerca da sua actuação nos países mais ricos do mundo: *“Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objectivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (...). Este fenómeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa dos seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes”*. A partir disso, surge uma indagação: qual o sistema emergente? Esta é uma questão que polariza o debate intelectual internacional, numa era em que novas formas de organização da vida social se insinuam. Uma das respostas possíveis consiste, segundo Giddens (1999), na chamada *“terceira via”* que fica entre a social-democracia (a velha esquerda) e a nova direita (o neoliberalismo). A concretização completa deste programa, que visa chamar a atenção para um novo caminho que se deve encontrar na política

---

<sup>14</sup> Em *A History of the World, 1914-1991. The Age of Extremes*, Hobsbawm divide a história do século XX em três eras: a *“Era da catástrofe”* marcada pelas duas grandes guerras mundiais, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e económico da URSS surgia como alternativa histórica ao capitalismo e, ainda, pela virulência da crise económica de 1929; a *“Era do ouro”*, das décadas de 1950 e 1960, que viria a viabilizar e estabilizar o capitalismo, sendo responsável pela extraordinária expansão económica e pelas profundas transformações sociais entretanto observadas; a *“Era do desmoronamento final”*, entre 1970 e 1991, na qual caem por terra os sistemas institucionais que preveniam e limitavam o *“barbarismo”* contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia económica e abrindo portas a um futuro incerto.

(aspecto ainda mais premente após a queda dos regimes comunistas) e a sua respectiva avaliação estão, como é natural, ainda por fazer.

Mas para retomar, de um outro ângulo, algo que atrás foi dito, talvez seja útil reflectir sobre o “novo alento” no mundo capitalista avançado. Segundo Anderson (2004, p. 7), não podemos ignorar o efeito combinado de dois acontecimentos entendidos pelos adeptos do neoliberalismo como prova decisiva da derrocada das economias administradas pelo Estado, numa altura em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente se tornavam cada vez mais óbvios. O primeiro foi a queda do muro de Berlim, a 9 de Novembro de 1989, com tudo o que simbolizou em termos políticos, económicos e ideológicos (evidentemente, muitos aspectos anteriores já indiciavam uma nova era económica em formação). A sua destruição deitou abaixo não apenas o muro material; mais do que isso, rompeu com o mais significativo símbolo da Guerra Fria: a bipolarização. O segundo acontecimento foi a desintegração da URSS, em 1991 (projecto socialista já em questionamento no próprio país desde início da década de 1980). A inspiração do projecto de desenvolvimento planeado, centralizado e nas mãos do Estado foi definitivamente condenado na ocasião.

Temos assim que a opção político-ideológica pelo neoliberalismo e a crença na inevitabilidade da globalização, na sua versão neoliberal, se tornou hegemónica durante os anos 1990. A partir de então, a ideia de que a nova ordem mundial representa a vitória do capitalismo e o “fim da História”<sup>15</sup> tornou-se muito forte e veio reforçar o chamado Consenso de Washington. Numa análise sobre a consolidação das reformas neoliberais, Grinspun e Kreklewich (1998, p. 80) defendem que o objectivo daquelas era promover a “*internacionalização do Estado*”, pois trata-se de um processo global por meio do qual as políticas e práticas nacionais têm vindo a ajustar-se às exigências da economia mundial de produção internacional. Afinal, como referem os autores, sob o pretexto de atender às regras da cartilha neoliberal, o Estado foi sistematicamente desfazendo-se das suas funções básicas, passando da função de protector das economias nacionais e provedor do bem-estar social à de criador de condições para o livre mercado e a adaptar-se ele próprio às transformações estruturais da economia mundial.

---

<sup>15</sup> Teoria iniciada no século XIX por Friedrich Hegel e retomada no final do século XX por Francis Fukuyama ao afirmar que a democracia liberal ocidental se firmou como a solução final do governo humano, significando, nesse sentido, o “fim da História” da Humanidade. Após o fascismo e o socialismo atingiu-se o ponto culminante da evolução da Humanidade – com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes. Em oposição à proposta capitalista liberal restavam apenas alguns vestígios de nacionalismos (mas sem possibilidade de significarem um projecto para a Humanidade) e o fundamentalismo islâmico (restrito ao Oriente e a países periféricos).

A ideia dessas reformas neoliberais está no cerne do debate que envolve o já referido Consenso de Washington que reuniu, em Novembro de 1989, diversos economistas, de perfil liberal, pertencentes a instituições financeiras sediadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA. O objectivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, era discutir as reformas necessárias para que os países daquela região atingidos pela crise económica retomassem o caminho do crescimento. Às conclusões dessa reunião é que se daria, posteriormente, a denominação informal de Consenso de Washington. O programa de ajuste e de estabilização proposto para aquele contexto geográfico incluía medidas económicas e financeiras reformadoras que, segundo o prémio Nobel de Economia em 2001, Joseph Stiglitz (2002), estavam perfeitamente alinhadas com a política hegemónica dominante nos países centrais do sistema mundial desde o início dos anos 1980. E que podemos resumir nas seguintes receitas essenciais: o corte da despesa pública, a redução da inflação, a venda de empresas públicas, a atracção das aplicações de capital estrangeiro, a abertura comercial e a liberalização cambial e das taxas de juro.

Entretanto, os mais ardorosos defensores das políticas então preconizadas, hoje já concordam que a ajuda não atingiu os objectivos e, em vários casos, piorou a situação dos países que a receberam. No prefácio do Relatório *Economic Growth in the 1990s – Learning from a decade of reforms*, datado de 2005, Gobind Nankani, vice presidente do Banco Mundial, escrevia: “*não há um único conjunto universal de regras. Temos que nos afastar de fórmulas pré-estabelecidas e da procura por melhores práticas ilusórias*” (2005, p. xiii). A evidência empírica pôs à luz que os factores que contribuem para o crescimento são inúmeros e interdependentes. Logo, o controle do crescimento era mais complicado do que se podia imaginar. Em 2008, a Comissão para o Crescimento e Desenvolvimento Económico, apoiada pelo Banco Mundial, e com base no êxito observado em diversos países<sup>16</sup>, repetiu essas conclusões no relatório *Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development* (CCDE, 2008, p. 2) ao afirmar que para o crescimento e desenvolvimento económico não existe uma fórmula genérica e que cada país tem características e experiências históricas específicas que devem ser reflectidas na sua estratégia de crescimento. Note-se, porém, que é exactamente em relação à questão do papel do governo neste processo que surge algumas das características mais controversas. Por um lado, o desenvolvimento económico é um fenómeno altamente complexo, envolvendo inúmeras variáveis que participam de maneira não totalmente conhecida e que transformam a

---

<sup>16</sup> Brasil, Botswana, China, Hong Kong (China), Indonésia, Japão, Coreia, Malásia, Malta, Oman, Singapura, Taiwan (China) e Tailândia.

experiência do desenvolvimento num fenómeno típico de cada país. Por outro lado, o próprio modelo de crescimento aparentemente se altera ao longo do tempo. Numa passagem do referido relatório pode ler-se: *“Incertos acerca de como modelar as economias em desenvolvimento, suspeitamos também que o modelo correcto muda com o tempo. Uma economia em rápido crescimento é um alvo em movimento”* (CCDE, 2008, p. 29). Desta forma, identificar previamente como as economias responderão aos estímulos não é fácil, além de que a resposta correcta hoje pode não ser a resposta correcta no futuro: *“As más políticas de hoje são, muitas vezes, as boas políticas de ontem aplicadas tempo demais”* (CCDE, 2008, p. 29).

Dentro desse quadro, qual deve ser então a estratégia de crescimento e qual o papel do governo dentro da estratégia escolhida? Como anteriormente dito, décadas atrás prevalecia a percepção de que os governos deveriam fazer o mínimo possível e deixar a tarefa do crescimento económico para o sector privado. A Comissão opõe-se a essa visão, afirmando o seguinte: *“Mas a nossa opinião acerca do que é um governo eficaz é algo diferente. Os aspectos relativos à competência e à motivação não podem ser postos de lado. Eles também não podem ser atendidos escrevendo-se simplesmente ‘compete ao governo’. O nosso modelo de economia em desenvolvimento é, nesta altura, demasiado primitivo para que seja sensato definir o que é que os governos devem fazer”* (CCDE, 2008, p. 30). Ora, não existindo um único modelo que possa ser aplicado e que este é um modelo que vai mudando ao longo do tempo, não será tarefa fácil para um governo definir qual a direcção que deve ser seguida e quais as directrizes estratégicas que devem ser adoptadas.

Além das tradicionais funções assumidas pelo governo (relativas à saúde, educação, segurança, etc.), a definição de questões mais estratégicas de desenvolvimento implicando mecanismos de financiamento de sectores estratégicos, questões regionais de desenvolvimento, adopção de incentivos para determinados sectores, questões ligadas à mobilidade da mão-de-obra, ao fortalecimento das instituições e à promoção de um clima adequado para o crescimento, entre outras, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento económico, onde qualquer governo deve ter uma participação muito importante. A estabilidade macroeconómica, bem como o fortalecimento de uma rede de promoção social e consequente promoção de melhor distribuição de rendimento, também se identificam por entre as características que promovem o desenvolvimento. Esta ideia é, aliás, acentuada pela Comissão quando esta afirma que: *“Nós acreditamos que a equidade e a igualdade de oportunidades são ingredientes essenciais das estratégias do crescimento sustentável”* (CCDE, 2008, p. 60). Os resultados produzidos pelo estudo efectuado pela referida Comissão reflectem sobretudo as dificuldades e complexidades que o processo de crescimento e desenvolvimento económico traz. É um desafio muito importante para todos aqueles que se debruçam sobre o tema (políticos,

economistas, empresários, administradores públicos e outros) devendo as ideias preconcebidas ser evitadas, pois sabemos ainda relativamente pouco para tirar conclusões e prescrever receitas universais.

Dado o exposto, torna-se claro que o pacote de desenvolvimento convencional – o Consenso de Washington – seja cada vez mais considerado indefensável como conjunto de prescrições universais, embora ainda impere em muitos lugares (PNUD, 2010, p. 21). As tendências do pensamento actual acerca do desenvolvimento reconhecem que não há soluções universais, que as compensações às reformas políticas variam com as circunstâncias e que têm de ser identificadas e desenvolvidas localmente as estratégias apropriadas. O domínio dos países sobre si mesmos é, agora, visto como vital porque, sem ele, as reformas não são sustentáveis e porque a falta de envolvimento dos países na formulação das políticas significa que estas são inerentemente inapropriadas. Tais argumentos, como realça Rodrik (2006), constituem um profundo desvio em relação à abordagem de tipo universal do Consenso de Washington. Eles remetem-nos também para a dimensão ética e política dos problemas económicos prementes do nosso tempo, contrapondo-se à visão de que a economia deve ser avaliada apenas sob o ângulo da eficiência, já que envolve também questões de justiça e moralidade (além de questionar a concepção convencional de desenvolvimento).

As visões mais restritas de desenvolvimento (como a do crescimento do PIB *per capita*) passam ao largo da importante concepção de que liberdades substantivas (como é exemplo a liberdade de participação política) estão entre os elementos constitutivos do desenvolvimento. Mas é agora quase universalmente aceite que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem ser avaliados somente pelo rendimento. Como se pode ler no prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, publicado pelo PNUD: “O rendimento é, obviamente, crucial: sem recursos, qualquer progresso é difícil. Contudo, devemos também avaliar se as pessoas conseguem ter vidas longas e saudáveis, se têm oportunidades para receber educação e se são livres de utilizar os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos” (Clark, 2010, p. iv). Este tipo de concepção mais abrangente do desenvolvimento está naturalmente presente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, que mede o grau de desenvolvimento alcançado pelos diferentes países do mundo, classificando-os em países desenvolvidos (com elevado desenvolvimento humano), países em desenvolvimento (com desenvolvimento humano médio) e países subdesenvolvidos (com desenvolvimento humano baixo)<sup>17</sup>. Além de incluir o

---

<sup>17</sup> O conceito de “desenvolvimento humano” é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano publicado anualmente pelo PNUD. No Relatório de 2010, Portugal ocupa a quadragésima posição do ranking, num total de 169 países (PNUD, 2010, p. 151).

PIB *per capita*, corrigido pelo poder de compra de cada país, o IDH engloba a esperança de vida à nascença e o acesso ao conhecimento, este último avaliado pelo índice de anos médios de estudo e o índice de anos esperados de escolaridade.

De acordo com Lindauer e Pritchett (2002), embora não exista um consenso actual acerca das políticas de desenvolvimento, estão a surgir novas tendências que apontam claramente para o regresso a um papel mais activo para as políticas públicas e a um objectivo de desenvolvimento mais humanitário. As sementes desta próxima “grande ideia” podemos encontrá-las na agenda (para a acção política e para a investigação) para além de 2010 que consta do citado Relatório de Desenvolvimento Humano. Esta reafirma a relevância inabalável do desenvolvimento humano para o século XXI (PNUD, 2010, p. 105). Do lado da acção política<sup>18</sup> realça a necessidade de uma abordagem com base em princípios (em particular, o da equidade e da redução da pobreza que devem estar no plano da frente e não serem um complemento); a importância do contexto local, particularmente a capacidade estatal e o contrato social dentro de um país; e, por fim, a importância das forças globais, nomeadamente a governação, ajuda e parcerias globais (porque numerosos desafios estão para além da capacidade dos Estados individuais, a tais desafios deve ser aplicado um sistema de administração global que promova a responsabilização democrática, a transparência e a inclusão dos países menos desenvolvidos, e que vise um ambiente económico global, estável e sustentável). Do lado da investigação<sup>19</sup> sugere a necessidade da recolha de melhores dados e de análises para servirem de apoio aos debates; a procura de uma alternativa às abordagens convencionais ao estudo do desenvolvimento, que reconheça o seu carácter multidimensional e considere metas relacionadas com o bem-estar humano e o crescimento no curto e no longo prazo; e, ainda, o aumento do entendimento da relação entre desenvolvimento humano e as noções de capacitação, desigualdade, vulnerabilidade e sustentabilidade. Nesta agenda para o futuro que se concentra nas políticas e na investigação, *“Colocar pessoas no centro do desenvolvimento é mais do que um exercício intelectual – significa tornar o progresso equitativo e alargado, permitindo que as pessoas se tornem participantes activos na mudança e assegurando que os resultados não são atingidos à custa das gerações futuras. Fazer face a estes desafios não só é possível como é necessário – e mais urgente do que nunca”* (PNUD, 2010, p. 124). Cabe destacar, a seguir, que a concepção de Estado-Nação tem vindo a ser revista e que o que é prejudicial é uma pretensa homogeneização que a predominante linguagem do mercado livre procura produzir e sedimentar.

---

<sup>18</sup> Veja-se PNUD, 2010, pp. 107-116.

<sup>19</sup> Veja-se PNUD, 2010, pp. 117-124.



### 1.1.2 A supremacia do poder económico sobre o poder político

Grande parte da história política do século XX foi dominada pelo debate sobre o que deveria ser o âmbito e a força do Estado (Santos, 2007, p. 422). Se para uns, o Estado é já uma entidade obsoleta e em vias de extinção ou, em qualquer caso, muito fragilizada na sua capacidade de organizar e regular a vida social; para outros, o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania é muito selectiva, como, sobretudo, porque a própria institucionalização da globalização (das agências financeiras multilaterais à desregulação da economia) é criada pelos Estados-Nação. No nosso entender cada posição destas capta apenas uma parte do processo de globalização em curso e nenhuma delas faz jus às transformações oriundas desse mesmo processo, pois estas são não só contraditórias como incluem tanto processos de estatização (a tal ponto que poder-se-á afirmar que o Estado nunca foi tão importante como hoje) como processos de desestatização (em que interacções, redes, fluxos transnacionais da maior importância ocorrem actualmente sem qualquer interferência significativa do Estado).

É, no entanto, difícil não concordar com Santos (2007, p. 379) quando este afirma que, desde a última metade do século XX, a observação da realidade sociopolítica aponta claramente para o facto de que o Estado-Nação vem perdendo gradativamente as suas prerrogativas e funções, pressionado na sua soberania pelos gestores e accionistas extremamente ricos e poderosos das empresas multinacionais<sup>20</sup>, mais interessados nos lucros da produção de bens e serviços e na acumulação do capital, proporcionados pelo sistema de mercado capitalista, do que no bem-estar dos cidadãos como um todo. Com efeito, não há como negar, na actual fase do capitalismo, a globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações transnacionais<sup>21</sup>. Consideradas por Sklair (1991, p. 6) como veículos do capitalismo global, as corporações transnacionais (da mesma forma que os grupos de países ligados por interesses comuns e os consórcios regionais que estabelecem relações comerciais

---

<sup>20</sup> Adoptaremos neste texto indistintamente as designações “empresas multinacionais”, “empresas transnacionais” e “corporações transnacionais”. Considera-se que esta é uma questão meramente terminológica. A designação empresa multinacional sugere-nos que esta é uma empresa pertencente a múltiplas nações. Contudo, embora uma empresa multinacional actue em muitos países, ela tem a sua origem num único país. Daí o uso frequente do termo transnacional para designar essa empresa, já que ele indica que ela transita por várias nações ou que vai para além das fronteiras do seu país de origem. Por sua vez, a designação corporação indica não apenas uma única empresa, mas sim uma associação ou conjunto de várias empresas em ramos, muitas vezes, diferentes, mas que se unem para explorar o mercado a nível mundial.

<sup>21</sup> A cadeia de *fast food* McDonald's, por exemplo, possui 32 mil restaurantes em 117 países (Disponível em <http://www.aboutmcdonalds.com/mcd/our-company.html>).

privilegiadas entre si e actuam de forma conjunta no mercado internacional<sup>22</sup>) vêm tomando conta de todo o cenário político mundial. Além disso, os seus orçamentos são muitas vezes superiores aos da grande maioria dos Estados. Em verdade, como o principal *locus* de práticas económicas transnacionais (Sklair, 1991, p. 71), as corporações acabam por controlar países e regiões, principalmente, em razão da mobilidade do capital, ocasionando verdadeiras crises económicas quando descontentes com a política de determinado país.

Conquanto alarmantes possam ser consideradas tais premissas, é relevante notar que muitos são já os teóricos e os estudiosos do tema que chamam a atenção para a premente necessidade de agências reguladoras de diferentes países cooperarem entre si a fim de obterem sucesso no controle das grandes corporações. Henriques (1998, p. 2) defende mesmo que o processo de globalização encontra-se hoje numa nova e complexa fase que oferece grandes oportunidades aos agentes económicos, mas que acarreta grandes riscos de descontrolo. Dentro desse contexto, percebe-se que as corporações tornaram-se mais conscientes do seu poder e esforçam-se, cada vez mais, por estender a sua influência global aos mais diversos mercados. Como observam alguns autores, a actuação dessas corporações está voltada para a manutenção do capitalismo através do aumento contínuo da produção e do comércio internacional, assim como do garante do ambiente e das condições políticas para a sua actuação. É isso que indica Garret (2003, p. 384), ao afirmar que as grandes empresas e os grupos que comandam as transformações em curso envolvem-se na política dos chamados países hospedeiros condicionando, muitas vezes, a gestão dos governos nacionais. Tal acaba não só por comprometer a capacidade de coordenação política e de promoção do desenvolvimento por parte dos Estados, como também torna os governos menos efectivos na formulação de políticas sociais que venham ao encontro das necessidades criadas pela lógica do mercado. Sob esta óptica, o declínio do poder do Estado contribui para o surgimento de uma nova matriz geopolítica, na qual se estrutura um novo quadro macroeconómico e político-institucional de alcance mundial liderado pelas empresas multinacionais (ou transnacionais) que relegam os Estados que não lhes oferecem privilégios a uma posição de irrelevância estrutural (Strange, 2003, p. 127).

---

<sup>22</sup> No plano mundial, as relações comerciais são reguladas pela OMC que substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947, e que tem vindo a promover o aumento do volume de comércio internacional por meio da redução geral de barreiras alfandegárias. A par deste movimento assiste-se ao fortalecimento dos blocos económicos regionais. O primeiro desses blocos apareceu na Europa com a criação, em 1957, da CEE (embrião da actual UE). Mas a tendência de regionalização da economia só foi fortalecida nos anos 1990. O desaparecimento dos dois grandes blocos da Guerra Fria (liderados, tinha-se dito, pelos EUA e URSS) estimulou a formação de zonas independentes de livre comércio. Actualmente, os blocos mais importantes nesta área são: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A autonomia dos Estados é também frequentemente afectada porque estes passam a legislar em função de factores e determinações exógenas<sup>23</sup>, num contexto em que a coordenação financeira tem poderes imensamente ampliados. Relativamente a este último aspecto é relevante notar que, como ressalta Henriques (1998, p. 6), a transferência de iniciativas dos governos para as empresas multinacionais foi acelerada por medidas sucessivas de desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros que encorajaram a globalização. O declínio do poder do Estado acentua-se assim devido ao aumento extraordinário do funcionamento das bolsas financeiras que, diga-se, baseado em aplicações puramente especulativas nos mercados de juros, câmbio e mercadorias, torna a termo o colapso financeiro uma possibilidade real num mundo cada vez mais globalizado<sup>24</sup>, tal como retratado no filme *Wall Street 2: Money Never Sleeps*, do realizador Oliver Stone, que constitui uma crítica ao comportamento de risco dos mercados, com destaque para a crise financeira de 2007<sup>25</sup>, que nos afecta até hoje e foi causada pela queda de liquidez do sistema bancário dos EUA.

A integração na economia mundial não pode ser avaliada sob a óptica de um jogo de soma positiva, no qual todos tenderiam a ganhar. Ao contrário, longe de se ter produzido uma ordem mundial mais integrada e inclusiva, o que se observou foi a configuração de um sistema internacional marcado por grandes contrastes e polaridades, reflectida seja no aumento da distância entre os países pobres e os países ricos seja na dependência daqueles em relação a estes. Esta dependência significa não só uma debilidade económica mas, principalmente, política. Dita as regras quem tem maior poder económico e este significa, cada vez mais, poder político. Por isso, no seu livro *Making Globalization Work*, Stiglitz (2006) defende a tese de que a globalização que poderia ser uma força propulsora de desenvolvimento (que se poderia reflectir no aumento da riqueza disponível e na redução das desigualdades internacionais) está a ser corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem económica mais justa e para um mundo com menos conflitos. Assim, o termo *work* (que traduzimos por “funcionar”) significaria cumprir as promessas apregoadas aquando da implementação das chamadas “medidas globalizadoras” que, como os seus defensores alegavam, teriam o condão de gerar maior bem-estar e qualidade de vida para as populações

---

<sup>23</sup> Bastará talvez lembrar que, auxiliadas pelas facilidades na comunicação e transportes, as empresas multinacionais instalam as suas fábricas em qualquer lugar do mundo, onde exista melhores vantagens fiscais, bem como mão-de-obra e matérias-primas baratas.

<sup>24</sup> Segundo Henriques (1998, p. 9), o colapso financeiro global é uma possibilidade da globalização económica e os únicos remédios que podem restabelecer nos mercados a credibilidade são a ética empresarial e a exigência de transparência da iniciativa privada.

<sup>25</sup> Simbolizada pelo colapso da gigante financeira americana *Lehman Brothers*.

em diversos países do mundo, melhora essa que ainda é uma miragem mais de vinte anos passados sobre o Consenso de Washington.

Muitos autores procuram demonstrar que o Estado-Nação persiste, com autonomia relativa e como um factor central na política, mesmo com a ascensão das empresas transnacionais e das instituições supranacionais no capitalismo contemporâneo. Nessa linha de reflexão podemos citar os trabalhos de Chang (2003, 2004), um especialista em assuntos de economia do desenvolvimento. No livro *Globalization, Economic Development and the Role of the State*, Chang sustenta que a falência do neoliberalismo decorre da falta de capacidade dos países (em particular, dos países em desenvolvimento que estão mais vinculados a lógicas externas), quer no plano teórico quer na esfera das políticas públicas, em construir uma visão equilibrada das possíveis interações entre o mercado, o Estado e outras instituições relevantes para o desenvolvimento, mas também, e sobretudo, da ausência de fórmulas estratégicas e autónomas de acção. Nessa discussão, e em contraste com aqueles que salientam a incapacidade do Estado individual intervir decisiva e efectivamente no desenvolvimento, o autor põe em evidência o esforço que deve ser feito para a utilização dos graus de liberdade existentes, por mais estreitos que estes sejam, em benefício de objectivos nacionais ao afirmar que: “*A literatura corrente tende a encarar a globalização como um processo incontrollável no interior do qual os países, e particularmente os países em desenvolvimento, são agentes passivos, tornando-se presas do dilema de submeter-se incondicionalmente ou perecer. Entretanto, trata-se de uma visão errada, já que há margem de manobra para os governos nacionais (...). Seria um grande erro um país em desenvolvimento renunciar voluntariamente a esta margem de manobra e adoptar políticas liberais indiscriminadas em relação aos investimentos directos estrangeiros em todos os sectores*” (Chang, 2003, p. 269). Assim, os países podem gerir a sua integração na economia global de muitas formas, que não exigem a total liberalização do comércio, antes concedendo um espaço para as políticas nacionais nos diferentes sectores de actividade económica.

Em *Rethinking Development Economics*, o autor volta a defender a ideia de que o Estado-Nação deve assumir um papel cada vez mais estratégico no actual contexto de globalização, já que tal papel lhe permitirá aumentar as alternativas de acção à sua disposição (Chang, 2004). Se, por um lado, a globalização implica o avanço da integração do sistema global, internacional ou mundial, por outro lado, ela não exclui as assimetrias económicas e políticas entre os diferentes países do mundo. Sob esse aspecto, poder-se-á mesmo afirmar que se agravou a tensão entre a esfera nacional e a ordem mundial globalizada, tensão essa que precisa de ser administrada de forma independente, de maneira a possibilitar o melhor aproveitamento possível dos reduzidos graus de liberdade de que nos fala o coreano Chang. Também o britânico Held (1995), defensor da democracia cosmopolita, defende esse argumento. Em

*Democracy and Global Order: from the Modern State to Cosmopolitan Governance* critica severamente a tão propalada visão que vigorou entre meados das décadas de 1980 e 1990 e que previa que o Estado-Nação seria eclipsado pelo avanço da globalização. Para este teórico político, a globalização não tem que se traduzir necessariamente na diminuição do poder do Estado, mas sim na transformação das condições sob as quais este poder deve passar a ser exercido, já que os efeitos da globalização seriam sempre mediados pelas estratégias específicas dos governos de cada país, servindo estas últimas para administrar, desafiar ou aliviar os imperativos da globalização.

Entre os autores portugueses, também se observou o fortalecimento de uma visão crítica da globalização. Destaque para o trabalho do economista Jorge Braga de Macedo em co-autoria com José Adelino Maltez e Mendo Castro Henriques (1999), no qual o autor reconhece que Portugal enquanto democracia recente (Abril de 1974) e país membro da UE (Janeiro de 1986) beneficiou particularmente do processo de adesão e do alargamento dos mercados dele resultante, para transformar a sua cronicamente débil e protegida economia, conhecendo neste período um crescimento económico e bem-estar social sem precedentes na sua longa história de Estado-Nação. Contudo, esse período de crescimento, que conduziu a um alargamento generalizado de protecção social, está hoje fortemente pressionado pela recessão que abala as economias mais desenvolvidas, nomeadamente a europeia, crise essa que vêm pondo em causa a sustentabilidade do Estado social e pressionando os governos a adoptar medidas de racionalização que criem condições para a sua sustentabilidade a médio-longo prazo. Mais recentemente, ao apresentar uma perspectiva económica da globalização assente no interesse nacional, Macedo (2010, p. 1) assim se manifestou: “*a nossa autonomia depende de nós próprios enfrentarmos os desafios concretos. Enfrentar desafios abstractos que depois não se verificam ajuda a mistificar*”, o que torna imperativa a capacidade de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento que seja compatível com o “*bem comum*”, conceito que como explicita o autor sintetiza as ideias de ordem e de justiça. Sem estas, as liberdades desenraízam-se, comprometendo o futuro (especialmente, quando a cidadania se vai diluindo no indiferentismo e na abstenção).

“*Num mundo que se globaliza, o princípio geral parece ser tudo é móvel, tudo é reticulável, tudo é transacionável*” (Covas, 2008, p. 261). Esta afirmação de Covas dá-nos a verdadeira dimensão da era da globalização em que vivemos. Além disso, segundo o mesmo autor, tudo se passa num campo de forças composto por quatro entidades ou componentes, a saber: mercados,

empresas, instituições e territórios<sup>26</sup>. Este campo de forças é “*um campo muito tenso entre forças centrípetas e forças centrífugas*”, onde o conflito pode emergir a qualquer momento. Para este economista português, não se trata de um conflito *stricto sensu* sobre a globalização, mas sobre a prepotência e a mundialização do capital. A estratégia dos agentes económicos é, diz-nos, bem conhecida, sendo expressa pelo *downsizing* e *outsourcing* (o que quer dizer, “*reduzir tanto quanto possível os custos fixos*” e “*ajustar tanto quanto necessário os custos variáveis*”). Nesta perspectiva, e se tivermos em mente que as instituições e os territórios que eram, até há pouco tempo, as variáveis exógenas do sistema político-económico (na exacta medida em que podiam determinar livremente os respectivos custos de contexto e a formalidade como atributos de soberania), então podemos concluir, com Covas (2008, p. 262), que as instituições e os territórios passam agora a ser também variáveis endógenas de um sistema supranacional. Para o autor esta “endogeneização” é um facto muito perturbador<sup>27</sup>. Por um lado, porque significa que a política democrática doméstica não tem condições para assegurar o regular funcionamento das instituições nacionais. Ou seja, as autoridades legitimamente constituídas não têm o poder de impedir que o “Deus mercado” funcione livremente e imponha as suas regras não democráticas. Por outro lado, porque fragiliza muito a relação de confiança entre eleitos e eleitores ao mesmo tempo que levanta a questão da presença/ausência de reguladores acreditados que garantam num futuro próximo a coesão social mínima dos territórios locais e regionais.

No caso particular do nosso país, Covas (2008, p. 13) considera que a crise profunda do modelo de desenvolvimento económico e social reside sobretudo na forma débil e desajeitada como nos integramos no regime económico internacional. Para este autor, essa integração acontece a um ritmo alucinante e está a levar à desestruturação da economia portuguesa. Como estratégia contraditória da mesma, o autor considera importante o estabelecimento de “*um quadro regulatório*” que amortecia os choques assimétricos e bruscos e que conceda tempo suficiente para as adaptações estruturais necessárias. Aquela estratégia requer também “*a revisão das funções do Estado e da estrutura dos bens públicos*”, em ordem à promoção de uma fiscalidade competitiva e sustentável (já que uma pequena economia aberta com um mercado interno muito estreito, como a portuguesa, tem o dever e a obrigação de converter os seus custos de contexto em benefícios de contexto para as pequenas e médias

---

<sup>26</sup> Como o próprio autor reconhece este quadro analítico foi fortemente perturbado no último quartel do século XX através da liberalização do comércio internacional, das migrações internacionais de mão-de-obra, das tecnologias de informação e comunicação, da desmaterialização dos fluxos de capital e da emergência dos valores securitários (Covas, 2008, p. 262).

<sup>27</sup> A endogeneização dos territórios e das instituições é um dado inelutável e quanto mais tarde acontecer mais difícil e mais onerosa será a reconversão dos actores envolvidos (Covas, 2008, p. 265).

empresas), e ainda “*a renovação profunda do modelo competitivo da economia*”, quer no quadro da sociedade da informação e do conhecimento, quer no quadro de coesão social e territorial (com particular destaque para o papel das redes de cidades e regiões na economia da inovação, como factor de competitividade das actividades, das empresas e das organizações; e para o papel da agricultura e do mundo rural à luz das alterações climáticas, da segurança alimentar e da ecologia).

Covas (2008, p. 14) afirma ainda que, neste mundo global, urbano, terciarizado e tecnológico, a agricultura e o mundo rural parecem ter os dias contados em benefício das grandes monoculturas agro-industriais e florestais, das grandes reservas de caça e dos grandes projectos imobiliário-turísticos. Contudo, considerando que a razão ecológica é cada vez mais incontornável, este economista português espera que não seja necessário decretar o estado de emergência agroecológico para se retomar, no nosso país, a prioridade da agricultura e do desenvolvimento rural. De forma esquemática, Covas (2007, p. 20) aponta aqueles que considera ser os dez principais problemas da agricultura e do mundo rural português:

1. o conservadorismo no qual a propriedade, o património e a herança são o tríptico que predomina no quadro de estratégias de desenvolvimento e consolidação familiar, para além do fracasso das estratégias de emparcelamento;
2. a ausência de mercado fundiário, sendo que a falta de mobilidade do factor produção terra tem vindo a reduzir de forma substancial as possibilidades de alteração estrutural das explorações, repercutindo-se igualmente no baixo índice de rejuvenescimento e de inovação no domínio das formas organizacionais e societárias de gestão fundiária;
3. a baixa intensidade-rede do capital social da agricultura, repercutindo-se num baixo grau de capitalização em dificuldades de relacionamento com o sistema financeiro por falta de garantias bancárias suficientes e numa baixa profissionalização dos empresários agrícolas;
4. a confusão entre reformas legislativas, publicação de diplomas e reformas estruturais da agricultura, a que o autor chama de “*governar por decreto*” ou de “*como a política pública pode deitar tudo a perder*” para sublinhar o fracasso das “políticas difusionistas” em matéria de extensão agro-rural como se o destinatário dessas políticas fosse uma entidade abstracta com igual capacidade de assimilação dos seus suportes e conteúdos;
5. os actores do mundo rural assumirem que têm naturalmente direitos, considerando-se portanto mais beneficiários do que protagonistas de um sistema que consideram ter obrigações;
6. a fragilidade do movimento associativo (que “*está prisioneiro*” e “*vive na órbita dos apoios da política pública*”) que se repercute e prejudica não apenas a recolha e selecção de informação pertinente para o desenho das políticas públicas como a qualidade da extensão técnica que aquele presta aos seus associados;
7. o rejuvenescimento como problema crítico de ordem cultural ligado à depreciação do mundo rural português e à polarização perversa urbano-rural;

8. a falta de ligação causal e funcional entre a reforma político-legislativa e a modernização da administração (de que é exemplo a exclusão das administrações do processo de reforma). Aquelas não são, em primeira instância, o destinatário da reforma. Sabe-se também que à medida que a modernização progride o destinatário torna-se mais homogêneo e dispensa a extensão rural do Estado-administração que passa a ser considerada um anacronismo da administração e da agricultura tradicionais;
9. a fragilidade das instituições de investigação e extensão, uma vez que a massificação do ensino e o excesso de academismo debilitaram o método de investigação-acção e fizeram fracassar o triângulo extensionista constituído por universidade, organizações associativas e administração pública;
10. a legitimidade da agricultura e do mundo rural para lançar um novo contrato social com a comunidade nacional no seu conjunto, face aos grandes desafios do futuro (competitividade, diversificação, qualificação e sustentabilidade).

Tudo problemas extremamente difíceis de resolver, que parecem apontar para uma utopia de tal modo estamos condicionados pelo actual paradigma do crescimento. Todavia, é urgente iniciar este debate e alargá-lo o mais possível a todos, individualmente e como membros das instituições/organizações a que pertencemos.

### 1.1.3 Os efeitos da globalização na cidadania

A globalização entendida como fenómeno pós Guerra Fria está intimamente ligada ao poder político-económico alcançado pelos EUA. De tal forma que, a capacidade de concretizar políticas económicas diferentes e autónomas num determinado país ficou seriamente comprometida com a hegemonia norte-americana na segunda metade do século XX (Stiglitz e Nye, 2003). Este mundo unipolar trouxe consigo o desaparecimento da vertente territorial da soberania dos Estados e, de forma mais subtil, a adulteração cultural dos povos pela massificação dos estereótipos sociais do mundo desenvolvido a todo o planeta, imposta pelos *mass media* e pela forte pressão da sociedade de consumo.

Na formulação de Henriques (2004, p. 1), “*vivemos hoje a crise do modelo moderno de cidadania*”. Esse modelo foi concebido para funcionar segundo a correspondência exclusiva e biunívoca entre Estado nacional e direitos individuais e uma ordem internacional assente no consentimento entre soberanias de valor igual. E, como adverte o autor, esse mundo acabou. De facto, vivemos uma situação mundial sem precedentes no início do século XXI. Parte da novidade é, como afirma Henriques (2004, p. 6), a ascensão ao palco de novos actores de governação que não os Estados e a tomada de consciência dela: “*Tendo em conta que o poder político se manifesta em comunidades cada vez mais alargadas de cidadãos, o Estado contemporâneo é o agente*



*central de governação mas não é o agente exclusivo*". Partindo desta constatação, o autor regista que à medida que o mundo se "globaliza" e crescem as interdependências à escala planetária, o Estado revela-se "*demasiado pequeno*" para assegurar eficazmente funções, cujas solicitações ou consequências o transcendem no espaço e no tempo. Neste sentido, o Estado-Nação e o seu tradicional aparato não é mais capaz de enfrentar sozinho os inúmeros desafios oriundos de uma globalização que a todos parece querer igualar, massificar. Concomitantemente, o Estado actual é "*demasiado distante*" para exercer as tarefas que envolvem proximidade ao cidadão e dispõe de cada vez menos fundos para desempenhar directamente os serviços e as assistências que constitucionalmente garante aos cidadãos. Neste sentido, o Estado actual está interessado em processos de devolução de poderes (às regiões, aos poderes locais, à iniciativa privada e aos próprios cidadãos). No primeiro caso, as insuficiências do Estado soberano para a resolução autónoma de problemas em áreas como a economia, a segurança colectiva, os direitos humanos e o ambiente, tornam inevitáveis a partilha da governação à escala internacional. No segundo caso, a necessidade de o Estado delegar funções enfatiza a importância do local, o que significa sobretudo em tempos de globalização questionarmos como desejamos que a nossa cidadania seja configurada e exercida.

Em diversas análises, a lógica das corporações transnacionais é percebida como a lógica do consumismo que procura o lucro pela redução do homem à condição de receptor e consumidor contumaz, caracterizando o projecto ideológico-cultural do capitalismo. Efectivamente, associadas a uma cultura pós-moderna de consumo, as corporações transnacionais de estilo americano fazem circular produtos e/ou serviços, imagens e ideias ao redor do mundo (Tomlinson, 2003, p. 269) ou, no dizer de Henriques (1998, p. 9), cabe-lhes difundir uma cultura do consumidor globalizada através de imagens idênticas, gostos e desejos uniformizados, transmissíveis a todos os cantos do globo, quer através da publicidade, quer através dos produtos culturais uniformizados do filme, música, moda e espectáculo. Para Harvey (2003, p. 38) são verdadeiras forças globais que concretizam uma nova forma de cultura, a cultura do consumismo, transformando o indivíduo em cidadão pelo simples facto de consumir. Isto é, a vida passa a ter valor a partir do consumo e o conceito de cidadania vale pelo poder de compra que as pessoas possuem.

A globalização, na sua característica mais perversa, designa uma "*socialização às cegas, visto ter conseguido de facto englobar o mundo*" (Thélène, 1999, p. 16). Sob esta óptica, a capacidade dos indivíduos de participar, decidir e questionar vai sendo enfraquecida e, em muitas circunstâncias, anulada. Isso quer dizer que, a formação e a prática da autonomia são também aqui limitadas pelas forças globais, o que faz com que os indivíduos não tenham participação

alguma na definição deste novo contexto, nem tampouco nos seus objectivos de vida. Estes vivem, sentem, fazem e agem de forma heterónima, sujeitos a processos globais e totalitários de manipulação. Prova disso é a ampla disseminação dos postulados e práticas efectivas do projecto neoliberal em vários países do mundo.

No seu trabalho sobre o consumo na sociedade actual, com o sugestivo título *Consumed: how markets corrupt children, infantilize adults and swallow citizens whole*, Barber (2007) afirma que a forma como os padrões de consumo são incorporados nas relações humanas torna os indivíduos dependentes de modelos que minam a sua liberdade de escolha, alienando-os e destruindo-os como cidadãos, sem que estes dêem conta. Daí, a necessidade do consumo responsável e da construção de uma sociedade justa e livre das imposições do mercado. Acreditando na possibilidade da ocorrência de graves crises futuras para a humanidade, Barber (2007, p. 15) aponta dois problemas básicos, no que diz respeito ao consumismo exacerbado, que deverão ser levados em consideração para evitar tais crises. O primeiro diz respeito ao “*ethos infantilize adults*” que consiste em infantilizar os adultos, de modo a torná-los consumidores insaciáveis através da estimulação constante de desejos pueris e narcisistas. Para tal, as grandes marcas munem-se de apelos simbólicos procurando dentro de cada adulto fragilidades e necessidades que os leve a querer estar inseridos em grupos cujas imagens são fortes representações de status, poder, realização pessoal, beleza, entre outras. O segundo problema diz respeito à “*corrupt children*” que consiste em transformar as crianças em adultos em miniatura, dando a estas, por meio da publicidade e do marketing, o poder de comprar, desejar e reduzir os seus sonhos infantis a apelos de consumo que, na verdade, ainda nem conseguem compreender. A fidelização é, neste caso, a palavra de ordem, uma vez que uma criança que estabeleça uma relação de afecto como uma determinada marca poderá ser um fiel consumidor aos seus conceitos até ao fim da vida.

Um outro aspecto que é considerado no trabalho de Barber é a contradição entre a procura incessante do lucro e a garantia do bem-estar futuro da humanidade. Um indício disso pode ser apreendido, segundo aquele autor (Barber, 2007, p. 290), no caso dos executivos que estão à frente das grandes empresas e que, enquanto profissionais, fixaram metas para atingir lucros a qualquer preço (desprezando valores éticos, degradando o ambiente e desconsiderando o alto preço que a sociedade paga por suas decisões materialistas). Mas, enquanto cidadãos (pais e/ou filhos) visam alcançar o melhor para as suas famílias e tentam preservá-las dos abusos do mercado, inclusive dos que foram produzidos sob sua gestão. Neste contexto, Barber (2007, p. 319 e seguinte) defende a tese de que vivemos num mundo com “*esquizofrenia cívica*”, advertindo para o imperativo, por assim dizer, imediato de acções que

devolvam à soberania democrática o poder de moderar a anarquia e o monopólio do mercado, e prescrevendo a interferência do Estado para conter os impactos indesejados do mercado que, cada vez mais, se consolida e dificulta a regulação aos abusos que comete.

O prémio Nobel da Literatura em 1998, José Saramago (2000), ilustra muito bem esta questão no seu romance *A Caverna* ao dissecar o impacto destruidor da nova economia sobre as economias tradicionais e locais através da história de um oleiro e respectiva família, que vê a sua vida transformada com a chegada de um grande “Centro” de compras à pacata cidade onde vive. O foco simbólico do espaço daquela família é o forno no qual o oleiro produz os seus objectos que cada vez menos têm interesse para os gostos homogeneizados dos consumidores. O foco simbólico da cidade é o “Centro”, um enorme complexo comercial-residencial que alegoricamente sintetiza a ideologia capitalista global. O escritor português dá início ao romance com uma clara demonstração da ascendência do segundo sobre o primeiro desses focos. Certo dia, Cipriano Algor é avisado por um funcionário do “Centro” que os seus produtos (louças) já não serão postos à venda nas dependências do mesmo, por terem sido considerados obsoletos (por quem?). A última oportunidade que lhe é conferida para se adequar aos padrões dos consumidores tampouco tem bom resultado: substituir a cerâmica utilitária que vem produzindo por bonecos de barro. Constatase, que não há conciliação possível entre o universo da família Algor (que luta para fazer sobreviver a tradicional profissão de oleiro num universo dominado pela produção em massa que gera utensílios feitos com plástico e seus sucedâneos e transforma os objectos produzidos com técnicas tradicionais em curiosidades) e os gostos dos frequentadores do “Centro”. Seria importante que a globalização fosse evoluindo mas sem deixar de respeitar as especificidades de cada um de nós. Até onde essa co-existência será possível, representa um dos grandes problemas de todos, no presente mas sobretudo no futuro.

A definição clássica de cidadania, identificada com a aquisição da nacionalidade, evoluiu para um conceito mais abrangente, de forma a reflectir as novas pertenças deste nosso mundo globalizado que não apenas a questão da nacionalidade. Esta evolução leva Henriques (2004, p. 6) a afirmar que “*a identidade cidadã não é um fenómeno exclusivamente jurídico*” e que “*os valores exigidos a um cidadão não se traduzem apenas em competências cívicas*”, visto que neste novo século aos direitos individuais, cívicos e políticos, vieram juntar-se os direitos de natureza social, económica e cultural e os direitos das gerações futuras ao ambiente, à paz e ao desenvolvimento sustentável. Esta concepção ampla de cidadania, considerada como pressuposto dos direitos do homem, perde o seu real valor e significado quando, no contexto da actual era global, o progresso económico se volta quase que exclusivamente para o lucro a

qualquer custo, resultando na desigualdade de rendimentos crescente<sup>28</sup>, na insegurança no emprego e outras fontes de instabilidade económica<sup>29</sup> e na ameaça das alterações climáticas<sup>30</sup>. Para se alcançar aquela almejada cidadania, será importante a “*criação de espaços de ponderação comum das diversas respostas às grandes questões aglutinadoras da humanidade*”<sup>31</sup> (Henriques, 2004, p. 9), privilegiando quer a resposta política baseada em múltiplas redes de pertenças que envolvam as pessoas em malhas de interacções, despertando-as para a realidade envolvente e estimulando-as a agir sobre os factores lesivos da dinâmica integradora dos cidadãos, quer o fortalecimento da sociedade civil cada vez mais solicitada a participar no progresso da sociedade. O que, na verdade, se pretende ao adoptar essa perspectiva não autoritária do exercício do poder é “*pessoas mais autónomas e mais dispostas a partilhar tarefas de bem comum*” (Henriques, 2004, p. 11). O sucesso desta tarefa reside, segundo Henriques (2004, p. 12), na construção de uma sociedade com sentido saudável do bem comum, com uma moral social e espírito equilibrado e uma memória viva do seu passado cultural.

Em suma, torna-se necessário redefinir a existência em comum, tanto a nível local quanto global, já que estes dois âmbitos são interdependentes, o que realça a importância de criarmos canais de informação e de intermediação na nossa sociedade. Eventualmente, estes possibilitarão o aparecimento de posições mais críticas da realidade podendo resultar numa genuína consciencialização dos cidadãos, sendo que estes têm muito a dizer não só como votantes em instituições políticas de acompanhamento democrático (como é o caso do parlamento português), mas também como participantes em movimentos de cidadania, que devem exigir a imputabilidade aos órgãos políticos nacionais e às empresas multinacionais, e como consumidores responsáveis. Como afirma Henriques (1998, p. 3), se estes três pontos não forem esquecidos será mais fácil restabelecer a ligação entre economia e ética e entre economia e meios e fins dos comportamentos sociais. Esta visão de uma cidadania responsável, que se coadunaria com os fundamentos do nosso Estado democrático de direito,

---

<sup>28</sup> De 1970 a 2010, o fosso do rendimento entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento continuou a alargar-se (PNUD, 2010, p. 44).

<sup>29</sup> Com a crise financeira global, o desemprego e a pobreza subiram em flecha. A recuperação teve início em 2009, mas não está de forma alguma garantida: o risco de uma recessão “*double-dip*” (recaída na recessão) mantém-se e a recuperação completa pode demorar anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que 43 milhões de pessoas que perderam o seu emprego durante a crise financeira global ao longo de 2009 correm o risco de entrar no desemprego de longa duração. Podem ser traçados paralelos com a crise da Ásia Oriental no final dos anos 1990, onde as taxas de participação na força de trabalho nunca chegaram a recuperar. No entanto, surgiram novos riscos, à medida que foram levantadas preocupações relativamente à sustentabilidade fiscal nalguns países desenvolvidos (como a Grécia) e o espectro de um contágio persiste (PNUD, 2010, p. 83 e seguinte).

<sup>30</sup> PNUD, 2010, p. 87.

<sup>31</sup> Em particular, o autor refere-se à vulnerabilidade dos mercados cada vez mais internacionalizados, às ameaças à segurança colectiva, à violação dos direitos humanos e à degradação ambiental (Henriques, 1998, p. 9 e seguintes).

pressupõe uma mudança do próprio homem, do seu modo de vida actual, que só será possível quando o sujeito tanto na esfera privada quanto na pública, tomar consciência de si mesmo e do outro de um modo reflexivo<sup>32</sup>.

## 1.2 Em prol do desenvolvimento sustentável ...

É, também, neste mundo globalizado que se vai tornando cada vez mais claro o direito da luta colectiva pelo património natural que a todos nós pertence. Logo, um aspecto aqui a considerar diz respeito ao facto de que a globalização económica avança proporcionalmente à degradação do meio ambiente, razão imperiosa para que se procure equacionar, quanto antes, um ponto de equilíbrio que permita criar bem-estar material para o homem, preservando, ao mesmo tempo, os recursos e condições naturais para as presentes e futuras gerações, obedecendo, assim, ao princípio do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a ganhar especial projecção a partir de 1987 com a publicação do livro *Our Common Future* da responsabilidade da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, das Nações Unidas, tendo os seus trabalhos, ao longo de quatro anos, sido presididos pela então primeira-ministra norueguesa e depois directora-geral da Organização Mundial de Saúde, Gro Harlem Brundtland. A ideia basilar subjacente ao conceito de desenvolvimento sustentável presente nesse relatório é a de que a humanidade, ao assegurar que vai ao encontro das necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer também as suas próprias necessidades, tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável (WCED, 1987, p. 8).

Importa notar que esta conceptualização do desenvolvimento sustentável tem sido alvo de grande controvérsia. Sobre as críticas mais diversas a que tem sido sujeito este tipo de desenvolvimento, Palmer (1992, p. 182) explica que uma compreensão do complexo conceito de sustentabilidade está longe de ser algo sem hesitações, pois não há modelos existentes para se considerar e, na melhor das opções, só é possível construir uma descrição académica ou uma visão hipotética do que seria um processo, uma prática ou uma sociedade sustentável. Por sua vez, Shiva (1992, p. 188) numa crítica feroz considera que a ideia de desenvolvimento sustentável preconizada no Relatório Brundtland não se liberta do modelo de crescimento económico dominante no mundo ocidental e confunde modernidade com consumismo e economia de subsistência com atraso, sendo esta confusão bastante negativa porque omite o

---

<sup>32</sup> Sobre este ponto em particular veja-se BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora.

papel deste modelo de crescimento na destruição dos processos naturais e na sobrevivência das pessoas dos países do Terceiro Mundo. Assim, dando como exemplo a deslocação de populações inteiras dos locais onde sempre viveram e o consequente abandono das actividades tradicionais a que sempre se dedicaram, quando expostas a um modelo económico que lhes é estranho, o autor do artigo *Recovering the Real Meaning of Sustainability* acentua a necessidade de se ter em conta a variedade de formas culturais e de tradições que de facto existem, ao mesmo tempo que lembra que o comércio de bens e serviços foi, desde tempos imemoráveis, sempre submetido à economia da natureza e à economia das pessoas, o que é, ainda, bem visível nas modalidades de subsistência encetadas na maior parte dos países em vias de desenvolvimento.

Passados mais de vinte anos sobre a apresentação do Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável serve ainda de referência à maioria das políticas internacionais, europeias e nacionais, bem como ao mundo dos negócios e à sociedade civil. Progressivamente, tornou-se claro que o desenvolvimento sustentável não traduz um conceito de natureza científica, cujo sentido se possa fixar numa definição definitiva, mas “*um discurso ambiental, predominantemente global que se tornou dominante*” (Santos, 2007, p. 253). Para o geógrafo Lambin (2006, p. 67) a razão do sucesso do discurso do desenvolvimento sustentável advém do facto de este se inscrever na lógica da modernidade e do pensamento racionalista e antropocêntrico que tem vindo a dominar o modo industrial e tecnológico de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável rejeita, como explica Lambin, a ideia de crescimento económico zero e preconiza, ao invés, um papel apropriado para as forças do mercado no processo de desenvolvimento, o que permite exprimir uma vontade de fazer melhor, racionalizando não só o processo de desenvolvimento, mas também o seu impacto social e ambiental. Aí reside, pois, a força pragmática do discurso do desenvolvimento sustentável.

De igual modo, na sua abordagem ao que deve ser entendido por desenvolvimento sustentável, Santos (2007, p. 253 e seguinte) refere que, embora reconheça a existência de limites ecológicos para o crescimento, o discurso do desenvolvimento sustentável distingue-se do discurso dos limites<sup>33</sup> ao defender que é possível compatibilizar aqueles com um crescimento económico que pode continuar indefinidamente por meio de políticas e medidas adequadas. Distingue-se, igualmente, do discurso prometeano<sup>34</sup> porque requer um espaço

---

<sup>33</sup> Inicialmente, o discurso dos limites foi protagonizado pelo Relatório *The Limits to Growth*, do Clube de Roma, publicado em 1972. Entretanto, ele evoluiu e tornou-se mais sofisticado e credível.

<sup>34</sup> A designação do discurso prometeano baseia-se na analogia simbólica do episódio da mitologia grega em que Prometeu rouba secretamente o fogo a Zeus para o dar às criaturas humanas, conferindo-lhes assim uma capacidade ilimitada de progresso.

colectivo de integração e coordenação das políticas económicas, sociais e ambientais, em vez de confiar apenas no engenho humano para resolver problemas de forma casuística. Para concluir que, “*o discurso do desenvolvimento sustentável é o mais equilibrado e promissor de que dispomos*”. Contudo, ele é também, e sobretudo, interpretativo e tem grande dificuldade em se traduzir num discurso de acção. Para este autor (Santos, 2007, p. 255) o sucesso da tradução do discurso da sustentabilidade num discurso de acção eficaz irá depender da capacidade de o disseminar e de promover a sua aceitação a vários níveis, por meio de iniciativas e acções concretas envolvendo os diversos agentes: governos, administrações locais, empresas, organizações não-governamentais e o público em geral. Se não houver sucesso, as crises e rupturas serão muito provavelmente inevitáveis a médio e longo prazo. Mas, quer se seja pessimista ou optimista, a verdade é que, segundo este autor, os resultados conseguidos pelo discurso do desenvolvimento sustentável podem ser considerados de muito limitados, já que tem-se assistido a uma intensificação e difusão cada vez mais alargada de formas de capitalismo liberal transnacional dificilmente compatíveis com os objectivos da sustentabilidade. Acresce que, o desenvolvimento sustentável é actualmente um território onde interesses distintos e, por vezes, conflituosos procuram encontrar e defender o seu espaço.

Assim, sintetizaremos de seguida alguns dos interesses contraditórios que de acordo com um vasto leque de estudos são considerados como específicos do presente modelo de teor economicista que tem como alicerce principal o desenvolvimento tecnológico, indissociável da visão de domínio da Natureza. Nestes conflitos de interesse são de um modo geral os países em vias de desenvolvimento, as gerações futuras e a Natureza que acabam por ficar esquecidos.

Vejamos, primeiro, a contradição que opõe ricos e pobres, particularmente os países ditos desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Os países desenvolvidos vêem no discurso do desenvolvimento sustentável a exigência de gerir melhor o ambiente no seu território, sem afectar o seu crescimento económico, sendo que neles há já hoje uma maior consciência e uma intervenção crescente no sentido de resolver as questões ambientais e de saúde pública. Por sua vez, os países em vias de desenvolvimento vêem aí uma prioridade económica e só depois exigências ambientais, já que erradicar a pobreza e recuperar o seu atraso económico em relação aos países desenvolvidos são considerados pontos prévios a uma melhor gestão do ambiente, destacando-se assim a sua menor capacidade e falta de meios financeiros para defender a preservação e conservação dos recursos naturais.

Como sublinha Brodhac (2004, p. 370), é uma ilusão pensar que a reconciliação do ambiente com o desenvolvimento será possível unicamente através da procura de soluções e

de políticas em que todos saem ganhando. O desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, uma questão de opção política entre objectivos ambientais, económicos e sociais. Pois, não é possível definir-se um método operacional para se atingir o desenvolvimento sustentável sem se exprimir também uma ordem de preferência (ou de prioridade) para factores como a produtividade biológica, a diversidade genética, a estabilidade do clima, a resiliência dos ecossistemas, a conservação dos recursos naturais, a satisfação das necessidades humanas de base, a equidade entre indivíduos e grupos sociais, a diversidade cultural, a estabilidade das instituições, a justiça social ou a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Ora, qualquer hierarquização destes factores é não só necessariamente subjectiva como dependente de um contexto social e cultural particular.

Embora seja certo que todos os países são responsáveis pelo futuro sustentável do planeta, é preciso observar que essas responsabilidades são, no entanto, diferenciadas. Como se sabe, as civilizações ocidentais têm liderado o processo de introdução de inovações que, em grande medida, são responsáveis pelas mais profundas alterações do meio ambiente. A obsessão consumista que afecta sobremaneira a maioria das populações dos países desenvolvidos (criando a ideia de que *“viver melhor é sinónimo de consumir mais”*) tem reversos de medalha que gradualmente vão sendo identificados. O aumento dos diferentes tipos de poluição, a proliferação de zonas do planeta em risco de desertificação, a questão da qualidade de muitos dos alimentos produzidos em sistemas agrícolas intensivos, são alguns dos problemas já tão repetidos que quase se banalizam nos nossos dias. O problema é que muitas das inovações são aplicadas sem se conhecerem todos os efeitos que podem originar. Tudo (ou quase tudo) o que se faz (quer o positivo, quer o negativo) tem por princípio básico a competitividade normalmente conseguida, quer pelo confronto entre a máxima produtividade e o mínimo custo de produção, quer por uma gestão comercial e estratégias de marketing bastante eficientes. Contudo, como refere Odum ([1953]1988, p. 657), *“maximizar a produção, sem ter em atenção outras consequências, está a produzir reveses, tanto ambientais como sociais, muito sérios”*.

Poder-se-á, aqui, evocar a Pegada Ecológica: um indicador ambiental que corresponde à superfície terrestre e marinha biologicamente produtiva necessária para fornecer os recursos consumidos (por um indivíduo, uma determinada população humana, uma economia ou, até mesmo, uma actividade) e absorver os resíduos resultantes desse mesmo consumo. O crescimento deste indicador tem sido constante, a um ritmo de 2,5% ao ano, num espaço cuja superfície é, obviamente, limitada e tem sido conseguido em detrimento dos espaços naturais, a terra e o mar, aqueles que justamente garantem a reprodução da vida e dos equilíbrios naturais. Segundo alguns investigadores, o limiar de tolerância próximo de 2,1 hectares por



pessoa terá sido ultrapassado nos já longínquos anos da década de 1970. Actualmente, cerca de metade dos povos que habitam o planeta Terra encontram-se abaixo desse valor, em contraste com o que se passa nas sociedades americana e europeia, onde um americano médio consome o equivalente a seis vezes mais essa superfície e um europeu três vezes mais (Brodhac, 2004, p. 372). Por sua vez, Fulgêncio (2008) numa exposição sobre a evolução deste indicador ambiental demonstra que nas sociedades tidas como mais desenvolvidas em que as pegadas ecológicas são superiores à dimensão do território disponível, a sua sustentabilidade só é possível graças à utilização de recursos exógenos, que provém de territórios onde as pegadas ecológicas são menores, acabando por concluir que a pegada ecológica é uma pegada cada vez menos ecológica.

Note-se, ainda, que o compromisso dos países desenvolvidos, reiterado na Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que evidenciou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que se mostrou ecologicamente predatório e socialmente perverso, de canalizar 0,7% do seu PNB para a ajuda ao desenvolvimento não foi cumprido, já que dos 0,35% efectivamente subvencionados, passou-se, em 2002, para perto de 0,2% (Brodhac, 2004, p. 373). E esta questão não é apenas quantitativa, pois é necessário transferir para os países em vias de desenvolvimento ciência e tecnologia que lhes permita desenvolver conhecimentos próprios e técnicas mais adaptadas aos seus contextos sociais e culturais, em contraponto com o que se verificou até aqui, ou seja, uma mera transferência das actividades mais poluentes. Não nos parece, no entanto, plausível que na política internacional e na economia actuais deixe de primar a relação de força, embora fosse desejável.

A segunda contradição que referimos coloca frente a frente os homens de hoje e as gerações futuras. Com efeito, esgotando no presente as reservas de petróleo e os jazigos de metais ou acumulando poluentes na atmosfera lega-se às gerações futuras um património de problemas, o que põe em causa a própria noção de progresso. Como escreve Brodhac (2004, p. 369), “*Por nossa causa, a sorte das gerações futuras poderá ser bastante menos favorável do que a nossa*”. Para nos acercarmos do que aqui está em jogo começemos por reflectir sobre aquilo que há já alguns anos, em 1989, na sua obra *The End of Nature*, McKibben denominou de “*limites voluntários*” à chamada intervenção humana na Natureza, e que nos remete para a especificidade dos valores éticos na sua ligação com o agir humano. Escreveu este ecologista americano que: “*Se assim o decidirmos, poderemos usar a nossa razão para fazer o que mais nenhum animal pode fazer: estabelecer limites voluntários à nossa actuação, escolher continuar a ser criaturas de Deus, em vez de nos autopromovermos à categoria de Deus. Essa, sim, seria uma elevada façanha, muito mais impressionante do que a*

*maior das barragens (os castores também as podem construir), porque muito mais difícil. Esta repressão voluntária – e não a engenharia genética ou a administração planetária – constitui o verdadeiro desafio, a parte difícil. Claro que podemos cruzar genes. Mas seremos capazes de não os cruzar?”* (Mckibben, 1989, p. 274).

Quando nos encontramos no plano do agir especificamente humano, o agente não é apenas aquele que realiza a acção, seja ela instintiva ou um fazer técnico centrado no objecto, mas é também aquele que se expressa e define na acção. Por isso, e no caso concreto de cruzar ou não os genes, a acção humana remete, por um lado, para um comportamento intencional e motivado ou, dito de outro modo, para o campo da responsabilidade e da liberdade. Aquilo que permite qualificar uma acção de humana é, justamente, o facto das consequências dessa acção serem analisáveis em função do sentido que carregam e de serem consideradas em termos de responsabilidade do agente que livremente a realiza. A questão do agir humano remete, por outro lado, para a indagação das intenções e dos motivos<sup>35</sup>, que se situam no plano das decisões do agente da acção. Para McKibben uma das razões da pouca atenção dispensada ao mundo natural que nos rodeia prende-se com a noção de que ele sempre lá esteve e, presumivelmente, sempre lá estaria. Contudo, *“à medida que ele desaparece, a sua importância primordial tornar-se-á mais clara – da mesma forma que algumas pessoas pensam ter afastado os seus pais das suas vidas, para só compreenderem o engano no dia de os enterrar”*. Assim, e porque esta perda da Natureza tem a peculiaridade de não ter sido inevitável, *“ela provoca interrogações profundas que não se colocam quando uma pessoa morre”* (Mckibben, 1989, p. 97 e seguinte). Ora, para McKibben, tudo quanto antigamente pensávamos que a Natureza era (estado selvagem, Deus, um simples espaço isento de marcas humanas ou, ainda, um complexo mecanismo a sustentar a vida sobre a Terra) levou um *“pontapé”* que irá transformar tudo definitivamente.

Para destacar este último aspecto, não é possível fazer melhor do que citar uma outra passagem dos seus escritos que ultrapassa largamente os avisos científicos e as situações práticas de desconforto que, mais ou menos, já fazem parte do nosso quotidiano. A passagem seguinte expressa bem o verdadeiro significado das alterações já produzidas no planeta em que vivemos: *“Sendo as coisas o que são, não tenciono ir viver para uma gruta, nem mesmo para uma cabana sem aquecimento. (...). Mas esta podia ser a Era escolhida pelas pessoas para decidirem ao menos não prosseguir na via descendente que temos vindo a trilhar – a era em que seriam feitos, não só os ajustamentos tecnológicos para preservar o mundo do sobreaquecimento, mas também os ajustamentos necessários para garantir que nunca*

---

<sup>35</sup> Os conceitos de intenção e de motivo são conceitos distintos, mas próximos. Segundo Ricoeur (1988, p. 50 e seguintes), o primeiro remete para a consciência que o agente tem dos seus actos, do significado por ele imprimido às suas acções. E o segundo remete para a formulação de uma explicação que os permita compreender. Esta relação significa a entrada nos terrenos da reflexão ética.

*mais colocaremos o nosso próprio bem à frente do bem de todas as outras coisas. É este o caminho escolhido por mim, pois ele oferece, no mínimo, uma réstia de esperança para um mundo vivo, eterno e cheio de significado*” (McKibben, 1989, p. 273). McKibben sustenta ainda que a invenção das armas nucleares poderá ter marcado o princípio do fim da Natureza, na medida em que *“possuímos, finalmente, a capacidade de a superar, de deixar uma marca indelével por toda a parte e de uma só vez”* (McKibben, 1989, p. 92). Assim, ainda estará o Homem a tempo de uma decisiva viragem tendente a preservar a Natureza de que somos herdeiros ou estará só a caminhar inexoravelmente para o seu fim? Quando McKibben diz que *“a Natureza acabou”*, isso não significa, obviamente, que os processos naturais tenham cessado, mas sim que acabámos com aquilo que, pelo menos, nos tempos modernos, e no mundo ocidental, nos servia para definir o conceito de Natureza, isto é, a sua separação em relação à sociedade humana. Para o autor, aquela separação é verdadeiramente real, já que *“ficará muito bem argumentar, como certos poetas e biólogos fizeram, que devemos enquadrar-nos na Natureza, reconhecer que somos apenas mais uma espécie entre muitas, e tudo o mais. Mas nenhum de nós, lá no fundo, acredita realmente nisso”* (McKibben, 1989, p. 90).

Assim, a terceira contradição tende a opor o Homem, de um lado, e a Natureza e os seres vivos, de outro. A doutrina judaica-cristã fortemente dominante no chamado mundo ocidental atribui ao homem, por o considerar feito à imagem e semelhança de Deus, o direito de dominar a natureza. A história do Génesis (Capítulo I, versículo 28), em que Deus diz ao homem: *“crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem sobre a terra”*, talvez tenha estado, implicitamente, ligada à forma como o homem actual encara a Natureza: *“um campo livre confiado ao homem para que o explore e dele se assenboreie”*, encontrando-se *“aberto à ciência e à técnica, que teriam sido impedidas ou entravadas por um mundo sacralizado, cheio de interditos e tabus”* (Finance, 1984, p. 1415). Por outras palavras, o fosso entre o Homem e a Natureza é cada vez maior<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Em contraste, as sociedades ditas arcaicas, primitivas ou tradicionais sempre souberam viver em equilíbrio com o meio ambiente. Essa relação baseia-se no respeito e na veneração que os indivíduos dessas sociedades têm por tudo aquilo que os rodeia. Note-se que baseados na investigação de culturas concretas, os antropólogos têm vindo a demonstrar que estas sociedades possuem regras de convivência social e uma organização económica que são consequentes com os seus níveis de desenvolvimento tecnológico. O que ressalta desses estudos é a teoria de que as sociedades não são estáticas, pelo contrário, elas encontram-se em constante movimento e, por isso, vão sofrendo mutações. É certo que as sociedades que sempre estiveram em contacto com outras, com um mundo exterior ao seu, depressa sofreram profundas mudanças e, por conseguinte, conseguiram uma maior evolução técnica, o que lhes conferiu um estatuto de sociedades mais evoluídas ou desenvolvidas. Outras sociedades, que por diversas razões permaneceram durante muito tempo isoladas do contacto com o exterior, não tiveram necessidade de proceder desenfreadamente a uma constante evolução técnica que, depois, pudesse até fugir ao controle dos próprios indivíduos. Nestas sociedades menos evoluídas tecnicamente, o importante é a preservação e a protecção da sua autenticidade, do seu passado, sempre baseado na experiência empírica. Podemos clarificar, ainda, mais esta ideia dizendo com Lévi-Strauss ([1952]1973, p. 115) que *“o estudo dessas sociedades ensina-nos que, para os humanos, há muitas maneiras de viver em comunidade. Que a forma que nós escolhemos não é a única válida ou simplesmente possível (...). Estas sociedades conseguiram um determinado número de coisas que nós ignoramos ou que já não sabemos fazer: como transmitir, sem brusquidão nem choques, a cultura ao longo das gerações, e principalmente viver em boa relação com o meio natural”*.

O geógrafo Lambin (2006, p. 66 e seguinte) explica que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma tentativa de conciliar dois grandes mitos da civilização ocidental: o do progresso contínuo e indefinido e o das sociedades originais que vivem em harmonia com uma natureza virgem. Quanto a nós diríamos que o ímpeto subjacente ao impulso do Homem para controlar a Natureza poderá ser demasiado forte para ser travado. Presentemente, o Homem tem a possibilidade de reconstruir-se a si e ao seu corpo e não apenas a um mundo que começou por moldar à sua imagem e semelhança. A consciência radical desta condição conduz-nos à ideia de “*ciborguiização*” do Homem. Levanta-se, assim, uma outra questão: a de saber se o ser humano pode adquirir as funções de uma máquina (as capacidades de memória do computador, a dureza de um braço robotizado) e tornar-se um organismo cibernético, fundido a máquina e o ser vivo.

Num excelente ensaio sobre a unificação da carne e das máquinas, Brooks, director do Laboratório de Inteligência Artificial, do *Massachusetts Institute of Technology*, apresenta uma previsão da ciência para os próximos cinquenta anos, na qual destaca que, nos próximos dez a vinte anos, ocorrerá “*um desvio cultural*”, em que adoptaremos tecnologia robótica, silício e aço nos nossos corpos para melhorar as nossas capacidades e a nossa compreensão do mundo, sendo que depois (presumivelmente, daqui a um quarto de século) começarão a estar disponíveis desenvolvimentos semelhantes de natureza biológica. Nas suas palavras, “*Neste espaço de tempo tornar-se-á comum o uso, em grande escala, da engenharia genética, para além da agricultura e da medicina, nas quais já é actualmente utilizada. A engenharia genética será usada na indústria do petróleo, na produção de plásticos e outros materiais, na reciclagem, nas fontes de energia renovável e em outras aplicações difíceis de imaginar neste momento. Por volta de 2025, teremos atingido também um controlo explícito suficiente para aplicar estas tecnologias nos nossos próprios corpos. Esta coincidência não deve constituir uma surpresa, resultará da mesma ciência e da mesma tecnologia aplicadas em direcções ortogonais. (...) Em meados do século XXI teremos muitas, mesmo muitas, novas capacidades biológicas?*” (Brooks, 2008, p. 184 e seguinte). Esta situação coloca obviamente enormes desafios.

Para Lambin (2006, p. 15) aquilo que está em jogo para a humanidade é saber se o homem vai poder continuar a melhorar a sua qualidade de vida, mantendo em simultâneo o subtil equilíbrio entre as actividades humanas e o mundo natural. De acordo com este geógrafo belga, os dados recentes das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas, reforçados pela observação atenta das evoluções contemporâneas, deveriam dar-nos também uma resposta rigorosa à questão de saber se devemos ser pessimistas ou optimistas quanto ao futuro do nosso planeta e, logo, da Humanidade. É importante salientar que a resposta a esta última questão tem tido abordagens diversas e que estas, segundo Santos (2007, p. 250), se distribuem

ao longo de uma dimensão em que, num dos extremos, temos o discurso dos limites ou da sobrevivência e, no outro, o discurso prometeano, a que já fizemos referência.

A ideia fundamental do discurso dos limites é a de que o paradigma actual do crescimento conduz mais tarde ou mais cedo a situações de crise e colapso, porque implica um consumo de recursos e um nível de interferência sobre os sistemas terrestres insustentável. Há quem defenda que só as graves crises conseguirão induzir as necessárias mutações. Por exemplo, Al Gore, antigo vice-presidente dos EUA, em *The Earth in the Balance*, no parágrafo inicial das suas conclusões sobre “*um novo objectivo comum*”, do seu manifesto ecologista, alerta para o colapso iminente afirmando, claramente, que: “*A moderna civilização industrial, da forma como está presentemente organizada, entrou em colisão violenta com o sistema ecológico do nosso planeta. A ferocidade do ataque contra a Terra é de tirar o fôlego e as consequências tremendas desse facto ocorreu tão rapidamente que desafiam a nossa capacidade de as reconhecer, de abarcar as implicações globais e organizar uma resposta apropriada e atempada*” (Al Gore, 1993, p. 277). De igual modo, Santos, na sua obra *Que Futuro? Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*, conclui que é muito provável que a nova correlação de forças entre a humanidade e o planeta Terra o marque de forma profunda e duradoura, já que “*A humanidade passou a perturbar e a alterar a biosfera, a atmosfera e outros sistemas numa escala espacial e com um ritmo que nunca tinha sido atingido. A escala espacial é global pois atinge toda a superfície da terra e o ritmo das alterações antropogénicas é inédito, dado que se processam em intervalos de tempo da ordem de décadas a poucos séculos em lugar de muitos séculos a milénios necessários para as alterações naturais provocadas pela dinâmica dos sistemas terrestres*” (Santos, 2007, p. 80).

O discurso prometeano, que se opõe ao discurso dos limites, baseia-se na confiança praticamente ilimitada de os humanos, com o seu engenho e auxiliados pela ciência e pela tecnologia, resolverem todos os problemas colocados pelo paradigma do crescimento perpétuo, no presente e no futuro, incluindo os de natureza ambiental. Assim, e numa perspectiva contrária à dos dois autores anteriores, o estatístico americano Lomborg (2001) contesta as muito difundidas teses alarmistas (como são por si qualificadas) de que a situação do ambiente está indo de mal a pior. Por um lado, critica a forma selectiva e insidiosa como muitas organizações ambientalistas manipulam as provas científicas e, por outro, enfatiza a ideia de que há mais razões para sermos optimistas do que pessimistas. Desta forma, ao questionar-se sobre se a situação real do mundo é uma situação de catástrofe ou de progresso, Lomborg aponta o que considera ser os dois grandes e remanescentes desafios do século XXI para a humanidade: a fome e a pobreza. Como refere na sua abordagem, porque “*ainda restam 800 milhões de pessoas famintas e cerca de 1,2 bilhão de pessoas pobres no mundo*” (Lomborg, 2001, p. 393), para assegurar a melhoria a longo prazo da qualidade ambiental dos países em vias de

desenvolvimento é, sobretudo, necessário em primeiro lugar garantir o crescimento de modo a libertar essas pessoas da fome e da pobreza. Para este autor, somente quando somos suficientemente ricos é que podemos começar a pensar nos problemas ambientais, preocuparmo-nos com eles e atacá-los. Quanto aos países ditos desenvolvidos, na sua análise refere a ocorrência de grandes melhorias em geral e, também, na área ambiental. Para Lomborg, “(...) *em muitas áreas e através dos tempos, valerá a pena investir ainda mais na gestão judiciosa do meio ambiente*” (Lomborg, 2001, p. 393), conquanto as evoluções positivas observadas nos países desenvolvidos não implicam que já não é necessário a preocupação com o ambiente.

Numa reflexão sobre ecologia e custos de produção capitalista, Wallerstein (2008, p. 3) observa que há dois itinerários possíveis para o Estado ajudar as empresas através da atribuição de subsídios legais (caso em que o governo aceita formalmente “*pagar a conta*”) e da omissão com relação aos deveres das empresas (caso em que o governo “*não faz nada*”). Ocorre que os subsídios legais são medidas que têm vindo a provocar crescentes protestos por parte de empresas concorrentes, em particular, e dos contribuintes, em geral, enquanto que a omissão do Estado em relação aos deveres das empresas encontra menor resistência, permitindo às empresas “internalizar” alguns dos seus custos. Os movimentos ambientalistas têm avançado com uma série de propostas para que as empresas incluam os custos de restauração do meio ambiente no sentido da sua preservação (com particular destaque para a “limpeza” dos efeitos negativos da sua actividade produtiva, como seja remover resíduos não biodegradáveis) e invistam na renovação dos recursos naturais que foram usados (por exemplo, plantar árvores). Em geral, segundo o citado autor, estas propostas têm recebido uma considerável resistência por parte da maioria das empresas que geram o que se convencionou chamar de externalidades<sup>37</sup>. Para Wallerstein (2008, p. 4), a implementação de medidas ecológicas, de preservação do ambiente, significativas e seriamente levadas a cabo poderia, muito bem, representar o golpe de misericórdia na viabilidade da economia-mundo capitalista. Contudo, o “*não fazer nada*” é a alternativa que tem prevalecido. Note-se, no entanto, que a tendência descrita por este autor não pode ser considerada como absoluta, embora possa ser dominante. As resistências à crescente regulamentação relacionada com o ambiente e a recusa da internalização dos custos ambientais nos processos produtivos têm, por parte de muitos empresários, vindo a alterar-se. Todavia, como as regulamentações decididas ao nível de cada Estado nem sempre controlam eficazmente os comportamentos das

---

<sup>37</sup> Externalidades são actividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou benefícios. Quando os efeitos provocados pelas actividades são positivos, estas são designadas por externalidades positivas. Ao contrário, quando os efeitos são negativos, designam-se por externalidades negativas.

empresas, compreende-se a importância da acção das instituições internacionais na implementação de normas.

Com este espírito, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 2000, lançou uma iniciativa de cidadania empresarial, *Global Compact*, que, à escala planetária, propõe aos agentes económicos comprometerem-se em relação a um conjunto de princípios<sup>38</sup> no campo dos direitos humanos, do direito do trabalho, de protecção ambiental e contra a corrupção. Para garantir a efectiva aplicação deste código de boa conduta foi posteriormente lançada, em 2002, uma outra iniciativa, a *Global Reporting Initiative*, que visa a implementação de um relatório normalizado de desenvolvimento sustentável das empresas. Nele se aborda em pé de igualdade as questões económicas, sociais e ambientais<sup>39</sup>. Este tipo de iniciativas, ou outros projectos semelhantes, ficarão certamente sem efeito se os consumidores e os investidores não adoptarem eles próprios comportamentos mais éticos (ou seja, preferindo os primeiros o consumo de produtos ecológicos e os segundos as empresas que se inscrevem realmente numa perspectiva empresarial de desenvolvimento sustentável).

De acordo com Brodhac (2004, p. 376) seria, aliás, um erro encarar estas questões apenas sob o prisma da obrigação legal. Na proposta de caminhos alternativos que visam a preservação do ambiente, um dos princípios económicos mais defendidos consiste, amiúde, na verificação de quanto estão dispostas as pessoas a pagar por bens ou serviços, tanto produzidos pelos seres humanos como presentes nos ecossistemas, e que passam a ser transaccionáveis no mercado. A ideia central é de que é preferível uma regulação do mercado a uma qualquer regulação governativa, esta última considerada pela generalidade dos autores, entre os quais Almeida, como “*uma ingerência coerciva*” (Almeida, 2007, p. 44). Defende-se, assim, que através da lei da oferta e da procura se consegue assegurar a preservação do ambiente desde que as pessoas assim o desejem e o manifestem no seio das diferentes opções de mercado.

---

<sup>38</sup> Esses princípios estão expressos em <http://www.unglobalcompact.org/>. E que podemos resumir da seguinte forma: Respeitar e proteger os direitos humanos; Impedir violações dos direitos humanos; Apoiar a liberdade de associação no trabalho; Abolir o trabalho forçado; Abolir o trabalho infantil; Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho; Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Promover a responsabilidade ambiental; Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente; Combater a corrupção em todas as suas formas. Para demonstrar a concordância com estes princípios espera-se que anualmente as empresas elaborem uma “*Comunicação do Progresso*”, onde expressem o que têm feito em prol dos princípios, aceites universalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, e na Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>39</sup> Para mais informação, consultar <http://www.globalreporting.org/>.

### 1.3 Sustentabilidade na agricultura: o caso da Agricultura Biológica (AB)

Na introdução da sua obra *O Terceiro Milénio*, Fonseca (1999, p. 5) escreve que: “*Nos tempos de progresso e de esperança, raras vezes se perguntava como seriam os dias do futuro. Todos os supunham bem cheios de riqueza, paz e justiça. Hoje não é assim. Mesmo aquelas pessoas que dizem ser indiferentes ao dia de amanhã não podem evitar a pergunta: - Onde é que isto vai parar?*” Qualquer que seja a resposta, não podemos deixar de reconhecer que ao pensarmos o futuro, a partir deste início de milénio, somos confrontados com o peso dos prognósticos e expectativas negativas e sombrias. Ao contrário do que sucedeu na transição do século XIX para o século XX, são os elementos de risco e de perigo que ganham uma clara preponderância sobre os factores de progresso e esperança.

Para Santos (2007, p. 457) prever o futuro da odisseia humana é evidentemente impossível. No entanto, no início do século XXI, mais do que no passado, há um grande número de actividades humanas com impactos cumulativos gravosos sobre os sistemas terrestres e sobre os recursos naturais que se irão manifestar sobretudo a médio e longo prazo. Alguns impactos poderão mesmo ser irreversíveis em escalas de tempo já muito grandes relativamente à duração das gerações humanas, da ordem de milhares de anos. Acresce que, os efeitos de todos esses impactos poderão agravar os problemas decorrentes das profundas desigualdades de desenvolvimento económico e social a nível global e aumentar o risco de crises futuras graves (Santos, 2007, p. 453). Desta percepção intui-se, pois, a ideia de que o futuro a médio e longo prazo é relevante e, sobretudo, que está associado a um grau de risco significativo.

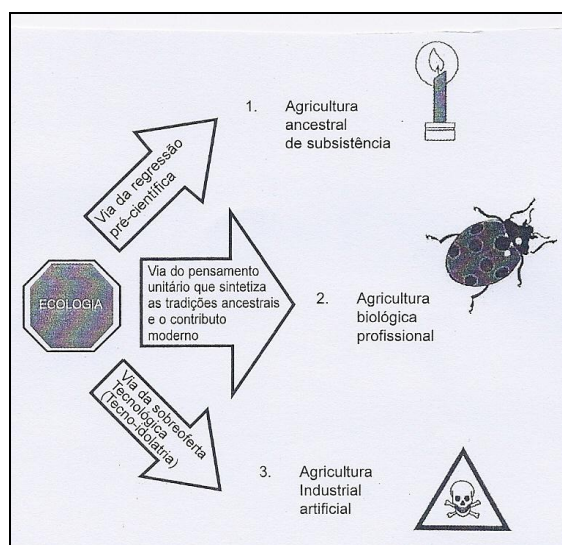
Por tudo isto, a atitude racional ideal seria a de procurar moderar ou, até mesmo, evitar os comportamentos e as actividades produtivas que projectam impactos e riscos graves sobre o futuro. Segundo Santos (2007, p. 454) há, porém, três ordens de razões que a contrariam. A primeira, mais primária e egoísta, é considerar que o futuro distante (para lá de uma ou duas gerações) é algo que não nos diz respeito directamente e que por isso não deve condicionar as nossas acções. Uma segunda ordem de razões, mais amadurecida e subtil, é reconhecer que o actual paradigma de desenvolvimento numa população mundial crescente poderá envolver riscos futuros graves e ter impactos perigosos sobre o ambiente e os recursos naturais, mas que toda essa problemática poderá ser evitada por meio de soluções tecnológicas mais ou menos complexas e viabilizadas pela ciência. Este discurso baseia-se, em última análise, na convicção de que o engenho humano é praticamente ilimitado, pelo que será sempre possível encontrar recursos, naturais ou não, suficientes para assegurar o desenvolvimento económico e



mitigar ou resolver tecnologicamente todos os problemas ambientais. Por fim, a terceira ordem de razões relevante que se fundamenta na incerteza associada aos impactos futuros das actuais problemáticas do desenvolvimento e que invoca o princípio da precaução como forma de evitar riscos futuros (sobretudo quando as medidas mitigadoras forem muito onerosas e se aqueles estiverem afectados por incertezas significativas).

Pela nossa parte acreditamos que para trás não ficaram condutas cristalizadas no tempo, porque a elas regressamos, de modo diferente é certo, à medida que avançamos no presente. É o caso da agricultura biológica que tem vindo a ser cada vez mais reconhecida como uma alternativa aos sistemas de produção convencionais. Como sustenta o agrónomo e médico francês Rodet, a agricultura biológica é “(...) o resultado de uma ruptura com um método de cultura anormal e uma forma de viver antinatural, estando as duas ligadas. Trata-se de uma escolha entre os dois impasses que se apresentam: a supremacia tecnológica e a regressão pré-científica” (Rodet, 2004, p. 41). Há, assim, uma terceira possibilidade, a via do futuro (ou da agricultura biológica profissional, tida como a via do pensamento unitário que sintetiza as tradições ancestrais e o contributo moderno, cujo símbolo é a joaninha) em alternativa a duas outras. Uma, que o autor designa de via do passado (ou agricultura ancestral de subsistência, vista como a via da regressão pré-científica, cujo símbolo é a vela). Outra, que designa de via do presente (ou agricultura industrial artificial, caracterizada por ser uma via da sobre-oferta tecnológica, a da tecnocracia, cujo símbolo é o sinal de perigo de morte).

**Figura 1: As três vias da agricultura de Jean-Claude Rodet.**



Fonte: Rodet, Jean-Claude (2004), *Agricultura Biológica. Uma opção Inteligente...*, p. 42.

Se, por um lado, a agricultura ancestral de subsistência contribui para a protecção do ambiente e dos recursos naturais, mas com menor rendibilidade, a utilização de métodos mais intensivos origina, por outro lado, vários problemas (com particular destaque para as alterações negativas nas características do solo, da água e do ar, os efeitos na saúde humana devido, essencialmente, aos altos índices de toxicidade provocados pelos químicos, o esgotamento dos recursos naturais e o êxodo rural). Para Frescata (2001), a agricultura biológica apesar de não constituir uma alternativa global, visto que tal significaria que a sociedade humana estava organizada num sistema “ecológico”, pode actuar como um sistema modelo, necessário. A história da agricultura biológica é, porém, antiga. Vejamos, sumariamente, os principais factos e os protagonistas dessa história.

### 1.3.1 Principais factos e protagonistas da história que conduziu à AB

Rodet (2004, p. 31) refere, por exemplo, o papel de Olivier de Serres, nos séculos XVI-XVII, ou de Justus von Liebig e de Boussingault, no século XIX. O francês Olivier de Serres (1539-1619) ficou conhecido pela sua obra agronómica *O Teatro de Agricultura e Trabalho dos Campos*, na qual avança com a tese de que é necessário respeitar tudo o que vive e nasce sob o sol, plantas e animais, porque este é o trabalho de Deus. Ao descobrir o efeito fertilizante do nitrogénio sobre as plantas, Justus von Liebig (1803-1893), químico alemão, difundiu a ideia de que o aumento da produção agrícola seria directamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo (Rodet, 2004, p. 31). Por sua vez, Boussingault (1802-1887) tornou-se conhecido pela sua contestação às teorias da lei da restituição de Liebig, no que diz respeito ao princípio enunciado na sua teoria mineral, que defende que todo o vegetal se nutre de alimentos inorgânicos ou minerais (Rodet, 2004, p. 32). Entre outros, Louis Pasteur (1812-1895), Serge Winogradsky (1856-1953) e Martinus Beijerinck (1851-1931), percursores da microbiologia dos solos, contribuíram com mais fundamentos científicos que foram entendidos como uma contraposição às teorias de Liebig ao provarem a importância da matéria orgânica nos processos produtivos agrícolas. Contudo, mesmo com o aparecimento de factos científicos a respeito dos equívocos daquele químico alemão, os impactos das suas descobertas tinham extrapolado o meio científico, ganhando um poder extremo nos sectores produtivo, industrial e agrícola, e abrindo um amplo e promissor mercado, o de fertilizantes artificiais ou de síntese (Indrio, 2009, p. 13).

Já no início do século XX surgem contribuições diversas de técnicos franceses, alemães, ingleses, americanos e japoneses que estudaram aspectos ligados ao solo, ao uso de fertilizantes orgânicos e às transmutações biológicas e que desenvolveram métodos específicos como a agricultura biodinâmica, a agricultura biológica ou orgânica, como é referida na literatura anglo-saxónica e no Brasil, a agricultura natural ou ecológica, como também é conhecida. Seja qual for a designação usada, surgem pelo mundo diferentes correntes de pensamento que irão disseminar os conceitos básicos da utilização de práticas agrícolas mais sustentáveis que, embora todas elas consentâneas com a Natureza, diferem na forma como são praticadas e, sobretudo, na filosofia que lhes está ou não subjacente.

Em 1924, o filósofo austríaco, Rudolf Steiner apresentou uma visão alternativa de agricultura, baseada na ciência espiritual da antroposofia (que procura uma abordagem holística dos problemas, na qual o corpo e a mente, os ecossistemas naturais e o cosmos, formam um todo harmonioso) que ele próprio criara. O conjunto de oito conferências, que proferiu em Koberwitz (Alemanha), de 7 a 16 de Junho de 1924, para agricultores que se preocupavam com o rápido declínio das culturas e com as criações animais submetidas às tecnologias modernas e à química, constituem os fundamentos do que viria a ser a agricultura biodinâmica<sup>40</sup>. Esta prática agrícola destaca não só os aspectos biológicos e físicos do solo, plantas e animais, como também defende que as energias cósmicas e espirituais (a influência dos ciclos lunares e astrais) têm efeitos nas colheitas agrícolas. As ideias de Rudolf Steiner foram difundidas para vários países do mundo, com a colaboração de Ehrenfried Pfeiffer (1899-1961). Na actualidade, os produtos biodinâmicos são comercializados com a certificação da Associação Demeter, sediada na Alemanha (Firmino, 1999, p. 244).

Hans Peter Müller, político suíço, na década de 1930, lançou as bases do método orgânico-biológico de produção agrícola. Ele preocupava-se com a autonomia dos produtores e com os sistemas de comercialização directa aos consumidores. Na década de 1960, o médico alemão Hans Peter Rush, interessado nas relações entre dieta alimentar e saúde humana, sistematizou e difundiu as propostas de Müller. As novas ideias em torno de sistemas de produção que conduzem à implementação da produção sustentável, no espaço e no tempo, mediante utilização racional e protecção dos recursos naturais, sem utilização de produtos químicos nocivos à saúde do ser humano, animais e ambiente, mantendo o incremento de

---

<sup>40</sup> O termo biodinâmico é a composição das palavras biológico e dinâmico. A primeira refere-se a uma agricultura que impulsiona os ciclos vitais, através da adubação verde, das consociações e rotações de culturas e da integração das actividades agrícolas com a Natureza. A segunda refere-se ao conhecimento e aplicação pelo agricultor dos ritmos formativos e de crescimento da Natureza através da utilização de preparados homeopáticos para revitalizar as plantas e estimular o seu crescimento, do estudo dos ciclos lunares e astrais e da estruturação da paisagem agrícola.

fertilidade e vida dos solos e a diversidade biológica, e respeitando a integridade cultural dos agricultores, foram divulgadas especialmente após a II Guerra Mundial. Em geral, esses sistemas apresentaram-se como alternativa ao padrão tecnológico da agricultura moderna estabelecido pela Revolução Agrícola, da década de 1940, denominada de Revolução Verde. Esta dá prioridade à obtenção de maior produtividade, com base na utilização intensiva de produtos químicos, biotecnologia e mecanização, sem avaliar adequadamente as consequências ou impactos sobre o ambiente, saúde humana e estrutura social das comunidades rurais.

Em 1940, o inglês Sir Albert Howard dá início a uma das mais difundidas correntes do movimento que defende uma produção agrária de maior qualidade. A sua obra *Um Testamento Agrícola* foi o principal ponto de partida para a agricultura biológica (Rodet, 2004, p. 33). Howard difundiu as suas teorias agrícolas depois de observar de perto as práticas ancestrais de camponeses indígenas, tendo trabalhado na Índia durante quase 40 anos. Publicou obras relevantes, nas quais defendia a não utilização de adubos químicos, destacando a importância da técnica de compostagem e do uso de matéria orgânica na melhoria da fertilidade e vida do solo e que da fertilidade natural do solo dependia a resistência das plantas a pragas e doenças. Estas ideias estiveram na base da fundação da *Soil Association*, criada em 1946 por Lady Eve Balfour, em Inglaterra. No final da década de 1940, nos EUA, Jerome Rodale, influenciado pelas ideias de Sir Albert Howard, fundou um forte movimento em prol da agricultura biológica. Em 1947, foi criado o *Rodale Institute* que desde então impulsiona a realização de pesquisas, o serviço de extensão rural e o ensino da agricultura biológica naquele país (Disponível em <http://www.rodale.institute.org/>).

Na década de 1950, o movimento de agricultura biológica fez numerosos adeptos, nomeadamente em França (Associação *Nature & Progrès*)<sup>41</sup>, onde Raoul Lemaire e Jean Boucher, as suas principais figuras, preconizam um retorno às fontes do campesinato, preocupando-se sobretudo com a promoção de uma agricultura familiar produtiva de alimentos saudáveis (Rodet, 2004, p. 33). Dentro desta tendência, cabe destacar ainda a participação de dois franceses considerados como protagonistas no desenvolvimento científico da agricultura biológica. O primeiro é Claude Aubert que, em 1974, publicou a obra *L'Agriculture Biologique*, mais uma crítica veemente contra o padrão convencional, na qual destacou a importância de manter a saúde dos solos para melhorar a saúde das plantas e, em

---

<sup>41</sup> Esta associação materializou a tendência mais orientada para a defesa dos princípios originais do movimento de agricultura biológica francês, valorizando a produção e venda dos produtos sem passar por uma homogeneização das normas ou sem estar sujeita a condicionamentos de critérios formais na qualidade da produção ou na comercialização dos produtos biológicos. Em contraponto à tendência mais orientada para o mercado, na qual os produtores agrícolas estariam particularmente interessados em vender obedecendo a critérios de produção específicos, governados e sujeitos às práticas de inspeção e certificação (Truninger, 2010, p. 24 e seguinte).

consequência melhorar a saúde do homem. O segundo é Francis Chaboussou que criou a teoria da trofoliose<sup>42</sup>. Em 1980, este biólogo francês, publicou *Les Plantes Malades des Pesticides*, na qual demonstrou que uma planta em bom estado nutricional é mais resistente ao ataque de pragas e doenças. Um outro aspecto destacado pelo autor naquele seu famoso livro é que a aplicação em excesso de químicos causa um desequilíbrio nutricional e metabólico à planta, deixando-a mais vulnerável e causando alterações na qualidade biológica dos alimentos (Rodet, 2004, p. 34).

Outra corrente importante do movimento biológico é a da agricultura natural, surgida em meados da década de 1930, com o “mestre” Mokiti Okada (1882-1955). Para este filósofo japonês, a Natureza, no seu estado original, é a verdade, e deve, portanto, ser respeitada. Conforme Mokiti Okada esclarece em diversos tratados, a Humanidade, no curso do seu desenvolvimento, veio gradualmente a afastar-se das Leis da Natureza, até promover o actual estágio de degradação do meio ambiente. Nesse contexto, situa-se a agricultura. O problema acrescido do aumento populacional do planeta dificilmente seria resolvido pela continuidade do método agrícola convencional. Já em 1935, Mokiti Okada afirmava que, “*O método agrícola que negligencia o poder do solo, as plantações e a Natureza prejudica não somente o solo, mas todo o ambiente de cultivo, criando uma nova crise na humanidade*” (Fundação Mokiti Okada, 2010). Mokiti Okada incentivou a prática do altruísmo e a apreciação do belo, como formas para a elevação da sensibilidade e a aplicação de um método agrícola sustentável, que preserva o ambiente e promove a saúde de produtores e consumidores, oferecendo alimentos puros e saborosos. A filosofia de Mokiti Okada foi estabelecida com base nas Leis da Natureza, alicerçada na trilogia verdade-bem-belo.

Estas ideias foram reforçadas e difundidas internacionalmente pelas pesquisas de Masanobu Fukuoka (1913-2008), agricultor e microbiólogo japonês, que defendia a manutenção do sistema agrícola o mais próximo possível dos sistemas naturais. O método utilizado na agricultura natural defende que o agricultor não deve arar a terra, aplicar insecticidas e fertilizantes e nem mesmo utilizar compostos. Deve sim, aproveitar ao máximo os processos que já ocorrem espontaneamente na Natureza, sem esforços desnecessários e desperdício de energias. Actualmente, com 56 filiais em 39 países, as práticas mais reconhecidas pela agricultura natural são a rotação de culturas, o uso de adubos verdes, o emprego de composto e o uso de cobertura morta (restos vegetais) sobre o solo. No que se refere ao controle de pragas e doenças, aconselha-se a manutenção das características naturais

---

<sup>42</sup> Teoria que diz que a adubação mineral e o uso de químicos provocam a inibição na síntese de proteínas, causando a acumulação de nitrogénio e aminoácidos livres no suco celular e na seiva das plantas, dois alimentos que pragas e microrganismos patogénicos utilizam para proliferar.

do ambiente, melhoria das condições do solo (e, portanto, do estado nutricional dos vegetais), o emprego de inimigos naturais de pragas e, em último caso, a utilização de produtos naturais não poluentes (Fundação Mokiti Okada, 2010). Na Austrália, as ideias acerca da agricultura natural evoluíram nas mãos dos naturalistas Bill Mollison (1928-) e David Holmgren (1955-), e deram origem a um novo método conhecido como permacultura<sup>43</sup>, que une culturas ancestrais como a dos aborígenes com os conhecimentos da ciência moderna, utilizado para definir o planeamento de sistemas (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

No início da década de 1960, a publicação do livro de Rachel Carson *Silent Spring* veio chamar a atenção da opinião pública americana e mundial para os efeitos nefastos que a excessiva utilização dos pesticidas e insecticidas químicos sintéticos na agricultura estava a causar ao ambiente, inclusive a grandes distâncias das áreas de aplicação. Esta bióloga marinha alertava já, naquela altura, para os problemas resultantes da ingestão de substâncias não metabolizáveis por parte dos seres vivos, ao mesmo tempo que denunciava o facto de ter sido feita pouca ou nenhuma investigação prévia sobre as consequências daqueles produtos perigosos nos domínios da água, da vida das espécies selvagens e do próprio homem. A mensagem era directamente dirigida para o uso indiscriminado do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), aclamado como o pesticida universal e que se tornou o mais amplamente utilizado dos novos pesticidas sintéticos. O debate público sobre a utilização dos produtos químicos na agricultura continuou através dos anos 1960, e algumas das substâncias listadas pela autora foram proibidas ou sofreram restrições de uso.

Entre os primeiros indícios de que o mundo começava a preocupar-se com o impacto dos danos ambientais nas gerações actuais e seus reflexos para as futuras destaca-se, ainda, em Setembro de 1968, a realização, em Paris, da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, sob a coordenação da UNESCO, que teve por principais objectivos analisar o uso e a conservação da biosfera, o impacto da acção humana sobre a mesma e, também, a questão ambiental. Foi também nesta década que, fruto dos malefícios dos impactos do modelo de desenvolvimento directamente sentidos pela população, começaria a despertar uma tomada de consciência ecológica sem precedentes e que viria a desencadear nos anos 1970 a formação de um

---

<sup>43</sup> A permacultura considera as plantas, animais, construções, infra-estruturas (água, energia, comunicações) não apenas como elementos isolados, mas como sendo parte de um grande sistema intrinsecamente relacionado. Os sistemas de permacultura são globalmente reconhecidos como positivos para a economia e, sobretudo, para o ambiente e a dignidade humana. Além dos princípios éticos de cuidar da Terra, de cuidar das pessoas e de distribuir os excedentes e aplicar limites ao consumo, a abordagem da permacultura utiliza um conjunto de princípios de planificação regedores da intervenção no terreno que, quando aplicados correctamente e com eficácia, tem tendência a criar e manter permanentes os sistemas naturais e humanos.

movimento ambientalista muito forte nos EUA, com crescente protagonismo político e a estender a sua influência a sectores cada vez mais alargados da sociedade<sup>44</sup>. Nos anos 1960, as principais questões ambientais eram os problemas de crescimento populacional, o desenvolvimento industrial e a corrida ao armamento (testes nucleares). Neste contexto, a agricultura biológica surge ligada à luta contra a agricultura industrial ou química (com tecnologias de capital intensivo, concentração fundiária, especialização e subordinação ao comércio e às agro-indústrias), mas também aos movimentos ecológicos, de defesa do consumidor, dos direitos dos animais e anti-nucleares.

No período seguinte surgem os acontecimentos que despertariam de vez a atenção internacional para os efeitos provocados pela industrialização da agricultura, não só no ambiente como também na saúde humana. Assim, por exemplo, em 1970 mais de trezentos mil americanos participaram do *Earth Day*, considerado, desde então, a maior manifestação ambientalista da história. Dois anos depois, seria um ano chave para as discussões públicas sobre o sentido do progresso industrial e sobre o aumento da população mundial. O Relatório Meadows, intitulado *The Limits to Growth*, que analisa os impactos da actividade económica na biosfera e que lança um alerta sobre os limites do crescimento económico, publicado em 1972, por iniciativa do Clube de Roma, teve um enorme impacto nos meios de comunicação social. Naquele mesmo ano, uma outra publicação expressiva com especial interesse para uma agricultura sustentável: o texto *Blueprint for Survival*, editado na revista britânica *The Ecologist* (1972), que defendia a ênfase em actividades humanas que envolvessem o mínimo de impactos ambientais negativos e o máximo de conservação de energia e de matérias-primas, visando a auto-suficiência e a sustentabilidade. Também em 1972, e a um nível político, foi protagonizada a Conferência de Estocolmo, que organizada pela ONU, e tida como um dos mais significativos sinais de mudança, seria a primeira reunião de carácter oficial a tratar de assuntos ambientais. A Conferência, reunindo representantes de 113 países e de 250 organismos não-governamentais, tinha como principais objectivos: fazer um balanço dos problemas ambientais em todo o mundo e procurar novas soluções bem como novas políticas governamentais, no sentido de reduzir os prejuízos causados ao meio ambiente<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Note-se, todavia, que em alguns países europeus, Alemanha, Inglaterra, França e Itália, só no princípio dos anos 1980 surgiria o Partido dos Verdes. O Partido dos Verdes também chegaria a Portugal, mas apenas em 1986.

<sup>45</sup> Um ano antes desta Conferência era criada uma organização não-governamental que ao longo dos anos se consolidaria como, talvez, o maior ícone na defesa do meio ambiente no mundo: o *Greenpeace*. Desde a sua criação, o grupo adoptou uma política de acção directa não violenta que consiste em chamar a atenção da opinião pública, através dos meios de comunicação social para as disfunções ambientais, catástrofes, reivindicações locais, ameaças globais, etc. A expectativa foi sempre a de pressionar os principais decisores políticos a nível mundial (e, consequentemente, os seus governos), em favor das suas causas, o que fez dele uma poderosa arma no combate à destruição do meio natural e à degradação da qualidade de vida no nosso planeta.

No ano seguinte surge *Small is Beautiful*, de Ernest Frederick Schumacker (1973), que preconizava a vida nas sociedades industriais modernas como uma vida desvirtuada pelo culto obsessivo do crescimento económico ilimitado. Schumacker julgava inevitável o colapso dessas sociedades caso não houvesse uma reorientação para um modelo de vida compatível com as verdadeiras necessidades do Homem. Em 1979, o filósofo Hans Jonas publica *Das Prinzip der Verantwortung* (O Princípio da Responsabilidade). Nesta sua obra aponta a incapacidade da ética tradicional para responder aos desafios colocados pela crise ambiental da era contemporânea, por esta se encontrar confinada a horizontes espaciais e temporais bastante limitados. Perante a magnitude dos passos do ser humano e a imprevisibilidade do conhecimento, este autor propõe uma heurística do medo como uma atitude deliberada que dê prioridade às profecias de catástrofe em detrimento da felicidade e a única capaz de limitar alguns caminhos já encetados pelo homem e decorrentes do seu poder tecnológico. Em simultâneo, coloca a responsabilidade no centro do domínio da ética, de forma a sublinhar os deveres do homem para consigo mesmo, a sua posteridade e a plenitude da vida terrestre que se encontra sob o seu domínio.

O movimento de agricultura biológica internacional ganhou um forte impulso após esses eventos, o que incentivou a fundação da *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)*, que actualmente reúne 750 organizações, tem membros em 108 países e está sediada na Alemanha (Disponível em <http://www.ifoam.org/>). Esta federação tem por objectivo, a partir das organizações de agricultores, multinacionais e agências de certificação, garantir a credibilidade e a longevidade da agricultura biológica como um meio para a sustentabilidade económica, social e ambiental. Neste período, anos 1970, a principal preocupação era o controle da poluição considerada por diversos autores como uma das formas de disfunção ambiental mais popularizada, resultante da incapacidade de muitos ecossistemas poderem incorporar e metabolizar elementos estranhos à natureza dos seus constituintes ou aqueles que se apresentam em quantidades e com um ritmo superior ao seu poder adaptativo (Odum, 1988).

Posteriormente, na década de 1980, tomou-se consciência da gravidade da poluição de fraca intensidade, mas cujos efeitos acumulados poderiam ser igualmente graves: a poluição provocada pela agricultura de mercado que ameaça o equilíbrio biológico dos solos e a qualidade das águas; a poluição causada pela circulação automóvel que prejudica a qualidade do ar nas cidades e contribui para o efeito de estufa; a poluição com origem nos resíduos domésticos produzidos pela vida quotidiana das famílias, entre muitas outras. Segundo Brodhac (2004, p. 369) evoluiu-se, então, para uma fase de “individualização” da poluição.



Depois, atendendo à necessidade de proteger a camada de ozono e de prevenir as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade, o desafio ambiental tornou-se mundial. Chega-se, portanto, à fase onde se destaca a emergência de problemas ambientais de âmbito global, que o mesmo autor denomina de “globalização” da poluição.

De seguida, ainda nos anos 1980, e de acordo com Brodhac, a atenção focalizou-se num tipo de poluição “com efeitos a longo prazo”, de que é exemplo a poluição por resíduos radioactivos, cujas incidências poderão atingir de forma irremediável as gerações futuras. Na realidade, a nível mundial, num período de cerca de trinta anos, de início dos anos 1960 a finais dos anos 1980, assistiu-se a uma tripla mudança de escala: da poluição industrial concentrada à individualização da poluição, da individualização à globalização da poluição e, por fim, da globalização à poluição de longo prazo. Era, então, necessário repensar os métodos de intervenção. De acordo com Brodhac (2004, p. 370), o consumo e os comportamentos individuais foram questionados e, não sendo possível colocar a polícia atrás de cada poluidor, era preciso conceber bens e serviços que reduzissem o impacto sobre o ambiente, utilizar tecnologias limpas, desenvolver sistemas de gestão do ambiente, apostar na modificação do comportamento dos consumidores, entre muitas outras medidas. A eficácia ambiental da economia e da sociedade tornou-se, pois, uma prioridade.

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, denominada Cimeira da Terra. Esta aconteceu 20 anos depois da Conferência de Estocolmo e apresentou uma inflexão importante no discurso político mundial relativamente ao desenvolvimento sustentável. Dos diversos documentos internacionais assinados naquela Conferência destaca-se aqui a Agenda 21 elaborada como “*um programa estratégico que pretende compatibilizar as necessidades de produção e consumo com o uso racional dos recursos naturais, de forma a não hipotecar o futuro*” (Schmidt, Nave e Guerra, 2006, p. 124). Como marcos importantes de confirmação da importância mundial da Agenda 21 poder-se-á mencionar a Declaração do Milénio, emanada pelas Nações Unidas, que reafirma a responsabilidade colectiva de apoiar os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade a nível global, estabelecendo, para isso, metas concretas (“*millennium development goals*”), que pretendem contribuir para inverter a tendência de degradação do ambiente e insustentabilidade das condições de vida em grande parte do planeta; e a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Joanesburgo em 2002, onde se assumiu o compromisso de atingir a aplicação efectiva de toda a Agenda 21 em todo o planeta.

O desenvolvimento sustentável é também um tema fundamental consignado nos tratados da UE. Em Março de 2000, foi adoptado pelo Conselho Europeu, reunido sob a

presidência portuguesa em Lisboa, um objectivo estratégico para a primeira década do século XXI, que consiste em tornar a UE no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. A Estratégia de Lisboa (ou Agenda de Lisboa) para alcançar este objectivo pressupõe um conjunto de linhas de acção política dirigidas à modernização e crescimento sustentável da economia europeia. Esta estratégia só é, porém, viável através de uma execução ao nível de cada Estado-membro. Contudo, como explica Pimpão (2005, p. 12), na generalidade dos Estados-membros, por possíveis dificuldades de agenda ou por terem assumido um maior envolvimento nas questões conjunturais em desfavor dos problemas estruturais (parte deles resultantes das alterações nos factores externos, como o preço do petróleo, guerras, etc.), não foi possível dar a necessária importância às resoluções saídas da Cimeira de Lisboa nem à estratégia dela resultante. Assim, a Estratégia de Lisboa, de 2000, não foi devidamente acautelada nem suficientemente promovida ao nível comunitário, onde a política orçamental e monetária continuou a assumir um papel determinante nas políticas comunitárias, entrando na maioria dos discursos sobre o futuro da Europa, mas de forma geralmente imprecisa e inconsequente.

Cerca de um ano depois, em Junho de 2001, o Conselho Europeu de Göteborg acordou numa estratégia comunitária para o desenvolvimento sustentável, que veio completar o compromisso político relativo à renovação económica e social assumido por todos os Estados-membros da UE, e que acrescentou à Estratégia de Lisboa uma terceira dimensão, de carácter ambiental, estabelecendo-se, desta forma, uma nova abordagem para a definição de políticas e, sobretudo, instando os Estados-membros a adoptarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, consistentes com a que foi acordada a nível comunitário e a procederem a amplos processos de consulta a nível nacional. Esta nova Estratégia da UE para a promoção do desenvolvimento sustentável (“Uma Europa Sustentável para um Mundo Melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”) baseia-se no princípio de que os efeitos económicos, sociais e ambientais de todas as políticas deverão ser analisados de forma coordenada e tidos em conta nos processos de decisão. Neste sentido, e inscrevendo-se no quadro dos preparativos para a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de 2002, o Conselho Europeu reunido em Göteborg estabeleceu uma série de objectivos e medidas distribuídos por quatro áreas prioritárias, que servem de orientação geral para a política de desenvolvimento do território comunitário:

1. combater as alterações climáticas, visto que as emissões de gases com efeito de estufa resultantes da actividade humana contribuem grandemente para o aquecimento global;
2. assegurar transportes sustentáveis, no sentido de encontrar uma solução para os níveis crescentes de tráfego, congestionamento, ruído e poluição, incentivando o uso de meios de transporte que respeitam o ambiente;
3. limitar os riscos para a saúde pública, no sentido de responder às preocupações dos cidadãos com a segurança e qualidade dos alimentos;
4. gerir de modo mais responsável os recursos naturais, com vista a alterar a relação entre crescimento económico, consumo de recursos naturais e produção de resíduos. Para responder a este desafio, o Conselho Europeu de Göteborg decide, por exemplo, que a PAC e a sua evolução futura deverão incluir entre os seus objectivos o de contribuir para alcançar um desenvolvimento sustentável, colocando maior ênfase em produtos saudáveis de elevada qualidade, em métodos de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental, incluindo a produção biológica, as matérias-primas renováveis e a protecção da biodiversidade.

Neste contexto, à semelhança do ocorrido nos restantes países europeus, em Portugal, por iniciativa do XIV Governo Constitucional, em Fevereiro de 2002, através do então Instituto do Ambiente, redigiu-se uma primeira versão de trabalho da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e, sob a égide do XV Governo Constitucional, em Maio de 2002, estabeleceu-se as linhas orientadoras de um plano de implementação dessa mesma estratégia a apresentar na Cimeira Mundial de Joanesburgo, em 2002. Contudo, como explica Schmidt (2007, p. 100), *“Por cá, em vez de se ter aproveitado a ocasião para debater finalmente um projecto para o país, envolvendo os diversos actores sociais, deixou-se andar. E depois, a uns meses do fim do prazo, lá se desenrascou à pressa uma tabela de linhas e princípios gerais que servem, mais uma vez, para deixar as pessoas sem vontade de perceber o que é isso de desenvolvimento sustentável”*. Para a autora, esta primeira versão do documento relativo à ENDS apresentada em Joanesburgo é um documento inócuo. E isto porque, por detrás da fogosa afirmação de princípios e de vagas intenções, não se vislumbra qualquer compromisso de efectividade que se arrisque a tornar a referida estratégia num plano, o plano numa política e a política numa eficácia. Por isso Schmidt (2007, p. 101), questiona: *“Estará o país condenado a ser insustentável?”* Na sua opinião, ninguém quer acreditar nisso, mas, ou bem os cidadãos se mexem e obrigam a transformar este simples enunciado de intenções em compromissos firmes e calendarizados de governação efectiva, ou dentro de muito pouco tempo o país não ganhará para as multas, nem para a vergonha. Pior, nem sequer se poderá morar em Portugal saudavelmente. Todos os índices ambientais, sociais, económicos e de ordenamento do território, nos são desfavoráveis, conclui Schmidt. Para de seguida terminar com outra pertinente questão: *“O governo irá governar então o quê?”* (Schmidt, 2007, p. 101).

Mais tarde, em 2004, durante o XVI Governo Constitucional, para conferir um novo impulso ao processo de elaboração da ENDS foi nomeada uma comissão de especialistas que, nesse mesmo ano, entregou ao então Primeiro-ministro Durão Barroso uma nova versão dessa estratégia, bem como um conjunto de contributos para o seu futuro plano de implementação. Contudo, com a saída deste para Bruxelas e a consequente mudança de Governo, esta segunda versão da ENDS para Portugal não chegou a entrar em vigor, tendo sido definitivamente posta de lado pelo novo executivo liderado por José Sócrates. Criou-se, então, em Junho de 2005, um novo grupo de trabalho que veio cerca de um ano mais tarde a disponibilizar no portal do XVII Governo Constitucional, para discussão pública, o documento “Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015” e o respectivo Plano de Implementação<sup>46</sup>. Porém, só em Agosto de 2007 (depois de recolhido o parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e introduzidos nos dois documentos propostos os aperfeiçoamentos necessários à devida consideração dos contributos entretanto formulados) é que a ENDS e o respectivo Plano de Implementação foram publicados no Diário da República (como Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto de 2007) entrando, assim, em vigor.

O actual documento (“Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Plano de Implementação”) traça três metas transversais que se espera atingir em 2015: colocar Portugal, num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia; entre os primeiros vinte países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e, por fim, com um défice ecológico global inferior ao actual. O desígnio é retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da UE, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social. A sua concretização supõe um programa de acção diversificado que assenta em sete objectivos<sup>47</sup> que pretendem responder de forma equilibrada às três vertentes do desenvolvimento sustentável (desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental).

---

<sup>46</sup> Esta terceira versão esteve em discussão pública durante vários meses e, segundo a presidência do Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 2006, viria a ser um processo amplamente participado, tendo sido concluído a 15 de Outubro de 2006. Já na opinião de Schmidt (2007, p. 102), esse processo não gerou grande mobilização do público.

<sup>47</sup> O primeiro objectivo é “*preparar Portugal para a sociedade do conhecimento*”. O segundo é o “*crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética*”. O terceiro é “*melhor ambiente e valorização do património*”. O quarto é “*mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social*”. O quinto é a “*melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território*”. O sexto é “*um papel activo na construção europeia e na cooperação internacional*” que reafirme quer o compromisso com o projecto europeu quer a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, envolvendo a estruturação de uma rede de relações privilegiadas com algumas regiões de interesse prioritário para a afirmação de Portugal na Europa e no mundo. O sétimo é “*uma administração pública mais eficiente e modernizada*”.

### 1.3.2 Regulamentação e promoção da AB na União Europeia e em Portugal

O MPB está regulamentado na UE desde 1991, pelo Regulamento (CEE) n.º 2092/91, do Conselho, de 24 de Junho, que tem vindo a sofrer diversas actualizações e derrogações, além de ter sido complementado com outros regulamentos e anexos ao documento original<sup>48</sup>. Trata-se de uma regulamentação bastante complexa que permite, por um lado, determinar com rigor as exigências a satisfazer para que um produto agrícola ou um género alimentício possa ostentar a referência ao MPB e, por outro lado, definir regras para a rotulagem, transformação, inspecção e comércio dos produtos da agricultura biológica no interior da Comunidade, bem como a importação destes produtos a partir de países terceiros.

Face ao crescimento da agricultura biológica, a CCE elaborou em Dezembro de 2002 um documento de trabalho interno para um plano de acção europeu em matéria de alimentação e agricultura biológicas. Este documento contém uma análise da situação da agricultura biológica na Europa e uma descrição das 21 propostas de acção para o desenvolvimento do mercado de alimentos biológicos e o aumento da confiança do consumidor (CCE, 2004a). Naquela data, a quota de mercado de alimentos biológicos na UE 15 era de cerca de 2% (CCE, 2004b). Esta realidade exigia, por conseguinte, dar maior atenção às expectativas dos consumidores, estabelecendo-se que estes deveriam ser melhor informados sobre os princípios e objectivos da agricultura biológica, bem como sobre o impacto positivo da mesma no ambiente e na saúde humana. Por outro lado, era importante aumentar a eficácia do apoio público à agricultura biológica, incentivando os Estados-membros a um aproveitamento mais intensivo e coerente das diversas medidas de desenvolvimento rural (através de planos de acção nacionais<sup>49</sup>) e reforçar a pesquisa no domínio da agricultura biológica. Importante era também o aperfeiçoamento da recolha de dados estatísticos sobre produção e comercialização de produtos biológicos como instrumento de definição de políticas. A salvaguarda da integridade do sistema de inspecção do MPB era igualmente uma preocupação, através de propostas que tivessem em conta melhorar e reforçar as normas relativas a este modo de produção e tornar mais eficazes as disposições relativas ao controlo e à importação.

---

<sup>48</sup> O quadro regulamentar que fixa as regras para a produção animal em agricultura biológica, por exemplo, só foi aprovado e publicado no Regulamento (CE) n.º 1804/99, do Conselho, de 19 de Julho.

<sup>49</sup> De um modo geral, estes planos de acção incluíam como objectivo atingir o valor de 5-10% da SAU em modo de produção biológico em 2005 ou 10-20% em 2010, e incluíam um vasto conjunto de apoios à produção através das medidas agro-ambientais e/ou programas de desenvolvimento rural, apoios à transformação e comercialização, à divulgação e educação do consumidor.

Em Portugal, a proposta do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (PNDAB) foi apresentado, em Dezembro de 2003, pelo MADRP. O PNDAB visou criar os instrumentos necessários para, de uma forma coordenada e consistente, se apoiar, alargar e promover a agricultura biológica. Neste sentido, o PNDAB fez parte do programa do Governo português e materializou uma orientação política fundamental do MADRP para o período 2004-2007. Nele eram apontados alguns objectivos estratégicos, a saber: a) tornar o MPB mais conhecido e competitivo; b) aumentar e melhorar a actividade agrícola em MPB; c) aumentar e racionalizar a concentração, embalagem e comercialização de produtos de agricultura biológica; d) reforçar, desenvolver e consolidar a actividade de transformação de produtos obtidos a partir do MPB (MADRP, 2004b, p. 34).

Para serem atingidos estes objectivos, durante o curso do Plano, com efeitos estruturantes no sector para além do ano 2007, propunham-se seis objectivos operacionais: aumentar a superfície agrícola utilizada dos 3,2%, em 2004, para 7,0%, no final de 2007; aumentar a percentagem do número de agricultores aderentes ao MPB dos 0,25%, em 2004, para 1%, no final de 2007; aumentar a quota dos produtos de agricultura biológica no mercado dos produtos alimentares; alargar o número e culturas biológicas, com aumento da produção dos sectores menos desenvolvidos, em especial as culturas hortícolas, os frutos frescos e a vinha; aumentar o número de empresas de acondicionamento, transformação e distribuição, alargando o tipo e a quantidade de produtos processados; reduzir os custos e os preços finais dos produtos de agricultura biológica, melhorando assim as condições de acesso dos consumidores a este tipo de produtos.

No quadro seguinte apresentamos de forma abreviada o vasto conjunto de objectivos instrumentais, agrupados em oito grandes grupos, que visaram criar condições aos operadores para produzir e transformar com maior qualidade, sustentando com eficácia a sua actividade e melhorando a comercialização dos produtos de agricultura biológica (MADRP, 2004b, p. 33), cuja execução foi atribuída a vários organismos do MADRP com competência na matéria, contando-se ainda com o envolvimento das universidades, organizações de agricultores e outras instituições públicas e privadas.

### 1.3.3 Os “números” da agricultura biológica na UE e em Portugal

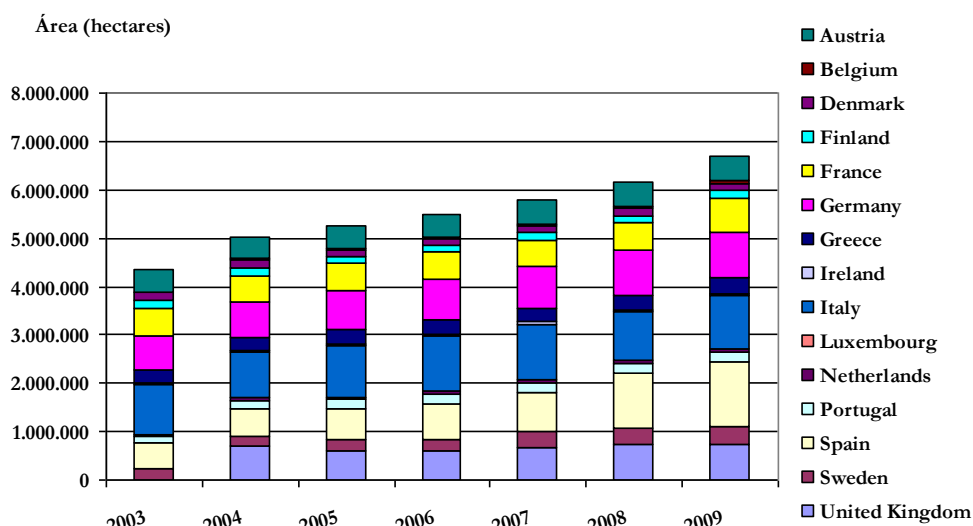
#### 1.3.3.1 O que indicam as estatísticas sobre a AB na União Europeia?

Actualmente, segundo Willer e Kilcher (2010), a agricultura biológica é praticada em mais de 120 países do mundo. A área cultivada em MPB e o número de operadores continua a crescer em muitos países. Os dados relativos à evolução da agricultura biológica no continente europeu são, no entanto, escassos. Esta análise incidirá apenas sobre os países da UE, e tendo em consideração os dados disponibilizados no website <http://www.organic-world.net/>, compilados pelo *Research Institute for Organic Agriculture*, FiBL, em colaboração com a *International Federation of Organic Agriculture Movements*, IFOAM.

No ano de 2009, segundo dados da FiBL e da IFOAM, a UE 27 tem um total de 8,3 milhões de hectares de terra destinados exclusivamente à agricultura biológica. Apesar de representar 4,72% da área agrícola total, a agricultura biológica constitui um dos mais dinâmicos sectores agrícolas na UE. Porém, a situação difere de um Estado-membro para outro. Ao analisar-se a área de cada Estado-membro, nos últimos anos de que dispomos de informação, encontramos a Espanha com o maior número de hectares disponibilizados para a agricultura biológica (1.129.844 hectares, em 2008, e 1.330.774 hectares, em 2009), verificando-se um pequeno aumento. A Itália foi o país com mais área total certificada até 2007, ano em que registou 1.150.253 hectares em produção biológica. Contudo, nenhum destes dois países detém a maior percentagem de solo fértil utilizado em agricultura biológica. Esta posição cabe à Áustria que, em 2009, apesar de se encontrar num honroso sexto lugar ao nível de hectares utilizados em agricultura biológica, estes mesmos hectares representam 18,50% do total das suas produções agrícolas. Seguem-se a Suécia (12,56%), Estónia (10,49%), República Checa (9,38%), Letónia (9,11%) e Itália (8,68%) e Finlândia (7,25%). As percentagens mais baixas registam-se em Malta (0,12%), Bulgária (0,55%), Irlanda (1,16%) e Roménia (1,22%) (ver Quadros 2 e 3).

Daqui se depreende que, de facto, as realidades são bem diferentes dependendo dos países em análise. Tal é bem visível nos dois gráficos seguintes:

**Gráfico 1: Evolução da área de agricultura biológica por Estado-membro, UE 15.**

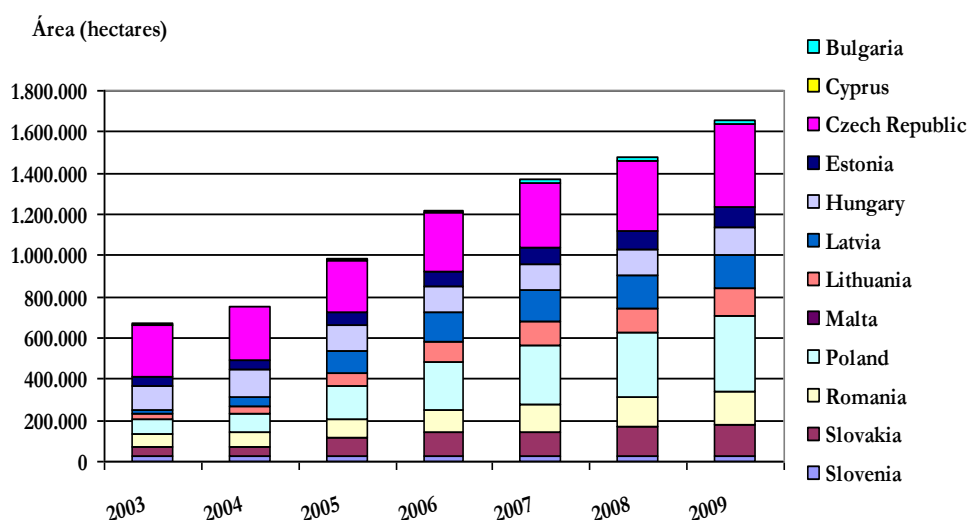


Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany.

Table: European Organic Farming Statistics, Organic agricultural land, share of total agricultural land, producers, 2003-2009.



**Gráfico 2: Evolução da área de agricultura biológica por Estado-membro, países que aderiram em 2004 e países do alargamento em 2007.**



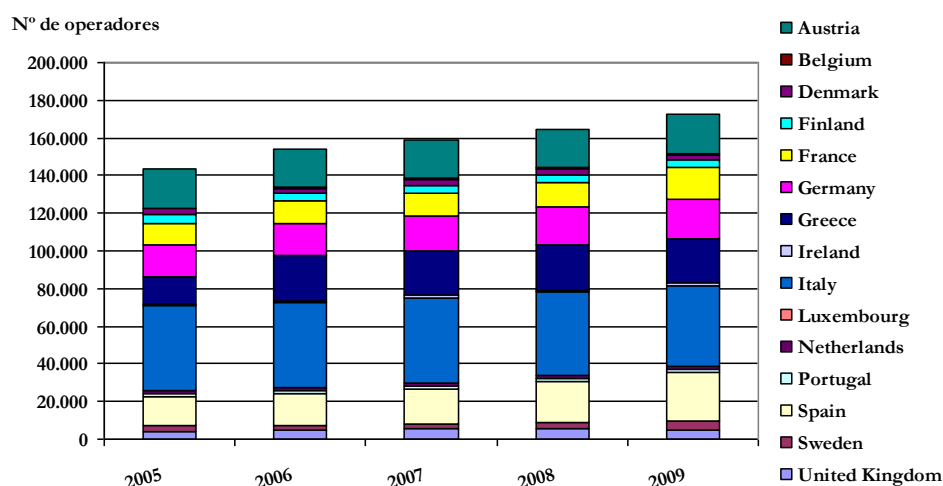
**Fonte:** Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany.  
**Table:** European Organic Farming Statistics, Organic agricultural land, share of total agricultural land, producers, 2003-2009.

Nalguns Estados-membros que aderiram à UE em 2004, a agricultura biológica começa já a assumir um papel importante, observando-se que as áreas de agricultura biológica suplantam aí as áreas de alguns países da UE 15. Dos novos Estados-membros é na República Checa que se encontra a maior área certificada ou em conversão (398.407 hectares, que corresponde a 9,38% da sua área agrícola total), ultrapassando países como a Finlândia (7,25%), Portugal (6,02%), Dinamarca (5,88%), Alemanha (5,59%), Espanha (5,35%) e Reino Unido (4,47%).

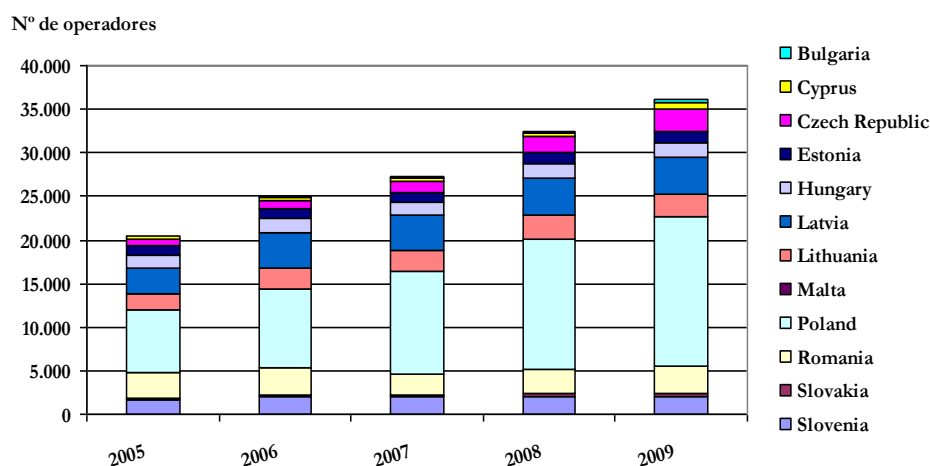
Em 2009, o país com maior número de operadores em agricultura biológica é Itália, como é bem perceptível no gráfico seguinte, totalizando 43.029, seguido de Espanha (25.291), Grécia (23.665), Alemanha (21.047) e Áustria (21.000). Observa-se, porém, que a Itália é o país que regista a maior diminuição no número de operadores biológicos (-1.342, comparando com o ano anterior). Destaque também para o decréscimo observado, em igual período, na Grécia (-392 operadores) e no Reino Unido (-227 operadores). Em contraste, os países que mais vêm aumentar o seu número de operadores são a Espanha (4.000), a França (3.148), a Polónia (2.204), a Alemanha (1.234), a Suécia (1.130), a Áustria (1.039) e a República Checa (719) (ver Quadro 4).



**Gráfico 3: Evolução do número de operadores em agricultura biológica por Estado-membro, UE 15.**



**Gráfico 4: Evolução do número de operadores em agricultura biológica por Estado-membro, países que aderiram em 2004 e países do alargamento em 2007.**



O aumento da área agrícola e a adesão dos agricultores ao MPB foram acompanhados pela expansão do mercado para os produtos biológicos. No relatório *The Global Market for Organic Food & Drink*, editado em 2010, pode ler-se que, a nível mundial, o seu crescimento foi de 228,39%, tendo passado de 15,5 US\$ bilhões, em 1999, para 50,9 US\$ bilhões, em 2008. No entanto, o mercado biológico europeu tem vindo a registar nos últimos anos menores taxas de crescimento. Durante longos anos, talvez por ter sido pioneiro, o mercado europeu para os produtos biológicos foi o de maior dimensão, mas enfrenta agora a concorrência de outros mercados, designadamente a concorrência do mercado norte-americano que, no ano de 2008,

“registou um montante de vendas de 23 US\$ biliões contra 26 US\$ biliões do mercado europeu” (Shahotas, 2010, p. 52).

Dentro do mercado europeu, o país com maior peso é a Alemanha, cujo montante de vendas atingia, em Dezembro de 2008, os 5.850 mil milhões de €, seguida da França (2.591 mil milhões de €), Reino Unido (2.494 mil milhões de €) e Itália (1.970 mil milhões de €). De referir, ainda, que os países da UE onde se regista uma maior despesa *per capita* com produtos biológicos são a Dinamarca (132 €/pessoa) e a Áustria (97 €/pessoa). Em Portugal, o montante de vendas ronda os 70 milhões de € e a despesa com produtos biológicos é estimada em cerca de 7 €/pessoa (ver Quadro 5). Apesar dos alimentos resultantes da produção biológica atingirem frequentemente preços superiores aos dos produzidos em modo convencional, o número de consumidores europeus dispostos a pagar mais caro por garantias de qualidade e segurança alimentar aumentou (CE, 2008, p. 4). No espaço comunitário a importância relativa da agricultura biológica no mercado dos produtos alimentares situa-se já, nalguns casos, entre 5% e 7%, caso da Dinamarca e Áustria, e noutros casos em 3%, caso da Alemanha, Itália e Luxemburgo.

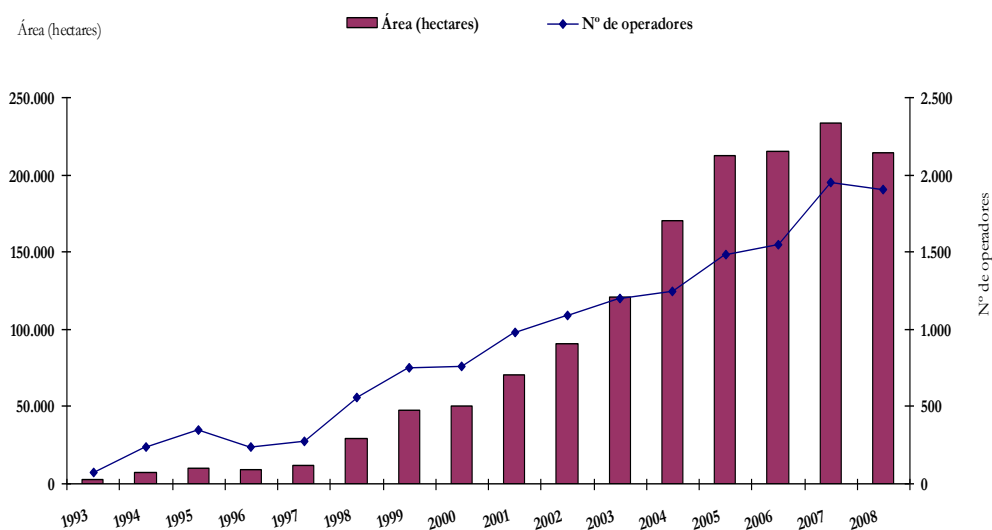
### 2.3.3.2 O que indicam as estatísticas sobre a AB em Portugal?

Em Portugal, as primeiras experiências em agricultura biológica datam dos anos 1950 e têm como pioneiro Luís Alberto Vilar (Firmino, 2000, p. 2). Este agricultor foi também o editor da Revista Agro-Sanus, fundada nos anos 1960, onde passou a publicar regularmente os seus artigos que versavam sobre o conceito, os princípios e as técnicas de agricultura biológica, contribuindo para que estes fossem ensaiados um pouco por todo o país (Ferreira *et al.*, 2002). Contudo, o desenvolvimento da agricultura biológica em Portugal manteve-se, durante anos, muito incipiente. A institucionalização do movimento de agricultura biológica dá os primeiros passos em 1985, com a criação da Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO). Esta tem, desde então, protagonizado a defesa e o desenvolvimento dos princípios da sustentabilidade alimentar e da agricultura biológica em Portugal. Quando esta associação surgiu pouco se falava de agricultura biológica. Só em meados dos anos 1990 é que começaram a surgir associações de âmbito regional: na Beira Interior (ARABBI), depois no Alentejo e Algarve (SALVA) e nos Açores (NATURA), entre muitas outras que existem hoje em dia (Firmino, 2000, p. 3). Ainda segundo Firmino (2000, p. 2), a fundação da AGROBIO representou um marco na história do movimento de agricultura biológica em Portugal, não só

pelo número de agricultores, como também pelo número de consumidores (professores, consultores e estudantes) que aderiram àquela associação de produtores, consumidores e ambientalistas, num total de 685 pessoas registadas em 1993. Hoje reúne mais de 5.000 associados (Disponível em <http://www.agrobio.pt/>). Tal como um quadro técnico dessa associação declarou em entrevista: “*A AGROBIO não tem, mas também nunca teve, fins lucrativos*”. Como actividades fortes que a AGROBIO tem vindo a desenvolver, foram apontadas “*as acções de formação profissional e prestação de apoio técnico aos agricultores, a educação ambiental e a investigação. Temos também o apoio aos agricultores na comercialização dos seus produtos, em mercados e feiras nacionais e internacionais. E esta não é uma actividade menos importante. É mesmo, diria, uma actividade muito importante (...), participar em feiras como é o caso da Terra Sã e como também já aconteceu, por exemplo, na Alemanha e em Itália, serve para divulgar a qualidade biológica dos alimentos produzidos pelos membros da nossa associação. O encontro nacional de agrobiologia, embora de carácter mais técnico, e a edição regular de boletins informativos, como A Joaninha e a INFOBIO, são actividades também muito importantes*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Alexandra Costa).

Apesar de ter sido na década de 1980 que se começou a assinalar um crescente interesse pela agricultura biológica, foi depois da aprovação do Regulamento (CEE) n.º 2092/91, de 24 de Junho, que surgem os primeiros números oficiais do modo de produção biológico nacional, em 1993. A área certificada biológica ou em conversão (em hectares) e o número de operadores (produtores e transformadores) em MPB em Portugal têm aumentado significativamente, conforme se pode observar através do gráfico seguinte:

**Gráfico 5:**  
**Evolução da área cultivada e do número de operadores de agricultura biológica em Portugal, de 1993 a 2008.**



Fonte: <http://www.gpp.min-agricultura.pt/>.

De acordo com informação disponibilizada pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), do MADRP, houve um primeiro aumento de área significativo entre 1993 e 1995. De facto, o aumento de 7.393 hectares (um acréscimo de 264,13%) fez com que a área em MPB em 1995 fosse aproximadamente 3,6 vezes superior à de 1993. Não será alheio a tão significativo acréscimo o facto de 1994 ser o ano da primeira candidatura aos prémios e subsídios englobados no Programa de Medidas Agro-Ambientais<sup>50</sup>. Assim sendo, será bastante provável a existência de uma forte motivação de ordem económica por detrás do resultado desta evolução. A tendência verificada em termos de área cultivada tem paralelo na evolução a nível do número de operadores em MPB, sendo que em 1995 aderiram à agricultura biológica 276 novos operadores (um acréscimo de 378,08% relativamente a 1993), o que faz com que o número total de operadores seja em 1995 cerca de 4,8 vezes superior ao de 1993. A motivação dos operadores para tão grande aderência à agricultura biológica em Portugal será a mesma que levou ao grande aumento de área de cultivo observado no mesmo período: isto é, uma motivação essencialmente económica, derivada das ajudas financeiras às produções biológicas e dos apoios genéricos ao desenvolvimento rural com possibilidade de serem canalizados para esta actividade ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais.

Em oposição, 1996 é um ano de decréscimo da área cultivada e do número de operadores em modo de produção biológico (-1.010 hectares e -109 operadores, relativamente ao ano anterior). Na origem destas perdas poderão estar factores ligados ao sistema de controlo e certificação. Por um lado, e segundo Truninger (2010, p. 99), as alterações na estrutura do controlo e certificação, de forma a adaptá-la às normas internacionais, com consequente cessação da certificação por parte da AGROBIO e criação da SOCERT-Portugal, levou a que muitos agricultores decidissem não se registar no novo organismo, devido a alguma apreensão em relação à ligação empresarial-capitalista a uma organização maior e menos personalizada como o organismo de certificação e inspecção europeu – ECOCERT. A apreensão prendia-se sobretudo com algum receio de que os princípios que

---

<sup>50</sup> Este primeiro Programa agro-ambiental desenvolveu-se através de 23 medidas de carácter horizontal divididas em quatro grandes grupos: Grupo I “*Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura*”, Grupo II “*Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais*”, Grupo III “*Conservação dos recursos e da paisagem rural*”, Grupo “*Formação profissional e projectos de demonstração*”, este último fortemente relacionado com as medidas do Grupo I. O principal objectivo das medidas pertencentes a este Grupo era: o de incentivar os agricultores a utilizarem de uma forma mais racional os produtos químicos, a adoptarem métodos de luta alternativos contra pragas e doenças e a promoverem sistemas de produção menos intensivos com obtenção de produtos de maior qualidade. No Grupo I foram diferenciadas quatro medidas: “*luta química aconselhada*”, “*protecção integrada*”, “*produção integrada*” e “*agricultura biológica*”. Segundo Carvalho (2000, p. 82), estas medidas possuem uma lógica de progressão dentro do objectivo de diminuição dos efeitos poluentes na agricultura, o que não significa que o beneficiário tenha que passar necessariamente pelos quatro estádios, mas sim, que é possível começar por introduzir boas práticas agrícolas de forma limitada e evoluir a partir daí até à agricultura biológica.

fundaram o movimento de agricultura biológica fossem postos em causa com as lógicas da estandardização e normalização dos produtos, preferindo aqueles lidar com uma organização de pequena escala, mais pessoal e familiar como a AGROBIO. Por outro lado, houve algum atraso na transferência da base de dados da AGROBIO para a SOCERT–Portugal, devido a alguns ajustes nos procedimentos burocráticos, fazendo com que registos de 1996 fechassem sem todos os números das áreas convertidas para a agricultura biológica. Adicionalmente, como observa Carvalho (2000, p. 56), várias modificações ocorreram na estrutura interna do Ministério da Agricultura em 1996 e no ano seguinte, as quais poderão ter afectado o processo de inscrição e registo dos novos agricultores biológicos. Assim, não será descabido considerar que a área e o número de operadores em MPB não tenham, na realidade, sofrido a diminuição referida nas estatísticas oficiais.

Contudo, o relatório da Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico do Programa de Aplicação a Portugal continental, 1994-1996, revela que o peso do Grupo I, onde se incluía a agricultura biológica, era bastante diminuto, constituindo apenas 3,89% da área agrícola apoiada. Note-se, porém, que dentro desse grupo era a agricultura biológica a medida mais representativa em termos de área agrícola apoiada (1,69%), ainda que essa representatividade fosse muito reduzida quanto ao número de contratos (0,15%). Em contrapartida, o Grupo II “*Extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais*” representava 85,71% da área agrícola apoiada e 84,25% dos contratos e o Grupo III “*Manutenção dos recursos naturais da paisagem rural*” representava 10,40% daquela mesma área e 14,42% dos contratos estabelecidos (ver Quadro 6).

Segundo Carvalho (2000, p. 81), uma das principais características do I Programa agro-ambiental português foi a forte concentração no apoio aos sistemas de agricultura tradicionais de carácter extensivo, mais fáceis de reconverter em produção biológica. A conversão à agricultura biológica deu-se essencialmente em explorações com maiores áreas, sendo que a grande maioria destas explorações eram olivais tradicionais em que poucas práticas agrícolas tiveram de ser alteradas e em que a quebra de rendimento foi reduzida, sendo que em alguns casos possa mesmo não ter existido (dada a valorização da produção). Neste contexto, Carvalho (2000, p. 94) alertava para o facto de o impacte ambiental das Medidas Agro-Ambientais ser relativamente marginal, denotando em certa medida a opção de “*começar pelo mais fácil*”, sugerindo que o efeito demonstração se transferisse a outro tipo de produções nas quais os impactes em termos de protecção do ambiente pudessem ser mais evidentes.

No triénio 1997-1999 houve, novamente, um crescimento bastante visível da área em MPB, verificando-se um acréscimo de 35.781 hectares de área (mais 293,46%). Em particular, de 1997 para 1998, ocorreu um acréscimo de 17.340 hectares; crescimento este que teve continuidade no ano seguinte, uma vez que a área cultivada sob MPB aumentou mais 18.441 hectares. À semelhança do que aconteceu com a área cultivada, verifica-se um crescimento significativo do número de operadores: de 278 para 750 (um acréscimo de 169,78%, embora neste caso inferior aos 378,08% do período anterior). Registe-se a propósito que o MADRP lançou em 1998 uma campanha de sensibilização, publicitando fortemente os apoios financeiros existentes para a agricultura biológica (Truninger, 2010, p. 99).

No que toca ao ano de 2000<sup>51</sup> registaram-se 50.001 hectares de área convertida para agricultura biológica, um crescimento é certo relativamente ao ano anterior, mas com uma expressão pouco significativa (4,23%, que corresponde a mais 2.027 hectares). Nesta altura regista-se também o menor aumento no número de operadores em MPB (1,73%). Algumas explicações têm sido dadas para tais evoluções. Por um lado, terá sido devido a suspensões de licença de operador biológico verificadas (algumas a operadores com áreas significativas, sobretudo na Beira Interior). Por outro lado, deveu-se a alguns controlos não efectuados a operadores com áreas relevantes e, talvez a mais importante, à nova modulação das

---

<sup>51</sup> A questão ambiental passou então a estar integrada no Regulamento (CE) n.º 1257/99, do Conselho, de 17 de Maio, relativo ao apoio do FEOGA ao desenvolvimento rural. Neste quadro regulamentar (período 2000-2006), a agricultura biológica portuguesa é uma medida entre as muitas que existem na intervenção Medidas Agro-Ambientais, do Programa RURIS (ver Quadro 7), a qual tinha como objectivos específicos (MADRP, 2004a, p. 21): a) compatibilizar as actividades agrícolas e pecuárias com a preservação do meio ambiente; b) contribuir para a melhoria do fundo de fertilidade dos solos e para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável; c) reduzir a aplicação de nutrientes potencialmente lixiviáveis; d) melhorar a diversidade cultural; e) melhorar a eficiência de utilização dos recursos naturais da exploração; f) produzir alimentos de elevada qualidade.



ajudas/subsídios no âmbito do quadro regulamentar de 2000-2006. Esta nova modulação, entre outras alterações, modificou os escalões de área para atribuição das ajudas e reduziu o valor das ajudas a operadores que já tinham beneficiado de ajudas similares incluídas no Programa agro-ambiental anterior. Esta situação poderá ter levado a um desincentivo à manutenção em MPB de operadores mais antigos e com explorações de grande área.

Seja como for, em 2003, a área cultivada sob MPB em Portugal era já de 120.729 hectares, contrastando com os 2.799 hectares cultivados em 1993. Naquele mesmo ano, o número de operadores era de 1.196 o que também contrastava com os 73 existentes em 1993. Segue-se, entre 2003 e 2005, um novo período de crescimento da área de cultivo sob MPB, aumentou de 120.729 hectares para 212.376 hectares (mais 75,91%), e do número de operadores, aumentou de 1.196 para 1.479 (mais 23,66%). Em 2005, é criada a Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica (INTERBIO). Esta associação tem como objectivo ser um interlocutor privilegiado para o desenvolvimento da agricultura biológica, desenvolvendo acções de promoção, divulgação e defesa das actividades de produção, transformação e de serviços que, em Portugal, assegurem a qualidade e segurança alimentar, no respeito da sua diversidade e da sua certificada genuinidade (Disponível em <http://www.interbio.pt/>). Desde que entrou em funcionamento, a INTERBIO tem realizado algumas actividades de promoção dos produtos biológicos para o público português mais alargado, nomeadamente através da Semana Bio – Semana Nacional da Agricultura Biológica, lançada em 2006 e realizada anualmente desde então. Nesta semana, e um pouco por todo o país, ocorrem várias iniciativas de divulgação e esclarecimentos acerca dos produtos de agricultura biológica, desde vendas a palestras com especialistas no sector. Esta associação sem fins lucrativos, de natureza interprofissional, foi igualmente mentora do projecto relativo à marca *PORTUGAL BIO*<sup>52</sup>, lançado em Outubro de 2007 que apoia a agricultura biológica portuguesa.

Todavia, de 2005 para 2006, o crescimento registado é de somente 1,25% na área cultivada e de 4,80% no número de operadores. Esta evolução poderá ser justificada pelo facto de estarmos na altura sem possibilidade de novas candidaturas às Medidas Agro-Ambientais. De acordo com o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, “o não

---

<sup>52</sup> Trata-se de diferenciar os produtos biológicos portugueses dos internacionais. A marca *PORTUGAL BIO* indica produtos de agricultura biológica produzidos ou transformados em Portugal. Além da garantia adicional de que estes produtos cumprem todas as exigências do regulamento comunitário, em vigor, para o MPB, indica também uma maior proximidade ao produtor. Tal significa que houve menos gasto de energia no transporte, menos emissões de CO<sub>2</sub> e menos impacto nas alterações climáticas. A utilização da marca *PORTUGAL BIO* não é exclusiva dos sócios da INTERBIO, está aberta a todos os operadores de agricultura biológica registados em Portugal, que solicitem a sua utilização à INTERBIO, que obtenham uma autorização escrita e que cumpram o regulamento geral da marca.

*pagamento das Medidas Agro-Ambientais relativas ao ano de 2005 e a decisão do MADRP em não abrir as candidaturas na campanha seguinte gorou as expectativas dos agricultores (...), foi um sinal negativo que o governo deu à implementação dessas medidas em Portugal. De repente, por um princípio qualquer que ninguém percebe, foram anulados os contratos às candidaturas quinquenais com início em 2005 e inviabilizou-se a possibilidade de candidaturas em 2006*". Tal significa, na opinião deste entrevistado, que "o Estado exige aos agricultores o cumprimento dos compromissos durante 5 anos, mas não aplica a mesma regra aos seus compromissos. Não se pode notificar os agricultores tarde e a más horas [um ano depois do início da campanha agrícola [a de 2005-2006], e dizer simplesmente que não apoia as candidaturas às Medidas Agro-Ambientais que estavam previstas na legislação em vigor" (Depoimento do Sr. José Silvério). Na realidade, de acordo com a Portaria n.º 52/2006, de 12 de Janeiro, mandou o governo, pelo MADRP, não serem admitidas candidaturas às ajudas previstas nos regulamentos de aplicação das Medidas Agro-Ambientais e dos Planos Zonais, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), relativo à programação de 2000-2006. A justificação para a adopção do referido diploma era a necessidade de fazer cessar a apresentação de candidaturas, visto que as que estavam em curso apresentavam uma execução financeira próxima dos limites orçamentais estabelecidos e porque, a partir de 1 de Janeiro de 2007, entraria em vigor um novo quadro regulamentar<sup>53</sup> para o período de 2007-2013.

No nosso país está a ser implementado o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), vindo este a incidir na área territorial correspondente a Portugal continental, e cujas prioridades decorrem do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR)<sup>54</sup>. As actuações que o governo português pretende levar a cabo no período 2007-2013 encontram-se agrupadas por sub-programas que, por sua vez, englobam medidas e respectivas acções. No âmbito do ProDeR, a agricultura biológica enquadra-se no *Sub-programa*

---

<sup>53</sup> Para este quadro regulamentar, com base no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), cada Estado-membro teve de delinear uma estratégia, em consonância com as prioridades comunitárias, na qual estão definidas as prioridades e medidas relativas ao desenvolvimento rural, bem como o impacto esperado pelas mesmas (artigo 11.º). Os princípios de intervenção assentam: a) no aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal; b) na melhoria do ambiente e da paisagem rural, através do apoio à gestão do espaço rural; c) na promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas (artigo 4.º). Após três períodos de programação, considera-se que o LEADER atingiu um nível de maturidade que permite às zonas rurais executar a abordagem LEADER (incluindo a capacidade de parceria, a execução de estratégias locais, a cooperação, a ligação em rede e a aquisição de competências) no quadro mais vasto da programação geral relativa ao desenvolvimento rural. Dada a importância da abordagem LEADER, uma parte substancial da contribuição do FEADER é reservada para este eixo (artigo 70.º).

<sup>54</sup> A actual estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural assenta, de forma abreviada, no aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; na gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais; na revitalização económica e social das zonas rurais; no reforço da coesão territorial e social; e, por fim, na promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial (MADRP, 2007a, p. 55).

1 *Promoção da Competitividade* (Medida 1.4 Valorização da Produção de Qualidade, Acção 1.4.1 Participação dos agricultores em regimes de qualidade alimentar, Acção 1.4.2 Actividades de informação e promoção de produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade, Acção 1.4.3 Adaptação às normas exigentes) e no *Sub-programa 2 Gestão Sustentável do Espaço Rural* (Medida 2.2 Valorização de Recursos Naturais, Acção 2.2.1 Alteração de modos de produção).

A crescente introdução na actividade agrícola de normas comunitárias exigentes no âmbito da protecção do ambiente, saúde pública e segurança alimentar e bem-estar animal, e a consequente introdução destas normas na legislação nacional, conduz a actividade agrícola a novos patamares de exigência para a produção e para os produtos agrícolas. Neste contexto, a *Medida 1.4 Valorização da Produção de Qualidade* constitui um instrumento que possibilita, através de diferentes acções, o apoio à participação em regimes de qualidade dos alimentos<sup>55</sup>, ao desenvolvimento das actividades de informação e promoção dos respectivos produtos alimentares abrangidos<sup>56</sup> e à adaptação às normas baseadas na legislação comunitária<sup>57</sup>. O MPB é, assim, um regime de qualidade elegível para apoio público. Por sua vez, a *Medida 2.2 Valorização de Recursos Naturais* visa apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, mobilizando os agricultores e outros intervenientes no espaço rural para adesão voluntária a métodos de produção específicos e à manutenção da biodiversidade, através dos pagamentos agro-ambientais. Esta medida contempla, entre outras acções, a alteração de modos de produção que tem como objectivos: a) promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais; b) a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam. Esta acção destina-se a apoiar os agricultores em nome individual ou colectivo que visem, de forma voluntária, converter os seus sistemas de produção para modo de produção integrada e/ou modo de produção biológico. Para tal, os agricultores

---

<sup>55</sup> Os beneficiários da acção 1.4.1 são os produtores de produtos agrícolas para consumo humano, integrados num sistema de qualidade agro-alimentar reconhecido. Quanto ao tipo de ajuda e nível de apoio, é definido um incentivo diferenciado por regime de qualidade e unidade de produto (cabeça, tonelada, etc.) em função das quantidades certificadas (MADRP, 2007b, p. 132).

<sup>56</sup> Os beneficiários da acção 1.4.2 são os conjuntos de agrupamentos de produtores de diferentes produtos ou do mesmo produto e agrupamentos de produtores de um único produto. A ajuda máxima prevista não pode ultrapassar os 500.000 € (MADRP, 2007b, p. 134).

<sup>57</sup> Os beneficiários da acção 1.4.3 são os agricultores em nome individual ou colectivo. A ajuda é anual, calculada com base nos encargos acrescidos e/ou perdas de rendimento das explorações, resultantes da entrada em vigor da norma para a qual é aberta a medida de apoio. A ajuda é degressiva ao longo de um período máximo de cinco anos a contar da data em que o cumprimento da norma se torna obrigatório, sendo o montante máximo por exploração de 10.000 € (MADRP, 2007b, p. 135).

têm de reunir as condições de acesso<sup>58</sup>, assumindo um conjunto de compromissos<sup>59</sup>, mais exigentes do que os do período 2000-2006, que deverão manter durante a vigência do contrato.

Quanto à tipologia e nível de apoio, refira-se que a ajuda é paga durante um período de cinco anos extensível por um ou dois anos. A ajuda anual por hectare é diferenciada em função do modo de produção e do tipo de actividade; as áreas forrageiras serão pagas em função do efectivo pecuário até ao limite de 1 ha/CN. No caso do espaço agro-florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro, as áreas serão pagas em função do efectivo de pequenos ruminantes até ao limite de 1 CN/1 ha. A utilização da prática de sementeira directa será objecto de ajuda complementar; no caso da conversão para MPB a ajuda base é majorada em 20% nos três primeiros anos do período contratual.

A situação em 2007 era a seguinte: 233.475 hectares de superfície cultivada e 1.449 operadores em MPB, um salto pouco significativo em relação a 2006 (de mais 8,58%, no caso da área cultivada, e de mais 25,74%, no caso dos operadores em agricultura biológica). Neste contexto, é de referir que depois de um crescimento acelerado na fase de arranque do sector é de esperar que haja uma tendência para a estabilização à medida que os anos avançam. Contudo, de acordo com os dados disponibilizados pelo GPP, do MADRP, em Dezembro de 2008, observa-se um decréscimo na área cultivada sob o MPB e no número de operadores (-19.033 hectares e -47 operadores, relativamente ao ano anterior) que, segundo vários testemunhos de agricultores, que manifestaram a sua insatisfação e intenção de desistirem da certificação, se deverá ao atraso de 2 a 3 anos no pagamento dos subsídios, entre outras razões relacionadas com exigências por parte do Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC). Assinale-se que os dados da agricultura biológica portuguesa de 2009, que foram

---

<sup>58</sup> Entre elas, a exploração de uma área agrícola em MPI ou em MPB (numa unidade de produção podem coexistir os dois modos de produção, porém, para cada parcela, espécie cultivada ou tipo de produção animal só pode ser seguido um dos dois modos de produção); ter efectuado a notificação da actividade junto da entidade competente; ter submetido a unidade de produção ao regime de controlo efectuado por uma entidade de controlo e certificação; candidatar toda a área agrícola da respectiva unidade de produção; ter um encabeçamento inferior a 4 CN ha/superfície forrageira (MADRP, 2007b, p. 174).

<sup>59</sup> Para além da obrigatoriedade em manter as condições de acesso, os produtores devem planificar e registar as actividades de toda a unidade de produção em caderno de campo, o qual deverá ser actualizado relativamente às análises de terras, água e material vegetal efectuadas; aos registos da componente vegetal (aplicação de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, dotações de rega) e/ou da componente animal (cuidados sanitários prestados e alimentação do efectivo pecuário, áreas de pastagens/forragens e aquisição de alimentos no exterior da unidade de produção). Os produtores devem ainda produzir produtos com destino directo ou indirecto ao consumo humano, certificados em MPI ou em MPB e vendê-los devidamente qualificados (em alternativa, podem comercializá-los a um operador também controlado no respectivo modo de produção). E, por fim, sem prejuízo do cumprimento dos respectivos normativos do MPI ou do MPB, os agricultores devem adoptar práticas culturais e de gestão relacionadas com a preservação dos recursos naturais (água, solo, ar e biodiversidade), designadamente em termos de fertilização, rega, protecção fitossanitária, mobilização do solo, conservação da biodiversidade e de características da paisagem (MADRP, 2007b, p. 174 e seguinte).

recentemente tornados públicos, evidenciam uma nova descida do número de operadores e de áreas.

Apesar disso, numa perspectiva geral, é inquestionável o acentuado crescimento, em termos de área cultivada e de número de operadores em agricultura biológica, observado em Portugal no período em análise. Mas, como é que esta expansão se distribuiu pelas diferentes regiões agrárias do país? E quais foram as culturas que acompanharam este crescimento? Desde logo salta à vista (ver Quadros 8 e 9), que é no Alentejo que se concentra a produção biológica nacional, estando aí presentes 58,83% da área cultivada certificada como MPB e 25,66% do total de operadores. A Beira Interior também concentra uma parte substancial da área agrícola e dos operadores (25,69% e 26,03%, respectivamente). Trás-os-Montes detém 5,56% da área cultivada sob o MPB e 27,87% dos operadores. Estas três regiões, correspondentes a todo o interior do país, concentram actualmente 90,07% da área agrícola certificada e 79,55% dos operadores. Destaque, todavia, para a região agrária do Ribatejo e Oeste que tem vindo a apresentar um crescimento bastante visível das áreas de cultivo em MPB, registando naquele mesmo ano 8,44% do total da área cultivada, ultrapassando a região de Trás-os-Montes, e 7,10% do total de operadores. Em relação às restantes regiões agrárias, designadamente Entre-Douro e Minho, Beira Litoral e Algarve, a evolução caracteriza-se por alguma regularidade, com aumentos e diminuições do número de explorações e da área cultivada em MPB. Apesar disso, e longe de se poder comparar o ritmo do seu crescimento ao das outras regiões, estas regiões agrárias apresentam uma tendência de crescimento ao longo do período em análise. O conjunto destas regiões, correspondentes a todo o litoral do país, concentra apenas 9,93% da área agrícola certificada em agricultura biológica e 20,45% dos operadores. Segundo Truninger (2010, p. 100), é esta disparidade geográfica que ajuda a compreender alguns dos constrangimentos sentidos pelos produtores e retalhistas na distribuição dos produtos biológicos para as regiões mais populosas e urbanas do nosso país (onde os potenciais consumidores biológicos se encontram). Como as áreas de produção não coincidem com as áreas de consumo, acentuam-se as dificuldades de distribuição dos produtos biológicos, cujos impactos se fazem sentir nos preços finais ao consumidor.

As culturas biológicas que em 2008 ocupam uma maior área são as pastagens e superfícies forrageiras (152.521 hectares), as arvenses (26.604 hectares) e o olival (16.759 hectares) (ver Quadro 10), culturas que como é sabido exigem maiores áreas e que, nesse mesmo ano, ocupavam no seu conjunto mais de 91,35% da área em MPB. Comparando com o ano de 1994 verificamos que o peso relativo de cada uma destas culturas se alterou. Em 1994, a cultura que maior área ocupava era o olival biológico (52,64%), seguida pela fruticultura

(16,71%) e pelas pastagens e superfícies forrageiras (10,66%). Como refere Truninger (2010, p. 108), a aposta nas pastagens e forragens, nas culturas arvenses e no olival é reveladora de um maior investimento dos operadores em actividades que são facilmente convertíveis para a agricultura biológica. O número de operadores em MPB para a produção animal tem vindo a aumentar (ver Quadro 12). Assim, outra explicação para aquele tipo de investimentos poderá ser a implementação e o início de actividades do MPB para animais.

No que toca às plantas aromáticas, à horticultura e à fruticultura, observa-se que o crescimento registado é lento (ver Quadro 10). Esta situação pode parcialmente explicar os desequilíbrios observados entre a oferta e a procura de produtos biológicos, já que tanto quanto pudemos apurar os consumidores urbanos dão especial prioridade à aquisição de legumes e frutas biológicos que, por sinal, são os menos cultivados pelos agricultores nacionais. Contudo, como refere Truninger (2010, p. 5), nos últimos anos esta situação tem vindo a ser gradualmente corrigida, assistindo-se a uma presença cada vez maior da produção horto-frutícola biológica nas lojas da especialidade (Biocoop, Supermercados Brio, Lojas Miosótis, entre outras).

## 1.4 Síntese

Concordamos com Massey (2005, p. 111) quando ele afirma que a globalização não é um deus *ex machina*. Entendemos, pois, que a globalização não é uma entidade sagrada que tenha de ser aceite, nem uma conspiração malévola que se tem de confrontar e destruir. Ela não é de significado único, como as forças económicas predominantes fazem crer, mas um processo económico, social e cultural que se faz sentir em todos os campos do agir humano. É também um programa de instituições desenhadas por seres humanos. Por isso, não acreditamos que o padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico que tem guiado o referido processo seja o único e indiscutível projecto que podemos trilhar, não havendo alternativas possíveis a seguir. Ao contrário, defendemos aqui que essa é somente uma perspectiva perversa da era global, sendo possível encontrarmos outros projectos e caminhos para a globalização.







### 2.1 Ontem, um pouco da sua história

Desde já se diga que as origens de Palmela são muito anteriores à fundação da nossa nacionalidade. Numa breve resenha acerca dos povos mais antigos que teriam habitado a região de Palmela, Fortuna (1997, p. 19) diz-nos, com a mais franca singeleza, que: “*sabe-se lá quando e por quem Palmela foi fundada (...). Que foi há muito, muitíssimo tempo, antes de D. Afonso Henriques, antes mesmo do nascimento de Jesus Cristo, sem dúvida nenhuma*”. No Dicionário Chorographico de Portugal continental e insular, de Américo Costa (1943, p. 1046), pode ler-se sobre Palmela: “*Desconhece-se o seu primitivo nome, bem como a sua primitiva história*”. Seja como for, e apesar das dúvidas sobre a origem do povoamento de Palmela, aceita-se com foros de autenticidade histórica uma versão que dá conta de que, no ano de 106 da era cristã, Aulio Cornélio Palma, pretor romano da Lusitânia, reedificou e ampliou esta velha povoação estremenha, que os Celtas e Sarrios, pelo ano de 310 a.C., fundaram, dando-lhe o nome actual que significa Palma Pequena, para a distinguir de Palma, povoação que havia, anteriormente, erguido na Andaluzia (Enciclopédia Histórica de Portugal, 1938, p. 108).

Mais tarde, em 715, Palmela foi conquistada pelos mouros<sup>60</sup> em cujas mãos permaneceu até 1147. Ano em que, com a expansão e subsequente ocupação territorial cristã, D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, conquista esta fortaleza aos árabes. Para alguns historiadores, como Serrão (1981, p. 145), assolados por século e meio de lutas, os territórios do Sul de Portugal não conheceram os longos períodos de acalmia que ao Norte do Mondego separaram as principais operações militares, favorecendo a estabilidade da vida rural. Efectivamente, sem as barreiras montanhosas e os vales profundos que no Norte constituíram sucessivamente obstáculos e defesas, as planuras do Sul, com suas povoações isoladas e distantes, viram, ao mesmo tempo, a rápida progressão das armas cristãs e o seu inevitável retrocesso perante qualquer vigorosa reacção muçulmana. Assim é que “*as dissensões dos primeiros reinos de Taifas facilitaram o primeiro avanço até ao Tejo (1093), mas determinaram também a reacção*

---

<sup>60</sup> Os termos referentes aos mouros variam muito. Como adverte Fortuna (1997, p. 29) antigamente mouros era o nome atribuído aos invasores da Península Ibérica, vindos em 711, do Norte de África. Depois, os mais preocupados com a exactidão, preferiram chamar-lhes árabes, considerando grande parte deles provirem de zonas cujos naturais ou habitantes não são mouros, mas sim berberes, sírios ou de outras origens, contudo integrados na mesma civilização ou cultura. Actualmente, parece engrossar a corrente que os define por muçulmanos, sob pretexto, oculto ou expresso, de ser a religião o factor que mais os unifica.

*almorávida, que durante 40 anos fez retroceder a fronteira para o Norte. O declínio do Império almorávida e as contendas entre os segundos reinos de Taifas, que se seguiram ao seu desmembramento, favoreceram a progressão rápida de Afonso Henriques, permitindo-lhe firmar-se na linha do Tejo (1147), com a conquista de Santarém e Lisboa, (...) e o abandono de Palmela pela guarnição muçulmana”* (Serrão, 1981, p. 144).

O castelo de Palmela não esteve, porém, muito tempo sob o domínio português. Com efeito, em data desconhecida, mas decerto pouco depois do reconhecimento da primeira posse cristã, Palmela volta ao comando islâmico e juntamente com Sesimbra e Coima-a-Velha define uma derradeira linha de fronteira na Península da Arrábida, que autores como Fernandes (2005, p. 311) classificam de “*guardiã*” dos avanços portugueses. Esta situação de vulnerabilidade às portas de Lisboa não terá, com certeza, agradado ao fundador da monarquia portuguesa, que: “*em Junho de 1165 ou de 1166, indo D. Afonso Henriques com sessenta lanceiros escolhidos fazer um reconhecimento à fortaleza e encontrando-se com o rei mouro de Badajoz, nos campos que ficam próximos de Sesimbra, atacou-o e destróçou-o completamente*”, resultando daí “*assenborear-se, no dia seguinte, do castelo e de toda a povoação cobijada*” (Enciclopédia Histórica de Portugal, 1938, p. 109). E, assim, uma vez mais, o castelo não foi palco de luta, mas entregue pelos vencidos a troco da liberdade. Como é sabido, pelas indicações dos cronistas, este acordo permitiu que parte dos residentes muçulmanos permanecesse na povoação e recebesse garantias de protecção régia através do Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, em 1170.

Contudo, D. Afonso Henriques, para evitar que Palmela tornasse a cair sob o domínio árabe, mandou fortificar e ampliar o castelo e reforçar as suas muralhas, doando-a, posteriormente, por volta de 1172, aos cavaleiros da Ordem militar de Santiago de Espada para que eles a povoassem e defendessem. O filho de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, confirmou essa doação em 1186. A partir desta altura, segundo Fernandes (2005, p. 312), o castelo de Palmela terá sido escolhido pela Ordem militar de Santiago de Espada, decerto com a anuência régia, para localização do seu quartel-general, no decurso da evidente necessidade de se promover o fomento do povoamento, a defesa do território e a conquista de novos espaços territoriais para Sul, e do reconhecimento da posição privilegiada da fortaleza, adequada a esse último objectivo.

A ligação de Palmela a Lisboa era, nesta altura, já evidente. E, sem dúvida, o poder militar ali instalado beneficiava das facilidades topográficas da envolvente para o estabelecimento de contactos rápidos com Évora e Alcácer do Sal. Este último aspecto, da articulação do castelo de Palmela com outras fortalezas da região é, justamente, discutido e

realçado por Fernandes (2005, p. 311 e seguintes) que afirma que o papel relevante que lhe é conferido pela sua posição estratégica se deve ter mantido ao longo de toda a fase de ocupação islâmica da zona, bem como ter adquirido um justificado destaque na 2ª metade do século XII e início do século XIII, até à conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217. Argumenta aquela historiadora que, entre a última conquista cristã de Palmela e a de Alcácer do Sal, a frota almorávida terá mantido o domínio do Estuário do Sado, valorizando sobretudo as possibilidades de observação e controle dos movimentos das embarcações oferecidas pela fortaleza palmelense, com a particularidade de esta ser ainda, à boca da foz do Tejo, a que melhor alcançava as principais vias de acesso às terras do Sul. Acresce que, os grandes eixos que de Lisboa se direccionavam a Badajoz-Mérida e a Beja-Algarve eram facilmente acedidos a partir de Palmela. Assim sendo, nem Almada (importante no policiamento da entrada do Estuário, mas demasiado próxima de Lisboa) nem Sesimbra (com o mesmo papel para a desembocadura do Sado, mas periférica em relação às grandes vias de comunicação) poderiam substituir-se a Palmela, especialmente em contextos de guerra envolvendo a margem Norte da foz do rio Tejo.

Como demonstra Marques (1988, p. 156), as razões do desenvolvimento de Palmela, naquela época, devem-se, fundamentalmente, a aspectos conjunturais de natureza político-religiosa, relacionados com o processo de conquista e consolidação do Estado português e do qual a história da Ordem militar de Santiago de Espada, que tinha uma tarefa clara, “*a de expulsar os mouros e libertar as terras para Cristo*”, assegurando a defesa “*com a sua milícia disciplinada e aguerrida*”, não pode ser separada. A permanência desta ordem religiosa militar foi também de primordial importância a nível social. E isto porque os freires militares de Palmela, apesar de terem o respectivo quartel-general em outros locais (nomeadamente, em Mértola e Alcácer do Sal), também, e sobretudo, dispunham de vastos espaços agrários na zona (que, na origem, eram lugares ermos ou assolados pela guerra) como recompensa dos seus serviços militares designada, em regra, por “comenda”.

Dizia a este respeito o conceituado historiador Oliveira Marques (1997a, p. 130 e seguinte) que “*depois de deduzidas áreas maiores ou menores, conhecidas como termos e que faziam parte do alfoz do povoado, o rei praticamente doou todo o resto em plena propriedade às ordens militares: (...) para Santiago ficou boa parte do Sul (Baixo Alentejo, Península de Setúbal e vários quinhões importantes no Algarve)*”. Neste sentido, e tal como sintetizado por Daehnhardt (1990, p. 59), ao escrever sobre a armaria em Portugal, as ordens religiosas militares portuguesas surgiram com razões e

fins específicos, relacionados com a reconquista cristã dos territórios da costa do Atlântico da Península Ibérica. Porém, tendo cumprido a sua missão inicial, os monges guerreiros transformaram-se rapidamente em colonos, primeiro, e em senhores feudais, mais tarde. Mas, porque tudo era instável naquelas épocas, cerca de 25 anos depois da tomada do castelo de Palmela, em 1191, perante a investida dos muçulmanos, a Ordem militar de Santiago de Espada foi forçada a retirar. Reduzida a um monte de escombros parece que assim esteve Palmela quase inteiramente deserta até 1205, ano em que D. Sancho I reedificou todas as suas obras de defesa e a mandou povoar, guarnecendo consideravelmente o seu castelo para o prevenir contra qualquer surpresa dos mouros do Algarve (Enciclopédia Histórica de Portugal, 1938, p. 110). A partir desta data nunca mais a praça deixou de estar sob o domínio português. Contudo, afastados os perigos das invasões (árabe, inicialmente, e castelhana, numa fase posterior), a Ordem militar de Santiago de Espada começa a perder a importância que detinha e, compreensivelmente, a sua força tanto do ponto de vista económico como social. Com ela, Palmela deixa também de possuir o papel estratégico de “*guardiã avançada*”, pois “*deixou de ser a vila que nos tempos das guerras era defesa e recolha de todos os moradores de Riba-Tejo e desde ela até cerca de Montemor*” (Fortuna, 1997, p. 35).

O primeiro foral que Palmela teve parece ter-lhe sido atribuído pelo grão-mestre da Ordem militar de Santiago de Espada, D. Afonso Henriques, no ano de 1185, confirmando-o D. Afonso II em Santarém, no ano de 1218. Porém, só em 1323, no reinado de D. Dinis, foi Palmela elevada à categoria de vila, conquanto já gozava de grandes privilégios. Estes, segundo Américo Costa (1943, p. 1047), eram bem necessários para que houvesse quem se determinasse a povoá-la, uma vez que “*o receio das invasões, o exemplo das sortidas dos serracenos, e a pouca segurança que em todos os pontos havia, tornava de primeira necessidade a criação dos forais, dos coutos e de outros meios tendentes a chamar famílias para povoarem as terras que se iam conquistando aos musulmanos*”. Da mesma forma, Serrão (1981, p. 145 e seguinte) aceitando a tese estreme doermamento dos primeiros séculos da Reconquista Cristã escreve que: “*Assolados pela guerra, com os campos à roda talados pelos exércitos, muitos lugares devem ter vivido, pelo espaço de algumas gerações, na insegurança das pessoas e dos bens: arruinadas as povoações, foragida a escassa população rural, constituíram-se vastos ermos sem cultura e sem dono. Nesta ‘terra de ninguém’, sem se embaraçarem com divisões de propriedades ou contestações de posse, talharam os primeiros reis enormes doações às ordens religiosas, bens de mosteiros e latifúndios dos grandes senhores*”. Para mais adiante concluir que: “*Tudo ao Sul do Mondego se passou de maneira diferente do Noroeste. (...) A riqueza fundiária, que no Noroeste era constituída por múltiplas parcelas cultivadas, compõe-se aqui de enormes extensões contínuas, embora desaproveitadas (...)*

*[sendo] desmesurada a extensão dos termos municipais, que depois se fragmentam e dão origem a outros concelhos”.*

Já em tempos de D. João I, em 1423, o poder administrativo da Ordem militar de Santiago de Espada passa definitivamente a estar centrado em Palmela, no castelo da vila, até à completa extinção das ordens militares em Portugal, ocorrida em 1834 (Fonseca, 1990, p. 51). A importância desta escolha não se prendeu apenas com a proximidade de Palmela face a Lisboa (onde a congregação detinha, entre outros, o Convento de Santos), mas também pelo facto de Palmela ser a maior comenda da Ordem e às próprias características do seu castelo, de grandes dimensões, com capacidade para albergar o conjunto monumental da Ordem – o Convento e a Igreja (Marques, 1988, p. 153). Sendo este o período de apogeu do concelho, Palmela abrangia então uma enorme área geográfica, muito mais alargada do que o território municipal definido na escritura de doação do castelo à Ordem militar de Santiago de Espada, pelo rei D. Sancho I, em 1186. Nele se incluía diversos concelhos que correspondem actualmente, e grosso modo, aos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo e Setúbal (Marques, 1988, p. 128). Não é, pois, de surpreender que Palmela tenha sido sede de um dos maiores e mais antigos concelhos do país. Como relata Américo Costa (1943, p. 1048) *“gozou a villa de Palmella de bastantes favores e consideração. Até 24 de Outubro de 1855 foi cabeça de um grande e antigo concelho”*. Depois, como defende Fortuna (1995, p. 40), as vicissitudes da evolução histórica prejudicaram Palmela, já que com a desarticulação das ordens militares em Portugal e a emergência de novos concelhos como unidades políticas e administrativas o seu território foi retalhado.

A respeito da supressão do concelho de Palmela, Leal e Leal (1998, p. 28) defendem que após uma situação de efectiva decadência demográfica e económica, que localizam aproximadamente entre 1815 e 1860 (e que justificou, no discurso oficial, a perda da autonomia municipal de Palmela, que passou a pertencer administrativa e judicialmente à comarca e concelho de Setúbal), se assistiu a um *“revigoroamento”* a partir dos anos 60 do século XIX. Tal circunstância, segundo os autores, poderia ter propiciado a restauração concelhia senão imediata pelo menos ao longo das duas décadas seguintes. Mas, a capacidade político-eleitoral de Setúbal impediu a sua concretização durante quase setenta anos, já que a sua restauração veio a acontecer apenas em 1926.

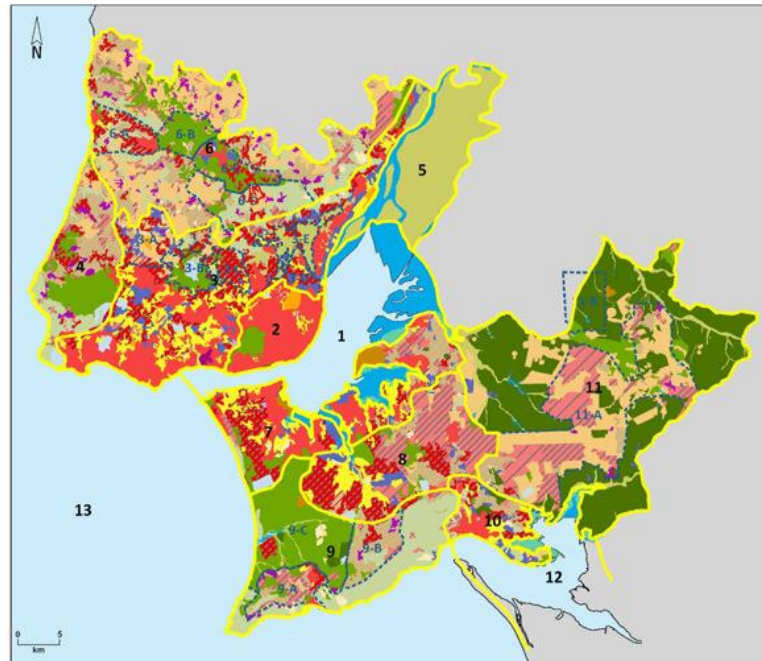
## 2.2 Hoje, um território (periurbano) singular

Localizado aproximadamente a 55 km da capital do país, o concelho de Palmela que regista um volume demográfico de 62.820 (INE, 2008) insere-se na AML, abrange uma vasta planície no centro da Península de Setúbal (é o seu maior município, em área, com cerca de 462,81 km<sup>2</sup> que equivalem a 30,2% da superfície total da Península de Setúbal) e tem uma vasta área do seu território integrada na Reserva Natural do Estuário do Sado (17,01 Km<sup>2</sup>) e uma outra no Parque Natural da Arrábida (15,28 km<sup>2</sup>) (ver figura 2). Inequivocamente, o território de Palmela apresenta uma diversidade espantosa. Este concelho está dividido em 5 freguesias: Palmela (77,44 Km<sup>2</sup>), a sede de concelho que se impõe pela sua história, onde está localizado o centro administrativo; Pinhal Novo (54,46 Km<sup>2</sup>), o núcleo urbano mais dinâmico do concelho; Quinta do Anjo (51,14 Km<sup>2</sup>), caracterizada pelo seu património natural que coexiste com uma forte componente industrial; Marateca (128,59 Km<sup>2</sup>), marcada pela estrutura agrária de latifúndio, e Poceirão (151,18 Km<sup>2</sup>), com áreas de povoamento disperso e associado à pequena e média propriedades (ver figura 3). Apesar dessa diversidade, no concelho de Palmela é possível observar a existência de duas manchas territoriais distintas: uma área a ocidente que corresponde, em traços gerais, às freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, com maior acessibilidade aos principais centros urbanos da margem Sul e a Lisboa, onde se vai consolidando um tecido urbano-industrial; uma outra área a oriente de que fazem parte as freguesias de Marateca e Poceirão, onde os sectores agro-florestal e pecuário continuam a ter um peso importante na economia local.

Num estudo recente sobre a situação e expectativas dos agentes económicos locais (CMP, 2003, p. 62), no que diz respeito à estrutura económica concelhia, adiantam-se, entre outras, as seguintes duas conclusões que aqui, agora, mais nos interessa: “*As freguesias de Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Palmela, por esta ordem, surgem como as mais industrializadas*” e “*Marateca e Poceirão são freguesias vincadamente rurais e onde o sector primário concentra o maior número de empresas*”. Assim se confirma apresentar Palmela, em toda a sua extensão, uma enorme heterogeneidade. Esta, forjada ao longo do tempo, está também bem patente no modelo de organização do território regional definido na actual proposta de alteração ao PROT-AML. Com efeito, diferentes zonas do concelho estão integradas em cinco unidades territoriais distintas, designadamente: Área Central da Península de Setúbal, Arrábida, Setúbal/Palmela, Nascente Agro-Florestal e Estuário do Sado (ver figura 4).



**Figura 4: Unidades territoriais da AML<sup>61</sup>. PROT-AML, versão 2009.**



Fonte: CCDRLVT (2009), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Proposta técnica final*. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, p. 46.

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| 1 – Estuário do Tejo              | 8 – Área Central da Península de Setúbal |
| 2 – Lisboa, Cidade                | 9 – Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra  |
| 3 – Espaço Urbano Norte e Poente  | 10 – Setúbal/Palmela                     |
| 4 – Parque Natural Sintra Cascais | 11 – Nascente Agro-florestal             |
| 5 – Lezíria do Tejo               | 12 – Estuário do Sado                    |
| 6 – Norte Agro-florestal          | 13 – Faixa Marítima (12 milhas)          |
| 7 – Arco Ribeirinho Sul           |  |

Por razões geográficas e também históricas é comumente aceite que Palmela apresenta uma individualidade específica na Península de Setúbal. A este propósito, escrevia Fortuna (1997, p. 14), “*Mais que evidente, pois continua nos anos derradeiros do século XX, a importância agrícola do concelho de Palmela, o único que de tal se pode orgulhar por toda a industrializada e cosmopolita Península de Setúbal ou da Arrábida, como lhe queiram chamar. Até há ainda quem a designe, nada despropositadamente, Península Barbárica*”. Em verdade, apesar da sua proximidade com a cidade de Lisboa e do crescimento industrial da Península de Setúbal, Palmela tem conseguido conciliar o desenvolvimento urbano-industrial com a preservação de muitas das suas características rurais.

<sup>61</sup> Nesta proposta de alteração ao PROT-AML mantém-se o objectivo de conter as manchas de ocupação urbana e salvaguardar, através de adequadas opções de ordenamento, os espaços menos urbanizados, quer pelo domínio das actividades agrícolas e florestais, quer pelo estatuto de áreas protegidas assentes nos valores ambientais e paisagísticos (CCDRLVT, 2009, p. 46).



A título de exemplo podemos referir a realização anual de importantes certames ligados à actividade agrícola que “*atraem a este território muitos milhares de visitantes*” e que “*contribuem para inscrever o concelho no roteiro turístico nacional*” (CMP, 2005, p. 19), como o festival do queijo, pão e vinho que se realiza em Abril na aldeia de Quinta do Anjo; a mostra de vinhos das freguesias de Marateca e Poceirão que se realiza em Maio em Fernando Pó; a feira comercial e agrícola de Poceirão que se realiza no primeiro fim-de-semana de Junho nessa mesma localidade; tal como a festa da fruta, com particular projecção da muito sua maçã riscadinha (variedade regional que se produz nos solos do concelho e que amadurece nos meses de Julho e Agosto); e, por fim, a festa das vindimas que se realiza no primeiro fim-de-semana de Setembro na vila de Palmela.

Ao percorrermos as diferentes freguesias ficamos com a sensação de que, Palmela é (como, aliás, nos referem diversas pessoas) um concelho onde as mais antigas tradições coexistem em harmonia com a mais moderna tecnologia. Efectivamente, como escreve Araújo (2001, p. 93), “*Palmela é local de tradição e inovação. Terra de gente que faz da tradição um modo de estar, ao mesmo tempo que assume o desafio de um progresso que vive do debate e da procura consensual de soluções. O município aposta na inovação sem abdicar dos aspectos positivos da tradição*”. Por este viés, o concelho de Palmela detém uma fértil tradição em áreas hoje valorizadas pela sua proximidade à urbe. Por um lado, o perfil rural do concelho em articulação com as áreas controladas de crescimento e expansão urbana, através de uma gestão rigorosa do território segundo princípios de qualidade, equilíbrio e defesa das identidades locais (CMP, 2005, p. 10), permite o desenvolvimento das mais diversas actividades da terra. A tradição da vinha, por exemplo, outrora importante em toda a Península de Setúbal, conserva aqui extensas áreas de vinhedos, a partir dos quais se reconstroem vivências e costumes tradicionais, produzindo-se dos “*(...) melhores vinhos portugueses, feitos com 100% de uva criada na região*”, como começa a ser evidenciado a nível nacional e internacional (Depoimento do Eng.º Agrónomo Luís de Oliveira).

Como foi possível observar pelos muitos hectares de vinhedos que por altura das vindimas (em Setembro de 2008) estavam a ser vindimados, na área Marateca/Poceirão, já não se encontravam, porém, só homens e mulheres que tiram da terra o seu sustento ou que são contratados à jorna para o trabalho da vinha. Nas quintas e adegas há quem organize programas de férias (de três, quatro dias) que incluem participar na vindima, apanhando a uva e pisando-a, para quem reside no espaço urbano e quer estar metido nos lagares de mosto até aos joelhos. Paralelamente, organizam-se passeios para visitar o património natural e histórico da região, andar pelas adegas onde se fazem provas e visitas guiadas por todo o processo de

recepção e transformação das uvas, como é o caso da Casa Ermelinda Freitas, com quatro gerações de tradição vitivinícola, em Fernando Pó, uma das muitas adegas típicas do concelho inserida na Rota dos Vinhos da Península de Setúbal, Costa Azul.<sup>62</sup>

A par desta “revalorização urbana” do rural, não apenas através do incremento do interesse dos habitantes citadinos pela apropriação do que o rural produz, mas cada vez mais pela valorização das amenidades e dos bens não-tangíveis<sup>63</sup>, assiste-se, por outro lado, ao crescimento da importância de Palmela como pólo industrial e na área do comércio e dos serviços, o que manifesta a evolução recente do carácter urbano do concelho. Neste particular, é interessante constatar que em Palmela a aposta na infra-estruturação das zonas industriais e o apoio aos loteamentos industriais privados é também uma linha de trabalho prosseguida pelo actual executivo camarário (CMP, 2005, p. 19).

A superfície destinada a actividades industriais definida no PDM de Palmela (versão revista e alterada<sup>64</sup>) totaliza 1.269 hectares. Como mostra a figura que fornece a imagem das áreas urbanas e urbanizáveis do concelho de Palmela, os espaços industriais localizam-se, na sua quase totalidade, na zona a ocidente, embora o padrão da sua implantação seja caracterizado por alguma dispersão (ver “Espaços industriais existentes”, figura 5). Observa-se a consolidação de alguns pontos de maior concentração de unidades industriais na freguesia de Quinta do Anjo, em particular na zona adjacente à auto-estrada do sul/Vila Amélia, junto ao nó do Barreiro, no eixo Pinhal Novo/Palmela, ao longo da Estrada Nacional 252, e na zona industrial de Aires/Volta da Pedra, adjacente à auto-estrada do Sul, junto à interface com o caminho-de-ferro e ao nó de Palmela/IP7. A acrescentar a este quadro cabe ainda referir, com particular destaque, a localização do parque industrial da Auto-Europa, também conhecido por Ford-Wolkswagen, numa área imediatamente adjacente à auto-estrada (para Norte), junto ao

---

<sup>62</sup> A Rota dos Vinhos da Península de Setúbal (Costa Azul) é uma iniciativa conjunta da Região de Turismo de Setúbal, da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal e da Câmara Municipal de Palmela que, em Junho de 2000, inauguraram a Casa Mãe da Rota de Vinhos da Península de Setúbal com o objectivo de divulgar duas grandes riquezas da região, o vinho e o turismo.

<sup>63</sup> Refira-se a este propósito que a par da “*valorização do mundo rural*” que assenta fundamentalmente na promoção e apoio aos produtos da terra, a “*aposta no turismo*” (onde a dinamização das áreas protegidas, a recuperação do património natural e a preservação das actividades tradicionais são alguns dos resultados expectáveis) integra a actual estratégia de desenvolvimento para o concelho de Palmela (CMP, 2005, p. 21).

<sup>64</sup> O PDM de Palmela em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal em Março de 1996 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/97, de 19 de Julho. Mais recentemente, e a fim de reequacionar de forma sustentável os objectivos de ordenamento para o futuro, a CMP promoveu alguns estudos de suporte à revisão do PDM. Este procedimento tem também justificação no cumprimento do fixado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, no que concerne aos requisitos de lançamento do processo de revisão daquela figura de planeamento do território.

nó de Coima/IP7, via rápida do Barreiro, que na década de 90 do século passado teve o mérito de desenvolver sinergias que fizeram mudar por completo o figurino da indústria de componentes para automóvel em Palmela e na própria Península de Setúbal.

No âmbito restrito em que a CMP pode intervir, compete à autarquia favorecer a diversificação do tecido industrial (questão particularmente relevante face ao enorme peso da indústria automóvel), proteger as indústrias que utilizam recursos locais, mão-de-obra e matérias-primas produzidas localmente (no sentido do desenvolvimento da agro-indústria) e, ainda, incentivar a instalação quer de actividades associadas/complementares, como o comércio e serviços de apoio à indústria, quer de infra-estruturas de transportes, armazenagem e comunicações (CMP, 2003, p. 28). Tomando em conta as palavras de um membro do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Palmela, pensamos ser conveniente indicar também, aqui, que o desenvolvimento do sector industrial no concelho respeita, tanto quanto pudemos apurar, regras mínimas de integração urbana e paisagística e medidas de protecção ambiental por forma a conciliar o crescimento económico com a preservação da natureza. Assim, *“Quanto aos parques industriais existentes importa destacar que todos eles estão devidamente providos de estruturas de saneamento adequadas à prática das respectivas actividades industriais, bem como de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e líquidos (sobretudo de águas poluídas). Os parques estão também localizados em áreas específicas, consideradas de maior aptidão para a implantação industrial, onde a fixação das empresas (que, sublinhe-se, não são muito poluentes) acarreta poucas consequências para as áreas envolventes e para o próprio ambiente, salvaguardando-se sempre os recursos naturais e agrícolas do concelho”* (Depoimento do Dr. António Pombinho).

Não se pode esquecer contudo, evidentemente, o próprio texto do PDM de Palmela que reconhece algumas fragilidades no tecido industrial do concelho, particularmente no eixo industrial da Estrada Nacional 252, visto que *“a intensidade e a rapidez de instalação das empresas [que aí se implantaram] conduziu a uma situação caracterizada pela insuficiência de infra-estruturas e serviços de apoio – nomeadamente, ao nível da recolha, encaminhamento e destino final de águas residuais domésticas e industriais – colocando-se a necessidade de uma intervenção que não só responda a estas carências como enquadre a procura para a implantação de novas unidades”* (artigo 7.º do Regulamento do PDM de Palmela). Desta forma, as áreas apoiadas no eixo industrial da Estrada Nacional 252 são identificadas e demarcadas no PDM como áreas de intervenção a serem tratadas a um nível de instrumento urbanístico mais detalhado.

Será ainda preciso acrescentar que no PDM que estabelece o modelo de estrutura espacial do território palmelense está previsto o desenvolvimento de áreas industriais nas freguesias de Marateca e Poceirão (ver “Espaços industriais previstos”, figura 5). Apesar do seu menor dinamismo económico comparativamente com o eixo Pinhal Novo/Palmela, considera-se que Águas de Moura juntamente com Poceirão tenderão a constituir um eixo de desenvolvimento industrial para todo o nordeste municipal. Aliás, esboça-se aí, hoje, algumas tendências para a instalação de indústria. Com afirma o autarca da freguesia de Marateca, *“Inevitavelmente, com o progressivo abandono da actividade agrícola, assiste-se a uma oferta crescente de solo para a indústria. (...) Esse espaço industrial previsto beneficiará muito certamente das acessibilidades criadas pela construção da Ponte Vasco da Gama, pelos eixos viários construídos recentemente e pelos que vierem a ser projectados no futuro. Mas, o meu receio é que esta constante melhoria transforme Marateca/Poceirão num espaço de atracção para novas actividades económicas que nada terão a ver com a agricultura e novos empreendimentos urbanísticos de péssima qualidade”* (Depoimento do Sr. Faustino Santos).

Recorde-se também a este propósito que, segundo o PEDEPES (2004, p. 13), um instrumento de intervenção que se quer decisivo no processo de desenvolvimento endógeno, integrado, harmonioso e sustentável da Península de Setúbal, os pólos logísticos de Poceirão, Marateca e Pegões (este último localizado no concelho do Montijo), deverão desenvolver ligações muito fortes entre si, para que em conjunto formem uma plataforma industrial e logística que possibilite a articulação da Península de Setúbal com o Sul do país e com Espanha. Prevê-se, assim, uma alteração substancial a curto prazo do espaço a oriente do concelho de Palmela, em termos de implantação e promoção industrial e de actividades de armazenagem e logística. Voltaremos mais tarde a este assunto.

Entretanto, como sublinhava com justeza a coordenadora responsável pelo Observatório Económico e Social, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Ruas, o património natural aliado aos fortes vestígios do “mundo rural” são potencialidades que podem ser exploradas através da actividade turística. Esta tem-se manifestado essencialmente através do turismo de passagem ou de passeio, centrado no património arqueológico e histórico da vila de Palmela. Com o objectivo de promover a definição de vocações específicas neste domínio, o PDM de Palmela estabelece novos pólos de desenvolvimento do turismo, com base na sua localização e enquadramento paisagístico, de que se destacam: a) a zona de influência da Reserva Natural do Estuário do Sado, onde abundam os sapais, os arrozais e as salinas, que corresponde à área imediatamente contígua, a nascente da reserva, compreendida entre o seu limite, que se desenvolve ao longo e a sul da ribeira de Marateca, o limite sul do concelho e o IP1; b) uma área junto ao Parque Natural da Arrábida, a oeste de Quinta do Anjo, onde existem manchas de solo de natureza não calcária, correspondendo à área de ocupação do sobreiro que surge frequentemente associado ao pinheiro manso; c) e uma área natural apoiada na EN 10, limitada a poente pelo IC3, a Norte pelo traçado do IP7, a nascente pela linha de caminho-de-ferro e a Sul com o limite do concelho. Trata-se de três unidades territoriais abrangidas por uma excelente rede de acessibilidades e transportes, onde a natureza e a biodiversidade têm um valor muito particular (ver “Unidades territoriais de vocação turística”, figura 5). Contudo, convém mencionar que, as reconhecidas potencialidades de que dispõem as áreas de vocação turística definidas no PDM de Palmela lhes conferem igualmente condições de grande competitividade para a construção de equipamento hoteleiro e também de habitação, o que torna importante a criação de mais-valias em âmbitos que possam assegurar a preservação do património natural. Recentemente, têm aparecido no concelho de Palmela grandes empreendimentos ligados ao turismo residencial de qualidade (com parcela significativa de

residentes permanentes) que oferecem condições de vida associadas ao património natural, ao recreio e ao lazer, para atrair uma população carente de estímulos que lhe permitam libertar-se de um quotidiano citadino e propensa a uma certa nostalgia da natureza e do retorno ao passado. De acordo com Baptista (1999, p. 283), um dos mitos modernos mais presentes na vida contemporânea é, justamente, o da necessidade de regresso aos campos. No concelho de Palmela este regresso tem vindo a manifestar-se, essencialmente, através de passeios de fim-de-semana e da criação de residência secundária, quase sempre com um pequeno terreno acoplado onde se possa praticar horticultura ou jardinagem. Considera-se, agora, que a actividade turística tem potencialidades evidentes no concelho de Palmela e que poderá desenvolver novas funções (“recreio e lazer” e “residencial”) que rentabilizem de alguma forma aqueles espaços de vocação turística, diversificando a base económica do concelho.

Araújo (2001, p. 90 e seguinte) é categórica ao afirmar que são dois os trunfos que o concelho de Palmela joga, hoje, no tabuleiro da estratégia metropolitana: num dos lados do tabuleiro estão “*as vantagens que oferece na (re)localização de unidades industriais e de serviços*”, mercê da existência de disponibilidades de instalação; no outro “*a oferta residencial de qualidade*”, beneficiando de um ambiente genérico não urbano, pouco poluído e de pequena carga de humanização. Neste texto da autora aqui citado não encontramos o tema da agricultura. Não esqueçamos, porém, que a pressão exercida por outras actividades económicas não deixa de ir eliminando o uso agrícola dos solos<sup>65</sup>, a que corresponde, como é sábio, uma redução significativa da produção. Este facto não é desprezável num país como o nosso, bastante dependente do exterior em termos alimentares, e numa área como a AML, de forte concentração humana e de grande consumo, nomeadamente de produtos frescos e perecíveis.

Para além do que o senso comum nos diz - de que no caso de Palmela existem fortes expectativas geradas quanto a outros tipos de utilização do solo -, leia-se o que se escreveu na introdução do texto relativo à estratégia geral de desenvolvimento do concelho de Palmela apresentada no seu PDM (1997a, p. 1): “*(...) a tendência da procura do concelho para a instalação de novas actividades foi acompanhada (ou mesmo antecédida) por uma oferta crescente de solo para ocupação urbana e industrial, correspondendo em parte a iniciativas puramente especulativas de alguns proprietários de terrenos, mas também a uma situação estrutural particularmente importante do ponto de vista económico e social, que é o abandono progressivo da actividade agrícola por parte das populações, sobretudo das camadas*

---

<sup>65</sup> Os espaços agrícolas estão dispersos por todo o território municipal, situando-se os principais a Norte de Cabanas e de Quinta do Anjo, a Sul de Palmela, a Este e Oeste de Pinhal Novo, a Norte de Asseiceira, Lagameças e ao longo da ribeira da Marateca.

*jovens, mais atraídas pelo meio urbano e por actividades outras que não a agrícola, considerada socialmente menos prestigiante e como proporcionando níveis de rendimento baixos e irregulares”.*

Naturalmente, e pese embora se constate uma substancial diferença entre o quadro socio-económico de então e a actualidade, é para esta situação de perda dos espaços para a produção de alimentos e de crescente abandono da actividade agrícola que urge continuar a canalizar esforços de modo a impedir a desafecção ou deterioração dos solos mais aptos (questão em princípio consagrada na Reserva Agrícola Nacional) ou dos solos necessários à prática de uma actividade agrícola periurbana que se pode relacionar não só com o fornecimento de alimentos mas também, e sobretudo, com os aspectos ligados à biodiversidade e ao meio ambiente (destacando-se, entre outros, a amenização dos impactos decorrentes da ocupação humana do território, da importação de grandes quantidades de alimento, que inclui a energia requerida para a produção, processamento e transporte; a conservação dos recursos naturais e a reutilização e reciclagem de resíduos).

Valerá a pena discutir estes problemas? Provavelmente, diremos todos que sim. Então, porque parece que os discutimos tão pouco? Que curiosidade ou interesse pode despertar esta matéria actualmente, numa época em que “a agricultura regride não a passo de boi mas a velocidade de tractor desatrelado numa estrada de alcatrão” e “as áreas de sementeira, pomar ou floresta encolhem até completa transformação em zonas urbanas ou industriais”? (Fortuna, 1997, p. 14) Neste contexto, qual poderá ser o papel da agricultura em territórios onde é forte a concorrência de diversos interesses quanto à utilização dos solos? Esta última questão que, aliás, não é muito inovadora, não faz senão confirmar a necessidade premente de encarar a agricultura periurbana de uma forma diferente e considerá-la no seu todo como uma actividade indispensável ao desenvolvimento dos territórios devendo por isso ser considerada como um elemento fundamental do seu ordenamento e sustentabilidade, a que Telles igualmente se refere na sua já abundante produção literária. Recordemos, por exemplo, um magnífico artigo do referido arquitecto paisagista inserido no Catálogo/Exposição: a Utopia e os Pés na Terra, com o título “*Agricultura, ruralidade e identidade cultural*”. Das ideias em que o artigo é fértil e das reflexões a que convida salientaremos a que decorre do reconhecimento da importância da agricultura na sociedade de hoje: “*Actualmente, reconhece-se que a agricultura desempenha um papel muito importante na sociedade moderna. Papel que não se restringe, exclusivamente, à produção de alimentos e de outros bens. Deve-se à agricultura a ocupação efectiva do território (...). Da prática agrícola e da estrutura ecológica do espaço rural dependem a estabilidade física e diversidade biológica das regiões (...). Também da diversidade estética e*

*da dinâmica sazonal da agricultura depende, em muito, a beleza das paisagens e a potencialidade recreativa do espaço rural. As paisagens rurais são, ainda, um suporte indispensável ao desenvolvimento da cultura e da memória e continuidade histórica dum povo”* (Telles, 2003, p. 328).

É, pois, neste sentido que percebe-se hoje a oportunidade de uma das frentes da nossa sobrevivência como Nação passar iniludivelmente pela nossa capacidade de organizar e utilizar o território que temos na perspectiva da sua valorização. Esperando-se, então, um desenvolvimento sustentável. Entre tantas possibilidades e iniciativas, sem dúvida, a salvaguarda e a implementação da agricultura na periferia dos núcleos urbanos de grande dimensão (como é o caso da cidade de Lisboa) têm um importante papel a desempenhar, tanto nos aspectos relacionados com o bem-estar das populações, aumento da segurança alimentar, melhoria da nutrição e saúde humana, como nos aspectos relativos à manutenção da sustentabilidade das paisagens, da qualidade de vida, dos valores culturais e, de uma forma mais abrangente, do planeamento e ordenamento da paisagem do futuro. E, nesse caso, a agricultura periurbana deve fazer parte das agendas políticas locais, regionais e nacionais.

### 2.3 Da antiga vocação agro-florestal do concelho de Palmela

Numa apreciação de como Palmela, no passado, se organizou em torno da prática do cultivo da terra, e a propósito dos palmelões agricultores, conta Fortuna (1997, p. 36) que, ainda os reis de Portugal não o eram do Algarve, por volta do início do século XIII, houve uma transferência de população lá de cima (do “*morro*” de Palmela, onde a circulação de carros e pé posto de homem ou animal se torna desagradável), pouco mais de uma légua para o Sul (para o “*chão raso*”, onde a vida se simplifica), começando aí, à borda do rio Sado, a desenvolver-se uma modesta aldeia de pescadores do termo de Palmela. Da população que “teimou” ficar em Palmela (isto é, em manter a sua ligação à terra), após a fundação de Setúbal, diz-se ser bastante arreigada à prática do cultivo da terra, pois “*encostados ao castelo, (...) os palmelões, mesmo através dos postigos de casa, descortinavam as courelas ou quarteirões que tinham de amanhar*”. Continuando a seguir de perto Fortuna (1997, p. 29 e seguintes) podemos constatar que em Palmela, por esta altura, só se cultivava a cintura agrícola da vila, estendida, a Sul, até Setúbal, pelas quintas e hortas rememoráveis das técnicas agrícolas mouriscas e, a nascente, pelo fecundo Vale dos Barris e pelas encostas da Serra do Louro até à Fonte do Sol, também estas terras abençoadas a produzir. Em boa verdade, a primeira era então a zona mais cultivada



no termo de Palmela. No dizer de Fortuna (1997, p. 31), os proprietários das quintas e hortas localizadas entre Palmela e Setúbal, mesmo não atingindo grandes dimensões de terreno, gozavam de um certo estatuto social que levava os tabeliães e demais escreventes da burocracia local a defini-los profissionalmente como fazendeiros. No entender do autor que temos vindo a citar, talvez, por muitas vezes serem rendeiros ou dirigentes das terras e aquela designação se interpor entre a dos proprietários e a dos trabalhadores.

Parece assim correcto afirmar-se que fora de portas da vila de Palmela (isto é, à volta da povoação), nestes tempos antigos, existiam somente dois núcleos populacionais de casais dispersos, onde viviam os barrileiros e os montanhões. Hoje, em Vale dos Barris, já quase não se encontram famílias genuinamente barrileiras. Segundo Fortuna (1997, p. 36), estas fartaram-se do chão que não aceita máquinas devido aos altos e baixos, socalcos e ravinas. O sítio continua a ser bonito mas, como anota o autor, só para quem lá tem casa destinada a fins-de-semana ou descanso de férias. Por sua vez, os casais agrícolas dispersos pelas encostas da Serra do Louro ou montanhões (assim mesmo designados por viverem nos “montes”), também antojaram melhor vida, ainda que de trabalho, fixando-se lá em baixo na planura da várzea, onde formaram uma nova aldeia, resultando da sua deslocação a criação do lugar de Quinta do Anjo (Fortuna, 1997, p. 37). À parte estas duas zonas cultivadas na circunvalação da vila, há ainda a considerar que, até finais do século XVIII, outros tantos pontos isolados se encontravam assinalados no mapa agrícola concelhio: um correspondente a Águas de Moura e o outro a Rio Frio que na actual divisão administrativa fazem parte das freguesias de Marateca e de Pinhal Novo, respectivamente.

Entretanto, a partir de meados do século XIX, a conjugação de dois factores - a penetração do capitalismo nos campos e a abertura da linha de caminho-de-ferro (linha do sul), em 1861 - viria a proporcionar todo o desenvolvimento agrícola na região que é hoje partilhada pelo concelho de Palmela porque nela localizada. Isto mesmo é indicado por Gama, Santos e Pires (1981), num trabalho sobre as transformações do espaço agrícola numa área que, correspondendo à parte oriental da Península de Setúbal, abrange os concelhos de Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal. Da sua leitura (Gama, Santos e Pires, 1981, p. 547 e seguinte) ficámos a saber que a organização agrícola da parte oriental da Península de Setúbal pode ser esquematizada nos finais do século XIX, em 1890, do seguinte

modo: a) duas áreas de hortas e fruticultura com maior importância<sup>66</sup>, ambas envolvidas, primeiro, por vinhas e olivais já de ocupação antiga e, em seguida, por pinhais para lenha e outros usos, como a construção naval; b) uma extensa área de produção de vinha, cercada por pinhais e montado de sobreiro ainda pouco extensos, em que se destacam os concelhos de Aldeia Galega (actual Montijo), Setúbal e Palmela; c) uma grande extensão de charneca e pauis, nas áreas mais afastadas (ver figura 6, imagem relativa à ocupação cultural do solo em 1890).

Importa adicionalmente notar que, ao longo das linhas de comunicação (em particular caminho-de-ferro, mas também fluvial), se assistiu naquela mesma época ao desenvolvimento de vinhas novas (Gama, Santos e Pires, 1981, p. 552). Estas vinhas vieram modificar uma grande parte da área ocupada até aí por terrenos incultos, em que só cresciam plantas silvestres, e por pântanos. É também sabido que o pinhal e o montado de sobreiro foram outras culturas objecto de grande interesse por parte dos capitalistas agrários da região, a partir de meados do século XIX. O desenvolvimento observado na primeira daquelas culturas florestais, as matas de pinheiros, com grande peso no mercado da capital, para lenha e madeira, está também directa e inegavelmente ligado com as novas facilidades de transporte, localizando-se os respectivos povoamentos próximo do caminho-de-ferro (que, em 1858, passa a ligar o Barreiro ao Pinhal Novo e que, em 1861, se prolonga para Poceirão, Vendas Novas e no ramal para Setúbal) e dos transportes por água (acessíveis a partir do Estuário do Tejo). A segunda cultura, o montado de sobreiro, que mereceu largos cuidados dos grandes proprietários oitocentistas, vê a sua importância aumentar devido não só ao crescente comércio de cortiça a nível interno, como também, e sobretudo, à sua importância nas exportações (Gama, Santos e Pires, 1981, p. 553).

Ainda de acordo com Gama, Santos e Pires (1981, p. 543) a explicação, do ponto de vista agrário, para o início das modificações ocorridas nas formas de ocupação do território sobre o qual se debruçaram, e no qual como já referimos está integrado o concelho de Palmela, reside fundamentalmente na conjuntura económica de Portugal, a partir da segunda metade do século XIX. Vejamos, pois, este argumento com mais pormenor. Tomemos, para já, nota do que escreve Cabral (1974, p. 27 e seguintes) na sistematização que elabora acerca dos passos

---

<sup>66</sup> Uma área que se repartia pelos concelhos de Barreiro, Moita e Alcochete e que constituía uma faixa agrícola polinucleada, ribeirinha do Tejo. Nesta área, as vilas à volta das quais se desenvolvia a actividade agrícola desempenhavam o papel de centros intermédios na comercialização dos produtos para o mercado da capital e para exportação. A outra área hortícola e frutícola, a sul, em redor de Setúbal, menor do que a anterior, era uninucleada e evidenciava-se pela grande produção de laranjas, sendo que o arco em redor de Setúbal se alongava pela estrada que liga a Palmela.

essenciais da história agrária do Portugal moderno, na obra “*Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Século XIX e XX*”, com particular destaque para o período relativo a 1851-1889, o que tem legítimo cabimento nestas páginas. No dizer do autor (Cabral, 1974, p. 49), no período da Regeneração ou Fontismo, nome pelo qual também ficou conhecido devido a Fontes Pereira de Melo, chefe do Partido Regenerador, consegue-se alcançar a estabilidade política, ainda que temporária, através da “*reconciliação política alcançada pelas classes possantes*” e da “*neutralidade das massas populares*” perante o programa de fomento de obras públicas e de modernização das infra-estrutura do país. Por um lado, a iniciativa privada é liberta do dirigismo estatal nos domínios financeiro, agrícola e industrial. Esta situação, no entender do autor, muito contribuiu para o aparecimento espontâneo da capacidade de investimento, marcando a expansão capitalista da economia portuguesa até à crise de 1890. Por outro lado, entra-se num período de protecção livre-cambista, de feição moderada, que procurava pôr cobro ao monopólio dos produtores de trigo, ao mesmo tempo que se protegia de forma mais ou menos articulada a indústria que começava a surgir. Procurou-se ainda limitar a pressão fiscal contra a renda fundiária, o que evitou o processo acelerado de proletarização do campesinato das pequenas propriedades agrícolas. Como assinala Cabral (1974, p. 50), todo este processo estava articulado com uma política de construção de estradas, pontes e vias-férreas, cujo principal objectivo era o escoamento da produção agrícola.

Recordemos também, aqui, o trabalho de Miriam Halpern Pereira com o título “*Assimetrias de crescimento e dependência externa*”. A autora (Pereira, 1974, p. 14), centrando a sua análise no período de 1847 a 1914, que denomina de “*crescimento agrícola sem industrialização*”, diz-nos que durante todo este período a agricultura beneficiou nitidamente da existência de um vasto mercado externo, rico e relativamente estável, tornando-se Portugal numa “*grande granja*” para a exportação (um único país, a Grã-Bretanha, absorvia mais de 50% do total da corrente comercial). Este comércio externo fazia-se, principalmente, em vinho, azeite, frutos (nomeadamente laranjas, limões, figos e amêndoas) e outros produtos agrícolas, como batata e tomate<sup>67</sup>. Do ponto de vista do mercado interno, o alargamento do espaço económico da cidade de Lisboa na referida conjuntura só poderá ser entendido, segundo Gama, Santos e Pires (1981, p. 543), se for relacionado com outros centros de pequena importância dimensional, mas que “*asseguram uma inter-relação espacial, porque [eram] pontos de ligação nos circuitos*

---

<sup>67</sup> Sobre o assunto, veja-se também a exposição do que era Portugal no dealbar de oitocentos elaborada por Silbert (1977, p. 39 e seguinte), nomeadamente a parte referente ao desenvolvimento da agricultura e, em especial, ao exame que o autor faz dos produtos agrícolas que “alimentam” as exportações portuguesas no princípio do século XIX.

*de comércio dos produtos agrícolas com a capital ou porque, mesmo de nível hierárquico inferior na estrutura urbana, produziram um espaço agrícola próprio com maior ou menor autonomia da capital*”. Embora se integrem em zonas de maior dependência da cidade principal, estes centros secundários, como mais adiante pode ler-se, pelos mesmos autores (1981, p. 545), possuem o seu próprio “*sistema microzonal*”. Era o caso, por exemplo, de todas as manchas hortícolas em torno dos povoados de Palmela, Pinhal Novo e Azeitão e dos centros urbanos dos municípios do Norte da Península de Setúbal, estes últimos com duplo significado, de abastecimento próprio e de abastecimento a Lisboa. Assim, e invocando de novo Pereira (1974, p. 14), “(...) *era, principalmente, em redor da cidade de Lisboa que se observava a existência de uma técnica muito aperfeiçoada e uma diversificação cultural em hortas minúsculas, das quais as mais célebres eram as dos saloios*”.

Os produtos agrícolas e também florestais daquela região tinham mercados assegurados numa exportação que durante algum tempo, até ao fim do século XIX, se mostrou importante, e nas áreas urbanas próximas, em especial de Lisboa. Como concluiria Pereira (1974, p. 18), “*o período da regeneração não pode, portanto, ser considerado de estagnação no sector agrícola*”, pelo contrário a agricultura foi então o sector mais dinâmico da economia portuguesa. O sector industrial, durante este mesmo período, foi fortemente prejudicado por uma situação quase colonial. Daí resultou a penetração de formas capitalistas nos campos. Nas palavras da autora (1974, p. 20), “*A penetração do capitalismo em Portugal efectou-se, pois, mais rapidamente e mais cedo na agricultura do que na indústria (...). No principal ramo de produção, seja a agricultura, o tipo de relações de produção dominante tendia a ser capitalista*”. É, pois, neste contexto que deve ser apreciado o surto da agricultura no território oriental da Península de Setúbal.

Reportando-se à situação temporal de 1890, Gama, Santos e Pires (1981, p. 554 e seguinte) salientam a importância da distância em relação aos centros de consumo na localização das culturas agrícolas e na intensidade do uso da terra, em zonas envolventes à cidade de Lisboa. Na nova configuração da ocupação agrícola do solo ali existente os meios de transporte desempenharam um papel importante, de orientadores do crescimento. Provocaram um uso do solo mais intensivo do que o praticado até então, que se traduziu na adopção de culturas comerciais (vinho, cereais, madeira e cortiça), conquistando-se para o efeito as áreas incultas localizadas no interior da Península de Setúbal. Ademais, as culturas hortícolas começaram a ganhar terreno como resultado do crescimento urbano de Lisboa, primeiro, e depois, com a expansão urbana e a industrialização das povoações da margem Sul do rio Tejo. No entanto, como assinalam Gama, Santos e Pires (1981, p. 556), a ocupação cultural do solo

teve diferentes facetas consoante a natureza social da exploração e da propriedade considerada. De um lado, nas explorações de maior dimensão física predominavam as culturas em áreas extensas, de tipo monocultural, como a vinha e as espécies florestais pinheiro e sobreiro, destacando-se aí a capacidade de investimento em tecnologia moderna e a possibilidade de controlo dos mercados. De outro lado, nas explorações de pequena dimensão predominava a actividade agrícola policultural, de empresas familiares e, não raras vezes, dependentes de outras fontes de rendimento, em propriedades próprias ou arrendadas, onde se praticava predominantemente culturas de legumes, em regadio e sequeiro, e de frutas.

Deve dizer-se também que nesta altura, em que o concelho de Palmela estava incluído no concelho de Setúbal, a alteração espacial registada no interior da Península de Setúbal foi acompanhada de grandes afluxos de mão-de-obra de centenas, milhares de colonos-operários agrícolas que, durante a última década do século XIX, deram origem a elevadas taxas de crescimento efectivo da população (situação que se prolongou ainda pelos primeiros decénios do século XX, apesar da recessão económica). Como nos recorda Caldas (1943), num estudo sobre os aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao Sul do rio Tejo, o rápido crescimento da população aí observado e a consequente alteração da paisagem têm vindo a ser notáveis desde meados do século XIX. Essa evolução é caracterizada pelo autor da seguinte forma:

*“A fisionomia do habitat que por altura de 1860 exprimiria a existência de núcleos populacionais de tipo concentrado, separados por um habitat contínuo muito disperso, quase desértico, transformou-se lentamente, num aspecto novo em que o habitat misto e o disperso vieram cobrir uma área muito vasta. Tal modificação, de uma forma geral proveitosa, apesar de não ter sempre obedecido a objectivos socialmente perfeitos, foi feita à custa do domínio do habitat quase desértico. (...) Entretanto, um largo movimento se esboçava tendente a modificar a forma de aproveitamento das areias pliocénicas, reflexo local de uma frutuosa política de fomento que transformou o país. Da pastorícia passava-se à agricultura e para tanto foi necessário chamar e fixar na região novos braços capazes de desbravar a charneca. (...) Assim, de 1900 a 1911 a população aumenta e de 1911 a 1920 esse aumento continua bem acentuado, apesar da pneumónica e da guerra. A legislação tendente a estimular o aproveitamento dos incultos e a campanha do trigo chamaram ao Pliocénio grande número de “seareiros” e trabalhadores e assim parece ter sido dado o último e fortíssimo impulso que, de 1920 a 1940, afasta a curva do aumento da população no Pliocénio da curva que exprime a lei geral do aumento demográfico do País. (...) Porém, em resultado de fortíssimos interesses antagónicos que se encontram em jogo, o povoamento decorre desordenadamente, criando situações injustas, insustentáveis mesmo e de resultados sociais e económicos não muito desejáveis”* (Caldas, 1943, p. 48).

Desta forma, e sem entrarmos na análise das políticas de ordenamento entretanto promovidas, cabe aqui afirmar que da 2ª metade do século XIX aos primeiros decénios do século XX, o impacto da humanização na margem Sul do rio Tejo alterou profundamente a paisagem e que as questões de desenvolvimento do território se manifestaram bastante

relevantes. No que diz respeito exclusivamente ao concelho de Palmela, o desenvolvimento agrícola teve a sua maior importância no eixo Pinhal Novo/Poçoirão e, em particular, na Herdade de Rio Frio. Aqui, como nota Martins (1992, p. 386), sob a responsabilidade do grande agricultor e capitalista oitocentista José Maria dos Santos inicia-se, na segunda metade do século XIX, o grande processo de arroteamento, drenagem de pântanos e fertilização de terras, transformando-se “*cerca de 2400 hectares de solo arenito e árido onde a magra charneca apascenta mal ordinário armento*”, numa extensa vinha (a maior do mundo na passagem do século XIX para o século XX, segundo então se dizia). Interessante é também verificar com a autora (Martins, 1992, p. 386) que houve uma nítida substituição da antiga improdutividade que era fundamentalmente originada pelo isolamento geográfico por uma produtividade bastante assinalável, com a que lucrou enormemente tanto José Maria dos Santos quanto a economia nacional. Ele, pelo rendimento líquido anual que retirava da produção da vinha de Rio Frio (“*superior ao da cortiça em cerca de 500 contos anuais*”). E a nação pelo número de famílias que se fixaram na região e pela tributação que, assim se passou a cobrar de uma terra até aí quase deserta e inculta.

Na realidade, a necessidade de mão-de-obra era tão fortemente sentida que José Maria dos Santos teve de recorrer à força de trabalho proveniente do Litoral Beirão e da região do Baixo Mondego, mais conhecida pelo nome pitoresco de “*caramelos*”. São eles que na área de Pinhal Novo/Poçoirão irão constituir o primeiro núcleo da colonização agrícola. Escreve o geógrafo Ribeiro (1987 p. 72) que, “*As exigências de mão-de-obra nos trabalhos que trazem à roda da ceifa durante dois terços do ano, confinam a cultura a áreas assaz povoadas e reduzem-na muito nas regiões de granjeio extensivo de cereais*”. É, pois, neste sentido que o povoamento realizado na área geográfica em análise poderá ser entendido como um produto da própria transformação das formas de exploração da terra nas grandes propriedades nela existentes. E isto porque, devido ao carácter extenso dos trabalhos (trabalhar nas arroteias, nas obras de enxugo, nas fainas agrícolas, etc.), era necessário um número cada vez maior de trabalhadores sazonais, pois “*nem os hortelãos dos arredores de Setúbal, nem os camponeses de Palmela, eram suficientemente numerosos para os vastos arroteamentos projectados*”. Ademais, “*(...) são trabalhadores da mesma origem regional que se contrataram para as obras de caminho-de-ferro*” (Ribeiro e Lisboa, 1951, p. 16).

A mão-de-obra local e regional apresentava-se tão escassa para a efectivação de tais projectos que, neste período, os grandes proprietários destinavam uma pequena parcela das suas herdades ao parcelamento. Isto é, concediam-se terras para exploração agrícola àqueles

que se pretendiam fixar na zona a troco de uma renda paga aos proprietários. Parcelas de terra que, de qualquer modo, eram insuficientes e obrigavam os colonos-rendeiros a ter de trabalhar para os grandes proprietários. Foi, aliás, através deste processo que José Maria dos Santos “Fixou cerca de 400 casais de caramelos beirões semi-nómadas, numa área de cerca de 2000 hectares de paul, que arroteou, dividiu em glebas de quatro a seis hectares e cedeu aos colonos mediante contratos de arrendamento a longo prazo (em vida) no valor de 1\$000 por hectare. Para que os colonos se pudessem estabelecer, emprestava-lhes, com juros (5%), o capital necessário para construírem a casa de habitação e adquirirem alfaías e sementes” (Martins, 1992, p. 386 e seguinte). Desta forma, sem grande investimento, o burguês José Maria dos Santos conseguiu assegurar mão-de-obra certa, barata e, acima de tudo, em número suficiente para os grandes trabalhos agrícolas de certas épocas do ano.

Ainda a propósito da histórica colonização empreendida por José Maria dos Santos, importa ressaltar que os contratos não foram estabelecidos pelo esquema enfiteutico (em que os grandes proprietários ofereciam as parcelas aos camponeses segundo o sistema dos “foros”, um contrato de enfiteuse que dava ao enfiteuta largos direitos de usufruto das terras, mas que conservava para o senhorio apreciáveis rendas), mas pelo processo de arrendamento a longo prazo (que era menos propício à consecução da posse plena da terra pelo agricultor que a toma em bruto e, portanto, requerente de muito trabalho). Na prática, porém, os colonos e rendeiros de José Maria dos Santos passaram a donos das terras que ocupavam e exploravam por conta própria, isentos de qualquer pagamento. Disso mesmo é exemplo a lista<sup>68</sup> que

<sup>68</sup> Com indicação de nomes, moradas e datas das escrituras de doação, esta lista tem por base a consulta de 306 escrituras de plena doação das terras aos rendeiros de José Maria dos Santos (todas as que foram lavradas e arquivadas no Arquivo Distrital de Setúbal):

**Lista dos “rendeiros-forros” de José Maria dos Santos (1914 e 1915)**

Local de residência (lugar e freguesia)	Nº de rendeiros-forros
Venda do Alcaide (Pinhal Novo)	106
Vale da Vila (Pinhal Novo)	60
Lagoa da Palha (Pinhal Novo)	31
Palhota (Pinhal Novo)	26
Cascalheira (Pinhal Novo)	22
Arraiados (Pinhal Novo)	17
Fonte da Vaca (Pinhal Novo)	7
Pinhal Novo (Pinhal Novo)	6
Palmela (Palmela)	6
Olhos de Água (Pinhal Novo e Quinta do Anjo)	3
<b>Com 2 rendeiros-forros:</b> Forninho, Lagameças e Lagoa do Calvo (Poceirão), Lagoinha (Palmela), Montinhoso e Valdera (Pinhal Novo).	12
<b>Com 1 rendeiro-forro:</b> Pereiro (concelho de Alcochete), Aldeia Galega (concelho de Montijo), Batudes, Carregueira e Espinhaço e Malhada Alta (freguesia de Pinhal Novo), Quinta do Anjo (freguesia de Quinta do Anjo), Rego da Amoreira (concelho de Setúbal), Vale de Marmelos (freguesia de Palmela) e Setúbal.	10
<b>Total</b>	<b>306</b>

Fonte: FORTUNA, António Matos (1997), *Memórias da agricultura e ruralidade do concelho de Palmela*, ... pp. 207-215.

Fortuna (1997, Anexo nº 3, pp. 207-215) reconstituiu dos “*rendeiros-forros*” de José Maria dos Santos, designando o autor com esta qualificação os que por falecimento do senhorio dos terrenos (que ocorreu a 19 de Junho de 1913) adquiriram graciosamente a posse plena das propriedades que, até aí, cultivavam mediante pagamento anual de renda estipulada. De certo modo, tal relação, corresponde ao censo dos povoadores iniciais (ou, se já não todos, em certos casos, dos filhos dos primeiros habitantes) de áreas que hoje são estruturadas comunidades populacionais porque revestidas de certo tipo sócio-urbanístico e que ainda no século XIX se limitavam a sesmarias quase desabitadas (como é o caso particular dos lugares de Venda do Alcaide, Vale da Vila, Lagoa da Palha, Palhota, Cascalheira e Arraiados, na freguesia de Pinhal Novo). Pode mesmo dizer-se que a fixação das populações agrícolas foi feita, sobretudo, em casais isolados e dispersos pelas courelas dadas por renda para cultivarem por sua conta, em geral, por períodos de 9 a 10 anos, e dispostas em redor das grandes propriedades. Mas, diferentemente, registe-se também a fixação destas populações conseguida através da criação de novos aglomerados dispersos, como são exemplos os lugares de Forninho, Lagoa do Calvo e Lagameças, sesmarias começadas a arrotear no século XIX, as duas primeiras localizadas na então freguesia de Marateca, a terceira na outrora freguesia de Palmela<sup>69</sup>, cuja lógica criadora foi, no essencial, idêntica à dos casais isolados, e que se caracterizou por ser um tipo de colonização individualista dos terrenos incultos. Ou, ainda, através de aglomerados já existentes, como foi, certamente, o caso de Pinhal Novo que, com a sua estação de caminho-de-ferro, pequeno comércio local e armazéns, viria a tornar-se na capital da “caramelândia” (Ribeiro e Lisboa, 1951, p. 19).

O povoamento de Pinhal Novo (que está como vimos directamente ligada ao estabelecimento da vinha de Rio Frio) foi, como escreve Conceição Andrade Martins (1992, p. 386), a principal obra da vida de José Maria dos Santos após ter casado com a baronesa de São Romão, viúva do capitalista lisboeta Manuel Gomes da Costa São Romão. Outro empreendimento único da sua autoria foi, sem dúvida, o canal de mais de 10 km que, em finais da década de 1870, mandou abrir entre Rio Frio e o Rio das Enguias (em Alcochete), por onde navegavam à sirga (“*espécie de corda com que se puxavam as embarcações ao longo da margem do rio Tejo*”) os batelões ou grandes barcas que transportavam o vinho directamente das adegas de Rio Frio até Lisboa. Assim, grande parte do vinho que o proprietário de Rio Frio produzia chegava de

---

<sup>69</sup> A freguesia de Poceirão a que pertencem actualmente os lugares de Forninho, Lagoa do Calvo e Lagameças é criada em 1988, tendo sido de novo delimitadas as freguesias de Marateca e de Palmela.



forma fácil, rápida e barata, sem grandes custos de transporte, ao principal mercado nacional (Martins, 1992, p. 387).

Tal como anotou Martins (1992, p. 387) este notável político monárquico influente (do partido Regenerador), fundador e dirigente da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, que possuía uma visão articulada do processo de produção e comercialização dos produtos agrícolas, e também porque dispunha de grande capacidade financeira e não temia correr riscos, foi dos poucos que conseguiu resistir a todas as crises e lucrar mesmo com elas, pois encarava a actividade agrícola de forma completamente distinta da que usualmente era considerada como “típica” dos grandes proprietários/lavradores seus contemporâneos. No auge da crise vinícola, de sobreprodução e queda dos preços, de 1909-1910, José Maria dos Santos não só não vendeu os seus vinhos como comprou todo o vinho que apareceu no mercado, para depois criar, em Lisboa, a primeira grande empresa de venda de vinho a grosso e a retalho onde se praticavam preços inoportáveis para a maioria dos comerciantes (“55 réis por litro”).

A vinha é a cultura que toma maior importância económica na transformação agrícola da área em foco. A extensão da vinha viria a duplicar entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, entrando-se assim na euforia do vinho (Gama, Santos e Pires, 1981, p. 552). Contudo, a partir do início dos anos 20 do século XX, com a grande quebra das exportações de vinho, a vinha começa o seu processo de regressão. Associada a este fenómeno de declínio da produção agrícola está a tão conhecida “invasão” da filoxera que destruiu grandes áreas de vinha, entre as quais a vinha da Herdade de Rio Frio, (que se destacava, tinha-se dito, com proeminência) e que se tornou, em parte, numa cultura de montado de sobro e de pinhal. Por volta dos anos 40 do século XX, a agricultura da região encontrava-se relativamente estagnada. Mas, se é verdade que o comércio externo dos produtos agrícolas decaiu, nem por isso se deixou de assistir ao continuar da densificação do povoamento nas décadas seguintes. Assim, no já citado estudo sobre a análise das transformações sócio-espaciais da agricultura na parte oriental da Península de Setúbal, Gama, Santos e Pires (1981, p. 553), acabam por concluir que assiste-se ali, nesse mesmo período, a uma nova fase de expansão da cultura da vinha, sobretudo “*pela parte interior sul do caminho-de-ferro e estendendo-se para nascente na área correspondente às explorações de menores dimensões e periféricas às grandes propriedades*”. Este processo de extensão da vinha, de que nos falam os autores acima citados, é acompanhado de um povoamento que se dispersa em numerosos casais, semelhante ao do

Alentejo, e de uma densificação da população em pequenos aglomerados, que conseguem ainda assim conservar a sua forma dispersa (visível na existência de casas dispersas em pequenas propriedades ou em parcelas de propriedades entregues a pequenos produtores agrícolas que as exploram sob a forma de arrendamento).

Ribeiro e Lisboa (1951, p. 19 e seguinte) ao analisarem as transformações do povoamento e das culturas na área próxima de Pinhal Novo (tendo por base a Carta Agrícola publicada em 1897 pela Direcção Geral da Agricultura, segundo os levantamentos dos anos de 1892 e 1893, e a Carta Militar de Portugal datada de 1942) verificam que, no ano de 1942, a dispersão do povoamento ganhou terreno, ao polvilhar de casas uma área cada vez mais vasta, comparativamente à situação de 1892-93 (ver figura 7, imagens relativas à dispersão do povoamento em 1892-93 e em 1942). Assim, nos anos 40 do século XX, com excepção dos arredores da estação de Pinhal Novo, onde se agrupavam algumas lojas, armazéns, adegas e a igreja paroquial, nenhum aglomerado de maior concentração populacional polarizava uma tão perfeita dispersão, já que ali “*cada casa, com o seu poço e, muitas vezes, com o seu forno, abre para a sua horta e os campos que a rodeiam; não existe laço algum entre as várias habitações*”. É, segundo os próprios autores (1998, p. 21), um típico povoamento que remonta à colonização individualista da charneca e dos areais litorais observada no fim do século XIX, quando os arroteamentos apenas “*mordiam*” então timidamente a extensão da charneca. A tal ponto que uma vez instalado aquele tipo de ocupação do espaço, o crescimento da população e a chegada de novos imigrantes mais não fizeram do que desenvolvê-lo, sendo que os poucos espaços vazios que aí persistiam em 1942 correspondiam às grandes propriedades não parceladas.

Sobre quais as características de que se revestiu o aproveitamento do solo nessas mesmas datas, Ribeiro e Lisboa (1951, p. 21) notam, por um lado, que a policultura cobre em 1942 uma extensão muito maior e contínua do que em 1892-93, e, por outro lado, que as culturas hortícolas, os pomares regados, as vinhas, o olival, o pinhal e o montado de sobro constituem o ordenamento completo do território relativo à parte central da Península de Setúbal. Há, no entanto, a destacar que entre as duas situações temporais desapareceram alguns grandes vinhedos (que foram substituídos por montados de sobro) e que muito minguaram as áreas de pinhais devido aos arroteamentos. Refira-se também que se a cultura do montado de sobro muito se expandiu à custa quer dos vinhedos abandonados quer da charneca, já a extensão do olival quase não se modificou (ver figura 8, imagens relativas à ocupação cultural do solo em 1892-93 e em 1942). Mas interessa também notar que, naquela

última data, a taxa de crescimento populacional começa a diminuir com tendência para a estagnação nos concelhos interiores da Península de Setúbal para no decénio 50-60 ser negativa. Inversamente, os concelhos ribeirinhos do Tejo, em particular Almada, Seixal, Barreiro e Moita, e o de Setúbal, aqueles desde sempre, este último mais recentemente, manifestam-se fortemente atractivos de população. Na opinião de Gama, Santos e Pires (1981, p. 553), esta situação indica claramente a transformação que em meados do século XX se acelera, traduzida pelo surto industrial que tem justamente nos concelhos da margem Sul do rio Tejo alguns dos seus focos principais de maior dinamismo. Na realidade, e prosseguindo um pouco mais na compreensão das modificações do espaço agrícola, através de Gama, Santos e Pires (1981, p. 556), que com base na Carta Agrícola e Florestal elaboram um mapa relativo às formas de ocupação cultural daquele território em 1960, é possível concluir que, embora mostrando uma organização da distribuição das culturas pouco diferente da existente em 1940, o aproveitamento dos solos na Península de Setúbal revela já modificações importantes em redor das áreas urbanas (ver figura 6, imagem relativa à ocupação cultural do solo em 1960), devido ao surto de urbanização e de industrialização que ali se iniciou por volta dos anos 50.

Numa breve análise dos traços comuns e das distinções observadas relativamente a 1940, revelam aqueles autores que, em 1960, a produção de produtos vegetais e animais manteve-se e, de certa forma, especializou-se, embora muitas das produções tradicionais tenham perdido a sua importância. A área de vinha continuou com importância considerável. Além disso, manteve-se praticamente igual a sequência da diferenciação espacial das culturas com a distância aos centros de consumo urbano, bem como a relação entre as culturas dominantes na grande exploração e na pequena exploração. Contudo, como notam Gama, Santos e Pires (1981, p. 554), muitos dos antigos pomares e hortas deram lugar a novas áreas residenciais ou a unidades fabris. Este facto verificado pelos autores e, de certa forma, ilustrado nas imagens das figuras 6 e 8, parece-nos muito importante, pois quer o crescimento urbano, quer o surto industrial continuaram ainda com maior incremento na década de 60-70.

De acordo com Caria (1993, p. 198), o modelo de desenvolvimento assente no domínio produtivo agrícola parece ter-se esgotado nos finais da década de 50 do século XX, já que as duas décadas posteriores (e a última em particular) são marcadas por uma lógica diferenciada que denotam, segundo o autor, uma pequena abertura de Palmela ao exterior (traduzida na “exportação” da mão-de-obra que, apesar de tudo, uma modernização da agricultura ia libertando para as unidades produtivas que se iam instalando e desenvolvendo na

Península de Setúbal). De facto, embora haja a considerar a sua antiga vocação para as actividades agrícolas, a análise dos dados estatísticos disponibilizados pelo INE (ver Quadro 13) permite-nos observar significativas metamorfoses quanto à distribuição da população residente activa pelos três sectores de actividade económica.

Não obstante a crescente importância do sector secundário (de 13,90%, em 1960, para 20,70%, em 1970) e o aumento constante da população residente empregada no sector terciário (de 19,90%, em 1960, para 27,00%, em 1970), a percentagem de activos no sector primário era ainda bastante expressiva naquelas duas datas (66,20% e 52,30%, respectivamente). De salientar, no entanto, que Palmela vem perdendo população activa na agricultura desde o início do século XX, sendo a década de 70 aquela que inaugura definitivamente a perda deste sector na ocupação dos activos residentes. Tanto assim que, nos dez anos subsequentes, em 1981, a população residente activa na agricultura era de apenas 28,93% e de somente 18,21% em 1991.

**Quadro 13: População residente activa por sector de actividade económica.**

**Concelho de Palmela, entre 1940 e 1991 (em %).**

<b>Sector de actividade económica</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>
1. Agricultura, pecuária e pescas	84,00	78,30	66,20	52,30	28,93	18,21
2. Indústrias extractivas	0,10	0,15	0,50	0,10	0,11	0,08
3. Indústrias transformadoras	3,80	6,00	8,30	12,70	26,62	24,10
4. Electricidade, gás e água	0,00	0,00	0,00	0,50	0,83	0,82
5. Construção	1,80	2,30	5,10	7,40	13,49	11,19
6. Comércio	2,55	4,40	6,50	8,60	10,91	18,81
7. Transportes e comunicações	2,60	5,20	7,30	10,00	6,82	7,08
8. Bancos, seguros e serviços às empresas	0,05	0,05	1,20	0,50	0,79	0,99
9. Serviços à colectividade	5,10	3,60	4,90	7,90	11,50	18,72
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística, X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População e Habitação, Censos 1960, 1970 (estimativa a 20%), 1981 e 1991.

Este declínio da população agrícola concelhia não é, todavia, compensado pelo crescimento industrial, apesar do observado aumento da população ocupada nas indústrias transformadoras. Este sector de actividade representava 8,30% da ocupação dos activos em 1960, subindo a sua representatividade para 12,70% em 1970 e para 26,62% no ano de 1981, mas sofrendo uma ligeira descida em 1991, registando 24,10% dos residentes com emprego nas indústrias transformadoras. Por sua vez, as actividades terciárias sofrem um aumento muito significativo. Em 1960, elas representavam, no seu conjunto, 19,90% da população activa com profissão. Em 1970 a sua representatividade era de 27,00%, em 1981 era de 30,02%

e, dez anos mais tarde, em 1991, era já de 45,60%. Dentro delas, o “comércio” e os “serviços à colectividade” sofrem um acréscimo acentuado: de 6,50%, em 1960, para 18,81%, em 1991, no primeiro caso; e de 4,90%, em 1960, para 18,72%, em 1991, no segundo caso. No entanto, as actividades terciárias consideradas “mais qualificadas”, nomeadamente as que estão relacionadas com a actividade económica “bancos, seguros e serviços às empresas” são praticamente inexistentes, não representando mais do que 0,50% da ocupação dos activos residentes em 1970, ou 0,79% em 1981 ou, ainda, 0,99% em 1991.

Num apontamento sobre a agricultura palmelense, Caria (1993, p. 201) diz-nos que, entre 1979 e 1989, a estrutura agrícola do concelho caracterizava-se fundamentalmente pelo predomínio da exploração familiar e coexistência entre a pequena e a grande exploração agrícola, com predomínio das primeiras; pela elevada importância da pluriactividade na ocupação e nos rendimentos dos activos agrícolas e pela fraca mecanização da exploração agrícola, muito embora se note uma significativa evolução. Para o autor, o carácter artesanal das pequenas explorações não deve fazer menosprezar o peso da produção agrícola de Palmela no contexto da Península de Setúbal e do próprio país. E isto porque, se a evolução da população activa no concelho de Palmela demonstra à evidência a quebra da actividade agrícola como forma de ocupação dessa mesma população, a realidade sócio-produtiva que está subjacente a este sector de actividade económica tem sido, todavia, bem diferente ao longo da sua história. Seja como for, até à década de 90 do século passado, o concelho de Palmela permaneceu com um peso significativo do sector primário.

Fazendo uma leitura global do quadro que apresenta a distribuição da população residente empregada em 2001 pelos três sectores de actividade e por local onde trabalha (no e fora do concelho) (ver Quadro 14) constata-se que 24.874 pessoas residentes no concelho de Palmela estavam empregadas<sup>70</sup>. Destas, 14.503 pessoas trabalhavam no próprio concelho de residência (58,31%) e 10.371 noutros concelhos (41,69%). O sector terciário é o sector mais importante em termos de emprego no concelho de Palmela (58,01%), seguindo-se o sector secundário que ocupa 34,16% dos activos residentes. E, por fim, temos o sector primário com apenas 7,83%. Continuando a análise da população empregada por sector de actividade económica é também de referir que o sector terciário é o que atrai mais gente para fora do

---

<sup>70</sup> Por seu turno, 2.141 estavam desempregadas. Este valor traduzia-se numa taxa de desemprego de 7,93% que superava a taxa de desemprego nacional (6,80%) e da região de Lisboa e Vale do Tejo (7,57%), mas era inferior à registada na Península de Setúbal (8,94%). As duas freguesias mais urbanas do concelho (Palmela e, muito particularmente, Pinhal Novo) eram aquelas que registavam taxas de desemprego mais elevadas.

concelho (48,76%), ao contrário do sector primário que não ultrapassa os 13,0%. Em contrapartida, o sector primário emprega maioritariamente pessoas residentes no concelho de Palmela (87,16%), destacando-se a freguesia de Poceirão com 26,04% do total de população empregada residente no concelho, seguida da freguesia de Marateca com 18,44%.

**Quadro 14: População empregada por sector de actividade económica. Concelho de Palmela, por freguesia, 2001.**

Freguesia	População empregada							
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Total	
	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho
<b>Marateca</b>	359	31	302	238	425	285	1 086	554
<b>Palmela</b>	319	47	1 504	878	2 529	2 356	4 352	3 281
<b>Pinhal Novo</b>	381	62	2 199	1 256	2 908	3 087	5 488	4 405
<b>Poceirão</b>	507	65	491	179	508	211	1 506	455
<b>Quinta do Anjo</b>	131	45	916	534	1 024	1 097	2 071	1 676
<b>Total</b>	<b>1 697</b>	<b>250</b>	<b>5 412</b>	<b>3 085</b>	<b>7 394</b>	<b>7 036</b>	<b>14 503</b>	<b>10 371</b>

Freguesia	População empregada (em %)							
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Total	
	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho	No concelho	Fora do concelho
<b>Marateca</b>	18,44	1,59	3,55	2,80	2,95	1,98	4,37	2,23
<b>Palmela</b>	16,38	2,41	17,70	10,33	17,53	16,33	17,50	13,19
<b>Pinhal Novo</b>	19,57	3,18	25,88	14,78	20,15	21,39	22,06	17,71
<b>Poceirão</b>	26,04	3,34	5,78	2,11	3,52	1,46	6,05	1,83
<b>Quinta do Anjo</b>	6,73	2,31	10,78	6,28	7,10	7,60	8,33	6,74
<b>Total</b>	<b>87,16</b>	<b>12,84</b>	<b>63,69</b>	<b>36,31</b>	<b>51,24</b>	<b>48,76</b>	<b>58,31</b>	<b>41,69</b>
<b>Total</b>	<b>7,83 %</b>		<b>34,16 %</b>		<b>58,01%</b>		<b>100,00 %</b>	

Fonte: Instituto Nacional da Estatística, XIV Recenseamento Geral da População e Habitação, Censos 2001.

Num interessante estudo sobre a estrutura do uso e ocupação do solo na AML, em 1990, que considera três grandes classes de uso do solo (área edificada, área agrícola e área florestal), Tenedório, Pontes e Estanqueiro (2003, p. 93) apresentam o território metropolitano de Lisboa como um “*mosaico de usos fragmentados*”, onde coexistem retalhos de áreas edificadas com parcelas de culturas anuais ou permanentes e extensas áreas de coberto arbóreo e arbustivo, com graus de intervenção humana variável. Ao se atender ao peso percentual que cada classe de uso ocupa no total da área de cada concelho, nesse mesmo estudo são estabelecidos quatro grandes conjuntos de concelhos com comportamentos distintos: o “*centro da metrópole*”, a “*periferia de franja urbana fragmentada*”, a “*periferia florestal*” e a “*periferia agrícola*”.



Assim, o “*centro da metrópole*” que assume valores de área edificada substancialmente superiores aos dos restantes concelhos está, sem surpresa, ancorado em Lisboa. A “*periferia de franja urbana fragmentada*” subdivide-se em três grupos: um constituído por Sintra, Loures e Barreiro com uma estrutura de uso preponderantemente agrícola (aproximadamente 50%), mas com peso significativo de áreas edificadas; outro composto por Odivelas, Oeiras e Amadora com dominância de área edificada (cerca de 50%), estando o último concelho em transição para a dominância de territórios agrícolas abandonados e vazios urbanos; e ainda o grupo Seixal, Almada e Cascais com uso preponderantemente florestal (entre 50% a 60%), mas com assinalável área edificada (aproximadamente 30%). A “*periferia florestal*” constituída por Alcochete com predomínio de área de montado, Sesimbra e Setúbal integrando a área do Parque Natural da Serra da Arrábida, com valores compreendidos entre 60 % a 70%. Por fim, a “*periferia agrícola*” composta por Azambuja, Mafra, Moita, Vila Franca de Xira, Palmela e Montijo (estes dois últimos, numa posição de transição para o Alentejo, assumindo valores significativos de área florestal).

Hoje, cerca de 20 anos passados sobre os dados estatísticos utilizados no citado estudo, poder-se-á facilmente induzir deste mosaico do uso e ocupação do solo da AML um crescimento progressivo das áreas edificadas e ficar-se com a imagem “perigosa” de um território onde, ainda, em 1990 prevaleciam os espaços agrícolas (cerca de 40%, juntamente com área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos que perfaziam cerca de 8%) e florestais (“área de montado, cerca de 15%, área de mato, aproximadamente 12%, e área florestal, cerca de 17%”) (Tenedório, Pontes e Estanqueiro, 2003, p. 94). Como é acentuado no PROT-AML<sup>71</sup>, apesar de cada vez mais reduzida na sua área disponível e de uma acentuada tendência para a marginalização económica e social, a agricultura na Península de Setúbal tem resistido (PROT-AML, 2002c, p. 77). Porém, este território metropolitano, como aliás toda a AML, encontra-se em franca mutação, sendo forte a concorrência de diversos interesses quanto à utilização dos solos e consequente ocupação desordenada do espaço, quer através de uma expansão urbana caótica quer pela inadequada forma como por vezes são levadas a cabo as actividades agrícola, pecuária e de extracção de inertes.

---

<sup>71</sup> O PROT-AML entrou em vigor em Abril de 2002 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril) e deveria permanecer durante os dez anos seguintes, mas está em fase de alteração (Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2008, de 5 de Junho) devido aos grandes projectos estruturantes previstos para os próximos anos na Região de Lisboa, com especial incidência na Península de Setúbal, como é o caso do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa (NAL), da Terceira Travessia do Tejo (TTT), da Rede Ferroviária Europeia de Alta Velocidade entre Lisboa e Madrid (RAVE) e da Plataforma Logística e Multimodal do Poceirão (PLMP).

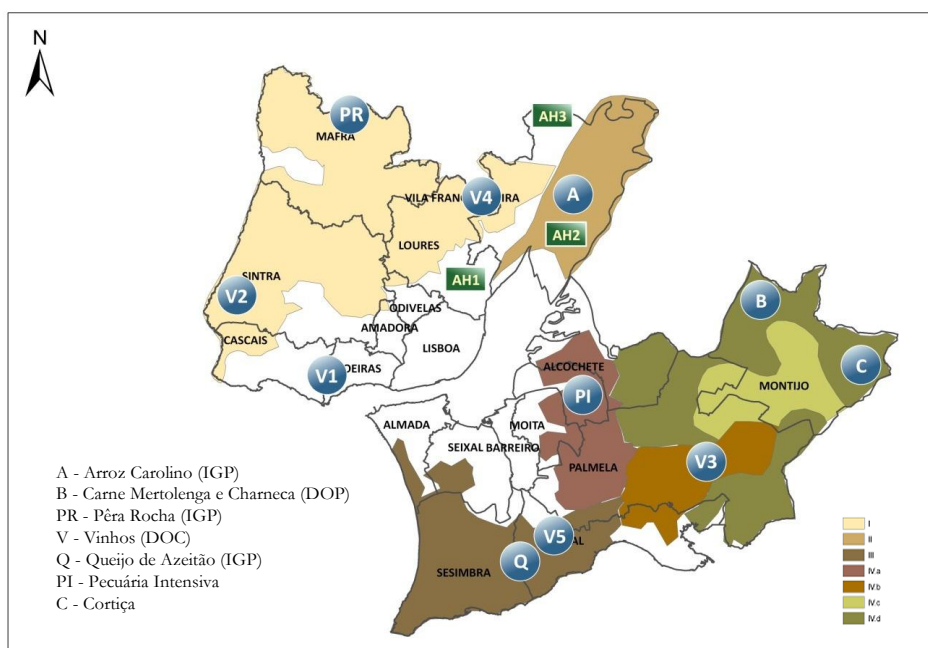


Como uma das mais importantes orientações sectoriais no domínio das actividades agrícola e florestal, o PROT-AML (2002a, p. 92) estabelecia então que estas deveriam assumir um papel nuclear na estrutura e organização do sistema urbano metropolitano, devendo apostar-se no desenvolvimento integrado das vertentes produtiva, ecológica, cultural e educativa, assegurando a manutenção da agricultura e florestas como actividades económicas importantes e qualificadoras da paisagem e do território. De igual modo, no documento que contém a proposta de alteração ao PROT-AML (2009, p. 99) pode ler-se: *“As actividades agrícolas, florestais e afins assumem uma importância decisiva no âmbito da AML em consequência da sua potencial contribuição para a criação de riqueza; o reforço e diversificação do tecido económico e social das unidades territoriais, com uma dinâmica predominantemente agro-florestal; e a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas onde se localizam”*. Assim, no actual modelo territorial proposto para as áreas agrícolas e florestais na AML (ver figura 9) são quatro as áreas que se admite constituírem a matriz de base territorial do desenvolvimento futuro deste tipo de actividade económica, a saber:

1. Área agrícola e florestal a Norte (UT I), ocupada predominantemente por espaços orientados para a produção hortícola, vitícola e frutícola e a bovinicultura de leite e avicultura. Trata-se de uma área que abrange, no essencial, os concelhos de Mafra, Sintra e Loures e que do ponto de vista florestal integra três sub-regiões homogéneas estabelecidas pelo PROF-AML (Serra de Sintra, Floresta Oeste Litoral e Região Saloia). A pêra rocha (DOP) e os vinhos DOC de Carcavelos, Colares e Bucelas constituem os principais produtos de qualidade certificada desta unidade territorial.
2. Área de agricultura de regadio da Lezíria do Tejo (UT II). Trata-se de uma unidade territorial com grandes potencialidades no âmbito dos sistemas de agricultura economicamente competitivos, orientados para a horticultura e horto-fruticultura para frescos e transformados, para forragens e pastagens destinadas a bovinicultura de leite e de carne, à qual se encontra, ainda, associada a sub-região Lezíria do Tejo identificada no contexto do PROF-AML. O arroz carolino das Lezírias do Tejo (IGP) assume nesta unidade territorial um lugar privilegiado no contexto dos produtos de qualidade certificada.
3. Área florestal da Península de Setúbal e da Serra da Arrábida (UT III) que corresponde, no essencial, às sub-regiões homogéneas do PROF-AML designadas por Península de Setúbal e Arrábida. Os vinhos de Setúbal (DOC) e os queijos de Azeitão (IGP) assumem grande importância nesta unidade territorial.
4. Área agrícola e florestal a Nascente da AML (UT IV) que, dada a sua heterogeneidade agro-ecológica e sócio-estrutural, está subdividida em quatro sub-unidades territoriais: *a)* área hortícola, florícola e de bovinos de leite e de suinicultura (UT IVa) dos concelhos de Alcochete, Moita e Montijo; *b)* área de produção vitícola do concelho de Palmela (UT IVb), cujos vinhos DOC integram uma fileira que assume uma importância fundamental para o desenvolvimento socio-económico deste território; *c)* área de policultura dos concelhos de Palmela e Montijo (UT IVc) baseada em culturas anuais associadas com culturas permanentes, que constituem uma componente importante dos rendimentos dos produtores agrícolas, predominantemente agricultores a título parcial; *d)* área de floresta multifuncional e pecuária

extensiva (UT IVd) que integra a quase totalidade da mancha florestal dos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela, correspondendo à sub-região homogénea da Charneca delimitada no PROF-AML, com importantes manchas de montado de sobro e de eucalipto e que se baseia em sistemas agro-silvo-pastoris predominantemente orientados para a produção de bovinos das raças Mertolenga e Charneca, cuja carne está classificada como DOP.

**Figura 9: Áreas de desenvolvimento agrícola e florestal na AML, PROT-AML, 2009.**



**Fonte:** CCDRLVT (2009), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Proposta técnica final.* Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, p. 101.

Por sua vez, num desejável contexto de articulação entre actividades agrícolas, florestais e turísticas, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, PEDEPES, a implementar ao longo dos próximos anos, no seu “*Programa de Dinamização do Sector Primário e Valorização do Espaço Rústico*”, aponta para o reforço da competitividade da agricultura que deverá passar, entre outros aspectos, por (Pólvora, 2004, p. 78 e seguinte): **a)** um reforço da competitividade das produções em que a Península de Setúbal dispõe de vantagens competitivas (vitivinicultura, horto-fruticultura, floricultura, silvicultura-pinho, resina e cortiça); **b)** uma articulação eficaz entre ensino, investigação e formação profissional de activos agrícolas e florestais, tendo em consideração novos factores competitivos (tais como, qualidade, inovação, marketing, gestão e organização); **c)** uma promoção efectiva de sinergias entre o sector público e o sector privado, no sentido da concentração de competências técnicas e científicas e do reforço organizativo para fazer face aos mercados

internacional e doméstico; **d)** uma sensibilização dos agricultores sobre boas práticas agrícolas e florestais, interiorizando/integrando as questões associadas à gestão ambiental. No tocante à sua componente de valorização do espaço rústico, este Plano preconiza um conjunto de ideias mobilizadoras do desenvolvimento daquele espaço que possui como acção de base a articulação do meio rústico com o meio urbano, procurando atingir um desenvolvimento ambientalmente sustentável, um adequado uso do solo (o que pressupõe a especificação dos parâmetros urbanísticos que devem ser aplicados em espaço rural) e também a promoção da imagem de marca e denominação de origem dos produtos da Península de Setúbal.

Em termos globais, o referido Programa estrutura-se e define-se da seguinte forma tripartida: **a)** medidas de dinamização de actividades económicas sustentáveis; **b)** medidas de preservação dos espaços rústicos; **c)** criação de uma rede de gestão integrada dos espaços naturais. Relativamente às primeiras, destacam-se pela sua indiscutível importância: a criação de apoios financeiros e logísticos para as práticas de cultivo biológicas e/ou tradicionais; a promoção de incentivos para os jovens empresários com actividades relacionadas com o sector primário, excluindo as indústrias extractivas e a agricultura industrial; o incentivo à utilização de tecnologias de ponta que minimizem o impacto das actividades na paisagem e no ambiente e que ampliem o valor acrescentado do sector primário. A importância do segundo tipo de medidas reside na possibilidade de se definir diferentes modelos de ocupação do espaço rústico para a diversidade dos territórios da Península de Setúbal, que reconheçam as necessidades de infra-estruturação próprias e que permitam a constituição de explorações social e economicamente viáveis e a estabilização da sua compartimentação e usos. Quanto à criação de uma rede de gestão integrada dos espaços naturais, esta é uma medida tida com essencial para envolver os agentes económicos locais, públicos e privados, incentivando-os à manutenção, gestão e renovação daqueles espaços. E isto porque, estando uma parte significativa dos solos da Península de Setúbal abrangida por medidas legais de conservação da natureza e do ambiente (nacionais e internacionais) existem, no entanto, importantes manchas de floresta de elevado valor biológico, económico e recreativo que são pertença de particulares. Atente-se que esta rede poderá, igualmente, ter uma função fundamental na promoção e compatibilização dos espaços naturais, se conseguir integrar os seus usos múltiplos, já que muitos deles são ainda hoje antagónicos e sem uma gestão adequada dos bens e serviços que proporcionam e/ou produzem.

## 2.4 “Forças” e “oportunidades” como perspectivas de desenvolvimento

Como diria um agricultor familiar que tivemos oportunidade de conhecer: *“as pessoas abandonam cada vez mais a actividade agrícola para se dedicarem à indústria, ao comércio e aos serviços, enquanto isso a mancha de cimento e betão armado avança oportunistamente sobre as culturas, sobre as superfícies florestais”* (Depoimento do Sr. Carlos Alberto Paulino, 57 anos. Lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). Mas, se é bem verdade que a tendência estrutural para o abandono da actividade agrícola tem sido reforçada, no caso do concelho de Palmela, pelas fortes expectativas geradas quanto a outros tipos de utilização do solo, também não é falso que a agricultura seja um sector em que o concelho tem manifestas potencialidades (forças e oportunidades) de desenvolvimento.

Explica-nos o presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela que *“começa a assistir-se agora ao aparecimento nos mercados semanais e mensais de produtos agrícolas com referência a modos de produção não intensiva mais compatíveis com a natureza”*. Para além disso, existe um conjunto de produtos específicos que *“são reconhecidos, na opinião comum, como produtos diferenciados e de qualidade”*, que *“fazem já parte do património histórico-cultural de Palmela”* e que *“encontram no mercado local, regional e, até mesmo internacional, um crescente potencial de consumo”*. Como tão bem explicita o próprio Sr. João Pinóia quando questionado sobre a tradição agro-florestal do concelho de Palmela, *“torna-se, actualmente, importante não esquecer que existe um conjunto de fenómenos emergentes na sociedade contemporânea, de que é exemplo óbvio a mudança das nossas práticas alimentares, mas sobretudo as exigências comunitárias em matéria de qualidade que trazem para a ribalta a importância da produção biológica e a qualidade específica associada aos produtos locais tradicionais”* (Depoimento do Sr. João Pinóia).

Ao longo dos tempos houve produtos agrícolas de grande qualidade que se impuseram, sobretudo pelo clima e aptidão dos solos para o seu crescimento. No contexto actual de alteração do uso do solo e de pressão urbana que experimenta o concelho de Palmela é consensual que será entre os produtos biológicos e os produtos agrícolas locais e tradicionais (“especialmente qualificados”) que se manterão condições de viabilidade futura do sector primário no concelho de Palmela. Presentemente, tendo em conta a informação recolhida junto dos responsáveis pelos órgãos de poder local (as autarquias) e doutros agentes do desenvolvimento, não apenas de base estritamente local, mas também aqueles cuja acção, embora possuindo um âmbito geográfico mais alargado, exerce importantes influências a nível local, poder-se-ão referir como os mais expressivos: o vinho, o Queijo de Azeitão, alguns

produtos horto-frutícolas, de que se destacam a maçã riscadinha de Palmela (que, no passado, chegou a ter um volume de exportação considerável para Inglaterra), os pêsegos, as laranjas, as ameixas, os morangos e a uva de mesa, e dois produtos florestais, a cortiça e o pinhão.

**Quadro 15: Sectores/produtos agrícolas ou agro-alimentares com maior potencial de desenvolvimento.**

Sectores/produtos agrícolas ou agro-alimentares	N.º de vezes escolhido	
	Valor absoluto	em %
<b>1. Cultura da vinha e fabrico do vinho:</b>	<b>22</b>	<b>91,67</b>
Vinho biológico	12	50,00
Vinho branco de Palmela, casta Fernão Pires, [VQPRD]	18	75,00
Vinho tinto de Palmela, casta Castelão/Periquita, [VQPRD]	20	83,33
Vinho moscatel de Setúbal, [DOC]	22	91,67
<b>2. Queijo de Azeitão</b>	<b>22</b>	<b>91,67</b>
<b>3. Produtos hortícolas e frutícolas:</b>	<b>20</b>	<b>83,33</b>
Culturas hortícolas intensivas, [MPB]	16	66,66
Maçã, pêsego, laranja, ameixa, morangos e uva de mesa, [MPB]	14	58,33
<b>4. Produtos florestais:</b>	<b>18</b>	<b>75,00</b>
Exploração da cortiça	12	50,00
Produção de pinhão	6	25,00
<b>5. Outros produtos agro-alimentares:</b>	<b>12</b>	<b>50,00</b>
Mel da Serra da Arrábida	7	29,17
Manteiga de ovelha (de raça salaia)	5	20,83
<b>6. Pão e doçaria regional</b>	<b>5</b>	<b>20,83</b>
Pão regional	3	12,50
Fogaças	2	8,33
<b>7. Flores e plantas aromáticas e medecinais</b>	<b>4</b>	<b>16,66</b>
<b>Total de entrevistados</b>	<b>24</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevista aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento (Grupo III, Questão 3. Alínea a).

Para a quase totalidade dos entrevistados (91,67%) devido sobretudo às condições edafoclimáticas, à qualidade dos vinhos, à boa relação qualidade/preço e, ainda, à diferenciação da oferta, a vitivinicultura é uma área que apresenta inúmeras vantagens competitivas e tem enorme potencial de desenvolvimento. O vinho é uma produção com forte implantação no concelho de Palmela que, ao contrário de outras culturas importantes no passado, se mantém com grande vitalidade. E isto porque o clima é propício, porque a cultura vinícola da região é ancestral e porque, nos últimos anos, os vitivinicultores se apetrecharam de meios técnicos. Sendo uma cultura pouco exigente em solos e com uma resposta muito positiva à exposição solar, a vinha tem nesta área geográfica de produção condições ímpares que induzem a produção de uvas de grande qualidade, pois como defende a chefe do Departamento Técnico

da Associação de Viticultores do Concelho de Palmela, *“só uma viticultura de qualidade pode dar origem a vinhos de excelência que tão bem caracterizam a região”* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Iva de Almeida). Note-se a este propósito que, o concelho de Palmela integra as três regiões de demarcação vitícola regulamentadas na Península de Setúbal: Palmela (VQPRD, Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada), Setúbal (VLQPRD, Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada) e Terras do Sado (VR, Vinho Regional).

Mas há muito a fazer, não só no domínio da qualidade, como também no domínio do marketing internacional, para que, como alguém evidenciou, o mundo venha a reconhecer esta região vinhateira como zona produtora de vinhos de qualidade. Confrontado com esta questão, um membro da Direcção da Adega Cooperativa de Palmela começa por enunciar os principais desafios que agora se colocam ao futuro da cultura da vinha e fabrico de vinho no concelho de Palmela: *“Para promover verdadeiramente o vinho que fabricamos seria necessário muito dinheiro (apoios financeiros) e ainda uma verdadeira estratégia de marketing do país, da região e dos produtores. Mas seria necessário, antes de mais, um maior interesse por parte das entidades oficiais locais, regionais e nacionais (apoios técnicos) para que a quantidade de vinho com qualidade aumentasse significativamente e para que a qualidade dos nossos vinhos aumentasse ainda muito mais”* (Depoimento do Eng.<sup>o</sup> Agrónomo Luís de Oliveira). Como é natural num país produtor como é o nosso, a cultura vinícola é ainda muito pobre no que respeita ao conhecimento de vinhos estrangeiros. Há, no entanto, vinhos de enorme qualidade e de uma variedade extraordinária. No concelho de Palmela produzem-se vinhos de grande qualidade. De entre os numerosos vinhos produzidos, destaca-se o vinho moscatel de Setúbal (de nome idêntico à casta que maioritariamente o origina) que é um vinho de uma variedade de uva aromática, muito apreciada. Ele foi referido por 22 dos entrevistados, como produto local de qualidade que merece todo o apoio na elaboração de uma estratégia conducente à sua promoção e valorização, considerando o pequeno significado quantitativo em termos de volume de produção. O vinho branco de Palmela da casta Fernão Pires e o vinho tinto de Palmela obtido predominantemente a partir da casta Periquita/Castelão foram também bastante referenciados pelos entrevistados (20 e 18 vezes, respectivamente), num claro reconhecimento da excelência da vitivinicultura praticada no concelho.

A focalização numa alternativa de produção mais viável que promova a qualidade e não apenas a quantidade dos produtos, aliada à preservação do ambiente e da saúde humana, leva também 12 dos entrevistados a considerar o fabrico de vinho só com uvas cultivadas sem

manipulação química. Nesta lógica, há quem defenda que *“Da mesma forma que é tão diferente comer morangos produzidos de forma natural, beber um vinho produzido sem o uso de insecticidas ou pesticidas é como voltar a provar um sabor mais natural”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Alexandra Costa). Quanto ao vinho biológico importa referir, no entanto, que o rótulo permitido é o de “vinho de uvas da agricultura biológica” ou “vinho produzido a partir de uvas da agricultura biológica”. E isto porque a rotulagem dos vinhos obedece a normas comunitárias muito específicas, sendo explicitamente proibido o rótulo de “vinho biológico”. Acresce que o vinho por ser um produto transformado também não pode ser denominado “vinho da agricultura biológica”. Por outro lado, não existe legislação específica sobre o vinho produzido a partir de vinhas cultivadas de acordo com os métodos da agricultura biológica. Este tipo de vinho *“(…) tem obviamente de ser feito com uvas de produção biológica. Mas, desventuradamente, nada nos garante que nas adegas, posteriormente à apanha da uva, não sejam adicionadas substâncias químicas”* (Depoimento do Eng.<sup>o</sup> Agrónomo Luís de Oliveira).

Na verdade, e apesar da longa e rica tradição vinícola do concelho de Palmela, poucos são os produtores cuja vinha é biológica. Segundo informação da AVIPE, cinco viticultores que têm como actividade principal a produção de uva em produção integrada estão a proceder à reconversão de uma pequena parte das suas vinhas para o modo de produção biológico (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Iva de Almeida). Na zona Marateca/Poceirão, dificilmente poderemos enumerar mais de uma ocorrência. Por isso, muitos se espantam quando conhecem a história do casal Morais que, em 2006, resolveu investir na produção de uvas biológicas e que possui adega própria: *“Temos consciência de que a aposta na vitivinicultura biológica é arriscada. Mas, estamos contentes com a nossa escolha e as expectativas são grandes. Somos uma empresa em nome individual, com 4 trabalhadores efectivos e contamos ainda com o trabalho dos nossos dois filhos. (...) Agora, é verdade, teremos de lidar de forma diferente com as pragas da vinha, o míldio e o oídio, que nos obrigarão a andar sempre de olho nos 20 hectares de terreno, dos quais mais de 12 hectares são em mancha contínua. É, como nos disse lá no curso o engenheiro Jorge Ferreira, como colocar um fervedouro com leite ao lume e ter que ficar por perto para não entornar”* (Depoimento do Sr. Filipe José Morais, 65 anos. Lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). *“Hoje vamos dar início aos tratamentos fitossanitários para que possamos ter o nosso primeiro vinho biológico. Vamos fazê-lo à moda antiga e todos os tratamentos serão os que o engenheiro agrónomo Jorge Ferreira recomendar. O passo seguinte será, naturalmente, a certificação da produção. Mas, vamos ver primeiro como corre esta experiência da vinha biológica”* (Depoimento da Sr.<sup>a</sup> Leonor Matias Morais, 63 anos. Lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). Inicialmente, conta-nos o referido Eng.<sup>o</sup> Agrónomo, do Departamento de Formação Profissional da AGROBIO, entidade

parceira do Projecto IDEIAS, o tratamento foi à base de cobre e cal de modo a obter-se uma calda corrigida de pH. Com ela, o determinado casal de vitivinicultores pulverizou as parras e as gavinhas das videiras. Depois, utilizou enxofre em pó para o oídio. E utilizou também joaninhas e zangões para eliminar ácaros e outros insectos prejudiciais ou hospedeiros de doenças na vinha. Outra das preocupações centrais foi não permitir que junto das videiras se desenvolvessem ervas daninhas e outras infestantes. Nesta vinha não foram aplicados adubos orgânicos, só estrume e outros compostos naturais. Por outro lado, na etapa da produção do vinho, a vindima foi feita de forma manual, o que minimiza os estragos nas uvas, e a fermentação foi realizada a baixas temperaturas com leveduras que não advém de produção artificial, do uso de químicos como o ácido meta-tartárico para a estabilização dos vinhos tão frequentemente utilizado na região e que não respeita as tradições vitícolas (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

Reconhece-se, no entanto, também que *“existe um conjunto de outros produtores [pequenos produtores] que necessitam de apoios técnicos para que seja possível a manutenção e revitalização da actividade vitícola nas suas explorações”* (Depoimento da Eng.ª Agrónoma Iva de Almeida). Cabe, ainda, observar que, não raro, se encontram lado a lado urbanizações de alta densidade e vinhedos, com desvantagens mútuas. A testemunhá-lo temos, por exemplo, as plantações de vinhas dentro do lugar de Pinhal Novo. Por um lado, a construção em altura desordenada, pouco cuidada e carente das necessárias infra-estruturas de base. Por outro lado, a alteração radical da paisagem rural. Em tom de amargura disse-nos um antigo vitivinicultor, *“a localização geográfica do concelho na Área Metropolitana de Lisboa é, digamos assim, um factor gerador de grandes oportunidades para o seu desenvolvimento, mas também de muitas fragilidades, que põem em causa áreas consideradas óptimas para o plantio de videiras”* (Depoimento do Sr. Mário dos Santos Almeida, 54 anos. Lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão). Para o reforço da competitividade do sector do vinho no concelho de Palmela a necessidade de superar algumas vulnerabilidades é, assim, evidente.

Quanto ao Queijo de Azeitão produzido a partir de leite de ovelha cru, ao qual apenas se junta cardo e sal, sabe-se que veio da região da Beira Baixa, pela mão de Gaspar Henriques de Paiva que, por volta de 1830, vem para Azeitão e dedica-se à agricultura. Com ele trouxe ovelhas leiteiras e, talvez por nostalgia da sua terra natal, todos os anos mandava vir um queijeiro para que o leite do seu rebanho produzisse o tão afamado queijo Serra da Estrela. Com um método de fabrico semelhante ao do queijo Serra da Estrela, o queijo de Azeitão apresenta porém características muito peculiares associadas às condições edafo-climáticas da



zona de produção (isto é à flora das pastagens da Serra da Arrábida) e à utilização de uma variedade de flor de cardo, espontânea no sul do País (*Cynara Cardunculus*) para a coagulação do leite (Disponível em <http://www.arcolsa.pt/>).

O Queijo de Azeitão sendo um produto com denominação de origem protegida foi também, como seria de esperar, referido pela generalidade dos entrevistados (91,67%) como um dos principais produtos de qualidade do território. Actualmente, segundo o presidente da Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, há apenas cinco produtores de Queijo de Azeitão certificados (Depoimento do Sr. Domingos Soares Franco). Como nos conta um deles, que há mais de vinte anos se dedica à criação de gado ovino e à produção artesanal do Queijo de Azeitão, a qualidade deste queijo de ovelha divulgou-se muito rapidamente e no início do século XX era já um importante produto agro-alimentar da região (Depoimento do Sr. Victor Fernandes. Freguesia de Quinta do Anjo). Este queijeiro, natural da freguesia de Quinta do Anjo, iniciou o processo de certificação do seu queijo apenas em 2001. Desde então, cada unidade que comercializa é acompanhada de uma marca de certificação correctamente numerada e identificada, garantindo a qualidade e notoriedade de um produto único no mundo. O processo de controlo e certificação é desenvolvido pela SATIVA, Desenvolvimento Rural, Lda., organismo privado de controlo e certificação de produtos do mundo rural.

De acordo com informação da Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, ARCOLSA, depois de anos de declínio, o queijo de Azeitão experimenta agora uma nova fase de expansão que, pelo limitado volume de produção, não pode, contudo, ser comparada com a importância da vinha. Em 1984, os queijeiros da região decidem unir-se em defesa da sua produção, criando a ARCOLSA, que dois anos depois consegue obter a constituição da região demarcada do Queijo de Azeitão, abrangendo os concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal. O espírito associativo, a que se juntou depois os incentivos comunitários ao desenvolvimento de produtos diferenciados e de qualidade, foi determinante para o ressurgir desta actividade tradicional. Volvidos mais de 25 anos sobre a data de criação da ARCOLSA, o presidente recorda que o objectivo de reconhecimento do Queijo de Azeitão foi uma batalha ganha, já que *“actualmente produz-se um produto certificado, de grande qualidade”*. Contudo, a questão da protecção da ovelha saloia é, no seu entender, uma guerra já perdida, porque *“a Direcção-Geral de Veterinária entregou o livro genealógico da raça a uma outra associação, que*

*para além de estar fora da zona de produção, na Lourinhã, nem ovelhas saloias tem*” (Depoimento do Sr. Domingos Soares Franco).

Assim, pelo que foi dito e observado, não é descabido considerar que no concelho de Palmela e, muito em particularmente, na freguesia de Quinta do Anjo onde a criação de gado ovino apresenta um peso económico relevante (não obstante o crescimento urbano e industrial mais visível que aí se tem vindo a verificar, relativamente às outras freguesias do concelho), a produção artesanal de queijos continua a revelar *“grandes potencialidades para arraigar”* não só pelo aumento no volume de produção anual (*“no último ano, em cerca de 25 toneladas a 18,00 € o quilo”*), mas principalmente pela enorme adaptação e esforço de investimento realizados pelos produtores para estarem à altura das exigências higieno-sanitárias (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Maria Elizete de Oliveira). Acresce mencionar, porém, que existem pequenos produtores de outro tipo de queijos que, na opinião do presidente da ALCORSA, deveriam ser *“fortemente apoiados com vista à reestruturação da sua actividade produtiva e comercial”*, passando a produzir Queijo de Azeitão (Depoimento do Sr. Domingos Soares Franco).

A possibilidade de desenvolvimento de um projecto de fileira na horto-fruticultura foi assinalada pela generalidade dos entrevistados (83,33%), devido sobretudo à forte aptidão do território para a produção da generalidade dos produtos hortícolas e frutícolas, encontrando-se o concelho de Palmela particularmente bem localizado face ao mercado consumidor que é a região da Grande Lisboa, embora em concorrência com a região Oeste e, ainda, de certa forma, com o Algarve. Nestes sectores da actividade agrícola é de destacar a elevada e quase generalizada importância atribuída à produção de produtos de qualidade (16 entrevistados, no caso dos produtos hortícolas, e 14 entrevistados, no caso dos produtos frutícolas) como uma prática que deveria ser bastante mais incentivada, merecendo a agricultura biológica da parte de todos o apoio necessário. Na região agrária do Ribatejo e Oeste o modo de produção biológico tem crescido de forma acentuada nos últimos anos<sup>72</sup>. Dos 17 operadores e 178,0 hectares de área utilizada, em 1994, passou-se para 135 operadores e 18.108,0 hectares, em 2008. Comparativamente a outros países da União Europeia, em Portugal o interesse pela agricultura biológica é relativamente recente.

Quanto à floresta, a exploração da cortiça e a produção de pinhão foram assinaladas como actividades económicas com condições de viabilidade futura por 18 dos entrevistados, o que corresponde a 75,00% do total. Revela-nos a coordenadora/responsável pela equipa

---

<sup>72</sup> Fonte: [http://www.idrha.min-agricultura.pt/agricultura\\_biologica/dados\\_estatisticos.pdf](http://www.idrha.min-agricultura.pt/agricultura_biologica/dados_estatisticos.pdf).

técnica do GAL/LEADER+ que na Península de Setúbal continuar-se-á a “*apoiar ações que visam a promoção da gestão florestal sustentável, através da conservação dos recursos naturais e da valorização do ambiente e dos espaços florestais e agro-florestais*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). As excelentes condições ambientais para a preservação e o desenvolvimento de algumas espécies florestais, em particular do sobreiro e do pinheiro, que segundo a chefe de Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, “*apresentam boas perspectivas de mercado, não só pelo clima que é propício mas também, e sobretudo, pela dimensão dos seus povoamentos*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Maria Elizete de Oliveira), perspectivam a viabilidade, a longo prazo, por um lado, da produção de cortiça que é extraída dos sobreiros que crescem nas vastas extensões de montado, e, por outro lado, da produção de pinhão retirado das pinhas que nascem nos pinheiros, que podem atingir 50 metros de altura, das muitas matas do concelho de Palmela.

Registe-se, também, que a especificidade local é, muitas vezes, o principal argumento para a divulgação de determinados produtos agrícolas. Este é o caso do mel da Serra da Arrábida, uma vez que esta zona apresenta enorme riqueza florística com interesse apícola ou o caso da manteiga de ovelha de Azeitão, um outro produto agro-alimentar que, segundo o responsável pela ARCOLSA, “*vindo a gozar de reconhecimento ou de protecção do Estado poderia assumir particular importância na economia rural do concelho de Palmela*”. Estes dois produtos que são referenciados 7 e 5 vezes, respectivamente, pela sua proveniência geográfica, respeito pelas tradições e, ainda, pelos segredos de fabricação transmitidos de geração em geração, têm no entanto uma expressão económica quase insignificante, pelo que actualmente se procura expandir estas produções.

Acresce mencionar que na cauda das escolhas vem o pão cozido em fornos de lenha (tradicional), a doçaria regional e as flores e plantas ornamentais, todos com percentagens de escolha inferiores a 20%. Os dois primeiros produtos, pão e doces, apresentando algumas diferenças na forma de produção conforme as freguesias de onde provém (reflexo da rica cultura gastronómica do concelho), e produzidos em todo o território, são considerados como produtos de grande valor com condições de futura e eventual viabilidade económica por 12,50% e 8,33% dos entrevistados, respectivamente (cujo somatório é, no entanto, igual a 20,83%). As flores e plantas aromáticas e medicinais são referidas por apenas 16,66% dos entrevistados.

Para além da escolha dos principais sectores/produtos agrícolas ou agro-alimentares, os entrevistados foram questionados sobre quais as forças/oportunidades, fraquezas/ameaças e propostas de acções de valorização para cada um dos sectores/produtos seleccionados, obtendo-se os resultados expressos no quadro que se segue:

**Quadro 16: Forças/oportunidades, fraquezas/ameaças e propostas de acções de valorização por sectores/produtos agrícolas ou agro-alimentares com maior potencial de desenvolvimento.**

### 1. Cultura da vinha e fabrico do vinho

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	<p>Actividade com tradição secular</p> <p>Extensão e qualidade da vinha</p> <p>Qualidade e diversidade dos vinhos produzidos</p> <p>Qualidade da matéria-prima (produção de uvas de qualidade)</p> <p>Relação qualidade/preço</p> <p>Proximidade aos grandes centros de consumo da AML</p> <p>Condições climáticas, tipo de solos e saúde das vinhas</p> <p>Produto com forte implantação nos mercados</p> <p>Expansão da área de vinha e de acesso a novos mercados</p> <p>Possibilidade de conjugação da vinha com a indústria agro-alimentar</p>
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	<p>Perfil sócio-profissional dos produtores</p> <p>Falta de mão-de-obra para os trabalhos na vinha</p> <p>Dificuldades económico-financeiras dos produtores</p> <p>Falta de apoio técnico para a reconversão das vinhas</p> <p>Receio em investir capitais próprios na actividade vitivinícola</p> <p>Crescimento da mancha urbana que retira área de plantação à cultura da vinha</p> <p>Possíveis impactos da Organização Comum do Mercado Vitivinícola</p>
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	<p>Aumentar a dimensão média das explorações vitícolas</p> <p>Aumentar o volume de produção de vinhos específicos</p> <p>Sensibilizar os produtores para a produção de vinhos de qualidade</p> <p>Dar formação aos produtores para produzirem vinhos de qualidade</p> <p>Aumentar o apoio técnico a todos os vitivinicultores</p> <p>Aproveitar o facto do concelho estar integrado em três regiões de demarcação vitícola da Península de Setúbal (Palmela – VQPRD; Setúbal – VLQPRD e Terras do Sado – Vinho Regional), aumentando a aposta no marketing nacional e internacional</p> <p>Apostar no fabrico de vinho com uvas da agricultura biológica</p>

### 2. Queijo de Azeitão

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	<p>Qualidade do queijo, produção de cariz artesanal</p> <p>Controlo e certificação do produto</p> <p>Produto com grande credibilidade no mercado</p> <p>Valores naturais protegidos (habitats e espécies)</p> <p>Riqueza da paisagem e da flora na zona de produção</p> <p>Utilização das pastagens semi-naturais da Serra da Arrábida</p> <p>Possibilidade de crescimento da ovinicultura</p> <p>Qualidade da matéria-prima (leite de ovelha de raça saloia)</p> <p>Proximidade aos grandes centros de consumo da AML</p> <p>Incentivos aos produtos regionais e de qualidade em geral</p> <p>Possibilidade da actividade ligar o sector agrícola com o industrial</p>
---------------------------------------	---

<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	Perfil sócio-profissional dos queijeiros Falta de mão-de-obra especializada, que permita maior produção Falta de apoio técnico aos produtores de queijo Receio em investir capitais próprios na actividade Redução da área de pastagens semi-naturais da Serra da Arrábida Degradação dos pastos naturais pelo corte do acesso dos rebanhos Redução do efectivo animal (ovelhas de raça saloia) versus aumento da produção animal industrial
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	Reestruturar a actividade produtiva e comercial Sensibilizar os produtores de queijo para a certificação do produto Dar formação aos produtores para produzirem produto certificado Aumentar o volume de produção, sensibilizando outros produtores para o fabrico do Queijo de Azeitão Criação de postos de informação e venda do produto ao público Aproveitar o facto do concelho estar inserido na região demarcada do Queijo de Azeitão, divulgando um produto certificado Dar incentivos e subsídios aos criadores de rebanhos, com vista à protecção da raça autóctone (ovelha saloia)

### 3. Produtos hortícolas e frutícolas

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	Solos com boas condições à produção dos produtos Boas condições climáticas para a produção de horto-frutícolas Disponibilidade de recursos hídricos para a rega Solo com potencialidade para a produção agrícola Produtos produzidos segundo técnicas muito próximas da AB Proximidade aos grandes centros de consumo da AML Maior profissionalização e modernização das explorações agrícolas
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	Fraco escoamento dos produtos, a nível regional e nacional Falta de ligação entre produtores e consumidores Os produtos nem sempre são vendidos a preços justos Concorrência dos mercados e, em particular, do espanhol, que coloca no mercado nacional produtos a preços de venda muito reduzidos Dificil acesso ao mercado internacional Não certificação dos produtos (fraca adesão ao MPB) Redução da policultura Excessivo fraccionamento da propriedade Desaparecimento das pequenas explorações agrícolas Desaparecimento de variedades regionais por abandono da produção
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	Aumentar a dimensão média das explorações agrícolas Proceder à especialização em determinados produtos, de acordo com a procura e a época do ano Dar formação aos produtores para produzirem em MPB Organizar pequenos circuitos de distribuição dos produtos Vender os produtos directamente aos consumidores, sem recurso aos intermediários Sensibilizar a população para o consumo dos produtos Sensibilizar os agentes locais ligados ao comércio, restauração e turismo, entre outros, para a compra dos produtos produzidos localmente Criar redes e parcerias fortes nos mercados regionais e nacionais, através das organizações ou associações de produtores

#### 4. Produtos florestais

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	<p>Actividade florestal com longa tradição</p> <p>Condições ecológicas favoráveis à actividade florestal</p> <p>Actividades económicas rentáveis (cortiça e pinhão)</p> <p>Aumento da procura da floresta de pinho (madeira)</p> <p>Incentivos e protecção ao montado de sobro</p> <p>Extensão do montado de sobro no concelho</p>
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	<p>Fraco aproveitamento dos recursos da floresta</p> <p>Falta de gestão e ordenamento das matas e florestas</p> <p>Falta de coordenação de diferentes sectores para a promoção de actividades ligadas à floresta (turismo rural, caça, etc.)</p> <p>Receio em investir na actividade florestal ou agro-florestal</p> <p>Crescimento das urbanizações que retiram área às matas e florestas</p> <p>Fragmentação excessiva das áreas de pinhal (em particular, bravo) devido ao estabelecimento de quintas e à urbanização</p> <p>Substituição de vastas áreas de matas e florestas por regadios, com consumo elevado de água e perda de habitats de espécies protegidas</p> <p>Abandono de terras e crescimento de mato, sem qualquer interesse económico ou ecológico</p> <p>Aumento do risco de incêndio</p>
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	<p>Informar os agricultores do PROF-AML</p> <p>Apostar no acompanhamento técnico das matas e florestas</p> <p>Apostar na multifuncionalidade da floresta</p> <p>Desenvolver as matas de castanheiros para produção de castanhas biológicas</p> <p>Desenvolver a área de sobreiros para produção de cortiça e a área de pinheiros para produção de pinhões</p> <p>Aproveitar o facto do concelho possuir áreas de valor natural com regime de protecção ambiental (Parque Natural da Arrábida, Reserva Natural do Estuário do Sado, Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, Espaços Florestais, Rede Natura 2000 (excluídas as áreas da RNES e do PNA) e a Rede Ecológica Metropolitana)</p>

#### 5. Produtos agro-alimentares

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	<p>Produtos com sabor característico</p> <p>Fabrico de produtos que resulta de receitas transmitidas de geração em geração</p> <p>Qualidade da matéria-prima (ovelha de raça saloia e colmeias)</p> <p>Permite a manutenção de uma raça autóctone (ovelha de raça saloia)</p> <p>Enriquecimento da flora, numa área com interesse apícola</p> <p>Vontade de dar a conhecer os produtos típicos da região por parte da autarquia, através da sua promoção</p> <p>Expansão da indústria agro-alimentar, com possibilidade de absorver mão-de-obra agrícola local</p> <p>Proximidade aos grandes centros de consumo da AML</p>
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	<p>Pouca divulgação dos produtos</p> <p>Pouca procura dos produtos (fraca expressão económica)</p> <p>Falta de reconhecimento e de apoios por parte do Estado</p>
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	<p>Apoiar os produtores para a expansão das produções</p> <p>Sensibilizar os produtores para a venda a particulares</p> <p>Sensibilizar a população para a compra destes produtos, através da divulgação das suas características</p> <p>Criação de postos de informação e venda ao público dos produtos</p>

## 6. Pão e doçaria regional

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	Pão cozido em fornos de lenha (tradicionais) Produtos confeccionados com matéria-prima local Produtos muito apreciados localmente, com longa tradição Especialidades gastronómicas com segredos de fabricação Vontade de valorizar o património cultural por parte da população, através da compra dos produtos locais
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	Pouca confecção Falta de mão-de-obra especializada Pouca divulgação dos produtos no exterior
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	Dar cursos de formação na área da confecção dos produtos Divulgar os produtos em feiras e festivais gastronómicos (nacionais e internacionais)

## 7. Flores e plantas aromáticas e medicinais

<b><i>Forças e oportunidades:</i></b>	Actividades económicas rentáveis Produtos com bastante procura, de fácil escoamento
<b><i>Fraquezas e ameaças:</i></b>	Perfil sócio-profissional dos produtores Falta de mão-de-obra especializada que permita maior produção Receio em investir capitais próprios nas actividades Falta de postos de venda ao público em geral
<b><i>Propostas de acção:</i></b>	Aumentar a dimensão média das explorações Apostar em cursos de formação na área da AB para os produtores Maior divulgação, com vista à promoção dos produtos Criar postos de informação e venda ao público dos produtos Sensibilização da população para a compra dos produtos

**Fonte:** Entrevista aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento (Grupo III, Questão 3. Alínea b).

Em forma de síntese da informação acima apresentada sublinhe-se que, de acordo com o apurado nas 24 entrevistas realizadas, o potencial de desenvolvimento reside basicamente na diferenciação e qualidade dos produtos agrícolas e agro-alimentares, com características únicas, com crescente potencial de consumo e forte ligação à gastronomia, mas também na situação geo-estratégica do território, nas características edafoclimáticas, no património natural, histórico e cultural e na competitividade e posição nos mercados. Por certo, a falta de mão-de-obra agrícola, a redução de culturas antes emblemáticas, o desaparecimento de pequenas explorações agrícolas e a resistência das explorações mais competitivas, pela sua dimensão física e pelas culturas agrícolas nelas desenvolvidas, com possibilidade de conjugação com a indústria agro-alimentar, por um lado, a insuficiente divulgação dos produtos, a fraca organização ou associação dos produtores e a falta de ligação entre produtores e

consumidores, por outro lado, são sinais das profundas alterações que o território de Palmela vai experimentando.

Os sistemas de produção associados ao minifúndio, designadamente a policultura, perdem terreno. Em contrapartida, a maior dimensão média das explorações agrícolas que hoje se regista é tida como uma importante oportunidade de fortalecimento da actividade agro-florestal no concelho de Palmela. Outra é a especialização em determinadas culturas que revelam maior resistência ante as pressões de alteração (os terrenos passam da utilização agrícola para outros usos). Para além das acções de formação profissional dos produtores agrícolas, das acções de sensibilização da população local e da organização de pequenos circuitos de comercialização (mercados locais e municipais, venda directa e ligação dos produtores aos agentes económicos locais e regionais ligados ao comércio, à restauração, ao turismo, entre outros), a dinamização das organizações ou associações de produtores para o escoamento e colocação de produtos no mercado que revele alguma internacionalização e para a criação de redes e parcerias fortes nos mercados, em particular regionais e nacionais, é tida como uma outra proposta que poderá ser relevante para o desenvolvimento do sector agrícola.

Uma última nota, apenas para referir que muitos foram aqueles que reconhecem a agricultura como factor de equilíbrio ambiental e como tal defendem que, no concelho de Palmela, a agricultura biológica tem oportunidades para ser desenvolvida, desde que se consigam mudar as mentalidades e demonstrar no terreno, e em actividades bastante diversificadas, que no modo biológico de produção é possível criar riqueza e postos de trabalho. Tal como testemunham as várias referências à viticultura biológica, à horticultura biológica, à fruticultura biológica e à produção de plantas aromáticas e medicinais em agricultura biológica.

## 2.5 "Fraquezas" e "ameaças" que afectam a actividade agrícola na actualidade

A identificação dos aspectos mais problemáticos e que importa solucionar a curto e médio prazo para o desenvolvimento duradouro da actividade agrícola baseou-se fundamentalmente no apuramento estatístico das questões 2 e 3 do grupo II, constantes no inquérito aplicado por meio de inquirição pessoal (directa) aos produtores agrícolas, em que o inquirido os identifica espontaneamente (*ver Anexo 1: Formulário do inquérito aplicado aos produtores*



*agrícolas das freguesias de Marateca e Poceirão, do município de Palmela, 2006), e, ainda, nos inquéritos administrados por entrevista directa aos responsáveis pelos órgãos de poder local (as autarquias) e outros agentes do desenvolvimento (ver Anexo 2: Esquema geral das entrevistas efectuadas aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento).*

Assim, interrogados sobre os aspectos mais graves da agricultura local (ver Quadro 17), a falta de terras para uso agrícola devido a especulação imobiliária, motivada em grande parte pelo rápido aumento do preço das terras e pela conversão sistemática da área das explorações agrícolas em zonas de construção, é espontaneamente identificada como o principal problema por 90 dos produtores agrícolas. Utilizando as palavras do presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, diríamos que: *“A pressão fundiária que leva ao abandono dos campos e à sua urbanização desenfreada é sem dúvida o principal problema da agricultura local, que causa a maior tristeza. No passado, e num passado não muito longínquo, era bonito de ver os terrenos cultivados, tudo arranjadinho, florido, e de verde e castanho. De ano para ano as coisas mudam drasticamente. Aqueles terrenos são agora abandonados, vendidos a preços proibitivos, especulativos, e passam mesmo a ser utilizados para outros fins”* (Depoimento do Sr. José Silvério).

O problema relacionado com a redução das possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas causada pelo desenvolvimento da grande distribuição que, em regra, se abastece a partir de áreas de grande produção intensiva, originando o desaparecimento dos mercados de proximidade, dos produtos e dos serviços locais, é depois o problema mais frequentemente referido por 85 dos respondentes. Os problemas derivados da actual estrutura fundiária, de que destacam a pequena dimensão das propriedades e o grande parcelamento das explorações agrícolas, que dificultam a introdução de inovações técnicas (tractores, novos sistemas de rega, etc.) e que, em conjunto, com as dificuldades de acesso à terra têm vindo a funcionar como condicionantes do comportamento dos agricultores locais perante a reorganização do sector agrícola e como entrave à substituição de gerações são, por sua vez, dois outros importantes problemas referidos igualmente por 78 dos inquiridos.

Na posição seguinte, o problema de desvalorização da imagem social e profissional do agricultor, ligado à falta de mão-de-obra agrícola, às características tecnológicas das explorações agrícolas, às dificuldades económico-financeira e ao peso dos valores e das técnicas tradicionais, rotina e inércia dos sistemas agrícolas, é também apontado como problema importante da agricultura local por 70 dos inquiridos. Incluindo-se nele, ainda, as questões relativas à idade avançada, ao baixo grau de instrução, insuficiente qualificação

profissional, fraca auto-estima, falta de confiança e outras atitudes diversas, que não reconhecem a necessidade de intervir no processo de desenvolvimento local, de uma forma, quer activa e interveniente, quer de mera cumplicidade, em prol do colectivo.

O aumento dos problemas ambientais ligados a más práticas agrícolas identificado por 60 dos inquiridos é referido como o quinto problema grave a afectar o desenvolvimento da actividade agrícola, seguido de dois grandes condicionalismos ligados às orientações e instrumentos de políticas públicas, que ainda não atendem aos problemas específicos dos agricultores periurbanos, e ao desempenho das instituições públicas e outros agentes de desenvolvimento local ou com influência no local, tendo sido ambos a escolha de 40 dos inquiridos, deixando claro que estes produtores agrícolas sentem a falta de uma maior integração das políticas públicas.

As respostas à questão *“Quais destes problemas seriam mais importante serem solucionados a curto e médio prazo?”* (ver Quadro 18) revelam, e até certo ponto confirmam, que os receios mais significativos são, em primeiro lugar, os relativos à pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial envolvente que tem vindo, de facto, a acentuar-se; em segundo lugar, as questões relacionadas com a propriedade e a forma de exploração das terras e a estrutura das explorações agrícolas; em terceiro lugar, a existência de um sistema de comercialização pouco organizado, em que ainda prevalecem os intermediários e o individualismo; e, em quarto lugar, os impactos ambientais negativos da actividade agrícola, em que se destacam a grande exaustão das terras sem preocupações de manter ou melhorar a fertilidade do solo, a má utilização dos recursos naturais (como a água), a má gestão dos resíduos provenientes das actividades agrícolas e as frequentes queimadas, entre muitos outros. Fenómeno interessantíssimo, que nos fará pensar, é que no apuramento desta última questão problemas que nos poderiam parecer mais importantes serem solucionados a curto e médio prazo para o desenvolvimento duradouro da actividade agrícola, como por exemplo, as dificuldades advindas das orientações e instrumentos de políticas públicas e, em particular, da actuação do poder local e central, nomeadamente dos organismos oficiais que deveriam interferir no sector agrícola, são falados, é certo, mas não tão intensamente como os anteriores.

**Quadro 17: Síntese dos principais problemas que afectam o desenvolvimento da actividade agrícola,  
identificados pelos produtores agrícolas.**

Tipo de problemas que afectam a actividade agrícola	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Total
Especulação imobiliária, falta de terras para uso agrícola	78	6	4	2	0	0	90
Sistemas de comercialização, recurso quase generalizado a intermediários	71	8	3	2	0	1	85
Estrutura fundiária: propriedade e forma de exploração da terra	57	7	5	6	2	1	78
Dificuldades de acesso às terras e aos meios de produção	56	10	6	4	1	1	78
Desvalorização da imagem social e profissional do agricultor	50	9	7	2	2	0	70
Aumento dos problemas ambientais ligados a más práticas agrícolas	40	5	4	3	4	4	60
Desempenho dos agentes de desenvolvimento local ou com influência no local	20	6	5	5	4	0	40
Orientações e instrumentos de políticas públicas	15	14	4	3	2	2	40

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

**Quadro 18: Síntese dos principais problemas que urge solucionar a curto e médio prazo,  
identificados pelos produtores agrícolas.**

Tipo de problemas que urge solucionar	1ª	2ª	3ª	Total
Especulação imobiliária, falta de terras para uso agrícola	43	12	10	65
Estrutura fundiária: propriedade e forma de exploração da terra	37	15	4	56
Dificuldades de acesso às terras e aos meios de produção	35	11	10	56
Sistemas de comercialização, recurso quase generalizado a intermediários	34	9	9	52
Aumento dos problemas ambientais ligados a más práticas agrícolas	32	8	6	46
Orientações e instrumentos de políticas públicas	16	5	5	26
Desempenho dos agentes de desenvolvimento local ou com influência no local	13	2	1	16
Desvalorização da imagem social e profissional do agricultor	10	2	2	14

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

No território palmelense em estudo, o conjunto de problemas que afecta a actividade agrícola com importância para a sua sustentabilidade assume características particularmente graves que deverão estar presentes aquando da definição de linhas estratégicas de planeamento, que permitam a correcção de situações anómalas e a protecção de elementos fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do território. Esta proposta implica, desde logo, um empenho crescente na procura de respostas adequadas aos desafios que se colocam a uma agricultura que necessita de se tornar mais competitiva e à qual se exige simultaneamente que seja respeitadora do ambiente, estimuladora do desenvolvimento rural, boa utilizadora, de forma sustentável, dos recursos naturais e geradora de produtos de qualidade.

O processo de “periurbanização” que Roca (2004, p. 1) identifica como sendo resultante da expansão urbana (já que “(...) o espaço rural circunvizinho à área edificada contínua da cidade reconfigurou-se através de transformações do uso do solo, das estruturas populacionais, práticas sociais e actividades, sendo que a agricultura, apesar de continuar a existir, deixou de ser a actividade predominante”) conduz também a uma diluição das responsabilidades, visto que ninguém é responsável e cada

qual age em função dos seus interesses individuais, constituindo a forma mais aguda de “abordagem dissociativa” descrita no Guia para a elaboração de indicadores da coesão social e territorial, do Conselho da Europa, como sendo uma abordagem que se inscreve numa atitude de “cada um por si”, que não toma em conta os interesses dos outros nos seus raciocínios económicos direccionados a um mercado cuja regulação é feita por uma “mão invisível”, em oposição a uma abordagem associativa que se inscreve na procura de formas de partilha de valores comuns e de equidade entre parceiros, baseada na confiança mútua que pressupõe um compromisso assumido a longo prazo.

Neste sentido talvez valha a pena lembrar que junto do grupo de agricultores locais, quando se questiona sobre a forma como os profissionais da agricultura e as suas organizações poderiam participar na resolução dos aspectos mais problemáticos e que importa solucionar, a curto e médio prazo, para o desenvolvimento duradouro da actividade agrícola, muitos são aqueles<sup>73</sup> que respondem que *“os agricultores e as organizações do sector agrícola nada podem fazer”* ou *“já não há perspectivas de melhoras na agricultura”*. De igual modo, a maioria das instituições/organizações locais e regionais<sup>74</sup>, quando solicitadas a responder sobre o papel que têm vindo a desempenhar, nos últimos anos, nos processos de mudança que favoreçam a implementação de um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade da agricultura naquele território, respondem quase que em uníssono que *“tem sido um papel menor, mas nada podemos fazer”* ou *“a participação é pequena, mas sempre foi assim e sempre será”*. Uma convicção desta envergadura, partilhada por tantas pessoas, pode gerar um condicionante poderoso de percepção e condicionar também a forma como naquele território é decidido enfrentar os “problemas/necessidades”. Isto é, não se fazendo nada. Esta visão fatalista e sem esperança, de já nada se poder fazer, permite que determinadas situações se alastrem indefinidamente, sendo esta atitude de passividade que retira qualquer força inovadora, deixando nas mãos de uns poucos uma situação de não compromisso generalizado.

---

<sup>73</sup> Do total de 90 inquiridos, 85 deles não verbaliza qualquer forma a ser adoptada pelos agricultores e as suas organizações no sentido da participação na resolução dos problemas mais urgentes que afectam a agricultura local. Há, no entanto, a registar dezassete procedimentos passíveis de serem adoptados e que foram enunciados por 5 dos produtores agrícolas inquiridos.

<sup>74</sup> Num total de 24, apenas as seguintes 5 instituições/organizações locais e regionais referiram ter um papel de relevo devido às suas atribuições e competências específicas: a Câmara Municipal de Palmela, a Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Empresarial pertencente à Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, da DRARO, a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, a Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

**Quadro 19: Formas a adoptar pelos agricultores e suas organizações para participarem na resolução dos problemas mais urgentes que afectam a agricultura local, identificadas pelos produtores agrícolas.**

---

**1. Para fazer face ao problema relativo à pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial:**

**4**

Ajudar a criar um ambiente propício à discussão de políticas que possam ampliar a agricultura em meios periurbanos, respondendo a necessidades específicas, dando mais espaço para o cultivo e não para actividades não-agrícolas através da disponibilização da terra para uso agrícola e da valorização rural.

Promover a participação de conselhos (de preferência constituídos maioritariamente por agricultores) na discussão do processo de planeamento e do orçamento municipal para fazer face quer à falta de terras para a agricultura, quer aos escassos recursos frequentemente destinados pela autarquia local (câmara) e pela administração central (governo) ao sector agrícola.

Ser parte integrante das entidades fiscalizadoras dos usos do solo não agrícolas. Para evitar abusos maiores na ocupação do território, e da mesma forma que é defensável a existência de perímetros urbanos com infra-estruturas e equipamentos em quantidade e qualidade que servem as populações das áreas urbanas, poder-se-ia definir perímetros rurais com o objectivo principal das edificações passarem aí a ter enquadramentos paisagísticos de elevada qualidade.

Insistir na realização de grupos em rede, construindo mais e boas parcerias públicas e/ou privadas, para dar mais força à tão fragmentária política pública nacional voltada para o desenvolvimento da actividade agrícola e das áreas rurais.

---

**2. Para fazer face aos problemas relacionados com a estrutura fundiária:**

**4**

Lutar pela aposta no crescimento da área produtiva através de uma imposição legal que obrigasse os actuais proprietários das terras que não se dedicam à agricultura, nem arrendam a terceiros as suas terras, a disponibilizar essas mesmas terras para o desenvolvimento da actividade profissional de jovens naturais da terra e que pretendam ser agricultores de profissão. Transformando as áreas incultas do território em áreas produtivas, sendo que, e preferencialmente, esse aumento seria operado através da prática de uma agricultura não convencional mas sustentável, com garantias de satisfação do consumidor no que diz respeito à segurança alimentar.

Promover localmente a articulação entre várias entidades, públicas e privadas, para o aumento da produtividade por sectores da actividade agrícola (dando prioridade máxima aos sectores mais representativos) e, sobretudo, para a aposta em novos modelos de exploração das terras que conduzam ao baixar dos custos de produção, mesmo que de forma indirecta, uma vez que actualmente os preços no produtor não acompanham a crescente e exagerada subida de preços dos factores de produção, reflectindo-se na diminuta margem de lucro dos produtores agrícolas.

Redimensionar o tamanho das explorações agrícolas de forma a que muitas delas se tornem empresas agrícolas e passem como tal a produzir em quantidades suficientes que justifique acabar com a dependência dos agricultores em relação ao comércio grossista, que lhes retira qualquer poder negocial no que toca ao estabelecimento dos preços de mercado. Por exemplo, criar autonomia própria ou através da organização da produção em estruturas associativas com maior capacidade de armazenamento ou da comercialização directa dos vários grupos de produtores. E que obedeçam aos actuais padrões de qualidade.

Pagar salários mais atractivos de forma a ser possível dispor de mão-de-obra especializada e particularmente dedicada e com características de responsabilidade, a quem fosse possível delegar algumas responsabilidades relativas à gestão diária das explorações agrícolas.

Fortalecer a instituição de organizações, associações e cooperativas através da sensibilização de todos os produtores agrícolas (pequenos, médios e grandes) para a importância do aumento do seu grau de participação e de organização na resolução de uma questão muito premente em diversas áreas do sector agrícola, nomeadamente a do escoamento dos produtos.

Lutar por uma cooperativa bem dirigida que possa apoiar muito e verdadeiramente os seus associados. Por exemplo, na colocação dos produtos no mercado, na conservação dos produtos em sistemas de frio. Mas, particularmente, na obtenção dos factores de produção (de fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, etc.) devido ao acréscimo constante dos preços, já de si muito elevados, mas que continuam a subir sem parar.

Conseguir a associação de todos os agricultores em cooperativa. Os grandes produtores agrícolas têm uma estrutura muito forte, a CAP. Os pequenos e médios agricultores se fossem espertos agrupavam-se todos em cooperativa. Só assim, cooperando uns com os outros, trabalhando em comum, é que podemos reivindicar os nossos direitos. Sozinhos nada conseguimos, não temos poder reivindicativo.

Conseguir com que os produtores locais sigam o caminho das produções de qualidade, com carácter inovador ou com características excepcionais, que possam distinguir e valorizar as suas produções nos diferentes mercados (local, regional e internacional). Por exemplo, disponibilizando no mercado um produto com características bem definidas e, tanto quanto possível, únicas que permitam a sua comercialização sob uma designação registada.

Conseguir localmente a adesão de um conjunto mais ou menos alargado de produtores agrícolas (de preferência com alguma sensibilidade para a agricultura biológica) para a produção agrícola conjunta conforme regras amigas do ambiente a serem seguidas integralmente por todos. Depois, os produtos seriam comercializados pelos próprios produtores, por exemplo, numa cooperativa de produtores biológicos certificados ou não a criar aqui na nossa região e a partir dela seriam também distribuídos pelos principais centros urbanos do país.

Apostar na diversificação das actividades nas explorações agrícolas e na multifuncionalidade da agricultura.

Evitar a contaminação dos solos e das águas pelo uso frequente e intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos, adoptando um conjunto de novos procedimentos.

Apostar no desenvolvimento de projectos de experimentação e investigação que permitam disponibilizar informação sobre modos de produção compatíveis com as actuais restrições ambientais às práticas agrícolas seguidas há muito pelos produtores agrícolas locais e incentivar à adesão incondicional pelas novas práticas de produção através de acções específicas de sensibilização, demonstração e, se possível, de formação profissional.

Promover a generalização da formação na área da agricultura biológica, através da realização de cursos para todos.

### 2.5.1 A pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial envolvente

É facto que, no município de Palmela, ao longo das últimas décadas, se verificaram alterações significativas no uso agrícola e florestal. O fenómeno de produção ilegal de solo urbano, que ocorreu de forma mais significativa durante os dez anos seguintes ao 25 de Abril de 1974, e o fraccionamento por quotas ou “avos” indivisos de prédios rústicos, que terá tido o seu início nos finais da década de 1970, terão facilitado essas alterações. O primeiro levantamento da situação de que se tem conhecimento data de 1984. Da responsabilidade dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, este levantamento (que informou a elaboração das normas para a intervenção urbanística nas zonas rurais) identifica dois processos distintos: os loteamentos em parcelas autorizados pela autarquia e a divisão cadastral realizada à margem da câmara municipal. Os dados então apurados (CMP, 1991b, p. 7) revelam que apenas 28,00% do número total de lotes constituídos foram autorizados pela câmara municipal. Estes ocupavam 909,70 hectares, o que corresponderia a 2,13% da área total do concelho. Quanto ao loteamento realizado à margem da câmara municipal, o referido levantamento camarário apontava para a existência de perto de 3.000 hectares loteados ilegalmente, correspondendo a cerca de 72,00% do total de parcelas constituídas e a 7,03% da área total do concelho.

O crescimento das áreas clandestinas foi, no entanto, travado na sequência do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro, que sujeitava a licenciamento municipal as acções que tinham por objecto ou simplesmente por efeito a divisão em lotes de qualquer área de um ou vários prédios destinados, imediata ou subsequentemente, à construção (artigo 1.º, alínea a). Mas, segundo um estudo de apoio à revisão do PDM sobre a dinâmica urbanística do concelho de Palmela (Pereira, 2003, p. 22), surgiram novos casos de produção ilegal de solo na década de 90, considerados já expressivos quer em número quer em área loteada, por força do novo enquadramento legal do loteamento urbano (Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro<sup>75</sup>). O relatório “Elementos Complementares, Ordenamento do Território” (PDM, 1991b, p. 7) que apresenta as zonas de degenerescência fundiária mais significativas, resultantes dos loteamentos ilegais e do fraccionamento da propriedade rural, em finais de 1984 (posicionando-as, em particular, na área mais a sul do concelho), sublinhava como principais consequências deste processo, para além do acréscimo populacional devido ao tipo de procura

---

<sup>75</sup> Este diploma legal desencadeou o ressurgimento dos loteamentos ilegais, dado que as medidas tendentes a contrariar a venda por quotas ou “avos” desapareceram.

de segunda habitação para população oriunda de fora do concelho, da degradação das condições de habitação, da expansão do uso urbano das terras e do consumo de recursos naturais (designadamente de solo com aptidão agrícola), a proliferação de construções ilegais em propriedades legalmente divididas (sendo que, na maioria dos casos, os solos onde ocorrem as divisões têm fraca capacidade natural de uso e as pessoas que os adquirem não procedem às acções de correcção dos terrenos imprescindíveis à prática da horticultura de regadio uma vez que o objectivo destes terrenos é, quase exclusivamente, a construção de uma segunda residência) e, ainda, a desfiguração do padrão de organização espacial do território sem prévia avaliação dos impactos no sistema biofísico. A estas consequências nefastas havia, também, a acrescentar a eventual redução para além do limiar mínimo rentável de grande número das explorações agrícolas ali localizadas.

O processo mais significativo relativamente ao número de parcelas constituídas foi a venda dos loteamentos em compropriedade (avos), sendo o fraccionamento da propriedade em áreas de 0,5 hectares de expressão mais reduzida. É, no entanto, certo também que, nos últimos dez anos, a divisão da propriedade em pequenas parcelas (as chamadas “quintinhas”) é o tipo de operação que mais tem ocorrido em Palmela. Segundo a coordenadora/responsável pelo Observatório Económico e Social, o fraccionamento de prédios rústicos (entendidos como unidades produtivas) ocorre agora com maior frequência, quer por razões de transacção de propriedades quer por razões de partilha: *“Por um lado, como é do conhecimento geral, uma grande propriedade se dividida em “quintinhas” é transaccionada por um valor muito mais elevado do que se vendida como um todo. Por outro lado, é frequente os herdeiros não quererem abdicar do seu quinhão de herança por razões sentimentais e/ou económicas”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Ruas). Segundo informação do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Palmela, as áreas de maior degenerescência fundiária são, na actualidade, a zona compreendida entre Cabanas e Quinta do Anjo; a zona de influência de Palmela, Olhos de Água e Pinhal Novo, através da via que liga Palmela a Olhos de Água e Moita e da via que liga Palmela a Pinhal Novo e Montijo; e, ainda, a zona apoiada pela auto-estrada que liga Setúbal a Lisboa (Depoimento do Dr. António Pombinho). E não é surpresa porque na realidade, tomando em conta que grande parte da freguesia de Quinta do Anjo e áreas significativas das freguesias de Pinhal Novo e Palmela constitui uma vasta unidade onde os desajustes entre o crescimento urbano e o ordenamento sustentável do território se fazem sentir com maior acuidade, o PDM de Palmela (versão revista e alterada de 2002) definiu a zona poente do concelho como *“unidade operativa de planeamento e gestão”*, com o objectivo de dar um melhor tratamento às necessidades do



planeamento daquela área caracterizada por uma ocupação urbana desordenada, originalmente de génese ilegal.

Do ponto de vista territorial, os efeitos mais visivelmente marcantes na paisagem do processo de degenerescência fundiária no concelho de Palmela são, passadas mais de duas décadas, por um lado, a elevada diversidade de culturas, assente em numerosos campos de pequena dimensão, utilizados em regra para auto-consumo e produção de pequenos excedentes, e a elevada densidade de arruamentos e de construções, quantas vezes ilegais, em propriedades legalmente divididas. Por outro lado, surge o inelutável processo de inflacionamento do preço dos solos agrícolas e, por consequência, a desadequação da estrutura jurídica dos solos que se não pode evitar nestas circunstâncias e que, embora classificados como agrícolas, têm efectivamente uso urbano. Por estas e muitas outras razões, a contenção do fraccionamento da propriedade rural reveste-se de particular importância em Palmela, para mais num contexto de grandes expectativas criadas, como vimos anteriormente, em torno do potencial do concelho como pólo de atracção para novas actividades económicas e empreendimentos urbanísticos (industriais e residenciais).

Pardal (2002, p. 59) num estudo sobre o planeamento do espaço rústico em Portugal (designação que considera mais correcta do que a de solo rural pois, como defende, só uma parte dos solos rústicos é rural na verdadeira acepção da palavra, a qual se refere a trechos de paisagem e estruturas construídas pela cultura rural já hoje praticamente substituída pela cultura urbana) conclui que os solos rústicos situados em zonas periurbanas têm-se valorizado para preços muito elevados, num mercado caracterizado por uma grande desorientação. Para este autor, o licenciamento de construções em espaços rústicos que não se destinem a apoiar as actividades agro-florestais cria uma promiscuidade de usos que acaba por secundarizar ou mesmo marginalizar a actividade agro-florestal. Como facilmente se percebe, controlar os usos e a transformação dos solos ao nível das zonas de expansão das cidades, nomeadamente das áreas metropolitanas, é de enorme importância. Assim, desde cedo, a maioria dos países europeus regulamentou as formas de ocupação dos terrenos expectantes em zonas de expansão urbana. Em Portugal, já no Estado Novo, iniciou-se de forma controversa uma política de solos centrada nas grandes cidades e baseada no processo de expropriação expedito que ficaria conhecido por “regime dos centenários”. Ferreira (1986, p. 173) que estudou este período diz-nos que duas vertentes essenciais dessa política fundiária foram, então, privilegiadas: antes de mais, o próprio processo de expropriações ou aquisições de propriedade

que acentua, de imediato, a natureza política e urbanística das intervenções fundiárias através de um forte controlo dos usos do solo, em áreas da cidade sucessivamente mais vastas. Como paradoxal contrapartida a esse processo de aquisições fundiárias, a conjuntura do Estado Novo ficou igualmente marcada por uma progressiva venda ou alienação de terrenos municipais, originalmente projectada como medida de “reequilíbrio fundiário” nas formas de ocupação territorial, mas que no final do período era já, definitivamente, uma autêntica “bolsa de terrenos”, constituindo um fundo de compra e venda de propriedades.

Como salienta Caria (1993, p. 327), a política de controlo dos processos de crescimento urbano em Portugal, designadamente pelo exercício de comprovação de uso e de transformação do valor da terra, tem tido uma vida aventurosa. As principais razões têm sido tradicionalmente atribuídas às características da formação social portuguesa, onde o grande peso ideológico e a desmesurada protecção institucional de que entre nós desfruta a propriedade fundiária são responsáveis por uma anacrónica administração urbanística e pela inoperância da política de solos. Mais, como esclarece Pardal (2002, p. 58), no nosso país, enquanto houver escassez de solos urbanizados dentro do perímetro urbano e for mais acessível comprar e edificar em espaços rústicos, a procura de habitação tenderá a migrar para estes, com todos os inconvenientes que daí advêm. Noutros países, como a Alemanha, Suécia, Holanda ou Suíça há, por princípio, grandes restrições à edificação nos espaços rústicos e apenas se facilitam e estimulam as construções que estão directamente ligadas às explorações agro-florestais e indústrias afins. Desta forma, e em claro contraste com o que ocorre em Portugal, consegue-se obter ali um enquadramento fundiário favorável ao sector primário, cujas principais vantagens são: a) a maior facilidade nos processos de emparcelamento, já que por aquisições e permutas podem os proprietários agregar numa única parcela as diversas folhas dispersas de terreno em que se fragmenta a propriedade; b) a prevenção de subida dos preços do solo rústico, cuja cotação aumenta caso a legislação dê azo a expectativas de urbanização e construção.

Ora, advoga Pardal (2002, p. 4 e seguinte) que quando não se quer intervir directamente sobre as prerrogativas dos direitos da propriedade imobiliária<sup>76</sup>, matéria sempre delicada e controversa, a resolução do problema deverá centrar-se, então, no controlo do

---

<sup>76</sup> Para Pardal (2002, p. 143), o estatuto da propriedade imobiliária terá de ser mais claro e consequente no que diz respeito à obrigação do proprietário respeitar as funções sociais do seu prédio, o que, genericamente, corresponde a mantê-lo bem tratado e conservado e dar-lhe utilização ou disponibilizá-lo no mercado de arrendamento ou de venda para que outrem o utilize.

mercado imobiliário através da produção disciplinada de solo rústico e de solo urbano (o que depende das regras para a divisão da propriedade e afectação de usos do solo) e por intermédio dos processos de formação dos preços e condições de disponibilização do solo. Daí a legitimidade e utilidade de uma política de planeamento territorial que se comprometa com uma parametrização dos preços do solo rústico, do solo urbanizado e do espaço edificado para os diversos usos, sob pena de passar a ser ela própria o suporte de todas as práticas especulativas instaladas no sistema de mercado.

Mais recentemente, numa pertinente reflexão sobre a importância da regulação do mercado imobiliário, o mesmo Pardal (2006, p. 48), diz-nos que, presentemente, é possível constatar dois tipos de comportamentos patológicos em relação à apropriação e utilização do território em Portugal. Por um lado, a procura de solos rústicos para os usos agrícolas ou florestal virtuais que é motivada não pela produção e rendimento efectivos e periódicos das explorações, mas que visa unicamente os subsídios que são garantidos pela propriedade e por operações culturais primárias de sementeira e plantação sem grande continuidade. Por outro lado, a compra de grandes prédios agrícolas e silvestres com largas centenas de hectares, procedendo-se de seguida ao seu fraccionamento<sup>77</sup> até às dimensões mínimas que a lei autoriza, o que permite oferecê-los, *à posteriori*, por um preço unitário muito mais elevado e num segmento de procura muito mais numeroso do que aquele que tinha inicialmente capacidade para comprar o prédio original. Desta forma, tal como acontece amiúde na área Marateca/Poceirão, geram-se facilmente “mais-valias” significativas que colocam os terrenos a preços completamente à margem dos preços suportáveis pela actividade agrícola.

Como demonstrou amplamente Caria (1993, p. 461 e seguinte), o aumento dos preços do imobiliário tem sido no concelho de Palmela, nas últimas décadas, muito superior ao aumento do nível geral de preços, o que por si só é revelador de um fenómeno especulativo

---

<sup>77</sup> O Código Civil de 1999 estabelece no número 1 do artigo 1376.º que “os terrenos aptos para cultura não podem fraccionar-se em parcelas de área inferior a determinada superfície mínima, correspondente à unidade de cultura fixada para cada zona do País”. Por sua vez, a Portaria n.º 202/70, de 21 de Abril, fixa a unidade de cultura para as diferentes zonas do País, conforme o seguinte Quadro:

Regiões		Unidade de cultura (em hectares)		
		Terrenos de regadio		Terrenos de sequeiro
		Arvenses	Hortícolas	
Norte do Tejo	Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria	2,0	0,5	2,0
	Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco	2,0	0,5	3,0
	Lisboa, Santarém	2,0	0,5	4,0
Sul do Tejo	Portalegre, Évora, Beja, Setúbal	2,5	0,5	7,5
	Faro	2,5	0,5	5,0

que não está controlado. Para este autor, estamos em presença de fortes pressões urbanísticas que acompanham a “revolução industrial” de Palmela dos últimos anos e que comprometem o uso do solo, quer por via legal, quer através de loteamentos clandestinos. A análise dos instrumentos de planeamento urbanístico permitiu-lhe concluir que o planeamento territorial de responsabilidade autárquica sucede e vai a reboque das dinâmicas urbanas muito embora o concelho tente acompanhá-las, já que as dinâmicas urbanas estão aí estruturadas em dois tipos de movimentos principais: a) os impulsionados pelos agentes que actuam (ou se pretendem implantar) localmente; b) os impulsos derivados da criação de poderosas infra-estruturas correspondentes a uma “metropolização” crescente.

Os proprietários fundiários, empresas e população pressionam no sentido da alteração de uso do solo, gerando continuamente solos expectantes. No concelho de Palmela a forte transformação do solo rural em urbano (loteado, edificado ou expectante) por processos legais ou ilegais, mas em qualquer dos casos muitas vezes ilegítimos constituem, segundo aquele autor, uma permanente pressão de urbanização dispersa e de loteamento industrial. Para Caria (1993, p. 462), o planeamento é assim realizado num território que nem é real, nem imaginado é antes imprevisível, porque tudo foge ao controlo camarário, quer ao nível das decisões que competem ao poder central, quer ao nível dos milhares de projectos individuais que quotidianamente inundam a autarquia. Desta forma, a decisão de “planear por baixo”, iniciando o percurso de planeamento com planos locais (de que se destacam os projectos de recuperação e reconversão urbanística e de contenção do fraccionamento da propriedade rural), é a tentativa de controlar este território que escapa ao controlo.

Em boa verdade, é necessário distinguir a procura útil assegurada por pessoas e instituições que se propõem utilizar directamente o imóvel que compraram ou arrendaram, da procura para investimento e rendimento que utiliza o território numa lógica estritamente comercial. Tal como esclarece Pardal (2002, p. 140), os grandes proventos das operações imobiliárias assentam nas mais-valias devidas tanto à alteração do uso do solo rústico para urbano como à carga de construção autorizada. Em Portugal, estas margens de ganho são tão elevadas que tornam desprezáveis os lucros auferidos com base no desenvolvimento do empreendimento agrícola. Quererá com isto dizer o autor que, no nosso país, o rendimento da especulação pela transacção simples inibe a motivação no investimento produtivo que envolve trabalho e risco? De acordo com Pardal (2006, p. 49) esta realidade consentida tacitamente pelo sistema vigente de planeamento do território que convida ao “*entesouramento passivo*”, no

sentido em que o proprietário consegue o máximo de valorização do seu prédio mantendo-o devoluto e expectante para poder ser vendido a qualquer momento, permite que as pequenas parcelas de terreno referenciadas a uma qualquer unidade mínima de cultura sejam procuradas por um universo de pequenas e médias poupanças aliciadas por um jogo especulativo completamente divorciado da utilização produtiva do solo. O que não significa, como também argumenta Pardal (2006, p. 144), que um espaço que perca a classificação de uso agrícola ganhe, com isso, alguma legitimidade para urbanização.

O Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que define o actual regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, vulgarmente designada por RAN, estabelece que “*as áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi*” (artigo 20.º), sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas oportunidades para o exercício da actividade agrícola (artigo 21.º). Trata-se quase sempre de uma matéria sensível que afecta os proprietários de prédios integrados na RAN na medida em que condiciona fortemente a possibilidade de edificação de novas construções ou mesmo de ampliação de construções existentes nos solos de maior aptidão para a actividade agrícola<sup>78</sup>. Esta revisão que revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, que vigorava há já 20 anos, não pretende introduzir, e nem tal se esperava, um regime jurídico mais flexível no que se refere às excepções aos condicionalismos a que estão sujeitas as utilizações não agrícolas dos solos. A tendência continua a ser, cada vez mais, no sentido de defender e proteger a sensibilidade ambiental, na sua vertente agrícola e florestal, encarando o solo como um recurso precioso, escasso e indispensável à sustentabilidade dos ecossistemas e à salvaguarda do planeta Terra.

No concelho de Palmela, como se posicionam os responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento concretamente perante este instrumento de política de defesa e conservação das terras e dos solos? A análise dos dados revela que 54,17% dos entrevistados reconhece à RAN um papel positivo, sendo que, de entre estes, 20,83% o

---

<sup>78</sup> Consideram-se excepções, entre outras, as obras com finalidade agrícola quando integradas na gestão das explorações ligadas à actividade agrícola (nomeadamente, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, edificações para armazenamento ou comercialização); a construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respectivos agregados familiares, com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer edifício ou fracção para fins habitacionais, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo novo regime jurídico da RAN; as instalações de recreio e lazer complementares à actividade agrícola e ao espaço rural; as instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe declarados de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal, desde que não impliquem alterações irreversíveis na topografia do solo e não inviabilizem a sua eventual reutilização pela actividade agrícola (artigo 22.º, alínea 1).

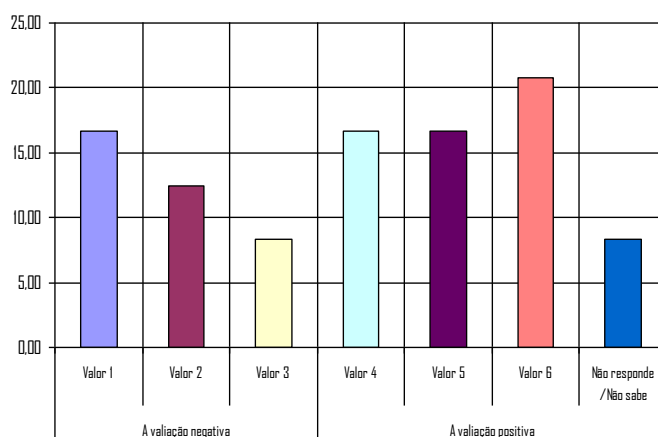
considera mesmo muito positivo. Entre as razões que levam os entrevistados a avaliar positivamente este instrumento de planeamento destacam-se, por um lado, o facto de considerarem que a RAN é importante para disciplinar o uso do solo (20,84%), bem como para impor a definição de regras claras e objectivas na gestão e ordenamento do território (12,50%), já que existe o risco real de se estar a hipotecar o potencial produtivo dos melhores solos do concelho, ocupando-os com actividades que poderiam ter outras localizações; e, por outro lado, o facto de considerarem que a RAN é um instrumento jurídico que pode ajudar a resolver uma falha do mercado municipal de solos (12,50%). Para os restantes entrevistados, os solos agrícolas são um valor patrimonial, mesmo quando o mercado temporariamente não o reconhece no preço que estabelece para o solo agrícola num determinado momento, que importa sempre melhorar e preservar (8,33%).

Contudo, 37,50% dos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento atribui à RAN uma importância negativa. As razões prendem-se, sobretudo, com as restrições impostas aos usos do território por parte deste instrumento legal, visto por muitos como um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento territorial (12,50%). Outros tantos entrevistados (12,50%) afirmam que a RAN tem pouca flexibilidade e eficácia. De um modo geral, consideram que é assegurando a produção de espaços edificados em quantidade e qualidade que se criam as condições para neutralizar pressões de desenvolvimento negativo nos espaços agrícolas e silvestres do concelho de Palmela. De acordo com a sugestão da coordenadora/responsável pela equipa técnica do GAL/LEADER+, “*Da mesma forma que é defensável a existência de perímetros urbanos com infra-estruturas e equipamentos em quantidade e qualidade que servem as populações das áreas urbanas, poder-se-ia definir perímetros rurais com o objectivo principal das edificações passarem aí a ter enquadramentos paisagísticos de elevada qualidade*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). As questões urbanísticas devem, assim, resolver-se com outros critérios que não os da RAN que, neste particular, se mostram pouco flexíveis e eficazes.

Segue-se um conjunto de razões ligadas à ideia de que a actividade agrícola não precisa de um instrumento legal de reserva dos melhores solos para uso agrícola (8,33%) e de que existem dificuldades na sua implementação devido aos desajustes entre o estabelecido na lei e a realidade (4,17%). Atendamos à seguinte troca de palavras que travámos com o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, Sr. José Silvério, e que bem exemplifica, cremos, a opinião dos restantes entrevistados nestas matérias: Entrevistado: “*Para a agricultura o valor do solo é naturalmente atractivo. É atractivo para o agricultor que faz da actividade agrícola a sua*

profissão. E, se bem me faça entender, só para aquele que trabalha a terra e produz alimentos”. Entrevistador: “Certamente que sim. Mas, também é verdade que, no curto prazo, o valor agrícola do solo não tem qualquer hipótese de concorrer com o valor do espaço para várias outras utilizações (é o caso da indústria, das superfícies comerciais, das urbanizações, dos equipamentos e infra-estruturas várias) que, conjunturalmente, como sabe, estão dispostas a pagar muito mais pelo espaço. Para estas outras actividades, o valor produtivo do solo é mais ou menos indiferente, mas o valor da localização pode ser muito elevado. Não concorda?” Entrevistado: “É por isso mesmo que é um total absurdo pretender que o solo agrícola seja protegido, conservado ou, até mesmo, melhorado quando na sua delimitação são tidas em atenção outros usos que com ele competem pelo espaço, como o governo pretende que seja na nova legislação da RAN. Com certeza que, como no passado, haverá conflitos de uso que justificarão, até admito, o sacrifício de alguns solos que apresentam aptidão para a actividade agrícola, mas essa deverá ser por razões óbvias [de sustentabilidade da agricultura] uma solução excepcional e não a regra” (Notas de campo).

**Gráfico 6: Opinião sobre a importância da RAN para a defesa e conservação das terras e do solo no concelho de Palmela.**



Importância avaliada por meio de notas entre 1 e 6, considerando o valor 6 de importância máxima e 1 o valor de importância mínima.

**Quadro 20: Razões que levam os entrevistados a considerarem positiva e negativamente a RAN.**

%

<b>(+)</b>	Disciplina o uso dos solos para a actividade agrícola.	5	20,83
	Impõe a definição de regras claras e objectivas na gestão dos solos.	3	12,50
	Ajuda a resolver uma falha do mercado municipal das terras.	3	12,50
	Melhora a gestão de conservação do solo e de salvaguarda da paisagem rural.	2	8,33
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>54,17</b>
<b>(-)</b>	Impede o desenvolvimento territorial, colocando restrições que não têm em conta as necessidades locais.	3	12,50
	Tem pouca flexibilidade e eficácia.	3	12,50
	Esquece que o valor agrícola do solo é naturalmente atractivo para quem cultiva as terras.	2	8,33
	Existência de desajustes entre o estabelecido nos diplomas legais e a realidade.	1	4,17
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>37,50</b>
<b>Não sabe / Não responde</b>		<b>2</b>	<b>8,33</b>

**Fonte:** Entrevista efectuada aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento.

De acordo com o actual regime jurídico, a delimitação da RAN vai ser efectuada e aprovada a nível municipal pelas próprias câmaras no âmbito dos seus processos de elaboração, alteração ou revisão de plano municipal de ordenamento do território ou especial de ordenamento do território, sendo desde logo considerados não integrados na RAN, as terras ou solos que integrem o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território como solo urbanizado, os solos cuja urbanização seja possível programar ou o solo afecto a estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano (artigo 10.º, alínea 1). Registe-se, também, que na elaboração da proposta de delimitação da RAN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, actividades económicas, equipamentos e de infra-estruturas (artigo 12.º, alínea 3). Na opinião do Presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, tal significará *“uma aplicação discricionária e ampla em cada um dos municípios, não permitindo proteger verdadeiramente os valores associados ao regime da RAN”* (Depoimento do Sr. José Silvério). Com efeito, é já corrente nos regulamentos dos PDM's que os espaços classificados como agrícolas e não integrados na RAN sejam passíveis de receber empreendimentos turísticos, grandes superfícies comerciais e outras construções a coberto de não estarem na RAN. Embora pareça curioso o mesmo acontece nas áreas de RAN, apesar de se afirmar que tal só é possível se não houver alternativa fora da RAN (*“As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”*) (artigo 22.º, alínea 1). Como defende a coordenadora/responsável pela entidade com protocolo de colaboração e-Geo, da FCSH/UNL, *“o caso das urbanizações associadas aos campos de golfe que podem vender até 50% dos fogos para habitação, demonstra bem que o problema também tem a ver com o poder que certos lobbies detêm, a ponto de influenciarem a decisão política”* (Depoimento da Prof. Dr.ª Ana Maria Firmino). Há, portanto, necessidade de total transparência nos interesses e valores em jogo.

Outro aspecto a destacar do actual diploma que estabelece o regime jurídico da RAN é a simplificação de procedimentos, bem como a diminuição dos prazos para emissão de parecer prévio por parte das entidades regionais da RAN. Por um lado, recorde-se que face ao regime até aqui vigente, todas as utilizações não estritamente agrícolas de solos integrados na RAN, careciam de autorizações da Comissão Regional da Reserva Agrícola e as desafectações de áreas da RAN apenas estavam previstas em termos excepcionais. Por outro lado, refira-se que as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para as quais seja necessária concessão,



aprovação, licença, autorização administrativa ou comunicação prévia estão, agora, sujeitas a parecer prévio vinculativo das respectivas entidades regionais da RAN, a emitir no prazo de 25 dias (artigo 23.º, alínea 1), anteriormente era de 60 ou 90 dias, consoante os casos, equivalendo a não emissão de parecer dentro desse prazo, a parecer (tácito) favorável (artigo 23.º, alínea 5).

Acresce, por fim, uma referência ao preâmbulo do referido diploma. Nele pode ler-se: *“Face ao carácter não destrutivo, nem irreversível do uso florestal dos solos e considerando as orientações da União Europeia em torno do conceito de florestação das terras agrícolas, o presente Decreto-Lei considera a actividade florestal como integrante da actividade agrícola”*. Contudo, é necessário não esquecer que a integração da actividade florestal na actividade agrícola pode levar à promoção da florestação de terras agrícolas acabando com o efeito dos espaços agrícolas como faixas de contenção do fogo. Por outro lado, determinadas culturas florestais, como os eucaliptos, podem significar a degradação de solos agrícolas e a competição com as culturas para produção alimentar.

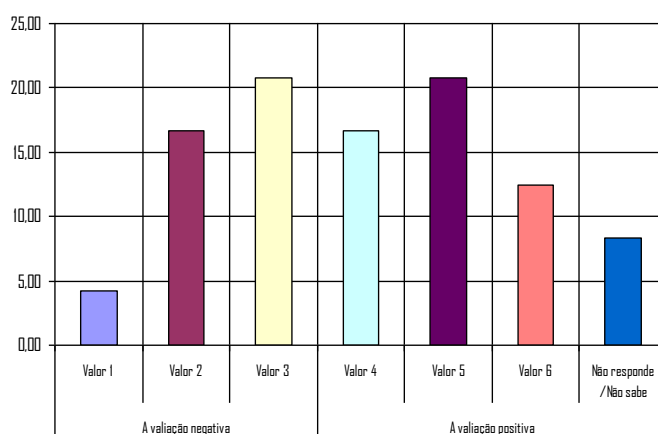
Importante nesta análise será ainda identificar como se posicionam os mesmos entrevistados perante a Reserva Ecológica Nacional, vulgarmente designada por REN, que visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território. A REN consegue algum equilíbrio na avaliação que lhe é feita: 50,00% dos entrevistados consideram esta estrutura biofísica (que integra o conjunto de áreas que pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais são objecto de protecção especial) tendencialmente positiva; enquanto que 41,67% consideram-na negativa.

Desde logo, os responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento no concelho de Palmela consideram que a REN promove a redução de acções que ponham em risco as áreas naturais (20,83%), que impõe a definição de regras claras e objectivas na gestão dos espaços naturais (16,67%) e que melhora a gestão de conservação da biodiversidade e de salvaguarda da paisagem natural (12,50%). Há, no entanto, quem defenda que a REN impede o desenvolvimento territorial, por via das acções proibitivas ou condicionantes à ocupação e uso do solo (16,67%), que não é um impeditivo real às edificações e às urbanizações em áreas sensíveis (12,50%), ao mesmo tempo que fomenta a municipalização das áreas naturais, uma vez que a delimitação dessas áreas passará (como é também o caso das áreas da RAN) a estar dependente da decisão da autarquia local (12,50%).

Segundo a legislação recente (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto), a proposta de delimitação da REN é, de facto, cometida às câmaras municipais, podendo estas estabelecer parcerias com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, nas quais se

definem os termos de referência e as formas de colaboração técnica para esse efeito (artigo 10.º, alínea 1). Para o Eng.º Florestal José Henriques de Matos, da Unidade de Gestão Florestal da AML, o facto de as câmaras municipais passarem, no futuro, a ser responsáveis por delimitar a REN não é nada bom, pois “(...) o que vai acontecer é quase previsível, onde se quiser construir é-se autorizado a construir e sobretudo se estivermos a falar de grandes grupos económicos que têm vindo a atolar a AML em construção dispersa com as inerentes implicações negativas que isso tem em termos de ordenamento. Basta olhar pela janela para a paisagem lá fora” (Depoimento do Eng. José Henrique de Matos).

**Gráfico 7: Opinião sobre a importância da REN para a ocupação e uso sustentável do território no concelho de Palmela.**



Importância avaliada por meio de notas entre 1 e 6, considerando o valor 6 de importância máxima e 1 o valor de importância mínima.

**Quadro 21: Razões que levam os entrevistados a considerarem positiva e negativamente a REN.**

%

<b>(+)</b>	Promove a redução de acções que ponham em risco as áreas naturais.	5	20,83
	Impõe a definição de regras claras e objectivas na gestão dos espaços naturais do concelho.	4	16,67
	Melhora a gestão de conservação da biodiversidade e de salvaguarda da paisagem natural.	3	12,50
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>50,00</b>
<b>(-)</b>	Impede o desenvolvimento, por via de acções proibitivas ou condicionantes à ocupação e uso do solo.	4	16,67
	Não impede as edificações e as urbanizações em áreas sensíveis.	3	12,50
	Delimitação dependente da decisão camarária, o que fomenta a municipalização das áreas naturais.	3	12,50
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>41,67</b>
<b>Não sabe / Não responde</b>		<b>2</b>	<b>8,33</b>

Fonte: Entrevista efectuada aos responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento.

Sobre a consagração da municipalização da REN, a Associação Nacional de Conservação da Natureza (2008a) considera que a elaboração da proposta de delimitação da REN não deveria ser cometida exclusivamente às câmaras municipais, por ser conhecida a dependência dos municípios e dos orçamentos municipais da necessidade de aprovar novos

empreendimentos de cariz edificado. De facto, são precisamente as câmaras municipais as entidades que mais têm a ganhar com a passagem de uso do solo de rural a urbano, já que parte substancial das suas receitas depende da urbanização, nos termos do perverso modelo, ainda hoje plasmado na Lei das Finanças Locais. Recentes casos como os verificados nos municípios da Anadia (4824 hectares que deixam de estar classificados como REN em sede de revisão do PDM, passando a estar afectos a usos industriais e urbanos) ou de Paços de Ferreira (52 hectares desanexados da REN em espaço florestal com encostas de elevado declive, zonas de máxima infiltração e cabeceiras de linha de água, para instalação de unidade industrial do grupo IKEA, havendo alternativas de localização) permitem, segundo a Associação Nacional de Conservação da Natureza (2008b), antever o pior cenário em termos de ordenamento do território.

Da mesma forma como o estipulado no regime jurídico da RAN, na elaboração da proposta de delimitação da REN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas “*com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas*”, bem como das “*destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, actividades económicas, equipamentos e infra-estruturas*” (artigo 9.º, alínea 2). De acordo com a Associação Nacional de Conservação da Natureza, esta ponderação poderá significar não serem protegidos os valores naturais nem reduzidos os riscos associados ao regime da REN. Apesar deste último princípio estar de certa forma contemplado na actual legislação, o facto de, no passado, a aprovação ser efectuada pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional tinha, obviamente, um efeito limitador das intenções expansionistas das autarquias em termos de construção, o que agora será, talvez, ultrapassado. Tal como revela o regime excepcional da legislação da REN, a realização de acções de relevante interesse público (onde claramente se incluem os Projectos de Interesse Nacional) poderá ser feita em áreas abrangidas pela REN, apesar de se afirmar que tal só é possível se não houver alternativa fora da REN. No entanto, a justificação de que não há alternativa, quando por vezes efectivamente existe, tem sido frequentemente utilizada por exemplo em áreas de RAN, pelo que tal poderá ser também o caso da REN.

É, pois, neste quadro de pressão fundiária exercida pela sociedade urbana e industrial envolvente que, com Pardal (2006, p. 8), defendemos a tese de que nos espaços rústicos, fora dos perímetros urbanos, não devem ser desenvolvidas urbanizações nem qualquer outro tipo de edificações, independentemente dos solos serem ou não abrangidos pelos regimes da RAN

ou da REN<sup>79</sup>. Assim, ou se impõe esta disciplina de forma inequívoca, de modo a que seja estabelecida a confiança nos instrumentos de planeamento e gestão territorial (que devem ser, cada vez mais, determinantes do valor e utilidade do solo), por parte dos proprietários e dos agentes do mercado em geral, ou nunca será possível ordenar o território, ficando este aberto às mais inesperadas eventualidades e desafecções. Por isso, à luz dos princípios de sustentabilidade, o solo tem de ser visto como um recurso escasso e gerido de forma criteriosa.

### 2.5.2 A estrutura fundiária como condicionante do desenvolvimento

Para enunciar bem a questão das “fraquezas” e “ameaças” que afectam a agricultura no concelho de Palmela é necessário insistir na análise da estrutura fundiária como grande condicionante do comportamento dos agricultores locais, seja no que concerne à propriedade fundiária e formas de exploração da terra, seja no respeitante ao controlo dos outros recursos produtivos (mão-de-obra agrícola e meios de produção mecanizados de transporte e de agro-processamento) utilizados nas explorações agrícolas.

#### A terra como factor de produção

A terra como factor de produção parece ter ainda um grande peso na agricultura local. Muitos dos inquiridos demonstraram um enorme apego às terras que possuem ou de que dispõem: 66,67% são proprietários e utilizadores das terras e 18,89% são usufrutuários a pagar anualmente uma renda fixa e com contrato de locação verbal (10 inquiridos) ou escrito (7 inquiridos). Menos lineares, mas também importantes, são os diversos acordos entre familiares e amigos que possuem terras mas por qualquer motivo não as cultivam (14,44%), sendo que 11 dos inquiridos têm terras para cultivar cedidas gratuitamente por familiares e 2 por amigos.

Neste panorama, o acesso à terra reveste-se de capital importância. Para o conjunto dos 60 proprietários e utilizadores das terras, o acesso fez-se essencialmente por dois processos que, por sua vez, se revestem de diferentes aspectos. O primeiro, mais importante e mais natural, foi a herança que quase sempre só se efectua aquando da morte de um qualquer parente em linha recta ascendente ou do seu avançado estado de envelhecimento. Nesta forma

---

<sup>79</sup> Note-se, todavia, que uma vez que os diplomas da RAN e REN são muito recentes, ainda não foi possível a delimitação das mesmas no concelho de Palmela, de acordo com os critérios estabelecidos pelos mesmos.

de obtenção da propriedade das terras incluem-se 45 dos agricultores inquiridos. O segundo processo mais considerado para a obtenção das terras por parte dos que eram ou desejavam ser agricultores foi a compra da propriedade das terras. Nesta forma de obtenção da propriedade das terras incluem-se 15 dos agricultores inquiridos. Prevalecem, assim, as heranças.

**Quadro 22: Forma jurídica de exploração das terras.**

Idade	Proprietário e utilizador		Arrendamento		Outra situação	
	Herança	Compra	Contrato verbal	Contrato escrito	Familiares	Amigos
Menos de 35 anos	3	1	0	0	6	2
De 35 a 54 anos	25	5	3	1	3	0
De 55 a 64 anos	12	9	2	0	0	0
De 65 anos ou mais	5	0	5	6	2	0
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

No entanto, a transmissão da exploração agrícola por herança está frequentemente associado o problema desta se efectuar muito tarde, numa altura em que os potenciais beneficiários já decidiram o seu modo de vida. Acresce que o facto de a exploração agrícola ser transmitida de pais para filhos tende a diminuir a sua dimensão física (área total) e, por consequência, a reduzir também a sua viabilidade económica. A estes dois entraves acrescenta-se um outro, o “apego à terra” daqueles que a possuem. Estes, umas vezes por laços afectivos, outras vezes por dificuldades financeiras que os obriga a manterem-se ocupados, dificilmente conseguem desligar-se da terra que é sua e transferi-la para outrem, ainda que esse outrem sejam os próprios filhos. Contudo, actualmente, já se nota uma certa cedência das terras aos descendentes que decidam ficar na agricultura. É exemplo o caso de 3 jovens agricultores, cujos pais em vida lhes transferiram a posse das suas explorações agrícolas.

Na área Marateca/Poceirão começa-se, pois, a pensar no problema da sucessão ainda que individualmente, o que é compreensível dado que a continuidade da exploração agrícola aparece ali, como mais adiante se perceberá, em muitos casos ameaçada. Ao avaliar pelo testemunho dos próprios, para que a sucessão seja efectiva, os jovens terão que primeiro dar provas das suas capacidades individuais para tornar efectiva a transmissibilidade por sucessão: *“No início, quando decidi trabalhar na exploração dos meus pais, raramente era chamado a participar nas decisões que diziam respeito à forma de gerir a exploração. Depois, pouco a pouco, naturalmente, fui tomando parte dessas decisões. Tinha uma palavra a dizer em assuntos como: que produtos produzir, que quantias investir, que pessoal contratar, onde vender, a quem vender. Comecei assim a decidir também como fazer, mas*

*sempre debaixo da alçada do meu pai, que era quem dirigia a exploração. Ele só tomou a decisão final quando percebeu que eu estava a levar a sério a ideia de fazer a minha vida na agricultura*” (Depoimento de um produtor agrícola, 32 anos, lugar de Faias, freguesia de Poceirão).

É também um facto que a transferência das terras só por si não é motivadora para os jovens abraçarem a profissão de agricultor. Para que um jovem se sinta atraído pelo cultivo dos campos é necessário, além de terras, assegurar-lhe capitais, indispensáveis quando pretenda avançar com algum empreendimento. Por razões óbvias, o problema do capital para investir na exploração agrícola é bastante mais premente para aqueles em que o acesso às terras tem de passar pela aquisição ou pelo arrendamento. Todavia, como nos foi dado observar, são sobretudo estes (jovens que compram e/ou que arrendam as terras) os que se sentem realmente motivados para prosseguir a vida de agricultor. O que normalmente acontece é que, embora vulgares, as formas indirectas de exploração das terras, como o arrendamento, raramente surgem de forma isolada, mas frequentemente para fazer face ao redimensionamento de explorações agrícolas adquiridas por herança de pais e sogros. Porém, o arrendamento está a tornar-se cada vez mais difícil e complicado, funcionando como um verdadeiro entrave ao acesso às terras, ou melhor, à viabilização, em termos de superfície, dos empreendimentos agrícolas. Como nos disse um jovem agricultor, cuja primeira campanha a sério de morango biológico foi um sucesso: *“É evidente aos olhos de todos o número cada vez maior de explorações que tradicionalmente eram de arrendamento e cuja área está agora a ser convertida em área de construção, não de produção. Há também casos, e eu já conheço alguns, que uma vez acabado o contrato de arrendamento, o proprietário das terras não arrenda nem vende. O proprietário passa a explorar directamente os seus terrenos, mas quase sempre com recurso a um dirigente agrícola e sem aproveitamento de todas as oportunidades económicas da exploração*” (Depoimento de um agricultor biológico, certificado, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca).

Resta-nos, então, perceber que avaliações fazem os produtores agrícolas sobre o futuro, num horizonte temporal de cinco anos, em relação à possibilidade de continuarem com as suas unidades de produção. A primeira ideia que transparece é a de que, apesar do desaparecimento de uma considerável percentagem de explorações agrícolas nos últimos anos e do desânimo que se tem vindo a abater sobre alguns sectores da agricultura local, a generalidade dos inquiridos não pensa abandonar a agricultura (71,11%). Os principais motivos para a provável continuidade da exploração agrícola são a preservação do património da família (isto é, o valor afectivo referido por 38 agricultores), e o facto de não terem outra

alternativa profissional (que corresponde à necessidade económica de se manter ocupado para 18 inquiridos), surgindo a viabilidade económica das actividades agrícolas na terceira posição, apontada por 5 inquiridos, e, por fim, a eventual diversificação de actividades complementares à agricultura referida por apenas 3 dos inquiridos. Os motivos para o não abandono da actividade agrícola são, de certa forma, comprometedores para o seu futuro enquanto actividade economicamente competitiva e tecnologicamente avançada. O teor das respostas acaba, acima de tudo, por confirmar o peso social desta actividade.

Nesta situação apenas 28,89% afirmaram pretender abandonar as actividades agrícolas da exploração. Os três motivos apontados são: a reforma (12 inquiridos), a mudança de actividade profissional (10 inquiridos) e a expectativa de vir a ganhar algum dinheiro com a venda dos terrenos (4 inquiridos). Realce-se também o facto de que, a apetência para o não abandono da agricultura parece ser superior nos grupos de indivíduos que pertencem às classes etárias mais baixas, ou seja com “menos de 35 anos” (13,33%) e “de 35 a 54 anos” (41,11%). Por razões óbvias, a perspectiva da reforma é contemplada por indivíduos que, na sua maioria, têm idade igual ou superior a 55 anos (28,89%).

**Quadro 23: Perspectivas do produtor agrícola quanto à continuidade da exploração agrícola.**

*(Nas próximas cinco anos, prevê continuar com a exploração agrícola?)*

<b>Idade</b>	<b>Sim</b>	<b>Principais motivos para a continuidade</b>	
Menos de 35 anos	12	Preservação do património da família	38
De 35 a 54 anos	37	Sem outra alternativa profissional	18
De 55 a 64 anos	7	Viabilidade económica das actividades agrícolas	5
De 65 anos ou mais	8	Viabilidade das actividades não agrícolas	3
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>Total</b>	<b>71,11 %</b>

<b>Idade</b>	<b>Não</b>	<b>Principais motivos para o abandono</b>	
Menos de 35 anos	0		
De 35 a 54 anos	0	Reforma	12
De 55 a 64 anos	16	Mudança de actividade profissional	10
De 65 anos ou mais	10	Ganhar algum dinheiro com a venda dos terrenos	4
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>Total</b>	<b>28,89 %</b>

**Fonte:** Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Deve dizer-se também que para avaliar a sustentabilidade (continuidade da exploração agrícola) foram postas três outras questões aos produtores agrícolas: primeira, se, caso pudessem, num futuro próximo, realizariam algum tipo de investimento na exploração agrícola com recurso a capital próprio; segunda, se consideram a hipótese de vir a beneficiar de algum

tipo de apoio ou incentivo público; terceira, quais as perspectivas perante a transmissibilidade por sucessão da exploração agrícola.

No que diz respeito aos futuros investimentos, 60,00% dos agricultores afirmam que pretendem realizar benfeitorias, visando actuar fundamentalmente nas infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas, quer através de melhoramentos fundiários, como sejam a electrificação, o abastecimento de água, caminhos rurais, quer através de outro tipo de benfeitoria como a construção de armazéns, muros, etc. (23 inquiridos), e na modernização das explorações agrícolas, com a aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas (21 inquiridos). A plantação de novas culturas e a compra de animais são apontadas como outras duas benfeitorias a realizar na exploração agrícola por 8 e 2 inquiridos, respectivamente. Cabe, no entanto, observar que, a decisão de proceder a investimentos directos na esfera produtiva está bastante relacionada com a condição do produtor agrícola<sup>80</sup>, sendo que quanto menos formal é a ligação do produtor com as terras, menor são também as suas possibilidades de realizar investimentos significativos na exploração agrícola. E isto por dois motivos distintos. Em primeiro lugar, porque o investimento depende fundamentalmente de crédito e o acesso a este é, em geral, vedado a produtores agrícolas que não podem apresentar garantias ao credor (como, por exemplo, a propriedade rural). Em segundo lugar, porque a decisão de investir em bens de capital fixo, tais como sistemas de irrigação, de drenagem, ou então, em construções de benfeitorias, pelo facto de valorizarem directamente a propriedade, encontra uma certa resistência por parte daqueles cujo apego às terras é menor (como é, certamente, o caso dos usufrutuários que não detêm o título de posse das terras que exploram e que pagam uma renda pelo seu uso). Este dois aspectos determinam, assim, por parte daqueles que não são proprietários, um reduzido investimento em benfeitorias várias ou em tecnologias para o desenvolvimento da produção agrícola, podendo mesmo, em alguns casos, comprometer a produtividade da exploração e o consequente rendimento a retirar do empreendimento agrícola.

As expectativas do produtor agrícola em relação à hipótese de, num futuro próximo, vir a beneficiar de algum tipo de apoio ou incentivo público são, por sua vez, reduzidas. O interesse é demonstrado apenas por 24,44% dos produtores agrícolas inquiridos que se encontram distribuídos pelos grupos de indivíduos com idades entre “menos de 35 anos” (10

---

<sup>80</sup> Relembre-se que do total de 90 produtores agrícolas inquiridos, 17 são usufrutuários a pagar uma renda fixa e que 13 têm terras cedidas gratuitamente por familiares e amigos para cultivarem, o que dá uma proporção de 18,89% e 14,44%, respectivamente.



inquiridos), “de 35 a 54 anos” (8 inquiridos) e “de 55 a 64 anos” (4 inquiridos). A principal razão apontada para a eventual candidatura a apoios e incentivos públicos é a ajuda financeira decorrente dos compromissos a assumir (10 inquiridos), seguindo-se a possibilidade de maior acompanhamento técnico (6 inquiridos) e, finalmente, a dupla possibilidade de vir a desenvolver economicamente o empreendimento agrícola e de participar em medidas ou acções ligadas às preocupações ambientais (6 inquiridos).

**Quadro 24: Perspectivas do produtor agrícola quanto à realização de investimentos na exploração agrícola.**

*(Nos próximos cinco anos, se pudesse realizar algum tipo de investimento na exploração agrícola com recursos próprios?)*

Idade	Sim	Não	Principais benfeitorias a realizar	
Menos de 35 anos	8	4	Plantação de novas culturas	8
De 35 a 54 anos	30	7	Compra de novos animais	2
De 55 a 64 anos	14	9	Aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas	21
De 65 anos ou mais	2	16	Melhoramentos fundiários	23
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>36</b>	<b>Total</b>	<b>60,00 %</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

**Quadro 25: Perspectivas do produtor agrícola quanto à candidatura a algum tipo de apoio ou incentivo público.**

*(Nos próximos cinco anos, considera a hipótese de vir a beneficiar de algum tipo de apoio ou incentivo público?)*

Idade	Sim	Não	Principais motivos para a provável candidatura	
Menos de 35 anos	10	2	Obtenção de ajuda financeira	10
De 35 a 54 anos	8	29	Obtenção de maior acompanhamento técnico	6
De 55 a 64 anos	4	19	Desenvolvimento técnico-económico da exploração	3
De 65 anos ou mais	0	18	Inscrição em medidas ligadas às preocupações ambientais	3
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>68</b>	<b>Total</b>	<b>24,44 %</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Contudo, a disponibilização de todos os meios necessários, seja o recurso a capital próprio, seja o crédito, sejam os apoios e incentivos públicos, para se conseguir alcançar o êxito não será suficiente sem uma adequada preparação técnica, empresarial e social dos agricultores. Como afirma o Presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, que com 67 anos continua a trabalhar no campo: “*Deve-se, acima de tudo, apostar na alteração das mentalidades (...), com mais acções de apoio técnico aos agricultores, mais cursos de formação profissional, de experimentação e vulgarização e, sobretudo, com mais acções de sensibilização ambiental e de responsabilidade social*” (Depoimento do Sr. José Silvério).

Quanto às expectativas perante a sucessão, 75,56% dos agricultores inquiridos responderam negativamente à possibilidade de transmissão da exploração agrícola de pais para filhos, contra apenas 24,44% que consideram que sim, que está assegurada a sucessão, existindo pelo menos um descendente para dar continuidade à exploração agrícola. Importará

também, aqui, referir que os dados apurados relativamente às perspectivas dos jovens perante a possibilidade de vir a tomar conta dos terrenos que os pais cultivam apontam para uma perspectiva de futuro em que muitos dos jovens não se vêem, de facto, na continuidade da profissão dos pais, sendo que apenas 28,57% dos jovens inquiridos manifestaram o desejo de “ser agricultor(a)”, contra 71,43% que revelaram que gostariam de “arranjar um emprego fora da agricultura”.<sup>81</sup>

**Quadro 26: Perspectivas perante a transmissibilidade por sucessão hereditária da exploração agrícola.**

Exploração agrícola	Perspectiva dos pais				Perspectiva dos filhos			
	“Há transmissibilidade”		“Não há transmissibilidade”		“Ser agricultor (a)”		“Arranjar outro emprego”	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
Menos de 1 ha	2	2	13	11	0	1	9	3
De 1 a menos de 5 ha	1	1	16	13	1	5	2	3
De 5 a menos de 20 ha	4	2	4	3	2	1	3	0
De 20 a menos de 50 ha	5	3	3	4	0	0	2	2
De 50 ha ou mais	2	0	0	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>9</b>

**Razões para “ser agricultor(a)”**

<b>Rapazes</b>	Ter condições de viabilidade, herdando as terras dos pais	<b>3</b>
	Ter poucos estudos para arranjar emprego fora da agricultura	<b>1</b>
	Haver necessidade de mão-de-obra na exploração agrícola dos pais	<b>2</b>
<b>Raparigas</b>	Ter condições de viabilidade, herdando as terras dos pais	<b>2</b>
	Ter poucos estudos para arranjar emprego fora da agricultura	<b>2</b>
	Haver necessidade de mão-de-obra na exploração agrícola dos pais	<b>7</b>

**Razões para “arranjar um emprego fora da agricultura”**

<b>Rapazes</b>	Melhorar a situação social	<b>15</b>
	Melhorar a situação económica	<b>16</b>
	Ter um trabalho menos cansativo, menos sujo, com férias e tempos livre	<b>10</b>
<b>Raparigas</b>	Melhorar a situação social	<b>2</b>
	Melhorar a situação económica	<b>9</b>
	Ter um trabalho menos cansativo, menos sujo, com férias e tempos livre	<b>7</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Da leitura dos dados acima apresentados constata-se que os jovens que manifestam intenção de permanecer na agricultura são maioritariamente do sexo feminino e aqueles que gostariam de trabalhar noutra actividade profissional são maioritariamente do sexo masculino.

<sup>81</sup> Do total de 105 jovens que residiam no agregado familiar dos produtores agrícolas inquiridos no presente estudo foi possível entrevistar 35. O inquérito que envolveu jovens de ambos os sexos, entre os 15 e os 24 anos, tinha como objectivo examinar as suas perspectivas perante a sucessão na exploração agrícola dos pais. Para tal considerámos as razões que os jovens apresentam para “ser agricultor(a)” ou “arranjar um emprego fora da agricultura”, bem como as avaliações que esses mesmos jovens formulam sobre a actividade profissional dos pais, o modo de vida no meio rural e as motivações que podem levar os jovens a abandonar a agricultura (ver Anexo 1: Formulário do inquérito aplicado aos jovens que vivem no agregado familiar dos produtores agrícolas inquiridos).

As principais razões que os jovens apontam para a sua permanência na actividade agrícola são: ter poucos estudos para arranjar um emprego fora da agricultura que seja mais aliciante ou compensador (3 inquiridos), considerar que têm condições de viabilidade, herdando as terras dos pais (5 inquiridos) e, ainda, as necessidades de mão-de-obra na exploração agrícola dos pais (9 inquiridos). Quanto às motivações apontadas pelos jovens que manifestam intenção de arranjar um emprego fora da agricultura, a razão “melhorar a situação económica” é referida por todos (25 inquiridos), seguida das opções de “ter um trabalho menos cansativo em termos físicos” e “melhorar a situação social” que foram igualmente identificadas por 17 dos inquiridos.

Numa avaliação geral sobre a actividade profissional dos pais, verifica-se que 22,86% dos jovens consideram-na “muito positiva”, 5,71% consideram-na “positiva”, 42,86% como “pouco positiva” e 28,57% “nada positiva”. Ao apontarem as principais vantagens da actividade profissional exercida pelos pais, os jovens destacam a produção de alimentos de qualidade para a família (7 inquiridos) e a manutenção da agricultura local e de terras agrícolas no território onde residem (3 inquiridos). No plano das desvantagens, os jovens evidenciam os baixos rendimentos auferidos com a venda dos produtos agrícolas (12 inquiridos), o uso de produtos que podem prejudicar a saúde (7 inquiridos) e, ainda, a sujeição ao rigor do clima (6 inquiridos).

**Quadro 27: Avaliação dos jovens sobre a actividade profissional dos pais.**

Avaliação		Vantagens e desvantagens	
Muito positiva	8	Manutenção da agricultura e de terras agrícolas	3
Positiva	2	Produção de alimentos de qualidade para a família	7
Pouco positiva	15	Sujeição ao rigor do clima	6
Nada positiva	10	Uso profissional de produtos que podem prejudicar a saúde	7
<b>Total</b>	<b>35</b>	Baixos rendimentos auferidos com a venda dos produtos agrícolas	12

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Curiosamente, a avaliação que os jovens inquiridos fazem sobre o modo de vida no campo é francamente positiva, já que 57,14% consideram-no “muito positivo”, 22,86% consideram-no “positivo” e somente 20,00% consideram-no “pouco positivo”. O meio rural é fortemente valorizado pela qualidade de vida, cujos principais atributos são o ambiente puro, a segurança pública, a tranquilidade e a beleza das paisagens. A generalidade dos jovens (29) considera que não há desvantagens no modo de vida rural e apenas 6 referem que seria

preferível viver no meio urbano porque no campo o acesso ao emprego e aos locais de estudo de nível superior é bastante menor.

**Quadro 28: Avaliação dos jovens sobre o modo de vida no meio rural.**

Avaliação		Vantagens e desvantagens	
Muito positivo	20	Qualidade de vida:	29
Positivo	8	Ambiente puro e segurança pública	13
Pouco positivo	7	Tranquilidade e beleza das paisagens	16
Nada positivo	0	Não há desvantagens	29
<b>Total</b>	<b>35</b>	Dificuldade em arranjar emprego e de acesso a locais de estudo de nível superior	6

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Como nos revela a lista das principais razões que podem levar os jovens a abandonar a agricultura, existe uma enorme rejeição da actividade agrícola em si e das condições a ela associadas (de rentabilidade, de trabalho e de estatuto social). A não implantação de políticas públicas voltadas para os jovens no campo, o difícil acesso a linhas de crédito, a falta de explorações disponíveis (*“de terras para comprar ou arrendar”*) e uma política agrícola não adequada ao desenvolvimento do sector e do espaço rural, são também razões referidas pelos jovens para justificar o abandono, às vezes precoce, da agricultura.

**Quadro 29: Principais razões que podem levar os jovens a abandonar a agricultura, identificadas pelos jovens.**

Razões que podem levar os jovens a abandonar a agricultura	1ª	2ª	3ª	Total
Baixa rentabilidade das actividades agrícolas	28	5	1	34
Trabalho árduo nos campos (condições de trabalho)	25	4	1	30
Desvalorização social da profissão de agricultor	24	2	3	29
Falta de políticas públicas direccionadas aos jovens agricultores:	10	6	4	20
Dificuldades de acesso a linhas de crédito e outras ajudas do Estado	6	4	3	13
Falta de terras para comprar e arrendar	4	2	1	7
Política agrícola inadequada ao desenvolvimento do sector e do espaço rural	4	2	2	8

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

A baixa rentabilidade das actividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas dos pais é uma das principais razões para a não transmissibilidade por sucessão, identificada por 34 dos jovens (*“quando for maior, eu não quero viver do trabalho do campo, os campos já não dão rendimento suficiente para se viver deles”*). Porém, ela é também invocada pela generalidade dos pais agricultores quando afirmam que *“os jovens já não se interessam pela agricultura, pois ela é muito mal paga”*, *“os jovens já não querem trabalhar no campo e têm mesmo razão, porque na lavoura não há futuro nenhum”*, *“a agricultura não dá para viver”*. Um outro obstáculo que surge fortemente apontado quanto à permanência dos jovens na actividade agrícola, é as condições de trabalho que,

quanto a 30 deles, implicam um trabalho sujo, que exige um elevado e prolongado esforço físico e, ainda, a ausência de tempos livres e de férias. Desta forma, as novas gerações rejeitam o trabalho árduo a que os seus pais estão sujeitos e aceitam: “*Eu não penso fazer nada nesta agricultura que polui o ambiente*”, “*Eu quero ter outra profissão, não quero ser agricultor como o meu pai*”, “*O ideal era arranjar trabalho com horário fixo e direito a férias, em Lisboa ou Setúbal. Estando perto, aos fins-de-semana poderia participar e ajudar nos trabalhos da quinta. O meu irmão ficará à frente da quinta, dando início já na próxima campanha agrícola à produção biológica*”. Ora, este tipo de afirmações leva-nos a indagar se a rejeição não se referirá tanto à actividade em si mesma, mas a uma agricultura que afecta, sem dúvida, o ambiente e que através do exemplo dos pais é a conhecida dos jovens.

A ideia de que as actividades ligadas à agricultura são socialmente pouco reconhecidas e não valorizadas, representando aquela uma actividade com um futuro pouco promissor, está também fortemente enraizada. Entre os jovens inquiridos, 29 fazem referência à desvalorização social da profissão de agricultor. Os pais amiúde afirmam que: “*Para eles [os jovens] se calhar era melhor seguirem outra vida, tinham menos dificuldades porque chegava ao fim do mês tinham o ordenado deles certo, tinham uma profissão onde podiam ser reconhecidos e subir na vida. E isto da agricultura uma vezes dá, outras não. Nada é certo, se vem mais chuva estraga, se vem geada queima. É muito complicado*” (Depoimento de um agricultor de 58 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). Esta visão partilhada por muitos dos pais agricultores, e fortemente consolidada nos últimos anos pela fragilidade da agricultura se revelar um sector empregador e criador de riqueza, é um elemento fundamental para se compreender as decisões tomadas face aos seus filhos e que estes assumem: “*É, isto é uma vida muito dura. Muito complicada mesmo, como disse o meu marido. Temos visto os nossos vizinhos falirem porque já muito endividados, deixarem por causa disso o negócio (...). Investir o pouco que temos na terra é já loucura. Nada chega a ter um emprego e a pessoa sossegada. O meu filho é padeiro, a minha filha tem a vida dela fora daqui, Assim que eu a pude tirar do serviço daqui tirei. Agora é empregada de balcão (...) também não podia arranjar grande coisa porque os estudos não são muitos*” (Depoimento de uma agricultura de 55 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

“*Eu quando andava na escola, saía da escola e vinha aí para as terras. (...) Andar com o tractor que eu gosto de andar com os tractores. E dizia sempre que queria ser agricultor. Mas depois acabei a escola e decidi que não, já não quero. Cheguei a andar aí de manhã e de tarde, o dia inteiro sempre a trabalhar e era grandes dores de costas. E então empreguei-me e agora estou empregado, sou padeiro*” (Depoimento de um jovem de 18 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). “*Foi porque eu via aquilo que os meus*

*pais trabalhavam e também porque sabia aquilo que eles sofriam (...) Chegavam ao fim das searas, tirar o dinheiro para pagar as despesas com a produção e de tudo o resto (...), e ficavam com pouco. Comecei a pensar, tinha já 18 anos, que isto não era vida para mim. E não era a questão de ser aquela vida, mas a vida de trabalho grande sem recompensa. Se realmente chegássemos ao fim das searas e tivéssemos lucros que víssemos, que realmente compensava estar na agricultura, está bem. Mas assim, comecei a ver que não e pronto, comecei à procura de emprego. Hoje sou balconista”* (Depoimento de uma jovem de 24 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

A análise dos dados disponíveis permite ainda afirmar que a profissão de agricultor passou de moda para os jovens. Os próprios pais o reconhecem ao afirmarem que *“a juventude não quer saber disto, não quer ouvir falar de trabalhar nos campos”* (Depoimento de uma agricultora de 62 anos, lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão), *“Eu no princípio gostava [que o filho continuasse a actividade agrícola da exploração], mas agora já não. A gente vai agora enterrar uma pessoa na agricultura? Só se for em último caso. (...) o rapaz andou aí 5 ou 6 anos, a não ter dinheiro para pagar as despesas. Não, não compensa. E mais, eu até fiz um grande investimento, comprei um tractor. Agora, está aí o tractor, o reboque, as alfaías, tudo. Fiz também dois furos. Depois disso, eu tenho mesmo pouca fé com isto da agricultura”* (Depoimento de um agricultor de 60 anos, lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão). Apesar dos saberes agrícolas empíricos que marcam uma vida de trabalho, existe uma forte desvalorização desses mesmos saberes que se associa também aos fracos capitais escolares: *“Não sei fazer mais nada, só fiz isto toda a vida”*. Para além da desconfiança e descrédito no seu próprio saber, a qualificação profissional dos agricultores é praticamente nula e afigura-se-lhes como uma possibilidade remota: *“Já estou muito velha, para aprender seja o que for”* (Depoimento de uma agricultora de 58 anos, lugar de Cajados, freguesia de Marateca). Por sua vez, na possibilidade de continuar os trabalhos agrícolas nas unidades produtivas dos pais, os jovens revelam poucas perspectivas de inovação. Assim, *“Isso, se fizesse, era semear milho ou trigo, que não dá muito trabalho como as batatas. No milho, a máquina está 1 ou 2 horas a regar e não precisamos de lá estar. Na batata não, é diferente. No milho não é preciso dedicarmos tanto tempo. A batata dá mais trabalho”* (Depoimento de um jovem de 23 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). *“Na agricultura talvez o que me aliciasse mais fosse as estufas, apesar de eu não ter conhecimento nenhum disso. Mas, eu acho mesmo que, para quem tem terrenos como os meus pais têm, as estufas era um bom investimento. Ter uma grande parte do investimento em estufas e ter, depois, a quem vendesse os produtos, era óptimo. Não era fazer o investimento, ir com ele para a frente, e estar à espera que venham comprar”* (Depoimento de uma jovem de 21 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

Cabe, no entanto, observar que a análise dos testemunhos revela anseios e expectativas por vezes contraditórios, já que a ideia de que é possível localmente encontrar fileiras de actividade que se associem a bens e serviços provenientes da agricultura ou a novos métodos de produção surge em diferentes depoimentos como potencial de desenvolvimento identificado e reconhecido por alguns chefes de exploração e seus filhos. Os pais temem pelo futuro dos filhos dentro de uma actividade que reconhecem como “*pouco viável financeiramente*”, mas continuam a acreditar em novas formas de produção agrícola: “*A coisa melhor que se podia fazer era isto dar uma volta, (...) que a agricultura desse dinheiro (...) fazer uma mudança, com grande investimento na agricultura, na agricultura biológica que agora é moda na Europa, nos Estados Unidos, em todo o lado, (...) juntar aí os jovens para tirarem cursos (...) e depois desenvolverem dessa agricultura aqui na terra. Terreno há aí muito. As políticas do governo e da autarquia têm é que mudar. Os políticos têm que colocar outras prioridades (...) outras prioridades nas políticas de desenvolvimento é que é preciso, mais nada. Pensar mais na juventude e pensar em desenvolver o sector agrícola. Mesmo os pais podiam exercer mais influência, para os jovens dizerem: «eu vou-me lançar a isto porque está a dar dinheiro» ou «Ganha-se dinheiro com a agricultura, vou começar a fazer isto [trabalhar nas terras], vou trabalhar com os meus pais e ganhar dinheiro». Mas, se isto se mantiver assim como está, não estou convencido que a agricultura seja futuro para os mais jovens. É pouco viável financeiramente*” (Depoimento de um agricultor 68 anos, lugar de Fernando Pó, freguesia de Marateca). Ou como um outro pai agricultor afirma, “*(...) a batata é uma das culturas desta região. Neste momento não é rentável. O grande problema é que a batata para as áreas de cultura hoje disponíveis não é rentável, são áreas pequenas. E não há maneira de haver mais terras, não há terras disponíveis para a agricultura. Por isso, (...) uma agricultura de menor escala, direccionada para produtos tradicionais, com valor acrescentado, seria um escape (...) permitia continuar a pensar que é possível continuar a fazer agricultura aqui em Palmela. Até porque há produtos que se adaptam aqui muito bem. (...) É uma questão de haver ou não incentivos para os jovens fazerem os seus projectos. E de haver ou não vontade política para que estes vingam*” (Depoimento de um agricultor de 57 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Póceirão).

Por sua vez, os filhos destes mesmos agricultores procuram a agricultura biológica que, talvez, lhes permita concretizar os referenciais de sociabilidade e de estatuto a que tantos aspiram. Com efeito, os jovens com maior propensão à mudança (neste caso, a aderir a técnicas e práticas agrícolas mais amigas do ambiente) encontram-se munidos de um sistema de disposições mais “maleável” e aberto a tais influências: “*Aqui já procuramos fazer o melhor possível e de forma muito responsável dentro da produção de qualidade. Para o ambiente e para nós, obviamente. Temos já as vinhas em protecção integrada e produção integrada. Por isso, a ideia de participar*

*num curso de viticultura biológica é para mim muito agradável. Estou aberta a este tipo de projectos e espero vir a aprender muito com esta formação”* (Depoimento de uma jovem de 24 anos, lugar de Fernando Pó, freguesia de Marateca). *“Eu já li alguma coisa sobre o assunto (...). A agricultura para ser agricultura biológica é como a agricultura tradicional, tal e qual como faziam os nossos avós e bisavós. E essa agricultura (...), os engenheiros têm dito, pode ser praticada aqui na exploração dos meus pais se deixarmos de aplicar os químicos”* (Depoimento de um jovem de 19 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

O ponto principal está, pois, na necessidade de concentrar acções a nível local que tornem possível aumentar a rentabilidade das actividades agrícolas e criar estratégias que possibilitem a participação e permanência dos jovens no campo, quer através do processo de transmissão das unidades de produção dos seus pais, quer da aquisição de terras (por compra e por arrendamento), como início de realização dos seus projectos de vida na agricultura. Tal como sobressai do depoimento de 28 jovens inquiridos (e, em particular, daqueles que claramente identificam a falta de políticas públicas direccionadas aos jovens agricultores como uma das principais razões que pode levar os jovens a abandonar a agricultura), o grande desafio para as políticas agrícola e de desenvolvimento rural reside na mudança das actuais políticas públicas dirigidas aos jovens, para que os mesmos se tornem agricultores. A criação de um ambiente que possibilite e assegure a execução dos projectos de vida dos jovens na agricultura (com o objectivo de facilitar aos mesmos o acesso às terras para cultivarem, às linhas de crédito para investirem, entre outras possibilidades) passa então a ser urgente e necessária.

### A mão-de-obra agrícola e os outros meios de produção

Consideremos, agora, a força de trabalho utilizada nas actividades agrícolas das explorações inquiridas. Como podemos observar no quadro abaixo estamos em presença de situações muito diversificadas. Das 90 explorações inquiridas, 28,89% empregavam mão-de-obra exclusivamente familiar, sendo que a totalidade dos trabalhos agrícolas é aí feita pelos membros do agregado doméstico do produtor; contra apenas 13,33% das explorações em que a totalidade dos trabalhos agrícolas é feita por pessoal eventual remunerado. Por outro lado, encontramos 26,67% de explorações em que a maior parte dos trabalhos agrícolas é feita por membros do agregado familiar do produtor, mas há pessoal remunerado. Em 31,11% delas a



maior parte dos trabalhos agrícolas é, no entanto, feita por pessoal permanente contratado, isto é por pessoal que não pertence à família do produtor.

**Quadro 30: Tipo de mão-de-obra utilizada nas explorações agrícolas, por classes de área.**

<b>Classes de área</b>	<b>Exclusivamente familiar</b>	<b>Familiar e Contratada</b>	<b>Não familiar permanente</b>	<b>Não familiar eventual</b>	<b>Total</b>
<b>Menos de 1 ha</b>	13	11	1	3	28
<b>De 1 a menos de 5 ha</b>	10	9	7	5	31
<b>De 5 a menos de 20 ha</b>	2	3	7	1	13
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	1	1	11	2	15
<b>De 50 ha ou mais</b>	0	0	2	1	3
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>12</b>	<b>90</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

O quadro acima apresentado mostra-nos ainda que existe uma relação muito estreita entre a dimensão da unidade produtiva e o tipo de mão-de-obra nela utilizado. Assim, à medida que a dimensão física (área total de exploração) aumenta, intensifica-se o recurso à contratação de mão-de-obra agrícola não familiar. Com efeito, se na quase totalidade das explorações de área mais reduzida (“menos de 1 hectare” e “de 1 a menos de 5 hectares”) o trabalho familiar com ou sem máquinas basta para manter a terra mais ou menos cultivada (isto é, em 43 explorações num total de 59), em explorações médias (13 explorações “de 5 a menos de 20 hectares” e 15 explorações “de 20 a menos de 50 hectares”) ou em grandes (3 explorações “de 50 hectares ou mais”) tal torna-se difícil, mesmo considerando uma maior intensificação do trabalho do chefe da exploração e de alguns membros do agregado familiar, como é o caso em 7 destas explorações inquiridas.

Para o ano agrícola 2007-2008, tanto quanto pudemos apurar, nas explorações de “menos de 1 hectare” e “de 1 a menos de 5 hectares” registaram-se 123 pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor (das quais 111 eram membros do agregado familiar do produtor agrícola e 12 outros familiares), desenvolvendo actividade na exploração. Em contrapartida, não pertencentes ao seu agregado familiar, contam-se apenas 14 indivíduos em regime de trabalho permanente e 15 em regime eventual. Este conjunto de 152 pessoas, evidencia que na estrutura familiar a maioria dos indivíduos contribui com trabalho. Nas restantes explorações, médias e grandes, a maior parte dos trabalhos agrícolas é feita por pessoal remunerado, perfazendo um total de 139 trabalhadores, sendo que a utilização de trabalhadores temporários é aqui muito significativa (de 102 eventuais contra 37 permanentes).

**Quadro 31: Mão-de-obra agrícola familiar utilizada nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Utilização de força de trabalho agrícola familiar	Total	a)	b)	c)	d)	e)
N.º total de membros do agregado familiar	134	72	39	20	3	0
N.º total de outros familiares	24	4	8	6	6	0
<b>Total, mão-de-obra agrícola familiar</b>	<b>158</b>	<b>76</b>	<b>47</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

**Quadro 32: Mão-de-obra agrícola contratada utilizada nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Contratação de mão-de-obra agrícola não familiar	Total	a)	b)	c)	d)	e)
N.º total de trabalhadores temporários	117	4	11	40	28	34
N.º total de trabalhadores permanentes	51	4	10	5	9	23
<b>Total, mão-de-obra agrícola contratada</b>	<b>168</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>45</b>	<b>37</b>	<b>57</b>

a) Explorações com "menos de 1 hectare"; b) Explorações "de 1 a menos de 5 hectares"; c) Explorações "de 5 a menos de 20 hectares"; d) Explorações "de 20 a menos de 50 hectares"; e) Explorações "de 50 hectares ou mais".

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Ficam, no entanto, por esclarecer aspectos tão importantes como a composição da população agrícola segundo o sexo, a actividade desempenhada por cada trabalhador agrícola familiar ou assalariado e o tempo de actividade nos trabalhos agrícolas da exploração ou, então, o tipo de remuneração auferida, dada a ausência de respostas a que os inquiridos, na sua grande maioria, de forma esquiva e sistemática sempre souberam evitar dar.

Quisemos, no entanto, saber se os agricultores consideravam rendível (ou não) utilizar mão-de-obra remunerada nos trabalhos agrícolas da exploração, isto é contratar pessoas que recebem uma remuneração por qualquer trabalho agrícola, podendo essa remuneração ser em dinheiro e/ou géneros. Contabilizando o número de respostas dadas à questão acima referida, podemos inferir que as opiniões se dividem: 57,78% dos inquiridos consideram-na rendível e os restantes 42,22% não.

**Quadro 33: Opinião sobre a rentabilidade do trabalho agrícola remunerado nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Sim	Principais razões para a rentabilidade	
Menos de 1 ha	4	Fazer face à falta de mão-de-obra familiar,	
De 1 ha a menos de 5 ha	19	com a contratação de trabalhadores permanentes	8
De 5 ha a menos de 20 ha	11	Impossibilidade total de mecanização dos trabalhos agrícolas	12
De 20 ha a menos de 50 ha	15	Diminuir os custos em mão-de-obra,	
De 50 ha ou mais	3	com a possibilidade de contratar em regime temporário	32
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>Total</b>	<b>57,78 %</b>
Classes de área	Não	Principais razões para a não rentabilidade	
Menos de 1 ha	24	Existência de culturas pouco rentáveis	6
De 1 ha a menos de 5 ha	12	Pequena dimensão física da generalidade das explorações	14
De 5 ha a menos de 20 ha	2	Valor excessivo a pagar pelo trabalho agrícola	18
De 20 ha a menos de 50 ha	0		
De 50 ha ou mais	0		
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>Total</b>	<b>42,22 %</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Os inquiridos que não consideram útil ou produtiva a utilização de trabalhadores assalariados nas actividades agrícolas pertencem a explorações com “menos de 1 hectare”, “de 1 a menos de 5 hectares” ou “de 5 a menos de 20 hectares”, apresentando como principais razões para a sua não rendibilidade, por um lado, a pequenez das suas explorações (14 inquiridos) e, por outro, o valor médio diário a pagar aos trabalhadores agrícolas, que consideram muito alto (18 inquiridos). Seis dos inquiridos referem ainda que as culturas pouco rentáveis, de escoamento difícil e preços não compensatórios, que se praticam na grande generalidade das pequenas explorações, tornam o recurso à mão-de-obra remunerada inviável.

Os inquiridos que consideram ser útil ou produtiva a utilização de trabalhadores assalariados, por sua vez, são maioritariamente detentores de explorações com 20 hectares ou mais, em que apenas 8,89% destes afirmam compensar a contratação de trabalhadores permanentes. Os restantes que totalizam 48,89% salientam, uns a importância do trabalho temporário que se prende na justificação da grande maioria com o carácter específico das produções que praticam, obrigando à necessidade sazonal de trabalhadores (32 inquiridos); enquanto que outros justificam a preferência pelo grande volume de produção e pela impossibilidade das máquinas agrícolas efectuarem todo o género de trabalho na exploração (12 inquiridos).

De qualquer das formas, independentemente da opinião sobre a rendibilidade do trabalho remunerado na agricultura, a grande maioria dos inquiridos (recorrendo ou não a trabalho temporário e/ou permanente) considera que o preço da mão-de-obra agrícola é, na região, muito elevado, que é cada vez mais difícil contratar pessoal para os trabalhos agrícolas e que a qualidade dos serviços prestados é, por sua vez, medíocre e as reivindicações bastante excessivas. Esta mesma interpretação detecta-se também na afirmação do presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal quando diz que: *“O problema do emprego agrícola é aqui, na nossa região, muito complexo. As grandes explorações que no passado assentavam no trabalho assalariado, começaram a recorrer às novas tecnologias como forma de incrementar a produtividade e a implantarem sistemas de produção mais intensivos, o que levou necessariamente à dispensa da maior parte dos trabalhadores assalariados. Estes recusam agora trabalhar mais de oito horas diárias e cinco dias por semana, bem como não querem efectuar os trabalhos mais pesados e ainda exigem comida e bebida por dia de trabalho”*. Como explicou, no distrito de Setúbal, *“(…) a maioria dos patrões agrícolas paga em média ao seu pessoal cerca de 15 euros por dia (para além da alimentação), o que é bastante mais do que há poucos anos. Alguns pagam menos, quando o trabalho não é especializado, mas nunca descem abaixo dos 8 euros, 10 euros por*

*trabalhador. O trabalho feminino é o menos valorizado e também menos utilizado”* (Depoimento do Sr. José Silvério).

Não obstante o aumento na paga de cada dia de trabalho, a maioria destes trabalhadores agrícolas não têm qualquer garantia de trabalho, recebe a jorna por cada dia de trabalho e não pela quantidade de trabalho feito, e prevalecem as situações de ausência de descontos para a caixa de previdência, assistência social, ou de pagamento de subsídios de férias e de Natal. Talvez, por isso, tenha sido tão difícil aos produtores agrícolas inquiridos que se encontram na situação de patrões/empregadores, com pessoal ao serviço, em abordar o assunto da mão-de-obra agrícola (remunerada) utilizada nas suas unidades produtivas, recusando-se mesmo a fornecer informação. De um modo geral, recorre-se cada vez mais a trabalhadores agrícolas que não são da área e, muito particularmente, aos imigrantes. Esta mudança observada é, segundo alguns dos nossos informantes, o reflexo de haver escassez de mão-de-obra agrícola local, pois as pessoas são atraídas pelo emprego na indústria, no comércio e nos serviços, com melhores condições de trabalho, remuneração e prestígio social.

De facto, como refere o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, *“em períodos de trabalho intenso, como é o caso da apanha da uva, a presença de mão-de-obra estrangeira é esmagadora, sobretudo de brasileiros, ucranianos, búlgaros e romenos”*. Quanto à presença de estrangeiros ilegais, diz-nos que: *“Como é muito difícil encontrar mão-de-obra na região, é natural que para a concretização de alguns trabalhos nas explorações os proprietários agrícolas contratem um ou outro imigrante sem papéis. Mas essa não é de todo a situação geral, as situações de ilegalidade estão controladas. Recentemente, houve até 3 casos de imigrantes que conseguiram regularizar a situação com a ajuda dos seus patrões”* (Depoimento do Sr. José Silvério).

Relativamente à utilização de meios mecanizados e de transporte e ao uso de meios de agro-processamento verifica-se que todos os produtores agrícolas inquiridos utilizam tractores, arados e charruas de tracção mecânica, camionetas, camiões, moto-cultivadores, moto-enxadas e moto-ceifeiras; menos de metade utilizam distribuidores de adubos e correctivos do solo, pulverizadores e polvilhadores de pesticidas, máquinas agrícolas variadas; e nenhum recorre à tracção animal. Como consequência da diferente estrutura e área das 90 explorações recenseadas, e embora nos últimos doze meses somente 87,77% dos inquiridos tenha utilizado meios de agro-processamento e que, ao todo, tenhamos apurado a existência de 162 (o que equivale a uma média de 1,8 máquinas agrícolas por exploração), há agricultores com três máquinas (51,11%), outros com apenas uma (22,22%) e outros ainda sem nenhuma (26,67%).

Alguns destes últimos agricultores tomam-nas preferencialmente de aluguer a particulares (21,11%) ou pedem emprestado a amigos e familiares (5,56%), pois consideram-nas imprescindíveis para o sucesso das suas produções.

O uso de meios mecanizados nos trabalhos agrícolas, e muito em particular o uso do tractor está bastante generalizado, sendo que 63 dos inquiridos utilizam tractores com menos de 55 cv e 25 utilizam tractores com 55 cv ou mais. Mas é igualmente muito vulgar a sua utilização inadequada, o que não impede, no entanto, os produtores agrícolas com explorações de menor dimensão de alimentarem o sonho de vir a adquirir um tractor, mesmo de menor potência que fosse. Para a generalidade deste tipo de agricultores (os que não possuem tractores e máquinas agrícolas, mas têm-nos alugados ou emprestados no curto período em que necessitam de lavrar a terra, de efectuar certos trabalhos) o principal benefício da aquisição desses equipamentos agrícolas seria acima de tudo o transporte de produtos das parcelas para a sede da exploração (15 inquiridos), o aumento da produtividade na exploração (7 inquiridos) e a dispensa de alguns dos trabalhadores agrícolas contratados (5 inquiridos), mas a permanente falta de capital é o maior entrave à sua aquisição. Por sua vez, aqueles agricultores que têm utilizado tractores, máquinas agrícolas e outros meios mecanizados e de transporte próprios nos trabalhos da exploração desejam a aquisição de novos e mais especializados. Desejo que 31 dos produtores agrícolas inquiridos justificam, primeiramente, pelo facto de possuírem explorações modernas e competitivas e, em segundo lugar, por apresentarem parcelas bem dimensionadas de modo a viabilizar o uso das máquinas que utilizam (13 explorações agrícolas são de dimensão média e 18 são grandes unidades produtivas).

**Quadro 34: Utilização de meios mecanizados, de transporte e de agro-processamento, nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Meios mecanizados de transporte		Meios de agro-processamento		Máquinas e outros equipamentos agrícolas				
	Sim	Não	Sim	Não	Total	próprios	aluguer	empréstimo	
Menos de 1 ha	28	0	23	5	50	1,8	18	10	3
De 1 a menos de 5 ha	31	0	25	6	43	1,4	17	9	5
De 5 a menos de 20 ha	13	0	13	0	18	1,4	13	0	0
De 20 a menos de 50 ha	15	0	15	0	45	2,1	15	0	0
De 50 a menos de 100 ha	3	0	3	0	6	3	3	0	0
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>79</b>	<b>11</b>	<b>162</b>	<b>1,8</b>	<b>66</b>	<b>19</b>	<b>5</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Na totalidade das explorações agrícolas analisadas, o total da superfície irrigável é superior ao total da superfície regada. E, na sua maior parte, a água para rega provém de cursos de água, de poços, de furos e, mais raramente, de represas particulares ou tanques. Quanto aos sistemas de rega utilizados é difícil uma generalização. Na maioria (53,33%) foi possível encontrar apenas um tipo de rega. No entanto, em 46,67% das explorações agrícolas utilizam-se, em simultâneo, vários tipos de rega, dos quais 22,22% são mais tradicionais e 24,44% mais modernos. A rega à mão com mangueira é frequentemente utilizada em explorações pequenas ou muito pequenas (quintais e hortas familiares), utilizada mais por comodidade do que por motivo económico. Muito usual é também a rega dita “de pé” que consiste em escavar regos na terra junto às culturas que recebem a água de canos ligados a bombas de água. E, ainda, a rega “abramar” que liberta livremente a água sobre o terreno, o que implica grande desperdício. Muito menos comuns são os sistemas de rega automatizados que permitem aumentar a eficiência do uso da água para rega: a rega por aspersão (com equipamento móvel ou com equipamento fixo) e a rega localizada (gota-a-gota ou por micro-aspersão) que se encontram, em geral, em explorações agrícolas de maior dimensão.

**Quadro 35: Utilização de sistemas de rega nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Sistemas de rega utilizados					
	Um	Rega tradicional	Rega automatizada	Vários	Rega tradicional	Rega automatizada
Menos de 1 ha	28	28	0	0	0	0
De 1 a menos de 5 ha	10	0	10	21	8	13
De 5 a menos de 20 ha	10	10	0	3	0	3
De 20 a menos de 50 ha	0	0	0	15	12	3
De 50 ha ou mais	0	0	0	3	0	3
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>38</b>	<b>10</b>	<b>42</b>	<b>20</b>	<b>22</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Dos sistemas de rega automatizados e, em particular, da rega localizada, um jovem empresário agrícola diz-nos que a opção pela introdução deste tipo de sistema de rega, apesar de implicar grandes investimentos iniciais, tornou-se compensador, já que *“proporciona maior poupança de água e de mão-de-obra, tornando também possível a ferti-irrigação e a não proliferação de infestantes”* (Alcides Henocho, produtor agrícola, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca).

### 2.5.3 Os sistemas de comercialização como problema estrutural

O mercado dos produtos agrícolas é, em regra, pouco elástico, mas o problema assume particular gravidade numa zona em que, segundo o Presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, “os circuitos de comercialização se tornaram exageradamente longos e em que as distorções são bastante acentuadas” (Depoimento do Presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, Sr. João Pinóia). Aspectos que a generalidade dos nossos informantes, responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento, atribui principalmente à falta de garantia de escoamento dos produtos e à oscilação dos preços na produção que, em geral, não acompanham a crescente e exagerada subida dos preços dos factores de produção, reflectindo-se na diminuta margem de lucro dos produtores agrícolas.

Tanto quanto podemos apurar, o destino dos produtos agrícolas a comercializar é na área Marateca/Poceirão diverso: o consumo da família, a oferta/troca com vizinhos, a transformação no seio da própria exploração agrícola, a venda directa ao consumidor (em que predomina a venda a particulares, amigos e entidades/organismos locais e regionais) e a venda a intermediários/retalhistas.

**Quadro 36: Destino dos produtos agrícolas produzidos na exploração, por classes de área.**

Classes de área	Auto-consumo	Oferta/Troca com vizinhos	Transformação na exploração	Venda directa ao consumidor	Venda a intermediário
Menos de 1 ha	14	3	0	2	0
De 1 a menos de 5 ha	12	3	3	11	4
De 5 a menos de 20 ha	11	2	2	24	13
De 20 a menos de 50 ha	8	2	1	9	26
De 50 ha ou mais	2	1	1	2	16
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>48</b>	<b>59</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

**Quadro 37: Percentagem de produtos agrícolas produzidos na exploração que comercializou, por classes de área.**

Classes de área	Não comercializou	Comercializou menos de 25%	De 25% a menos de 50%	De 50% a menos de 90%	Comercializou mais de 90%
Menos de 1 ha	2	12	9	5	0
De 1 a menos de 5 ha	2	16	10	3	0
De 5 a menos de 20 ha	0	2	2	8	1
De 20 a menos de 50 ha	0	3	2	9	1
De 50 a menos de 100 ha	0	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>5</b>

Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Da análise do quadro relativo ao destino dos produtos agrícolas produzidos na exploração, por classes de área, pode-se concluir que, no conjunto das 90 explorações recenseadas, as “ofertas” ou trocas com vizinhos e a transformação industrial de alguns dos produtos no seio da própria exploração agrícola, qualquer que seja a sua dimensão física, não têm grande significado no volume global da produção. O consumo familiar dos produtos alimentares tem particular importância em pequenas explorações agrícolas (“menos de 1 hectare” e “de 1 a menos de 5 hectares”), diminuindo à medida que consideramos explorações de maior dimensão. Assim, ao contrário do que ocorre na generalidade das pequenas explorações agrícolas locais (que na sua grande maioria comercializam menos de 25% da produção), a produção para venda torna-se claramente dominante nas explorações de maior dimensão, comercializando-se de 50% a menos de 90% da produção (em 17 do total das explorações médias, isto é “de 5 a menos de 20 hectares” e “de 20 a menos de 50 hectares”) ou 90% ou mais da produção (em 3 do total das explorações grandes, isto é “de 50 hectares ou mais”), dado o seu maior potencial para grandes volumes de produção (excedentes), normalmente associado à maior “modernização” e intensidade em factores de produção.

Em termos gerais, pode-se afirmar que prevalece o papel desempenhado pelos intermediários ditos de profissão, que formam como que uma classe (65,56% dos produtos agrícolas produzidos nas explorações recenseadas têm como destino a venda a intermediários/retalhistas). Este tipo de intermediários dedica-se exclusivamente à comercialização e movimenta por dia toneladas de produtos, predominantemente hortícolas, que se destinam quase na totalidade ao mercado nacional, com especial relevo para o mercado consumidor de Lisboa, seguindo-se em importância, Setúbal e Almada. Como diz o presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, “(...) *aos intermediários interessa que se produza tudo ao mesmo tempo, batatas, tomates, feijão, favas, ervilhas, couves, etc., o que leva à concorrência entre os próprios produtores*” (Depoimento do Sr. João Pinóia).

Apesar da grande dependência em relação aos intermediários, alguns agricultores têm tentado arranjar maneira de serem eles próprios a deslocarem-se aos mercados abastecedores (53,33%), o que obviamente lhes levanta dificuldades adicionais de tempo e de esforço. A venda directa ao consumidor nas localidades do concelho, respeita principalmente a chefes de exploração com pequenos excedentes que aí vendem directamente os produtos cultivados, devido às dificuldades económicas de deslocação para áreas mais afastadas, mas, sobretudo, à existência de uma clientela fixa bastante antiga (restaurantes, cantinas escolares, de serviços



públicos e de empresas privadas). Depois, outros são simultaneamente intermediários e pequenos agricultores, mas que mais tarde ou mais cedo acabarão por deixar a agricultura e tornar-se apenas intermediários pela maior facilidade de ganhar dinheiro. É exemplo, um jovem produtor agrícola, Nuno Margaço, de 31 anos, que actualmente dedica já menos de 10 horas por semana aos trabalhos agrícolas na exploração e que aposta na actividade de comercialização dos produtos cultivados localmente por outros agricultores, tendo para o efeito construído um armazém de revenda, para negócio, em Lagameças, na freguesia de Poceirão.

Paralelamente a estes sistemas de comercialização dos produtos agrícolas aparece o movimento cooperativo. No concelho de Palmela, destacam-se a Adega Cooperativa de Palmela e a Cooperativa Agrícola de Palmela. Para a primeira que garante a sobrevivência de 350 famílias de viticultores da área Marateca/Poceirão é encaminhada cerca de 12% da produção de uva do distrito de Setúbal. Para o Eng.º Agrónomo Luís de Oliveira, Membro da Direcção, este *“É um percentual relativamente grande”*, sendo que a Adega Cooperativa de Palmela *“Já deu melhores condições, pagando melhor as uvas”*. Recordando os anos excepcionais de 1999, 2000 e 2001 diz-nos que, *“A partir desta altura o sector vitivinícola entrou, digamos, em crise, à semelhança de todo o sector primário”*. E essa crise justifica-se pela pressão exercida pela vizinha Espanha, que foi fundamental neste processo de crise. Como explica: *“O sector agrícola há 7-8 anos atrás começou a sofrer uma pressão terrível dos espanhóis, quer na horticultura, na fruticultura ou na viticultura (...) e eles [os espanhóis] entraram no mercado português praticamente a perder dinheiro. Fizemos com que a nossa produção caísse. E hoje em dia são os espanhóis que comandam o mercado: o mercado dos produtos hortícolas é dominado pelos espanhóis, o mercado da fruta é dominado pelos espanhóis. No que concerne à vinha, a entrada dos espanhóis foi mais difícil, porque há uma tradição terrível do português (e ainda bem que é assim) de beber vinho português. Como é que os espanhóis entraram cá? Entraram pela via do vinho a granel. Eu posso dizer-lhe que o ano passado [ano de 2005], Espanha meteu em Portugal, cerca de 150 milhões de litros de vinho. O que quer dizer que cada português bebeu 15 litros de vinho espanhol. Como o português bebe em média 45 litros de vinho, em 2005 bebeu 30 litros de vinho português. (...) O vinho espanhol entra em Portugal a granel, depois é embalado. É, actualmente, de qualidade e também mais barato do que o vinho que nós produzimos aqui na Adega. Eu para aguentar os produtores aqui do concelho, tenho de pagar as uvas a 30 céntimos, se pagar menos a vitivinicultura cai, entra em crise. E os espanhóis sem grandes dificuldades conseguem meter cá vinho tinto, e também vinho branco, de boa qualidade, a menos de 30 céntimos”* (Depoimento do Eng.º Agrónomo Luís de Oliveira). Abundam, no entanto, as pequenas adegas familiares onde se guarda o vinho envasilhado para venda e algumas “grandes casas”

que continuam a possuir adegas de que se prezam, por manterem determinadas qualidades vinícolas.

A segunda, a Cooperativa Agrícola de Palmela, recebe desde a sua criação, em Abril de 1969, os produtos frutícolas e, mais recentemente, os hortícolas dos seus associados<sup>82</sup>. Trata-os, conserva-os e comercializa-os no mercado nacional. A Cooperativa Agrícola de Palmela que não detém o monopólio destes produtos (porque “*muito disputados pelos intermediários*”) assegura, no entanto, a defesa dos preços, ainda que de uma forma indirecta. Mas, a divisão da comercialização dos mesmos produtos leva à concorrência entre os intermediários e a cooperativa. Como esta também tem, segundo o actual presidente, os seus problemas e algumas fraquezas, o agricultor fica muitas vezes indeciso no acto da venda. Assim, necessitado e individualista, cede frequentemente à pressão do intermediário quando as condições deste são mais vantajosas e recorre à cooperativa em períodos de crise, procurando os benefícios de ser sócio, mas rejeitando os custos que toma invariavelmente por prejuízos.

Contudo, e apesar das dificuldades levar ao recurso quase generalizado a intermediários e em alguns casos a um individualismo exagerado relacionado com a concorrência num mercado estreito e deformado, a ideia de cooperativismo apresenta uma certa implantação entre os produtores agrícolas inquiridos. Não tanto pelo “ideal cooperativista” que advoga o princípio cooperativo como meio de progresso socialista e decadência do capitalismo, mas mais como uma resposta eficaz aos principais problemas a enfrentar derivados da deficiente organização dos sistemas de comercialização. Assim, um produtor agrícola de 55 anos, que explora as terras, propriedade da família da mulher, que o sogro comprou há cerca de vinte anos, defende como uma saída possível a associação de todos os agricultores em cooperativa: “*Os grandes produtores agrícolas têm uma estrutura muito forte, a CAP. Os pequenos e médios agricultores se fossem espertos agrupavam-se todos em cooperativa. Só cooperando uns com os outros, trabalhando em comum, é que podemos reivindicar os nossos direitos. Sozinhos nada conseguimos, não temos poder reivindicativo*” (Depoimento de um produtor agrícola, 55 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). Nas palavras de um outro produtor agrícola: “*É preciso lutar por uma cooperativa bem dirigida que possa apoiar muito e verdadeiramente os seus associados. Por exemplo, na colocação dos produtos no mercado (...), na conservação dos produtos em sistemas de frio (...). Mas, particularmente, na obtenção de factores de produção, de fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, etc. Estes, devido ao acréscimo constante*

---

<sup>82</sup> O número de associados da Cooperativa Agrícola de Palmela ronda hoje os 1400, “*dos quais cerca de 120 sensivelmente exercem actividade agrícola nas freguesias de Marateca e Poceirão*” (Depoimento do Sr. João Pinóia).

*dos preços, já de si muito elevados, continuam a subir sem parar. E em associações e cooperativas, o agricultor pode adquiri-los a preços mais baixos, quase pelo preço do custo, e em boas condições*” (Depoimento de um produtor agrícola, 36 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão). Um viticultor, sócio da Adega Cooperativa de Palmela, cuja superfície total da sua exploração se estende por mais do que uma freguesia, de Poceirão e ainda de Marateca, refere do seguinte modo as vantagens que daí lhe advêm: *“ser sócio permite-me o escoamento garantido das uvas que produzo e também obter preços à produção mais vantajosos do que os praticados fora da Adega*” (Depoimento de um viticultor, 65 anos, lugar de Agualva de Cima, freguesia de Poceirão).

Precisando um pouco mais o circuito de comercialização dos produtos agrícolas, saliente-se a sua complexidade. Embora a venda a intermediários seja mais frequentemente praticada por chefes de exploração com 20 hectares ou mais (12, num total de 18 indivíduos), existe um elevado número de produtores agrícolas cuja dimensão da exploração é inferior àquela área, ou seja “de 5 a menos de 20 hectares”, que recorre também a intermediários (10, num total de 13 indivíduos). Este facto é, na maioria dos casos, tido como bastante prejudicial porque o preço pago à produção pelo intermediário é bastante baixo. No caso das maçãs riscadinhas e camoesas, por exemplo, o produtor vende a 0,30 €/kg, enquanto o consumidor paga, em média, 1,60 €/kg por elas. Segundo nos disse o actual Presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, alguns agricultores chegam ao ponto de não fazerem a colheita de parte da produção: *“Muitos dos agricultores não estão a aguentar e têm vindo, em número cada vez maior, a abandonar a agricultura. Penso que muitos mais acabarão, em breve, por abandonar a agricultura. (...) O melhor conselho que eu posso dar aos agricultores é dizer que façam com que as explorações sejam consentâneas, de acordo, com aquilo que é previsível dentro da economia de mercado, que nunca gastem mais do que aquilo que tenham possibilidades de poder vender. E que, enfim, não se entreguem a intermediários por dá cá aquela palha. (...) Não fazer coisas desajustadas às necessidades actuais do consumidor, de quem consome os produtos que eles produzem, é também fundamental. Procurem os conselhos de pessoas formadas e informadas, porque é cada vez mais impossível dizer: vou produzir maçãs, pêseços e figos, vou plantar couves e depois não proceder à colheita de grande parte das produções porque não as conseguem vender. Quando se faz uma plantação, seja daquilo que for, temos que já ter garantido o escoamento. Se não tiver já garantido o valor da produção, pelo menos que tenham a garantia do escoamento do produto*” (Depoimento do Sr. João Pinóia).

Para o Sr. Pinóia este procedimento é, deveras, muito importante. E explica-nos porquê: *“Este ano a Cooperativa quadruplicou o volume de vendas de produtos hortícolas relativamente aos valores do ano passado. A diferença de valores deve-se, julgo eu, ao facto dos agricultores terem percebido a*

*importância de se fazer uma agricultura dirigida. (...) a Cooperativa, que não tem um passado de hortícolas, conseguiu dirigir a produção dos seus associados, com reais benefícios para todos. Havia algum mercado e, portanto, estava quase que garantido o escoamento dos produtos. Apostámos, ganhámos. Mas, o que é de realçar é que, desta forma, consegue-se garantir que os agricultores recebam pela sua produção. Não sabem quanto vão receber, mas recebem. Assim, quando o agricultor chega aqui, no início do ano agrícola, nós dizemos-lhe: este ano, e foi tal e qual como se passou, programámos as nossas acções para termos produtos específicos para abastecer o mercado local e regional, na quadra natalícia. E os agricultores sabendo disto, dirigiram as suas produções para os objectivos propostos pela Cooperativa. Tudo correu bem”* (Depoimento do Sr. João Pinóia). Mas esta é uma situação que não é generalizável a todos os agricultores<sup>83</sup>, já que uma grande maioria (77,78%) se mostrou insatisfeita com os circuitos de comercialização (23,33% pouco satisfeita e 54,44% nada satisfeita) referindo repetidas vezes ter grandes problemas em vender a produção a preços compensatórios. Estes são, normalmente, produtores agrícolas que optaram pela venda directa ao consumidor ou, em menor escala, pela venda directa ao intermediário/retalhista e deste ao consumidor, que possuem explorações pouco modernas e com produções pouco valorizadas.

**Quadro 38:**

**Grau de satisfação com os circuitos de comercialização dos produtos produzidos na exploração, por classes de área.**

<b>Classes de área</b>	<b>Muito Satisfeito</b>	<b>Satisfeito</b>	<b>Pouco Satisfeito</b>	<b>Nada Satisfeito</b>
<b>Menos de 1 ha</b>	2	3	3	20
<b>De 1 a menos de 5 ha</b>	0	4	9	18
<b>De 5 a menos de 20 ha</b>	0	4	3	6
<b>De 20 a menos de 50 ha</b>	3	3	4	5
<b>De 50 ha ou mais</b>	0	1	2	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>21</b>	<b>49</b>

**Fonte:** Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Por outras palavras, são aqueles agricultores que, como diria o Sr. João Pinóia: “(...) ainda não perceberam que antes de fazer a cultura devem perguntar sobre o que devem cultivar” e que “(...) chegam aqui e dizem, como é frequente, Sr. Pinóia está aqui um carregamento de qualquer coisa, e eu não posso garantir o escoamento, a comercialização desse produto. Ao contrário dos outros que mostram uma certa preocupação em seguir aquilo que nós dizemos, estes agricultores fazem como querem, quanto querem e o que querem. Depois tentam vender aqui, ali, através de todos os mecanismos, inclusive daqueles onde não há IVA, não há facturas, não há nada. E, desta forma, estão a ser concorrentes da própria Cooperativa, porque não se

<sup>83</sup> De facto, apenas 22,22% dos produtores agrícolas inquiridos se mostrou “satisfeito” com os circuitos de comercialização, dos quais 5,56% “muito satisfeito”.

*orientam pela exclusividade. E quando não conseguem vender? Casos há que chegam aqui, em desespero, querem deixar o produto e temos que lhes dizer que não, que não estamos a precisar”* (Depoimento do Sr. João Pinóia).

Para o presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, nos últimos anos, a comercialização dos produtos da actividade agrícola tem sido grandemente limitada, entre outros factores, pelo “carácter anárquico e artesanal do mercado português” e pelas “dificuldades inerentes à inexistência de uma rede nacional de transportes adaptada à perecibilidade dos produtos”. A estas condições desfavoráveis associam-se ainda “a saturação do mercado nacional” e “a penetração extremamente difícil no mercado internacional” (Depoimento do Sr. José Silvério). Assim, para o Sr. José Silvério que responsabiliza, acima de tudo, os organismos oficiais que deveriam interferir (e não intervêm) no sector agrícola através de uma actuação mais virada para os interesses dos agricultores da Península de Setúbal, é então urgente, por um lado, “*a definição de uma política agrícola capaz de planificar e diversificar a produção evitando-se, desta forma, a saturação do mercado nacional*” e, por outro lado, “*o controlo dos circuitos de comercialização e a diversificação e alargamento dos mercados mesmo para o exterior, com o apoio de uma rede de frio eficaz e acessível a todos os agricultores que trabalham no sector das frutas e dos legumes e, ainda, de novas unidades de transformação dos produtos agrícolas*” (Depoimento do Sr. José Silvério).

Mas, a situação desfavorável do mercado nacional dos produtos agrícolas e, muito em particular, das frutas e dos legumes, embora podendo ser ultrapassada como diz por “*uma melhor disciplina dos mercados internos*” e com “*uma conquista dos mercados externos*”, não parece ter, num futuro próximo, a resolução conveniente: “*No sábado passado [primeiro sábado do mês de Dezembro de 2006] estivemos no Congresso da Lavoura, em Vila Nova de Famalicão, para se debater os problemas da agricultura nacional, onde esteve o Ministro da Agricultura e outros responsáveis do nosso país. A Câmara Municipal de Palmela emprestou um autocarro. Nós alugámos também um autocarro. E, assim, foi possível levar a Famalicão alguns dos nossos agricultores, que de outra forma não tinham possibilidades de lá ir. Mas para ouvir o quê? Ouvir dizer mentiras, tais como «produzam, produzam, que o que nós queremos é dar dinheiro para se produzir cada vez melhor». Os responsáveis pela agricultura em Portugal não foram capazes de dizer «produzam, produzam, há pouco dinheiro, mas produzam que o Estado compra o produto, as frutas, os legumes, os cereais, ou arranja vias de escoamento para esses produtos (...)». Isso sim, era o que os agricultores queriam ouvir dizer. Porque para produzir e deitar fora, não vale a pena produzir*” (Depoimento do Sr. José Silvério).

É, no entanto, pertinente questionar se não poderão os agricultores ter uma palavra a dizer na resolução deste problema específico? Para uns poucos, é natural que sim. Como bem nota a coordenadora/responsável GAL/LEADER+: “*se perderem o excessivo individualismo*” que geralmente os caracteriza, e “*se recorrerem a novas formas de cooperação, de trabalho em conjunto*”, será então possível, em simultâneo, reforçar a capacidade empreendedora dos agricultores e estimular a produção local (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). Para outros, esta é uma questão que parece ainda remota. De ressaltar o que nesta matéria nos foi referido pelo Chefe de Departamento da Secção de Formação da Cooperativa Agrícola de Palmela, que “*até para pagarem a cota anual de 100 € é necessário impor sanções aos agricultores e facilitar-lhes o pagamento em prestações*”, apesar de assim, como sócios, poderem beneficiar para além dos serviços de sensibilização, informação e formação profissional, da compra dos factores de produção a preços mais reduzidos, quase pelo preço do custo, e terem um meio eficaz de escoamento dos seus produtos (Depoimento do Eng.<sup>o</sup> Agrónomo Francisco Ribeiro).

Convirá reforçar, aqui, que este meio de escoamento dos produtos agrícolas, que constitui algo de aliciante para os agricultores, resulta de um trabalho intenso que consiste por parte da Cooperativa Agrícola de Palmela em operar, geralmente, comprando em grande quantidade e em negociar permanentemente uma melhor margem de manobra, sem intermediários. Por essa via, “*(...) temos já contratos com o Intermarché de Palmela e o de Pinhal Novo. Trabalhamos também com o Jumbo de Setúbal. E há cerca de um mês, aproximadamente, estamos a fornecer o Jumbo de Almada. (...) A Cooperativa apenas cobra o custo de manuseamento e de entrega dos produtos. Acontece, porém, que quando temos em armazém produtos em excesso, mas esse excesso não é suficiente para procurarmos as grandes unidades comerciais, tentamos rentabilizá-lo recorrendo então a um ou outro intermediário a operar na zona*” (Depoimento do Sr. João Pinóia).

De acordo com um membro do Conselho Fiscal da Associação de Apoio aos Pequenos Agricultores de Poceirão, é extremamente difícil modificar os circuitos de comercialização em pequena escala. Estes, mesmo na hipótese de abrangerem todo o sector dos produtos hortícolas e frutícolas, não se irão alterar previsível e substancialmente nos próximos tempos. Isto é, “*não iremos encontrar melhoras de vulto nesta matéria, se não se avançar para reestruturações profundas no sector. Estas têm de ser determinadas por níveis hierárquicos ligados ao poder central que ultrapassem o simples agricultor individual ou as suas organizações que geralmente operam apenas a nível local e, por vezes, regionalmente*” (Depoimento do Sr. José Braz Pinto).

Registe-se, todavia, o que dois produtores agrícolas apontam como soluções concretas para a resolução do problema relativo ao processo de comercialização/escoamento da produção, embora mais viradas para a competitividade e posição nos mercados. Um refere que, “(...) a solução está muito nas mãos dos produtores agrícolas, mas quando estes quiserem seguir o caminho das produções de qualidade, com carácter inovador ou com características excepcionais, que possam distinguir e valorizar as suas produções nos diferentes mercados (local, nacional e internacional)”, apontando mesmo o desejo de conjuntamente com outros agricultores locais, vir a disponibilizar no mercado um produto com características definidas e, tanto quanto possível, únicas, que permitam a sua comercialização sob uma designação registada (Depoimento de um produtor agrícola, 34 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca). Transcreva-se também um pequeno excerto do depoimento do outro agricultor já aposentado, da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, onde trabalhou como técnico superior na área da formação profissional agrícola, e que se dedica desde 2000 à Agricultura Biológica na sua Quinta “Verdes Anos”, com cerca de 4 hectares: “Primeiro, a ideia é conseguir localmente a adesão de um conjunto mais ou menos alargado de produtores agrícolas (de preferência com alguma sensibilidade para a agricultura biológica) para a produção agrícola conjunta conforme regras amigas do ambiente e a serem seguidas integralmente por todos. Depois, os produtos seriam comercializados pelos próprios produtores, por exemplo, numa cooperativa de produtores biológicos, certificados ou não, a criar aqui na nossa região e a partir dela seriam também distribuídos pelos principais centros urbanos do país” (Depoimento de um agricultor biológico, não certificado, 68 anos, lugar de Fernando Pó, freguesia de Marateca).

#### 2.5.4 O aumento dos problemas ambientais ligados a más práticas agrícolas

A maior parte dos alimentos produzidos a nível mundial é obtida em sistemas de produção intensivos, o que tem contribuído para o aparecimento e desenvolvimento de problemas ambientais, como sejam, por exemplo, o teor elevado de nitratos nas águas, os resíduos de pesticidas, a erosão e degradação dos solos e a redução da biodiversidade. Não podemos esquecer ainda as alterações climáticas que se têm vindo a observar e que, embora tenham a ver com a produção de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) ao nível de todos os sectores da sociedade, estão também relacionadas com a agricultura, quer ao nível da produção de metano (CH<sub>4</sub>) nas explorações pecuárias, quer através do consumo de energias fósseis, poluentes e não renováveis. É neste contexto que se acentua a necessidade da sustentabilidade na agricultura

que se enquadram as acções de informação, sensibilização, formação e acompanhamento técnico em torno de práticas agrícolas sustentáveis levadas a efeito pela PD EQUAL na área Marateca/Poceirão.

Vários conceitos existem hoje a propósito de uma agricultura sustentável ou tida como tal. Para Barros e Ramos (2003, p. 13), as alternativas ao modelo de agricultura intensiva dominante vão desde os que apostam na continuidade do modelo intensivo actual, melhorado com a introdução de algumas considerações ambientais, que resultam quase sempre em constrangimentos para a produção, até aos que rompem decididamente com ele no que respeita aos itinerários técnicos e/ou à organização das explorações agrícolas. Na agricultura biológica são, por um lado, realçados os recursos naturais e a sua gestão fundamenta-se na reconstituição permanente da fracção viva do solo, procurando equilibrar a biosfera graças à presença de húmus, recorrendo para o efeito a rotações plurianuais, à incorporação de estrumes orgânicos, à utilização de fertilizantes pouco solúveis, etc. Por outro lado, a questão ética é também uma preocupação da agricultura biológica através da formulação de objectivos ecológicos (erosão, bem estar animal, reciclagem), de objectivos socio-económicos (emprego, solidariedade, cooperação) e de objectivos económicos (preços equitativos, dimensão humana das empresas e distribuição de proximidade). É este tipo de agricultura que a PD EQUAL do Projecto IDEIAS tem vindo a difundir na área Marateca/Poceirão<sup>84</sup>.

Na acta de uma reunião alargada de parceiros, Fevereiro de 2005, em que se discutiu o tema das normas técnicas e práticas para uma agricultura sustentável, lê-se: “(…), a coordenadora/responsável pela entidade com protocolo de colaboração e-Geo, da FCSH/UNL, Prof. Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Firmino, interveio para lembrar que a principal consideração sobre os impactos negativos das actuais práticas agrícolas a retirar é a de que elas implicam criar condições para a prática de uma agricultura

---

<sup>84</sup> Aqui, um dos principais impactes ambientais negativos é a poluição agrícola resultante da produção vegetal. As principais fontes de poluição são o uso massivo de pesticidas de síntese que, na sua grande maioria, são tóxicos para a fauna útil (é o caso dos insectos auxiliares como as joaninhas), para o ambiente em geral e para o homem em particular, cuja aplicação pode levar à contaminação do solo, da água (subterrânea e superficial) e dos alimentos; e a utilização excessiva de adubos químicos, em particular os azotados, de elevada solubilidade em água, com consequente lixiviação para as águas subterrâneas e absorção excessiva pelas culturas, resultando no aumento do teor de nitratos nessas águas e nos legumes de folha e raiz. Evidentemente que o nível de utilização destes factores de produção potencialmente poluentes varia com o tipo de cultura. Outro impacto ambiental negativo é a poluição resultante da produção animal, nomeadamente de resíduos orgânicos, estrume e chorume, com a qual actualmente se debatem os profissionais do sector agro-pecuário, sobretudo aqueles que se dedicam à criação mais intensiva de animais, em geral em sistemas de pecuária sem terra (animais estabulados ou inexistência de produção forrageira na exploração) e que compreende uma enorme quantidade de efluentes sólidos e líquidos: como a de suínos de engorda e porcas reprodutoras, de ovinos e caprinos, de bovinos para engorda e criação e de vacas leiteiras. A produção de coelhas reprodutoras, de frangos de carne e de galinhas poedeiras é também de elevado risco pela concentração de azoto nos respectivos excrementos, embora não tanto como nas produções animais anteriores.



*biológica. Todos os parceiros estão de acordo que esta exige uma acção ambiciosa a diferentes níveis de actuação: primeiro a partir da divulgação de informação e sensibilização dos produtores agrícolas, depois com base na sua formação profissional, incluindo aulas práticas, no acompanhamento técnico e, por fim, iniciando o processo de reconversão das produções ditas convencionais em produção biológica”.* Ficou acordado que o arranque dos trabalhos no terreno dar-se-ia em Junho de 2005. Foram ali consideradas como principais áreas de intervenção e de transformação das práticas agrícolas ditas convencionais as seguintes: a) a gestão de prevenção dos riscos de poluição causada ou induzida pelos trabalhos agrícolas, considerando-se a utilização de produtos fitofarmacêuticos e de fertilizantes; b) a gestão dos resíduos produzidos na exploração agrícola; c) a gestão de conservação dos recursos naturais (solo e água); d) a gestão de protecção da biodiversidade e da paisagem natural. Delas daremos conta mais adiante, na subsecção com o título “Exploração agrícola e práticas de gestão amigas do ambiente”.

## 2.6 O enquadramento nos espaços rurais do continente português

O nosso objectivo não é, aqui, o de classificar a área de estudo em espaço “rural” ou espaço “urbano”, que cada vez tem menos sentido e utilidade. Mas, antes, proceder ao seu enquadramento nos espaços rurais do continente português. Estes caracterizam-se hoje por uma enorme diversidade e especificidade de situações, desde as áreas rurais remotas, onde se contam alguns dos territórios de fronteira, com problemas de despovoamento e acentuado declínio socio-económico, até às áreas rurais periurbanas sujeitas a uma pressão crescente dos centros urbanos vizinhos. Um dos principais problemas levantados pela discussão da periurbanização (ou do crescimento de áreas rurais que podem vir a adquirir características urbanas) é a dificuldade cada vez maior de se identificar e delimitar, a partir de critérios tradicionais, categorias analíticas como “rural” e “urbano”, uma vez que as fronteiras tornam-se menos visíveis porque diluídas por novas formas de uso e ocupação do solo em áreas periurbanas. Numa primeira aproximação, poder-se-á dizer que um território periurbano é um território que antigamente era tradicionalmente ligado a actividades agrícolas e no qual agora o uso agrícola tem de competir, cada vez mais, com outros usos do solo, principalmente com a indústria ou, ainda, com as ocupações residenciais. As fronteiras que antes dividiam com relativo grau de certeza os espaços rurais dos espaços urbanos estão, desta forma, cada vez mais indefinidas e fluidas.

A ideia de que a delimitação do rural e urbano no território é tarefa muito difícil e, em qualquer caso, não isenta de críticas está presente em Gaspar (1986, p. 18) que, no seu trabalho *“Portugal – Os próximos 20 anos. A ocupação e a organização do território. Retrospectiva e tendências”*, alertava já para o facto de ser cada vez mais penoso individualizar povoamento rural e povoamento urbano, pois só em determinadas regiões e para situações bem caracterizadas é possível estabelecer uma fronteira nítida. No entanto, no plano operativo, o critério estatístico de delimitação do urbano (ou de *“individualização do fenómeno urbano”*) utilizado pelo autor foi o de considerar como urbanos todos os concelhos que reunissem pelo menos uma das seguintes condições: ter um centro urbano, capital de distrito ou aglomeração com mais de 10.000 habitantes; ter uma densidade populacional superior a 100 habitantes por Km<sup>2</sup> e menos de 20% da população activa na agricultura. Da aplicação deste critério aos dados censitários de 1981 resulta um mapa das regiões e concelhos urbanos em Portugal continental, em que Palmela (cujo limite está assinalado a vermelho) inserida numa região tipicamente urbana é ainda um concelho rural (ver figura 10).

Todavia, é crescente a convicção de que as zonas territoriais intermédias ao campo e à cidade não são meras zonas de transição, mas que correspondem cada vez mais a uma realidade específica, cujas principais características são a localização difusa da função residencial e das actividades económicas, as vantagens em relação à acessibilidade, os custos do solo e a qualidade ambiental. No final da década de 1990, o Conselho Superior de Estatística (órgão máximo do Sistema Estatístico Nacional) aprovou a Tipologia de Áreas Urbanas para fins estatísticos, definida pelo INE e pela DGOTDU que, ao nível da freguesia, correspondia a “áreas predominantemente urbanas” (APU), “áreas mediantemente urbanas” (AMU) ou “áreas predominantemente rurais” (APR).

Assim, ao nível mais baixo da divisão administrativa do território português, surgem as freguesias rurais que podem ser assimiladas às correspondentes à classificação de “predominantemente rurais” (que possuam uma densidade populacional inferior a 100 habitantes/Km<sup>2</sup> ou que não integram lugares com pelo menos 2.000 habitantes e desde que não façam parte de sedes de concelho), ou, então, identificadas com as freguesias classificadas como “mediantemente urbanas” (que integram *“as freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana”* e as *“freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana”*) (INE/DGOTDU, 1999, p. 13). As áreas “predominantemente urbanas” integram, por sua vez, as seguintes quatro situações: a) freguesias urbanas (entendidas como aquelas que

possuam densidade populacional superior a 500 habitantes/Km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior a 5.000 habitantes); b) freguesias semi-urbanas (entendidas como freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 habitantes/Km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 habitantes/Km<sup>2</sup> ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana segundo critérios de funcionalidade/planeamento<sup>85</sup>; c) freguesias semi-urbanas que constituem por si só áreas predominantemente urbanas segundo critérios de funcionalidade/planeamento; d) freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5.000 habitantes (INE/DGOTDU, 1999, p. 12).

Da aplicação da tipologia de áreas urbanas aos dados censitários de 1991 (ver Quadro 39) verifica-se que, no continente português, sensivelmente metade das freguesias (isto é, 2.000 num total de 4.005) eram “predominantemente rurais”, ocupavam 62,92% do território e nelas residia somente 15,54% da população. As freguesias “mediamente urbanas”, que totalizam 1.044, representavam 26,07% do total, detinham 18,65% do território e 16,45% da população. As freguesias “predominantemente urbanas” eram apenas 961, o que equivalia a 23,99% do total das freguesias, ocupavam 18,43% do território e nelas residia a maior parte da população (68,00% do efectivo populacional).

**Quadro 39: APR, AMU e APU por número de freguesia, área em Km<sup>2</sup> e população residente em 1991.**

**Portugal continental, NUTS II e NUT III Península de Setúbal.**

Unidade Territorial	N.º de freguesias		Área (em Km <sup>2</sup> )		População residente, 1991 (em %)
<b>Portugal continental</b>	<b>4.005</b>	<b>100,00</b>	<b>88.797,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	2.000	49,94	55.868,00	62,92	15,54
AMU	1.044	26,07	16.563,00	18,65	16,45
APU	961	24,00	16.366,00	18,43	68,01
<b>Região Norte</b>	<b>2.023</b>	<b>100,00</b>	<b>21.278,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	861	42,56	14.403,00	67,69	12,27
AMU	678	33,51	4.464,00	20,98	23,52
APU	484	23,92	2.411,00	11,33	64,21
<b>Região Centro</b>	<b>1.105</b>	<b>100,00</b>	<b>23.668,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	728	65,88	16.106,00	68,05	31,28
AMU	198	17,92	4.273,00	18,05	20,79
APU	179	16,20	3.289,00	13,90	47,93

<sup>85</sup> Os critérios de funcionalidade/planeamento tidos em conta foram: a taxa de variação da população residente e do número de alojamentos entre 1981 e 1991, a ocupação sazonal dos alojamentos, a categoria administrativa das freguesias e as propostas dos PDM ratificados e dos PROT aprovados.

<b>Região Lisboa</b>	<b>512</b>	<b>100,00</b>	<b>11.931,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	167	32,62	5.852,00	49,05	6,91
AMU	117	22,85	1.860,00	15,59	7,20
APU	228	44,53	4.219,00	35,36	85,88
<b>Região Alentejo</b>	<b>289</b>	<b>100,00</b>	<b>26.931,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	210	72,66	16.770,00	62,27	37,71
AMU	36	12,46	5.255,00	19,51	16,68
APU	43	14,88	4.906,00	18,22	45,60
<b>Região Algarve</b>	<b>76</b>	<b>100,00</b>	<b>4.988,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	34	44,74	2.737,00	54,87	17,47
AMU	15	19,74	711,00	14,25	11,67
APU	27	35,53	1.540,00	30,87	70,86
<b>Península de Setúbal – NUT III</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	<b>1.581,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
APR	6	10,71	581,32	36,77	2,29
AMU	8	14,29	68,10	4,31	2,31
APU	42	75,00	931,58	58,92	95,40

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1999), Indicadores Urbanos do Continente. Lisboa: INE/DGOTDU.

Importa ainda salientar que a distribuição territorial das freguesias classificadas como “predominantemente rurais” e como “mediamente urbanas” se encontrava em toda a extensão do território português continental, não existindo nenhuma região, NUT II, ou até mesmo NUT III, onde não houvesse estes dois tipos de freguesias. No caso particular da Península de Setúbal verifica-se que, num total de 56 freguesias, oito (14,29%) recaiam na classificação de “mediamente urbanas” e apenas seis (10,71%) na classificação de “predominantemente rurais”, contabilizando-se portanto no total 14 freguesias rurais. No seu conjunto, estas ocupavam 41,08% do território e nelas residia, em 1991, somente 4,60% da população regional. Quanto às áreas “predominantemente urbanas”, estas representavam 75,00% do total das freguesias da Península de Setúbal, detinham 58,92% do território e 95,40% da população. No território municipal de Palmela, as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo eram já, em 1999, classificadas de áreas “predominantemente urbanas” e as restantes, Marateca e Poceirão, como áreas “predominantemente rurais” (INE/DGOTDU, 1999, p. 66).

É no entanto forçoso reconhecer que as freguesias rurais consideradas para o programa LEADER+, período 2000-2006, representam mais do que aquela junção (definida nos termos da Tipologia de Áreas Urbanas pelo INE/DGOTDU), tendo sido apuradas com base em critérios mais complexos, flexíveis e participados. Esta intervenção comunitária, que se constitui como fortemente dinamizadora da criação e desenvolvimento de competências locais, aplica-se a territórios rurais e de pequena dimensão (a população destes territórios não deverá exceder 100.000 habitantes em zonas de maior densidade populacional, na ordem dos 120 habitantes/km<sup>2</sup>, nem ser inferior a 10.000 habitantes), formando um conjunto homogéneo

do ponto de vista físico, económico e social. De acordo com o documento produzido pelo IDRHa (2000, p. 16), os critérios que presidiram à delimitação das manchas (ou zonas territoriais) em cada região portuguesa de aplicação da abordagem LEADER relacionavam-se fundamentalmente com factores de natureza geográfica, demográfica e económica, tendo ainda em conta os recursos existentes, as dinâmicas sociais e o grau de maturidade e concertação estratégica dos agentes locais, com níveis de preponderância diversa em cada região face à heterogeneidade do território nacional e às estratégias de desenvolvimento diferenciadas que a mesma implica.

A implementação da abordagem LEADER foi realizada através de um convite público, para apresentação dos Grupos de Acção Local (GAL) e respectivos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) para o território que identificavam como sua área de intervenção. Atendendo a que o processo de selecção dos planos de desenvolvimento local a apoiar (e, por consequência, a selecção dos GAL) pressupõe um enquadramento territorial que obedeça aos princípios e objectivos inscritos nas orientações relativas ao LEADER+, o grupo de trabalho do MADRP optou então por consultar as Direcções Regionais de Agricultura e envolver os parceiros económicos e sociais na análise e decisão sobre quais as zonas rurais que deveriam beneficiar das ajudas do referido programa. Desta forma, foram definidos planos de enquadramento regional do programa, onde constam manchas territoriais, de dimensão variável, que viriam a enquadrar uma ou mais do que uma zona de intervenção LEADER+ sob a responsabilidade de um GAL. Em Portugal, puderam beneficiar da abordagem LEADER todas as regiões agrárias, com excepção dos centros urbanos com mais de 15.000 habitantes. No caso particular da Região Agrária do Ribatejo e Oeste consideraram-se, na então proposta de Programa Nacional LEADER+ (2000, p. 33), seis manchas territoriais: duas zonas, a de Oeste e a de Península de Setúbal (onde Palmela aparece como um dos concelhos cujo território está maioritariamente incluído na intervenção LEADER+, com exclusão do núcleo urbano de Pinhal Novo) e quatro subzonas decorrentes da delimitação física que os cursos dos rios Tejo e Zêzere definem, correspondendo ao Ribatejo Centro, Charneca Ribatejana, Ribatejo Norte e Ribatejo Interior.

Aponte-se, desde já, que na Península de Setúbal a iniciativa da elaboração de um PDL partiu de um grupo de onze entidades, públicas e privadas, representativas das populações e dos produtores locais, que se constituíram em GAL e simultaneamente também em núcleo fundador da ADREPES, a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal,

entidade criada em 27 de Novembro de 2001, à qual foi atribuída a responsabilidade de gestão e acompanhamento do PDL. Para além das potencialidades notáveis no domínio dos produtos agro-alimentares com denominação de origem, reputação nacional e de grande qualidade, o facto de conter uma importante Área Natura 2000 foi altamente relevante para a inclusão da Península de Setúbal como zona de intervenção LEADER+. Da caracterização genérica desta zona territorial da Região Agrária do Ribatejo e Oeste, enumera-se a seguir, de forma sintética, os aspectos mais relevantes (IDRHa, 2000, p. 36 e seguinte): 1) a densidade populacional superior à média nacional com grandes variações entre os concelhos mais urbanos e os concelhos com maior ruralidade; 2) o aumento da população e envelhecimento abaixo da média nacional; 3) o peso da população activa é igual à média nacional; 4) as boas acessibilidades; 5) a elevada taxa de desemprego, tendo uma taxa de analfabetismo superior à nacional; 6) o peso do sector terciário é predominante; 7) os sete agrupamentos de produtores, quatro dos quais na área das culturas horto-industriais e três no sector pecuário; 8) o número de associações e empresas privadas que desenvolvem projectos de educação ambiental, cultural e de turismo; 9) o número elevado de associações culturais e grupos de teatro; 10) a pressão urbanística muito intensa, tratando-se no entanto de uma região muito heterogénea; 11) as condições excepcionais para a produção de fruta e de horto-frutícolas de qualidade, estando estes sectores praticamente estagnados por falta de organização para o mercado, uma vez que nestas culturas a mão-de-obra é de origem familiar e frequentemente desenvolvida em *part-time*; 12) a escassez de mão-de-obra agrícola que pode vir a fazer desaparecer algumas explorações mais intensivas e dar lugar à mecanização de muitas operações culturais na vinha.

Presentemente, o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR), período 2007-2013, continuando o objectivo de promover a coerência estratégica da abordagem LEADER (Eixo IV)<sup>86</sup> com os objectivos de política regional e nacional, preconiza uma redefinição desta intervenção comunitária no quadro da política de desenvolvimento rural que passa inevitavelmente pelo reequacionamento da sua territorialidade. Para a delimitação da ruralidade no continente português tem-se, agora, como base a metodologia empregue pela OCDE que classifica as suas unidades territoriais em “*predominantemente rurais*” (mais de 50% da população reside em localidades com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/Km<sup>2</sup>), “*significativamente rurais*” ou “*intermédias*” (entre

---

86 As outras estratégias constantes do PENDR são: o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal (Eixo I), a melhoria do ambiente e da paisagem rural (Eixo II) e a qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural (Eixo III).

15% e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/Km<sup>2</sup>) e “predominantemente urbanas” (menos de 15% da população reside em localidades com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/Km<sup>2</sup>).

Como alteração mais significativa ao anteriormente estabelecido, verifica-se que todas as freguesias em área rural que pertençam a aglomerados com mais de 15.000 habitantes são, agora, classificadas como urbanas ou periurbanas (considerando-se como zona “urbana” o conjunto das freguesias com densidade demográfica superior a 500 habitantes/km<sup>2</sup>; as restantes constituem a zona “periurbana”). Por outro lado, as freguesias com aglomerados superiores a 15.000 habitantes em zonas intermédias transitam para as “predominantemente urbanas” e todas as freguesias em zona intermédia, não desfavorecida, em cujos concelhos a população empregada na agricultura é inferior a 10% da população empregada total transitam também para as “predominantemente urbanas”. Por sua vez, todas as freguesias classificadas em zonas “predominantemente urbanas” e que são desfavorecidas passam a integrar a zona intermédia.

Da leitura atenta do Quadro 40 poder-se-á concluir, no entanto, que ao nível da definição do território de aplicação da abordagem LEADER, o referido documento continua a fazer uma distinção bastante dicotómica entre as zonas urbanas e periurbanas (que representam, no seu conjunto, apenas 14% do território português no continente, isto é, constituem uma faixa quase contínua junto ao mar, de Setúbal a Braga, e integram grande parte do litoral algarvio, sendo que no interior existem algumas manchas associadas a cidades intermédias) e as zonas rurais (que ocupam cerca de 86% da área total do continente e que se situam integralmente em regiões classificadas como “objectivo de convergência”<sup>87</sup>). Entretanto cabe ressaltar que, nesse mesmo documento (MADRP, 2007a, p. 48) se refere que a agricultura e a floresta ocupam 71,0% da área total dos territórios rurais. A densidade populacional (de 41 habitantes/Km<sup>2</sup>) e económica (0,8 empresas de Indústria e Serviços/Km<sup>2</sup>) é ali fraca; com um decréscimo da população residente, entre 1991 e 2001, de -1,4%. O nível de vida da população traduzido em PIB *per capita* não chega a metade do verificado na capital, sendo de apenas 0,4. Mas, o índice de desenvolvimento social nos territórios rurais (de 0,87) atinge níveis próximos

---

<sup>87</sup> No continente português encontram-se definidas 5 regiões, sendo que a situação face às regras de implementação da Política de Coesão da UE são distintas em cada uma delas. As regiões Norte, Centro e Alentejo integram o “objectivo de convergência”, enquanto a região Algarve se encontra em “*phasing-out*” deste objectivo e a região Lisboa (que, para efeitos do Quadro de Referência Estratégica Nacional, passou em 2007 a corresponder à Grande Área Metropolitana de Lisboa, composta pelas NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal) está já integrada no “objectivo de competitividade regional e emprego”.

dos territórios mais desenvolvidos do país (0,90 nos territórios periurbanos e 0,89 nos territórios urbanos), em consequência dos investimentos realizados nas últimas décadas, da aposta na melhoria da qualidade de vida da população e da diminuição do seu isolamento, nomeadamente através das infra-estruturas viárias.

No documento da autoria do MADRP (2007a, p. 49) salienta-se ainda o facto de, no período inter-censitário de 1991 a 2001, os territórios periurbanos serem também aqueles que evidenciam maior crescimento populacional, com um aumento de 10,8%. Note-se, todavia, que estes territórios periurbanos têm uma densidade populacional (173 habitantes/km<sup>2</sup>) e económica (6,8 empresas de Indústria e Serviços/Km<sup>2</sup>) bastante acima da verificada nos territórios rurais. De igual modo, o nível de vida é nos territórios periurbanos superior ao dos territórios rurais, representando cerca de 52,0% do registado na capital do país. A agricultura e a floresta ocupam 61,0% do território, o que é, cremos, também muito significativo.

**Quadro 40: Alguns indicadores dos territórios rurais, periurbanos e urbanos. MADRP, 2007.**

Indicadores	Territórios		
	Rurais	Periurbanos	Urbanos
<b>População residente (milhões de habitantes)</b>	3,1	1,4	5,3
<b>Densidade populacional (habitantes/Km<sup>2</sup>)</b>	41	173	1.172
<b>Evolução da população residente, 1991/2001 (em %)</b>	- 1,4	10,8	8,2
<b>Índice do PIB real <i>per capita</i> (Lisboa = 1)</b>	0,4	0,52	0,65
<b>Índice de desenvolvimento social</b>	0,87	0,90	0,89
<b>N.º de empresas Indústria e Serviços/ Km<sup>2</sup></b>	0,8	6,8	29,7
<b>Distância à rede viária principal (em minutos)</b>	17	6	5
<b>Imóveis classificados por Km<sup>2</sup></b>	74	166	424
<b>Superfície total (em % do continente)</b>	86,0	9,0	5,0

Fonte: MADRP (2007), Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural, período 2007-2013.  
Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/PEN\\_DRural.pdf](http://www.portugal.gov.pt/PEN_DRural.pdf). Acesso em Dezembro de 2007.

Constate-se, por fim, que no PENDR (MADRP, 2007a, p. 73) é referido ainda que a abordagem LEADER, sustentada por parcerias público-privadas, deve focar-se preferencialmente nos territórios rurais, pois a melhoria da governança local em conjunto com o aproveitamento das potencialidades endógenas neles existentes é factor essencial à sua sustentabilidade futura. Por outras palavras, o incentivo a uma abordagem de desenvolvimento do tipo *bottom-up*, participada pelos actores públicos e privados, promove a criação de competências e de condições para uma melhor resposta das medidas de política às necessidades e potencialidades dos agentes socio-económicos e das populações que vivem naqueles territórios. A implementação deste tipo de abordagem será realizada através de um



convite público, acompanhado de um caderno de especificações a cumprir pelas candidaturas relativas ao território, à parceria e à forma e conteúdo a que deverá obedecer o PDL.

Relativamente às áreas de intervenção alvo de abordagem LEADER (isto é, “*valorizar o potencial de desenvolvimento local*” e “*desenvolver competências nas zonas rurais e melhorar a governança local*”) considera-se, por um lado, que as prioridades de melhoria da qualidade de vida das zonas rurais e diversificação económica terão, em regra, uma aplicação mais eficaz e coerente se enquadradas por uma estratégia local, pelo que serão os GAL responsáveis pelo essencial da execução da estratégia do Eixo III. Por outro lado, e no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento local propostas e face às áreas de intervenção privilegiadas pelos GAL, serão identificadas as prioridades para a cooperação interterritorial e transnacional, que deverão contribuir para aumentar o valor acrescentado das intervenções locais através da partilha de conhecimento e experiências ensaiadas. A promoção da melhoria de competências dos agentes locais de desenvolvimento e a animação do território serão asseguradas através do apoio à capacitação das estruturas técnicas dos GAL e às necessárias actividades de informação e divulgação, enquanto input para a definição e reavaliação da estratégia e output para a sua dinamização junto do público-alvo e da população em geral.

É, pois, neste enquadramento que agora se torna para nós mais inteligível as repetidas declarações da coordenadora/responsável pela equipa técnica do GAL/LEADER+, na Península de Setúbal, sobre a distribuição geográfica dos territórios rurais em Portugal continental proposta no actual Programa de Desenvolvimento Rural. Quando por nós interpelada, pela primeira vez, em Dezembro de 2006, sobre o estado geral do “mundo rural” na região e, muito em particular, dos objectivos de desenvolvimento rural e da consequente intervenção nos territórios da área de sua actuação, alvo de LEADER+, dizia-nos que: “*neste momento acontece uma coisa muito estranha que é o governo português entender que na Península de Setúbal não existe mundo rural, o que é gravíssimo. É perfeitamente inconcebível, porque existe muito mundo rural perto de zonas urbanas, como é, justamente, o caso de alguns concelhos [concelhos de Moita, Alcochete, Montijo, Palmela, Sesimbra e Setúbal] que foram alvo de intervenção LEADER+. E, não tenhamos dúvida alguma, o território de Palmela é um caso típico em relação a isso*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). Numa outra ocasião, no Conselho Consultivo, de Junho de 2007, promovido pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS, explica a coordenadora/responsável pela equipa técnica daquele GAL que: “*Quando questiono se as 21 freguesias do território de intervenção do LEADER+, [que inclui as freguesias de Marateca e de Pocirão], são rurais faço-o de maneira irónica, claro.*

*Aparentemente o governo acha que não há freguesias rurais na Península de Setúbal. (...) No que diz respeito às freguesias de intervenção do projecto IDELAS, as estatísticas dizem que Poceirão já não é rural. Eu não sei porquê, não vejo razões consistentes que justifique tamanho absurdo. Mas, mesmo na freguesia de Pinhal Novo, que é uma freguesia que tem um núcleo urbano muito desenvolvido e, portanto, é a mais urbana do concelho [de Palmela], tudo o resto é rural, ou seja quase tudo pertence ao mundo rural. Em qualquer lugar que se ande, fora do núcleo urbano, é possível encontrar traços característicos do que é ser rural. Numa outra freguesia, a de Palmela, coloca-se exactamente a mesma questão. Tem um núcleo urbano, neste caso pequeno pois nem sequer é muito grande, e tudo o resto é rural, é puro campo. (...) Mas, Poceirão é, de facto, o caso mais gritante em termos da não valorização da sua ruralidade por parte de quem manda, de quem tem realmente o poder”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). Por sua vez, o presidente da Junta de Freguesia de Poceirão (e também presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, com sede no Poceirão), Sr. José Silvério, conclui nessa mesma reunião que: *“a nova definição do rural em Portugal resulta de uma classificação dos territórios baseada em critérios que são muito pouco claros [e que] não traduzem a realidade do distrito de Setúbal”* (Depoimento do Sr. José Silvério).

Mas, no que à ruralidade de Palmela diz respeito, convém, primeiramente, reportarmos-nos ao próprio documento em apreço (Anexo II. Produtividade Agrícola, p. 50), já que dele constam dois mapas relativos à produtividade agrícola, por exploração e por hectare de superfície agrícola utilizada. Da leitura desses mapas dele extraídos (ver figuras 11 e 12), deparamo-nos com a seguinte situação: Palmela, em ambas as representações cartográficas, situa-se numa mancha de índice máximo ( $> 200$ , sendo a média nacional = índice 100). Assim, uma primeira questão que se deve colocar é a de saber se um concelho onde a produtividade agrícola é máxima, associada a uma produção ainda muito significativa em termos absolutos, deverá ser relegado de programas onde o conceito de ruralidade deve ser dominante?

Há que referir que, em termos gerais, e observando a figura 11, a produtividade média das explorações agrícolas em cada concelho da região de Lisboa e Vale do Tejo, como de resto na região do Alentejo, se situa acima da média nacional. Contrariamente, na região Norte a produtividade média das explorações agrícolas situa-se essencialmente abaixo da média nacional, constituindo excepção os concelhos da zona do Douro e a bacia leiteira de Entre-Douro e Minho. Na região Centro essa mesma produtividade é significativamente baixa, encontrando-se a maioria dos concelhos abaixo de metade da média nacional. No Algarve a situação é muito diferenciada, embora a maioria dos concelhos se situe abaixo da média nacional. Quanto à figura 12, observa-se que a produtividade da terra em cada concelho

evidencia um padrão de transição quase contínuo entre o litoral, com níveis acima da média nacional, e o interior com níveis abaixo dessa média. A situação abaixo de 50% da média nacional é, no entanto, mais generalizada no Alentejo, em que poucos são os concelhos que aí se aproximam dela. No Algarve a situação é bastante diferenciada, no entanto vários concelhos algarvios superam o índice médio nacional.

É muito difícil em tais circunstâncias vislumbrar quais as “razões consistentes” que possam estar na origem de uma proposta deste tipo, uma vez que “*o conceito de ruralidade se aplica coerentemente à realidade do concelho de Palmela*” (Depoimento do Dr. António Pombinho). Acresce que, com exclusão do núcleo urbano de Pinhal Novo, o concelho de Palmela foi integralmente coberto pelo LEADER+ no III QCA, tendo sido então considerado que as suas características se enquadravam liminarmente na filosofia do programa. Resulta, desta forma, alguma incompreensão, por parte da ADREPES e outras entidades públicas e privadas representantes das populações e dos produtores agrícolas locais, pelo facto de agora se considerar, passados tão poucos anos (o LEADER+ na Península de Setúbal foi implementado na prática em 2001), que a realidade não é, no essencial, a mesma.

Um exemplo bem ilustrativo dessa incongruência é dado pelas palavras registadas na Acta do Conselho Consultivo de Junho de 2007, promovido pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS, alargado a todos os actores locais e regionais. No parágrafo inicial pode ler-se que: “*(...) Na presente reunião de parceria alargada debateu-se também a versão para discussão pública do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural, período 2007-2013. Este foi apresentado pela entidade parceira IDHRA, entidade também responsável pela gestão do Programa LEADER+ em Portugal, em colaboração com o e-Geo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*”. Mais adiante, nessa mesma Acta, assinala-se que a intervenção final do Sr. João Pinóia, na qualidade de presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, mereceu a aprovação de todos os presentes: “*(...) o documento trazido hoje aqui a debate demonstra implicitamente o cariz redutor dos critérios aí utilizados para a delimitação das áreas rurais, com particular prejuízo para os espaços que, na nossa região, independentemente das estatísticas, continuarei a defender como rurais*” (Depoimento do Sr. João Pinóia). Mas, porque existem programas comunitários e nacionais vocacionados para uma mudança significativa de rumo do espaço rural, é cada vez mais essencial efectuar a sua correcta delimitação, não para o opor ao urbano, e muito menos para criar um novo modelo de segregação, mas para lhe permitir usufruir integralmente do desenvolvimento a que tem direito.

É de realçar ainda que, segundo os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1999, Palmela é, por um lado, o concelho que apresenta dentro da NUT III Península de Setúbal em que se insere, o maior número de explorações agrícolas activas, 2027, seguido por Montijo com apenas 947, Setúbal com 334, Sesimbra com 311, Moita com 232, Alcochete com 205, Almada com 130, Barreiro com 54 e Seixal somente com 51. Relativamente aos concelhos limítrofes, e que integram as NUTS III de Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central (classificadas de acordo com o documento actual de zonas rurais), a diferença é também bastante significativa, ficando em primeiro lugar o concelho de Alcácer do Sal, mas apenas com 773 explorações agrícolas activas, em segundo lugar o concelho de Benavente, com 531 explorações agrícolas activas e, em terceiro lugar, o concelho de Vendas Novas, com 169 dessas explorações agrícolas, que se encontram, portanto, em produção (ver figura 13). Por outro lado, o total de explorações agrícolas em Palmela corresponde a uma superfície total de 29.746,10 ha e a uma superfície agrícola utilizada correspondente a 23.303,38 ha que, significativamente, é a maior da Península de Setúbal. Por ordem de importância, seguem-se Montijo (16.604,00 ha), Setúbal (6.208,00 ha), Alcochete (3.674,00 ha), Sesimbra (2.604,00 ha), Moita (1.932,00 ha), Seixal (999,00 ha), Almada (537,00 ha) e Barreiro (241,00 ha). No que diz respeito aos três concelhos limítrofes, o concelho de Palmela é suplantado por Alcácer do Sal (Alentejo Litoral) e Benavente (Lezíria do Tejo) com 90.437 ha e 36.668 ha de superfície agrícola utilizada, respectivamente, sendo que o concelho de Vendas Novas (Alentejo Central) apresenta uma superfície agrícola utilizada inferior, de apenas 17.552 ha (ver figura 14).

De referir também que o concelho de Palmela é o concelho do conjunto da Península de Setúbal que apresenta a maior área de vinha, 6.425,49 ha, e o maior número de explorações com vinha (contínua e descontínua), 1593 explorações. Estes números dão-lhe também, de forma inequívoca, a liderança relativamente aos concelhos limítrofes, já que Benavente, Alcácer do Sal e Vendas Novas apresentam valores bastante inferiores, de 171, 26 e 21 explorações e com áreas de 258 ha, 233 ha e 369 ha de vinha, respectivamente (ver figuras 15 e 16). Além disso, e embora não nos tenha sido possível confirmar o volume de produção de vinho em 2006 (uma vez que a publicação do INE relativa às Contas Económicas da Agricultura a que tivemos acesso apenas apresenta os dados regionais, NUTS II e Região Agrária), importa aqui registar as palavras de um membro da direcção da Adega Cooperativa de Palmela: *“Em 2006 a vinha foi a cultura que mais foi afectada pelas condições meteorológicas adversas, pois foi um ano vitícola muito marcado por problemas fitossanitários e acidentes fisiológicos vários, que marcaram negativamente a produção. Ainda assim, posso lhe dizer que, a produção de vinho do concelho de*

*Palmela foi uma das maiores da região da Península de Setúbal, a rondar os 56.600 hectolitros. Na realidade, no concelho de Palmela existe mais de 5 mil hectares de vinha, sendo que a Adega é responsável pela recepção da uva de cerca de 1.600 hectares, ou, se quiser, de mais de 400 viticultores de Palmela. É um percentual relativamente grande, na ordem dos 32%. Ou seja, mais de 30% da produção de uva do concelho de Palmela entra aqui na Adega Cooperativa de Palmela”* (Depoimento do Eng.º Agrónomo Luís de Oliveira).

Registe-se, por fim, que a densidade demográfica de Palmela, em 2001, é de 114,53 habitantes por Km<sup>2</sup>, bastante inferior à apresentada pela NUT III Península de Setúbal que é de 451,98 habitantes por Km<sup>2</sup>. Deve ser salientado, também, que no caso dos restantes concelhos temos, por ordem decrescente: Barreiro (2.468,47 habitantes/Km<sup>2</sup>), Almada (2.289,92 habitantes/Km<sup>2</sup>), Seixal (1.570,29 habitantes/Km<sup>2</sup>), Moita (1.235,25 habitantes/Km<sup>2</sup>), Setúbal (588,52 habitantes/Km<sup>2</sup>), Sesimbra (192,00 habitantes/Km<sup>2</sup>), Montijo (115,01 habitantes/Km<sup>2</sup>) e apenas Alcochete (97,95 habitantes/Km<sup>2</sup>) apresenta menor densidade demográfica do que Palmela. No que toca aos concelhos limítrofes, todos eles apresentam uma densidade populacional bastante inferior à do concelho de Palmela: Alcácer do Sal (9,51 habitantes/km<sup>2</sup>), Benavente (44,28 habitantes/km<sup>2</sup>) e Vendas Novas (51,62 habitantes/km<sup>2</sup>).

Importará reter fundamentalmente dois aspectos desta análise muito esquemática e orientada para o que aqui interessava salientar. Primeiro, nos territórios periurbanos os principais indicadores utilizados na análise pelo grupo de trabalho do MADRP, não são só apenas muito superiores aos verificados nos territórios rurais, como também demonstram, ao contrário daqueles, uma vitalidade demográfica e económica significativa, incluindo as actividades e produtividades agrícolas. Segundo, o corolário da nossa demonstração, se ela estiver correcta, é a vitalidade do espaço rural de Palmela. Esta é tanto mais sintomática quanto se verifica tratar-se de um território inserido na AML, e onde os restantes sectores de actividade económica (secundário e terciário) apresentam hoje um desenvolvimento e uma pujança bastante significativos. Seja como for, a verdade é que agora, na versão pública do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, a ADREPES vê posta em causa o reconhecimento da “ruralidade” do seu território de intervenção, o que irá potencialmente coarctar as sinergias que são possíveis como resultado da dinamização de espaços rurais ainda preservados numa região de significativa densidade populacional e vizinha muito próxima de grandes centros urbanos.

Em particular, esta nova classificação estatística torna as anteriormente designadas freguesias “predominantemente rurais” de Marateca e de Poceirão, pela Tipologia de Áreas Urbanas do INE e da DGOTDU de 1999, em freguesias agora consideradas como “periurbanas”, com a consequente perda de prioridade, ou mesmo exclusão, ao nível do programa LEADER. Tendo em conta quer a expressividade dos números estatísticos que compilámos e aqui apresentámos, quer os poucos testemunhos acima transcritos mas que exprimem bem o sentimento geral dos agentes socio-económicos e da população que vive no território em estudo, não nos parece, de facto, curial que estes espaços periurbanos, que surgem fortemente penalizados com os critérios utilizados na actual delimitação do rural efectuada sob a égide do MADRP, sejam agora discriminados em favor de outros espaços onde não existem nem pessoas nem produção agrícola significativa.

Como constataam os geógrafos Cavaco e Moreno (2006, p. 5), *“aquilo que se observa no projecto [de PENDR, para 2007-2013], como delimitação da ruralidade só por conveniência pode ser visto como tal”*. Mas, é esse, efectivamente, o caso. Os referidos autores esperam, objectivamente, que a falta de uma representação das tipologias do rural se fique pela delimitação inicial. Fora este aspecto, dizem que: *“não seremos nós que devemos discordar destas fronteiras, pois a elas preside uma racionalidade técnica e política de conjunto, pelo menos naquilo que à primeira vista ressalta”*. Concordamos com as críticas destes dois geógrafos. Todavia, se compararmos a nova definição das fronteiras da ruralidade com os limites do rural definido pelos territórios LEADER+, observa-se que é, sobretudo, no litoral que a abrangência deste programa se vê diminuída. De facto, na região de Lisboa deixa-se, como vimos, de contar com a Península de Setúbal como rural, embora todos saibamos que, esta contém algumas áreas com características de transição (onde o rural tradicional se vai esbatendo, em função da inserção de novas actividades económicas, sobretudo as não agrícolas, que vêm conduzindo ao “novo rural”) e um tecido rural/rurbano com carências específicas.

Sobre as consequências mais imediatas para os territórios anteriormente considerados rurais, Cavaco e Moreno (2006, p. 5) são peremptórios e afirmam que as consequências imediatas parecem vir a ser bastante localizadas e merecem análises caso a caso, que deverão incluir sempre formas participadas de planeamento para compensação e superação dos inconvenientes, pelo que *“Iniciativas articuladas no âmbito dos processos da Agenda 21 Local podem ser formas de ‘dar a volta por cima’ face a uma ou outra alegável perda de protecção inerente à anterior inclusão no rural”*. Quanto a nós, entendemos que uma abordagem que implique a formulação de

estratégias de desenvolvimento local para os territórios periurbanos deverá considerar critérios mais abrangentes daqueles usualmente utilizados na identificação de áreas rurais ou urbanas. Como é sabido, entre os mais utilizados, isolados ou combinados, destacam-se: a densidade populacional, a densidade das habitações (área construída), características de infra-estruturas, limites administrativos e actividades económicas predominantes. Por um lado, os territórios periurbanos têm experimentado as mais drásticas mudanças no que se refere às suas características, estando sujeitos a forças sociais, económicas e políticas mais incertas. Como escreve a também geógrafa Marques (2004, p. 189), “*muita coisa mudou nos últimos anos, já que o que estava fora da cidade faz hoje parte da sua área de expansão, o que antes era rural é agora uma alternativa urbano-residencial, os espaços naturais passam a ser espaços simbólicos de usufruto da natureza; as áreas de produção agro-florestal foram substituídas por espaços multifuncionais de difícil identificação*”. Por esta mesma razão, são espaços particularmente vulneráveis que devem ser analisados com cautelas acrescidas, principalmente no que se refere à definição de políticas públicas adequadas ao conjunto de transformações aí ocorridas. Por outro lado, porque no quotidiano das populações metropolitanas as fronteiras administrativas fazem pouco ou nenhum sentido, pouco importará a definição do que pode ser classificado como rural ou urbano, sendo antes imprescindível entender as lógicas e os mecanismos que orientam as transformações nestas áreas para permitir um planeamento regional adequado. Tal significa que o planeamento deverá levar em conta o facto de que as regiões, e não mais as localidades, respondem cada vez mais às necessidades da vida social, já que, sobretudo pelo avanço e disseminação dos meios e vias de transporte, contextos espaciais mais amplos são incorporados dentro do mesmo modo de vida quotidiano. Modo de vida este que, cabe aqui ressaltar, atende em grande medida à lógica de uma sociedade urbana, com valores e práticas urbanos, mesmo em contextos que poderiam ser percebidos, através de categorias tradicionais, como áreas rurais.

Existirá, então, alguma hipótese credível de delimitação espacial do rural? Na realidade, pela tentativa de rigor empregue, pensamos que o exemplo do trabalho de Baptista *et al.* (2006), que também apresenta um mapa do rural do continente português no início do século XXI, merece alguma atenção. Nele é possível identificarmos quatro tipos de rural, dois dos quais polarizam as situações mais extremadas: o “*rural de baixa densidade*” que corresponde a uma vasta região do interior do país, com noventa e oito concelhos, caracterizada por uma densidade populacional muito baixa (13,2 habitantes/Km<sup>2</sup>), onde reside cerca de 14% da população muito ligada às explorações agrícolas e profissionalmente inserida em grande parte na agricultura, cujos rendimentos provenientes do exterior, nomeadamente das pensões rurais

e da reforma, têm um peso decisivo na reprodução da população, e que ocupa aproximadamente mais de metade da superfície total (55%); e o “*rural urbano*”, onde recaem oitenta concelhos do continente português, que sofrem a influência directa de Lisboa e os da faixa Norte litoral, a Norte de Coimbra, com uma densidade média de 165,0 habitantes/Km<sup>2</sup>, possuindo quase metade da população rural do Continente (47%) e abrangendo apenas 11 % da sua superfície. Entre estes dois extremos situam-se o “*rural agrícola*”<sup>88</sup> e o “*rural de indústria e serviços*”<sup>89</sup>, que contabilizam noventa e um concelhos, num total de 269, não tendo sido considerados os concelhos de Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Odivelas, Porto, São João da Madeira, Trofa e Vizela (Baptista *et al.*, 2006a, p. 1 e seguintes). Em conjunto, estes concelhos possuem uma densidade rural média de 60,3 habitantes/Km<sup>2</sup>, integrando cerca de 34% da superfície total do continente (13%, o rural agrícola, e 21%, o rural assente na indústria e nos serviços) e abarcando cerca de 39% da população residente no continente (15%, o primeiro, e 24%, o segundo).

A metodologia utilizada toma o concelho como unidade de análise e segue duas linhas de investigação (Baptista *et al.*, 2006b, p. 1): a) caracterização e análise em pequenas unidades territoriais (freguesias) das dinâmicas e bloqueios dos espaços rurais; b) confrontação dos actores locais e regionais com os resultados obtidos, permitindo a incorporação dos seus diagnósticos e expectativas. Em conformidade, os autores do Projecto “*As Dinâmicas Socio-económicas do Espaço Rural do Continente*” (Baptista *et al.*, 2006a, p. 2) definem o rural como “*o conjunto da população isolada e da que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes*” e utilizam como critérios para delimitar a diversidade dos territórios: a densidade rural (população rural a dividir pela área total subtraída da área ocupada pelos aglomerados com 2000 ou mais habitantes) e a percentagem da população activa que trabalha na agricultura (população activa que trabalha na agricultura a dividir pela população activa total). Nesta proposta de leitura do espaço rural em Portugal continental (ver figura 17), o concelho de Palmela é tipificado como um concelho “*rural-urbano*” (Baptista *et al.*, 2006d, p. 29), com densidade superior a 100 habitantes por Km<sup>2</sup> e em que a população activa que trabalha na agricultura é inferior a 15%, sendo que a indústria é a actividade predominante.

---

<sup>88</sup> É, na opinião dos autores, um rural que se organiza fundamentalmente em redor da actividade agrícola e que se estende pelo interior Norte do continente, de Mortágua, Castro Daire e Celorico da Beira até Valença e Chaves, integrando o vale do Douro, e pelo litoral mais a Sul, Lourinhã e Bombarral, Vagos, Mira e Cantanhede.

<sup>89</sup> É, na opinião dos autores, um rural que corresponde a uma paisagem rural em que os equilíbrios estão, em larga medida, dependentes da articulação da agricultura com a indústria e os serviços e que engloba parte dos concelhos do Algarve, o Centro Litoral a Norte de Lisboa e o prolongamento deste pelo interior do país até Viseu e Guarda.







E aqui voltamos a recuperar alguns depoimentos que nos parecem ser úteis. Na memória dos mais velhos ainda perdura a recordação dos tempos em que o parque industrial era parco: “*Até há pouco tempo atrás, vinte e trinta anos, esta era uma terra rural. Existiam na altura poucas indústrias. Se bem me lembro, das grandes indústrias apenas a Coca-Cola estava cá fixada por essa altura, está cá desde 1978. Para além da Auto-Europa, a Lear e a Visteon (ex-Ford Electrónica), fabricantes de componentes electrónicos, que são importantes no concelho [em termos de volume de produção, número de empregados e reputação junto dos mercados mundiais], fixaram-se por cá na década de 90. A partir de então registou-se um aumento significativo da indústria em Palmela. Hoje, existe mais parques industriais do que os dedos das minhas duas mãos. Que acho bem, no concelho existem ainda muitas áreas rurais, pouco industrializadas e que apresentam carências ao nível do emprego e qualidade de vida das pessoas*”, relatava-nos o presidente da Junta de Freguesia de Marateca, de 60 anos, cuja principal profissão foi a de carteiro, mas que, desde a sua infância, esteve ligado à agricultura (pois os seus pais “*tinham um bocado de terra*” e que, após a sua morte, passou a cultivar por contra própria sem objectivos comerciais) (Depoimento do Sr. Faustino Santos).

O presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, acerca de como era o concelho de Palmela antigamente, conta-nos também que: “*Antigamente Palmela era um concelho agrícola, não direccionado para a indústria. Hoje, é na freguesia de Poceirão que reside o maior número de população agrícola. Mas, mesmo aqui, as pessoas vão embora, vão aumentar a população das áreas mais urbanizadas e industrializadas do concelho (...). É, o concelho tem apostado na renovação e reabilitação dos parques industriais de modo a atrair novos investimentos. Mas, é preciso não ignorar um problema, que diz respeito à dependência em relação à Auto-Europa e também outras empresas que aqui no concelho dão trabalho a muito gente. É um problema complicado, porque o que fazer aos milhares de trabalhadores que lá trabalham se estas indústrias se desmoronarem e depois fugirem, como muitas vezes fazem as multinacionais, em direcção a outros países onde a prática de salários mais baixos é corriqueira?*” (Depoimento do Sr. José Silvério). Compreende-se esta preocupação. Lembremo-nos que a crise da indústria automóvel (que também se vive a nível internacional) tem obrigado a frequentes paragens na produção como forma de evitar a acumulação de *stocks*. A principal fábrica do sector automóvel a operar em Portugal, a Auto-Europa instalada no concelho de Palmela, não foge à regra.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> A situação no sector automóvel é de tal forma crítica que o governo português foi obrigado a intervir com o chamado Plano de Apoio ao Sector Automóvel (PASA) orçado em 900 milhões de euros e cujas medidas começaram a ser postas em prática em Janeiro de 2009 (Disponível em <http://www.pasa.gov.pt/>).

Mas voltemos ao depoimento do presidente da Junta de Freguesia de Poceirão. Dizia ele antes desta crise da indústria automóvel chegar que, *“temos de fugir dos erros de uma aposta num só sector da economia, pois esse erro já foi cometido no passado”*. Na sua opinião, as apostas para a competitividade do território, e há muito que o defende, passam também pela agricultura (e, sobretudo, pela agricultura familiar) que é, como acredita, *“um sector estratégico para o desenvolvimento do concelho de Palmela”*, já que ela sim poderá criar verdadeiras condições económicas e sociais para a preservação e revitalização dos meios rurais. Assim, com algum pormenor explica-nos que: *“Há poucos anos recebeu-se com grande satisfação a informação da Direcção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres que Poceirão iria receber uma plataforma logística ligada ao sector automóvel. Porque é um investimento que pode criar emprego, infra-estruturas e qualificar o território, diziam por aí. Actualmente é também grande a expectativa sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa, a nova travessia rodo-ferroviária no Tejo ou a ligação ferroviária Lisboa/Madrid em alta velocidade. Mas, que projectos, que investimentos de grande envergadura tem o governo para o sector agrícola do concelho? Ou para o desenvolvimento de um espaço rural que como diz é periurbano?”* (Depoimento do Sr. José Silvério).

É por ser tão difícil responder a questões como estas que, autores como Baptista *et al.* (2006c, p. 1), referem que a grande diversidade de zonas do rural torna a formulação das políticas de desenvolvimento local/rural muito complexa e exigente na sua adequação às realidades concretas, uma vez que mesmo dentro de cada um dos quatro tipos de rural há diferenças importantes que confirmam a grande diversidade dos espaços rurais do continente português. A equipa de trabalho do Projecto “Dinâmicas Socio-económicas do Espaço Rural do Continente” concluiu ainda que, não obstante a diversidade dos espaços rurais estudados, é possível apontar algumas questões de carácter geral para a formulação (ou reformulação) das políticas públicas. Destacam assim como uma primeira questão a aplicação sectorial das políticas e a necessidade da sua maior integração em políticas regionais e locais. Como uma segunda questão realçam a clara insuficiência das políticas agrícola e de desenvolvimento rural, tal como têm vindo a ser concebidas, para responder às mudanças ocorridas e às novas necessidades actuais dos espaços rurais. E, por fim, referem como uma terceira questão, a necessidade de capacitação e animação das organizações e instituições locais (Baptista *et al.*, 2006c, p. 5 e seguinte).

#### 3.1 O PIC EQUAL e as parcerias de desenvolvimento

##### 3.1.1 Abordagem temática, princípios básicos e requisitos obrigatórios

O PIC EQUAL é um programa de iniciativa comunitária, co-financiado pelo FSE, que adopta uma abordagem temática vinculada aos quatro eixos da Estratégia Europeia para o Emprego (empregabilidade, espírito empresarial, igualdade de oportunidades para as mulheres e os homens e adaptabilidade, a que acresce a integração dos requerentes de asilo), que se desdobram em medidas e áreas de intervenção<sup>91</sup>. Algumas áreas de intervenção são objecto de “cadernos de encargos” que constituem termos de referência que clarificam e precisam os domínios temáticos de candidatura ao programa e orientam potenciais operadores para actividades-tipo, metodologias de trabalho e resultados, que respondem à vocação específica da EQUAL (nomeadamente, trazer valor acrescentado às políticas de emprego, formação e inserção e dar respostas mais efectivas aos problemas/necessidades diagnosticados a nível local, regional ou nacional).

Genericamente, o PIC EQUAL tem como objectivo promover a experimentação tendo em vista a inovação no combate a todas as formas de discriminação no acesso e no mercado de trabalho<sup>92</sup>. As soluções desenvolvidas, ensaiadas e validadas devem estar relacionadas com as prioridades definidas no Plano Nacional de Emprego e no Plano Nacional de Acção para a Inclusão do Estado-membro em que são propostas (ver figura 18). O quadro seguinte dá-nos conta dos temas prioritários escolhidos pelos Estados-membros e do contributo da UE disponibilizado através do FSE (2.973,0 milhões de euros, subvenção complementada por financiamentos nacionais), no período 2000-2006, tendo sido atribuído a Portugal 113,8 milhões de euros. Quatro Estados-membros (Alemanha, Grécia, Países Baixos e Portugal) optaram por atribuir prioridade a todos os domínios temáticos. Uma das preocupações centrais da Gestão da EQUAL na fase final do programa foi assegurar a transição das principais aprendizagens da implementação da EQUAL para o próximo período de programação (2007-2013), onde o programa não terá continuidade enquanto tal.

---

<sup>91</sup> Em anexo 3, inclui-se o extracto do PIC EQUAL que as identifica e caracteriza.

<sup>92</sup> Sobre o assunto, *What is EQUAL?* Disponível em [http://ec.europa/employment\\_social\\_equal/index\\_en.cfm](http://ec.europa/employment_social_equal/index_en.cfm).

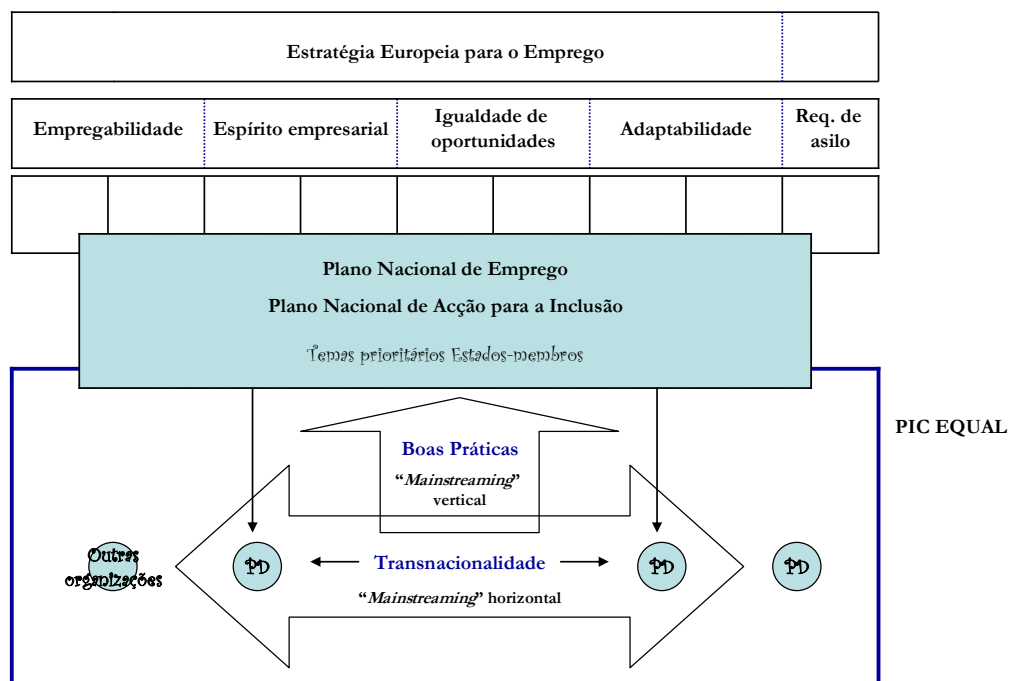
**Quadro 41: Prioridades e volume financeiro para as acções do PIC EQUAL, período 2000-2006.**

Estados-membros	Empregabilidade		Espírito Empresarial		Igualdade de Oportunidades		Adaptabilidade		Requerentes de Asilo	Total Contribuição FSE em M €
Alemanha	37,00	5,00	5,00	8,00	12,00	10,00	5,00	5,00	7,00	514,5
Áustria	40,00	7,00		9,00	21,00			12,00	7,00	102,0
Bélgica/	28,00	3,00	7,00	7,00	29,00		7,00	7,00	4,00	32,5
Bélgica/FR	35,00		20,00		27,00		11,00		2,00	41,6
Dinamarca	33,00				15,00			33,00	10,00	29,9
Espanha	29,00	5,00	15,00			15,00	13,00	18,00	2,00	515,4
Finlândia	28,00	7,00		19,00		28,00		9,00	2,00	72,3
França	19,00	9,00	9,00	10,00	20,00	9,00	15,00		4,00	320,0
Grécia	24,00	8,00	15,00	10,00	10,00	15,00	3,00	7,00	2,00	104,1
Irlanda	45,00		10,00		10,00	10,00	12,00		5,00	33,9
Itália	27,00	3,00		25,00	27,00			10,00	3,00	394,4
Luxemburgo	50,00						32,00		13,00	4,4
Países Baixos	30,00	2,00	11,00	4,00	13,00	8,00	16,00	5,00	6,00	208,4
<b>Portugal</b>	<b>25,00</b>	<b>3,00</b>	<b>15,00</b>	<b>5,00</b>	<b>3,00</b>	<b>25,00</b>	<b>8,00</b>	<b>8,00</b>	<b>1,00</b>	<b>113,8</b>
Reino Unido/GB	30,00	10,00	10,00	10,00	13,00	13,00		5,00	5,00	387,9
Reino Unido/IN	60,00							32,00		11,7
Suécia	33,00		14,00		33,00			9,00	5,00	86,2

Fonte: [http://ec.europa.eu/employment\\_social/equal/about/budget\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/employment_social/equal/about/budget_en.cfm).

No PIC EQUAL são princípios básicos e requisitos obrigatórios dos projectos a desenvolver: **1)** o trabalho em parceria que favorece a complementaridade das competências distintivas e especializadas dos diversos parceiros; **2)** a cooperação transnacional porque, cada vez mais, o intercâmbio de experiências em áreas de trabalho comum possibilita uma intervenção que beneficia da experiência dos “outros” e permite a importação de novas “soluções” e a sua adaptação à realidade nacional, num mundo cada vez mais global; **3)** a inovação e o carácter experimental das acções, procurando promover soluções criativas, eficazes e de qualidade para problemas que ainda não se conseguiu dar resposta; **4)** o *empowerment* que garante a adequação das acções aos públicos-alvo, aos territórios e às necessidades e expectativas das comunidades locais, permitindo alcançar melhores resultados na implementação das actividades dos projectos; **5)** a igualdade de oportunidades (e, em particular, a igualdade de género), garantindo que as especificidades dos públicos em causa e a sua discriminação no acesso e no mercado de trabalho sejam devidamente tomadas em conta nas novas políticas e intervenções sociais, quer valorizando a participação e a responsabilidade social (das pessoas, das organizações, etc.), quer promovendo situações e realidades inclusivas); **6)** a disseminação ou *mainstreaming process* dos resultados alcançados, assegurando a transferência da inovação produzida em contexto experimental para contextos e beneficiários mais alargados, com o intuito não só da partilha, multiplicação e difusão dos resultados alcançados, mas também do incentivo à apropriação e (re)contextualização da prática por outras entidades e/ou parcerias.

Figura 18: A articulação entre EEE, PNE, PNAI e PIC EQUAL.



Fonte: [http://ec.europa.eu/employment\\_social/equal/](http://ec.europa.eu/employment_social/equal/).

Como consequência, as actividades a desenvolver por cada PD EQUAL consubstanciam-se em três tipos de “acções” ou fases que constituem um processo dinâmico e evolutivo e a que correspondem três momentos de candidatura e de selecção (ver figura 19). A acção 1 é uma etapa fundamental quer para a concepção e planeamento do projecto quer para a constituição da PD e da cooperação transnacional. A candidatura a esta acção é subscrita pelo conjunto de parceiros “fundadores” da PD. As PD cujas candidaturas tenham sido seleccionadas devem, ao longo da acção 1, identificar os parceiros adicionais, concluir acordos com todos os parceiros envolvidos no projecto e estabelecer a cooperação transnacional; proceder ao diagnóstico aprofundado do problema que se pretende resolver; conceber e planear detalhadamente o projecto, caracterizando e identificando os recursos humanos, técnicos e financeiros a envolver. No final desta acção, e como suportes fundamentais da candidatura à acção 2, cada PD tem já estabelecido um Acordo de Parceria de Desenvolvimento (APD) e um Acordo de Parceria Transnacional (APT), bem como consolidado o planeamento do seu projecto de intervenção.

Com a candidatura à acção 2, as PD poderão (ou não) ver confirmada a continuidade do seu projecto. A acção 2 é a etapa da execução do plano de trabalho, que é detalhado para cada um dos parceiros e onde, claramente, se definem os respectivos compromissos bem como o financiamento associado. Nesta fase, as PD têm obrigatoriamente de proceder à validação de produtos<sup>93</sup> que devem, antes de tudo, incorporar e ser demonstrativos das mais-valias dos princípios/requisitos EQUAL, contrariando a cultura dominante que tende a valorizar os processos e o desenvolvimento de actividades.

O valor e a legitimidade das PD são, em larga medida, avaliados pela qualidade e utilidade das “soluções” experimentadas (EQUAL, 2004b). Logo, a validação de um produto EQUAL (que pode ser uma família ou *package* de produtos diferentes, mas complementares, numa lógica de solução integrada, ou um único produto sempre que este seja susceptível de disseminação individualizada) é o momento do seu reconhecimento e legitimação por terceiros. Pode ser igualmente um momento de contacto e negociação com potenciais interessados na utilização do produto (“incorporadores”). Neste sentido, poder-se-á dizer que o processo de validação é também uma etapa que antecipa e prepara o projecto de disseminação pela aproximação e convergência de interesses de quem o concebeu e de quem o pretende incorporar.

A acção 3 relativa às actividades de debate temático e de divulgação e disseminação da inovação poderá iniciar-se logo que obtidos resultados consistentes e com a avaliação positiva no âmbito da acção 2. As actividades a desenvolver nesta etapa devem ser encaradas como um processo de colaboração (já que “*a transferência implica reflexão partilhada, empenhamento, colaboração e espírito de equipa*”) e de aprendizagem (através de “*uma abordagem de incorporação criativa que não reduza a transferência a mera réplica*”) (EQUAL, 2004a, p. 8). Face ao que antecede, fica claro que a acção 3 tem como pressuposto que os resultados da acção anterior só serão duráveis se forem integrados em contextos mais alargados do que o do projecto que o desenvolveu (isto é,

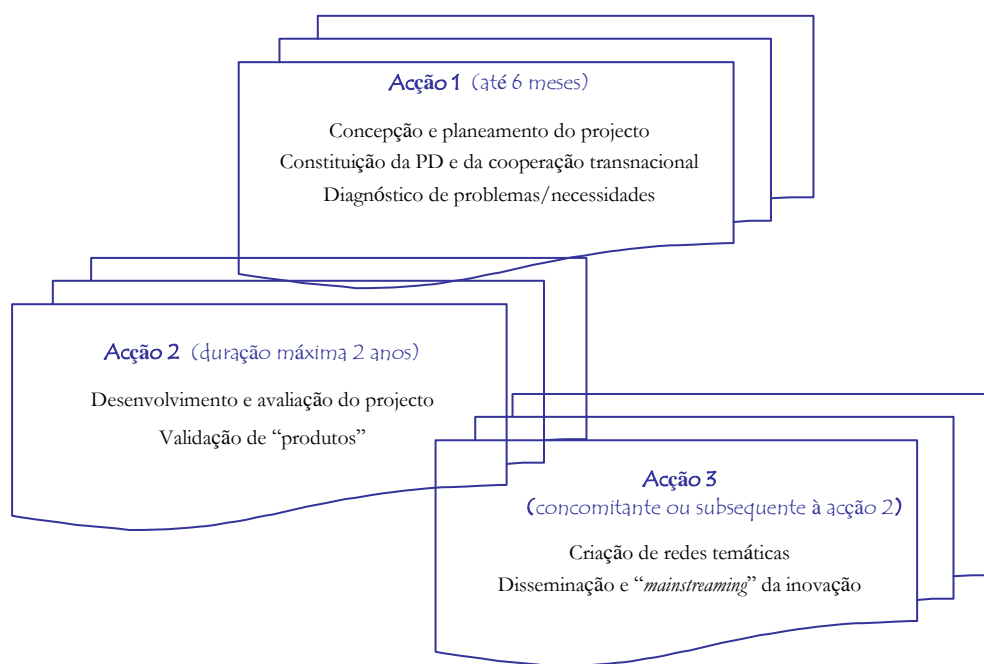
---

<sup>93</sup> Um produto é o *output* visível dos projectos EQUAL. É essencialmente uma solução que se experimentou e testou na acção 2 e que, tendo obtido resultados, se traduz num “recurso técnico-pedagógico” ou numa “prática bem sucedida” que foi objecto de validação pelos autores, peritos e/ou pares e à qual se reconhece qualidade potencial de disseminação (EQUAL, 2004a). Entende-se por um recurso técnico-pedagógico “*tudo e qualquer conteúdo de informação e conhecimento, disponível em suporte físico, em formato digital ou configurando um objecto tecnológico, subordinável a objectivos de formação e inserção, podendo ser explorado em contexto específico de aprendizagem e com valor para o reforço ou desenvolvimento de competências específicas de determinada população alvo*” (Covita, 2003, p. 9). E por uma prática bem sucedida “*uma actividade crítica ou um conjunto coerente de actividades, processos, metodologias, onde intervêm, senão a totalidade, pelo menos parte significativa dos parceiros, numa lógica de complementaridade de competências, através das quais é produzido valor, materializado num serviço ou produto adequado às necessidades de clientes, beneficiários e utilizadores internos ou externos à PD, podendo ser transferidos/apropriados na totalidade ou em parte para/por outras equipas ou organizações*” (Covita, 2003, p. 15).



quando validados, reconhecidos e apropriados por um contexto organizacional, social, económico ou político mais vasto). Assim, à validação de um produto EQUAL segue-se a sua divulgação que está ligada ao efeito multiplicador e que tem em vista disseminar aquilo que foi aprendido junto de outras instituições e organizações, bem como sensibilizar outros “agentes da mudança” para os resultados obtidos e lições extraídas, permitindo a “outros” beneficiar dos resultados das actividades desenvolvidas. Mas, ao contrário deste tipo de generalização, a integração ao nível das políticas vai um pouco mais longe e diz respeito ao processo pelo qual os resultados das PD são incorporados no contexto geral de todas as políticas e práticas, assumindo a forma de disposições normalizadas.

**Figura 19: Acções ou Fases 1, 2 e 3 do PIC EQUAL.**



Em síntese, desenvolver e disseminar implica a existência de produtos transferíveis. É, assim que, no PIC EQUAL, se requereu aos projectos um diagnóstico de necessidades (acção 1) que fundamentasse o desenvolvimento dos produtos (acção 2) e que, para a divulgação e disseminação (acção 3), tivessem de proceder à sua validação e apresentar em candidatura os resultados esperados com o processo de transferência, incorporação e integração dos produtos a disseminar.

### 3.1.2 A empregabilidade, o acesso e o regresso ao mercado de trabalho

Num total de 327 projectos EQUAL aprovados em Portugal, nos anos de 2001 (1ª fase do programa) e 2004 (2ª fase do programa), apenas 49 se enquadram na prioridade 1 (“empregabilidade”), medida 1.1 (“facilitar o acesso e o regresso ao mercado de trabalho”), área de intervenção 1.1.1 (“percursos integrados de orientação-formação-inserção”) (ver Quadro 42). Destes 29 participaram na acção ou fase 3 relativa às actividades de debate temático e de disseminação de produtos e práticas bem sucedidas (ver Quadro 43).

### 3.1.3 O caderno de encargos 3 (“marketing profissional”)

O caderno de encargos 3 (“marketing profissional”) tem como objectivo global conceber e promover acções de marketing profissional com o objectivo de veicular uma imagem positiva e atractiva dos empregos sujeitos a uma desvalorização social crescente e de informar e orientar para as profissões do futuro (profissões em crescimento, novas profissões, novas competências), “abrindo-as” a pessoas com dificuldades particulares de acesso ao mercado de trabalho. Considerando os dados compilados e apresentados no Quadro 44, observa-se que somente 10 projectos EQUAL estão registados nesse caderno de encargos. Em termos da sua distribuição por região, temos a seguinte configuração: 2 na região Norte, 3 na região de Lisboa e Vale do Tejo e 5 na região Alentejo. Quanto ao tipo de entidades interlocutoras e outros parceiros (ver Quadros 45 e 46) verifica-se que a forma jurídica de entidade privada sem fins lucrativos é a mais frequente (46,58%), repartindo-se as restantes entidades por pessoas colectivas de direito público (35,62%) e outras formas (17,80%).

No sector agrícola, a desvalorização social a que têm estado sujeitas as profissões da “velha” agricultura gera necessidade de acções de marketing profissional com capacidade de atrair jovens e fixar adultos qualificados. É assim que 3 projectos executados dentro a IC EQUAL manifestaram interesse em trabalhar o tema da agricultura. O projecto “Nova agricultura. Novas oportunidades” (2001/EQUAL/A3/EM/037) e o projecto “Lima agro-rural para o século XXI” (2001/EQUAL/A3/EM/077), que implementaram estratégias para viabilizar a actividade agrícola em espaços rurais; e o projecto “*IDEIAS, Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis*” (2004/EQUAL/A3/EM/046), que

considerou o lançamento de uma agricultura sustentável e respeitadora do ambiente em territórios periurbanos (ver Quadro 47). Com registo no caderno de encargos 3, conta-se ainda o projecto “Nova agricultura. Novo desenvolvimento rural” (2004/EQUAL/A2/EM/051) que ilustra igualmente conceitos basilares da acção local para o desenvolvimento<sup>94</sup>, mostrando a importância da constituição e fortalecimento de redes para dar resposta aos problemas dos territórios rurais. Contudo, este projecto não chegou a participar na acção 3 de divulgação e disseminação dos resultados da IC EQUAL.

O projecto “Nova agricultura. Novas oportunidades” tinha como entidade interlocutora a ADTR, Associação de Desenvolvimento das Terras do Regadio, uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, que iniciou a sua actividade em Março de 2000 e que pretende, genericamente, apoiar o território, as instituições, as empresas/empresários e as pessoas do município de Ferreira do Alentejo, colocando à disposição de todos os seus serviços e competências técnicas. O objectivo central deste projecto era a revalorização social do trabalho agrícola em Ferreira do Alentejo. Para uma mudança de perspectiva e de atitude, e tendo em vista o estabelecimento de sinergias que permitissem alicerçar o desenvolvimento sustentável no concelho, a entidade interlocutora do projecto, com outros parceiros, tinha como estratégia de actuação que o marketing profissional na área agrícola fosse internalizado pelos diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento concelhio (autarcas, representantes das associações locais e regionais, das organizações cívicas, empresários e demais membros da sociedade civil) e que o fomento do empreendedorismo no sector agrícola levasse a alterações ao nível da educação e formação e a

---

<sup>94</sup> O projecto “Nova agricultura. Novo desenvolvimento rural” foi concebido e implementado pelo MONTE, Associação de Desenvolvimento Rural para o Alentejo Central, que é constituída por quatro associações de desenvolvimento local (Associação de Desenvolvimento Local de Montoito, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, Associação de Desenvolvimento de Montes Claros, Borba, e Trilho, Associação de Desenvolvimento Rural, em Évora). Os objectivos gerais do projecto propostos pela entidade interlocutora residiam em: a) mobilizar os actores locais para oportunidades específicas de empregabilidade no sector agrícola no Alentejo Central; b) construir um plano de marketing estratégico para essas mesmas oportunidades; c) promover a empregabilidade de jovens desempregados, com escolaridade obrigatória concluída e residentes em zonas rurais em declínio; d) e, ainda, qualificar e capacitar diferentes entidades locais para as questões ligadas ao desenvolvimento rural, considerando o estabelecimento de estratégias de actuação assentes na formação-informação-cooperação. Com vista à criação de emprego local no sector agrícola, as entidades parceiras procederam inicialmente à realização de um diagnóstico prospectivo de profissões emergentes no sector agrícola; seguindo-se a construção de percursos/currículos formativos em áreas inovadoras (como o de “técnico de produção animal”) e de novos modelos de gestão e organização de *stakeholders*, tendo em vista o reforço de competências (turismo rural, produtos tradicionais de qualidade, etc.), a conciliação de aptidões individuais com as necessidades do mercado de trabalho e a criação e desenvolvimento de pequenas empresas com o intuito de criar emprego e contribuir para a dinamização da economia local.

ofertas profissionais que dessem resposta às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico, criativo e exigente.

Neste sentido, uma medida crucial passou por qualificar o território de intervenção no domínio das actividades agrícolas, turísticas e de lazer, com importante potencial de criação de emprego. Apostou-se na igualdade de acesso ao conhecimento para uma opção profissional gratificante, na igualdade de acesso a novas oportunidades de trabalho e, sobretudo, na igualdade de oportunidades para os habitantes de Ferreira do Alentejo permanecerem no seu local de origem, promovendo-se o emprego local e a qualidade de vida nas comunidades rurais. Imbuídos destes propósitos, vários produtos EQUAL foram testados e validados no âmbito do projecto, oferecendo soluções inovadoras que permitem criar um ecossistema local mais empreendedor e capazes de aproveitar os recursos endógenos da região, sobretudo no campo dos produtos agro-alimentares, da caça e do turismo em espaço rural.

Assim, os objectivos gerais da disseminação dos resultados do projecto foram resumidamente os seguintes: a) difusão pedagógica das boas práticas de *empowerment* implementadas e identificadas como tal no decurso do projecto (designadamente, Mini-projectos na Escola; Comunidades de Prática; Fórum permanente de Emprego e Formação Profissional) e que originaram a construção de um guia de referência sobre o “*Empowerment em Meio Rural*” assim como a transferência e a consolidação de uma atitude promotora da igualdade entre mulheres e homens; b) Contribuir para o conhecimento e para a reflexão contínua sobre o conceito de *empowerment* bem como para a familiarização dos agentes (beneficiários e alvos da disseminação) acerca do mesmo, dos conceitos que o suportam e da sua aplicabilidade em contextos práticos; c) difusão pedagógica das boas práticas de empreendedorismo identificadas no âmbito da parceria, as quais resultaram na construção de um *package* sobre o “*Empreendedorismo em Meio Rural*” bem como na transferência e apropriação dos respectivos instrumentos que dele são parte integrante, através da sua aplicação prática em outros contextos geográficos; d) criação e animação de uma comunidade de prática entre os técnicos do desenvolvimento local que trabalham as questões do empreendedorismo e da inserção de públicos-alvo femininos.

Para além dos parceiros responsáveis pela concepção dos produtos e práticas a disseminar, foram envolvidas no processo de disseminação a ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local) e a ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.). Ao congregar de modo associativo entidades do desenvolvimento

local dispersas por todo o território português, a ANIMAR dispõe de uma boa estrutura orgânica e operacional que facilitou o acto de disseminação dos resultados e de incorporação dos produtos em outros territórios rurais. Daqui resultou uma rede de cooperação e de aprendizagem que serviu de suporte não só ao processo de disseminação a nível nacional, como também à adequação dos produtos aos respectivos contextos de incorporação, através do estímulo à partilha e à inovação e do reforço de competências dos agentes nas suas áreas de intervenção do desenvolvimento local/rural. Quanto à ADRAL que também congrega de modo associativo, embora à escala regional, um conjunto de entidades públicas e privadas de importância chave para as questões do desenvolvimento do Alentejo, bastará talvez referir que o seu contacto privilegiado com as autarquias que se encontram sob a influência dos efeitos transformadores do Alqueva, tal como Ferreira do Alentejo, foi extremamente benéfico para o processo de incorporação que aí ocorreu. A par do papel de promotor do empreendedorismo desempenhado pela ADRAL apoiado pelo Fundo de Apoio às Micro-Empresas (um instrumento local de fomento do empreendedorismo que se integra informalmente no produto relativo ao empreendedorismo), é ainda de destacar o envolvimento da Escola Superior Agrária de Beja e da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa que conjuntamente, e apoiadas pela acção do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Beja, facilitaram o estímulo ao empreendedorismo (visível na criação de novas empresas, na qualificação das já existentes que careciam de um contexto empreendedor dinâmico, activo e competente) tendo por base a procura de serviços e produtos de alto valor acrescentado, com forte incorporação de saberes específicos e tradicionais.

De acordo com vários estudos, projectos e recomendações da UE, a criação de uma cultura mais empreendedora passa pela educação dos jovens neste domínio desde o ensino básico. Por isso, em parceria com a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos, com ensino secundário, José Gomes Ferreira, as entidades parceiras do citado projecto trabalharam a variante educação empreendedora que foi encarada como um processo essencial no desenvolvimento de competências associadas à criação de empresas e também a indivíduos mais criativos, inovadores e capazes de fazer a diferença. Do trabalho desenvolvido nasceu o recurso técnico-pedagógico “*Educação para o Empreendedorismo*” que resulta das práticas testadas e validadas com os jovens em idade escolar e no âmbito de pequenos projectos levados a cabo na escola.

Todos os parceiros são unânimes em reconhecer a virtualidade da criação de empresas para o crescimento económico e para o aumento do emprego. Em territórios de baixa

densidade, este desiderato torna-se ainda mais relevante. Neste tipo de contexto territorial, a premência da qualificação dos futuros empreendedores revela-se crucial para a promoção e projectos empresariais sustentáveis. Contudo, se a criação de empresas necessita de ser estimulada, o apoio à consolidação das iniciativas empresariais reveste-se, também, de crucial importância, dada a elevada taxa de mortalidade empresarial ocorrida nos primeiros quatro anos de actividade. Logo, para além de qualificar e capacitar os jovens (os futuros empreendedores), promover a criação de redes empresariais e de acesso a financiamento, tendo por base o acesso a mentores e a sistemas de apadrinhamento empresarial foram também algumas das soluções desenvolvidas nos instrumentos/ferramentas “*Empreendedorismo e criação de empresas*”, “*Criação de um clube business*” e “*Road-book para o Turismo sustentável*”.

O projecto “Lima agro-rural para o século XXI” (2001/EQUAL/A3/EM/077) tinha como entidade interlocutora o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte, uma empresa que se associou à Universidade do Porto com o objectivo de fomentar a criação de actividades de investigação e desenvolvimento e de promover e apoiar a inovação, a valorização económica do conhecimento e a prestação de serviços à comunidade. Tendo em atenção a realidade na região do Vale do Lima, o projecto “Lima agro-rural para o século XXI” tinha como objectivo central quebrar com a invisibilidade das oportunidades emergentes no campo agrícola e no mundo rural, revalorizando a ruralidade nos grupos de indivíduos ligados ao trabalho da terra e à criação de animais, promovendo a reabilitação dos seus papéis sociais e capacitando diferentes entidades locais e regionais, empresas e pessoas com fracas habilitações e reduzidas condições de aceder a um emprego (em particular, jovens à procura do primeiro emprego ou de novo emprego, mulheres e emigrantes retornados) para o desenvolvimento de um novo conjunto de competências, actividades e empregos associados ao espaço rural.

Os objectivos gerais da disseminação dos resultados do Projecto “Lima agro-rural para o século XXI” consistiram sucintamente: a) na difusão do *package* “*Frango no MPB*”, que através de um software específico pretende disponibilizar aos profissionais do sector avícola um instrumento que dá cumprimento à imposição legal estabelecida para o modo de produção biológico de frangos (a caderneta de criação, que ao ser reconhecida pelas entidades certificadoras permitiria o registo das explorações), bem como um guia que poderá auxiliar o produtor na gestão quotidiana da sua exploração, por exemplo ao nível dos conhecimentos zootécnicos, sanitários e alimentação dos animais (o guia do produtor de frangos biológicos); b) na difusão do *package* “*Empowerment e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Rural*”, que

pretende capacitar os quadros dirigentes e os técnicos das entidades locais e regionais para a tutoria a iniciativas empresariais com base na articulação institucional, sendo composto pela narrativa de constituição da Cooperativa Biológica de Aves do Lima e pela narrativa de constituição da empresa Teares do Lima, que dão a conhecer os aspectos mais relevantes do surgimento das respectivas IDEIAS de criação até à sua operacionalização; c) na difusão do Manual de Apoio Técnico à Formação em Desenvolvimento Rural que pretende sensibilizar e formar os agentes locais do desenvolvimento, tendo em conta a inovação e a eficácia das suas intervenções em meio rural junto de públicos mais desfavorecidos.

Através do contributo institucional dos parceiros IDARN (Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte) e DRAEDM (Direcção-Geral de Agricultura de Entre Douro e Minho) foi possível disseminar o package “Frango no MPB” junto de 12 associações e cooperativas de produtores do sector que se revelaram excelentes difusoras deste produto EQUAL na região nortenha de Portugal, já que no período de 1/03/2006 a 28/02/2007 aquelas passaram a prestar assistência técnica aos seus associados através da utilização da caderneta de criação e do guia do produtor. A introdução do software, disponível em CD-Rom, veio agilizar o processo de assistência técnica aos produtores, ao mesmo tempo que tornou mais atractiva a tarefa dos técnicos, promovendo a adopção das TIC enquanto instrumentos de apoio à produção de frangos em modo biológico. Tendo por função a certificação dos produtores em MPB, as entidades certificadoras foram também alvo da disseminação e revelaram-se um canal eficaz para a promoção e apropriação/multiplicação do package “Frango no MPB”, dada a rede de produtores de aves que certificam. É, no entanto, de salientar que embora o software possa vir a agilizar ainda mais o processo de certificação dos produtores de frango no MPB, este ainda não se realiza sem deslocação dos técnicos à exploração tal como inicialmente previsto pelas entidades parceiras do projecto.

Através do contributo institucional da Minha Terra (Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local) e da ADRIL (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima), o *package “Empowerment e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Rural”* e o Manual de Apoio Técnico à Formação em Desenvolvimento Rural foram apropriados e disseminados por 42 associações de desenvolvimento local gestoras do Programa LEADER+. De um modo geral, os Grupos de Acção Local enquanto promotores de projectos agrícolas e de desenvolvimento rural têm vindo desde então a apoiar a disseminação dos produtos e práticas produzidas, testadas e validadas inicialmente nos territórios rurais do Vale do Lima,

bem como dos princípios metodológicos que lhes estão associados, mostrando-se fortemente interessados na sua adequação aos respectivos contextos de incorporação.

Estes dois projectos (“Nova agricultura. Novas oportunidades” e “Nova agricultura. Novo desenvolvimento rural”) mostram como a agricultura é um sector essencial no processo de revalorização de saberes tradicionais e de revitalização económica e social de espaços rurais, não só enquanto produtor de bens alimentares (nos casos concretos, de produtos tradicionais com designação protegida que são indiscutivelmente uma das grandes potencialidades da região do Alentejo), mas também, enquanto suporte de outras actividades para as quais a procura é crescente, como a caça e o turismo rural. Como demonstram as experiências levadas a cabo no âmbito do projecto “Lima agro-rural para o século XXI”, a produção animal biológica e o fabrico artesanal de “produtos locais” constituem também oportunidades de diversificação de negócio muito interessantes para os produtores agrícolas, para o auto-emprego e para a criação de novas empresas em territórios rurais. Ainda em Portugal, tem-se conhecimento de algumas outras iniciativas, como por exemplo: a que ocorre no âmbito de um projecto-piloto para conversão de agricultura tradicional em MPB, pelos responsáveis autárquicos de Terras de Bouro<sup>95</sup>, uma unidade territorial de montanha relativamente extensa e diversa, com uma população de 8.232 habitantes, dispersa por numerosas aldeias; ou a do Projecto Biologic@ de Póvoa de Lanhoso que, ao defender uma perspectiva sustentável da economia local, visa a implementação de uma nova estratégia de desenvolvimento rural suportada pela implantação da agricultura biológica, do ecoturismo e de outras actividades

---

<sup>95</sup> Nesta iniciativa do poder local que teve por base a preocupação de uma gestão equilibrada, tanto da agricultura como do respeito pelo ambiente, no território municipal de Terras de Bouro, em pleno coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês, foi possível converter dezassete agricultores tradicionais ao MPB. Dizia o estudo de prospecção de mercado sobre agricultura biológica que, em Terras de Bouro, há “*um espaço de bastante confiança*” para os responsáveis pela autarquia local começarem a promover um conjunto de iniciativas em prol do MPB, que tem subjacente a filosofia do desenvolvimento sustentável. Da interpretação dos dados recolhidos e analisados concluiu-se, então, pela existência de “*uma possibilidade real*” para naquele território se dinamizar e implementar acções nesse sentido, já que é também certo que a população activa/agrícola poderá vir a expandir no futuro, “*com perspectivas de sustentabilidade e de crescimento*”, o modo de produção em referência, quer aumentando o número de agricultores entretanto convertidos, quer em hectares de superfície agrícola utilizada (Município de Terras de Bouro, 2005, p. 26). Além disso, a equipa que promoveu o estudo e prospecção de mercado aconselhava a entidade responsável e promotora do projecto-piloto em Terras de Bouro a não cair na tentação de “descurar” a possibilidade de realizar igualmente um esforço de divulgação dos produtos biológicos produzidos localmente, como aliás é recomendado em toda e qualquer actividade que se paute pela solidez e pelo sucesso. Assim, é sugerido que “*na planificação para a implantação do projecto e mesmo no seu decurso, hajam momentos e espaços para conjugar os produtos de agricultura biológica com eventos desportivos (BTT, canoagem, caminhadas, encontros de todo-o-terreno/jípes e motos 4x4, ...), eventos gastronómicos, com uma forte promoção na comunicação social, festival de colheitas, com promoção sedutora junto da imprensa regional/norte e uma enérgica divulgação junto das escolas, entre outras iniciativas*” (Município de Terras de Bouro, 2005, p. 41 e seguinte).



produtivas respeitadoras do ambiente<sup>96</sup>. Mas existem poucas publicações formais sobre estas experiências e, possivelmente, de muitas outras em Portugal.

Já o projecto “IDEIAS, Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis” pretende criar estímulos para que os produtores possam produzir de modo biológico, agregando valores económicos e ambientais na utilização das suas terras, com exemplos tomados ao município de Palmela que dista aproximadamente 55 km da capital do país. A sua localização geográfica torna-o local de fácil acesso e as actividades agrícolas sofrem todas as consequências características de áreas periurbanas, deixando de ser sinónimo exclusivo de rural e passam a partilhar a área com outras formas de uso do solo (como as actividades recreativas e de lazer, residências e outras actividades económicas). Qual é o papel destinado à agricultura em espaços periurbanos? Esta é a questão que a seguir nos propomos responder, a partir do estudo do caso do Projecto IDEIAS levado a cabo por uma PD EQUAL.

---

<sup>96</sup> O município de Póvoa de Lanhoso foi palco do Projecto Biologic@, onde o contributo de actividades económicas sustentáveis é, como no exemplo de Terras de Bouro, apresentado como uma alternativa credível para a revitalização de áreas rurais desfavorecidas. Como resultados positivos os autarcas promotores deste projecto destacam aí a conversão de treze agricultores intensivos em produtores biológicos, que resultou de um apoio técnico constante a todos os interessados, desde o apoio nas questões técnicas da agricultura, ao apoio na logística e distribuição dos produtos e na área do marketing. Após a realização de um diagnóstico do sector agrícola verificou-se que, em Póvoa de Lanhoso, na última década, tinha-se perdido mais de 50% da área agrícola cultivada, cuja principal característica era a existência de uma população envelhecida e com baixa formação profissional. Para fazer face a este quadro, no Projecto Biologic@ implementou-se a criação de uma “Bolsa de Terras”. Os proprietários das terras não cultivadas disponibilizam-nas em regime de arrendamento àqueles que as pretendem arrendar para nelas se produzir em MPB. Assim, “(...) em 2006, um jovem casal mudou-se da cidade do Porto para a Póvoa de Lanhoso para se dedicar à agricultura biológica, estando em processo de negociações o caso de mais dezassete jovens famílias, com formação média e superior (...)”, que somados aos treze produtores biológicos já em laboração permitirão contornar um dos problemas da agricultura biológica no concelho que, segundo os promotores do projecto, é a dispersão dos agricultores, que dificulta a organização logística do canal de distribuição dos produtos. Este conjunto de produtores permitirá “garantir aos pontos de venda o fornecimento regular de produtos biológicos com uma clara diminuição dos custos dos mesmos”. O desenvolvimento de um novo produto turístico, o Bioturismo, com alto valor acrescentado, é outro dos objectivos do Projecto Biologic@. O Bioturismo é um produto turístico composto que inclui, por exemplo, unidades de alojamento em espaço rural que estejam inseridas numa exploração em modo de produção biológico e que possam ser visitadas pelos hóspedes ou que forneçam pequeno-almoço “biológico”; restaurantes com ementas 100% “biológicas” nos seus cardápios, assim como o respeito pelas questões do ambiente; ou ainda actividades de lazer que permitam o contacto com a Natureza e que não sejam poluentes, incluindo a visita a quintas biológicas. As unidades que aderirem ao projecto, após a verificação do cumprimento dos requisitos expressos no manual do produto, receberão o rótulo biológico. De salientar, por fim, que a utilização das novas tecnologias de informação num sector tradicional é uma componente bastante inovadora, que está também presente no Projecto Biologic@ e que originou a criação de um “Portal” que congrega num só espaço toda a informação relacionada com a agricultura biológica, o bioturismo e a bioeconomia. Este tem por base um software específico cuja principal novidade é disponibilizar um “marketplace” que vai permitir aos agricultores, aos pontos de venda e, ainda, aos distribuidores, negociar directamente os seus produtos e/ou serviços, otimizando assim os custos. Para além de um sistema de apoio técnico on-line a funcionar em determinados períodos do dia, neste portal o visitante poderá ter acesso ao guia do consumidor sobre produtos biológicos, pesquisar em várias bases de dados, encontrar informação sobre bioturismo, obter ajuda para se tornar num produtor biológico, encontrar a legislação e os apoios técnicos e financeiros necessários à sua situação particular (Disponível em <http://www.biologicaonline.com>).

### 3.2 A experiência da PD EQUAL do Projecto IDEIAS em foco:

mobilização colectiva para uma agricultura sustentável e o desenvolvimento local

#### 3.2.1 A necessidade de um projecto de intervenção local

Conforme podemos inferir da discussão anterior, a abordagem do espaço periurbano neste trabalho é feita de uma forma indirecta, filtrada pela experiência que constitui o nosso objecto de estudo privilegiado – o Projecto IDEIAS, Intervenção, desenvolvimento, emprego, inserção e actividades sustentáveis. Trata-se de um projecto onde foram ensaiados esforços de investigação-acção por parte da PD EQUAL que o criou e que proporcionou desafios específicos à metodologia de intervenção por si utilizada. Estes desafios específicos devem-se, desde logo, ao facto de a iniciativa de intervenção proceder não exclusivamente de dentro (isto é, do território a conhecer e a transformar), mas sobretudo do exterior, isto é, de um grupo de instituições/organizações<sup>97</sup> que a desencadeou e tem suportado (não sem sobressaltos), interessado em testar soluções inovadoras para a resolução dos problemas de uma área territorial muito bem delimitada, na sua multiplicação (alargamento e disseminação) noutros espaços e na sua integração nas políticas nacionais, tendo em vista inserir o grupo de agricultores na dinâmica económica e social moderna e assegurar a preservação dos recursos naturais como um património colectivo.

A inconformidade de muitas “respostas” (usa-se chamar respostas, mesmo quando não respondem) é, por isso, um dos pilares do Projecto IDEIAS. Isto é, do inconformismo dos quatro parceiros que se juntaram inicialmente numa PD EQUAL, revertido em exercício prepositivo (ver figura 20). Na sequência da decisão de criar a parceria para prosseguir os objectivos identificados no âmbito da EQUAL foi realizado um seminário, no início do ano de 2005, para estabelecer os objectivos e a missão da parceria. Este seminário foi “facilitado” por um elemento chave da parceria, a INDE, interlocutora do Projecto, que envolvida desde o início no processo de candidatura ao EQUAL, detinha a confiança dos demais parceiros. Dele resultou o princípio de que todos os procedimentos de tomada de decisão seriam equitativos e participativos, isto é, adoptados por consenso de todos os parceiros, com base na responsabilidade colectiva e no trabalho em parceria. De seguida, nesse mesmo seminário

---

<sup>97</sup> Veja-se Anexo 4, Quadro 48: Identificação das entidades parceiras do Projecto IDEIAS.

procedeu-se à definição da missão da parceria, através do aprofundamento do núcleo de cinco objectivos básicos que os parceiros pretendiam prosseguir, a saber:

1. dar um contributo para a promoção da empregabilidade no sector agrícola de públicos particularmente vulneráveis à exclusão (em particular, dos jovens com dificuldades de inserção sócio-profissional - à procura do primeiro emprego, em início de actividade profissional como agricultores ou desempregados - e dos produtores agrícolas já instalados na profissão), auxiliando-os nos seus respectivos processos de transição para a vida activa, de experimentação e de (re)qualificação e formação profissional), no quadro de uma agricultura alternativa (sustentável);

2. ajudar no desenvolvimento da agricultura local, no sentido da promoção da produção agrícola de qualidade, da comercialização e certificação dos produtos e da protecção e melhoria do ambiente. Como nos dizia a então responsável pela entidade promotora do projecto: *“Com a nossa actuação queremos chamar a atenção para a importância da agricultura biológica junto dos pequenos agricultores (...) e, portanto, fazer passar a mensagem de que a eficiência na utilização dos recursos naturais, a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas é, aqui, neste território possível, não só em termos de agricultura empresarial como também, e sobretudo, familiar”* (Depoimento da Dr.ª Cristina Cavaco);

3. contribuir para o pleno aproveitamento das possibilidades abertas pelas novas políticas de desenvolvimento territorial/local, outorgando os conhecimentos, aptidões, atitudes, motivações e desejos necessários para uma visão intersectorial das temáticas do emprego, da inclusão social e das práticas “sustentáveis” de agricultura, que despontam no meio rural, modificando a paisagem e estabelecendo novas relações e significados sociais no espaço agrário pós-industrial.

4. combater o não envolvimento e a não participação/responsabilização, quer dos grupos-alvo, quer das organizações que os representam ou outro tipo de organizações locais e regionais, para responder aos desafios do difícil presente em que vivemos, onde os contributos do poder político (central, regional e local), dos agentes económicos e do sector comunitário, ou seja, da sociedade civil, se mesclarão para um novo compromisso institucional, focalizando sempre o lugar da agricultura e dos agricultores no actual contexto;

5. criar espaços de reflexão entre actores rurais e actores urbanos, onde as particularidades do que é “rural” e do que é “urbano” não sejam anuladas, ao contrário, sejam a fonte de integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos actores em confronto. Mediante esta aproximação, configurar uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, possam reiterar e viabilizar as particularidades entre o rural e o urbano.



A partir dos cerca de cinco objectivos básicos, o objectivo central que os englobava a todos de forma clara e prática era o seguinte: associar exigências de cidadania (ou seja, de todo e qualquer indivíduo intervir activa e pacificamente na vida da comunidade com vista a manifestar a sua opinião e sugerir alternativas de mudança) com o desenvolvimento de capacidades para actuar apropriadamente, através do acesso de pessoas e grupos marginalizados do mercado de trabalho a novas oportunidades de emprego e de negócio, ligadas a dinâmicas locais de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, assegurem a segurança alimentar e a tão procurada qualidade dos produtos agrícolas, tudo isto sem prejuízo da protecção ambiental e aumentando a interacção e a consolidação entre o rural e o urbano.

Como muito bem notou a responsável pela entidade promotora do Projecto IDEIAS, *“Este projecto não poderia ter sido realizado sem uma parceria sólida e eficaz”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). A relação de proximidade com os parceiros (tanto internos como externos) que a INDE procurou privilegiar, ora estimulando os contributos individuais de cada um, ora reforçando o trabalho em conjunto, permitiu equacionar a construção do espaço de intervenção do Projecto IDEIAS. Um espaço que se pretendia marcado pelo desenvolvimento de acções com carácter experimental e inovador, oferecendo uma base mais estratégica ao projecto, e que implicava a reunião na PD de parceiros *“com maior relevância”* e que melhor poderiam intervir em torno da questão fundadora do projecto. Desta forma seria possível *“conferir sentido às acções empreendidas”*, que, diga-se, devem sempre ser vistas em relação a um plano conjunto, não só porque elas só têm sentido na medida em que criam uma rede de intercâmbios, de participações, mas também porque trazem consigo *“reconhecimento, legitimidade e poder de decisão”* (EQUAL, 2005, p. 12), tal como preconizado no acordo de PD.

A responsável pela entidade que tomou a iniciativa de desenvolver a ideia de criar a PD EQUAL e de iniciar o processo de procura de potenciais parceiros, diz-nos que: *“(…) identificar e seleccionar os parceiros com maior relevância a trazer para a parceria foi um trabalho fundamental”*. No início, para garantir uma gestão fácil e relações mais harmoniosas, concordou-se em colocar um limite ao número de membros da parceria de desenvolvimento, pois, *“os objectivos e as acções a desenvolver estavam já claramente definidos e cada um dos parceiros aceitou encarregar-se, individualmente ou em complementaridade com outros parceiros, das acções respeitantes ao domínio das suas competências”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco). Contudo, ao longo do tempo foi possível identificar outros parceiros *“credíveis”*, com recursos humanos e físicos diferentes que se revelaram necessários ao trabalho da parceria. Estes foram convidados a aderir à parceria e a ela

informalmente associados. A PD EQUAL aqui em questão vê, assim, o seu campo de acção alargar-se, mas confrontou-se também com dois grandes desafios.

O primeiro desafio está relacionado com a necessidade de privilegiar reais práticas de cooperação e o trabalho em conjunto entre as diferentes instituições/organizações internas à PD, que permitissem uma maior coerência e eficácia dos dispositivos de apoio e de desenvolvimento de toda e qualquer acção a empreender. Tome-se como exemplo, os sucessos (previstos e imprevistos) das acções de acompanhamento do grupo de agricultores locais para a conversão ao modo de produção biológico, que através do apoio técnico e de actividades de mediação em sistema de tutoria procuraram “recriar” uma certa maneira de fazer e de estar na agricultura, em prazos relativamente curtos. Pudemos verificar na prática, por exemplo, que os responsáveis pela organização da tutoria, integrados em entidades com estruturas organizativas, processos de funcionamento e lógicas de acção distintas, defenderam inúmeras vezes diferentes pontos de vista (relativamente ao tempo de preparação, de reflexão e de implementação da actividade junto dos tutorandos, já que os interesses eram muito variados e múltiplos) que não representaram, por isso, rupturas no seio da parceria. Ao contrário, representaram um maior nível de compromisso que se reflectiu no empenhamento efectivo de todos para a produtividade e demonstração de algum tipo de resultados tangíveis que pudessem transmitir a sensação de realização e, sobretudo, garantir que cada um estava a cumprir o que se comprometera a fazer no acompanhamento da referida acção. Como a confiança aumenta com o tempo e não pode ser adquirida no início do trabalho em parceria, foi importante existir um conhecimento claro da contribuição de cada um para a realização da acção.

Contudo, algumas foram as situações que apresentaram pequenos bloqueios (algumas decisões não foram, como inicialmente acordado, tomadas por todos os parceiros; dificuldades de alguns representantes dos parceiros em conseguirem partilhar críticas francas sobre o seu desempenho e, por vezes, da própria instituição que representam, no trabalho da parceria) e que, diga-se, não fosse o papel decisivo da INDE, que promoveu positivamente o trabalho em parceria, poderiam ter afectado o desempenho do Projecto em momentos cruciais. Estes foram, no entanto, ultrapassados com “*estratégias de mediação dos conflitos*” baseadas no respeito mútuo, na reciprocidade e na igualdade. Assim, “(...) *a negociação surgiu pontualmente como um instrumento na resolução dos conflitos internos*”. Mas, e sublinhe-se, aparte a conduta de má fé e de puro querer prejudicar, “(...) *o debate e a reflexão em torno de pontos de vista divergentes foi um sinal*

*claro da vitalidade desta PD*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). A definição conjunta de objectivos e de métodos a utilizar é, pois, um passo importante para a construção de uma parceria forte, dado que permite, em simultâneo, aceitar outras lógicas de actuação e prioridades, que não as da própria instituição/organização a que se pertence, e clarificar o que realmente se pretende alcançar num projecto concebido e experimentado em comum.

O segundo desafio está mais directamente relacionado com a capacidade de incorporar os princípios/requisitos EQUAL e, em particular, com o princípio de *empowerment*, sem o qual a qualidade do trabalho de parceria seria seriamente afectada. Para além da implicação dos parceiros que acima fizemos referência, esta incorporação supõe a participação efectiva dos destinatários finais na construção e desenvolvimento das acções a empreender no âmbito do Projecto IDEIAS. Não se trata, portanto, de uma consulta ou de uma mera formalidade, onde a presença dos grupos-alvo, a quem se destinam as acções, é requerida. Ela implica, antes, todo um trabalho realizado em contínuo com os produtores agrícolas e seus agregados familiares, com as instituições/organizações locais e regionais, públicas e privadas, para referir apenas alguns casos. Neste sentido, e como instrumento de participação (logo, de responsabilidade), esta PD incorpora a noção de fórum local, permitindo a um leque alargado de intervenientes um envolvimento efectivo no Projecto IDEIAS. O processo foi necessariamente lento, mas o envolvimento de muitos parceiros (formais e informais) no planeamento e na concepção assegurou a sua aceitação e o empenhamento de todos, que naturalmente variou na relação directa com o benefício individual quantificável que cada uma das entidades parceiras identificou para si própria no processo de desenvolvimento de uma ou de outra acção.

Como a sua abertura a outros intervenientes acarretaria uma gestão complexa e pesada, foi no quadro do “Espaço-observatório” que uma participação alargada e informal de parceiros ocorreu, sem que houvesse uma formalização do seu estatuto na PD, possibilitando a agilização e a flexibilização das participações, com diferentes intensidades e níveis de compromisso em função da natureza e dos interesses particulares de cada um dos participantes. Esclareça-se, ainda, a este propósito, que o Projecto IDEIAS compreende duas estruturas de gestão e funcionamento. Uma, que corresponde à Parceria de Desenvolvimento formal e registada legalmente na EQUAL. Outra, mais informal (e, portanto, mais flexível) que corresponde ao Conselho Consultivo, que integra para além dos órgãos de poder autárquico (Juntas de Freguesia de Marateca e de Poceirão), agentes económicos (empresas), instituições/organizações locais e regionais e, ainda, alguns residentes no concelho de Palmela.

Para assegurar o máximo envolvimento dos parceiros, o “Espaço-observatório” reuniu em diferentes momentos da vida do Projecto IDEIAS. Com um papel central na sua execução, ele é entendido como um espaço de reflexão (debate) sobre o papel da agricultura e dos agricultores em áreas de transição rural-urbano, que centra a sua acção na observação e monitorização das dinâmicas locais, designadamente na área piloto de Marateca/Poceirão. Nas palavras da responsável pela entidade parceira IDRHa, “*É uma estrutura dinâmica que não assenta exclusivamente no trabalho técnico-científico, mas também, e sobretudo, num encontro e produção colectiva entre os diferentes actores, os agentes e a população local*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Serafim). Na realidade, e para o efeito, dentro do “Espaço-observatório” organizaram-se localmente diversos eventos, dos quais se destacam os fóruns, os workshops e as oficinas.

Assim, com base em conceitos específicos do EQUAL e em métodos de acção comuns a outros programas comunitários, como o LEADER, o Projecto IDEIAS assenta na noção de PD. Por um lado, instaura novas regras de acção, que tendencialmente visam contributos de cada um dos parceiros em regime de paridade<sup>98</sup> e que se evidenciam “*numa lógica de co-responsabilização e co-produção*”, tida como imprescindível ao “*aumento da confiança*” e ao “*acreditar na capacidade de acção para a mudança*” (EQUAL, 2005, p. 12). Por outro lado, esta iniciativa de carácter sectorial (sectorial, porque abrange um determinado sector económico, o agrícola, e afecta, em particular, um grupo-alvo específico, o dos agricultores) assenta igualmente no reconhecimento do território como centro dos problemas, carências e desequilíbrios que advém do seu próprio desenvolvimento e, por isso, também das soluções (novas) a desenvolver, que possam levar à indução da transformação, da mudança, e que justifiquem a sua própria existência.

Num esforço em ir para além da retórica da participação no processo de desenvolvimento local, o Projecto IDEIAS procura ser um exemplo de um novo modelo de desenvolvimento, que baseia a sua acção em toda uma rede de actividades e tarefas susceptíveis de desenvolver um conjunto de potencialidades e que encara as pessoas como uma das forças e os principais recursos do seu próprio desenvolvimento, apostando decisivamente na sua capacitação. O grande mérito dos práticos empenhados na animação das actividades do Projecto IDEIAS está em terem entendido que actuar, é, ao mesmo tempo, o objectivo nuclear e a melhor âncora da dinâmica local de desenvolvimento. Relembre-se aqui que, as PD constituídas por entidades (pessoas colectivas), de natureza diversa, e que desafiam

---

<sup>98</sup> Hoje é difícil, pelo menos em matéria de princípios, excluir argumentos de igualização.



claramente todos os seus actores a unir esforços, a rentabilizar recursos, a integrar perspectivas e a complementar competências e acções, para a resolução de uma problemática devidamente identificada, são o objectivo primordial do PIC EQUAL. A nota de abertura de Vale (2005, p. 4), gestora desse Programa em Portugal, no “Guia para as Parcerias de Desenvolvimento EQUAL”, mostra a importância deste comprometimento: *“Se a EQUAL, no final do seu período de vigência, tiver conseguido imprimir uma nova cultura de trabalho em parceria, teremos alcançado um dos principais objectivos do Programa”*, e acrescenta: *“O trabalho em parceria traduz uma ‘filosofia’ e cultura de trabalho e constitui-se como um instrumento de suporte à acção”* (Vale, 2005, p. 4 e seguinte). Para abordar o contexto imediato no qual se situa o trabalho dos diferentes investigadores e técnicos da equipa pluridisciplinar do Projecto IDEIAS, diríamos que o enfoque nas dinâmicas de cooperação e na capacidade de partilhar é cada vez mais uma necessidade para conferir profundidade e amplitude aos processos de desenvolvimento dos territórios. Cooperar e trabalhar em rede não tem sido, contudo, uma prática consistente e generalizada no plano nacional. O chefe do Projecto LEADER +, em Portugal, ao escrever sobre os benefícios e fragilidades das parcerias, diz-nos que, *“Institucionalmente parece que continuamos a ser muito pouco parceiros. Não há ainda uma cultura suficientemente desenvolvida de trabalho em equipa e de partilha de poder”* (Batista, 2007, p. 2).

Insista-se então no facto de que no trabalho em parceria é fundamental ser capaz de partilhar o poder, a informação, os recursos, numa relação de igualdade, de confiança e de transparência, não só com os elementos que integram as entidades parceiras, como também com todos os usuários envolvidos e interessados na intervenção e no meio em que ela se exerce. Neste quadro, e no Projecto IDEIAS, tornou-se indispensável e, até às vezes, predominante “alimentar” o trabalho em parceria, o que implicou para cada um dos elementos da PD, um tempo de aprendizagem, de experiências comuns, de trocas, de recolha de informação, nos quais todos se capacitaram. Como muito bem lembra a técnica de animação, acompanhamento e desenvolvimento das acções no terreno de uma das entidades constituintes daquela PD, num desabafo sincero, durante uma das nossas atribuladas viagens de automóvel em direcção a Marateca e ao Poceirão: *“(…) é preciso abandonar a ideia de que nós profissionais do desenvolvimento, tendo por vocação ajudar pessoas e grupos em dificuldade, temos mais capacidade de organização, de decisão e até de solução para os problemas do que aquelas pessoas [referindo-se aos agricultores beneficiários do Projecto IDEIAS], e muitas nem têm a instrução primária completa”*, tendo concluído da seguinte maneira: *“Pois é, temos de ouvir e valorizar a experiência dos participantes no IDEIAS porque afinal é da vida deles que se trata, não da nossa”* (Notas de campo).

Pode certamente haver conflitos (como houve e como já o tínhamos dito) ou interesses divergentes (como também aconteceu), mas através de processos de “negociação” foi possível construir objectivos comuns num projecto em que as parcerias formais e informais funcionaram. Para o seu sucesso, a responsável pela entidade parceira INDE, aponta como principal razão *“o saber estar e o trabalho em parceria”*, acrescentando que *“ter em conta a realidade, os recursos e os actores locais e outros de fora do território de intervenção, foi também útil para que pessoas e instituições, em conjunto, se envolvessem num processo de construção de um projecto de parceria para aquelas duas freguesias de Palmela”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares).

Note-se, também, que no Projecto IDEIAS o trabalho em parceria pressupunha uma actividade aberta e flexível, que mudava de forma, de acordo com as circunstâncias e os actores envolvidos em diferentes momentos do tempo. O seu plano de trabalho não era um programa rígido que se tinha que cumprir exactamente como definido no papel e a todo o custo. O trabalho em parceria em que estivemos envolvidos foi, pois, uma construção em cada acção, em cada actividade, já que dependia amiúde das condições e dos actores em presença. Foi também um desafio para aqueles que durante a vigência do Projecto IDEIAS trabalharam como “profissionais” na área do desenvolvimento local em contexto periurbano e que só no terreno tomaram consciência da necessidade, ou mesmo do imperativo ético, de promover e facilitar a participação de todos os usuários envolvidos e interessados nas acções, nas actividades e nas decisões que, conjuntamente, eram levadas a cabo no âmbito daquele projecto. É, pois, indispensável um maior investimento na criação de uma nova “cultura” de trabalho em parceria. Para que isto seja viável, é, também, necessária uma certa “facilitação” de acordos entre diferentes entidades<sup>99</sup>.

Ora, esta lógica que teve um grande acolhimento junto da Autoridade de Gestão do PIC EQUAL, em Portugal, é, na opinião de Vale (2007, p. 3), uma exigência que deve ser feita

---

<sup>99</sup> Tal como Jalowitzki (2007, p. 49) enfatiza, nos seus ensinamentos sobre atitudes e comportamentos que facilitam o andamento de grupos nas organizações, para que o potencial que uma parceria representa se possa concretizar, é necessário *“iniciar uma era de comunicação efectiva, passar informações, reunir para dialogar, trocar IDEIAS, experimentar novas soluções para os problemas, que permitam desenvolver uma visão de conjunto e trabalhar a capacidade de nos colocarmos no ponto de vista alheio”*. Para esta autora desenvolver a capacidade de se colocar no ponto de vista alheio não significa justificar o outro. Pelo contrário, significa entendê-lo, porque só conhecendo os diferentes motivos que nos levam a nós próprios e às demais pessoas a ter comportamentos ditos inadequados é que estaremos em condições de, compreendendo-nos, compreendê-los, e, deste modo, também decidir o rumo que queremos dar às nossas vidas, sendo que o trabalho colectivo é colocado como uma possibilidade de interferir na realidade. Daí a importância de algumas atitudes, posturas e habilidades que, uma vez desenvolvidas, podem colaborar para a efectivação de um papel facilitador do trabalho em parceria. Entre outras, Jalowitzki destaca o favorecimento de um clima de confiança e abertura entre os participantes, o respeito pela historicidade, o estar disponível, o adoptar uma atitude assertiva em todas as ocasiões, o transparecer tranquilidade, objectividade, maturidade, sensibilidade, flexibilidade, determinação e diplomacia.

ao seu Gabinete de Gestão, para a concretização dos objectivos de inovação e disseminação do Programa, sendo que este tem assumido, de facto, o papel de facilitador do trabalho em parceria, quer “*criando um quadro regulamentar suficientemente flexível para permitir os mais variados modelos de parceria*”, quer “*exigindo uma clarificação à partida de papéis e responsabilidades de cada parceiro*”. Para além disso, a Gestão portuguesa do PIC EQUAL, que tem vindo a conceder os correspondentes meios financeiros às PD que concebem as acções e os projectos que sustentam a concretização da Iniciativa em Portugal, disponibiliza, ainda, ferramentas de apoio ao trabalho em parceria, como sejam as várias publicações da Colecção de Estudos “Saber Fazer”, ao mesmo tempo que organiza acções de formação, como aquela relativa ao tema da “Gestão de Projectos em Parceria” em que tivemos oportunidade de participar, como formanda, no início da Acção 2 do Projecto IDEIAS.

Levando mais longe este princípio do trabalho em parceria, o Gabinete de Gestão EQUAL, em Portugal, promoveu a constituição de Redes Temáticas que associam técnicos(as) e coordenadores(as) de projectos EQUAL que trabalham em domínios comuns, alargando, assim, o âmbito da cooperação, explorando sinergias entre projectos e criando uma dinâmica de partilha, de descoberta de novas “soluções” para os problemas dos seus projectos e seus destinatários e de influência política nos domínios em que trabalham<sup>100</sup>. Nas palavras de Vale (2007, p. 3), as Redes Temáticas constituem-se como “*parcerias de parcerias*”. Estas não só produzem inovação como também capitalizam os resultados de cada PD participante na rede temática associada e propiciam a transferência e disseminação de resultados num quadro muito mais alargado. Acresce que as Redes Temáticas têm também tido um papel central no processo de validação de produtos concebidos e experimentados pelas diferentes PD EQUAL.

Aos participantes da Rede Temática associada à prioridade designada por “empregabilidade”, da medida “percursos integrados de orientação-formação-inserção” (já que é nesta que o Projecto IDEIAS está integrado e, por consequência, na qual tivemos oportunidade de participar regularmente como representante da entidade parceira IDRHa e em substituição da sua coordenadora responsável), ouvimos frequentemente e, em particular, nos actos relativos aos processos de validação dos seus produtos, dizer que têm aí aprendido

---

<sup>100</sup> Isto é, numa “comunidade de prática” que, segundo Wenger *et al.* (2002), está estruturada de acordo com o tema de enfoque da comunidade (ou seja, o seu campo de interesse e de conhecimento, que confere identidade aos seus membros); as relações que se estabelecem entre as pessoas do grupo e que encorajam a partilha de ideias, o que cria o tecido social da aprendizagem (a comunidade); e, por fim, os referenciais, os instrumentos, a informação, as boas práticas, os produtos, as propostas de política que a comunidade vai partilhar e elaborar, e que constituem a base de aprendizagem futura (a prática).

muito. Como nos relatou um dos técnicos de uma PD EQUAL presente na reunião de Setembro de 2006, promovida em Santarém: *“Pessoalmente considero que vir a cada uma das reuniões da Rede é uma experiência enriquecedora para o trabalho que estou a desenvolver, mesmo quando tenho de fazer tantos quilómetros, que nunca mais acabam, para cá chegar, como fiz hoje. (...) É uma experiência também gratificante porque sinto que estou a aprender com cada uma das abordagens, perspectivas e pontos de vista que são colocados em cima da mesa e por todos debatidos; (...) mas, sobretudo, porque esta aprendizagem me faz crescer em termos individuais”* (Depoimento de um elemento da PD do Projecto “Nova agricultura. Novas oportunidades).

Dizê-lo, porém, não seria bastante se não se esclarecesse também que, são de esperar impactos no interior das próprias entidades parceiras a quem o processo de validação proporciona contactos diversificados com novos actores (nacionais e estrangeiros) e com novos produtos, novas metodologias e novas intervenções e, principalmente, com práticas bem sucedidas. Esta exigência significa que na validação de produtos EQUAL é, então, possível introduzir-se maior rigor e qualidade, na justa medida em que ela é susceptível de induzir mudança nos valores, nas atitudes e nas próprias competências (quer individuais quer colectivas) dos diversos técnicos e das diferentes entidades envolvidas nos tantos projectos que compõem a supracitada iniciativa comunitária<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> As redes temáticas da 2ª fase do PIC EQUAL (desenvolvidas em 2005, 2006 e 2007) foram marcadas pela etapa anterior do Programa e pelo relevo que nela teve a divulgação e disseminação dos resultados. Sobre o assunto veja-se, por exemplo, o documento orientador do trabalho das redes temáticas da 2ª fase do PIC EQUAL em Portugal (EQUAL, 2006, p. 3 e seguinte), no qual o Gabinete de Gestão do Programa faz a avaliação das redes temáticas da 1ª fase, concluindo que essa avaliação foi muito positiva no que respeita aos objectivos relacionados com a validação dos produtos, a partilha de conhecimento e experiências e o desenvolvimento das competências dos participantes. Nesse mesmo documento pode ler-se que a adopção do método “comunidades de prática” influenciou fortemente tanto a coesão e dinâmica das redes temáticas, como o reforço da cultura de confiança e de cooperação dos participantes, e muito contribuiu para que as redes fossem um espaço privilegiado de debate e de partilha induzindo uma cultura de aprendizagem permanente e de abertura à crítica construtiva, ao aprofundamento de questões relacionadas com os projectos e ao acolhimento do *feedback* de pares e de especialistas, em particular no caso da validação de produtos. Menos conseguidos foram, porém, os objectivos de produzir novo conhecimento/novos produtos, de influenciar as políticas e o de facilitar a construção de parcerias e alianças mais estratégicas. Assim, na 2ª fase de implementação do PIC EQUAL em Portugal assume-se quatro grandes linhas de acção: 1) reforço da partilha dos resultados dos projectos (mais do que das experiências dos participantes); 2) maior ênfase na identificação, selecção e validação dos produtos e práticas de sucesso, fazendo emergir evidências do seu valor acrescentado e das suas vantagens; 3) maior abertura ao “exterior”, com envolvimento de responsáveis da administração, de decisores políticos, parceiros sociais e actores-chave do mundo associativo, potenciando as redes temáticas como espaço privilegiado de disseminação e encontro entre autores de produtos EQUAL e potenciais “incorporadores”; 4) extrair dos resultados dos projectos e da reflexão em rede temática ilações para as políticas no quadro das prioridades nacionais.

Claro que, num certo sentido, uma PD EQUAL enquadra-se em múltiplos espaços, do local ao transnacional, relacionados através de diversos acordos que pretendem criar uma cadeia comum. Assim, cada uma destas parcerias pode, por exemplo, celebrar um acordo de cooperação transnacional com, pelo menos, uma PD de um outro Estado-membro. É disto exemplo, a Rede Rurban (“*Réseau, territoires, innovation et emploi*”) composta por três entidades promotoras de projectos EQUAL subordinada ao tema da criação de actividades económicas sustentáveis em meio rural e periurbano, constituída para além do Projecto IDEIAS, pelos projectos SAUGE (“*Solidarités, Agriculture – Urbanité pour des Gains Economiques*”, em França) e ROAD (“*Rete dell’Ospitalità e dell’Accoglienze Diffusa*”, em Itália), que permite a troca de experiências entre os diversos parceiros em domínios como: a participação e envolvimento dos actores locais; a criação de emprego agrícola e a formação profissional; as representações e imagens da agricultura; a diversificação e as novas funções da agricultura num espaço rural em mutação.

Claro que, noutro sentido, em cada uma delas o PIC EQUAL é transposto para contextos específicos e de certa forma neles redefinido, gerando-se no seu processo uma dinâmica de constante reajustamento de acções, concepções e finalidades. Não obstante, enquanto acontecimento processual, uma PD, revela-se não através das suas metas iniciais, mas sim através de dialécticas de construção entre estas e outras, acrescentadas por actores, individuais ou institucionais, públicos ou privados, implicados, de alguma forma, na realização das actividades e tarefas a levar a cabo nas diversas fases dos seus projectos pelo conjunto dos parceiros. Deste modo, e embora a estruturação e o modo de funcionamento de uma PD EQUAL devam ser os mais adaptados a cada circunstância (isto é, ao contexto em que intervém), a unidade inicial tende a desmultiplicar-se.

Assim, e voltando à realidade concreta da PD resultante da execução do Projecto IDEIAS, na medida em que a implementação deste foi progressiva (por acções ou fases), para além de um “núcleo duro” de parceiros (os parceiros fundadores) admitiu-se, ao longo do seu processo de desenvolvimento, a entrada e a saída de outros parceiros: actores preferencialmente colectivos, mas também individuais, em função das actividades que nele eram chamados a desempenhar. Este processo de mudança de parceiros, em que a relativização sequencial de um qualquer projecto financiado por esta Iniciativa Comunitária se opera, é inerente à sua organização repartida em várias etapas que no Programa EQUAL são, como vimos anteriormente, identificadas como acções ou fases 1, 2 e 3. Em cada uma delas os

projectos das PD EQUAL reactualizam-se, mas a última traduz a acumulação dos dois anteriores e, em simultâneo, a sua pertinência global. Nela encontramos, em toda a sua acepção, o modo de operação do Projecto IDEIAS – a intervenção – isto é, a aplicação no terreno dos seus princípios conceptuais e metodológicos, que, como já repetidamente dissemos, se inspira e beneficia da experiência de um outro PIC, o LEADER. Protagonizado pelas quatro entidades parceiras, é, por um lado, o clímax de um processo intensivo (com algum grau de atribulação) mas efémero, que se assume (ou aproxima) da investigação-acção, e que surgiu como adequado nas orientações globais. Por outro lado, é a “prova de fogo” da validade do próprio Projecto IDEIAS, que pelas suas características pode desempenhar um papel chave na gestão de um novo modelo de desenvolvimento no território de intervenção, dado que a sua autonomia e a constituição com base na discussão das “necessidades existentes/situações problemáticas” concretas aproximam o nível de decisão do local. Por isso lhe é absolutamente central o esforço de fortalecer a participação da comunidade e dos vários actores envolvidos na procura das “soluções”, acrescentando valor em relação às respostas convencionais do passado, e potenciar o desenvolvimento de novas competências ligadas à sustentabilidade da agricultura em territórios periurbanos (ver fotografias 1-2, anexo 4).

### 3.2.2 O território alvo/área de intervenção<sup>102</sup>

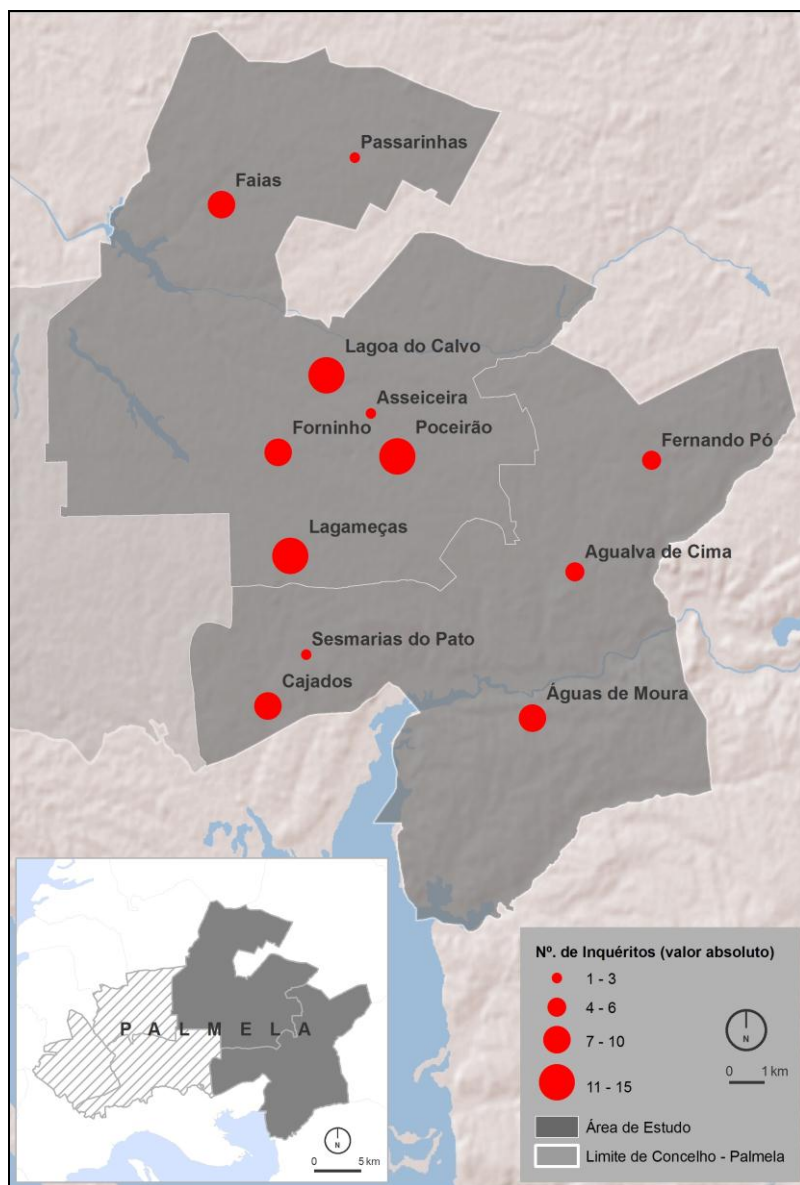
Embora se estenda a todas as cinco freguesias do concelho de Palmela, o território alvo/área de intervenção do Projecto IDEIAS (e, também, por nós delimitado para a recolha de informação primária obtida pelo método de inquirição por questionário e pela realização de entrevistas) foi preferencialmente as duas freguesias mais “vincadamente rurais”, Marateca e Poceirão (ver figura 21 e fotografias 3-18, anexo 5).

---

<sup>102</sup> Para não sobrecarregar o texto com tabelas, optou-se por compilar a informação estatística no Anexo 5. Cumpre claramente dizer que a informação estatística a que se recorreu foi maioritariamente a constante dos Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e 1999, realizados pelo INE. Tem-se, portanto, a consciência de estar a trabalhar com dados que à partida se supõe estarem um pouco desajustados da realidade (porque não actualizados) e, ainda por cima, num território tão sujeito a alterações no domínio da forma de ocupação e do uso do solo. De então para cá significativas alterações certamente se registaram. Elas não terão sido, todavia, de tal envergadura que tenham invalidado o panorama que se irá apresentar. Usaram-se, ainda, informações fornecidas pela Zona Agrária de Setúbal e pela Unidade de Gestão Florestal da AML, bem como alguns dados fornecidos por outras entidades, locais e regionais, ligadas ao desenvolvimento do sector primário no concelho de Palmela.

**Figura 21:**  
**Lugares de inquérito aos produtores agrícolas. Concelho de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.**

Fonte cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal (formato vectorial). IGP, 2009.



Neste território alvo/área de intervenção foram aplicados 90 inquéritos aos produtores agrícolas distribuídos pelos lugares de Águas de Moura (10), Cajados (8), Fernando Pó (6), Agualva de Cima (4) e Sesmarias do Pato (2), na freguesia de Marateca, e pelos lugares de Lagoa do Calvo (15), Lagameças (12), Forninho (8), Faias (7), Passarinhas (3) e Asseiceira (1), na freguesia de Poceirão. O perfil dos produtores agrícolas inquiridos e das suas famílias é apresentado na subsecção a seguir.

A escolha de um território bem delimitado deve-se ao facto do projecto ser experimental e de duração reduzida (Correia *et alt.*, 2007, p. 61) e baseou-se num critério de combinação de três elementos, a saber: a localização geográfica na periferia de um núcleo urbano de grande dimensão (Lisboa); a exposição a processos de desenvolvimento urbano e industrial marcados que não só acentuou e deu uma nova configuração à dicotomia territorial tradicionalmente instalada (rural-urbano) como induziu à valorização especulativa dos solos rurais, conduzindo à irracionalidade da sua ocupação; e, por fim, o peso ainda significativo do sector primário na economia local. Assumindo com frontalidade esta escolha devemos, agora, considerar a realidade local onde todo o trabalho de animação/extensão agrícola teve lugar.

Em 2001, a freguesia de Marateca apresentava um núcleo populacional com três mil, quinhentos e oitenta e seis habitantes (Fonte: Censos 2001). Historicamente, o povoamento desta freguesia remonta à época da colonização romana, tendo começado por ser um importante ponto de apoio aos viajantes, dada a sua proximidade com a estrada que ligava Lisboa a Mérida (capital da Lusitânia), como tem vindo a ser demonstrado pelos vestígios encontrados na Estação Arqueológica do Zambujalinho.

Sobre a origem do seu nome, existe uma lenda popular segundo a qual é possível concluir-se que o nome de Marateca foi atribuído à povoação, por volta da segunda metade do século XII, primeira metade do século XIII, num período de guerra entre cristãos e muçulmanos. (Fortuna, 1989, p. 22) A memória local evoca que, naquela época, um valente cavaleiro português que residia no lugar de Águas de Moura se apaixonou por uma encantadora jovem mourisca. Ao raptar a sua bela amada, o cativante e cativo apaixonado logo se preocupou em colocá-la num local seguro, longe da zona em que a havia encontrado, onde não a pudessem encontrar os da sua raça. Por isso, resolveu entregá-la aos cuidados de pessoas da sua máxima confiança e fê-la embarcar com destino à sua casa (ou de familiares muito próximos), onde ela pudesse ficar a salvo. A bela muçulmana seguiu em viagem por mar, primeiro, e depois pelo rio Sado. Aí, umas três léguas decorridas, inflectira para um pequeno afluente da margem direita daquele mesmo rio, o actual Marateca. Quando chegada ao seu destino, pouco segura na língua portuguesa, teria respondido a todos quantos a interrogavam sobre a viagem que tinha feito e como até ali tinha chegado, do seguinte modo: “*mar até cá*”. Assim, por “*mar até cá*”, ficou conhecido o local onde a bela moura fora recolhida, o qual com o tempo e a tendência para se proferir numa assentada várias palavras foi sendo alterado,



passando a denominar-se Marateca. Isto é, aglutinando todas as sílabas num único vocábulo sem exclusão de qualquer letra.

Ao contrário das outras freguesias do concelho, o nome Marateca não corresponde ao nome da mais importante povoação da respectiva área. Segundo Fortuna (1989, p. 21), hoje, da que em tempos idos foi a povoação de Marateca, apenas subsistem três casas “reaproveitadas” há meia dúzia de anos; restos da velha igreja que, ao longo de séculos, constituía testemunho de vivência de uma comunidade populacional; o cemitério que lhe fica anexo; e, formando um lanço de estrada para Alcácer do Sal, uma ponte sobre o rio que banhava o povoado. Com o tempo aquela antiga povoação foi desaparecendo, enquanto que nas proximidades outra se ia formando. Desta forma, Águas de Moura converteu-se em “herdeira” ou “continuadora” de Marateca, passando a desempenhar as funções de sede de freguesia, a qual, em todo o resto da sua extensão, é formada por um elevado número de casais agrícolas dispersos, bem característico do espaço rural do concelho de Palmela.

A freguesia de Marateca que inclui, para além da localidade de Águas de Moura, os lugares de Agualva de Cima, Bairro Margaça, Cajados, Fernando Pó, Fonte da Barreira, Sesmarias do Pato e Zambujal, mantém uma forte tradição agro-florestal. No seu território predominam as áreas de paisagem natural marcadamente alentejana, cujos principais traços são a existência de grandes propriedades rurais (“herdades”, como são habitualmente designadas na região) e de vastas extensões de montado. Este último constitui, aliás, uma importante fonte de riqueza local, favorecendo essencialmente a criação de gado, principalmente suíno e ovino, que no montado podem pastar, mas que também é propício à exploração de cortiça e ao desenvolvimento de actividades cinegéticas.

À data do Recenseamento Geral Agrícola de 1999, a área de prados e pastagens permanentes é uma das mais expressivas do concelho de Palmela, com 34,21% da superfície agrícola utilizada, seguida de Poceirão com 26,23% (ver Quadro 57). Para além da horta familiar (40,59%) reservada à cultura de produtos destinados fundamentalmente ao auto-consumo e quando os excedentes o permitem para venda, as culturas que na freguesia de Marateca mais se praticam são, por ordem de importância, a cultura dos citrinos (30,59%), a cultura dos frutos frescos (20,59%) sendo as produções de maior relevância a da maçã cunha ou riscadinha e a dos pessegueiros, e, por fim, as culturas hortícolas intensivas (17,94%) e a cultura da batata (17,35%) (ver Quadro 57). No entanto, as três actividades produtivas mais importantes, em conjunto, não se sobrepõem à importância da viticultura, uma actividade que,

em 1999, está presente em 77,35% das explorações da freguesia e que, segundo os dados da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal, em 2006, ocupa ainda aproximadamente 40,00% da população agrícola activa local (Depoimento do Dr. Marcílio Gomes dos Santos).

Ainda a propósito dos vinhos, da cultura e da tradição da vinha, bem como da importância das hortas e da criação de animais, o Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, Sr. Faustino Santos, afirma que: *“Produzem-se aqui nesta zona privilegiada de Palmela vinhos de óptima qualidade, característicos da casta Castelão, mais conhecida na zona como Periquita (...). A mostra dos vinhos, em Maio, é uma das festas da freguesia que não é possível perder. É sempre um grande evento, porque é também já um símbolo da região, da cultura e da história da vinha e do vinho, (...) teve a sua origem em 1996, com a primeira mostra de vinhos em Fernando Pó, por iniciativa conjunta dos produtores de Marateca e da freguesia vizinha do Poceirão. (...) Mas, a horta caseira e a criação de animais, mais de porcos e de ovelhas, detêm, também, uma forte expressão na nossa freguesia”* (Depoimento do Sr. Faustino Santos). Destacou ainda o mesmo autarca que a orizicultura é também bastante praticada na freguesia de Marateca, embora em menor escala. Note-se, a este propósito, que o arroz em conjunto com as outras culturas arvenses foi uma das culturas que, a seguir ao subsídio ao gasóleo (122 explorações agrícolas beneficiaram deste tipo de apoio), mais ajudas/subsídios teve no ano agrícola de 1998/1999 (ver Quadro 72). Acrescente-se também que é, de facto, aqui, na freguesia de Marateca, que se localizam as grandes manchas de arrozais do concelho de Palmela, como foi possível observar de imediato nas nossas primeiras “saídas de campo”, de reconhecimento do território (Notas de campo).

Todavia, em paralelo com as culturas que mais ganharam importância, nomeadamente, a batata (2,10%), a vinha (31,17%), as culturas hortícolas intensivas (111,30%) e os prados e pastagens permanentes (116,82%), muitas foram as culturas que, entre 1989 e 1999, apresentaram uma variação negativa: pessegueiros (-83,92%), tomate para indústria (-70,38%), culturas hortícolas extensivas (-68,61%), prados temporários (-42,44%), olival (-34,47%), horta familiar (-10,24%) e macieiras (-6,83%) (ver Quadro 58). Não obstante, em 1999, a maior parte da área das explorações agrícolas é superfície agrícola utilizada (cerca de 68,69%), sendo a grande parte da área restante ocupada por matas e florestas (28,32%), nomeadamente montado de sobre e pinhal (ver Quadro 54). Para 21,69% dos produtores agrícolas a superfície agrícola utilizada é arrendada e 77,77% explora por conta própria essa mesma superfície agrícola (ver Quadro 70). Destaca-se também a maior percentagem de explorações agrícolas sem tractor

(58,24%) do que com tractor (41,76%) (ver Quadro 61). Igualmente, observa-se a elevada percentagem de explorações agrícolas que nesta freguesia têm sistema de rega (83,24%), contra apenas 16,76% delas sem sistema de rega (ver Quadro 74).

Observando a figura 2 relativa ao enquadramento geográfico do concelho de Palmela na AML (margem Sul), verificamos que é na freguesia de Marateca que o concelho de Palmela entra no Estuário do Sado. Para alguns, é esta proximidade que marca a singularidade de Marateca em relação ao restante território concelhio. Como nos referem diversas pessoas, a área da Reserva Natural do Estuário do Sado situada no concelho de Palmela, que corresponde ao seu extremo norte e que abrange parte considerável da Ribeira da Marateca, é uma área de grande importância ecológica. Segundo a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (2002), é uma zona de protecção especial (ZPE) que alberga numerosas espécies de aves aquáticas (invernantes, especialmente limícolas, e nidificantes). Várias destas espécies são abrangidas pela Directiva Aves, Directiva 79/409/CEE, de 2 de Abril, como a garça-vermelha, o galeirão e o flamingo, entre outras.

Refira-se, ainda, a título meramente ilustrativo da singular riqueza natural da freguesia de Marateca, um apontamento retirado do Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal (1998, p. 777), acerca da cegonha que é ainda uma outra ave que prolifera nestas paragens, escolhendo, tradicionalmente, a Igreja de Águas de Moura (um dos edifícios de destaque da povoação com o mesmo nome, pela sua volumetria) para construir o ninho que utiliza para se alimentar e repousar durante a mudança de pena. Esta área classificada como Reserva Natural é também um sítio da Rede Natura 2000, uma rede ecológica de zonas especiais de preservação e conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no território da UE, na Directiva Habitats, Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio.<sup>103</sup> As potencialidades naturais aliadas às boas condições de acessibilidade, progressivamente melhoradas, bem como as tradições do “mundo rural” consolidadas nesta zona de remota humanização, muito têm contribuído para o desenvolvimento de vários investimentos ligados ao turismo residencial de qualidade e à residência permanente, de que o empreendimento imobiliário, de iniciativa privada, Clube de Golfe do Montado, em funcionamento desde 1992, é, segundo se diz, paradigmático. Este empreendimento construído num montado de sobro, num terreno ladeado de vinhedos da região, com vários ribeiros e lagos naturais que tornam mágica a beleza desta herdade, combina

---

<sup>103</sup> O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, transpõe para o direito português as Directivas Aves e Habitats.

habitação (50 luxuosos apartamentos) e lazer de prestígio (campo de golfe, ténis, etc.) ao mesmo tempo que obedece a rigorosas regras de enquadramento paisagístico, pois como se pode ler na sua página de Internet “*está criteriosamente inserido na paisagem rural que nos ajuda a quebrar a rotina do dia-a-dia*” (Disponível em <http://www.golfdomontado.com>).

Criada a 23 de Maio de 1988, a freguesia de Poceirão é, por sua vez, a freguesia mais jovem do concelho de Palmela. E uma das que, de acordo com o seu presidente, Sr. José Silvério, e também Presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, mais alterações tem sofrido em tempos recentes. Desta juvenil pujança são prova os inúmeros e variados certames e festividades organizados na freguesia, quer pelo órgão de poder local, quer pelos diferentes organismos associativos que ao longo do ano vão animando a vida comunitária, de que a feira comercial e agrícola de Poceirão (no primeiro fim-de-semana de Junho) e o mercado mensal (no primeiro domingo de cada mês, onde é possível comprar produtos locais de cariz artesanal, com cunho pessoal do produtor), são alguns dos melhores exemplos no domínio da agricultura. Esta freguesia sem perder de vista a actividade agrícola tradicional “*ruma em direcção ao futuro*”. Futuro que foi chegando, também, com a instalação de algumas indústrias no ramo agro-alimentar que têm vindo a utilizar recursos locais, quer mão-de-obra, quer matérias-primas, e que nos últimos anos começou a dar os seus primeiros passos na área do agro-turismo/turismo rural, com o objectivo de “*criar novas frentes potenciais de rendimento para os agricultores*”, aproveitando agora as novas oportunidades de investimento criadas pela procura urbana em actividades económicas como, por exemplo, o alojamento, a restauração e a organização de actividades de animação turística (Depoimento do Sr. José Silvério).

A origem da povoação de Poceirão tem, no entanto, como principal causa a instalação do caminho-de-ferro, tal como aconteceu noutras localidades do nosso país e no próprio concelho de Palmela. A jovem freguesia, com quatro mil, trezentos e quatro residentes, em 2001 (Fonte: Censos 2001), inclui os lugares de Agualva, Aldeia Nova de Aroeira, Asseiceira, Faias, Forninho, Lagameças, Lagoa do Calvo, Passarinhas e Poceirão. Do período da Baixa Idade Média vem a informação de que a área, actualmente ocupada pela freguesia de Poceirão, era uma zona de coutada considerada, teoricamente, como imprópria para a ocupação humana. No século XVIII assiste-se à divisão das grandes propriedades em pequenas parcelas, aforadas a gentes vindas, sobretudo, das serras pobres da Beira Litoral, do Ribatejo e do Alentejo (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1998, p. 781). Como nos informa, mais uma vez, o

Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, “Hoje, essas *parcelas de terra estão distribuídas por mais de 1.500 explorações agrícolas familiares*” (Depoimento do Sr. José Silvério). Sabe-se que elas procedem, na sua grande maioria, dos antigos aforamentos que, com o correr dos tempos, foram passando a propriedade perfeita.

Tal como a maioria dos agricultores da freguesia de Marateca (89,41%), nesta unidade administrativa aqueles que se dedicam à actividade agrícola são maioritariamente produtores agrícolas singulares autónomos (91,97%), embora apenas possuam cerca de 45% da terra, já que as sociedades que têm por objecto a exploração agrícola ou pecuária, apesar de em número reduzido (3,81%), são detentoras de cerca de 40,00% da superfície agrícola utilizada da freguesia de Poceirão (ver Quadro 71). A área média das explorações agrícolas que pertencem às sociedades agrícolas é assim de 87,79 hectares por exploração, contra somente os pouco mais de 4 hectares por exploração que estão na posse dos produtores singulares autónomos. Neste cenário, a paisagem que avistámos da janela do automóvel aquando da nossa primeira deslocação à freguesia de Poceirão é, como na altura se afirmou e registou no caderno de campo, “*surpreendente pelo elevado número de explorações agrícolas de tão pequena dimensão*”, contrastando com “*as explorações bem dimensionadas, a perder de vista, da vizinha freguesia de Marateca que se assemelha ao mesmo tipo de rural de vastas zonas do Alentejo*” (Notas de campo).

Na freguesia de Poceirão grande parte da área das explorações é superfície agrícola utilizada (cerca de 81,36%), sendo a parte da área restante ocupada sobretudo por matas e florestas (15,32%) (ver Quadro 54). Para 11,23% dos produtores agrícolas a superfície agrícola utilizada é arrendada e 85,16% explora por conta própria essa mesma superfície agrícola (ver Quadro 70). Destaca-se também a maior percentagem de explorações agrícolas sem tractor (57,82%) do que com tractor (42,18%) (ver Quadro 61). Igualmente, observa-se a elevada percentagem de explorações agrícolas que nesta freguesia têm sistemas de rega (78,37%), contra apenas 21,63% delas sem sistema de rega (ver Quadro 74). Esta capacidade de regadio deve dizer-se não está, contudo, totalmente aproveitada (encontra-se somente em cerca de 40,00% da área total das explorações agrícolas), o que pode estar, de alguma forma, relacionado com o forte abandono de algumas das culturas irrigadas observado no período de 1989 a 1999, de que se destaca a de frutos frescos, com especial proeminência para a cultura dos pessegueiros (-95,63%) e a cultura das macieiras (-82,72%), e a produção de tomate para a indústria (-57,74%). Estes valores contrastam, por exemplo, com a crescente importância da produção de culturas hortícolas intensivas, ou de prados temporários e culturas forrageiras ou,

ainda, de prados e pastagens permanentes que, comparativamente com o ano de 1989, apresentam uma variação positiva na ordem dos 82,68%, 140,67% e 435,37%, respectivamente (ver Quadro 58).

Após o abandono de algumas actividades da terra, as principais produções são: a cultura da vinha (57,96%), o pousio (44,35%) e a horta familiar (44,08%). A estas seguem-se as culturas hortícolas intensivas (31,97%), os prados temporários e culturas forrageiras (22,99%), as culturas hortícolas extensivas (19,18%), o tomate para a indústria (16,73%) e a batata (15,37%). As culturas de citrinos (14,01%), cereais para grão (11,56%) e frutos frescos (11,16%) são também praticadas na freguesia de Poceirão, embora em menor escala (ver Quadro 57). Desta forma, com forte tradição na freguesia do Poceirão, e que terá no passado justificado uma estação de caminho-de-ferro, a vinha que adapta-se, aliás, bastante bem aos magros solos arenosos destaca-se de todas as outras produções locais. É esta predominância do cultivo da vinha que explica, facilmente, a presença da indústria do vinho e de cerca de 25 adegas de grande dimensão, para além das inúmeras de tipo familiar. Como conta a Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Iva de Almeida, Chefe do Departamento Técnico da Associação de Viticultores do Concelho de Palmela, “*Neste território, generoso em vinho de reconhecida qualidade, vários vinhos produzidos na zona Marateca/Poceirão, ou com as suas uvas, têm recebido prémios regionais, nacionais e também internacionais*”. Note-se, a este propósito, que com as suas principais marcas de vinho, Terras do Pó, Dona Ermelinda e Quinta da Mimosa, a Casa Ermelinda Freitas (uma adega com quatro gerações de tradição vitivinícola, a que já anteriormente fizemos referência) tem ganho vários prémios em prestigiados concursos<sup>104</sup>.

De acordo com a mesma fonte, muitas são hoje as explorações vitícolas da área de estudo (“*cerca de 165, das quais 60 da freguesia de Marateca e 105 da freguesia de Poceirão*”), como aliás das outras freguesias do concelho de Palmela, que “*já seguem as regras de Protecção Integrada*”, o que denota hoje alguma sensibilidade e preocupação do ponto de vista ambiental (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Iva de Almeida). Com efeito, há sete anos atrás, em 1999, apenas se contabilizavam 29 explorações concelhias onde se praticava a protecção integrada, sendo que 18 pertenciam à freguesia de Palmela, 8 à freguesia de Marateca e apenas 3 à freguesia de Poceirão (ver Quadro 75).

---

<sup>104</sup> Por exemplo, recentemente conquistou o prémio de melhor tinto do mundo no Concurso “*Vinailes Internationales*” com o seu Syrah 2005 (Disponível em <http://www.ermelindafreitas.pt>).

É de ressaltar também a importância da horta familiar com uma superfície, normalmente, inferior a 0,5 hectares, reservada à cultura de produtos tais como hortícolas e frutos destinados fundamentalmente ao auto-consumo. Em 1999, a horta familiar existia em 324 explorações agrícolas da freguesia de Poceirão, embora o seu quantitativo fosse então inferior ao de dez anos antes (em menos 93 explorações agrícolas) (ver Quadro 57). A horta familiar representa, agora, na maior parte dos casos, uma actividade complementar a outra actividade principal profissional fora da exploração agrícola e, não raro, da própria freguesia. É, pois, incontroverso, que muitos produtores agrícolas locais não conseguiram sobreviver apenas da agricultura. É neste sentido que a Coordenadora/Responsável pela equipa técnica do GAL/LEADER+, Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio, insiste no facto de que a viabilização económica e social de muitos dos territórios rurais da Península de Setúbal, como de resto noutras regiões do país, por mais dependentes que sejam da actividade agrícola, está fortemente influenciada pela sua capacidade de gerar outras oportunidades de ocupação e trabalho fora da agricultura, estimulando o aparecimento da pluriactividade entre as famílias rurais como uma medida para o não abandono dos campos (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). Em verdade, o fenómeno da pluriactividade tinha já em 1999, na freguesia de Poceirão, significativa expressão (11,25%) comparativamente com as restantes freguesias do concelho de Palmela (cujos valores se situam entre 2,44%, na freguesia de Quinta do Anjo, e 9,49%, na freguesia de Palmela) (ver Quadro 68). Mas voltemos de novo aos dados comparativos dos Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999, para constatar que a produção hortícola (principalmente as culturas mais intensivas em factores de produção, como é o caso dos legumes) é, igualmente, de grande importância para a economia das famílias locais. No período considerado houve mesmo um aumento no número de explorações agrícolas que se dedicavam à produção hortícola (156 explorações agrícolas, em 1989, e 235 explorações agrícolas, em 1999) (ver Quadro 57).

Por fim registre-se, por um lado, que o sector agro-pecuário tem também bastante representatividade na economia da freguesia de Poceirão. A área de prados e pastagens permanentes é expressiva, com 26,23% da superfície agrícola utilizada, estando ligada à produção animal, em particular de ovinos (carne e leite para o queijo de Azeitão), em 16,19% das explorações da freguesia, e, principalmente, de suínos, em 18,78% das explorações agrícolas (ver Quadro 59). Nesta última actividade, além das explorações de tipo familiar, existem outras de dimensão bastante considerável.

### 3.2.3 Breve perfil dos produtores agrícolas inquiridos e das suas famílias

A maior parcela dos produtores agrícolas inquiridos é natural da região de Lisboa (72,22%). Estes nasceram maioritariamente no concelho de Palmela (37,78%) ou são oriundos dos municípios de Mafra (5,56%) e Lisboa (4,44%), na margem Norte do rio Tejo, e dos municípios de Setúbal (13,33%), Alcochete (4,44%), Sesimbra (4,44%) e Montijo (2,22%), na margem Sul desse mesmo rio. Observa-se, entretanto, que 27,78% deles vieram de outras regiões do país, designadamente da região Alentejo (15,56%) e da região Centro (12,22%). O tempo médio de residência das famílias agrícolas no concelho de Palmela é de 32,5 anos, sendo que 38,88% delas moram em Palmela há mais de 30 anos. Isto é, acompanharam todo o processo de intensa urbanização ocorrido nas últimas décadas. O que também justifica o facto de que 75,56% dos produtores agrícolas e respectivas famílias residam na mesma propriedade e detenham a sua posse legal.

No ano de 2006 foi observado que 445 pessoas estavam vinculadas à família dos 90 produtores agrícolas inquiridos, o que corresponde a uma média de aproximadamente 5 pessoas por família (4,94). Em 2001, o número médio de pessoas que residiam no seu agregado familiar era de 6,22 (o número total de pessoas era então de 560). Considerando a composição por sexo do agregado familiar, em 2006, verifica-se que a população que tende a permanecer nas explorações agrícolas é maioritariamente feminina (238 pessoas do sexo feminino e 207 pessoas do sexo masculino), sendo também aquela que dificilmente encontra fora da agricultura oportunidades ou alternativas de emprego mais aliciantes ou compensadoras.

O processo de feminização da agricultura resulta, aqui, de um conjunto de condicionantes económicas e sociais exteriores que levam as famílias agrícolas a criar internamente as suas estratégias que se apresentam, frequentemente, como mecanismos de adaptação e redistribuição dos elementos que o agregado familiar dispõe e que tendem a pensar a mulher como o elemento que melhores condições apresenta para trabalhar e “gerir” quotidianamente as explorações agrícolas. A importância do trabalho feminino na agricultura não reside somente no emprego da sua mão-de-obra nas actividades ditas produtivas (em particular, podas, vindimas, cultivo, colheitas, cuidar dos animais, venda dos produtos), mas também nas actividades reprodutivas (designadamente alimentação, limpeza, cuidado dos filhos e da sua educação) sem as quais seria inviável a continuidade da produção do tipo familiar. Contudo, ambas as actividades (produtivas e reprodutivas) sofrem com o fraco

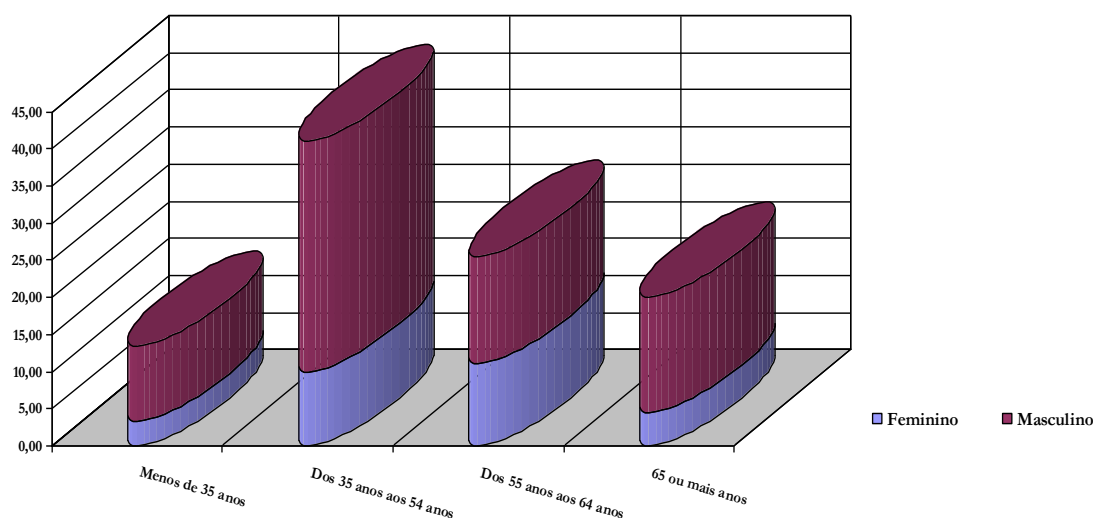


reconhecimento e pouca visibilidade da participação feminina, sendo também frequentemente associadas aos baixos salários que lhes são destinados ou, até mesmo, ausência de remuneração. A prova temos o testemunho de duas mulheres que conhecemos quando frequentavam a acção de formação de Bio Horta, na Bio-exploração, ministrada pela AGROBIO, cujos trajectos de vida são pontuados pelo esforço de conciliação entre o trabalho agrícola e os cuidados da casa e da família: *“Foi coisa pouca [o trabalho de modista]. Coisa pouca porque eu depois fiquei logo grávida e, entretanto, nasceu o meu filho. Mas também porque o meu marido foi sempre uma pessoa muito comodista e tinha que ter tudo logo em ordem e então às vezes chateávamo-nos por causa de eu estar a acabar os trabalhos de costura. Ele queria o jantar feito e a casa em ordem e, por isso, acabou. Acabou e já não trabalho fora. Trabalho aqui nos afazeres da casa e nas terras e, quando é preciso, ainda ajudo na venda”* (Depoimento de uma agricultora de 64 anos, lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). *“- Ainda ontem, fiz uma limpeza pequena. Não é uma coisa a 100%, porque tudo o que faço de lida da casa é praticamente à noite. Passo a ferro à noite, ponho a máquina a lavar à noite. Ela lava a roupa de noite e depois durante o dia enxuga. É um dia, é dois ou três. (...) vou fazendo estas coisas, umas ficam feitas outras ficam por fazer. (...) - De dia? - De dia, ajudo no amanho das terras e trato dos animais”* (Depoimento de uma agricultora de 55 anos, lugar de Faias, freguesia de Poceirão).

A parte dos depoimentos acima transcritos permite afirmar que quando as mulheres estão envolvidas nas actividades ditas produtivas os trabalhos que realizam são recorrentemente considerados de “ajuda”. Acresce que as mulheres raramente ocupam um lugar de destaque nas tomadas de decisão sobre as explorações agrícolas, mesmo quando desempenham a maior parte das tarefas nas terras, como é o caso de uma outra formanda que prestou o seguinte testemunho: *“(…) - Está inscrita nalguma associação de agricultores? - Eu, eu não. O meu marido é que está. - Porquê? - Não sei. Nunca calhou. Ele é que frequenta mais estas coisas do que eu. E claro o nome do homem é que anda sempre mais à frente, não é? Ele é que é sócio da associação de pequenos agricultores do Poceirão”* (Depoimento de uma agricultora de 52 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

Do total dos produtores agrícolas inquiridos, 71,11% é do sexo masculino contra apenas 28,89% que é do sexo feminino. A média de idade dos produtores agrícolas inquiridos é de 53,49 anos de idade, sendo que 45,56% têm mais de 54 anos de idade. Apenas uma pequena parcela (13,33%) tem menos de 35 anos de idade, revelando que as actividades agrícolas são pouco desempenhadas pelos jovens que, de modo geral, optam por outras actividades que não a agrícola.

Gráfico 8: Sexo e idade dos produtores agrícolas inquiridos (em %).



Fonte: *Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.*

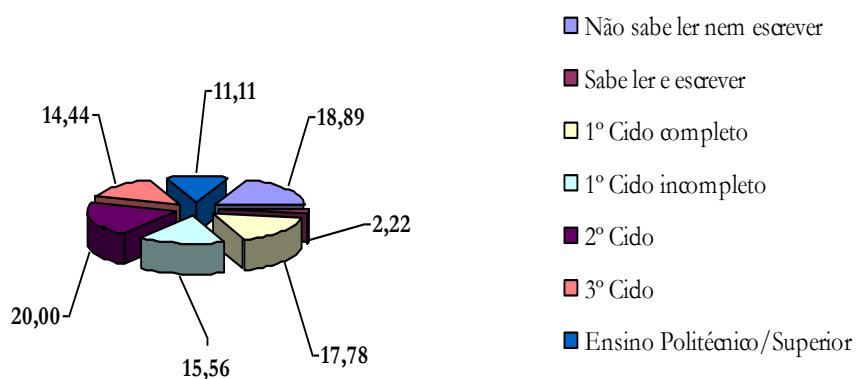
No perfil dos produtores agrícolas um outro aspecto que de imediato chama a atenção é o que diz respeito ao baixo nível de instrução. Com efeito, se não bastasse o facto de que, no total de 90 produtores agrícolas, mais de 20,00% dos inquiridos são desprovidos em absoluto de instrução escolar (“não sabe ler nem escrever” ou “sabe ler e escrever”, mas não frequentou a escola), poder-se-ia ainda referir, no que respeita à sua instrução, que 33,33% frequentou a instrução primária (dos quais apenas 15,56% completou o ensino básico ou, como se classificava anteriormente, a instrução primária); 20,00% tem o 2º ciclo ou 6º ano e 14,44% encontra-se distribuído pelos diferentes anos de escolaridade do ensino secundário. Apenas 11,11% possui um nível de instrução mais elevado, sendo estes casos os de produtores mais jovens ao que se conjuga o facto de aqui residirem há relativamente poucos anos.

Considerando os dados sobre a formação profissional, ressalta em primeiro lugar o peso detido pelos produtores agrícolas que responderam “Não” (67,78%), contra 32,22% que responderam “Sim”. Destes apenas 11,11% frequentaram cursos de formação profissional nos últimos cinco anos. Quanto à área de formação, duração e nome da entidade que conferiu a certificação do último curso é possível registar que a área de formação do curso e a duração do mesmo é relativamente diversificada: aplicação de produtos fitofarmacêuticos (50 horas); empresários agrícolas (75 horas); introdução à informática que incluiu “processador de texto - Word” e “folha de cálculo – Excel”, com 30 horas cada acção; produção integrada no milho (75 horas); preparação do terreno e instalação da vinha (75 horas); rega e adubação da vinha

(25 horas); protecção fitossanitária da vinha (50 horas); higiene e segurança no trabalho (25 horas); apicultura (75 horas); operador de máquinas agrícolas – tractorista (300 horas). Todos eles foram co-financiados pelo Estado Português e pela União Europeia. É de notar ainda que somente duas entidades foram referidas como entidades que conferiram a certificação do último curso frequentado pelos produtores agrícolas inquiridos: a Cooperativa Agrícola de Palmela e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

Relativamente aos produtores agrícolas que nunca frequentaram cursos de formação profissional, os motivos mais apontados são por ordem de importância: a falta de tempo (26,23%), a pouca aplicabilidade às necessidades de gestão quotidiana da exploração agrícola (24,59%), a incompatibilidade de horários (22,95%), a inexistência de entidades formadoras mais perto do local de residência/trabalho (14,75%) e, ainda, a falta de motivação para voltar a estudar, adquirir novos conhecimentos e/ou competências (8,20%).

Gráfico 9: Grau de instrução dos produtores agrícolas inquiridos (em %).

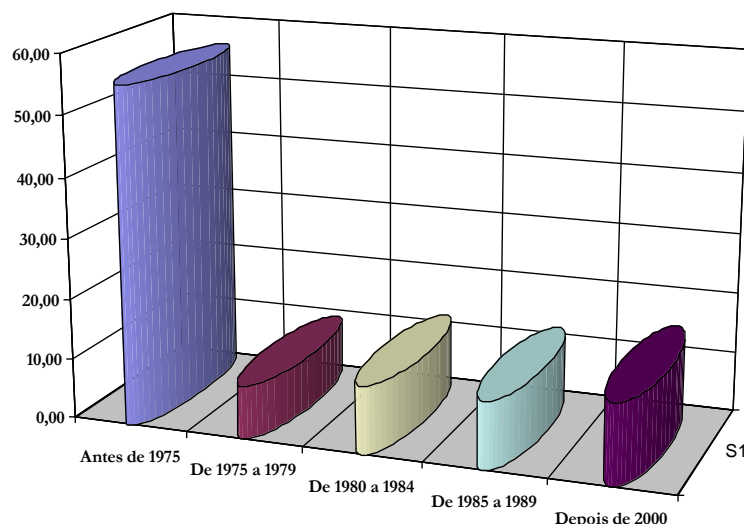


Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Os produtores agrícolas inquiridos apresentam relativa tradição na agricultura, pois 55,56% já cultivam a terra há mais de 30 anos. O contingente de indivíduos que ingressaram mais recentemente na actividade agrícola, a partir de 2000, também é relativamente

significativo e representa 13,33% do total dos produtores inquiridos, o que reforça a importância actual desta actividade, também, para os mais jovens, especialmente num contexto de desemprego como o que se vive actualmente.

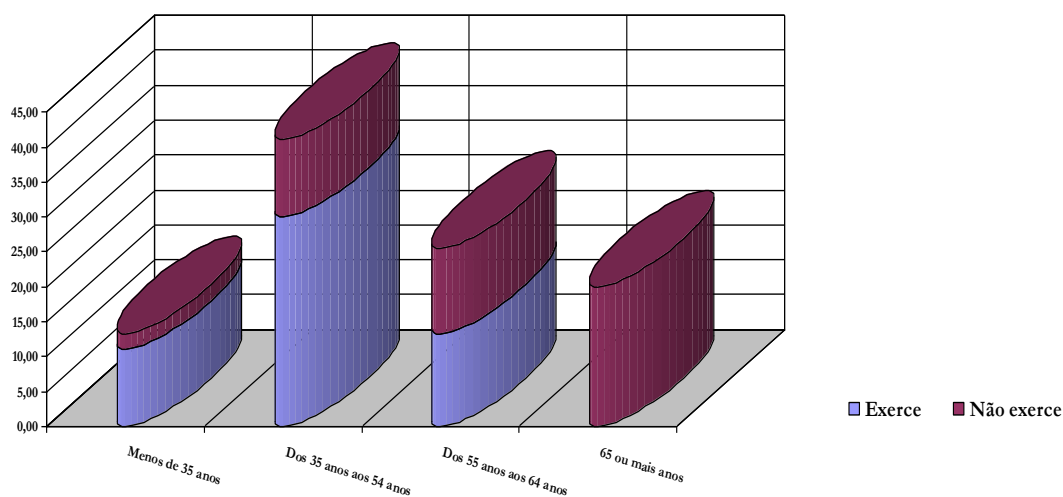
Gráfico 10: Data de início da actividade como produtor agrícola (em %).



Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

O tempo de actividade que os agricultores dedicam aos trabalhos agrícolas da exploração é também bastante diversificado: 36,67% dos inquiridos dedica-lhes sensivelmente “de 40 horas por semana ou mais”, 14,44% “de 30 a menos de 40 horas por semana”, 30,00% “de 20 a menos de 30 horas por semana”, 13,33% “de 10 a menos de 20 horas por semana” e 5,56% “menos de 10 horas por semana”. Se atentarmos na repartição das explorações agrícolas segundo as actividades lucrativas exercidas pelos respectivos dirigentes verifica-se que, 45,56% não dependem de rendimentos exteriores à exploração agrícola, visto o seu rendimento ser exclusivamente oriundo da exploração de que são titulares, enquanto que 54,44% afirmam exercer outra actividade remunerada, classificando-a maioritariamente como principal (35,56%), exercida noutro ramo de actividade económica (43,33%) e na situação de trabalhador por conta de outrem (38,89%).

Gráfico 11:  
Actividade remunerada exterior à exploração segundo a idade dos inquiridos (em %).

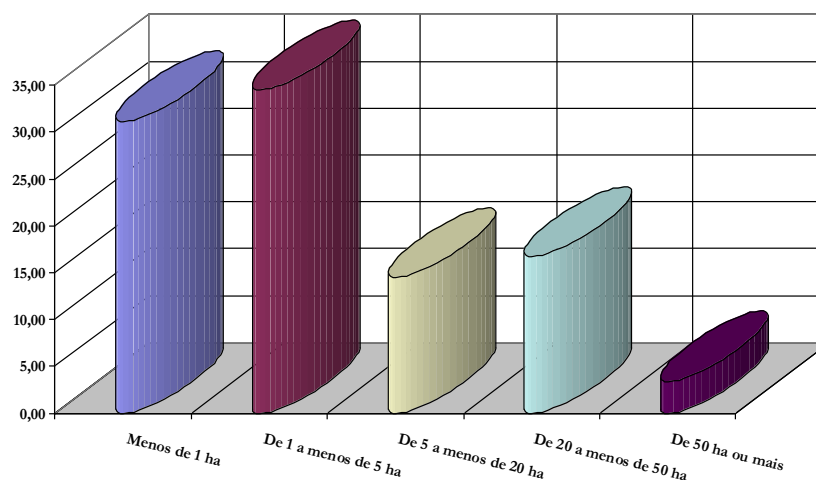


Fonte: *Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.*

A agricultura praticada pelos nossos inquiridos abrange, por um lado, um amplo conjunto de actividades, cultivo de cereais (sobretudo, aveia, milho e trigo), de tubérculos e raízes (batata, beterraba, cenoura, nabo, rabanete), de folhas e talos (agrião, alface verde, alface roxa, couve, espinafre) e de vegetais com polpa e semente (abóbora, ervilha, tomate), produção de frutícolas (em particular, maçã, pêssago e laranja), de plantas medicinais, aromáticas e ornamentais, cultura da vinha e criação de pequenos animais. No entanto, em termos de orientação produtiva das explorações agrícolas recenseadas, observa-se que a cultura de hortícolas, os pomares e a cultura da vinha se destacam claramente<sup>105</sup>. Assim, dos dados disponíveis quanto à área ocupada com as culturas hortícolas regista-se que 94,44% das explorações agrícolas apresentam uma área de produção que varia de 0,05 hectares a cerca de 2 hectares, a média é de 0,74 hectares/exploração. Por sua vez, 66,67% das unidades produtivas apresentam uma área ocupada com pomares que varia de 1 hectare a menos de 10 hectares, a média é de 2,54 hectares/exploração. E, por fim, a cultura da vinha é praticada em 57,78% das explorações que registam uma área de produção variando de 5 hectares a cerca de 20 hectares, cuja média é de 4,52 hectares/exploração.

<sup>105</sup> Na determinação das principais culturas e/ou produtos de produção animal que constituem a base produtiva das explorações agrícolas recenseadas considerou-se a produção colhida/obtida no ano agrícola de 2007/2008.

Gráfico 12: Dimensão física (área total) das explorações agrícolas recenseadas (em %).



Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão.

Por outro lado, os produtores agrícolas inquiridos caracterizam-se por se centrarem principalmente nas actividades do sector primário de tipo familiar, dada a pequena dimensão das suas propriedades. A área total das propriedades em 65,56% dos casos é inferior a 5 hectares, sendo que 31,11% deles apresenta uma área menor que 1 hectare. Justifica-se, assim, apresentar alguns testemunhos de pequenos produtores agrícolas que auscultámos no âmbito do Projecto IDEIAS. De nove dezenas de testemunhos extraímos um conjunto de oito depoimentos, com a particularidade de que envolvem apenas agricultores cuja dimensão física (área total) das suas explorações agrícolas não ultrapassa os cinco hectares e a força do trabalho utilizada nas tarefas agrícolas ser exclusiva ou maioritariamente familiar (membros do agregado familiar do produtor agrícola e outros familiares).

Os testemunhos expostos na primeira pessoa patenteiam que uma grande parte das explorações agrícolas familiares (e, principalmente, as mais pequenas), embora sujeitas às alterações no sistema económico e social do meio envolvente, que nem sempre lhes são favoráveis, sobrevivem mesmo com valores de lucro negativos. A família agrícola, também designada localmente por família agricultora, consolida a sua existência com o incremento das actividades agrícolas na sua exploração, adaptando-se frequentemente ao exterior em rápida mudança e administrando os recursos que possui. E, como tal, usufrui do que a terra lhe oferece e utiliza em pleno a força de trabalho familiar (o trabalho da mulher e dos membros muito jovens ou já idosos), por forma a garantir um equilíbrio na economia global do agregado doméstico e, ao mesmo tempo, perpetuar o património que lhe pertence.

O agregado doméstico do produtor agrícola é, aqui, portador de um património individual e colectivo ao reproduzir práticas, saberes, experiências e representações identitárias em torno de uma actividade económica que foi, é certo, mais outrora do que hoje, objecto de investimento por parte das famílias locais. A este propósito é de registar o seguinte testemunho: *“Os meus pais eram naturais de Pinhal Novo. Casaram, vieram aqui para a colónia das Faias, onde fizeram a vida deles. Aqui criaram os filhos, aqui fizeram a agricultura deles, e dela viveram sempre, até a minha mãe falecer. O meu pai está hoje com 87 anos, fez no primeiro dia deste mês. Tem uma pensão paga pelo Estado. A minha mãe já faleceu há sete anos. (...) Eu, eu também aqui tomei a vida por minha conta. Por aqui fiquei, por aqui criei os meus dois filhos, na agricultura. Um deles já daqui abalou. O outro, o meu mais novo, de vinte e dois anos estava desempregado. Não quis continuar a estudar (...). Já faz quase quatro anos que está aqui connosco, de manhã à noite, a ajudar no amanho dos mais de 2 hectares de terra que aqui temos, cultivando batatas, cenouras, couves e diversos legumes para consumo próprio e venda nos mercados municipais da região. É assim que cá vamos indo, uns dias melhores, outros piores”* (Depoimento de uma produtora agrícola, 55 anos, lugar de Faias, freguesia de Poceirão). O cultivo da terra assume aqui uma função claramente económica, pois contribui directa e indirectamente para a economia familiar (produz-se para venda e auto-consumo), representando a base de sobrevivência do agregado familiar. O cultivo da terra reveste-se também de uma função de previdência, na medida em que constitui um recurso “seguro” contra a aleatoriedade dos ciclos profissionais, cada vez mais precários e incertos. Como o testemunho acima transcrito bem revela, a dificuldade em conseguir um emprego foi, pois, o principal motivo para que o jovem de 22 anos se dedicasse à agricultura.

Um outro pequeno agricultor que reside próximo do perímetro urbano de Poceirão e que há mais de quarenta anos faz do cultivo das terras a sua única profissão, primeiro como trabalhador rural e agora como proprietário de mais de 3,5 hectares, com vinha, horta e pomar (onde produz uvas de qualidade, alguns hortícolas e melão, melancia, pêssegos, laranjas e maçãs, entre outros frutos, com a ajuda da mulher a tempo integral e trabalhadores recrutados à jorna e ocasionalmente) relata que: *“Antigamente, fazia-se de tudo um pouco. Trabalhava-se na vinha, faziam-se as podas, juntavam-se as vides, faziam-se desinfestações, curavam-se os arbustos, cortavam-se as raízes das cepas velhas, cortavam-se as ervas. E quando chegava a altura de vindimar, quando as uvas estavam maduras, participávamos nos trabalhos da colheita das uvas, levávamos a vindima ao lagar, fazia-se o vinho e depois começava, outra vez, mais um ano de outros trabalhos agrícolas. Esta parte da agricultura, da vinha, não é bem agricultura. É também trabalho duro no campo mas não é agricultura, é viticultura. A agricultura é mais para batatas, hortaliças, alfaces, tomates, feijões verdes, estas e outras coisas assim. E isso tudo eu também*

*fazia. Fazia e ainda faço, que a minha vida é só esta. (...) Tenho também um pequeno pomar cuja produção entrego quase toda na Cooperativa Agrícola de Palmela, de que sou associado vai já para mais de 20 anos”* (Depoimento de um produtor agrícola, 62 anos, lugar de Asseiceira, freguesia de Poceirão). Estamos também, neste caso, perante uma situação em que a exploração agrícola representa a base de sobrevivência do agregado familiar. Porém, importa deixar claro que este exemplo é representativo de uma vasta faixa de explorações agrícolas que na freguesia de Poceirão, como de resto em Marateca e nas restantes freguesias do concelho de Palmela, embora funcionem sobretudo na base do trabalho familiar, recorre diferentemente do exemplo anterior a trabalho assalariado.

Evidentemente, sendo esta zona de forte presença da agricultura dita familiar, em que os trabalhos agrícolas são tradicionalmente assegurados na sua totalidade ou maior parte pela força de trabalho do agregado doméstico do produtor agrícola, importa também ter presente algumas transformações que ocorreram sob o impulso e o comando de um modelo de desenvolvimento de dominância urbano-industrial. Como bem faz notar o presidente da Junta de Freguesia de Poceirão *“foi já perto dos anos oitenta/noventa do século passado que se registaram grandes alterações nos hábitos e costumes da população agrícola familiar desta zona”* (Depoimento do Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, Sr. José Silvério), passando a agricultura a ser considerada para a maioria dos produtores agrícolas como uma actividade complementar de outras, na indústria e nos serviços, numa lógica evidente de pluriactividade e/ou plurirendimento.

Esta situação é, aliás, atestada pelos dados recolhidos relativos às principais fontes de rendimento mensal do agregado doméstico dos produtores agrícolas inquiridos. Em 2006, num total de 90 famílias agricultoras, 31 delas caracterizavam-se precisamente por os seus principais rendimentos mensais provirem da actividade agrícola (34,44%). A estas três dezenas de agregados domésticos poder-se-á ainda juntar mais 10 famílias cujos rendimentos são provenientes principalmente das pensões e/ou reformas (11,11%), mas que através da actividade desenvolvida nas suas explorações agrícolas auferem um rendimento que constitui um verdadeiro complemento às suas parcas pensões e/ou reformas, totalizando 41 famílias (o que corresponde a 45,55% dos casos). Mas, evoluindo para novos contornos, ou seja caminhando para a pluriactividade, coexistem 49 famílias com rendimentos originários maioritariamente de actividades exteriores à exploração agrícola, exercidos nos mercados de trabalho preferencialmente não agrícola (54,44%). Antigamente, segundo vários testemunhos,



o escoamento das suas produções era o único estímulo e rendimento de que os pequenos agricultores precisavam para continuar a pôr em prática os seus ancestrais conhecimentos, legados dos mouros, que, de outra forma, ficariam votados ao abandono e ao esquecimento.

Escusado será sublinhar que ao tornar-se numa actividade exercida numa lógica de plurirendimento, a economia do agregado familiar não se restringe exclusivamente à economia da exploração agrícola, sendo que os comportamentos e estratégias adoptadas pela família agrícola passam obviamente a condicionar o funcionamento da sua unidade produtiva, cuja gestão depende, cada vez mais, das flutuações das conjunturas económicas globais e surge distante das regras de funcionamento próprias de uma unidade de tipo empresarial, em regra de maior dimensão física e que utiliza principal ou exclusivamente mão-de-obra assalariada.

Com efeito, verifica-se muitas vezes que a imbricação nos mercados locais e regionais não é suficientemente forte para lhes imprimir um funcionamento irreversível segundo a lógica dominante de produção para venda e não para auto-consumo. Atente-se no caso seguinte de um agricultor pluriactivo, que exerce uma actividade remunerada exterior à exploração agrícola, como empregado de comércio, e que a tempo parcial cultiva uma pequena parcela de terra, com cerca de 2 hectares, para auto-consumo e, quando os excedentes o permitem, para venda na própria exploração a vizinhos e amigos. Como nos relatou: *“Há cerca de 10 anos atrás fui procurar trabalho. A vida na agricultura estava muito difícil. A comercialização dos produtos era extraordinariamente difícil sem intermediários. Os produtos que cultivava serviam para consumo próprio e apodreciam nos campos se não recorresse à venda com intermediários. E o que ganhava com a venda não dava para sustentar a família, tinha dois filhos pequenos. Arranjei emprego no comércio em Setúbal. A partir daí só aos finais de tarde, nas folgas e aos fins-de-semana é que venho para aqui, tratar das plantações. A minha mulher é doméstica na casa de uma senhora em Palmela, mas só lá vai de manhã e três vezes por semana. Foi assim que conseguimos manter este pequeno palmo de terra, que já antes era dos meus sogros”* (Depoimento de um agricultor pluriactivo, 54 anos, lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). Aparece, assim, um conjunto de explorações agrícolas que assegura uma importante função residencial a pessoas que trabalham noutras actividades económicas, quer no concelho, quer em concelhos limítrofes. Para além desta função, a exploração agrícola serve, em muitas situações, como é o caso acima retratado, de complemento do rendimento familiar, seja ao nível dos valores de uso que proporcionam (na economia do deixar de gastar), seja mesmo de alguns valores de troca quando a produção é vendida.

Para uma mulher quase sexagenária, residente no lugar de Lagoa do Calvo e que recebe uma pensão de sobrevivência por viuvez, a sua pequena horta com área total de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup> não exige muito trabalho sobretudo quando se trabalha o terreno ao longo de todo o ano, como é seguramente o caso. À conversa, ficámos então a saber que a horta onde nos encontrávamos “(...) foi dividida em algumas pequeninas parcelas, foi estrumada, corrigida com cal e cavada durante o Inverno, não necessitando de grande esforço para ser esmiuçada até atingir a sação para a sementeira e para as plantações de Primavera”. As tarefas da horta são “simples” e “bem agradáveis” nas tardes amenas como aquela e aos fins-de-semana mas, segundo aquela horticultora, só com uma condição: a de os trabalhos serem executados com uma certa regularidade. Assim, não é preciso despender muito trabalho para as cavas, as sachas e outras tarefas de rotina. Adubar bem as parcelas a cultivar e regar as culturas generosamente durante a época seca é, segundo nos disse, a base para a produção de plantas saudáveis que podem fornecer produções bastante elevadas que são, em geral, vendidas a pequenos comerciantes locais. Além disso, a produção desta horta também é para consumo próprio (Depoimento de uma horticultora, 59 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

Como explica uma outra horticultora que se dedica a uma agricultura natural, mais ou menos biológica, numa área inferior a 5.000 m<sup>2</sup>: “Na minha pequena propriedade a terra nunca fica sem culturas. As plantações e as sementeiras têm lugar assim que uma cultura é colhida e o terreno fica limpo. Desta forma, consigo sempre uma variedade enorme de produtos que são frescos e também quase sem a utilização de pesticidas, herbicidas e químicos, que eu evito usar” (Depoimento de uma horticultora, 56 anos, lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). Nesta horta, as medidas preventivas aplicadas em tempo oportuno contra as pragas e doenças asseguram que não se torne necessário o recurso a grandes quantidades de substâncias químicas. Para esta mulher que mistura plantas hortícolas com flores e plantas aromáticas, de especial importância são as culturas hortenses que ficam prontas para o consumo em poucas semanas (sejam alfaces, sejam couves, nabiças e outras afins) e, como é também o caso, em condições de serem vendidas localmente em mercados e feiras depois de decorrido um curto período de tempo.

Para o presidente da Junta de Freguesia de Marateca, uma grande vantagem de ter uma horta caseira é justamente a possibilidade de dispor de alimentos garantidamente isentos de substâncias químicas tóxicas. A agricultura que faz é também quase biológica: “Eu raramente compro produtos agrícolas no mercado, o que acaba por ser um complemento ao meu vencimento. Produzo quase tudo o que é vegetal que se consome lá em casa: abóbora, batata, cenoura, cebola, alface, feijão, nabo, rabanete,

*pepino, tomate e outros mais. A vantagem é que sei o que estou a comer, produtos garantidamente isentos de substâncias químicas tóxicas, sei quais os métodos de produção utilizados, quase biológicos. As culturas não levam tratamento nenhum. (...) Se todos trabalhassem deste modo, sem utilizar produtos químicos que nos envenenam, a imagem da agricultura estaria bem melhor*” (Depoimento do Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, Sr. Faustino Santos).

Em simultâneo com este tipo explorações agrícolas onde a agricultura mantém a sua função produtiva, seja para auto-consumo, obtenção de rendimentos ou seu complemento, sendo sobretudo económica a motivação da sua prática, coexistem outras explorações agrícolas que não têm uma função directa na economia familiar, encontrando-se ligadas à segunda residência, fenómeno muito vulgar em territórios periurbanos. É a situação de um antigo funcionário da DRARO, que fomos encontrar na Quinta Verdes Anos, em Fernando Pó, que reside em Setúbal há mais de 30 anos, e para quem a agricultura é sobretudo uma actividade agradável e benéfica para a saúde. Como explica: *“Em 1986, recebi por herança dos meus pais cerca de 4 hectares de terra. Mas só agora, com a reforma, há menos de três anos atrás, foi possível tomar mais a sério os trabalhos agrícolas da quinta, onde cultivo actualmente em modo de produção biológico certos legumes, hortaliças e alguma variedade de fruta. Aos fins-de-semana e nas férias tenho a companhia da família, da mulher, dos quatro filhos e também dos dois netos, e esporadicamente de um vizinho rural. Tudo o que aqui se produz é para consumo próprio, da família. Mas o objectivo principal é, sem dúvida, para andar distraído. Cultivar a terra faz bem à mente e ao físico*” (Depoimento de um agricultor biológico, não certificado, 68 anos, lugar de Fernando Pó, freguesia de Marateca).

Este depoimento configura, pois, um caso de pequena agricultura de tempos livres, lúdica, de recreio, de uso familiar, que, mais recentemente, se começa a desenvolver de forma mais expressiva neste território de transição entre o rural e o urbano. No caso concreto em apreso, a reafirmação identitária pela valorização das origens e do património herdado é também uma forte motivação que leva este produtor biológico não certificado a pensar no alargamento da função de recreio para outros utentes através do trabalho e convívio na quinta, já que *“no futuro (...) dar acolhimento às pessoas que visitam o concelho e que, eventualmente, queiram visitar a quinta Verdes Anos e passar algum tempo, num ambiente ainda rural, observar a paisagem, comer connosco uma sopa à base de legumes, feijão e enchidos, e participar nos trabalhos agrícolas, vivendo a experiência da agricultura biológica*” seria uma forma de criar emprego e de aumentar os rendimentos do agregado familiar que são, hoje, exclusivamente de origem exterior à actividade agrícola ali desenvolvida.

Mais do que o cultivo de alimentos comerciais, a prática da agricultura assume uma função ocupacional para as pessoas. É também o caso de um hortelão que trabalha na fábrica da Coca-Cola, na Quinta do Anjo, que tem “o *tratar da horta*” como um *hobby*, uma outra forma de olhar para o cultivo da terra que não se limita apenas à sua função alimentar e económica. Ele e a sua família (mulher, dois filhos e o pai) vieram de Benavente e residem em Palmela, na rua José Cabete, há menos de 10 anos. A horta que fica na traseira da sua casa de habitação surgiu não com um interesse comercial mas sim como uma maneira de aproveitar melhor o espaço do quintal que estava “*sem cuidados e sem aparo nenhum*”. Como nos relatou, “*o meu pai já tinha experiência nas culturas hortícolas mais intensivas nas terras do Alentejo, onde nasceu. Eu também sou alentejano, natural de Benavente, mas só adquiri prática pelos trabalhos agrícolas quando aqui cheguei*”. Assim, na parte posterior da sua casa é possível observarmos, numa área de aproximadamente 800 m<sup>2</sup>, entre outras plantas cultivadas, alfaces, couves, espinafres, cebolinha, salsa e hortelã. A maior parte da produção destina-se ao consumo familiar e somente o excedente é vendido aos vizinhos e amigos mais próximos. O rendimento obtido através das vendas é muito pequeno, pelo que a ampliação da área cultivada não está nos seus planos, nem de algum outro membro da família. A arte de cultivar hortas é, neste caso, considerada tanto pela função de terapia ocupacional que pode oferecer em tempo de lazer aos seus praticantes (onde a horta passa a ser também um espaço de evasão, de distração e, igualmente, de descoberta com a Natureza, com a qual a maioria das pessoas já não tem contacto directo), como pelo valor da sua parte estética (função que não pode, de forma alguma, ser deixada de lado, nomeadamente num território onde a beleza e a diversidade das paisagens são um elemento essencial do património local e uma base para o desenvolvimento do turismo), ficando duplamente evidente a interacção desta família com as práticas agrícolas (Depoimento de um hortelão, 54 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

Tudo isto reunido, parece-nos legítimo concluir que (não obstante a forte concorrência urbana sobre a força de trabalho familiar e o espaço e, ainda, o crescente interesse da população activa por outros sectores de actividade económica) o cultivo da terra detém ali inequivocamente funções económicas e sociais específicas, designadamente a de subsidiar a economia do agregado doméstico do produtor agrícola, quer como base de sobrevivência, quer como actividade complementar (esta última sem dúvida maioritária) e a de dar suporte a uma actividade de lazer, agradável e benéfica para a saúde e para o ambiente.

### 3.3 A estratégia de intervenção, o desejo de melhorar a realidade

#### 3.3.1 Para a concepção do projecto de desenvolvimento local

O diagnóstico da realidade é uma fase de vital importância para a concepção de qualquer projecto inserido no PIC EQUAL. A primeira fase, cuja duração máxima é de seis meses, implica o reconhecimento, o mais completo possível, da situação objecto de estudo. Para Espinoza (1998, p. 77), o diagnóstico prévio à formulação de um projecto é o reconhecimento que se realiza no próprio terreno dos sintomas ou sinais reais e concretos de uma situação problemática e através do qual se projecta a execução de uma acção determinada. Quanto mais preciso e profundo é o conhecimento da realidade existente antes da execução de um projecto, mais fácil será antecipar o impacto e os efeitos que se alcançam com as acções do mesmo.

No caso concreto do Projecto IDEIAS a fase de diagnóstico, de montagem ou acção 1, ocorreu entre 27 de Setembro de 2004 e 28 de Fevereiro de 2005, tendo resultado na constituição da PD nacional e no acordo de cooperação transnacional. Com a realização do diagnóstico a PD EQUAL do Projecto IDEIAS obteve o quadro dos problemas/necessidades existentes; o inventário dos recursos necessários e disponíveis para enfrentar as situações problemáticas detectadas; a definição de alternativas possíveis de acção para enfrentar aquelas situações, atendendo às necessidades detectadas e aos recursos disponíveis; e, por fim, a adopção da alternativa mais factível que serviu de base para a formulação do projecto.

A fase de diagnóstico desempenhou um papel relevante para se levar a cabo o Projecto IDEIAS que procurou responder às seguintes questões (Correia *et al.*, 2007, p. 50): Como revalorizar a agricultura local, associando-lhe preocupações de ordem económica, social e ambiental? Qual o caminho a seguir para a produção agrícola local de qualidade? Como criar mais emprego no sector agrícola? Como chamar os jovens para a agricultura e outras actividades a ela associada? Como desenvolver uma abordagem integrada e territorial do desenvolvimento que envolva a população na sua globalidade, técnicos, órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento, produtores agrícolas e consumidores urbanos? A partir desta fase foi, então, possível tomar decisões sobre como responder àquelas questões, nomeadamente definir que meios, actividades e recursos pôr em jogo para que os problemas/necessidades se resolvam, que actividades realizar, que metodologia levar a cabo no

trabalho de intervenção naqueles territórios periurbanos, que pessoas serão precisas para implementar o projecto com êxito, de quanto tempo se dispõe e de quanto é preciso.

Em qualquer projecto existe uma determinada margem de utopia, ou seja, tentamos melhorar uma realidade e, para isso, é necessário deixar voar a imaginação na procura de soluções. Nesta matéria é, no entanto, necessário conjugar o realismo e a utopia. Como referia a responsável pela entidade parceira IDRHa: *“Não devemos ser tão realistas que não sejamos capazes de planificar as nossas acções. Se estivermos à espera de ter todas as pessoas para avançar, de todos os recursos materiais ou a equipa completa, corremos o risco de não fazer nada. Depois, também não devemos ser tão utópicos que pretendamos conseguir algo que, a priori, sabemos que é impossível de alcançar”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Serafim). Nesta perspectiva, consideramos ser conveniente destacar aqui algumas das conclusões do diagnóstico de problemas/necessidades que a PD EQUAL do Projecto IDEIAS apresenta no seu “Guia metodológico de apoio à intervenção em territórios periurbanos” (Correia *et al.*, 2007, p. 45): *“no concelho de Palmela, a urbanização tem de ser controlada”; “a especificidade dos territórios de intervenção requer uma opção claramente voltada para processos intensos de mudança no domínio das práticas agrícolas”; “a desvalorização dos saberes e o fraco reconhecimento social da profissão de agricultor conduzem a uma visão negativa e incompleta da função empregadora da agricultura, pelo que o desafio é associar as suas diferentes funções e conferir uma visão global e cidadã à actividade agrícola que lhe devolva responsabilidades e lhe permita a sustentabilidade”; “a manutenção e criação do emprego agrícola e de outras actividades correlacionadas requerem um esforço para a qualificação dos produtores agrícolas, assim como para a criação de instrumentos de suporte à formação de agentes de mediação (em particular, agentes educativos), que junto dos jovens sejam capazes de apoiar uma leitura mais ajustada de um sector de actividade também ele em mutação (tecnológica, social, etc.) e pautada pela promoção das oportunidades de empregabilidade associadas quer às novas funcionalidades da agricultura, quer à existência de novos métodos de produção”, “as intervenções a realizar deverão apostar numa grande proximidade e alteridade nas relações entre populações, técnicos, organizações/instituições ligadas ao desenvolvimento do sector agrícola, produtores agrícolas e consumidores urbanos”.*

Uma vez tomada a consciência do quadro de problemas/necessidades, a PD EQUAL do Projecto IDEIAS estava em condições elaborar o cronograma das actividades e tarefas a realizar. Uma definição concisa de planificação é a de Ander-Egg e Aguilar-Idanez (2001, p. 14): *“a planificação consiste em introduzir organização e racionalidade na acção”*. Estes mesmos autores dizem-nos ainda que a acção de planear consiste em utilizar um conjunto de procedimentos para se alcançar determinados objectivos, mas requer também o reconhecimento da limitação

dos recursos humanos, materiais e financeiros para a execução de um projecto. Ora, no caso do Projecto IDEIAS o plano de trabalho foi pensado tendo em conta: a) a plena participação de todas as pessoas interessadas, unindo-as em prol de um objectivo comum, em direcção à agricultura sustentável como geradora de processos de desenvolvimento local, desembocando na agricultura biológica como alternativa possível, de forma a chegar a uma acção efectiva e com resultados avaliados pela realidade; b) que todos os implicados manifestassem vontade e capacidade de melhorar o nível de organização e sustentabilidade da agricultura e que as atitudes não mostrassem apatia e imobilismo; c) que todos os implicados demonstrassem uma plena aceitação do processo de planificação das actividades e tarefas a realizar (apesar destas estarem sujeitas a constantes reajustamentos), uma vez que este factor era básico para o dinamismo e obtenção dos objectivos propostos. O processo de planificação implicou assim a definição do papel que correspondia a cada um dos parceiros implicados no projecto EQUAL, com indicação dos principais contributos e o papel que neles representavam os recursos materiais disponíveis para as actividades a realizar (ver Anexo 4, Quadros 49, 50 e 51). Tinha-se em vista, a elaboração de orientações e normas de actuação e o estabelecimento de um sistema de controlo que informasse, de forma contínua, sobre o desenrolar dos processos e a obtenção de resultados.

Quanto aos recursos humanos para a execução das actividades que o Projecto IDEIAS contemplava assinala-se que a equipa central era constituída, entre Junho de 2005 e Novembro de 2007, por oito técnicos de animação, acompanhamento e desenvolvimento das acções no terreno (três engenheiros agrónomos, dois sociólogos, sendo que um deles era também jornalista, um geógrafo e os restantes animadores), dois técnicos de contas/gestão financeira, um técnico de apoio gráfico/imagem e um técnico de apoio administrativo<sup>106</sup>. A tempo inteiro e com dedicação exclusiva apenas se encontravam um engenheiro agrónomo e um técnico de animação, acompanhamento e desenvolvimento das acções no terreno, integrando um grupo restrito de quatro elementos pertencentes a cada uma das entidades parceiras e que asseguravam a coordenação do projecto levado a cabo nas freguesias de Marateca e Poceirão.

A calendarização das actividades apresentada no quadro 52, do Anexo 4, apresenta, o seguimento e a sucessão das actividades e tarefas a realizar na acção ou fase 2 do Projecto IDEIAS e a forma como se sucederam, complementaram e coordenaram. Como se pode observar, a calendarização aí apresentada faz referência ao planeamento das diversas

---

<sup>106</sup> A equipa passou por outras composições, sempre pluridisciplinares.

actividades e tarefas a realizar desde o início do plano de trabalho até ao fim. Ela teve como propósito estimar a duração aproximada de cada uma das actividades e tarefas previstas e decidir sobre a sequência das mesmas no projecto global. Assim, para a fase 2 que corresponde à aplicação/execução do plano de trabalho proposto pela PD e que resulta, fundamentalmente, do trabalho desenvolvido ao longo da acção ou fase 1, foi necessário indicar as datas em que se deviam realizar as várias actividades e tarefas programadas. Esta fase teve uma duração de dois anos, com início em 1 de Junho de 2005 e o seu *terminus* em 30 de Maio de 2007. Mas, por razões ligadas ao desenvolvimento do próprio projecto no terreno, foi pedido à Estrutura de Gestão da EQUAL, em Portugal, mais tempo para assegurar convenientemente a produção dos resultados de algumas actividades propostas no plano de trabalho da PD. Nas palavras da responsável pela entidade interlocutora do Projecto IDEIAS, “(...), *dado o inúmero leque de problemas a que o Projecto visa responder, mas sobretudo em função das necessidades evidenciadas pelos destinatários finais, decidimos fazer um pedido de prolongamento no tempo, que foi aceite. Desta forma, o IDEIAS irá prolongar-se por mais seis meses*” (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares).

Qualquer projecto tem despesas que são convenientes ter em conta. Por isso, ainda na fase de planificação do Projecto IDEIAS, foi necessário elaborar um “orçamento realista” que cobrisse as despesas materiais de reuniões a realizar, de instrumentos ou meios técnicos a utilizar, de espaços a alugar, assim como os salários a pagar aos formadores, ao pessoal não docente e outros equiparados, ou os encargos com formandos ou, ainda, os encargos com equipamentos e todos os outros aspectos que foi preciso subsidiar para a implementação das actividades e tarefas a realizar. O orçamento serviu não só para determinar os custos do Projecto, mas também para disciplinar a acção institucional de cada uma das entidades parceiras desta PD EQUAL.

### 3.3.2 Do diagnóstico à definição das actividades e tarefas a realizar

#### 3.3.2.1 Acções de animação e informação/sensibilização e acções de formação

O desenvolvimento de acções que orientem e encaminhem os grupos-alvo (e, em particular, os agricultores já instalados na profissão, os jovens à procura do primeiro emprego, em início de actividade profissional como agricultores ou desempregados) para as profissões do sector primário (acções de animação e informação/sensibilização, acções de (re)qualificação



para uma agricultura de produtos de qualidade e acções de acompanhamento, via apoio técnico e tutoria), constituiu o núcleo central deste projecto de intervenção em territórios de transição rural-urbano.

Perante uma actividade económica com dificuldades crescentes de recrutamento, como é o caso particular da agricultura, designadamente por efeito de representações sociais negativas ou depreciativas, o Projecto IDEIAS apostou na difusão de informação relativa a casos exemplares de êxito. O objectivo era permitir aos agricultores locais a confrontação da sua experiência com outras experiências, designadamente as relativas à produção agrícola dita de qualidade e escoada para “nichos” de mercado. Daí a organização, no início do mês de Abril de 2006, de uma visita à “Biofrade – Agricultura Biológica”, na aldeia do Casal do Frade, no concelho da Lourinhã, com uma forte experiência e conhecimento do mercado dos produtos e da produção em MPB a nível nacional. Esta quinta surge no âmbito de um projecto levado a cabo pela família Gomes e, em particular, pelos seus descendentes mais jovens, alguns deles com formação superior no ramo agrícola<sup>107</sup>.

A esta seguiram-se outras visitas guiadas, das quais se destaca a ida à Quinta do Poial em Brejos de Azeitão, uma pequena mas bem organizada exploração agrícola, daquela que viria a ser uma das tutoras do Projecto IDEIAS, Maria José Macedo. Esta horticultora biológica conta-nos que, tudo começou com ervas aromáticas e quando ainda vivia em Lisboa: “(...) reparei que a oferta do supermercado, onde ia todas as semanas às compras, limitava-se a salsa, coentros e pouco mais, no que diz respeito às ervas aromáticas. Entusiasmei-me, e passei da teoria à prática, transformei a minha marquise numa mini estufa, onde tiveram lugar as primeiras sementeiras que comercializei directamente

---

<sup>107</sup> As terras já existiam na família há longos anos, com produções convencionais, mas foi a partir de 1991 que as converteram para a produção em modo biológico: “Naquela altura estava a acabar o curso de Engenharia Agrícola em Santarém. E foi na Louricoop que tudo começou, aquando da realização de um colóquio sobre agricultura biológica organizado pelo engenheiro Fernando Serrador com o apoio da AGROBIO. Até à altura não tinha pensado muito nisso, mas achei interessante e resolvi experimentar nuns terrenos do meu pai. Foi uma aventura, não havia praticamente mercado para a agricultura biológica em Portugal, nem no concelho. Mas um senhor holandês procurou-nos e começou a levar a produção de batata biológica para a Holanda. A partir daí as coisas foram acontecendo, começamos a plantar outras culturas e fomos aumentando aos poucos a área de produção. Em 1997 constituímos a Sociedade “Biofrade” e entrámos directamente no mercado. Começamos então a entregar os produtos, abrimos as portas ao público, começamos a fazer demonstrações, a participar em feiras, a realizar cursos e a fazer formações (...). Hoje, temos como parceiros vários produtores de Espanha, França e Holanda com quem trabalhamos em regime de troca: vendemos mas também compramos na origem. Quanto ao mercado interno, o principal enfoque da Biofrade é a venda directa numa loja em Casal do Frade, mas também fornecemos o mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa, e o de Oeiras, cooperativas agrícolas como a Biocoop no Prior Velho e, ainda, algumas cadeias de supermercados (...). O caminho não se fez sem dificuldades, o mercado era quase inexistente e o apoio técnico muito escasso. Durante muito tempo, até os adubos tivemos de importar. Mas as dificuldades não nos fizeram desistir” (Depoimento de António Gomes). A quinta é constituída por 17,35 hectares ocupados por culturas arvenses, hortícolas e pelo pastoreio de animais. Para além da produção de alimentos biológicos esta exploração tem outros objectivos, igualmente importantes, que se traduzem em actividades sociais, culturais e pedagógicas, que podem ser realizadas pelos visitantes.

*com o gerente do supermercado. À medida que as sementes começaram a germinar e os pequenos vasos a encherem-se de verdes, comecei também a procurar um terreno próximo de Lisboa. Um anúncio no jornal trouxe-me àquela que hoje é a minha casa. (...) uma quinta com mais de 15,00 hectares que dá trabalho a 4 pessoas a tempo inteiro e a mais 3 trabalhadores temporários. (...) Hoje, produzo ervas aromáticas, mini-legumes, saladas variadas, flores comestíveis e, entre as produções mais comuns, batata ratte, feijão filet e uma enorme variedade de tomates<sup>108</sup>*” (Depoimento de Maria José Macedo).

A par das visitas programadas às explorações agrícolas acima referidas, as acções de animação e informação/sensibilização contemplaram a constituição de dois pequenos grupos de trabalho formados essencialmente por pessoas que exerciam ou pretendiam vir a exercer a sua actividade produtiva no MPB e que reuniram periodicamente, num prazo curto de tempo, de Setembro a Novembro de 2006. No grupo que se convencionou chamar de “*Projecto de Visão Futura*” foi pedido aos participantes (constituído maioritariamente por jovens) que elaborassem um projecto de negócio referido a uma hipotética situação futura na área da agricultura biológica, o que permitiu criar ideias de negócio que foram discutidas e avaliadas em termos de aplicabilidade (para que servem), exequibilidade (como seriam executadas), para quem e como seriam comercializadas (mercado), gerando uma dinâmica colectiva de cooperação entre os participantes do grupo. No grupo “*Promoção de Ideias*” pretendia-se igualmente criar ideias para a sustentabilidade da agricultura no território de intervenção, mas através de uma exposição rápida de ideias sem quaisquer restrições nem limitações, o que permitiu fazer falar livremente sobre o assunto.

Segundo um dos técnicos de animação, acompanhamento e desenvolvimento das acções no terreno, o objectivo que estava na base dessas visitas era “*transmitir informação e ao mesmo tempo cativar os jovens para um projecto profissional ligado ao modo de produção biológico e fazer pensar as pessoas que estão de alguma forma ligadas ao sector primário na hipótese da agricultura biológica enquanto actividade que pode promover o desenvolvimento local*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano). As visitas foram, assim, um instrumento fundamental no processo de sensibilização, utilizadas como exemplo e estímulo à criação de negócios próprios e à mudança para as boas práticas agrícolas. Tal implicou conhecer os quotidianos e os modos de funcionamento das explorações biológicas visitadas, já que cada uma e cada experiência são um caso particular de

---

<sup>108</sup> Os principais clientes são hotéis, restaurantes, cafés (Hotel Ritz, Hotel York House, Restaurante Tavares Rico, Restaurante Estufa Real, no Jardim Botânico da Ajuda, Fortaleza do Guincho, Alcântara Café e Café Buenos Aires) e algumas cadeias de supermercados (Grupo Auchan – Jumbo e Pão de Açúcar, Supermercados O Saco, em Cascais, Supermercado A Quinta do Saloio, no Estoril, Apolónia Supermercados, em Almancil e Intermarché de Azeitão), fornecendo também o mercado do Príncipe Real em Lisboa.

conversão ao MPB. Quanto ao puderem despertar o interesse para projectos profissionais no sector, registre-se as palavras de uma jovem beneficiária dessas acções: *“Participei na visita à Quinta do Poial (...). Em Setembro no grupo de trabalho «Projecto de visão futura». Estive agora, esta semana, no workshop «Agricultura como profissão do futuro e a empregabilidade dos jovens» (...). Lá falei com a Marta e com o Sr. Mendes. Estou, agora, mais seriamente, a pensar na hipótese de elaborar um projecto de negócio próprio, numa antiga quinta de família que com o meu irmão herdei da minha avó. A ideia é criar um projecto em agricultura biológica, equipamentos e serviços de bem-estar. O nosso querer é dar os primeiros passos na horticultura biológica e promover uma empresa dedicada ao desenvolvimento pessoal, ao bem-estar de pessoas idosas e à educação ao longo da vida, considerando a hipótese do comércio justo e do slow-food”* (Depoimento de Sandra Cordeiro, animadora sociocultural de profissão).

Este é, como se sabe, cada vez mais um sector da economia dominado pelo auto-emprego. Mas, cada vez mais, é igualmente um sector sujeito a uma desvalorização social crescente, e para o qual é imprescindível continuar, de facto, a formar na perspectiva de renovação dos saberes e das competências, quer individuais (na área da agricultura biológica) quer colectivas (num quadro de preservação ambiental e de desenvolvimento social e cultural, englobando aspectos educacionais e de cidadania). Tal implicaria não só pensar a validação das competências adquiridas e das aprendizagens realizadas em contexto formal de formação (ver figura 22, anexo 4), mas também recorrer a inúmeros dispositivos de ajuda, como por exemplo, a abertura de cursos de formação específicos na área da agricultura biológica (ver figuras 23, 24 e 25, anexo 4) ou o lançamento de um curso de formação em desenvolvimento local (ver figura 26, anexo 4).

Este último destinou-se a homens e mulheres, profissionais, técnicos e funcionários de instituições públicas ou privadas, que trabalhavam no âmbito local e queriam contribuir para o desenvolvimento local a partir de perspectivas inovadoras e participativas, em que a visão integrada do desenvolvimento local supere os aspectos económicos e incorpore aspectos sociais e ambientais, valorizando o papel do território e dos seus actores, seja o fio condutor de todo este processo. Nas palavras da responsável científica do curso, *“este curso teve como objectivo contribuir para melhorar a capacidade pessoal e institucional no campo do desenho, execução e avaliação de estratégias e políticas de desenvolvimento local sustentáveis, adequadas ao contexto socioeconómico local e orientadas para a qualidade de vida nos territórios periurbanos”*. Sobre os conteúdos ministrados diz-nos que, *“deverão servir como pontos de partida para a análise crítica e, sobretudo, para a sua aplicação à realidade dos territórios periurbanos”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco).

### 3.3.2.2 "Bio-exploração", centro de experimentação e demonstração

Ocupando uma área de cerca de 20 hectares, a Bio-exploração surgiu como um espaço de experimentação e demonstração de actividades agrícolas biológicas. Neste espaço físico a actividade agrícola pôde ser desenvolvida por qualquer pessoa do município de Palmela que exercesse ou pretendesse vir a exercer actividade económica na agricultura, mas sob as condições de ter seguido um curso de formação no domínio da agricultura biológica com aproveitamento e de apresentar evidente motivação para o desenvolvimento da actividade agrícola em modo de produção biológico.

**Figura 27:**

Bio-exploração, centro de experimentação e demonstração de actividades agrícolas sob o MPB.



Tal como relatado pela responsável pela entidade promotora do Projecto IDEIAS, num terreno, sito na Rua José Carvalho, Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão, que se encontrava em pousio à uma dezena de anos, a INDE, através do Projecto IDEIAS, conseguiu reunir recursos humanos, técnicos e equipamentos (animadores, tutores, formadores, plantas e sementes, instrumentos e máquinas agrícolas, sistema de rega, etc.) que permitiram desenvolver um conjunto de actividades em prol da agricultura biológica no concelho de Palmela, tendo em vista uma forte aposta nas pessoas (em particular, jovens em início de actividade profissional ou desempregados) e no seu capital empreendedor. Nas palavras desta nossa entrevistada: *“A Bio-exploração pretende ser, ao mesmo tempo, um espaço de apoio à iniciativa empresarial de jovens agricultores em início de actividade profissional ou desempregados, um espaço de formação profissional complementar e um espaço aberto à comunidade local”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). Vamos, então, esboçar uma apresentação da Bio-exploração com especial destaque para estas três funções, que exigiram um envolvimento reforçado de plena parceria e que, a todos os pontos de vista, foram essenciais ao sucesso do Projecto IDEIAS e à sua maior visibilidade.

Em relação à primeira função é importante ter em conta que a criatividade e o espírito empreendedor e empresarial dos jovens são, muitas vezes, entravados pela carência de meios financeiros que tornem possível concretizar os seus projectos. Um dos primeiros reflexos de tal situação é, justamente, a dificuldade de custear a aquisição ou o arrendamento de terrenos, para a instalação das culturas, e de equipamentos e máquinas agrícolas necessários às tarefas a realizar (principalmente em meios, como é o caso, onde essas infra-estruturas atingem preços extraordinariamente elevados). Diante desta realidade, a Bio-exploração constitui-se como um pequeno “ninho” de empresas que acolhe temporariamente, por um prazo de até seis meses (podendo haver prorrogação até ao máximo de mais seis meses), jovens em início de actividade profissional ou desempregados até à sua completa autonomização. Poder-se-á dizer que, a PD EQUAL centrou a sua atenção em áreas como a motivação, o reconhecimento de oportunidades e o desenvolvimento de competências, apostando numa nova geração de empreendedores determinada em contribuir para a (re)orientação e (re)valorização da agricultura no território de intervenção, proporcionando-lhe o ambiente adequado à passagem das IDEIAS de negócio a projectos viáveis e disponibilizando-lhe um conjunto de serviços de apoio e de condições físicas e técnicas para o arranque/desenvolvimento das suas iniciativas empresariais.

**Quadro 78: Termos do “contrato” para instalação e permanência na “Bio-exploração”.**

O que oferece a Bio-exploração?	Quais as obrigações dos beneficiários?
<p>Direito a usufruir em plenitude da parcela de terreno para cultivo, cedida gratuitamente, e dos equipamentos agrícolas disponíveis na Bio-exploração;</p> <p>Irrigação das culturas agrícolas a experimentar;</p> <p>Um local para armazenar materiais e equipamentos agrícolas próprios, alugados e/ou emprestados;</p> <p>Formação profissional e apoio técnico especializado;</p> <p>Serviço de apoio por pares/iguais;</p> <p>Apoio no processo de certificação em MPB;</p> <p>Apoio gráfico na concepção de imagem (rótulo);</p> <p>Informação sobre o acesso a incentivos comunitários (através da disponibilização de documentação técnica relacionada e legislação);</p> <p>Regulamento de instalação e permanência na Bio-exploração;</p> <p>Os resultados da produção revertem a favor dos agricultores que se encontram a estagiar na Bio-exploração.</p>	<p>Cultivar a parcela de terreno que lhe é atribuída, durante todo o período de experimentação;</p> <p>Eleger as culturas que pretende experimentar sob o MPB;</p> <p>Elaborar em conjunto com os técnicos do Projecto IDEIAS e o(a) tutor(a) o plano de produção (espécies e variedades; épocas de sementeira, plantação e colheita);</p> <p>Cumprir com as regras inerentes ao MPB e aplicar escrupulosamente as orientações e indicações técnicas fornecidas pelos elementos da PD EQUAL, incluindo o plano de transição/conversão da agricultura convencional para a agricultura biológica;</p> <p>Participar nas acções de formação complementar e demonstrativas do Projecto IDEIAS, bem como em encontros e iniciativas congéneres programados pela PD EQUAL;</p> <p>Ter abertura e disponibilidade para receber alunos das escolas do município, pares/iguais, consumidores urbanos, cidadãos, etc;</p> <p>Trabalhar em rede de forma a evitar o isolamento e a revitalizar atitudes e comportamentos necessários para a sobrevivência no contexto actual;</p> <p>Participar em mercados e feiras biológicas, divulgando os seus produtos e as actividades do Projecto IDEIAS.</p>

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS.

Assim, na Bio-exploração disponibilizaram-se algumas parcelas de terreno onde cinco jovens agricultores (Alcides Henoch e Aurélio Henoch, Nuno Margaço e os irmãos Cordeiro – Sandra e Manuel), no seguimento das acções de (re)qualificação profissional<sup>109</sup>, tiveram a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos pela via da experimentação da produção de culturas em MPB que, pelas suas características, podem responder a problemas actualmente sentidos pelos consumidores urbanos, bem como receber apoio à execução de planos de negócio. Para além da parcela de terreno e do acesso ao sistema de rega e demais equipamentos agrícolas existentes na Bio-exploração, aqueles jovens agricultores beneficiaram de acompanhamento técnico semanal (em grupo ou individual), através do apoio quer de dois formadores da AGROBIO e de um colaborador do IDHRa com formação superior, quer de pares/iguais com experiência profissional no sector da agricultura biológica. No quadro abaixo

<sup>109</sup> As referidas acções dizem respeito ao curso de base em agricultura biológica e aos cursos de formação avançada/específica, curso de horticultura biológica, fruticultura biológica e/ou viticultura biológica.

são descritos os termos da “contratualização” entre aqueles beneficiários/utilizadores do espaço físico da Bio-exploração e o Projecto IDEIAS:

Todos os parceiros da PD EQUAL do Projecto IDEIAS tiveram nesta actividade um papel específico. No período de Dezembro de 2005 a Novembro de 2007, a INDE teve a responsabilidade de promover e gerir a Bio-exploração, bem como coordenar as diversas acções necessárias ao bom desenvolvimento das tarefas a realizar naquele espaço. Segundo a responsável pela entidade promotora do Projecto IDEIAS, *“Ao concedermos de forma gratuita, parcelas de terreno com cerca de 500 m<sup>2</sup> para nelas se desenvolver a actividade agrícola em modo de produção biológico<sup>110</sup>, foram criadas as primeiras condições para que os jovens agricultores que aderiram ao Projecto IDEIAS pudessem ter acesso a terras de cultivo e nelas praticarem os ensinamentos recebidos e assim dar os primeiros passos como empresários agrícolas”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares).

A este propósito refira-se, a título de exemplo, o percurso seguido pelo jovem agricultor Nuno Margaço, que se defrontava com algumas dificuldades em iniciar a actividade agrícola no modo de produção biológico, dado que as suas terras vinham a ser exploradas sob o modo de produção convencional, impedindo-o de aplicar de imediato as competências adquiridas no curso de base de agricultura biológica e no curso de horticultura biológica ministrados no Centro Cultural de Poceirão pela AGROBIO: *“A existência da Bio-exploração permitiu-me contornar o facto de não ter então terras disponíveis para o cultivo biológico, (...) após a formação experimentei numa parcela cedida pelo IDEIAS a produção de batata biológica”*. Tendo iniciado no ano agrícola de 2008 o processo de conversão de duas parcelas de que é proprietário, diz-nos que *“graças a este Projecto sinto que agora estou apto a desenvolver de forma autónoma, nos meus próprios terrenos, o cultivo de batata sob o modo de produção biológico. Veremos como irá correr esta nova experiência (...). Se tudo correr bem, conto vir a integrar o grupo de agricultores que já hoje ocupam o espaço de venda directa no Mercado do Príncipe Real”* (Depoimento de um jovem agricultor).

No âmbito do Projecto IDEIAS foi pelo acesso ao conhecimento que os jovens agricultores adquiriram competências que, de seguida, transformaram em capacidades. Isto é, em *“fazer com saber”* para empregar uma expressão muito utilizada pela tutora Maria José Macedo. E, neste particular, coube obviamente à AGROBIO a missão de continuar a formar os beneficiários do Projecto IDEIAS na área da agricultura biológica, através da realização de algumas sessões (de 2 a 3 horas cada) que serviram fundamentalmente para aprofundar e demonstrar certos aspectos ligados à produção e à gestão quotidiana das explorações agrícolas

---

<sup>110</sup> O acesso à instalação e permanência na Bio-exploração era feito mediante apresentação de candidatura.

biológicas. Paralelamente, com a colaboração dos outros parceiros, a AGROBIO organizou vários encontros entre profissionais do sector e iniciativas congéneres onde foram abordadas temáticas específicas com interesse para a actividade económica em causa e que iam ao encontro das necessidades sentidas pela generalidade dos agricultores locais. De um modo geral, ao IDHRA coube disponibilizar informação sobre o processo de conversão ao modo de produção biológico, sistemas de incentivos nacionais e comunitários e fontes de financiamento, facultando toda a documentação técnica e legislação necessárias, uma vez que mesmo depois de inseridos no Projecto IDEIAS e utilizadores do espaço físico da Bio-exploração, os jovens agricultores podiam continuar a candidatar-se a outros apoios para desenvolver a sua actividade. Por sua vez, o município de Palmela tinha como principal compromisso apoiar os jovens agricultores depois destes saírem da Bio-exploração, através do seu Gabinete de Apoio ao Empresário, orientando-os nos principais passos a dar para a criação das suas próprias empresas a curto prazo ou para a consolidação no caso destas já existirem. Esperava-se, então, motivar os indivíduos a criarem o seu próprio emprego com a criação de uma empresa agrícola, que potencialmente é mais rentável do que trabalhar por conta de outrem.

Quanto à segunda função, é por todos os parceiros da PD EQUAL reconhecido que a Bio-exploração pôde contribuir de forma decisiva para a formação profissional complementar dos jovens agricultores. Na actual sociedade moderna e de globalização, o conhecimento é um bem de valor inestimável, sendo para isso necessário promover a criação de mecanismos que contribuam para a sua consolidação e difusão. Esta nova sociedade é uma sociedade do primado do saber. Assim, tanto as acções demonstrativas como a tutoria resultaram da necessidade de se construir momentos de aprendizagem complementares aos de formação de base. No caso das acções demonstrativas, também designadas por formação à medida, é de ressaltar a sua importância pelo facto de romperem com as acções que se centram única e tradicionalmente na transmissão e promoção da inovação tecnológica e que não têm em conta as experiências pessoais e a experimentação. No âmbito do Projecto IDEIAS, para a implementação deste tipo de acções foi necessário um trabalho preparatório que consistiu no levantamento das necessidades reais do público-alvo. Esse levantamento foi realizado com base nas indicações transmitidas pelos formadores das acções de base em agricultura biológica e, em parte, pelos próprios formandos. Na posse desta informação, a PD EQUAL reuniu para definir as linhas gerais das acções a pôr em prática, bem como os recursos materiais e humanos a envolver em cada uma das sessões demonstrativas, tendo sido também definidos os locais



mais adequados para a realização das mesmas<sup>111</sup>. Para o bom desenvolvimento das acções demonstrativas houve também o cuidado de manter as sessões com alguma regularidade, de utilizar diversos técnicos especializados e que revelaram ter uma grande capacidade de interacção com os beneficiários das acções, de enquadrar estas formações específicas com a aprendizagem em sala de aula e com o acompanhamento técnico e de envolver os tutores. Nestes termos, e conforme tivemos ocasião de perceber pelo balanço que os vários intervenientes fizeram das sessões demonstrativas, espera-se que estas tenham servido para capacitar os beneficiários mais directos com um alargado leque de “novos saberes” e de “novas competências” técnicas e individuais que lhes permita caminhar num futuro próximo no sentido de uma agricultura de produtos de qualidade. No quadro abaixo reproduzido registámos os principais pontos de bloqueio e os factores de sucesso:

**Quadro 79: Acções demonstrativas para uma formação à medida – Pontos de bloqueio e factores de sucesso**  
(na opinião dos jovens agricultores a estagiar na Bio-exploração, formadores e tutores).

Pontos de bloqueio	Factores de sucesso
<p>Dificuldades em compatibilizar as diferentes disponibilidades de horário dos formandos;</p> <p>Dificuldades em mobilizar os formandos quando era necessário a deslocação a explorações agrícolas mais afastadas das suas unidades produtivas ou da Bio-exploração.</p>	<p>Levantamento dos interesses e das necessidades reais dos destinatários das acções;</p> <p>Elevada competência profissional dos técnicos nas diversas temáticas abordadas, acrescida da excelente capacidade de interacção com o público-alvo;</p> <p>Bom enquadramento com a aprendizagem em sala de aula, o acompanhamento técnico e o envolvimento dos tutores;</p> <p>Oportunidades de aprender fazendo, através da experimentação;</p> <p>Oportunidades de os formandos trocarem experiências entre si.</p>

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos em entrevista sobre os resultados alcançados com as acções demonstrativas.

A vida na sociedade moderna exige de todos e de cada um a capacidade de captar, transmitir e processar dados, disseminados num espaço cada vez mais global e mais facilmente acessível, transformando-os em informação e em conhecimento. Fazer parte desta sociedade

111 Embora as sessões demonstrativas tenham decorrido maioritariamente na Bio-exploração, elas também tiveram lugar no Centro Cultural de Poceirão, na Cooperativa Agrícola de Palmela, nas explorações agrícolas dos formandos e nas dos tutores. Tal opção acarretou um acréscimo nas dificuldades logísticas a ultrapassar e uma menor mobilização dos participantes que foram, no entanto, compensados pela diversidade de casos práticos que, desta forma, foi possível abranger. No caso particular da conversão da vinha à agricultura biológica (que incluiu ensinamentos sobre a conservação e melhoria da fertilidade do solo, a vigilância permanente de pragas e doenças nos períodos de risco, as medidas preventivas de protecção fitossanitária, de tratamento preventivo para doenças e tratamento curativo para pragas, a aquisição/utilização de materiais específicos, a produção de vinho na exploração e respectiva embalagem e rotulagem), as sessões demonstrativas tiveram lugar na exploração vitícola de Filipe e Luísa Morais, localizada no Lugar de Forninho, freguesia de Poceirão.

exige uma nova praxis e obriga a um esforço de aprendizagem que, conforme depoimento de uma jovem a estagiar na Bio-exploração, traduz-se em “*ter interesse*”, “*mostrar empenho e acreditar*”, “*ser empreendedor*”, “*ter iniciativa*” e “*pensar global*”. Questionada sobre os motivos da sua instalação na Bio-exploração, Sandra Cordeiro esclarece que: “*Quero muito aprender como produzir de forma biológica (...). Não é fácil, alguns amigos não acreditam que estou empenhada nisto. É complicado escolher um sector que para muitos não tem valor, mas acreditando é meio caminho feito (...). Só assim se poderá fazer frente às novas exigências deste mundo tão global. Do lado do projecto, os técnicos vêm cá semanalmente, é rara a semana que não vêm. Temos também o acompanhamento do(s) tutor(es). Mas, para nos sentirmos mais seguros na produção biológica de produtos hortícolas, iremos [ela e o irmão] permanecer mais um semestre na Bio-exploração. Depois, depois temos de agarrar e mostrar que podemos ser, nesta terra, e no mundo rural, jovens empreendedores, com iniciativas válidas e de sucesso*” (Depoimento de uma jovem a estagiar na Bio-exploração). Neste caso e noutros análogos, cujo projecto recai sobre a produção de produtos hortícolas sob o modo de produção biológico, nos quais os jovens agricultores se confrontam com a utilização de novas técnicas agrícolas que respondem à (re)orientação que o Projecto IDEIAS preconiza para a agricultura local, mas que requerem algum tempo para serem apreendidas, é, pois, justificável a permanência na Bio-exploração.

De acordo com a equipa técnica do Projecto IDEIAS, para uma experimentação bem sucedida na área da horticultura biológica<sup>112</sup>, os jovens agricultores foram não só “obrigados” a estagiar na Bio-exploração, como também aí a permanecer até alcançarem a completa autonomização, o que lhes permitiu beneficiar de um vasto conjunto de sessões formativas à medida das suas reais necessidades. Para além desta condição de sucesso, outros factores favoráveis a essa experimentação foram destacados no discurso dos técnicos. Entre eles, a disponibilidade de materiais orgânicos na Bio-exploração que permitiu, através da compostagem, produzir fertilizantes para a melhoria da fertilidade do solo e para as culturas e o acesso a adubos orgânicos (ou resíduos utilizáveis como tal) para uso complementar do composto. Como condições práticas de sucesso foram também referidas: a disponibilidade de terra suficiente para a rotação de culturas; a prática da adubação verde para a fixação biológica do azoto; a opção pela diversidade de espécies e de variedades (de “*culturas em número e qualidade suficientes para uma rotação equilibrada*” e de “*variedades regionais mais resistentes a pragas e doenças, como a cebola de Setúbal, cebola de Alcochete, melão tendral e melancia branca de Poceirão*”); e a produção de plantas em viveiros para transplantação, dada a escassez de viveiros certificados para produção

---

<sup>112</sup> Como, muito bem, lembrou um dos técnicos especializados em agricultura biológica: “*na viticultura e noutras culturas perenes algumas das questões da horticultura não se colocam*” (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

em agricultura biológica e, por vezes, a inexistência de certas espécies ou variedades. A este propósito, um técnico experiente na área da agricultura biológica conta-nos com orgulho que: *“Como em Portugal, no caso do morango, não havia viveirista certificado em modo de produção biológico, desafiámos um dos jovens agricultores que aqui connosco estagiou [na Bio-exploração] a iniciar a produção de morangos em viveiro próprio e já em modo de produção biológico”*. Relativamente à vigilância frequente de inimigos das culturas (pragas ou doenças) e à utilização de meios de protecção mais preventivos do que curativos, relatou-nos que a todos os utilizadores das parcelas da Bio-exploração, com projectos na área da horticultura, foi exigido a instalação nas bordaduras das parcelas cultivadas de sebes mistas arbustivas e arbóreas com espécies favoráveis aos insectos e ácaros auxiliares para limitação natural de pragas. Ficámos também a saber através daquele mesmo técnico, que a opção pela luta biológica em detrimento da luta química levou à largada de ácaros fitoseídeos, predadores do aranhaço vermelho em morango. Na opinião do jovem agricultor responsável pela produção biológica de morangos, numa das parcelas de terreno da Bio-exploração, este método revelou-se *“mais eficaz e selectivo do que o enxofre ou o insecticida vegetal rotenona”* e *“muito mais eficaz do que qualquer pesticida químico de síntese que se utiliza na produção convencional de morango”* (Depoimento de Alcides Henoch). Registe-se, por fim, a referência ao uso de alguns equipamentos agrícolas que usualmente não são usados na prática da horticultura convencional (como por exemplo, o queimador para monda térmica que se revelou de grande utilidade para a produção biológica de cebola, alho, alho-francês e cenoura e que permitiu substituir, em grande parte, o tradicional uso de herbicidas e a monda manual).

No caso da tutoria, o processo de ensino-aprendizagem baseou-se igualmente numa metodologia activa que enfatizou a acção de orientação em contexto de trabalho. O lema era apoiar mais do que dirigir, recorrendo a uma acção tutorial aberta ou fechada, conforme os casos e conforme as aprendizagens em causa. A acção tutorial aberta visou aumentar o nível de consciência e interesse dos tutorandos em considerar o empreendedorismo uma opção, proporcionar-lhes oportunidades para identificarem as suas capacidades e comportamento empreendedor. A acção tutorial fechada traduziu-se no trabalho directo, intensivo e personalizado com o tutorando que considerou o plano individual de produção agrícola biológica e a estratégia de marketing para entrada no mercado de agricultura biológica. O processo de tutoria foi realizado de uma forma bastante sistematizada e contínua, sendo que os tutores reuniam com o(s) tutorando(s) semanalmente. As reuniões tutoriais decorreram inicialmente quer na Bio-exploração quer nas explorações agrícolas dos tutores, tendo sido alargadas, posteriormente, às explorações dos tutorandos. Não existindo um dia e hora fixos,

foi da responsabilidade do(a) tutor(a) e do tutorando ou grupo de tutorandos decidir qual o horário mais conveniente para ambos.

Os tutores são, eles próprios, agricultores. Um, certificado com experiência e conhecimentos técnicos ao nível da produção, distribuição e comercialização (ver fotografias 19 e 20). O outro, não certificado que acredita que a relação entre agricultura, ambiente e turismo poderá ter um futuro muito prometedo no concelho de Palmela (ver fotografias 21, 22 e 23). Nenhum dos dois possuía formação específica na área da tutoria e ambos partilhavam da lógica da intervenção proposta pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS em que é reconhecida a importância do papel da agricultura no desenvolvimento dos territórios periurbanos.



*Fotografias 19 e 20: Maria José Macedo, da Quinta do Poial em Azeitão.  
Empresária agrícola, licenciada em Economia, 47 anos.*



*Fotografias 21, 22 e 23: António Mendes, da Quinta Verdes Anos, em Fernando Pó, freguesia de Marateca.  
Ex-funcionário do MADRP, DRARO, Divisão de Qualificação Profissional, 68 anos.*

As principais funções do(a) tutor(a), segundo o *Guia Metodológico de Apoio à Intervenção* (Correia *et al.*, 2007, p. 143 e seguinte), consistem em acompanhar de forma individualizada um grupo restrito de jovens agricultores, durante a sua permanência na Bio-exploração; aconselhar e orientar no processo de conversão ao modo de produção biológico; apoiar e facilitar na integração no sector agrícola biológico; desenvolver a acção de tutoria de forma articulada com os técnicos do Projecto IDEIAS; elaborar relatórios periódicos (um por semestre) sobre os resultados da acção de tutoria a serem entregues à PD EQUAL. Na opinião da responsável pela entidade promotora do Projecto IDEIAS, não teria sentido enfatizar a conversão à agricultura biológica se os tutores não fossem agricultores biológicos. Primeiramente, porque *“transmitir valores aos outros deve pressupor que se viva ou se pratique esses mesmos valores, (...) aqueles que se utilizam para poder formar novos agricultores”*. E, depois, porque *“ser um companheiro de profissão dá origem a contactos menos formais junto dos jovens agricultores e facilita o acesso ao conhecimento de uma forma mais rápida e eficaz”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). Esta forma de acesso ao conhecimento poderia não ser possível numa relação mais formal e distante. Acreditava-se, assim, que a mensagem transmitida pelo(s) tutor(es) fosse mais facilmente compreendida e assimilada. Os tutores conhecem os problemas e as soluções, pelo facto de já terem vivenciado as mesmas dificuldades e por conhecerem formas de superá-las. Nesta perspectiva, o(s) tutor(es) foram também *“um grande amparo”* para os beneficiários/utilizadores do espaço físico da Bio-exploração, intervindo e auxiliando-os com uma série de *“conselhos”* e *“dicas”* sobre a melhor forma de proceder, o que permitiu resolver de forma célere, eficaz e imediata as situações/problemas que foram ocorrendo durante o processo de experimentação.

O balanço desta experiência é também tido como globalmente positivo pelos tutores que, diga-se, foram escolhidos criteriosamente pois *“deles muito dependia o sucesso na adesão dos jovens agricultores ao modo de produção biológico”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). No discurso dos tutores sobre a experiência de tutoria encontram-se referências voltadas sobretudo para os resultados imediatos de *“um trabalho de acompanhamento”* que ambos classificam de *“sistemático”* e *“contínuo”* junto daqueles que aderiram ao modo de produção biológico instalando-se no início da sua actividade profissional na Bio-exploração. Entre outras referências, destacam os laços de companheirismo e amizade que se travaram entre as pessoas, que levaram os tutorandos a expor abertamente as suas necessidades, expectativas, problemas e dificuldades e o tutor a obter um conhecimento mais aprofundado relativamente aos principais interesses e motivações daqueles. Como notou a tutora Maria José Macedo. *“um bom tutor deve saber quem são os tutorandos a seu cargo, deve debruçar-se sobre eles e sobre os seus problemas”*.

Na opinião do tutor António Mendes, falar abertamente e de forma simples foi fundamental para a construção de relações fortes de confiança entre tutor e tutorandos. Por isso, tal como relatado pelo próprio, *“No papel de tutor considerei que era importante falar claramente sobre as minhas funções e sobre as tarefas que tinha que realizar e como estava a pensar fazer. Pedi-lhes [aos tutorandos] para também participarem na programação das actividades [de tutoria] e várias vezes quis ouvir o que eles tinham para dizer. (...), falaram-me de pontos de vista, de interrogações que mais frequentemente colocavam a si mesmos e de questões que mais lhes diziam directamente respeito. E esta foi a forma de conseguir com que também eles participassem activamente no processo de aprendizagem no sentido de uma agricultura de qualidade. Nada foi imposto, tudo foi discutido, pensado e planeado com eles e para eles, de forma a alcançarem o êxito nos seus projectos. Parti do princípio de que os assuntos assim introduzidos, via tutorandos, seriam mais significativos para eles do que aqueles que eu pudesse criar e apresentar-lhes nas reuniões”*. Desta forma, fomentou-se a interacção e o debate.

No seu discurso, Maria José Macedo refere que mais do que um transmissor de saberes e de técnicas um tutor é um *“modelo”* e que, por ser reconhecido como uma *“autoridade na matéria”*, não se deve limitar a informar acerca das boas práticas agrícolas: *“Formar os jovens agricultores não significou despejar conhecimentos, significou antes ligar o conteúdo das reuniões a situações reais”*. Daí que falar sobre as dificuldades sentidas no dia-a-dia da exploração agrícola que ministra há já alguns anos em modo de produção biológico e apresentar as soluções encontradas para enfrentar essas mesmas dificuldades foi, quanto a si, a fórmula certa para motivar, incentivar e dar ânimo aos mais novos para lutarem por um projecto próprio.

No que diz respeito às principais dificuldades sentidas no decorrer do processo de tutoria, os dois citados tutores referem a falta de experiência na área da tutoria, o que levou ao *“apalpar de terreno constante para motivar, animar e acompanhar convenientemente, desde o primeiro dia até ao último dia, os jovens que estavam a nosso cargo”*; e a dificuldade em saber até onde devia intervir o tutor, o que levou a *“ter cuidado para não usurpamos as funções que nos tinham sido confiadas, nem ficar aquém das expectativas depositadas em nós”* e a *“dar especial atenção aos problemas práticos que iam surgindo com vista a corrigi-los rapidamente e realizar um trabalho de qualidade”*. Quando questionados sobre as principais competências do tutor, os mesmos entrevistados apontam aspectos relacionados sobretudo com a atitude que um tutor deverá revelar perante os tutorandos (isto é, *“estar presente e disponível para atender às solicitações e aos problemas que possam surgir”*, *“mostrar interesse e preocupação com o progresso dos trabalhos desenvolvidos por cada um dos tutorandos”*, *“ter vontade de ajudar”* e *“saber ouvir”*). Outra competência bastante valorizada está relacionada com a forma de proceder do tutor e diz respeito ao papel deste enquanto facilitador da aquisição de

competências por parte do grupo de jovens que tinha semelhantes idades e semelhantes expectativas no que concerne à experimentação de actividades agrícolas em modo de produção biológico<sup>113</sup>. Como relatado, *“procurei encorajá-los a utilizarem a experiência e os conhecimentos adquiridos para criarem o seu próprio negócio. (...) Assumi, se quiser, o papel de alimentador de sonhos”* (Depoimento do tutor António Mendes). Entretanto, percebe-se claramente que houve a preocupação de preparar as reuniões tutoriais para que os jovens agricultores no final ficassem preparados para resolver as mais variadas situações: *“Era importante que as reuniões fossem práticas e úteis para a vida profissional e pessoal dos tutorandos. Era importante que a programação das reuniões tivesse em conta as tarefas e os desafios a enfrentar na realidade, no mundo do trabalho, quando os jovens estivessem a exercer a agricultura biológica por sua conta e risco. Era importante que eles tivessem em conta possíveis formas de associação (...)”* (Depoimento da tutora Maria José Macedo).

Da acção tutorial esperava-se, pois, um forte contributo para *“formar indivíduos empreendedores, com iniciativas adequadas às novas exigências da sociedade moderna e da globalização, assim como promover a sua autonomização no que diz respeito à produção biológica e ao desenvolvimento de parcerias entre si para a distribuição e comercialização de produtos agrícolas de qualidade junto das populações urbanas”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Rosa Tavares). Para tal, e segundo o testemunho do(a) tutor(a), o trabalho de tutoria foi realizado com bastante entusiasmo, satisfação e até com sentimentos de realização pessoal.

Os resultados decorrentes da auscultação da opinião dos cinco jovens agricultores que estagiaram na Bio-exploração revelam que estes classificam o desempenho das funções do(a) tutor(a) entre 4 e 5 valores, numa escala de 1 valor (insuficiente) a 5 valores (excelente). Neste contexto, e segundo a opinião da maioria dos jovens agricultores, a excelência do papel de tutor(a) relaciona-se sobretudo com as características associadas à figura de uma pessoa que foi, antes de mais, um *“amigo”*, um *“orientador”* e um *“prático”* e não tanto um *“especialista técnico”*, embora alguns comentários sugiram a intervenção do tutor ao nível do ensino de conhecimentos técnicos sobretudo quando se abordavam aspectos particulares do sistema de produção agrícola biológico a adoptar ou do mercado de agricultura biológica a explorar. No quadro abaixo apresentado, damos conta das principais categorias que emergiram do discurso dos jovens agricultores/estagiários na Bio-exploração relativamente ao desempenho das funções do(s) tutor(es) e que dizem respeito não só às competências comportamentais que

---

<sup>113</sup> Segundo testemunho do tutor António Mendes, estes estavam motivados e foram experimentar por considerarem que os seus interesses e necessidades enquanto agricultores em início de actividade profissional poderiam ser satisfeitas.

estes desempenharam durante o acompanhamento do processo de experimentação, mas também à atitude pessoal que estes revelaram no relacionamento com os seus tutorandos.

**Quadro 80: Competências e atitudes do tutor na opinião dos jovens agricultores/estagiários na Bio-exploração.**

<b>Revelou disponibilidade e facilidade de relacionamento</b>	<b>4</b>
<i>“Esteve sempre disponível”;</i> <i>“Acompanhou-nos de forma permanente”;</i> <i>“Falou muito abertamente e de forma simples”;</i> <i>“Estabeleceu uma grande empatia connosco”.</i>	
<b>Fomentou a motivação para uma agricultura de qualidade</b>	<b>4</b>
<i>“Proporcionou experiências enriquecedoras e gratificantes que serviram de guia”;</i> <i>“Incitou a lutar por projectos de agricultura com responsabilidade social e ambiental”;</i> <i>“Foi coerente e persistente nas IDELAS de AB em defesa do desenvolvimento da actividade”;</i> <i>“Foi quem mais incentivou e deu ânimo para o avanço de projectos no sector agrícola biológico”.</i>	
<b>Acompanhou e contribuiu para a formação profissional dos jovens agricultores</b>	<b>4</b>
<i>“Facilitou e contribuiu para o aumento da aquisição de conhecimentos técnicos”;</i> <i>“Actuou activamente, acompanhando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos”;</i> <i>“Deu conselhos preciosos e ajudou a prestar assistência técnica”;</i> <i>“Sensibilizou e esclareceu sobre várias temáticas: acesso a novas oportunidades de formação; novas propostas tecnológicas; novos contactos com pessoas, entidades e recursos relevantes para a actividade agrícola biológica.</i>	
<b>Apoiou na resolução de problemas e na integração no sector agrícola biológico</b>	<b>5</b>
<i>“Ajudou, aconselhou, sugeriu e explorou comigo o melhor caminho a seguir”;</i> <i>“Divulguou informações úteis e necessárias às opções de produção e de mercado, de modo a alcançar-se o êxito dos projectos ensaiados”;</i> <i>“Chamou a atenção para a nova conjuntura económica e as actuais preferências de mercado, prestando esclarecimentos sobre o sector agrícola biológico e o mercado de Agricultura Biológica, em Portugal e noutros países”;</i> <i>“Promoveu o debate e a acção conjunta, contribuindo para o desenvolvimento de grupos de reflexão”;</i> <i>“Dinamizou o grupo em torno da comercialização de produtos biológicos”.</i>	

**Fonte:** Elaborado a partir das respostas fornecidas em entrevista sobre o desempenho do(a) tutor(a).

Por fim, a terceira função. A par do fomento de práticas agrícolas sustentáveis, da criatividade e do espírito empreendedor dos jovens agricultores, a Bio-exploração é um espaço físico que visa promover hábitos saudáveis, a qualidade de vida e o contacto com a Natureza. Neste sentido, numa das parcelas da Bio-exploração foi criada uma horta pedagógica para



produtos biológicos por 10 utilizadores escritos no curso de Bio-Horta<sup>114</sup> e que, desde Julho de 2007, desenvolvem ali com regularidade práticas agrícolas biológicas (6 pessoas de várias profissões, 3 desempregados e 1 a receber o rendimento mínimo garantido). A criação deste espaço para cultivar alguns produtos hortícolas de forma biológica resultou da vontade latente desta dezena de beneficiários residentes no território Marateca/Poceirão que não tinham terra e que, com o Projecto IDEIAS, estão a “tornar-se” agricultores biológicos: *“Nunca tive oportunidade de ter um bocadinho de terra para cultivar. Agora, neste espaço disponibilizado pela INDE, estou a aprender outra profissão (...). Estou a tornar-me numa agricultura biológica. Antes estava empregada na indústria automóvel, agora estou desempregada vai já para mais de 6 meses (...). Estou a aprender. E tenho muito que aprender. Os cursos de formação em Agricultura Biológica e Bio Horta já tenho, mas é a prática que verdadeiramente me ensinará a produzir de forma biológica. E ter aqui este espaço livre para trabalhar a terra é fundamental, doutra forma seria impossível”* (Depoimento de uma beneficiária do Projecto IDEIAS).

Para um dos elementos da PD EQUAL do Projecto IDEIAS, a abertura à comunidade local constituiu uma mais valia na intervenção ensaiada. O “*abrir portas*” permitiu, por um lado, “*uma maior dinâmica de responsabilidade colectiva*” e, por outro lado, foi responsável pelas “*alterações positivas nas percepções e expectativas quanto a uma agricultura de produtos de qualidade*”, fazendo com que a população local se apropriasse não só da lógica da intervenção, como do próprio espaço da Bio-exploração (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano), o que para o conjunto dos parceiros formais foi também muito gratificante. Nas palavras de um outro elemento desta PD EQUAL, a Bio-exploração acabou por desempenhar “*um papel muito importante no cômputo geral do Projecto IDEIAS*”, na medida em que “*agregou, de forma exemplar, as diferentes dimensões da intervenção preconizada pelo conjunto dos parceiros nela envolvidos, desde as acções de animação e informação/sensibilização e de formação na área da agricultura biológica, passando pelas acções demonstrativas e pelas acções de acompanhamento via apoio técnico e tutoria que também aqui ocorreram, até às actividades desenvolvidas com as escolas, outras instituições ou, ainda, com os locais*” (Depoimento do Eng.<sup>o</sup> Agrónomo Jorge Ferreira).

---

114 O curso de Bio-Horta destinado à população em geral teve lugar de 14 a 26 de Julho de 2007, com 5 sessões (uma dedicada à plantação e sementeira, outra à compostagem e as restantes à limitação natural, à luta biológica e à elaboração de caldas e pratos gourmet com a colheita).

### 3.3.2.4 Acções pedagógicas junto da comunidade educativa

É de consenso geral que a educação e as escolas representam o alicerce sobre o qual se constrói o futuro de um país. Embora, muitas vezes, sejam essas instituições carentes dos recursos necessários ao pleno exercício de suas potencialidades, é nelas que reside ainda um grande potencial de transformação social, sobretudo referente ao mundo do trabalho. O panorama mundial exige uma contínua consolidação e actualização dos conhecimentos dos cidadãos. O conceito de educação no decorrer deste processo deve ser encarado como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões e da sua capacidade de discernir e agir. A escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação do indivíduo e deverá ser um dos principais focos de garantia de um caminho seguro e sólido para o futuro. É exactamente nesta perspectiva que, tal como resultou de uma das reuniões mensais da PD, e a propósito da implementação no terreno das acções de animação, informação e sensibilização junto de crianças, jovens em idade escolar, suas famílias e diversos agentes institucionais ligados ao sistema educativo, e mercê de uma associação que se pretendia mais virtuosa com actores-chave externos à parceria, seria de relevar a preocupação ligada à necessidade de se vir a dispor de maiores capacidades para mobilizar aqueles que apresentem uma trajectória de insucesso escolar ou com registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa auto-estima e, ainda, falta de expectativas relativamente ao futuro (Reunião da PD EQUAL, intervenção da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco).

A criação de um espaço onde os jovens possam estar em contacto com a Natureza e aprender a respeitá-la e a cuidar dela era, assim, fundamental para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos mais responsáveis. Como alguém notou: “Alguns dos *nossos alunos são oriundos de meios rurais. À partida, deveriam estar familiarizados com as práticas agrícolas. Mas, infelizmente, nem sempre é assim. O que se observa é que a maioria está distante (não fisicamente, porque vivem num ambiente rural) da Natureza e, muito particularmente, das actividades agrícolas, devido a falsos valores que existem, hoje, na nossa sociedade. Por outro lado, as referências que alguns deles têm em relação à agricultura também não são as mais correctas, pois vêm os familiares usar e abusar dos pesticidas e adubos químicos. Não sabem o que é fazer compostagem ou a separação de resíduos. Se ouvirem falar de práticas agrícolas amigas do ambiente ou de normas de protecção ambiental não sabem concretamente o que é. Nunca foram directamente esclarecidos ou alertados para o perigo que é poluir os lençóis de água com os produtos*

*usados na agricultura dita convencional, aquela que os pais e os avós praticam. Começam agora a ouvir falar de como é perigoso para a saúde, as frutas e os produtos hortícolas à base de fertilizantes e pesticidas”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Paula Vieira, docente do Percurso Curricular Alternativo, Área das Actividades Rurais, Escola Secundária de Palmela). Daí a necessidade de consciencializar, sensibilizar e, até mesmo, combater estes problemas junto da comunidade escolar e seu meio envolvente, já que é no confronto com os problemas concretos da sua comunidade e com a pluralidade das opiniões nela existentes que os jovens vão adquirindo a noção de responsabilidade perante o ambiente, a sociedade e a cultura em que se inserem, compreendendo o seu papel de agentes dinâmicos nas transformações da realidade em seu redor.

Para isso a PD EQUAL do Projecto IDEIAS promoveu a criação e a manutenção de uma horta segundo o modo de produção biológico, em articulação com o corpo docente e os alunos do 7º F, da Área das Actividades Rurais, que integram o percurso curricular alternativo da Escola Secundária de Palmela, no ano lectivo de 2006/2007. Partia-se, então, do pressuposto de que a escola é um dos locais ideais para a iniciação da sensibilização dos alunos, bem como, por arrastamento, das suas famílias e da sociedade em geral, quanto aos fundamentos da agricultura biológica, à conservação dos recursos naturais, à protecção da biodiversidade e da paisagem natural, enfim, os alicerces de uma nova sociedade, mais cooperante e humana. Ao longo daquele ano lectivo foram também ensaiadas estratégias de desenvolvimento de auto-estima e de inter-relacionamento, tendo em vista o sucesso escolar de jovens até aos 15 anos de idade, inclusive, que se apresentavam na situação de ocorrência de insucesso escolar repetido e de ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar.

Esta actividade implicou não só escolher o local para esta actividade<sup>115</sup>, mas também programar e orientar as diferentes fases de implantação da horta biológica. Primeiro, foi necessário tomar algumas medidas que antecederam as actividades da horta propriamente ditas, de plantação e sementeira. Assim, e uma vez que o solo existente no local escolhido não era apropriado para práticas agrícolas, por estar demasiado compactado e se tratar de uma terra saibrenta e infértil, aquele foi substituído por terra mais fértil, sem pedras e sem qualquer tipo de lixo. Depois, para maior garantia de preservação deste espaço, foi também necessário

---

<sup>115</sup> O local escolhido para instalação da horta biológica foi um terreno abandonado existente no perímetro escolar, favorável ao desenvolvimento das plantas, soalheiro, com um ponto de água e com declive pouco acentuado.

colocar uma vedação em todo o seu perímetro, ficando apenas um portão de acesso ao fundo. A seguir aos passos anteriores foi então possível preparar definitivamente a terra para o cultivo. A terra teve de ser cavada ou lavrada para ficar arável e pronta para se iniciarem as actividades agrícolas. Preparado o espaço destinado à horta, as actividades foram realizadas de forma organizada e funcional, tendo em conta o fim a que aquele se destinava, as associações de culturas a realizar e a sua manutenção.

Pretendia-se que a horta biológica fosse um recurso pedagógico e que, portanto, permitisse o acesso fácil e frequente de outros grupos de jovens e também crianças. Assim, decidiu-se que os caminhos a construir deviam facilitar a circulação e que os canteiros a cultivar não seriam demasiado extensos para facilitar a entrada e saída dos visitantes sem que estes tivessem que pisar a terra. Depois da montagem de um compostor<sup>116</sup>, no recinto da horta, os alunos passaram à fase na qual se apropriaram da horta, com a escolha de sementes e plantas e com a tomada de decisão sobre o sistema de rega a utilizar. Os depoimentos dos alunos ilustram muito bem como foram planeadas as sementeiras e plantações: *“tivemos em atenção o tipo de crescimento de cada espécie de planta, para que não se atrapalhassem ou fizessem sombra umas às outras”*; *“(…) os canteiros a cultivar não deviam ter uma altura maior aos caminhos, porque ficando elevados não reteriam a água quando fossem regados”*; *“Aprendemos que é importante ter diversas culturas, é o mais indicado”*; *“Aqui, na horta, tem de ser como na Natureza, em que as plantas se protegem umas às outras. Mas há associações favoráveis e outras desfavoráveis (...)”*; *“Estas são ervas aromáticas e algumas flores que vamos plantar na horta”*; *“É melhor que a fertilização seja à base de composto natural (...) é colocado apenas nos espaços a cultivar. Assim não desperdiçamos fertilizante”*. Nesta fase, o acompanhamento realizado pelos elementos da equipa técnica do Projecto IDEIAS foi crucial. Opções técnicas inadequadas poderiam comprometer o sucesso da horta biológica. Refira-se, também, que o envolvimento dos alunos nas tarefas ou actividades relacionadas com a criação e manutenção da horta biológica foi oportunamente planificado e negociado em plano próprio, com o corpo docente da turma, tal como consta do protocolo de colaboração estabelecido entre o órgão directivo da Escola Secundária de Palmela e a INDE.

---

<sup>116</sup> Com a montagem do compostor pretendia-se despertar o interesse dos jovens para a agricultura biológica, uma actividade em crescimento e com potencial de emprego. O compostor foi importante para *“a tomada de consciência dos alunos acerca das vantagens da utilização de composto orgânico na agricultura”* e, ao mesmo tempo, serviu *“para informar e sensibilizar a restante comunidade educativa para a importância da compostagem, quer nas explorações agrícolas, quer nas próprias casas”* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano). A sua utilização permite, por um lado, reduzir a quantidade de resíduos que é enviada para os aterros e, por outro lado, produzir um composto que pode ser utilizado como adubo. Segundo o presidente da Cooperativa Agrícola de Palmela, *“a compostagem de resíduos orgânicos no quintal é uma solução bastante antiga que há muito caiu em desuso no concelho de Palmela”* (Depoimento do Sr. João Pinóia).

Como dizia a principal dinamizadora do projecto na escola, *“Não desprezando o trabalho logístico e de informação e orientação escolar e profissional que foi preciso realizar por parte da direcção, de alguns docentes da escola e das entidades externas que nos apoiaram do ponto de vista técnico, com particular destaque para a INDE, na pessoa da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano, o mérito cabe, sobretudo, aos dez alunos envolvidos na criação da horta biológica. A nossa escola ficou mais bonita com este espaço verde que eles souberam construir e manter”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva, docente do Percurso Curricular Alternativo, Área das Actividades Rurais, Escola Secundária de Palmela). Estes demonstraram, de facto, muito empenho, esforço e motivação em todo o trabalho executado, participando activamente em todas as fases de implantação, desde a preparação do terreno, até à plantação das diferentes espécies de vegetais, bem como na colocação da vedação que delimita a horta biológica e em toda a sua manutenção que implicou regar, tirar ervas daninhas, colher folhas ou frutos, entre outras operações. Depois da colheita, os alunos organizaram a venda dos seus produtos no recinto escolar.

No decorrer do ano lectivo de 2006/2007 tiveram assim lugar actividades de campo que foram práticas e experimentais. Estas foram antecedidas de momentos de reflexão (como é exemplo, a sessão em sala de aula sobre as principais vantagens de uma horta biológica comparativamente com outras hortas que os alunos conheciam, as dos seus pais e avós) e de actividades de registo ou avaliação no domínio dos conhecimentos e das atitudes que foram as mais variadas (tais como, actividades de pesquisa na Internet, leituras, debates, exposições, relacionamento inter-pessoal, sentido de responsabilidade, envolvimento de toda a comunidade educativa e divulgação do projecto). Nalguns casos, o aproveitamento escolar teve um acréscimo acentuado, com uma maior auto-estima, levando mesmo à redução ou eliminação de certos comportamentos mais difíceis e inadaptados por parte dos alunos. Os pais puderam contribuir com o “lixo” orgânico para a produção de composto e foram convidados a “comprar” alimentos cultivados pelos seus filhos segundo o método de produção biológico<sup>117</sup>.

Para além de todo o trabalho envolvido, a criação da horta biológica cumpriu com a função educativa, formativa e social na comunidade escolar e permitiu implementar outras actividades didácticas e de animação para a comunidade local.

---

<sup>117</sup> Note-se, porém, que o envolvimento das famílias nem sempre foi fácil. A maioria das acções realizadas teve lugar dentro do horário escolar, dificilmente compatível com as responsabilidades profissionais dos pais.

Como uma experiência ligada à criação e manutenção de uma horta biológica pode levar ao sucesso educativo, conta-nos a Dr.<sup>a</sup> Margarida Teixeira que *“chegados ao fim do primeiro ano deste projecto, o sentimento generalizado no grupo de professores que acompanhou de perto a turma do 7º F é de que o caminho foi longo mas frutífero, nomeadamente no que diz respeito à evolução dos jovens enquanto alunos”*. Mais do que a aquisição de saberes, *“estes alunos adquiriram competências comportamentais [principalmente, em sala de aula] e relacionais [para com os adultos que com eles mais directamente trabalharam] que, ainda não sendo as mais desejáveis, são, certamente, um bom ponto de partida para mais e melhores resultados que todos aqui almejamos conseguir nos próximos dois anos de vigência do projecto”*. Para a Dr.<sup>a</sup> Paula Vieira, a experiência ditou que *“quando é feita a oferta adequada e quando são aplicadas as estratégias certas de desenvolvimento de auto-estima e de inter-relacionamento grupal, os resultados são forçosamente positivos”*. E estes são já visíveis na escola, *“no modo como todos, corpo directivo, professores, auxiliares, alunos e pais, passaram a encarar esta turma que ficou conhecida pela turma dos rurais (...), no reconhecimento do trabalho que foi desenvolvido, tendo como exemplo a maior abertura às solicitações de apoio e pedidos de colaboração que passaram de forma gradual, de facto, a ser mais efectivos”*.

Nas palavras da Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva, *“Foi um ano de aprendizagens, de partilha, de descobertas e de conquistas. Apreendeu-se, fazendo. Estamos conscientes de que o nosso trabalho conheceu sucessos e insucessos. Do sucesso, conseguimos ganhar aliados e admiradores. Do insucesso, retirámos conclusões e ensinamentos para o futuro. A horta é, agora, um espaço importante, importância que adveio do que nela se produziu e pelos valores que fez crescer nos alunos que nela trabalharam: respeito pela terra, pelo ambiente, pelas actividades agrícolas e, sobretudo, pelo modo de vida rural, honrando-se compromissos e assumindo-se responsabilidades.*

*Hoje, estamos convictas de que no momento das suas escolhas profissionais, a agricultura será para muitos destes alunos uma das áreas de eleição. O que por si só, já nos deixa muito contentes. Como irá continuar este projecto? Apenas sabemos da nossa vontade, que assim continue”.* Nestes termos, e conforme tivemos ocasião de perceber pelo balanço que as três docentes da Área Actividades Rurais, do Percurso Curricular Alternativo, da Escola Secundária de Palmela, fizeram desta experiência (e que acima apenas apresentamos alguns excertos), a horta biológica transformou-se numa oportunidade de trabalho interdisciplinar que enriqueceu a todos. A partir desses balanços individuais, registámos os seguintes pontos de bloqueio e os factores de sucesso:

**Quadro 81: Projecto Horta Biológica na Escola Secundária de Palmela – Pontos de bloqueio e factores de sucesso.**

<b>Principais pontos de bloqueio</b>	<b>Principais factores de sucesso</b>
Participação pouco activa dos pais.	Estabelecimento de um protocolo de colaboração com o Projecto IDEIAS.
Mudança de corpo docente em cada ano lectivo.	A Escola assumir o compromisso de continuar a desenvolver o percurso curricular alternativo, com ofertas profissionais adaptadas às actividades ligadas à agricultura e a desenvolvimento rural, de forma autónoma, num período pós-intervenção do Projecto IDEIAS.
Ausência de equipamentos e utensílios agrícolas próprios, que são necessários ao desenvolvimento das actividades.	Apropriação da horta biológica pelos alunos.
Forte dependência técnica e orçamental para o desenvolvimento das acções.	O reconhecimento do trabalho desenvolvido na horta por parte da restante comunidade escolar.
Pouca autonomia dos docentes, impedindo-os de se tornarem verdadeiros agentes de desenvolvimento das acções.	A mudança estética registada, numa parcela de terreno sem utilidade específica anterior.

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos em entrevista sobre os resultados alcançados com a criação e manutenção da horta biológica (Julho, 2007).

Mesmo sem grandes condições de espaço (tem no seu total cerca de 30 m<sup>2</sup> de área) ou materiais (apenas os disponibilizados pela Câmara Municipal de Palmela), os resultados conseguidos são, na opinião das nossas entrevistadas, fantásticos. E isto porque, como explicaram, recorrendo à execução de pequenas tarefas agrícolas, a técnicas simples de compostagem doméstica para produção de fertilizante e à observação dos ciclos de crescimento e produção de várias espécies vegetais, foi possível sensibilizar os alunos para a prática da actividade agrícola; promover a educação ambiental, despertando os alunos para a preservação e conservação do ambiente, para uma alimentação e estilo de vida mais saudáveis, num território em que ainda persistem traços do modo de vida rural; e estabelecer a ligação, como neste projecto se conseguiu fazer, aos restantes conteúdos programáticos e curriculares, o que facilitou o processo de aprendizagem.





Ainda no referente às acções pedagógicas, junto da comunidade educativa, importa aqui mencionar a forte adesão dos alunos que frequentam as Escolas do Agrupamento nº 1 de Marateca e Poceirão, do 1º ao 6º ano de escolaridade, ao Concurso de Desenho Infantil proposto pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS no início do ano lectivo de 2006/2007. Tratava-se de um desafio que pretendia estimular a criatividade das crianças através do desenho e, antes de mais, sensibilizar as novas gerações para as problemáticas relacionadas com a importância da profissão de agricultor, com o modo de vida rural, as ocupações profissionais dos pais e dos avós, o futuro das principais actividades agrícolas no concelho onde residem e a agricultura biológica.



*Figura 28: Desenho infantil.*  
*Aluno do 1º Ciclo do Ensino Básico, 6 anos.*



*Figura 29: Desenho infantil.*  
*Aluno do 1º Ciclo do Ensino Básico, 5 anos.*



*Figura 30: Desenho infantil.*  
*Aluno do 2º Ciclo do Ensino Básico, 9 anos.*



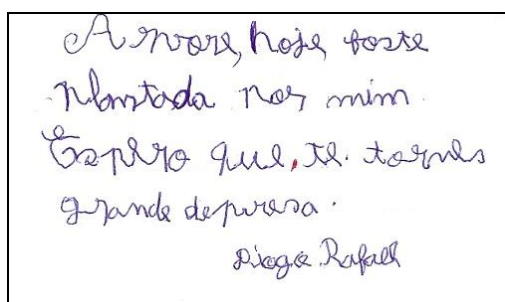
*Figura 31: Desenho infantil.*  
*Aluno do 2º Ciclo do Ensino Básico, 10 anos.*

Embora não tivessem sido realizadas de forma tão regular como as actividades ligadas à criação e manutenção da horta biológica<sup>118</sup>, as actividades de expressão artística foram ainda assim muito exploradas para trabalhar com as crianças e tiveram o seu ponto alto com a exposição no Centro Cultural de Poceirão de todos os trabalhos realizados durante o ano lectivo 2006/2007, e culminaram com a apresentação de uma peça de teatro infantil ao ar livre da autoria de um grupo de animação de rua, de Setúbal, que se juntou à PD EQUAL do Projecto IDEIAS para trabalhar com as crianças a temática da preservação da diversidade das espécies, alertando para as alterações climáticas e para a necessidade de protegermos os ecossistemas e o ambiente em geral.

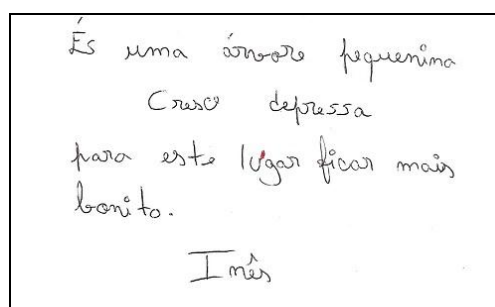
Para o conjunto dos parceiros que integram a PD EQUAL do Projecto IDEIAS, a sensibilização, a promoção e educação ambiental constituem verdadeiros estímulos que podem ajudar a alcançar algum sucesso na construção de um ambiente sustentável no presente e no futuro próximo ou longínquo. Por isso, outra das actividades realizadas no âmbito do Projecto IDEIAS foi a visita à Bio-Exploração, no dia 21 de Março de 2006, que abrangeu um total de 142 alunos de estabelecimentos públicos do 1º Ciclo do Ensino Básico. As idades das crianças variaram entre os 6 e os 10 anos de idade. O número de professores envolvidos foi de seis, sendo dois titulares de turma, três do apoio educativo e um sem turma com funções essencialmente administrativas. Após um diálogo sobre a importância da floresta, as crianças foram convidadas a plantar árvores e arbustos e a escrever uma mensagem à sua árvore (de que são exemplo as duas que abaixo reproduzimos).

**Figura 32:**

**Mensagens à árvore, escritas por alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Dia Mundial da Árvore, 21 de Março de 2006.**



Árvore, hoje foste  
plantada por mim.  
Espero que, til. tornes  
grande depressa.  
Diego Rafael



É uma árvore pequenina  
Cresce depressa  
para este lugar ficar mais  
bonito.  
Inês

<sup>118</sup> As actividades ligadas à criação e manutenção da horta biológica na Escola Secundária de Palmela eram bastante regulares (uma vez por semana), passando a ser quinzenais a partir sensivelmente do meio do ano lectivo.



*Fotografias 37 e 38: Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Visita à Bio-exploração, 21 de Março de 2006.*

Mais tarde, foi-lhes pedido para ajudarem a escolher o local para a colocação de uma caixa-ninho. Como motivação para participarem na importante tarefa de ajudar as aves foi-lhes dito que, cada vez mais as florestas são transformadas em matas de produção, onde não existe lugar para árvores velhas e de grande porte. O que quer dizer que aquelas árvores, que oferecem boas condições de abrigo e de reprodução a uma quantidade apreciável de espécies de aves, acabarão por desaparecer. Como defendia um dos elementos da equipa técnica do Projecto IDEIAS “*Observar a beleza e escutar o canto das aves perto de nós é sempre motivo de grande admiração e satisfação. No entanto, o papel que é desempenhado pelas aves no controle das pragas é por si só razão suficiente para que tenhamos todo o interesse em protegê-las*” (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).



*Fotografias 39 e 40: Colocação de uma caixa-ninho. Bio-exploração, 21 de Março de 2006.*

### 3.3.2.4 Acções de divulgação, com desenvolvimento de estratégias diferenciadas

Adoptou-se também como linha estruturante, a exploração de estratégias alternativas a partir da organização de “campanhas publicitárias” para a promoção da agricultura, do seu potencial empregador, das suas novas funcionalidades, do saber-fazer dos agricultores locais e da responsabilidade colectiva, como uma componente essencial do desenvolvimento em territórios periurbanos, tendo como alvo a população (dita) em geral. Especificando melhor, esta proposta levou a PD EQUAL do Projecto IDEIAS a trabalhar um “conceito” para a valorização da agricultura periurbana, com um grupo de jovens estudantes universitários, no sentido de se aprender a olhar para a agricultura de uma outra forma, que não se limite a ver apenas uma actividade meramente produtiva, levando à consciencialização pública de como esta actividade pode ser um factor essencial para o desenvolvimento sustentável local (através da divulgação de diaporamas, cartazes, posters, folhetos, outdoors e sinaléticas várias, bem como de anúncios na imprensa escrita<sup>119</sup> e nas rádios locais<sup>120</sup>).

A construção das campanhas publicitárias teve a duração de um semestre lectivo e implicou um primeiro encontro da equipa técnica da PD EQUAL do Projecto IDEIAS com alunos e professores do Instituto Superior de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE). Nesse encontro inicial foram debatidos vários aspectos: a ideia definida pela PD para a construção de uma campanha promocional, que se queria completa (não um único anúncio), com diversas peças e mantendo o mesmo conceito criativo; os objectivos da campanha; a definição dos *timings* para os objectivos propostos, a quem era dirigida a mensagem central da campanha e o orçamento disponível. Seguiram-se encontros individuais com várias equipas de trabalho que serviram para esclarecer dúvidas, programar as visitas ao território de intervenção e aprovar o *briefing*<sup>121</sup> da campanha.

---

<sup>119</sup> De destacar os anúncios no Jornal Setubalense, Jornal Pinhal Novo e Boletins do Projecto IDEIAS, para além do “Diário Solidário – Boletim informativo da INDE”, dos Boletins informativos da AGROBIO “Joaninha” e “Infobio”, da Folha de Verão da Biocop e do Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ “Pessoas e Lugares”, este último de maior abrangência.

<sup>120</sup> *Spots* publicitários, com locução simples (uma voz), com efeitos sonoros e música de fundo, que passaram nas rádios locais Palmela FM, Rádio Seixal e Rádio Voz Setúbal.

<sup>121</sup> O *briefing* foi um documento essencial na elaboração das campanhas publicitárias, uma vez que ele reunia todas as informações e orientações necessárias ao desenvolvimento das propostas de campanha ajustadas aos objectivos definidos para a mesma, à mensagem que se pretendia fazer passar e à indicação de quais as características que se pretendia ver realçadas.





Desses encontros resultaram as três seguintes propostas de campanha: “*A agricultura enquanto arte: Terra é arte comum!*”, “*Trabalhar a terra: Mãos à Terra*” e “*Espaços de inovação sustentável – Terra de inovação, culturas sustentáveis*”. Estas dimanam de uma reflexão conjunta, sendo a exteriorização de uma visão comum da PD EQUAL do Projecto IDEIAS e dos alunos e professores do IADE que trabalharam em estreita ligação entre si.

A campanha “*A agricultura enquanto arte: Terra é arte comum!*” foi concebida para desmistificar a imagem depreciativa da agricultura e dos agricultores. Para comunicar a importância da terra e o valor das profissões a ela associadas, e não sendo a imagem que os palmelenses têm da sua agricultura e dos seus agricultores, os autores da campanha recorrem ao conceito “*terra é arte comum*” que implica uma analogia entre o que a terra dá (produtos agrícolas) e o que o homem cria (manifestações de ordem estética). Tendo servido para realçar a importância da agricultura, por causa da produção de alimentos e de todos os outros serviços prestados e, acima de tudo, tentar inculcar uma atitude mais compreensiva para com o agricultor e o seu trabalho, o desafio desta mensagem teve como parte importante o respeito que é preciso ter por ambos (porque “*o mais belo de nós nasce da terra*”).

A campanha “*Trabalhar a terra: Mãos à Terra*” tinha como principal objectivo cativar os jovens para a profissão de agricultor através do conceito “*mãos à terra*” (lembrando o antigo ditado “mãos à obra”) e das imagens de mãos jovens a trabalhar a terra. A campanha desenvolvida serviu para evidenciar as vantagens de trabalhar na agricultura e o quanto essa actividade pode ser valorizada. Ela veicula a mensagem de que “*não há problema em trabalhar na terra*” e apela directamente a que os jovens invistam num futuro ligado à prática das actividades agrícolas. Como se sabe, a imagem negativa da agricultura acaba por criar um ciclo vicioso, ao desmotivar os mais jovens de se instalarem numa actividade profissional que é pouco conceituada pela sociedade actual.

A campanha “*Espaços de inovação sustentável – Terra de inovação, culturas sustentáveis*” foi concebida para informar e educar produtores agrícolas, consumidores urbanos, jovens estudantes e outros actores locais, acerca do significado e mérito da agricultura periurbana e para aumentar quer a crença no valor da terra e das gentes do campo quer o reconhecimento de produtos biológicos. Esta campanha promocional foca em particular a opção por um novo percurso de vida, rentável e ligado às actividades agrícolas sustentáveis. Como tal, foi escolhido um slogan de campanha que realça a vertente positiva da relação entre o urbano e o agrícola, isto é da actividade de cultivo dos campos praticada nos espaços periurbanos, apresentados

como espaços de inovação sustentável. Aproveitando a exposição da PD EQUAL do Projecto IDEIAS, esta campanha promove os aspectos positivos da agricultura e os agricultores que são mais produtivos, dinâmicos e inovadores, num território onde o rural e urbano se encontram.

Ora, promover o uso de práticas agrícolas sustentáveis, para a produção saudável de alimentos e a conservação/preservação ambiental, exige uma constante revisão de conceitos e paradigmas históricos, fortemente alicerçados no poder económico vigente. A partir do entendimento de que a Educação Ambiental é um processo que tem início mas não tem fim, outro dos desafios que as entidades parceiras do Projecto IDEIAS tiveram de enfrentar no seu quotidiano de trabalho foi não só a formação profissional de agricultores e agricultoras, mas também da comunidade em geral, que deve ser uma estratégia de toda e qualquer instituição que actue, ou queira actuar, frente às questões de desenvolvimento e sustentabilidade a nível local. Assim, para aperfeiçoar as possibilidades de actuação das várias instituições que a compõem nos processos educativos desenvolvidos e gerar novos processos que multipliquem a efectividade e a afectividade das acções ensaiadas ou introduzidas, a PD EQUAL do Projecto IDEIAS promoveu alguns processos de educação ambiental locais com o público em geral, sendo parte destes processos a exposição itinerante.

Esta esteve inicialmente aberta ao público, entre Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007, no Centro Cultural de Póceirão. Depois, ainda durante a acção ou fase 2 da EQUAL, a exposição itinerante percorreu todo o território municipal, escolas, bibliotecas, juntas de freguesia, feiras e outros espaços públicos, visando ampliar o grau de entendimento e de envolvimento das pessoas e dos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento sobre as questões ambientais, das práticas agrícolas sustentáveis e do estabelecimento de um quadro de relações entre produtores (rurais) e consumidores (urbanos), tendo em consideração que existe hoje uma forte procura de produtos naturais (não tratados com adubos, químicos, herbicidas ou pesticidas de síntese e mais protectores da saúde) e de serviços rurais (espaços de lazer e recreio e actividades turísticas que associem as tradições locais à história da região) por parte dos consumidores que habitam nos centros urbanos. Da exposição fazem parte, entre outros materiais, painéis<sup>122</sup> de textos e fotografias alusivos ao trabalho de parceria desenvolvido, à importância da agricultura em territórios periurbanos e aos problemas e desafios a superar, assim como às soluções e acções propostas pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS. A importância da exposição é fazer com que os visitantes conheçam a relevância das

---

<sup>122</sup> Tipo *roll-up*, fáceis de manusear e transportar para qualquer lado.



respostas introduzidas ou ensaiadas para uma mudança de atitude, sendo as actividades de exposição um elo de ligação entre informações e atitudes a serem alteradas.



Fotografias 45, 46 e 47:

*Exposição itinerante no Centro Cultural de Poceirão (à esquerda) e na FCSH - UNL (à direita).*



Fotografias 48, 49 e 50: *Exposição itinerante, painéis roll-up fáceis de manusear e transportar para qualquer lado.*

No âmbito da acção ou fase 3 da EQUAL, a PD voltou a disponibilizar a itinerância da exposição, com o objectivo de levar o Projecto IDEIAS o mais próximo possível dos vários públicos. Assim, a exposição itinerante (acompanhada de cartazes, posters e folhetos, entre outros materiais de divulgação) foi solicitada por várias entidades externas à PD EQUAL para exibição nos seus espaços institucionais. É disso exemplo, a ANOP (Associação Nacional de Oficinas de Projecto, Desenvolvimento e Educação), na freguesia de Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, e a FAGRORURAL (Federação das Associações Agro-Florestais Trasmontanas), na freguesia de Vidago, concelho de Chaves. Saliente-se também a presença da exposição itinerante na Terra Sã, Feira de Alimentação, Agricultura Biológica e

Ambiente, no Parque Urbano do Silvado, em Odivelas, de 18 a 20 de Maio de 2007. Uma iniciativa anual da AGROBIO, que tem constituído a principal acção de promoção da agricultura biológica em Portugal e de aproximação entre produtores e consumidores. E na 2ª Mostra de Produtos Biológicos da FCSH, da UNL, organizada pelo Grupo de Ambiente dessa mesma instituição em colaboração com a Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Firmino, no dia 20 de Novembro de 2008.



Fotografias 51 e 52:

*O Projecto IDEIAS na Feira da Alimentação, Agricultura Biológica e Ambiente, Terra Sã. Parque Urbano do Silvado, Odivelas.*

O Boletim IDEIAS foi, no entanto, o principal órgão de divulgação do Projecto IDEIAS. Este permitiu transmitir (em 8 páginas) através da escrita e da fotografia uma série de novidades e informações apresentadas de forma organizada e articulada entre si e que obedeciam a uma linha condutora que coincidia com o estágio de desenvolvimento das actividades a realizar no âmbito do Projecto IDEIAS. É um instrumento que, segundo a responsável pela coordenação/redacção, *“exigiu um trabalho de concepção de textos e tratamento de imagem inferior ao dispendido, por exemplo, na realização do vídeo promocional”<sup>123</sup>, mas nem por isso menos importante. (...) Todos reconhecem que o Boletim é bastante simples no que toca à imagem e ao grafismo. Os textos são também simples, objectivos e breves. Todas as pessoas e organizações e instituições podem escrever e*

---

<sup>123</sup> Com a duração de 20 minutos, o vídeo promocional foi produzido para “impulsionar a visão” e “mostrar a missão” da PD EQUAL do Projecto IDEIAS. Contudo, ele não está limitado a estes dois únicos objectivos. Ele pode ser também considerado uma ferramenta de marketing sólida de comunicação que *“ajuda a estimular as pessoas, em geral, e os órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento, em particular, no sentido da qualidade da produção agrícola no concelho de Palmela”* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano).

*enviar artigos, cabendo-me a mim, na qualidade de coordenadora das actividades de edição do Boletim, a sua selecção e revisão*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano).

Por outro lado, e comparativamente com outros instrumentos de comunicação utilizados, o Boletim IDEIAS teve a vantagem de estabelecer um diálogo mais directo com a comunidade local. Tendo também sido distribuído por e-mail e difundido na Internet, a impressão em papel e posterior distribuição em locais considerados privilegiados ou o envio via postal, mostraram-se bastante eficientes relativamente aos objectivos a alcançar com a sua difusão, dar informação. Assim, “*(...) ao tomarem contacto com o Boletim, os locais reconhecem as pessoas que aí aparecem retratadas. São eles próprios, familiares, vizinho ou conhecidos. Reconhecem também as actividades que foram realizadas perto de si. (...) e assim, falam do Projecto IDEIAS*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano). Optou-se por uma periodicidade semestral o que, segundo a nossa entrevistada, veio a permitir “*a redacção de alguns bons textos, mais reflectidos, e com manifesta valia informativa, que ainda assim não perdem a sua actualidade*”, referindo-se à edição de textos mais técnicos relacionados com o processo de conversão, controlo e certificação em agricultura biológica.

Inicialmente, a televisão não foi tida em conta na estratégia de comunicação para o exterior delineada pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS, sobretudo pelos custos elevados que acarretava. No entanto, este é um canal de comunicação muito forte, que aliando a informação à imagem, poderia dar grande visibilidade às acções empreendidas pelo conjunto dos parceiros em causa. Estando estes atentos ao facto de existir uma cadeia televisiva que tem um espaço de informação/divulgação semanal sobre o panorama da agricultura, floresta, das pescas e do desenvolvimento rural no nosso país, foram estabelecidos alguns contactos institucionais. Surge então a reportagem no magazine “*Portugal da Terra ao Mar*”, da RTP2, emitida em Novembro de 2007, também com emissão on-line. Nela, deu-se visibilidade a nível nacional ao trabalho desenvolvido pela PD EQUAL e aos produtores agrícolas das freguesias de Marateca e Poceirão que apresentavam percursos de sucesso no modo de produção biológico, resultante das acções ensaiadas ou introduzidas pelo Projecto IDEIAS. O objectivo era sensibilizar o grande público para a oportunidade de um novo modo de produzir, de consumir e de desenvolver as áreas rurais do concelho de Palmela com boas e sustentáveis IDEIAS, tendo sobretudo valorizado o esforço individual e colectivo de quantos se dedicam ao sector primário de actividade num território que é hoje periurbano.

### 4.1 Produzir localmente produtos agrícolas de qualidade

Segundo Indrio (2009, p 23), o aumento da concorrência global e o crescimento de novas formas de pensar por parte dos consumidores, levaram a que novas oportunidades de negócio surgissem na área da agricultura. Entre elas, a agricultura biológica que, como afirma, é uma tentativa de (re)acertar a posição do homem em relação à vida biológica do planeta e, sobretudo, a sua relação com a terra de acordo com princípios mais apropriados, conservando a fertilidade dos solos e procurando adaptar-se aos ritmos da natureza, em vez de tentar uniformizá-los seguindo ritmos industriais inventados pelo homem.

Para garantir todo um sistema de rigor e de procedimentos harmonizados em todos os países da Europa comunitária, o MPB está sujeito a um forte quadro regulamentar. Um primeiro passo para a sua divulgação é levar os agricultores a tomar contacto com a legislação em vigor. Para além do conhecimento das regras base enunciadas na regulamentação comunitária, são-lhes administrados conhecimentos em agricultura biológica. Para a prática desta actividade existe um conjunto de normas de produção e de procedimentos a ter em conta que os técnicos da PD EQUAL do Projecto IDEIAS procuraram promover junto dos agricultores do município de Palmela, tendo por objectivo colaborar para a tomada de decisão das culturas agrícolas e das espécies animais que aí podem ser produzidas no MPB, assim como contribuir, de forma inequívoca, para o escoamento de toda a produção dos agricultores, comprometendo-se ainda a apoiá-los na divulgação e promoção dos seus produtos. Para que um produtor seja considerado um operador em agricultura biológica é obrigado a notificar a actividade ao MADRP, em impresso próprio. Nesse impresso, para além dos elementos de identificação, é pedido que o produtor indigite o Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) que irá proceder ao controlo<sup>124</sup>, assim como a data de realização, por parte desse organismo, da primeira acção de controlo. Essa data é importante porque é a partir dela que começa a contar o período para efeitos de tempo de conversão da agricultura convencional para a agricultura biológica.

---

<sup>124</sup> Em Portugal existem sete OPC's reconhecidos para o MPB (lista actualizada em 21/4/2010): AGRICERT, Certificação de Produtos Alimentares Lda. (Elvas); CERTIPLANET, Certificação da Agricultura, Floresta e Pescas, Unipessoal Lda. (Peniche); CERTIS, Controlo e Certificação Lda. (Évora); CODIMACO, Certificação e Qualidade Lda. (Cadaval); ECOCERT Portugal, Unipessoal Lda. (Peniche); SATIVA, Desenvolvimento Rural Lda. (Lisboa); SGS ICS, Serviços Internacionais de Certificação Lda. (Lisboa).

**Quadro 82: Calendário das acções de formação, demonstrativas e de assistência técnica do Projecto IDEIAS.**

<b>Acções de formação</b>	<b>Data</b>	<b>Local e n.º de participantes</b>
Curso de base em Agricultura Biológica, 68 horas	21 Fevereiro a 7 Abril, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 43
Curso de Horticultura Biológica, 30 horas	17 a 27 Julho, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 20
Curso de Fruticultura Biológica, 30 horas	2 a 13 Outubro, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 10
Curso de Viticultura Biológica, 30 horas	2 a 13 Abril, 2007	Centro Cultural de Poceirão, 17
Curso de Bio-Horta, 5 sessões	14 a 26 Junho, 2007	Bio-Exploração, Lagoa do Calvo, Poceirão, 20
Curso de Formação em Desenvolvimento Local, 30 horas	29 Maio a 9 Junho, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 24

<b>Acções demonstrativas e de assistência técnica</b>	<b>Data</b>	<b>Local e n.º de participantes</b>
Tractores e máquinas de mobilização do solo	22 Fevereiro, 2006	Exploração agrícola de Maria José Macedo, 8
Uso racional da água de rega	8 Março, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 45
Poda da vinha	2 Abril, 2006	Exploração vitícola de Filipe e Luísa Morais, 15
Protecção das culturas (pesticidas de síntese)	10 Abril, 2006	Bio-Exploração, 36
Fertilidade e actividade biológica do solo	11 Abril, 2006	Bio-Exploração, 55
Qualidade da água de rega I	1 a 30 Abril, 2006	Exploração dos participantes da acção, 43
Como podemos fazer compostagem?	15 Junho, 2006	Exploração agrícola de Alcides Henoch, 16
Contas de cultura	22 Agosto, 2006	Bio-Exploração, 35
Combate a pragas e doenças, hortícolas e frutícolas I	19 Setembro, 2006	Exploração agrícola de Aurélio Henoch, 30
Monitorização de pragas, doenças e auxiliares I	21 Outubro, 2006	Bio-Exploração, 20
Combate a pragas e doenças, hortícolas e frutícolas II	24 Outubro, 2006	Exploração agrícola de Nuno Margaço, 27
Controlo de infestantes	2 Novembro, 2006	Centro Cultural de Poceirão, 20
Resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos	1 a 30 Novembro, 2006	Cooperativa Agrícola de Palmela, 109
Monitorização de pragas, doenças e auxiliares II	7 Novembro, 2006	Bio-Exploração, 25
Sementes e plantas de viveiro	5 Dezembro, 2006	Bio-Exploração, 18
Combate a pragas e doenças na vinha	23 Fevereiro, 2007	Exploração vitícola de Filipe e Luísa Morais, 10
Embalagem e Rotulagem	12 Março, 2007	Bio-Exploração, 24
Qualidade da água de rega II	1 a 31 Março, 2007	Exploração dos participantes da acção, 43

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS.

Entre os vários aspectos que estão envolvidos no processo técnico de conversão para a agricultura biológica optámos por privilegiar aqueles que estão mais relacionados com os objectivos do nosso trabalho de investigação. Inicialmente, procuraremos compreender o significado atribuído ao termo “conversão”, assim como identificar quais são as principais razões que são apontadas para se justificar a escolha de métodos alternativos de produção e quais as maiores dificuldades encontradas na mudança da agricultura convencional para a agricultura biológica. Destacaremos, de seguida, os aspectos mais salientes desse processo de mudança através da apresentação de algumas das acções de formação, demonstrativas e de assistência técnica desenvolvidas pela equipa técnica do Projecto IDEIAS entre Fevereiro de 2006 e Abril de 2007 (ver Quadro 82: Calendário das acções de formação e demonstrativas) e, sobretudo, da análise dos dados recolhidos durante a campanha agrícola de 2007-2008, com a aplicação da ficha de caracterização das explorações agrícolas sobre a observância (há pelo menos 12 meses) de um conjunto de boas práticas agrícolas conducentes à gestão dos

impactos ambientais da actividade agrícola e dos recursos naturais (ver Anexo 1: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão. Grupo III, questões 1, 2, 3, 4 e 5).

#### 4.1.1 Razões para a conversão ao modo de produção biológico

Como é possível constatar na questão “*Aderiu ou pensa vir a aderir a uma agricultura efectuada de modo mais favorável ao Ambiente e com respeito pela utilização (sustentável) dos recursos naturais e pela protecção da biodiversidade e da paisagem natural?*” os produtores agrícolas respondem da seguinte forma: aderiu ou pensa vir a aderir num futuro próximo (35,56%); não aderiu nem pensa vir a aderir (64,44%). Mais ou menos metade (15,56%) dos produtores agrícolas que responderam que aderiram (ou pensam vir a aderir) explicam que a razão principal desse facto é a de que a utilização de métodos de exploração das terras, que têm vindo a praticar, se encontra muito próxima das práticas agrícolas que respeitam o ambiente. Uma outra razão não negligenciável é o facto de estarem a participar em acções de formação, demonstrativas, de assistência técnica e experimentação (11,11%). Para 8,89% é também relevante a actual exigência dos consumidores por uma alimentação segura e saudável. Mais ou menos os mesmos (60,00%) que responderam que não aderiram nem pensam vir a aderir disseram que no processo de decisão pesaram sobretudo os condicionantes técnicos de uma eventual conversão, os elevados custos da certificação dos produtos e, ainda, o facto de não terem recebido nunca os devidos apoios institucionais e políticos e não acreditarem que agora num processo tão complexo – o da conversão de um sistema de produção convencional para um sistema de agricultura biológica – a situação iria mudar (Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão, Grupo III, Questão 5).

Mas, desde longa data (pelo menos desde a introdução das medidas agro-ambientais que aparecem em Portugal, no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2078/92) ouvem falar da necessidade em harmonizar as actividades agrícolas com a preservação do meio ambiente e conversão dos recursos naturais. E, sobre esta questão, parece que ninguém discorda. De facto, quando questionados sobre o grau de importância que atribuem à frase: “*A Agricultura é uma actividade económica que pode desfavorecer o Ambiente se não assente em regras de boa conduta agrícola, expressa em modos de produção compatíveis com as exigências de protecção do ambiente, da conservação dos recursos naturais e da preservação e valorização do espaço rural*”, verifica-se que 21,11% dos produtores

agrícolas dizem que a consideram “Muito Importante” e 78,89% que a consideram “Importante”, sendo que nenhum dos respondentes escolheu as opções “Pouco Importante” ou “Nada Importante” (Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão, Grupo III, Questão 2).

Haverá, no entanto, apenas uma forma de a efectuar: através da conversão da agricultura convencional para modos de produção mais sustentáveis. E, sobre isto, já a mesma concórdia não é possível. À questão *“Qual é o caminho que a Agricultura local deveria seguir para se manter e desenvolver?”* os produtores agrícolas respondem: na perspectiva da conversão sistemática dos agricultores locais à agricultura biológica (35,56%); na perspectiva da modernização e do desenvolvimento tecnológico (25,55%); na perspectiva da revalorização dos produtos agrícolas tradicionais e regionais (26,67%), sendo que 12,22% dos inquiridos Não sabe/Não responde (Fonte: Inquérito aos produtores agrícolas do município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão, Grupo II, Questão 5). Interessa-nos, aqui, a perspectiva da conversão à agricultura biológica porque nos interessamos por uma forma de produção que tem como principal objectivo produzir alimentos saudáveis, fortalecendo os ecossistemas em que se insere, e que associamos a um modo de vida que queremos ver como recurso para a reinvenção social<sup>125</sup>.

O termo “conversão” tem como significado todo o processo que parte de um sistema de produção convencional para atingir um sistema de produção biológico que, de acordo com o artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 834/2007, de 28 de Junho, *“respeite os sistemas e ciclos da natureza, mantenha e reforce a saúde dos solos, da água, das plantas e dos animais e o equilíbrio entre eles; contribua para um elevado nível de diversidade biológica; faça um uso responsável da energia e dos recursos naturais; respeite normas exigentes de bem-estar dos animais e, em especial, as necessidades comportamentais próprias de cada espécie; procure obter produtos de elevada qualidade; procure produzir uma ampla variedade de géneros alimentícios e de outros produtos agrícolas que correspondam à procura, por parte dos consumidores, de*

---

<sup>125</sup> Hoje as estatísticas publicadas pelo INE (2010) já nos mostram que, nos últimos dez anos, desapareceram 112 mil explorações e a respectiva superfície recuou mais de 450 mil hectares. A dimensão média das explorações agrícolas aumentou 2,5 hectares em termos de SAU, situando-se em 11,9 hectares. Todavia, cerca de 75% das unidades produtivas exploram menos de 5 hectares de SAU. A paisagem agrícola alterou-se significativamente, reorientando-se para sistemas de produção extensivos: diminuíram as terras aráveis, aumentaram as pastagens permanentes e houve uma redução no número de efectivos pecuários. O retrato do agricultor típico reforça a importância social desta actividade (80% do volume de trabalho agrícola é realizado pela mão-de-obra agrícola familiar). No entanto as empresas agrícolas, que representam apenas 2% do universo das explorações, são já responsáveis pela gestão de 25% da SAU. Sabe-se também que, em 2009, foram recenseadas cerca de 1.300 unidades produtivas certificadas em MPB, das quais 37% dirigidas para a pecuária.

*bens produzidos através de processos que não sejam nocivos para o ambiente, a saúde humana, a fitossanidade ou a saúde e o bem-estar dos animais”.*

Contudo, não há receitas prontas para a “conversão” ao modo de produção biológico. Embora alguns produtores agrícolas, beneficiários das acções do Projecto IDEIAS, pretendessem a racionalização do uso de substâncias químicas ou a simples substituição daquelas por matérias orgânicas a incorporar no solo, tal como o uso do estrume animal como fertilizante, mantendo a mesma lógica produtiva da agricultura convencional, o processo de conversão é mais do que isso. Os dados obtidos junto de vários interlocutores sobre o significado do termo “conversão” à agricultura biológica, cujos principais elementos se apresentam no quadro seguinte, evidenciam que este consiste num longo processo de mudança de concepções de agricultura, de práticas agrícolas e de relacionamento com os técnicos, o mercado e os consumidores:

**Quadro 83: Entendimento do termo “conversão” à agricultura biológica.**

<b>Produção: princípios e práticas</b>	Ter consciência ecológica Mudar as práticas agrícolas utilizadas Usar boas práticas de gestão nas explorações agrícolas Praticar uma agricultura diversificada Fomentar a biodiversidade Melhorar a fertilidade do solo Usar espécies vegetais e animais adaptadas à região Produzir produtos sem resíduos químicos Produzir sem o uso de OGM`s Respeitar normas e regulamentos comunitários
<b>Relação com os técnicos</b>	Obter conhecimentos em agricultura biológica Ter ajuda para resolver os problemas que possam surgir com a produção Aprender coisas novas na profissão, através do conhecimento dos técnicos Debater novas práticas e aplicá-las com a supervisão dos mais credenciados Tomar decisões apoiadas nas propostas e soluções apontadas pelos técnicos
<b>Relação com os consumidores</b>	Dar garantias de que o produto é biológico para fidelizar os clientes Ser honesto e respeitar o consumidor Procurar a satisfação mútua Ter uma carteira de clientes que permita o escoamento dos produtos

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos pelos produtores agrícolas, responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento.

Relativamente aos principais factores favoráveis e obstáculos à conversão para a agricultura biológica, as respostas obtidas podem ser respectivamente resumidas nos seguintes itens:



**Quadro 84: Principais factores favoráveis e obstáculos à “conversão” para a agricultura biológica.**

<b>Factores favoráveis</b>	Utilização de métodos de cultivo quase “biológicos” Sistemas de agricultura tradicional com forte potencial de reconversão Solos relativamente bem preservados Aposta local na qualificação dos agricultores através de acções de formação Possibilidade de se fazer um aproveitamento mais adequado do potencial que representa a massa crítica, o conhecimento, a experiência e os meios de acção de diversas entidades locais (como seja a DRARD, a ADREPES, a Cooperativa Agrícola de Palmela, a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, entre outras) para dar apoio às actividades agrícolas a praticar de uma forma mais sustentável Ambiente propício à criação de um certo dinamismo para a experimentação de estratégias de comercialização directa e exploração de nichos de mercado Preocupação com as actuais exigências dos consumidores (alimentação segura e saudável) Possibilidade de acesso a apoios financeiros que existem para a agricultura biológica
<b>Obstáculos</b>	Falta de conhecimentos de como produzir em modo biológico, sobretudo dos procedimentos técnicos a adoptar, devido ao baixo nível de instrução escolar e formação profissional agrícola Ausência de actividades de extensão e apoio técnico, a nível local Mão-de-obra agrícola cada vez mais rara Apoio e envolvimento do Estado muito limitados Falta de incentivos/apoios financeiros fortes que encorajem um verdadeiro processo de conversão Regulamentação das ajudas públicas muito exigente e pouco acessível aos pequenos agricultores; Elevado preço da certificação para o MPB

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos pelos produtores agrícolas, responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento.

De acordo com a informação fornecida por um dos técnicos do Projecto IDEIAS, a passagem da agricultura convencional para a agricultura biológica implicou, para além da inscrição no curso base de formação, a participação dos agricultores em acções de formação específica, e algumas acções demonstrativas e de assistência técnica como uma forma de viabilizar o uso de práticas que para aqueles não eram usuais. Assim, o período de conversão não deve ser entendido apenas como “*um período para eliminação dos resíduos químicos nos produtos produzidos*” mas também como “*um período necessário para a maturação dos novos conhecimentos técnicos adquiridos*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano), maturação esta que esteve também aliada a uma reflexão acerca das consequências técnicas e económicas da mudança. Na realidade, este foi um processo lento e gradual: foi necessário dar algum tempo aos agricultores que tomaram a decisão de aderir ao MPB, de forma a que estes procedessem a ajustes nas suas rotinas e se dedicassem à aprendizagem de práticas ou técnicas utilizadas em agricultura biológica.

O tempo necessário para a conversão à produção biológica, bem como as dificuldades observadas nesse processo, dependeram essencialmente do grau de adopção anterior de práticas agrícolas convencionais, do período de tempo em que essas práticas foram levadas a cabo e, portanto, da forma como a conduta habitual de cada um dos produtores agrícolas em

processo de conversão à agricultura biológica afectou o solo e meio envolvente. Dos 32 agricultores que aderiram ao MPB, apenas 4 notificaram as autoridades competentes da sua actividade e submeteram a sua exploração ao sistema de controlo. Note-se, assim, que existem no território de Marateca/Poceirão vários outros detentores de pequenas explorações agrícolas nas quais são produzidos produtos de acordo com o MPB sem que os agricultores tenham procedido à sua certificação.

Importa, por fim, ressaltar que o respeito pelas questões normativas (isto é, a conformidade com um determinado conjunto de normas que permite que os produtos produzidos pelo agricultor possam ostentar indicações referentes à produção biológica na rotulagem e na publicidade), em rigor, não encerra o processo de conversão para os indivíduos que se dedicam a este modo de produção (vegetal e animal) numa perspectiva ecológica. As normas baseiam-se em padrões que, embora apontem para a necessidade de alcançar a sustentabilidade, são mínimos e, apesar de necessários, não são suficientes. Pode-se dizer que, a questão da sustentabilidade representa um ponto de vista subjectivo que contrasta com a necessária objectividade dos padrões biológicos para atender às necessidades do mercado, o que poderá determinar a simplificação do processo de conversão, a partir de uma visão restrita das normas aplicáveis à produção biológica, considerando-se somente o que é ou não permitido. Tal como foi mencionado por uma agricultora biológica certificada, *“o fim do período de conversão significa apenas que o produtor agrícola cumpriu com a legislação em vigor, designadamente com os prazos e com as regras relativas a um conjunto de procedimentos a que a agricultura biológica a todos obriga (...). Os produtos produzidos estão qualificados para o uso do logotipo biológico, o que também não significa que são 100% biológicos”* (Depoimento da tutora Maria José Macedo).

Neste quadro, e da mesma forma que existem explorações agrícolas convencionais com vários níveis de eficiência e de rendimento, tal também pode ocorrer com as unidades produtivas certificadas em MPB, com a ressalva de que estas últimas já deram um primeiro e grande passo e preparam-se, agora, para a longa caminhada em busca da gestão agrícola sustentável.

#### 4.1.2 Exploração agrícola e práticas de gestão amigas do ambiente

##### 4.1.2.1 Gestão de prevenção dos riscos de poluição causada ou induzida pelos trabalhos agrícolas

Na agricultura são usados diversos produtos cuja utilização envolve, sempre, algum risco para o meio envolvente. Parte-se do princípio de que este risco será tanto mais elevado quanto mais as aplicações de produtos fitofarmacêuticos e de fertilizantes (ou nutrientes às culturas, particularmente de azoto) forem efectuadas de forma não controlada. É, pois, neste quadro que surgem duas acções demonstrativas sobre as práticas agrícolas a adoptar para proteger a qualidade do solo e da água da poluição com produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes (designadamente, a acção “*Protecção das culturas*” e a acção “*Fertilidade e actividade biológica do solo*”) que se traduziram, no fundo, por um debate muito vivo sobre a possibilidade dos produtores agrícolas, beneficiários do Projecto IDEIAS, virem a adoptar, a nível da utilização, aplicação e armazenamento, e num futuro próximo, novos procedimentos ou modificarem procedimentos habituais (como, por exemplo, a aplicação intensiva e excessiva de adubos químicos que pode contaminar a toalha freática, ou a aplicação de pesticidas por via aérea que pode atingir as linhas de água quando esta aplicação não é realizada com as devidas precauções). Estas acções tiveram lugar no Centro Cultural de Poceirão, nos dias 10 e 11 de Abril de 2006, nas quais participaram cerca de uma centena de pessoas, maioritariamente agricultores, dada a importância dos temas para a prática agrícola.

Ora, considerando as respostas à questão das práticas amigas do ambiente para a gestão de prevenção dos riscos de poluição, causada ou induzida pelos trabalhos agrícolas na exploração, constatamos que mais de metade dos agricultores inquiridos não faz registo anual dos tratamentos fitossanitários e/ou veterinários (84,44%), nem das aplicações de fertilizantes (adubos e correctivos agrícolas) ao solo, em caderno de campo, a fim de gerir, equilibradamente, o uso do azoto no âmbito da fertilização do solo e das culturas e de evitar fertilizações excessivas (87,78%). As culturas agrícolas mais problemáticas, do ponto de vista do risco da poluição, são a cultura da vinha e, muito particularmente, as culturas hortícolas em que o uso de pesticidas e adubos químicos de síntese é, em geral, elevado e mesmo excessivo: apenas 8,89% dos produtores agrícolas não recorre ao uso de produtos fitofarmacêuticos e 6,67% não emprega adubos químicos nas actividades agrícolas.

Dado o seu elevado número e a incapacidade de os agricultores os nomearem, não foi possível registar quais os produtos fitofarmacêuticos e os fertilizantes mais frequentemente utilizados. Junto da Cooperativa Agrícola de Palmela soubemos, entretanto, que o adubo mais utilizado, e tido na maioria dos casos como indispensável ao bom sucesso das culturas, é o amónio, apesar do seu elevado preço. Este composto químico é adquirido em geral na secção de aprovisionamento, tal como a maioria dos pesticidas utilizados nas explorações agrícolas locais (maioritariamente de aplicação contra as pragas da batata, da macieira, da pereira e da vinha), sendo raros os agricultores que comprem os produtos directamente aos representantes das marcas ou que utilizam produtos sem título de autorização de venda em Portugal.

Quando usados na protecção fitossanitária das culturas, os produtos fitofarmacêuticos são introduzidos directa e deliberadamente no ambiente, o que pode levar à contaminação do solo e da água, assim como causar efeitos prejudiciais (mortalidade) nas espécies terrestres e aquáticas, para além dos organismos nocivos que se pretendem combater. Por isso, do ponto de vista formal e legal, um produto fitofarmacêutico só deve ser utilizado se tiver título de autorização de venda, de acordo com as condições indicadas no seu rótulo (doses de utilização, intervalo de segurança, n.º de aplicações e intervalo entre aplicações) e tendo presente um conjunto de preocupações básicas no seu armazenamento.

**Quadro 85: Utilização de produtos fitofarmacêuticos nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Preocupações básicas na aplicação e armazenamento de produtos fitofarmacêuticos.

Classes de área	Utilização		Faz registo anual		Produtos fitofarmacêuticos, preocupações básicas na aplicação e armazenamento	
Menos de 1 ha	28	31,11	3	3,33	1. Lê os rótulos com o devido cuidado	82
De 1 a menos de 5 ha	31	34,44	1	1,11	2. Segue as indicações referidas no rótulo	82
De 5 a menos de 20 ha	13	14,44	3	3,33	3. Usa o material de protecção recomendado	80
De 20 a menos de 50 ha	15	16,68	4	4,44	4. Escolhe os menos tóxicos	82
De 50 ha ou mais	3	3,33	1	1,11	5. Não usa em terrenos adjacentes a cursos de água	80
Total	90	100,00%	12	13,33%	6. Deixa uma faixa de protecção, não sujeita à aplicação	80
					7. Armazena correctamente os produtos	82

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

De acordo com os dados recolhidos junto dos produtores agrícolas, existe já um conjunto de sete práticas que são seguidas, de forma responsável, quando estes têm de utilizar produtos fitofarmacêuticos. Ainda que nenhuma dessas práticas tenha sido efectivamente observada durante todo o nosso trabalho de campo, os produtores agrícolas que utilizam produtos fitofarmacêuticos afirmam, regra geral, que: lêem os rótulos com o devido cuidado;

seguem as indicações referidas no rótulo; utilizam o material de protecção recomendado nas diversas operações; escolhem os produtos fitofarmacêuticos menos tóxicos; não usam os produtos fitofarmacêuticos em terrenos adjacentes a cursos de água; estabelecem uma faixa de protecção, não sujeita aos tratamentos fitossanitários; e armazenam correctamente os produtos. Comparativamente com o uso de outros produtos fitofarmacêuticos, o uso dos herbicidas que são aplicados para controlar as infestantes é menos vulgar. Ficámos também a saber que, na sua generalidade, os produtores agrícolas se preocupam com a aplicação racional dos produtos fitofarmacêuticos, já que procuram comprar o produto que mais se adapta à finalidade pretendida, cultura e organismo nocivo ou efeito a obter (Depoimento do Sr. João Pinóia).

A utilização de produtos fitofarmacêuticos na protecção das culturas pode dar origem a resíduos nos produtos agrícolas no momento da colheita. Para que o nível de resíduos não ultrapasse o valor que serve de base à avaliação de risco e que é considerado como aceitável, devem ser rigorosamente respeitadas as condições de utilização inscritas no rótulo. Esse valor chama-se Limite Máximo de Resíduos (LMR) e está publicado em legislação nacional<sup>126</sup>, devendo ser respeitado pelos agentes económicos envolvidos no processo de produção e comercialização dos produtos. Desta forma, os produtos agrícolas não apresentarão riscos inaceitáveis para a saúde humana e animal, ambiente e ecossistemas agrícolas. Alguns dos agricultores locais já não utilizam químicos para actuar sobre os inimigos das culturas, opção que justificam pela preferência por técnicas alternativas de combate contra as pragas, doenças e infestantes, colocando as maiores dúvidas acerca da utilidade desses produtos. Outros restringem o uso dos pesticidas mais perigosos, por forma a proteger-se a si, à sua família, os outros trabalhadores da exploração agrícola e os animais domésticos. Como relatou um vitivinicultor: *“Na nossa região, o oídio é a principal doença da vinha. É causada por um fungo que ataca a videira, as folhas, as varas e os cachos, afectando directamente a produção e o próprio desenvolvimento da cepa. A principal estratégia de luta contra este fungo é dar um bom arejamento e permitir a entrada de luz nas cepas, já que numa zona de vegetação densa é mais fácil que o fungo entre. É necessário um trabalho constante de controlo do vigor da vinha e eliminar tanto quanto possível as varas com oídio. Mas, por vezes, quando este tipo de acções não chega, é necessário recorrer à luta química para proteger as vinhas. E nessa situação tento usar produtos menos perigosos possíveis”* (Depoimento do Sr. Filipe José Morais, 65 anos. Lugar de

---

<sup>126</sup> Decreto-Lei n.º 144/2003, de 2 de Julho, que estabelece o regime dos limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal destinados à alimentação humana ou, ainda que ocasionalmente, à alimentação animal, assim como nos produtos agrícolas transformados ou incorporados em alimentos compostos.

Forninho, freguesia de Poceirão). Com o decorrer do tempo, a experiência demonstrou a este vitivinicultor que é necessário reduzir a utilização de pesticidas ao mínimo indispensável.

Na acção de “*Controlo de infestantes*”, realizada no Centro Cultural de Poceirão, a 2 de Novembro de 2006, perante um público de 20 pessoas, a Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano informava que na gestão de infestantes é necessário considerar dois aspectos: a avaliação das infestantes (diagnóstico); a avaliação dos métodos de combate, tendo em conta a sua eficácia e custos. Tal como acontece em relação às pragas e doenças, também para as infestantes há a considerar a estimativa do risco provocado pelas infestantes numa dada cultura, a utilização de limiares críticos de infestação e a tomada de decisão, com a escolha dos meios de protecção adequados nas épocas críticas de intervenção (período crítico). Nas palavras de um dos participantes da acção: “*O principal ensinamento (...) é que as infestantes devem ser controladas no momento oportuno e atendendo ao período crítico de presença das infestantes na cultura que podem provocar perdas significativas na produção. Tal como a Eng.<sup>a</sup> Marta Feliciano disse, devemos privilegiar sobretudo os métodos preventivos, a rotação cultural, a eliminação de infestantes antes de formarem semente ou a solarização, entre outras (...). Em relação aos métodos curativos, sei que o controlo químico deverá ser agora a nossa última opção*” (Depoimento de um produtor singular autónomo, 57 anos, lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

A preocupação é a mesma com a aquisição dos fertilizantes (químicos) que são, em geral, aplicados com o intuito de melhorar a produção. Na agricultura biológica a fertilidade e a actividade biológica do solo devem ser mantidas e melhoradas pela aplicação de estrume ou matéria orgânica, devidamente compostados. Assim, quanto à utilização dos fertilizantes orgânicos, é possível referenciar três procedimentos rigorosamente cumpridos, embora a título experimental, por 17,77% dos produtores agrícolas, na campanha agrícola de 2007-2008, sob a supervisão da equipa técnica do Projecto IDEIAS. Estes produtores agrícolas aplicaram os fertilizantes à base de estrume nas épocas em que as culturas mais necessitavam, fraccionando a quantidade de azoto recomendado; evitaram aplicações de grandes quantidades, espalhando-os uniformemente sobre a parcela a beneficiar; e incorporaram os estrumes imediatamente após a sua distribuição sobre o terreno, através de mobilização adequada. Ao contrário das preocupações básicas relativas à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, a aplicação destas três práticas foram, de facto, observadas durante o trabalho de campo em 16 das explorações agrícolas recenseadas.

**Quadro 86: Utilização, aplicação e armazenamento de fertilizantes (adubos e correctivos do solo)  
nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Utilização, Químicos		Utilização, Orgânicos		Faz registo anual	
Menos de 1 ha	25	27,78	7	7,78	3	3,33
De 1 a menos de 5 ha	29	32,22	7	7,78	1	1,11
De 5 a menos de 20 ha	13	14,44	13	14,44	3	3,33
De 20 a menos de 50 ha	15	16,67	14	15,55	3	3,33
De 50 ha ou mais	2	2,22	3	3,33	1	1,11
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>93,33 %</b>	<b>44</b>	<b>48,89 %</b>	<b>11</b>	<b>12,22 %</b>

<b>Preocupações básicas na aplicação e armazenamento (identificadas pelo produtor agrícola e observadas pelo inquiridor)</b>	
1. Aplica os fertilizantes nas épocas em que as culturas mais necessitam, fraccionando a quantidade de azoto recomendado	16
2. Evita aplicações de grandes quantidades, espalhando uniformemente os fertilizantes orgânicos sobre a parcela a beneficiar	16
3. Incorpora os fertilizantes orgânicos imediatamente após a sua distribuição sobre o terreno, através de mobilização adequada	16
4. Dispõe de nitreiras e/ou tanques de armazenamento dos resíduos orgânicos	4

*Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.*

É admissível considerar que a poluição do solo e das águas derivada dos resíduos orgânicos provenientes das explorações pecuárias pode ser evitada se existir um sistema de manejo do gado compatível com a capacidade de carga do meio natural. Isto é, se na exploração agrícola os animais tiverem a possibilidade de se desenvolver e de exercer normalmente o seu comportamento físico inato, sem stress, verificando-se um encabeçamento<sup>127</sup> da unidade de produção não superior a 2 CN em pastoreio/hectare de SAU (no caso de uma unidade de produção superior a dois hectares de SAU) ou a 3 CN em pastoreio/hectare de SAU (no caso de uma unidade de produção com menos de dois hectares de SAU), de modo a evitar problemas de erosão e desgaste excessivo da vegetação (segundo o Regulamento (CE) n.º 889/2008), e quando nela se proceder ao espalhamento dos respectivos estrumes e chorumes numa área de terreno que permita doses de azoto desses efluentes inferiores a 170 Kg/ha/ano, a fim de evitar prejuízos ambientais (segundo a Directiva 91/676/CEE).

De um modo geral, como se poderá ilustrar com os dados relativos à área agrícola para dose N < 170 kg/ha (= 2 CN/ha) constantes no quadro 87, as explorações do município de Palmela não são providas de áreas agrícolas com dimensão suficiente para que as culturas possam utilizar os nutrientes gerados pelos estrumes e chorumes dos animais (principalmente o azoto e o fósforo), originando preocupantes excessos. Verifica-se, também, frequentemente, a existência de casos de má gestão destes resíduos, o que tem suscitado grande preocupação

<sup>127</sup> Encabeçamento é o número de animais por hectare de pastagem de uma unidade de produção.

não só nas entidades oficiais responsáveis pela gestão destes resíduos, como também nas instituições ligadas ao sector agrícola e na população desperta para esta problemática. De acordo com Gonçalves (2005, p. 64), os resíduos das pecuárias devem ser geridos de forma a assegurar boas condições sanitárias aos animais, a minimizar a produção de maus cheiros e a reduzir o seu potencial poluente, minorando deste modo a possível ocorrência de riscos ambientais.

Ora, considerando o efectivo pecuário existente em 1999 na freguesia de Póceirão (aquela que conjuntamente com a freguesia de Quinta do Anjo apresenta a situação mais preocupante, comparativamente com as restantes freguesias do concelho de Palmela), e convertendo cada espécie de acordo com o conceito de “cabeça normal” (CN) adoptado pelo Regulamento (CE) n.º 889/2008, Anexo IV, sabe-se que a área agrícola (de pastoreio ou outra) necessária para espalhar os efluentes desses mesmos animais, sem provocar poluição agrícola, seria de aproximadamente 4.587,96 hectares. Considerando ainda que as culturas agrícolas em que mais frequentemente são aplicados os estrumes e os chorumes são os prados temporários e permanentes com a deposição directa pelos animais, bem como as culturas forrageiras, as culturas hortícolas (intensivas e extensivas), a cultura da batata e a horta familiar com aplicação em correcção orgânica de fundo, antes da instalação das culturas, e considerando também que no conjunto destas culturas, na freguesia de Póceirão, a área total é de 3.382,72 hectares, conclui-se que não existe área suficiente para proceder ao espalhamento dos efluentes de origem animal produzidos anualmente. Poder-se-á concluir, igualmente, que o efectivo animal é excessivo, a não ser que fossem repartidos por uma maior área cultivada, o que não seria impossível, já que a área total agrícola utilizada é de 6.145,03 hectares (logo, superior à área necessária ao espalhamento dos efluentes que, como vimos, seria de apenas 4.587,96 hectares).

**Quadro 87: Área agrícola para dose N < 170 kg/hectare (= 2 CN/hectare).**

<b>Utilização das terras (área em hectares)</b>	<b>Concelho</b>	<b>Marateca</b>	<b>Palmela</b>	<b>Pinhal Novo</b>	<b>Quinta do Anjo</b>	<b>Póceirão</b>
Superfície agrícola utilizada (SAU)	<b>23303,38</b>	<b>5730,27</b>	<b>4097,15</b>	<b>5660,18</b>	<b>1670,75</b>	<b>6145,03</b>
Prados temporários e culturas forrageiras	2638,90	583,13	317,78	539,32	373,28	816,03
Batata	382,86	106,23	40,92	35,29	0,00	179,51
Culturas hortícolas extensivas	635,91	61,50	179,89	117,22	8,08	268,75
Culturas hortícolas intensivas	1327,90	123,97	188,21	414,14	120,85	480,73
Horta familiar	76,63	12,27	16,16	18,00	4,56	25,64
Prados e pastagens permanentes	6419,94	1960,21	20,41	2720,94	77,80	1612,06
Área total *	<b>11482,14</b>	<b>2847,31</b>	<b>763,37</b>	<b>3844,91</b>	<b>584,57</b>	<b>3382,72</b>

\* A área total corresponde ao conjunto das culturas em que mais frequentemente são aplicados os estrumes e os chorumes.



Efectivo animal	Concelho	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Quinta do Anjo	Poceirão
Vitelos para engorda	3681	268	74	2351	196	792
Bovinos de 1 a 2 anos, machos	1949	201	10	1169	200	369
Bovinos de 1 a 2 anos, fêmeas	1337	186	105	628	0	418
Bovinos de 2 ou mais anos	10	0	0	0	0	10
Novilhas para criação	735	132	0	362	0	241
Novilhas para engorda	688	25	0	376	0	287
Vacas leiteiras	883	203	4	349	0	327
Outras vacas	1393	363	101	343	0	586
Porcas reprodutoras	24815	754	2135	1860	11902	8164
Suínos para engorda	12246	486	1668	1489	4195	4408
Outros suínos	59704	2440	7230	6436	23159	20439
Ovinos	19289	3062	2488	3870	3996	5873
Caprinos	618	81	209	82	208	38
Equídeos	454	81	53	180	0	140
Coelhos	26015	21800	824	2248	140	1003
Aves: frangos de carne	21110	2224	4243	8656	806	5181
Aves: galinhas poedeiras	11737	1397	1794	5036	569	2941

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados Comparativos 1989-1999*, CD-Rom, Ano de edição 2001.

Efectivo animal	a)	Concelho	Marateca	Palmela	Pinhal Novo	Quinta do Anjo	Poceirão
Vitelos para engorda	5	736,20	53,60	14,80	470,20	39,20	158,40
Bovinos de 1 a 2 anos, machos	3,3	590,61	60,91	3,03	354,24	60,61	111,82
Bovinos de 1 a 2 anos, fêmeas	3,3	405,15	56,36	31,82	190,30	0,00	126,67
Bovinos de 2 ou mais anos	2	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Novilhas para criação	2,5	294,00	52,80	0,00	144,80	0,00	96,40
Novilhas para engorda	2,5	275,20	10,00	0,00	150,40	0,00	114,80
Vacas leiteiras	2	441,50	101,50	2,00	174,50	0,00	163,50
Outras vacas	2,5	557,20	145,20	40,40	137,20	0,00	234,40
Porcas reprodutoras	6,5	3817,69	116,00	328,46	286,15	1831,08	1256,00
Suínos para engorda	14	874,71	34,71	119,14	106,36	299,64	314,86
Outros suínos	14	4264,57	174,29	516,43	459,71	1654,21	1459,93
Ovinos	13,3	1450,30	230,23	187,07	290,98	300,45	441,58
Caprinos	13,3	46,47	6,09	15,71	6,17	15,64	2,86
Equídeos	2	227,00	40,50	26,50	90,00	0,00	70,00
Coelhos	100	260,15	218,00	8,24	22,48	1,40	10,03
Aves: frangos de carne	580	36,40	3,83	7,32	14,92	1,39	8,93
Aves: galinhas poedeiras	230	51,03	6,07	7,80	21,90	2,47	12,79

a) N.º máximo de animais por hectare equivalente a 170 kg/hectare/ano. Regulamento (CE) n.º 889/2008, Anexo IV.

<b>14.333,18</b>	<b>1.310,10</b>	<b>1.308,72</b>	<b>2.920,31</b>	<b>4.206,09</b>	<b>4.587,96</b>
<b>- 2.851,04</b>	<b>1.537,21</b>	<b>- 545,35</b>	<b>924,60</b>	<b>- 3.621,52</b>	<b>- 1.205,24</b>

Com excepção de Marateca e Pinhal Novo, nas restantes freguesias, a produção de estrumes e chorumes ultrapassa os níveis máximos recomendáveis de aplicação aos solos da exploração que os produz e mesmo aos localizados nas propriedades agrícolas de relativa proximidade, originando problemas na gestão dos resíduos produzidos. Acresce que, tanto quanto pudemos apurar, grande parte das culturas consideradas como potencialmente fertilizadas com estrumes e chorumes são, aqui, na prática, fertilizadas apenas com adubos químicos, o que agrava ainda mais o problema da poluição agrícola nesta área.

#### 4.1.2.2 Gestão dos resíduos produzidos na exploração agrícola

Na gestão dos resíduos produzidos numa exploração agrícola parte-se do pressuposto de que uma gestão adequada destes resíduos permite melhorar a qualidade ambiental do território e prevenir eventuais processos de poluição dos recursos naturais, em particular do solo e da água. Contudo, no tratamento de resíduos orgânicos (sólidos e líquidos) antes da sua dispersão no ambiente, é de referir que apenas 14,44% dos produtores agrícolas inquiridos procedem à prática da compostagem, uma técnica tradicional de transformação da matéria orgânica, na presença de oxigénio, num produto estável, rico em húmus e nutrientes minerais, higiénico, inodoro e com um aspecto terroso, chamado composto. No âmbito do Projecto IDEIAS, 13 compostores foram construídos pelos próprios agricultores a partir de uma caixa de madeira furada por baixo, de modo a evitar cheiros e facilitar a entrada de microrganismos.

Por ocasião da acção demonstrativa sobre “*Como podemos fazer compostagem?*”, de 15 de Junho de 2006, que teve lugar na exploração agrícola de um produtor agrícola, alguém dizia que “*o composto é uma matéria que funciona como que uma esponja*”, ou seja, que mantém a terra húmida e a enriquece com nutrientes (vitaminas, fibras e minerais). Por isso, “*é costume dizer-se que o composto é um adubo natural que valoriza o solo e faz com que as plantas cresçam saudáveis e muito mais bonitas*” (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira). Este processo tradicional de redução e reutilização dos resíduos orgânicos nas explorações adequa-se perfeitamente à filosofia do MPB, contribuindo para a diminuição da poluição no meio ambiente envolvente. Esta é, no entanto, uma prática pouco usual entre os produtores agrícolas inquiridos. Em contrapartida, 53,33% dos inquiridos afirma que reduz ao mínimo possível os resíduos e que, no final das colheitas, são queimados aqueles que não puderam ser retirados da exploração agrícola de outro modo, que tenham combustão fácil e que não dêem origem a fumo negro e à libertação de substâncias tóxicas para a saúde humana. Saliente-se, porém, que os restantes 46,67% não adopta a prática descrita devido à elevada quantidade de resíduos inorgânicos produzidos diariamente na exploração, que é tão elevada quão preocupante quando contabilizada anualmente ou em termos de melhor destino que, por vezes, é difícil de encontrar. Como inúmeras vezes foi possível observar e registar, os produtos poluentes e frequentemente deixados no solo são maioritariamente os plásticos agrícolas (como, por exemplo, filmes de polietileno das estufas e estufins com que se resguardam as plantas do ambiente frio), as tubagens de rega, as placas de alvéolos dos viveiros de hortícolas e as embalagens vazias de pesticidas, de óleos usados, etc., que para além de contaminarem os

terrenos contribuem de forma negativa para a degradação da paisagem. Por isso, sempre que possível estes resíduos devem ser separados e enviados para reciclagem.

Ainda sobre a questão referente às práticas utilizadas para a gestão dos resíduos produzidos na exploração, importa salientar que foi com grande empenho que o Projecto IDEIAS se envolveu no “*Programa de Recolha de Embalagens Vazias de Produtos Fitossanitários*” desenvolvendo na campanha agrícola de 2006, conjuntamente com a Cooperativa Agrícola de Palmela, várias acções de sensibilização sobre a necessidade de dar um destino adequado às embalagens vazias, junto dos agricultores do concelho de Palmela, com vista à divulgação do referido Programa. Segundo as directrizes do MADRP, e de acordo com as boas práticas agrícolas, as embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos deveriam ter o seguinte tratamento: proceder-se à sua tripla lavagem e guardá-las na exploração em sacos, ao abrigo do calor e da chuva. A curto prazo seria disponibilizado um programa para recolha dessas embalagens. De facto, no ano seguinte, foi criado o VALORFITO<sup>128</sup> que inclui diversos pontos de recolha por todo o país (entre os quais um centro de recepção em Palmela, a Cooperativa Agrícola de Palmela).

**Quadro 88: Gestão de resíduos (orgânicos e inorgânicos) produzidos nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Tratamento de resíduos orgânicos				Tratamento de resíduos inorgânicos			
	Compostagem		Prática de queimadas		Armazenamento e envio para aterros		Programa VALORFITO	
Menos de 1 ha	1	1,11	16	17,78	6	6,67	14	15,56
De 1 a menos de 5 ha	1	1,11	15	16,67	5	5,55	16	17,78
De 5 a menos de 20 ha	4	4,44	10	11,11	3	3,33	10	11,11
De 20 a menos de 50 ha	3	3,33	5	5,55	5	5,55	4	4,44
De 50 ha ou mais	4	4,44	2	2,22	3	3,33	1	1,11
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>14,44 %</b>	<b>48</b>	<b>53,33 %</b>	<b>22</b>	<b>24,44 %</b>	<b>45</b>	<b>50,00 %</b>

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

A adesão por parte dos agricultores ao Programa VALORFITO foi considerada, pelo conjunto dos parceiros, bastante satisfatória, uma vez que uma das medidas fitossanitárias tradicionalmente utilizada para reduzir as perdas de produtividade causadas pelo ataque de pragas invasoras e doenças nas lavouras é, justamente, para 109 dos participantes (dos quais 45

<sup>128</sup> O VALORFITO, designação pela qual é conhecido o Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, tem como objectivo a recolha periódica dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos e sua gestão final, seguindo as exigências do Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro. Segundo este diploma legal, são abrangidas pelo sistema as embalagens com capacidade inferior a 250 l ou 250 kg que estão em contacto directo com os produtos fitofarmacêuticos.

são também beneficiários do Projecto IDEIAS) a utilização dos produtos fitofarmacêuticos (ainda que actualmente se observe, como já referimos, um decréscimo na utilização de produtos que servem e integram meios de protecção químicos). Para tal, o envolvimento dos usuários/agricultores foi fundamental.

O trabalho de sensibilização através de palestras com o apoio de vídeos e audiovisuais, de campanhas veiculadas na rádio local, matérias publicadas em jornais e revistas locais e de distribuição de material informativo, serviu para ajudar a solucionar um problema que é a acumulação de embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos nas explorações agrícolas, que pode oferecer riscos de contaminação ambiental e humana. Cabe, no entanto, registar que depois do esforço feito na sensibilização do agricultor para a problemática dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos, mesmo com o programa a significar um pouco mais de trabalho por parte deste (recolha e armazenamento temporário dos resíduos das embalagens na exploração, devidamente acondicionados nos sacos fornecidos pela Cooperativa Agrícola de Palmela aquando da aquisição dos produtos fitofarmacêuticos, com posterior transporte desses sacos para a Cooperativa nas datas dos períodos de recolha previamente estabelecidas pelo Programa VALORFITO), o problema relativo ao destino adequado a dar aos resíduos produzidos na exploração agrícola (não só das embalagens vazias, como também do papel e seus derivados, dos plásticos, dos pneus, dos óleos usados, etc.) continua, infelizmente na ordem do dia.

**Quadro 89: Grau de satisfação pessoal com as práticas utilizadas para a gestão dos resíduos produzidos na exploração agrícola, por classes de área.**

Classes de área	Grau de satisfação pessoal							
	Muito satisfeito		Satisfeito		Pouco satisfeito		Nada satisfeito	
Menos de 1 ha	4	4,44	4	4,44	7	7,78	13	14,44
De 1 a menos de 5 ha	1	1,11	3	3,33	14	15,56	13	14,44
De 5 a menos de 20 ha	2	2,22	3	3,33	1	1,11	7	7,79
De 20 a menos de 50 ha	1	1,11	0	---	3	3,33	11	12,22
De 50 ha ou mais	0	---	0	---	1	1,11	2	2,22
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8,89 %</b>	<b>10</b>	<b>11,11 %</b>	<b>26</b>	<b>28,89 %</b>	<b>46</b>	<b>51,11 %</b>

*Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.*

Assim, apesar dos avanços, quando questionados sobre o grau de satisfação pessoal relativamente às práticas utilizadas para a gestão dos resíduos produzidos na exploração agrícola, com o objectivo de minimizar os efeitos poluentes dos mesmos, verificamos que o grau “nada satisfeito” é a escolha de 51,11% dos inquiridos. O grau “pouco satisfeito” foi

indicado por 28,88% dos inquiridos. No entanto, 11,11% dizem estar “satisfeitos” e 8,89% “muito satisfeitos”.

#### 4.1.2.3 Gestão de conservação dos recursos naturais (solo e água)

##### 4.1.2.3.1 Para uma gestão sustentável do solo

Embora negligenciado, o solo é indiscutivelmente um dos mais importantes recursos naturais. Ele é essencial para a vida na Terra porque nutre as plantas que, por sua vez, fornecem alimento e oxigénio aos seres humanos e animais. Contudo, o solo é um recurso finito, limitado e não renovável face à sua taxa de degradação potencialmente rápida, que tem vindo a aumentar nas últimas três décadas (pela pressão crescente das actividades humanas) em relação à sua taxa de formação e regeneração extremamente lenta (Rodrigues e Duarte, 2003, p. 136). E, como tal, deverá ser utilizado de forma sustentável. O solo degrada-se quando o terreno é mobilizado de forma incorrecta ou é exposto à erosão ou, ainda, quando são utilizados demasiados químicos. A degradação deste recurso natural provoca a perda das suas qualidades físicas e químicas, com consequências nefastas para a qualidade dos recursos hídricos, o desenvolvimento da flora e a fixação da fauna. Assim, na actualidade, a conservação e a limitação dos processos de degradação do solo são consideradas imprescindíveis para a sustentabilidade do desenvolvimento, sendo esta necessidade reconhecida a nível internacional.

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2002), o solo desempenha uma variedade de funções vitais, de carácter ambiental, ecológico, social e económico, encontrando-se hoje sob a pressão de várias actividades humanas que o sujeita a um intenso processo de degradação e/ou contaminação, sendo por isso necessário estabelecer estratégias de preservação do solo, de modo a que as gerações futuras possam deste usufruir. O motivo de tanta preocupação é o facto de que o solo, uma vez contaminado e/ou degradado, terá consequências ambientais, sanitárias, económicas, sociais e políticas que poderão limitar ou até mesmo inviabilizar a sua utilização posterior. Porque a degradação do solo está intimamente relacionada com o uso de práticas incorrectas a que está sujeito e que importa corrigir, ao nível da gestão de conservação do solo, questionámos os produtores agrícolas acerca de um conjunto de práticas culturais capazes de reduzir ou minimizar o impacto das actividades agrícolas sobre a fertilidade do solo. De entre essas práticas que representam um benefício

para o agricultor e o garante de gerações futuras de agricultores destacam-se, de imediato, duas que têm vindo a ser adoptadas por um número significativo de agricultores: a rotação de culturas que, como o nome indica, promove a alternância de culturas com diferentes características, segundo uma ordem pré-determinada e durante um certo período de tempo, findo o qual a cultura considerada “cabeça de rotação” volta à mesma parcela, a fim de se dar tempo ao solo para recuperação, aumentar os nutrientes úteis e evitar pragas e doenças (88,89%); e a consociação ou associação de duas ou mais espécies de plantas que interagem entre si, a fim de se obter produções elevadas e regulares e, por vezes, melhorar a qualidade alimentar dos produtos agrícolas (86,67%).

Verifica-se também, para 48,89% dos produtores agrícolas inquiridos, a importância da restituição de materiais orgânicos ao solo (resto de colheitas, estrumes de animais, matos, etc.), como uma das formas de promover o uso sustentável do solo para plantio. Aqueles, quando aplicados ao solo, produzem efeitos benéficos sobre este, promovendo o aumento dos teores de matéria orgânica. No entanto, se não forem seguidos determinados princípios gerais, ou se a qualidade não for previamente acautelada, podem, eventualmente, constituir fonte de contaminação do solo e também da água. Os mais utilizados (estrumes de animais e outros compostos originados a partir de animais domésticos, nomeadamente dos seus excrementos líquidos) são comprados a particulares da área (14,44%), a intermediários (8,89%) ou provenientes dos animais criados na própria exploração agrícola (7,78%), caso em que provêm normalmente de suínos, ovinos, vacas, coelhos e galináceos. No entanto, sempre que a matéria orgânica que aplicam ao solo é adquirida fora da exploração agrícola, somente 4,44% dos agricultores solicita o boletim de análise da sua composição química (as quantidades de nutrientes por eles veiculadas devem ser contabilizadas no plano de fertilização da exploração agrícola). Utilizar resíduos orgânicos e outros materiais similares para fertilizar o solo e as culturas é, de facto, a melhor forma de “alimentar” as plantas e de melhorar a estrutura do solo, estando presente nas medidas de conservação do solo utilizadas, há pelo menos 12 meses, por uma parte significativa dos produtores agrícolas inquiridos. A esta prática segue-se a luta biológica contra pragas e doenças que é utilizada por 33,33% dos inquiridos para controlar insectos e outros inimigos das culturas.

As operações de mobilização do solo alternativas à mobilização convencional são adoptadas por apenas 7,78% dos produtores agrícolas inquiridos. Estas consistem, fundamentalmente, na opção pela mobilização mínima seguida a título experimental por 5

agricultores (que utilizam máquinas e alfaías leves e que limitam ao mínimo necessário a sua utilização, quer em relação ao número de passagens, quer em relação à profundidade de trabalho, quer ainda à superfície no terreno afectado), ou, até mesmo, pela sementeira directa, utilizada por apenas 2 dos inquiridos (mas em que não existe passagem de máquinas e alfaías antes da sementeira, sendo o próprio semeador que mobiliza uma estreita faixa do terreno, apenas a necessária para o enterramento da semente e do adubo, ficando a entrelinha não perturbada). Por isso, o caso da compra de tractores e de outras máquinas agrícolas, tendo em conta a dimensão da exploração e os trabalhos agrícolas a realizar, tem sido um assunto bastante debatido pelos técnicos do Projecto IDEIAS (com início na acção “*Tractores e máquinas de mobilização do solo*” de 22 de Fevereiro de 2006, com a participação de 8 agricultores locais, na exploração agrícola biológica da tutora Maria José Macedo, Quinta do Poial, em Azeitão), que tentam demonstrar no terreno que a diminuição da intensidade da mobilização mecânica, através da mobilização mínima e da sementeira directa, promoverá a acção dos agentes naturais, físicos e biológicos, sem custos adicionais para o produtor agrícola. Contudo, a mudança para a utilização de métodos de preparação do solo que conduzam a um aumento do teor de matéria orgânica e da população de organismos no solo, com redução dos riscos de erosão e dos consumos e investimentos em tractores e outros equipamentos agrícolas (além de contribuírem indirectamente para mitigar o efeito de estufa por via do armazenamento de carbono no solo), é uma opção pouco equacionada pelos agricultores locais. Atento a esta realidade um membro da equipa técnica da PD EQUAL dizia, naquela acção demonstrativa, que: “*Nesta matéria, há ainda muito trabalho a fazer*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano).

De igual modo, dispor de análises de terra que permitam conhecer melhor o terreno e a sua capacidade produtiva, condições essenciais para efectuar uma fertilização correcta, adequada à cultura e ao solo, evitando os excessos e as carências nutritivas que implicam, na generalidade dos casos, avultadas perdas económicas e sérios prejuízos ambientais, também não é uma prática corrente entre os agricultores beneficiários do Projecto IDEIAS. Apenas 7,78% dos inquiridos afirmam ter realizado análises de terra. No entanto, em nenhum dos casos foi possível verificar se os valores obtidos na análise de terra respeitavam os fixados na lei, dado que não nos foi facultado o acesso a nenhuma delas. Sobre a importância das análises de terra, diz-nos o Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira que: “*É fundamental sensibilizar os agricultores para a importância da realização de análises dos solos e incitá-los a seguirem as recomendações do boletim de fertilização ou de correcção de problemas. Desta forma, o agricultor poderá saber com exactidão as necessidades*

em matéria orgânica, os nutrientes em falta ou então os que estão em excesso, evitando fertilizações cegas como acontece na generalidade dos casos que aqui encontramos” (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

**Quadro 90: Gestão de conservação do solo nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Rotações	Consociações	Restituição de material orgânico		Luta biológica	Mobilização do solo		Adubação verde
			a	b		c	d	
Menos de 1 ha	31,11	30,00	2,22	5,55	10,00	1,11	---	---
De 1 a menos de 5 ha	34,44	31,11	4,44	3,33	11,11	3,33	1,11	2,22
De 5 a menos de 20 ha	14,44	13,33	5,55	8,89	5,55	1,11	1,11	---
De 20 a menos de 50 ha	8,89	11,11	4,44	11,11	6,67	---	---	1,11
De 50 ha ou mais	---	1,11	1,11	2,22	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>88,88 %</b>	<b>86,66 %</b>	<b>17,77 %</b>	<b>31,11 %</b>	<b>33,33 %</b>	<b>5,55 %</b>	<b>2,22 %</b>	<b>3,33 %</b>

a) Estrumes de animais; b) Resíduos de culturas; c) Mobilização mínima; d) Sementeira directa.

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

No uso, tanto quanto possível, eficiente dos combustíveis, constatamos que a generalidade dos inquiridos embora não recorra a fontes energéticas alternativas (não poluentes) aos combustíveis fósseis (apenas 2,22% usa biodiesel nos veículos automóveis), dá importância à implementação do princípio da proximidade na produção e consumo de alimentos (50,00%). No que se refere aos consumos energéticos é de extrema importância a escolha de tractores com baixos consumos e de outros equipamentos adequados aos trabalhos agrícolas a realizar (55,56%) e a verificação de que aqueles estão permanentemente em bom estado de manutenção e conservação, seguindo-se as instruções do fabricante (84,44%).

**Quadro 91: Utilização eficiente dos combustíveis nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Uso eficiente			Procedimentos adoptados	
	Sim	Não	NR		
Menos de 1 ha	28	0	0	1. Uso de fontes energéticas alternativas.	2
De 1 a menos de 5 ha	31	0	0	2. Manutenção e conservação dos equipamentos agrícolas, seguindo as instruções do fabricante.	76
De 5 a menos de 20 ha	8	5	0		
De 20 a menos de 50 ha	11	4	0	3. Uso de tractores e outros equipamentos agrícolas, com baixos consumos de combustíveis fósseis.	50
De 50 ha ou mais	0	1	2		
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	4. Adeptos da proximidade na produção e consumo de alimentos.	45

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.



#### 4.1.2.3.2 Para uma gestão eficaz da água

A protecção da água, elemento indispensável a todos os seres vivos e factor de produção insubstituível da actividade agrícola, merece especial preocupação quer em termos de manutenção da sua disponibilidade quer da sua qualidade. A Directiva 2000/60/CE, de 23 de Outubro, por exemplo, constitui um instrumento de actuação extremamente ambicioso no domínio da política comunitária da água, tendo em vista a prevenção e redução dos seus níveis de poluição, a promoção da sua utilização sustentável, a protecção do ambiente, a melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos e a atenuação dos efeitos das inundações e das secas. O enquadramento teórico desta Directiva Quadro da Água aponta, claramente, para uma visão moderna de gestão da procura e de gestão integrada da água e do território, considerando que este recurso não é um produto comercial como qualquer outro, mas um património natural que deve ser protegido, defendido e tratado como tal, e identificando a qualidade como o grande desafio em termos de recursos hídricos na Europa (Thyssen, 2000).

A crescente urbanização e os apreciáveis desenvolvimentos tecnológicos e industriais verificados, principalmente, na segunda metade do século XX têm determinado alterações significativas nos padrões de vida da sociedade moderna, que se têm reflectido no aumento constante da procura de água e no lançamento no ambiente (em particular nas águas superficiais e subterrâneas) de quantidades cada vez maiores de resíduos provenientes das actividades humanas. Desde 1950, acompanhando o contínuo crescimento da população, o consumo de água mais que triplicou (Brown, 2003). A satisfação desta procura tem sido conseguida através da execução de gigantescos projectos de hidráulica, dos quais se destacam as grandes barragens, transvazes entre bacias hidrográficas e obras de captação de águas subterrâneas. A sobre-exploração de águas subterrâneas, captando-se quantidades de água superiores àquelas que a natureza consegue repor, origina um défice que também se repercute na alimentação natural dos rios através do escoamento dos aquíferos.

Constata-se, assim, que o homem alterou significativamente o ciclo hidrológico e os regimes de caudais de uma forma sem precedentes e a uma escala global, cujos custos e consequências só recentemente se começaram a fazer sentir. O quadro seguinte apresenta para Portugal os consumos de água total e por tipo de origens (superficial e subterrânea) e os respectivos sectores utilizadores. Destaca-se a importância da origem subterrânea (54,23%) no total de água consumida e a importância da agricultura como sector consumidor de água,

sendo responsável por 74,84% do consumo total. Tal consumo de água associa-se maioritariamente a origens subterrâneas (64,27%).

**Quadro 92: Consumos de água por tipo de origem (superficial e subterrânea) e sectores utilizadores, em Portugal.**

Sectores utilizadores	Consumo Total		Origem superficial		Origem subterrânea	
	$\times 10^3 m^3$	% do total	% do sector	% do total	% do sector	% do total
Urbano	561.730	6,42	37,74	5,29	62,13	7,35
Industrial	385.360	4,40	53,46	5,14	46,45	3,77
Turismo	18.630	0,21	35,74	0,28	48,31	0,19
Agricultura	6.550.900	74,84	59,64	58,42	64,27	88,69
Produção de energia	1.236.960	14,13	100,00	30,87	-----	-----
<b>Total</b>	<b>8.753.580</b>	<b>100,00</b>	<b>45,78</b>	<b>100,00</b>	<b>54,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Instituto Nacional da Água (2004b), "Usos, consumos e necessidades de água", in Plano Nacional da Água ..., p. 45.

No nosso país, a deficiente qualidade da água para as várias utilizações é um dos principais problemas identificados no Plano Nacional da Água (MAOT/INAG, 2004a, p. 3), apontando entre outras causas: a existência de focos de poluição difusa (escorrências e infiltrações de águas provenientes de explorações mineiras e de terrenos com actividade agrícola intensa); a contaminação decorrente da poluição tóxica; as dificuldades na aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas<sup>129</sup>. Neste contexto, não será necessário desenvolver políticas de gestão de água sustentáveis e integradas com o sector da agricultura?

É praticamente certo que para garantir a preservação da água é necessário incentivar a adopção de práticas agrícolas que promovam a sua correcta utilização. Um exemplo actual é-nos apresentado pela chefe do Departamento Técnico da Associação de Viticultores do Concelho de Palmela: *“na última década, devido à acção da AVIPE, ocorreu uma mudança na atitude dos viticultores do concelho para com o recurso água, o que permitiu o aumento da produção e, também, a melhoria da qualidade dos vinhos. Houve é certo que fazer investimentos significativos na modernização das explorações vitícolas e, sobretudo, no desenvolvimento das tecnologias de rega, mas que levou, sem dúvida, à redução dos consumos relativos à irrigação nas vinhas (...). E, portanto, a água passou a ser melhor utilizada”* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Iva de Almeida). Além da minimização dos custos associados ao consumo de água, este testemunho adverte para o facto, porventura mais importante, de que a rega da vinha é um factor determinante na quantidade e qualidade da

<sup>129</sup> Entende-se por “Boas Práticas Agrícolas” um conjunto de princípios, de normas e recomendações técnicas, aplicados à produção, processamento e transporte de alimentos, que estão orientados para a salvaguarda da saúde humana, do ambiente e para a melhoria das condições de trabalho no sector primário (MADRP, 1997).

produção de vinho. E não é difícil demonstrar que a água é no sector da vinha e do vinho um factor de produção crítico, já que “*quando um produtor diz que o ano foi bom é porque o nível de humidade no solo foi também bom*”, enquanto que “*num ano de pior produção diz que os níveis de humidade não foram suficientes*” (Depoimento do Sr. Filipe Morais, 65 anos, Lugar de Forninho, freguesia de Poceirão). Assim, e porque o regime pluviométrico de Portugal continental caracteriza-se por uma distribuição muito irregular das chuvas ao longo do ano, concentrando-se no Inverno e sendo escassas, ou mesmo inexistentes, durante a época mais quente, percebe-se porque é que o uso da água para rega terá de ser feito de forma prudente e racional, poupando-se no consumo e utilizando-se sistemas de rega mais eficientes. Esta nova atitude deve reflectir-se num uso da água não apenas como mais um elemento do ciclo agrícola, mas como um recurso que é vital e que deve ser protegido e melhorado através de uma gestão cuidadosa, sem comprometer o direito das futuras gerações poderem, também satisfazer as suas próprias necessidades.

Num ambiente em permanente mudança e competitividade crescente, enquadrado pelas questões de sustentabilidade económica, social e ambiental, outro elemento fundamental passa necessariamente pelo conhecimento da qualidade da água de rega, o qual permitirá, certamente, delinear estratégias e aplicar técnicas que proporcionem um regadio sustentável, permitindo obter produções com interesse económico (isto é, com evidentes reflexos nos rendimentos do produtor), sem perdas de valores naturais. É justamente este o rumo pretendido com as acções sobre a “*Gestão da água de rega*” levadas a cabo pelos técnicos do Projecto IDEIAS e organizadas em torno dos seguintes dois temas: “o uso racional da água na rega” (8 de Março de 2006, no Centro Cultural de Poceirão, com 45 participantes) e “a qualidade da água de rega” (durante os meses de Abril de 2006 e de Março de 2007, na exploração de 43 agricultores locais), com o objectivo dos agricultores beneficiários adquirirem competências ao nível da utilização e conservação da água e da identificação dos principais parâmetros da qualidade da água e dos problemas que se levantam à utilização da água de baixa qualidade que lhes permitirá gerir no futuro, de uma forma mais sustentável, este recurso renovável continuamente disponibilizado por via do ciclo hidrológico, accionado pela energia solar.

Que razões de fundo justificam as preocupações com a exploração intensíssima e insustentável da água destinada à irrigação agrícola? A primeira resulta de se constatar que a qualidade das reservas de água, superficiais e subterrâneas, é frequentemente ameaçada em

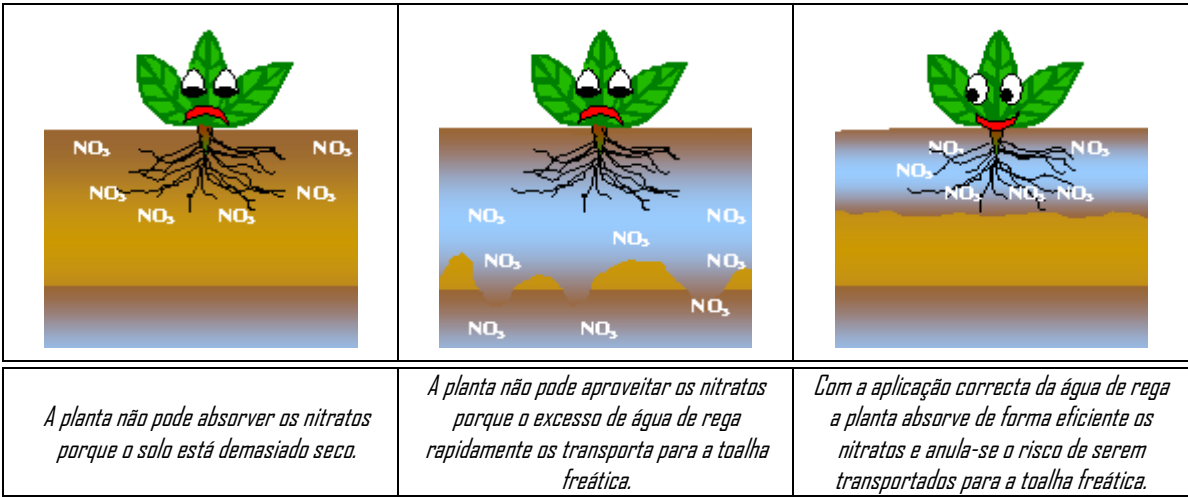
zonas de grandes concentrações de população e de grande intensidade agrícola ou industrial. A Península de Setúbal é relativamente pobre em recursos hídricos superficiais por causa da fraca precipitação, agravada pela irregularidade dos caudais e do nível da poluição das linhas de água que fluem na região, o que obriga à necessidade de se recorrer, por um lado, ao regadio no período de estiagem e, por outro, ao armazenamento de água. Pelo contrário, em termos de recursos hídricos subterrâneos a Península de Setúbal apresenta uma situação singularmente rica já que o aquífero profundo da bacia sedimentar do Tejo e Sado representa o maior reservatório de água doce da Península Ibérica (a natureza dos terrenos privilegia a infiltração que é muito superior ao escoamento superficial). A conjugação destas duas características têm justificado os consumos intensos a que aquele aquífero tem estado sujeito para satisfação das necessidades de água dos municípios, unidades industriais, hoteleiras e agro-pecuárias. Como sublinhado no documento “Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal. Mais Desenvolvimento, Melhor Futuro” (Pólvora, 2004, p. 21), a intensidade destes consumos tem vindo a aumentar, mercê do rápido crescimento demográfico, industrial e dos serviços (responsáveis entre si por 29% das captações), mas também, e sobretudo, do aumento das necessidades da cultura intensiva de regadio, principalmente em Palmela, Montijo, Setúbal, Moita e Alcochete (que é responsável por 71% das captações). Neste contexto, a poluição dos recursos hídricos (designadamente, efluentes domésticos e industriais e escorrências agrícolas) tem vindo a colocar em risco não só os sistemas ambientais como também a saúde pública.

Apesar de algumas melhorias verificadas nos últimos anos continuam a persistir situações como, por exemplo, a extracção de águas subterrâneas sem qualquer controlo ou a deposição clandestina de resíduos perigosos, que exigem medidas urgentes que eliminem ou mitiguem estes problemas. A análise por aglomerados que faz parte do Relatório do Estado do Ambiente em 2001, disponível na Internet, dá conta de que a Península de Setúbal, Alcácer do Sal e o Norte Litoral são as zonas onde a concentração de determinados poluentes (no solo, nas águas e no ar) é maior. Sobre o aumento da concentração de nitratos (considerados cancerígenos) nos rios, pode ler-se no mesmo relatório que fica a dever-se, em parte, à descarga de águas residuais sem tratamento prévio e também ao facto de os fertilizantes azotados serem os mais utilizados na agricultura.

Nestas circunstâncias, e retomando os objectivos a atingir com a realização das acções demonstrativas relacionadas com a gestão da água de rega, cinco figuras relativas à rega e às perdas de nitratos eram mostradas aos produtores agrícolas que participaram naquelas mesmas

acções. As três primeiras imagens (ver Figura 34) foram utilizadas para explicar por que é que os nitratos são uma preocupação agro-ambiental. Quando ultrapassa certos limites, a contaminação das águas com nitratos pode ter consequências nefastas para o ambiente e para a própria saúde humana. No entanto, não ficando fixos às partículas do solo, os nitratos só se movimentam no solo se houver água (da rega ou da chuva) para os arrastar e se existirem em grandes quantidades. Daí a justificativa para a água de rega ser administrada de forma responsável e os adubos azotados serem racionalmente aplicados na fertilização dos solos, minimizando-se assim a poluição destes, das águas superficiais e dos lençóis freáticos. Registe-se além disso que a área/território de intervenção do Projecto IDEIAS possui um conjunto de condições que podem permitir uma rápida deslocação dos nitratos até às águas subterrâneas. Algumas dessas condições são a existência de solos maioritariamente arenosos, modernos e moderadamente ácidos, com disponibilidade hídrica e teor em matéria orgânica bastante baixos; as tradicionais aplicações de matéria orgânica em grande quantidade; a grande proximidade da toalha freática face à superfície; o clima de tipo mediterrâneo, com a clara diferenciação de uma estação quente e seca, com deficit de água, e de um período moderadamente frio e chuvoso, que de certa forma acelera a transformação da matéria orgânica em nitratos e permite o rápido transporte dos mesmos com a água.

**Figura 34: A rega e as perdas de nitratos.**

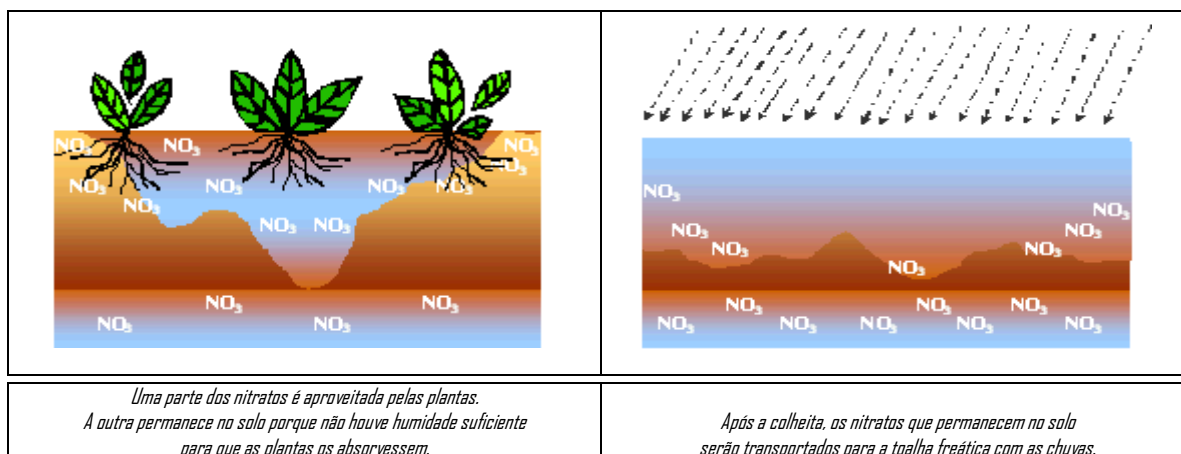


**Fonte:** Acção demonstrativa “Uso racional da água de rega”, Projecto IDEIAS, Entidades parceiras IDRH/a/e-Geo, Março de 2006.

Com as duas outras imagens (ver Figura 35) os técnicos do Projecto IDEIAS pretendiam exemplificar as consequências de uma má distribuição da água de rega no terreno.

O maior risco é o solo permanecer com uma grande quantidade de nitratos após a colheita e começar a época de chuvas, sendo recomendável que se instale uma cultura de Outono-Inverno para aproveitar o excesso de azoto deixado no solo pela cultura anterior. Desta forma, reduz-se o transporte de nitratos para o lençol freático e protege-se também o solo da erosão.

**Figura 35: A má distribuição da água de rega no terreno.**



**Fonte:** Acção demonstrativa “Uso racional da água de rega”, Projecto IDEIAS, Entidades parceiras IDRHa/e-Geo, Março de 2006.

Na campanha agrícola de 2007-2008, três produtores agrícolas beneficiários do Projecto IDEIAS procederam a título experimental ao plantio de espécies exigentes em N (azoto) e P (fósforo) para preservação da perda de nutrientes do solo, seguindo as recomendações dos técnicos com formação profissional em Agricultura Biológica. Um deles justificava a sua participação nesta experiência da seguinte forma: “É importante saber que nós próprios podemos contribuir para reduzir a poluição das águas e que para isso basta seguir algumas poucas práticas que não acarretam mais despesas na produção” (Depoimento de um produtor agrícola, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca). É, no entanto, difícil prever quando é que os restantes produtores agrícolas estarão em condições de adoptar esta e outras boas práticas culturais.

A rega para satisfazer a necessidade de água das plantas é uma prática agrícola tradicional, sendo aquela aplicada ao solo por diferentes processos. No entanto, para utilizar mais racionalmente as águas de rega na exploração agrícola, apenas 13,33% dos inquiridos se informa junto dos serviços competentes quanto a uma correcta gestão da água de rega e, muito particularmente, sobre como proceder para melhorar a condução da rega (no sentido de

determinar quando e quanto regar). A principal motivação é a redução dos consumos de água e, até mesmo, a possibilidade de melhorar as produções sem custos acrescidos. Embora 86,67% não adopte a prática agrícola anteriormente descrita, a grande maioria dos agricultores procura que a rega seja oportuna (isto é, regar de modo a apenas repor no solo, em tempo oportuno e na área explorada pelas raízes, a quantidade de água necessária às culturas instaladas). Assim, procurando atender à sensibilidade hídrica das culturas e que o volume de água a aplicar corresponda à capacidade de armazenamento de água no solo, 65,56% dos produtores agrícolas inquiridos observa/avalia as condições climáticas da região e, em particular, o regime pluviométrico, que torna a rega uma prática indispensável a partir da Primavera, a fim de assegurar níveis de produtividade das culturas agrícolas compatíveis com os investimentos realizados; 5,56% utiliza ocasionalmente alguns instrumentos para medir a taxa de infiltração da água no solo, recorrendo preferencialmente a modelos simplificados de balanço hídrico que têm em conta os valores médios de referência da evapotranspiração das culturas e da precipitação da área; e, por fim, somente 3,33% utiliza com regularidade equipamento próprio, como seja o tensiómetro mecânico ou eléctrico, para medir o teor de humidade do solo.

No entanto, na gestão da água de rega (como em qualquer outro processo de gestão), a recolha sistemática de informação e a sua análise é fundamental para apoiar o agricultor nas suas tomadas de decisão, quer de acção mais imediata (controlo), quer as de consequências a médio/longo prazo (planeamento). Hoje, existem vários tipos de soluções com elevada incorporação de tecnologias de informação e comunicação para apoiar, no campo ou no escritório, os profissionais do sector agrícola naquelas duas tarefas (equipamentos portáteis, tecnologias de comunicação por rádio, computadores pessoais e sistemas informáticos, com informação meteorológica, edáfica, de produtividade, de utilização de factores de produção, etc.) cuja banalização começa a ser francamente notória, estando já a surgir no mercado os chamados fito-sensores que promovem a recolha automatizada de informação sobre a própria planta (Disponível em <http://www.phytech.com>). E, tal facto, não pode ser ignorado pelo moderno empresário agrícola. Importa ainda registar que, apesar da existência de vários sistemas de rega mal dimensionados e funcionando a pressões inadequadas, assegurar que os equipamentos de rega estão permanentemente em bom estado de manutenção e conservação para evitar o desperdício de água através de fugas e, simultaneamente, possibilitar a regulação eficiente do débito pretendido, é uma preocupação fundamental para uma parte significativa dos produtores agrícolas inquiridos (46,67%).

**Quadro 93: Utilização racional das águas de rega nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Rega oportuna <sup>130</sup>		Procura informação junto dos serviços competentes		Outros procedimentos adoptados	
					Observação das condições climáticas, regime pluviométrico.	
Menos de 1 ha	18	20,00	0	---		59
De 1 a menos de 5 ha	21	23,33	0	---	Utilização de modelos de balanço hídrico + instrumentos de medição.	5
De 5 a menos de 20 ha	10	11,11	4	4,44	Utilização de instrumentos de medição.	3
De 20 a menos de 50 ha	15	16,67	6	6,66	Cuidados de manutenção e conservação dos sistemas e equipamentos de rega.	42
De 50 ha ou mais	3	3,33	2	2,22		
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>74,44 %</b>	<b>12</b>	<b>13,33 %</b>		

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

Ao questioná-los sobre se dispunham de análises de água de rega em amostras colhidas de acordo com as regras e a periodicidade definidas por um laboratório especializado, acompanhadas do respectivo boletim de recomendação técnica, verificou-se que apenas 13,33% dos inquiridos respondeu afirmativamente e somente 2,2% mostraram as referidas análises, tendo sido verificado que estas foram realizadas no Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva e que os parâmetros de controlo determinados (relativos à condutividade eléctrica, à potencialidade de degradação da permeabilidade do solo e outros problemas para as culturas, como sejam os nitratos, bicarbonatos, sólidos suspensos totais e pH) respeitavam os valores fixados por lei<sup>131</sup>.

No âmbito do Projecto IDEIAS foi possível fazer o controlo (em Abril de 2006 e em Março de 2007) da quantidade de nitratos ( $\text{NO}_3^-$ ) presente nas águas de rega, nomeadamente através da análise de nitratos nas águas de furos existentes em 43 explorações agrícolas. À data da primeira análise da qualidade da água para rega, o valor em nitratos situava-se em 39 das amostras recolhidas (26 na freguesia de Poceirão e 13 na freguesia de Marateca) acima do

<sup>130</sup> De acordo com o registo dos técnicos do Projecto IDEIAS contabilizaram-se 26 sistemas de rega que não estavam bem dimensionados, num total de 43 explorações agrícolas recenseadas, pertença dos agricultores que participaram no curso de base em Agricultura Biológica. Um dos responsáveis pela acção, ao comentar a importância da mesma, refere: “Foi uma acção que chamou a atenção dos agricultores para a importância da correcta aplicação de água no solo cultivado e dos cuidados que devem ter para evitar o excesso de água. Como inúmeras vezes frisámos, porque essa era a mensagem que queríamos passar, o excesso de água pode arrastar o azoto nitrato no solo, contribuindo para a poluição das águas. Penso que os agricultores ficaram mais sensíveis a este problema. Terminámos a acção, com papel e lápis na mão, a fazer o cálculo da quantidade de azoto aplicado com a água de rega referente aos últimos 30 dias, em cada uma das explorações agrícolas dos formandos” (Depoimento de um membro da equipa técnica da PD EQUAL, Projecto IDEIAS, Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

<sup>131</sup> Conforme Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, que estabelece as normas, critérios e objectivos de qualidade a respeitar com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. No que diz respeito às águas de rega, os critérios e normas de qualidade visam proteger a saúde pública, a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, as culturas que podem ser afectadas pela má qualidade das águas de rega e os solos cuja aptidão para a agricultura pode ser degradada pelo uso sistemático de águas de rega de má qualidade (artigo 58.º).



limite máximo recomendado para água de rega (50 mg NO<sub>3</sub><sup>-</sup>/litro). Cerca de um ano depois, com excepção de 7 amostras (4 na freguesia de Poceirão e 3 na freguesia de Marateca) que apresentam um valor “de 25 mg NO<sub>3</sub><sup>-</sup>/litro a menos de 50 mg NO<sub>3</sub><sup>-</sup>/litro”, todas as restantes apresentam valores superiores que se encontram entre 55 e 78 mg NO<sub>3</sub><sup>-</sup>/litro.

Não obstante, os resultados obtidos traduzirem uma ligeira diminuição dos valores de nitratos, esta situação pode ser considerada grave dado o uso excessivo e/ou inadequado de fertilizantes na agricultura local que pode provocar a contaminação das águas por nitratos, uma vez que a água subterrânea é abundante, encontra-se a pequena profundidade e apresenta no parâmetro analisado restrições severas de uso para rega. Por outro lado, poderão ali ocorrer níveis de contaminação microbiológica das águas que, apesar de não ter sido analisada, cremos que é quase certa considerando o problema dos efluentes de origem humana e animal (esgotos domésticos e existência de fossas com sumidouros dos efluentes para o subsolo). Em suma, assumindo um carácter tão determinante para a agricultura, todos os esforços devem ser mobilizados para que seja possível uma mudança fundamental de atitude, por parte dos produtores agrícolas, na forma como a água é utilizada, gerida e valorizada nas explorações agrícolas da área Marateca/Poceirão. Trata-se, afinal, da criação de uma cultura da água.

**Quadro 94: Análise da quantidade de nitratos (NO<sub>3</sub><sup>-</sup>) presente nas águas de rega, em Abril de 2006 e Março de 2007.**

Local de recolha da amostra	Abril de 2006			Março de 2007		
Freguesia de Marateca	< 25 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	25 - < 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	≥ 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	< 25 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	25 - < 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	≥ 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro
1. Agualva de Cima			70 mg			70 mg
2. Agualva de Cima			72 mg			70 mg
3. Águas de Moura			70 mg			65 mg
4. Águas de Moura			55 mg			55 mg
5. Águas de Moura			71 mg			70 mg
6. Águas de Moura			70 mg			62 mg
7. Águas de Moura			82 mg			70 mg
8. Águas de Moura		48 mg			43 mg	
9. Cajados			77 mg			70 mg
10. Cajados			79 mg			70 mg
11. Cajados			59 mg			55 mg
12. Cajados			61 mg			60 mg
13. Fernando Pó			73 mg			70 mg
14. Fernando Pó			55 mg		45 mg	
15. Fernando Pó		42 mg			40 mg	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>12</b>

(Cont.)

Freguesia de Poceirão	< 25 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	25 - < 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	≥ 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	< 25 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	25 - < 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro	≥ 50 mg NO <sub>3</sub> <sup>-</sup> /litro
1. Agualva de Cima			71 mg			70 mg
2. Agualva de Cima		50 mg			46 mg	
3. Faias			70 mg			70 mg
4. Faias			67 mg			62 mg
5. Faias			78 mg			70 mg
6. Faias			65 mg			64 mg
7. Forninho			66 mg			60 mg
8. Forninho			70 mg			70 mg
9. Forninho			59 mg			60 mg
10. Forninho			70 mg			70 mg
11. Lagoa do Calvo			67 mg			60 mg
12. Lagoa do Calvo			72 mg			70 mg
13. Lagoa do Calvo			70 mg			70 mg
14. Lagoa do Calvo			55 mg			55 mg
15. Lagoa do Calvo			56 mg			55 mg
16. Lagoa do Calvo			55 mg		48 mg	
17. Lagameças			73 mg			78 mg
18. Lagameças			70 mg			70 mg
19. Lagameças			67 mg			60 mg
20. Lagameças			56 mg			55 mg
21. Lagameças			67 mg			60 mg
22. Lagameças			55 mg		49 mg	
23. Poceirão			70 mg			72 mg
24. Poceirão			65 mg			66 mg
25. Poceirão			66 mg			63 mg
26. Poceirão			70 mg			69 mg
27. Poceirão			55 mg		48 mg	
28. Poceirão		50 mg				55 mg
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>24</b>

**Nota:** Os valores acima identificados dizem respeito aos resultados obtidos nas análises da água de rega realizadas no âmbito do Projecto IDEIAS e levadas a cabo pelo Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira. A escolha recaiu em 28 explorações agrícolas da freguesia de Poceirão e em 15 da freguesia de Marateca e foi feita com base na participação do produtor agrícola no curso de base em Agricultura Biológica.

#### 4.1.2.4 Gestão de protecção da biodiversidade e da paisagem natural

Um último ponto essencial a salientar tem a ver com os objectivos de protecção da biodiversidade (que pode ser definida, de forma genérica, como os organismos que constituem o mundo vivo, o seu número, variedade e variabilidade) e da paisagem natural. Neste quadro, para garantir a manutenção dos valores da biodiversidade, destaca-se a prioridade que 13,33% dos produtores agrícolas inquiridos dá ao cultivo de variedades tradicionais, mais resistentes e mais apreciadas pelo consumidor, e à criação de raças autóctones ou de raças particularmente bem adaptadas ao clima e às condições locais. No sentido do reforço das funções naturais da

paisagem, ou para lhe acrescentar valor estético, poder-se-á apontar dois tipos de comportamentos distintos. Um ligado à preocupação com a inserção do património construído na paisagem natural, que é de extrema importância para 62,22% dos inquiridos, sendo certo que em mais de 1/3 das unidades produtivas observadas não existem vedações ostensivas (37,78%), embora na construção de edifícios e de outras instalações directamente relacionadas com a actividade agrícola nem sempre foi tida em conta a arquitectura local, os materiais de construção da região e/ou o melhor local para a sua implantação. Em 35,56% delas existem sebes (isto é, vedações de arbustos e árvores que cercam os campos agrícolas). O outro procedimento está relacionado com a manutenção dos terrenos não cultivados o mais limpo possível de infestantes arbustivas que é uma prática seguida por 16,67% dos produtores agrícolas inquiridos.

Importa, no entanto, reconhecer que os dados acima apresentados revelam, de forma óbvia, que a gestão de protecção da biodiversidade e da paisagem natural está ainda bastante afastada das principais preocupações dos responsáveis pelas explorações agrícolas localizadas na área Marateca/Poceirão. Há ainda um longo caminho a percorrer, balizado para já, principalmente, por aquelas cinco práticas adoptadas e identificadas pelos próprios e que são por si consideradas uma forma de proteger a Natureza que convive (nem sempre bem) com alterações favoráveis ao homem. Este empenhamento é muito importante e, embora mobilize apenas uma pequena parcela dos produtores agrícolas inquiridos, pode servir de exemplo para os restantes. Pode igualmente servir de exemplo a Iniciativa da UE “*Business & Biodiversity*”, de cariz muito inovador, cujo principal objectivo é o incremento do apoio das empresas à protecção da biodiversidade e do património natural<sup>132</sup>. Importante é, também, a Directiva 2004/35/CE, de 21 de Abril, sobre a responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais<sup>133</sup> e que foi, recentemente, transposta para o direito interno português através do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho.

---

<sup>132</sup> *Business & Biodiversity* significa literalmente desenvolver estratégias corporativas orientadas para o desenvolvimento socio-económico e a valorização da biodiversidade e dos serviços ambientais. A iniciativa materializa-se num processo que implica a adesão a um conjunto de princípios a que se segue a adopção de uma metodologia que visa a progressiva integração da biodiversidade na gestão das empresas (Disponível em <http://www.business-biodiversity.eu>).

<sup>133</sup> Esta directiva comunitária reconhece o problema da degradação da situação ambiental na Europa devido à perda de biodiversidade e aos problemas de contaminação dos ecossistemas naturais. A sustentabilidade da agricultura requer a salvaguarda do ambiente e da paisagem e, por isso, deve ser remunerada também por esse serviço.

**Quadro 95: Gestão de protecção da biodiversidade e da paisagem natural, nas explorações agrícolas, por classes de área.**

Classes de área	Protecção da biodiversidade				Protecção da paisagem natural					
	Cultivo de variedades tradicionais		Criação de raças autóctones		Integração na arquitectura local		Plantação de sebes e árvores		Terrenos não cultivados <small>Sem infestantes arbustivas</small>	
Menos de 1 ha	2	2,22	0	---	14	15,56	6	6,67	0	---
De 1 a menos de 5 ha	6	6,66	0	---	17	18,89	10	11,11	2	2,22
De 5 a menos de 20 ha	4	4,44	0	---	10	11,11	3	3,33	5	5,55
De 20 a menos de 50 ha	0	---	0	---	12	13,33	10	11,11	6	6,67
De 50 ha ou mais	0	---	2	2,22	3	3,33	3	3,33	2	2,22
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>13,33 %</b>	<b>2</b>	<b>2,22 %</b>	<b>56</b>	<b>62,22 %</b>	<b>32</b>	<b>35,56 %</b>	<b>15</b>	<b>16,67 %</b>

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

A importância que é hoje reconhecida à biodiversidade, devido às implicações que tem em praticamente todos os domínios da vida e das actividades humanas, levou-nos a questionar o agricultor acerca do grau de satisfação pessoal com o apoio que dá aos processos de conservação da biodiversidade e da paisagem natural, considerando-se o seu contributo para a redução de riscos ambientais e para remediar eventuais danos perpetrados nos recursos naturais (solo e água) pelos trabalhos efectuados na sua exploração agrícola. Nesta matéria, é interessante notar que 32,22% dos inquiridos se mostra “muito satisfeito” e 25,56% “satisfeito”, sendo que os restantes 42,22% optam por não responder à questão. Parafraseando Santos (2007, p. 293), diríamos que “*a beleza dos organismos vivos, a variedade das suas formas, cores e funções, o encanto das regiões selvagens e das paisagens naturais são valores inestimáveis presentes nas mais diversas civilizações e profundamente ligados à nossa natureza humana. Negá-los ou subestimá-los é repudiar as nossas culturas, as nossas origens e quebrar a harmonia com o meio ambiente.*” Ainda de acordo com o grau de satisfação pessoal, os produtores agrícolas inquiridos classificam a questão das práticas de responsabilidade social (entendida como um conjunto de valores) da seguinte maneira:

**Quadro 96: Grau de satisfação pessoal com os valores de responsabilidade social e ambiental.**

Valores de responsabilidade social e ambiental	Grau de satisfação pessoal (em %)			
	Muito satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	Nada satisfeito
Consciência ecológica	32,22	25,55	---	---
Capacitação profissional e adaptação à mudança	62,22	37,77	---	---
Qualidade de vida no trabalho	44,44	22,22	33,33	---
Desenvolvimento comunitário	10,00	11,11	65,55	13,33
Relações com o poder local e os espaços públicos	4,44	25,55	66,66	3,33

Fonte: Ficha de caracterização das explorações agrícolas do município de Palmela. Freguesias de Marateca e Poceirão.

Percebe-se, então, que inúmeras são as interpretações de responsabilidade social e que cada produtor agrícola acaba actuando de uma forma diferente perante si, os trabalhadores da exploração agrícola e o meio envolvente. De acordo com a Comissão das Comunidades Europeias (CE, 2002b), responsabilidade social é um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base neste pressuposto, a gestão da empresa não pode ser norteadada apenas para o cumprimento dos interesses do proprietário da mesma, mas também pelos de outros detentores de interesses (trabalhadores, clientes, autoridades públicas, comunidade local e sociedade em geral). Este conceito tem-se transformado numa grande oportunidade para os negócios das empresas (sobretudo, como estratégia de marketing, de valorização dos produtos/serviços) que ao cumprirem o seu papel social atraem consumidores e, ao mesmo tempo, investem na sociedade e no próprio futuro.

Registe-se a propósito que, junto dos técnicos do Projecto IDEIAS, os produtores agrícolas de Marateca/Poceirão têm vindo gradualmente a procurar informação no sentido de assumirem, num futuro próximo, uma postura social, ética e ambiental consciente. Para melhor servir estes propósitos, a PD EQUAL tem-se associado localmente a diversas instituições, públicas e privadas, que desenvolvem projectos neste âmbito, participando em acções de sensibilização para a prática de responsabilidade social junto dos agricultores, entre outras iniciativas. Através da conjugação de esforços é, assim, possível contribuir para uma maior consciencialização sobre as vantagens desta prática.

## 4.2 Novas formas de vender (e consumir) alimentos de qualidade

A agricultura enfrenta hoje um conjunto significativo de desafios. Tal como noutros sectores de actividade, a globalização obriga à inovação e à adopção de novas tecnologias, atitudes e comportamentos por parte de todos os agentes da cadeia de produção: produtor de matérias-primas, transformador e distribuidor, actuando todos eles em sintonia de forma a dar resposta aos desejos do consumidor. Neste contexto, e apesar de serem ainda hegemónicos os circuitos de comercialização/escoamento da produção agrícola via intermediários, é possível identificar no município de Palmela pequenas mudanças que operam no sentido da procura de um novo padrão de acesso a alimentos de boa qualidade, produzidos segundo as prerrogativas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, contribuindo para a resolução de

problemas de distribuição e venda dos produtos e para o reforço da competitividade dos produtores agrícolas e dos territórios locais. É este o caso da organização de produtores e de consumidores para a produção e compra de cabazes na Casa Mãe Rota dos Vinhos, em Palmela, e na Loja Portugal Rural, em Lisboa. É também o caso da comercialização directa, pelos produtores agrícolas em feiras e mercados biológicos. Estas iniciativas, que também representam uma potencial forma inovadora de relação dos territórios com a sua envolvente, contam com o apoio fundamental da PD EQUAL do Projecto IDEIAS que ali actua, e de outras instituições do território e de fora do território, para que em conjunto se consiga superar as barreiras e os limites dos mecanismos tradicionais. Neste sentido, ao invés de se pensar na autonomização do local e do território, o que se requer é, justamente, o contrário, ou seja o reforço da articulação do local com o exterior.

#### 4.2.1 O comércio de proximidade através dos cabazes PROVE

A primeira iniciativa conhecida por RE.CI.PRO.CO – Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores – está a ser aplicada de forma regular desde 2006, com um grupo de pequenos produtores dos concelhos de Palmela e Sesimbra, através do projecto PROVE – Promover e Vender, que pretende desenvolver e testar um sistema de comercialização de proximidade de produtos agrícolas. Como resultado e lição, esta experiência tem sobretudo mostrado que é necessário incorporar nas estratégias de desenvolvimento a superação da clivagem rural-urbano. Especificamente, o RE.CI.PRO.CO concretiza uma nova forma de organização local e de consumo, baseada na relação de cidadania entre produtores e consumidores, que teve a sua origem em França e advém da ideia de que o êxodo rural e a consequente concentração urbana têm vindo a excluir as populações urbanas da gestão do espaço rural e do controlo da qualidade dos alimentos que consomem. Por sua vez, os agricultores, pressionados por mudanças estruturais e novas dinâmicas económicas, sociais e culturais, foram obrigados a adaptarem-se aos interesses do mercado, o que tem vindo a traduzir-se em práticas agrícolas cada vez mais agressivas do ponto de vista ambiental e paisagístico. Procurando quebrar esta lógica, rurais e urbanos criaram novas formas de comercialização e de consumo que passam pela reconstrução de uma relação mais próxima entre quem produz e quem consome. Esta baseia-se essencialmente no compromisso mútuo dos primeiros em fornecer alimentos produzidos nas suas explorações agrícolas e, dos

segundos, em proceder a uma remuneração justa, paga antecipadamente e na partilha dos riscos e das vantagens de uma produção adaptada ao ritmo das estações e respeitadora do ambiente, do património natural e cultural e da saúde dos consumidores. Quanto ao Projecto PROVE importa referir que este tem como principal objectivo promover a comercialização de “*frutas e legumes acabados de trazer da quinta*”. Isto é, apoia os pequenos agricultores e suas famílias, fazendo a ponte com os consumidores que têm ao seu alcance um cabaz de produtos de qualidade criados com “*a mestria de quem sabe que a natureza é pura e saudável*” (Disponível em <http://www.prove.com.pt>). Assim, contam-se entre as suas principais acções: o reforço da capacidade empreendedora local, estimulando a produção agrícola de qualidade; a criação de uma nova forma de comercialização dos produtos, baseada numa relação de proximidade entre consumidores e produtores e fundada em princípios de ética e solidariedade; a sensibilização e mobilização dos consumidores urbanos para a redescoberta dos territórios rurais, dos seus produtos e tradições.

Recorremos naturalmente às palavras proferidas pela coordenadora/responsável pela equipa técnica do GAL/LEADER+ da Península de Setúbal, Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio, de quem nos permitimos transcrever aqui alguns parágrafos. Diz ela: “*Falar do RE.CI.PRO.CO é falar de um projecto inovador (...). Na rede internacional dos projectos RE.CI.PRO.CO<sup>134</sup>, a nossa principal tarefa é dar informação e transmitir a nossa experiência enquanto GAL, relatando os nossos receios, as nossas dificuldades ou os nossos constrangimentos. Enfim, o que vamos encontrando com a implementação das acções que estão em curso na nossa zona de intervenção. (...) E, sobretudo, falar sobre as “mais-valias” que temos vindo a conseguir com essas mesmas acções. Já o PROVE é um projecto que foi criado para testar no terreno soluções de proximidade entre produtores e consumidores e com objectivos da comercialização de proximidade. E este conceito de comércio de proximidade é, para nós, um conceito muito interessante. A razão que nos levou a tentar esta experiência foi justamente estarmos inseridos numa zona com uma grande pressão urbana, onde as relações de proximidade poderiam ser potenciadas. Contudo, a proximidade aos centros urbanos significa também um grande êxodo dos terrenos agrícolas e uma invasão da imobiliária. Com isto quero dizer que, sem darmos conta, desaparecem os terrenos agrícolas, deixamos de ter o mundo rural dos nossos avós e passamos a ter casas e prédios e grandes urbanizações”.*

“*Os cabazes que nós comercializamos (os pequenos agricultores e as suas famílias, bem entendido) estão inseridos no projecto PROVE. O objectivo era apoiá-los, no sentido de os aconselhar, de os orientar e, acima de tudo, de estimular o diálogo entre eles. Conseguir que se organizassem era fundamental para o sucesso*

---

<sup>134</sup> Para mais informações, veja-se o endereço <http://www.urgenci.net>.

*do projecto. Foi um trabalho muito intenso, feito sobretudo através de oficinas de informação e sensibilização. Nessas oficinas foram introduzidos conceitos, valores, procedimento úteis, que eles não estavam a par. A aplicação pouco prudente e indiscriminada de determinadas tecnologias, a exploração excessiva do solo e o uso intensivo de agro-químicos foram, por exemplo, alguns dos temas em discussão. (...) Nessas oficinas tentámos também passar a mensagem de que eles têm de produzir aquilo que o consumidor quer comprar. Tentámos passar a mensagem de que é preciso que os produtos tenham qualidade, explicando-lhes as vantagens de uma produção agrícola de qualidade. Em geral, são muito sensíveis aos argumentos de que os consumidores não comprem, ou não estão interessados em adquirir os produtos dos cabazes, se não tiverem confiança na qualidade do produto. Tentámos explicar também que se eles se juntarem terão muito mais peso e terão certamente maiores benefícios. Ao contrário, se cada um estiver a puxar para diferentes lados dificilmente irão a algum lado. Pois estamos a lidar com pequenos agricultores”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Manuela Sampaio). É assim que todas as sextas-feiras, na Casa Mãe da Rota dos Vinhos, em Palmela, e todos os sábados na Loja Portugal Rural, em Lisboa, os cabazes são vendidos directamente pelos agricultores que aderiram ao projecto, num total de cinco do concelho de Palmela (todos eles igualmente participantes no Projecto IDEIAS e em processo de conversão à agricultura biológica) e nove do concelho de Sesimbra.

Como explicou detalhadamente um dos elementos da equipa técnica operacional, *“Desde o início do Projecto, à sexta-feira, por volta das 13.00 horas, os agricultores juntam-se numa das suas explorações agrícolas para organizarem os cabazes. Levam separadamente os seus produtos agrícolas e ali organizam os cabazes em função dos pedidos dos consumidores<sup>135</sup>. Depois, nesse mesmo dia, pegam nos cabazes que são simplesmente caixas de papelão e levam-nos para a Casa Mãe da Rota dos Vinhos em Palmela. O consumidor a partir das 16.00 horas passa por lá, leva o seu cabaz e paga directamente aos produtores. No dia seguinte, durante toda a manhã, estão na Loja Portugal Rural, em Lisboa. E pronto, está feito. Na semana seguinte, de novo se organizam os cabazes”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cláudia Bandarras). Trata-se, na substância, de mobilizar os agricultores locais para soluções de simplificação dos circuitos comerciais, eliminando intermediários e retalhistas e criando estruturas mais adaptadas aos seus interesses e aos dos consumidores urbanos. Estes, durante a entrega dos cabazes, têm ao seu dispor um conjunto de pequenos produtores que podem fornecer informações sobre as práticas agrícolas utilizadas nas culturas, dar a conhecer produtos da época e os seus ciclos de produção e revelar receitas e tradições locais. Frequentemente, os consumidores aceitam visitar

---

<sup>135</sup> As encomendas do cabaz são efectuadas até quarta-feira, de modo a que os produtores agrícolas possam organizar os cabazes para sexta-feira e sábado.



com as suas famílias as explorações agrícolas onde são produzidos os produtos que consomem.



Fonte: <http://www.prove.com.pt/projecto>



Fotografias 53 e 54: Projecto PROVE - Casa Mãe da Rota dos Vinhos, em Palmela, Loja Portugal Rural, em Lisboa, a importância do estabelecimento de novas relações de cidadania entre produtores e consumidores.

O quadro seguinte sintetiza o compromisso estabelecido entre produtores rurais e consumidores urbanos no âmbito do RE.CI.PRO.CO e dos cabazes PROVE:

**Quadro 108: RE.CI.PRO.CO e cabazes PROVE, uma nova forma de organização da produção local e de consumo.**

Produtores	Consumidores
Asseguram um cabaz diversificado (com produções da época), com regularidade de entrega estabelecida em termos de hora e local de entrega (Casa Mãe da Rota dos Vinhos, em Palmela, e Loja Portugal Rural, em Lisboa) e periodicidade (semanal).	Asseguram, por si ou por outrem no seu lugar, a recolha do cabaz no local, hora e periodicidade estabelecidas, bem como o pagamento no acto da entrega.
Comprometem-se a tender para práticas e maneios agrícolas sustentáveis, no sentido da não utilização de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes lesivos do ambiente, sem que isto obrigue à certificação dos produtos em MPB.	Comprometem-se a constituírem-se como agentes activos na salvaguarda de uma agricultura respeitadora do ambiente e produtora de produtos com garantida segurança alimentar.
Comprometem-se a tender, dentro do possível, para a utilização de variedades e raças autóctones.	Comprometem-se a serem solidários com os produtores em casos de catástrofes naturais.

Fonte: Serafim, Maria do Rosário (2007). *RE.CI.PRO.CO. Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores. Guia Conceptual e Metodológico ...* Lisboa, MADRP, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. LEADER+ Rede Portuguesa (Disponível em <http://www.leader.pt/guia-rep/Guia-RECIPROCO.pdf>).

No contexto do trabalho de cooperação transnacional desenvolvido no âmbito do Projecto IDEIAS, cinco produtores agrícolas do concelho de Palmela<sup>136</sup>, acompanhados de três elementos da equipa técnica do Projecto IDEIAS, tiveram oportunidade de ver como numa comuna (município) do nordeste francês, Besançon, localizada na região de Franche-Comté, funcionam as relações de proximidade e cidadania entre produtores e consumidores. Estas são estabelecidas através de um sistema conhecido por *Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne* (AMAP) que são constituídas por consumidores urbanos que compram antecipadamente uma parte da produção aos produtores agrícolas, que se comprometem a produzir uma gama variada de produtos (legumes, hortaliças e frutos frescos, ovos, compotas caseiras, mel, diferentes tipos de pão e vários outros produtos) a um preço justo. O sistema assenta na relação mútua de confiança e no compromisso de entrega de cestas semanais recheadas de pequenos produtos agrícolas locais de qualidade, válido por cada três meses, entre os consumidores urbanos e os produtores daquela região.

Segundo a responsável pela entidade interlocutora do Projecto IDEIAS, o grupo de técnicos e agricultores portugueses tiveram o privilégio de conviver directamente com pessoas doutro país que estão a ter experiências análogas, o que possibilitou *“uma melhor transferência de conhecimentos, tanto a nível prático como a nível técnico e científico (...). De lá para cá, pelo simples facto de assim ter sido possível ver no terreno aquilo que estava a ser experimentado pelos parceiros franceses”, “um debate de ideias que se realizou de forma mais consciente no decorrer das ações de trabalho” e “ver de perto como se cruzava o trabalho técnico nas explorações agrícolas e o dia-a-dia dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, de forma a torná-las sustentáveis, criadoras de rendimento e ao mesmo tempo respeitadoras do ambiente”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco). Por sua vez, os cinco produtores agrícolas que participaram na ida a Besançon ressaltam a importância da viagem pela possibilidade de *“tomar contacto com as dificuldades e preocupações dos agricultores de Besançon no modo de produção biológico”, “ouvir falar das suas perspectivas de futuro, da suas produções e da comercialização dos produtos que cultivam”, “perceber como aqueles produtores podem manter ou aumentar a produção através de relações do local onde estão a viver com as cidades francesas mais próximas”, “presenciar experiências baseadas na multifuncionalidade da agricultura, na agricultura biológica e noutras actividades que não o trabalho da terra”* ou, simplesmente, *“trocar ideias”*.

---

<sup>136</sup> Três da freguesia de Poceirão e dois da freguesia de Marateca.

A partida foi no dia 6 de Junho de 2007. O retorno foi uma semana depois, na madrugada de 13 de Junho. Considerando a trajectória das explorações agrícolas visitadas<sup>137</sup>, é possível perceber a preocupação do conjunto de parceiros franceses em favorecer a evolução das práticas agrícolas em direcção à sustentabilidade e à integração dos custos sociais e ambientais; em dar expressão às culturas agrícolas locais no âmbito do diálogo entre o rural e o urbano; em tirar partido da ideia de que o “campo” é o pulmão da cidade e é, com frequência, o sítio onde o habitante descarrega e recicla os aspectos nocivos ou menos agradáveis da vida urbana. O acompanhamento da visita a cada exploração foi feito pela equipa técnica do Projecto SAUGE, que é o resultado de uma parceria entre a Communauté d’Agglomération du Grand Besançon, a Association de Formation et d’Informations pour le Développement d’Initiatives d’Entrepreneurs, o Centre de Formation et de Promotion Professionnel pour Adultes e o Chambre d’Agriculture du Doubs.

#### 4.2.2 A comercialização directa no Mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa

No momento de capitalizar todas as experiências vividas e também visitadas, a PD EQUAL do Projecto IDEIAS envolveu-se activamente no trabalho de promoção dos produtores agrícolas do território de Marateca/Poceirão, apoiando-os na possibilidade de virem a manter uma relação directa com os consumidores urbanos, na capital, evitando o máximo possível intermediários, e sensibilizando-os para a questão da qualidade e segurança alimentar associada à comercialização de produtos biológicos, assim como para a ideia de que

---

<sup>137</sup> As seis explorações agrícolas que faziam parte do roteiro de visita foram seleccionadas pela coordenadora responsável do *Project Sauge, Solidarités, Agriculture – Urbanité pour des Gains Économiques*, Cécile Piganiol, que apenas tinha, da parte dos responsáveis do Projecto IDEIAS, indicação relativamente às actividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores palmelenses que iriam participar na missão e que estes se encontravam em início de conversão ao modo de produção biológico. Todas as explorações visitadas já se encontravam com actividade notificada em Agricultura Biológica (5 em actividades de produção vegetal e 1 na produção animal). Três delas estão a dar os primeiros passos na horticultura, produzem no seu conjunto um leque considerável de produtos, procurando atingir elevados níveis de qualidade. De referir também que, nestas explorações agrícolas/quintas há outros objectivos igualmente importantes, que se traduzem na realização de actividades sociais, culturais e pedagógicas, que podem ser realizadas pelos visitantes. Duas outras são empresas de tipo familiar, com as vertentes agrícola e de turismo de habitação, sendo esta última uma actividade interna às duas propriedades em causa (com uma elevada riqueza paisagística envolvente) que, fazendo parte dos seus quotidianos, complementa as actividades agrícolas nelas desenvolvidas (embora, numa delas com maior intensidade). E, por fim, uma outra que, há cerca de cinco anos atrás, tinha iniciado a actividade agrícola com a produção de diversas frutas certificadas, mas que tem vindo a evoluir, no âmbito do Projecto SAUGE, para a diversificação da produção que engloba, igualmente, a produção vinícola e pecuária.

os produtos não são homogéneos, transparentes ou impessoais, com vista ao estabelecimento de relações solidárias e, quiçá, de contratos a longo prazo<sup>138</sup>.

Assim, num espaço comum de venda directa, semanal, no Mercado de rua biológico, do Príncipe Real, em Lisboa, que tem lugar todos os sábados de manhã, das 9:00h às 14:00h, os produtores beneficiários do Projecto IDEIAS comprometem-se a trabalhar dentro das condições definidas pelo MPB, colocando toda a informação à disposição dos seus clientes ou consumidores urbanos. Espera-se, assim, consciencializar os consumidores do seu próprio poder, propiciando-lhes a possibilidade de participar em novos compromissos que revalorizem a actividade agrícola em territórios periurbanos, tal como o Projecto IDEIAS preconiza. Trata-se de reconstruir a responsabilidade colectiva à escala territorial para o bem-estar de todos em articulação com o desenvolvimento do sector biológico e a criação de emprego.

O espaço começou a ser ocupado em Junho de 2007 por dois produtores biológicos certificados e pela tutora Maria José Macedo, da Quinta do Poial, em Azeitão, que os apoiou e orientou quer nas questões de apresentação visual, de concepção e imagem das “bancas”, crachás e etiquetas, quer na determinação dos preços e, até mesmo, na abordagem ao consumidor. Este era, no entanto, um espaço aberto à chegada de outros produtores que se encontravam entretanto em processo de conversão ao MPB. Até à data de encerramento do Projecto IDEIAS, outros dois produtores juntaram-se ao grupo inicial, perfazendo um total de cinco profissionais do sector, que estão a pensar se organizar e promover outras dinâmicas associativas (designadamente, a criação de uma sociedade que se propõe comercializar produtos biológicos, assegurando preços razoáveis para os consumidores, numa pequena loja e também on-line e com serviço de entrega ao domicílio). Partindo da crença comum que identifica os consumidores biológicos como aqueles que auferem rendimentos mais altos, que lhes permite suportar os custos também eles mais elevados dos produtos biológicos, o objectivo é, como afirmam, atingir um segmento de mercado mais vasto (sobretudo, consumidores de classes sociais mais baixas), contribuindo assim para o aumento do número de consumidores de produtos biológicos, não só na Região da Grande Lisboa mas também em

---

<sup>138</sup> À semelhança, por exemplo, do que também ocorre na província canadense da Colômbia Britânica - a terceira maior província do Canadá, onde cerca de 60% da população vive nas regiões metropolitanas de Vancouver e Victoria (capital) -, onde são celebrados contratos anuais entre agricultores e consumidores. Desta forma, as responsabilidades e os benefícios da actividade agrícola são partilhados por toda a comunidade local. Os consumidores urbanos recebem os alimentos (também em cabaz variado) directamente dos produtores e estes recebem antecipadamente uma quota anual referente ao pagamento desses mesmos produtos, o que lhes permite fazer face às despesas de produção. Os produtores agrícolas estão obrigados a produzir os produtos escolhidos pela comunidade local e a entregar regularmente (igualmente, todas as semanas) esses produtos aos consumidores. Estes acordos denominados *Community Supported Agriculture* (CSA) são formalizados antes de cada ciclo produtivo.

todo o país. Independentemente do sucesso que venha a ter esta ideia de negócio, o que aqui interessa ressaltar é a necessidade de estimular experiências alternativas de agricultura biológica, por mais isoladas que estas possam parecer num primeiro momento.

Mas voltemos à PD EQUAL do Projecto IDEIAS e à estratégia seguida para colocar os produtos de agricultura biológica mais perto do consumidor urbano. Esta experiência de comercialização de produtos biológicos tem a sua génese num conjunto mínimo de boas práticas agrícolas, ao nível das explorações agrícolas, seguidas essencialmente por pequenos agricultores de Marateca e Poceirão e, após a sua consolidação, num acordo de utilização semanal de um espaço no Mercado Biológico do Príncipe Real, que assenta num quadro de referência que tem por base a redacção da Carta Ética para a produção agrícola de qualidade<sup>139</sup>.

A Carta Ética surge como um documento simultaneamente amplo e específico que conforma não só valores ajustados, mas sobretudo valores justos. Isto é, com compromisso firmado entre os diversos signatários da carta, em prol da defesa e promoção de uma agricultura de produtos de qualidade e do desenvolvimento local. Além disso, não se trata de permanecer à margem do mercado “convencional”, mas fundamentalmente de uma estratégia de inserção no mercado através da aplicação prioritária das práticas recomendadas em agricultura biológica e definidas na legislação comunitária em vigor para a produção vegetal, praticando esse modo de produção sempre que seja técnica e economicamente possível (tal como recomendado no princípio 2 da Carta Ética), e da comercialização directa naquele mercado, estimulando-se, de forma profícua, as relações de reciprocidade e confiança entre produtores rurais e consumidores urbanos, produzindo os primeiros produtos de qualidade e os segundos consumindo, preferencialmente, esses mesmos produtos (como preconizado no princípio 6 da referida carta).

---

<sup>139</sup> Uma primeira proposta de redacção da Carta Ética para uma produção agrícola de qualidade, inserida no CD-rom “Guia conceptual e metodológico do RE.CI.PRO.CO”, produzido pelo IDRH/Rede Portuguesa LEADER+, foi apresentada publicamente no Seminário Recíproco, na Sala de Congressos do Balneário Rainha D’Amélia, em São Pedro do Sul, em Viseu, em Junho de 2007. Esta encontra-se disponível em <http://www.leader.pt/guia-rep/Guia-Reciproco.pdf>. No presente trabalho (ver Anexo 4), reproduzimos a versão final dessa Carta, na qual constam os princípios e os objectivos que os seus signatários (produtores agrícolas, consumidores urbanos e responsáveis pelos órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento) consideram fundamentais para o estabelecimento de uma estratégia territorial de desenvolvimento económico, social e ambientalmente sustentável, integrando a actividade agrícola nessa estratégia, com clara prioridade para a agricultura biológica, e que foram reiterados na última reunião de trabalho da PD EQUAL do Projecto IDEIAS, em Novembro de 2007.



Fotografias 55, 56 e 57: O Projecto IDEIAS no Mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa.



Fotografias 58 e 59: Vista parcial do Mercado (à esquerda) e a tutora Maria José Macedo (à direita).

Naquela mesma altura, em Junho de 2007, era aprovado o novo regulamento comunitário relativo ao modo de produção biológico e à rotulagem dos produtos biológicos, que revoga e substitui o regulamento (CEE) n.º 2092/91, de 24 de Junho<sup>140</sup>. Com o objectivo de contribuir para uma percepção harmonizada do conceito de produção biológica, o regulamento (CE) n.º 834/2007, de 28 de Junho, contém objectivos, princípios e regras gerais mais explicitamente definidos para a produção biológica<sup>141</sup> que, por sua vez, constituem a base

<sup>140</sup> A introdução deste regulamento relativo ao MPB de produtos agrícolas e de géneros alimentícios fez parte da reforma da PAC da UE e representou a conclusão de um processo através do qual a agricultura biológica recebeu o reconhecimento oficial dos 15 Estados-membros na altura. Inicialmente, ele regulamentava apenas produtos vegetais, tendo sido introduzidas mais tarde disposições adicionais para a produção de produtos animais. Estas normas incluíam alimentos para animais, prevenção de doenças, tratamento veterinário, protecção animal, criação de gado em geral e a utilização de estrume animal. A utilização de OGM e produtos produzidos a partir dos mesmos estava já expressamente excluída da produção biológica. Simultaneamente, foi aprovada a importação de produtos biológicos de países terceiros, cujos critérios de produção e sistemas de controlo pudessem ser reconhecidos como equivalentes aos da UE.

<sup>141</sup> Tal como descrita no regulamento, produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.

para o desenvolvimento sustentável da agricultura biológica, garantindo o funcionamento eficaz do mercado interno, assegurando a concorrência leal e promovendo a confiança dos consumidores ao proteger os seus interesses.

Segundo Truninger (2004, p. 88), apesar da existência de dificuldades em fazer chegar a produção aos canais de distribuição e consumo e de um manifesto desequilíbrio entre uma maior procura e incipiente oferta de determinados produtos (especialmente, frutos e vegetais), o mercado biológico português encontra-se em franco crescimento, sendo o aumento bastante significativo nos grandes centros urbanos, Lisboa e Porto. Tendo em conta que, em Portugal, há mais procura de produtos biológicos do que oferta por parte dos produtores nacionais, e considerando que a comercialização directa de produtos biológicos no Mercado de rua lisboeta do Príncipe Real pretende diferenciar-se de outras formas convencionais de produção e/ou da relação com o mercado, duas questões se colocam: esta experiência será apenas uma alternativa para preencher um nicho de mercado<sup>142</sup> ou, pelo contrário, possui um potencial maior capaz de responder a uma procura mais ampla, de segmento de mercado? Constituirá esta experiência uma negação ou, antes, um questionamento da noção de mercado predominante no sistema capitalista no qual está inserida? E em caso afirmativo, terá ela carácter inovador para estabelecer relações de confiança e, de certa forma, de fidelidade entre aqueles que produzem alimentos, no meio rural, e aqueles que os consomem, no meio urbano?

Como tem sido referido por muitos autores, a forma como produzimos ou consumimos tem impactos no ambiente e na sociedade. Daí a necessidade de evoluir para padrões de produção e consumo mais sustentáveis, tentando desta forma reduzir ou, até mesmo, acabar com os impactos negativos derivados da actividade produtiva e do consumo. Por isso mesmo, Cary (2010, p. 8) esclarece que, ao nível da produção, é preciso produzir com qualidade e obter produtos seguros, sendo que a garantia e a segurança alimentar começa no produtor, como primeiro elo de uma cadeia de produção. Do lado do consumo, o mesmo autor esclarece que o consumidor moderno está disposto a pagar mais, mas em contrapartida quer consumir produtos garantidos e certificados (isto é, ser informado sobre o que consome). Numa economia moderna e em mutação constante, como a actual, é essencial fornecer ao consumidor as ferramentas para que este esteja devidamente informado e ao mesmo tempo protegido. De acordo com Truninger (2010, p. 20), os impactos dos “pânicos alimentares”

---

<sup>142</sup> Entende-se por nicho de mercado um segmento de mercado constituído por um número restrito de consumidores com características e necessidades homogéneas e facilmente identificáveis.

(como prefere chamar às crises no sector alimentar<sup>143</sup>) provocaram mudanças estruturais nos modelos de regulação agro-alimentares e obrigaram a uma mais apertada vigilância, bem como a uma reestruturação da produção, preparação e distribuição alimentares, promovendo-se assim a aplicação de regulamentos e políticas que advogam (supostamente) a salvaguarda dos interesses dos consumidores no que respeita à segurança e standardização da qualidade alimentar. Não obstante a segurança e a qualidade alimentares serem cada vez mais institucionalmente reguladas, diversos autores defendem que o vasto leque de opções de consumo trouxe também mais responsabilidade aos consumidores.

Dupuis (2000), por exemplo, num artigo sugestivamente intitulado *Not in my body: BGH and rise of organic milk*, aborda a questão dos riscos produzidos pelas técnicas modernas agrícolas e as escolhas individuais e diárias de consumo, tendo por base o exemplo das hormonas de crescimento utilizadas na alimentação de bovinos e a decisão dos indivíduos em consumir leite biológico. Ao questionar até que ponto é verdadeira a afirmação de que o consumidor consome o que os especialistas de instituições relacionadas com os produtos agro-alimentares prescrevem, esta autora (Dupuis, 2000, p. 285) conclui que os consumidores estão cada vez mais “esclarecidos” sobre os riscos que representa o consumo de produtos sem qualidade e sem segurança. Assim, da mesma forma que o consumidor está exposto a um constante bombardeamento de publicidade que o induz a consumir determinados produtos, a ideia de consumir produtos biológicos que não contêm resíduos resultantes da aplicação de pesticidas nem são geneticamente modificados, exerce sobre ele uma atracção muito forte na decisão de compra.

#### 4.2.2.1 A produção biológica: até quando um nicho de mercado?

No âmbito do Projecto IDEIAS foram feitos esforços junto dos agricultores no sentido de tornarem a sua actividade produtiva mais sustentável. Os consumidores foram também sensibilizados, procurando que estes tivessem um papel mais activo no domínio de um consumo mais responsável e sobretudo mais consciente. Conforme depoimento recolhido junto de um agricultor biológico certificado: “*Os consumidores também pensam. E, na hora de escolher*

---

<sup>143</sup> Recorde-se o aparecimento de doenças como a BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina) e a contaminação de alimentos com dioxinas e, mais recentemente, com a gripe das aves, que têm vindo a aumentar a desconfiança dos consumidores no que respeita à segurança alimentar da produção convencional e em larga escala.



*o que vão consumir, estão agora mais preocupados com a saúde e com o ambiente. E, aqui, a agricultura biológica é uma saída viável (...) os produtos biológicos são cada vez mais populares?*” (Depoimento de Alcides Henoch, produtor agrícola, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca). Consideremos então, os dados que se baseiam na realização de 80 inquéritos a consumidores urbanos, realizados no local e momento do Mercado Biológico do Príncipe Real, em Lisboa, nos três últimos sábados do mês de Novembro do ano de 2007 (ver Anexo 6: Entrevista aos consumidores urbanos - A procura de produtos de Agricultura Biológica. Mercado biológico do Príncipe Real, em Lisboa). Os inquéritos foram aplicados de forma directa aos interpelados que declararam ser consumidores (ocasionais ou frequentes) de produtos biológicos nas “bancas” do Projecto IDEIAS com dois objectivos: identificar as razões que levam aqueles consumidores a comprar produtos biológicos e, ao mesmo tempo, avaliar o “potencial” desses consumidores na (re)definição dos processos produtivos locais.

A maioria dos inquiridos neste estudo já não abdica dos produtos de agricultura biológica que compra em nome de uma alimentação mais saudável, segura ou nutritiva (96,25%), pois estão preocupados com a sua saúde ou com os riscos da ingestão de alimentos que contenham resíduos de produtos químicos, corantes ou aromas artificiais (ver Quadro 100). Esta informação é reforçada por um estudo realizado junto de um grupo de pessoas residentes na cidade de Lisboa, que teve como uma das suas conclusões a seguinte: *“As preocupações em torno da saúde entendidas apenas no sentido da segurança alimentar foram as mais mencionadas nas entrevistas. Segundo os entrevistados, e reflectindo os discursos mediáticos sobre esta matéria, os químicos nos alimentos quando ingeridos em grandes quantidades podem provocar um surto de doenças graves a longo prazo (por exemplo, doenças cancerígenas). Por esta razão um produto alimentar sem químicos sintéticos está associado a uma alimentação saudável”* (Truninger, 2010, p. 137). Apesar desta crença, ainda se encontra por provar cientificamente se os produtos biológicos são mais saudáveis, seguros ou nutritivos do que os produtos correntes<sup>144</sup>. Para além da questão ligada à saúde (e bem assim,

---

<sup>144</sup> De acordo com a *Food Standards Agency (FSA)*, os dados cientificamente testados não demonstram que a comida produzida em modo biológico seja mais segura ou nutritiva do que a comida de produção convencional. Ao questionar a alegada maior segurança alimentar dos produtos biológicos, esta agência britânica de segurança alimentar chama a atenção para os potenciais riscos dos conteúdos microbiológicos mais altos destes produtos, precisamente porque não são tratados com pesticidas, fertilizantes minerais ou fungicidas. Revela também uma maior propensão dos produtos biológicos para terem patogenias prejudiciais à saúde humana devido à utilização de maiores quantidades de estrume, habitual nas técnicas de agricultura biológica (Krebs, 2003). Por sua vez, o *Institut Scientifique de Recherche Agronomique (INRA)* divulgou resultados de um estudo que atestam as características mais nutritivas dos produtos biológicos (Lairon, 2009). Este é, sem qualquer dúvida, um debate que levanta alguma polémica. Ressalte-se que ele toca directamente nos interesses políticos e económicos da indústria bioquímica aplicada à produção agro-alimentar, o que obriga a um olhar crítico, cuidado e não parcial sobre a matéria em apreço.

de uma alimentação supostamente “natural”), uma outra razão não negligenciável é o estado de insatisfação obtido após o consumo de uma grande parte dos produtos agrícolas correntes (18,75%) que, muitas vezes, e apesar de um excelente aspecto, têm um sabor pouco intenso, quando não um sabor desagradável, em resultado de um processo de crescimento artificial e baseado na utilização de químicos.

O consumo de produtos biológicos está igualmente associado a razões ideológicas e de preservação do ambiente, que abrange também o mundo agrícola e rural (67,50%), aonde, e citando alguns dos entrevistados, se incluem: *“uma atitude positiva para com a Natureza”* ou *“uma forma de influenciar o rumo dos acontecimentos, numa sociedade que esquece o mundo rural”* ou, então, *“uma maneira de contestar a lógica dominante e apoiar a afirmação de um movimento contrário ao modelo de desenvolvimento actual que produz desequilíbrios ecológicos e injustiça social”*. Para este grupo de consumidores urbanos, a opção biológica alia-se naturalmente, e também de forma muito estreita, a outras iniciativas como o “boicote” a empresas produtoras de bens alimentares ou outras que, segundo diversas opiniões expressas, desrespeitam sistematicamente a Natureza e cometem abusos aos direitos humanos e laborais (das crianças e dos trabalhadores, respectivamente). A agricultura biológica, assim como a agricultura tradicional não industrializada, são vistas como caminhos preferíveis para uma produção agrícola sustentável por se considerar que respeitam os ritmos e os processos naturais e procuram a valorização possível dos recursos locais e a dignificação do agricultor pelo seu papel de “guardião” da paisagem e dos ecossistemas agrícolas.

No que diz respeito à frequência de compra e à participação dos produtos biológicos na composição do cabaz básico familiar (mensal), os resultados do inquérito aos consumidores urbanos apontam para diversas frequências de compra e para distintas percentagens de participação desses produtos no referido cabaz, sendo que mais de metade (51,25%) dos consumidores urbanos são compradores semanais e 33,75% afirma que os produtos biológicos constituem já mais de 50% dos produtos que mensalmente compõem o seu cabaz básico familiar (ver Quadros 98 e 99). De ressaltar desde já que, por uma questão de comodidade ou falta de tempo para fazer compras, uma boa parte dos consumidores “biológicos” procura frequentemente as grandes superfícies comerciais para se abastecer de víveres frescos (26,25%). Porém, como os próprios também reconhecem, existem outras possibilidades para a obtenção desses produtos (directamente nas explorações, em feiras, mercados de rua, lojas da especialidade e cooperativas de consumidores) onde, para além do acesso a géneros

alimentícios de qualidade ímpar, o contributo do consumidor urbano em termos de benefícios para o mundo rural pode ser imensamente ampliado. Assim, quando questionados quanto ao local habitual de compra, 42,50% dos consumidores urbanos afirmam que os locais onde adquirem de forma regular os produtos biológicos são as feiras e os mercados de rua; mas 18,75% também compra produtos biológicos nas lojas da especialidade e 12,50% em cooperativas de consumidores. Os preços em conta, a frescura dos produtos e a relação pessoal entre quem vende e quem compra são as principais razões apontadas para a realização da compra naqueles três locais (ver Quadro 101). Como faz notar Truninger (2010, p. 82), a entrada dos supermercados e hipermercados no sector alimentar biológico contribuiu largamente para os contornos mais dinâmicos que este foi ganhando ao longo do novo século, e mesmo a crise de 2008 parece não ter afectado substancialmente este sector localizado e dirigido primordialmente para a população urbana. Efectivamente, apercebendo-se do potencial de exploração deste nicho restrito de mercado, algumas cadeias de supermercados começaram a apostar fortemente nos produtos biológicos, organizando e estruturando melhor as várias operações da sua fileira.

A análise de Cary (2010, p. 9) sobre a problemática de produzir e vender alimentos é clara: *“Hoje em dia, e principalmente no que se refere à agricultura, o mais difícil é precisamente saber vender, saber enfrentar o mercado. Saber produzir, por vezes de uma forma mais ou menos empírica, mas quase sempre ‘sustentável’, o cultivador agrícola, sabe fazer, mas depois, quando confrontado com o mercado, as suas dificuldades aumentam, as suas limitações em termos de informação sobre o que é que o mercado quer tornam-se patentes, condicionando o sucesso da actividade de produção”*. De acordo com este autor, não podemos subestimar o facto de que o agricultor produz para o mercado e que toda a sua actividade está condicionada pelo determinismo do mercado, pois cada vez mais as decisões deixam de ser agrícolas para serem tomadas por quem compra, transforma e distribui<sup>145</sup>. Ainda segundo Cary (2010, p. 5), face à evolução da organização produtiva no mundo rural, é fundamental ter a consciência e a capacidade de adoptar uma prática e uma atitude não conformista e não derrotista do tipo de *“a agricultura é o parente pobre da sociedade”* ou de *“a agricultura é a arte de empobrecer alegremente”* ou ainda de *“vamos aguentar o passado porque quem mais investe mais se prejudica”*, substituindo-as por uma atitude dinâmica e um esforço por criar o futuro. Pode-se

---

<sup>145</sup> Para este autor a agricultura de *“comando rural”*, em que as decisões de produzir (ou não produzir) e em que quantidades eram exclusivamente da responsabilidade do agricultor, evoluiu para um modelo em que o agricultor produz para o mercado. É este modelo de agricultura virada para e dependente do exterior, em que as decisões só ilusoriamente são tomadas ao nível da exploração agrícola e do agricultor para serem tomadas pelo mercado, pelo mundo urbano, que, com bastante propriedade, o autor designa por *“agricultura de comando urbano”*.

dizer que essa atitude e esse esforço têm sido preocupações centrais na actuação da equipa técnica da PD EQUAL do Projecto IDEIAS que incentivou, desde sempre, os agricultores a encontrarem soluções integradas com vista à concentração da oferta de produtos de agricultura biológica (em especial, de frutos e vegetais que em Portugal não consegue cobrir toda a procura). No entanto, não é fácil organizar a produção local para que os agricultores de Marateca/Poceirão possam vir a disponibilizar aos consumidores esses produtos em quantidade e a preços razoáveis. Os principais factores que condicionam essa organização, de acordo com diversos interlocutores, são quatro.

O primeiro factor prende-se com as dificuldades quanto à comercialização dos produtos biológicos (em particular, a debilidade das cadeias de distribuição e venda e a ausência de informação sobre o mercado). A comercialização é ainda bastante incipiente, pelo facto dos produtos biológicos estarem confinados a um mercado muito restrito, sendo os produtos vendidos, na sua maior parte, pelos produtores directamente nas suas explorações, feiras e mercados biológicos. Mas, um agricultor que deseje vender os seus produtos com a denominação de produtos de agricultura biológica não pode ignorar as questões do mercado e tem de construir ou procurar circuitos vantajosos de distribuição e venda.

Sobre a possibilidade do grupo de agricultores de Marateca/Poceirão comercializar directamente com as grandes cadeias de retalho alimentar que vendem produtos biológicos, tanto técnicos como agricultores confirmam que a procura existe e é crescente, mas reconhecem igualmente que existem grandes obstáculos para operacionalizar essa forma de comercialização: *“A produção é pequena. Por ser pequena, os agricultores dificilmente conseguem obter ganhos de escala e comercializar com preços competitivos. Mas para ser completamente justo, tenho que dizer também que eles trabalham de forma muito individualizada. Para cada um, o mais importante tem sido sempre produzir. Na maioria dos casos não importa a que custo e, nestes anos todos de actividade, sem planeamento prévio da comercialização dos produtos. Trata-se quase sempre de pequenas explorações agrícolas. Este tipo de agricultor está habituado a tratar de tudo sozinho, deu sempre mais atenção à área da produção, o que até é compreensível porque é essa que ele conhece melhor e que de alguma forma tem conseguido gerir razoavelmente bem, tendo em conta as dificuldades (...). Em prejuízo claro da comercialização”* (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

Como relata um outro técnico da PD EQUAL do Projecto IDEIAS: *“A assinatura de contratos com algumas das redes de supermercados que actuam no mercado da distribuição tem-se revelado complicada. Uma das propostas é quase sempre a venda em consignação, tendo os agricultores que arcar com os custos dos produtos não vendidos ou deteriorados”* (Depoimento da Eng.ª Agrónoma Marta Feliciano).

No que se refere à forma de comercialização dos produtos de agricultura biológica é também de sublinhar o que diz um agricultor que tomou a iniciativa de se dirigir aos consumidores, para lhes fazer chegar os produtos, através da venda directa na sua exploração, no Mercado de rua do Príncipe Real, em Lisboa, e, mais recentemente, na BIOCOOP, uma cooperativa de consumidores, com sede em Lisboa, que recebe produtos directamente dos produtores: “*Não há grande interesse em comercializar a produção nos grandes supermercados ou hipermercados. Os preços pagos são menores e é-nos exigida uma garantia de entrega constante daquilo que produzimos, mas só do que eles querem e sempre em grandes quantidades. Isto limita muito a nossa margem de manobra*”. Além disso, “*há estabelecimentos comerciais que adquirem os produtos a preço baixo, e que depois praticam margens de lucro de mais de 200%*” (Depoimento do Sr. Carlos Alberto Paulino, 57 anos. Lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão).

Como se percebe pelos relatos acima transcritos, a existência de uma procura potencial para os produtos biológicos por si só não garante o êxito das experiências de comercialização. Um exemplo de uma experiência de comercialização bem sucedida é-nos relatada por um produtor agrícola certificado em MPB, para quem o escoamento não tem sido um problema, antes pelo contrário, os pedidos ultrapassam largamente a sua capacidade de resposta: “*No Modelo e Continente Hipermercados (da SONAE) falaram-me da hipótese de entrar no Clube de Produtores*<sup>146</sup> (...), o que veio realmente a acontecer em 2007 com a assinatura de um contrato de fornecimento de morangos biológicos”. De um modo geral, este tipo de contrato depende do cumprimento de um caderno de encargos técnico estabelecido pela própria SONAE, que nas palavras do próprio implica “*um acompanhamento muito rigoroso, desde a produção até à aquisição dos morangos pelos consumidores*”. Apesar dos custos de produção, que são maiores do que no convencional, este agricultor (que é fornecedor igualmente da famosa batata primor, melancia e melão) está muito satisfeito, pois “*os morangos biológicos são um produto muito valorizado pelos consumidores*” (Depoimento de Alcides Henoch, produtor agrícola, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca).

O segundo factor que condiciona a concentração da oferta de produtos de agricultura biológica está ligado ao próprio processo de certificação. A grande diferença de custo (e, por consequência de rendimentos) que se verifica na passagem da agricultura convencional para a

---

<sup>146</sup> O Clube de Produtores SONAE foi criado em 1998 com o objectivo de “*promover os produtos nacionais, de acordo com elevados padrões de qualidade e segurança alimentar*”. Em 2010 contava já com “*mais de 230 associados*” e “*um volume de compras superior a 123 mil toneladas*”. O sucesso desta iniciativa deve-se à cooperação entre os agentes económicos, que conjuga a riqueza dos produtos genuinamente nacionais com a força de uma cadeia que opera junto de milhões de consumidores em todo o país (Disponível em <http://www.clubeprodutores.sonae.pt/home.html>).

biológica, e que se mantém por um período longo, é um verdadeiro obstáculo à maior adesão dos agricultores. Para além dos custos acrescidos e perda de rendimento, a complexidade técnica do processo de conversão é também um dos problemas encontrados pelos agricultores que pretendem iniciar o modo de produção biológico. O produtor tem, naturalmente, de ter bons conhecimentos dos possíveis itinerários técnicos e respectivas práticas e uma boa capacidade para tomar decisões atempadamente. Contudo, a certificação encontra-se muito dependente dos conhecimentos técnicos que são ainda muito reduzidos em áreas como a fertilização, a protecção sanitária e o combate às infestantes. Um dos problemas com que, nas visitas aos agricultores que pretendiam aderir ao MPB, fomos frequentemente confrontados foi o receio, por parte dos agricultores, relativamente à falta de profissionais devidamente preparados e que mais tarde lhes possam prestar a assistência técnica. As palavras de um técnico com formação em agricultura biológica são reveladoras da importância atribuída a este aspecto: *“Por se tratar de uma agricultura muito específica, que emprega tecnologias diferentes daquelas que são usadas na agricultura convencional, o número de técnicos a nível local deveria ser maior para ser possível chegar, com oportunidade, a todos os agricultores que queiram aderir à agricultura biológica”* (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira).

Como terceiro factor condicionante da disponibilização de produtos biológicos surge a necessidade dos agricultores disporem de unidades de transformação, de preparação e de embalagem específicas. Estas são difíceis de rentabilizar, sem que haja um nível de actividade razoável. Presentemente, a nível nacional, existe pouco mais de meia centena de unidades de transformação, de preparação e/ou acondicionamento de produtos de agricultura biológica (MADRP, 2004b, p. 14). E, por fim, registe-se como quarto factor, aquele que diz respeito à concorrência com produtos similares da produção convencional (em particular, o nível de preços praticados que, regra geral, são mais elevados que os equivalentes convencionais e a pressão exercida pelos produtores convencionais que se sentem ameaçados pela difusão dos produtos biológicos). Uma visão muito comum relacionada com esta matéria foi bem expressa por um técnico da PD EQUAL daquele Projecto: *“Essa história de que há mercado para os produtos biológicos ou de que o mercado não pára de crescer é muito relativa. É verdade que é um mercado que muito cresceu, que poderá expandir-se muito mais, mas também é muito verdade que o mercado convencional é muito grande e tem muita procura. E não podemos esquecer que os preços dos produtos desta agricultura são mais baratos do que os produtos biológicos”* (Depoimento da Eng.ª Agrónoma Marta Feliciano). Esta última questão não é de somenos importância, pois a principal desvantagem do consumo de produtos biológicos parece ser o seu preço.

Contudo, pode-se afirmar que o lucro é um argumento de peso que coloca os produtores biológicos em vantagem relativamente aos produtores convencionais. Também é importante sublinhar que é desejável e possível controlar o preço dos produtos biológicos e divulgá-los junto dos consumidores urbanos. Como afirmou, por exemplo, a tutora Maria José Macedo, *“Os produtos têm a sua época (...). E assim, na altura do morango, da maçã, da laranja, da alface, do pepino, do feijão verde, da beringela e por aí fora, conseguimos ter esses produtos ao mesmo preço dos produtos convencionais. Mas, claro, no seu tempo. Na agricultura biológica é o que temos de fazer, deixar a natureza fazer o seu trabalho sem pressas e sem artificialismos”*. Uma olhadela pelos preços dos produtos comercializados nas “bancas” do Projecto IDEIAS demonstra que há produtos que têm efectivamente o preço praticamente igual à média dos congéneres convencionais, embora alguns exibam valor superior, *“estando no máximo 30%, ou um pouco mais em alguns casos, acima dos preços correspondentes aos mesmos produtos produzidos no convencional”* (Depoimento da tutora Maria José Macedo).

Preste-se uma atenção especial aos resultados do inquérito aos consumidores urbanos. Entre estes prevalece, claramente, a ideia do aumento do consumo de produtos biológicos nos próximos anos. Quando questionados sobre esta questão, 82,50% dos nossos entrevistados considera a hipótese de haver um presumível aumento no consumo desses produtos, apenas 10,00% não sabe/não responde e somente 7,50% considera que não haverá aumento (ver Quadro 102). O factor preço será, em princípio, uma componente crucial da ampliação da base de consumo dos produtos biológicos. Porém uma questão se levanta: se os preços de mercado dos produtos biológicos se igualarem aos dos produtos convencionais, será que os pequenos produtores poderão “arcar” com o elevado custo do processo de certificação e com todos os custos adicionais que esse mesmo processo envolve?

Embora a eliminação dos intermediários baixe o preço dos produtos a comercializar, os produtos biológicos são mais caros do que os outros porque o seu rendimento é, à partida, menor, segundo afirmam alguns técnicos. Admite-se, por um lado, que *“A fruta e os legumes produzidos em biológico têm tendência a estragar-se mais rapidamente do que aqueles que são tratados com químicos, sendo mais frequentemente rejeitados e, por isso, os custos que os agricultores têm que suportar aumentam”*. Por outro lado, *“Como a produção é ainda limitada, os produtos biológicos têm naturalmente preços mais elevados. E isto pode representar um apoio para os agricultores”* (Depoimento do Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira). Outra característica que poderá elevar o preço dos produtos biológicos é a necessidade de utilização de maiores contingentes de mão-de-obra. Segundo informações prestadas por elementos da PD EQUAL do Projecto IDEIAS, os agricultores em

conversão ao MPB, na campanha agrícola de 2007-2008, utilizaram em média um excedente de 20% a 30% de trabalhadores, comparativamente com a campanha agrícola anterior, no convencional. Como alguém expressivamente referiu, a agricultura biológica exige envolvimento constante (*“é preciso estar diariamente atento a todas as culturas, verificar as suas necessidades de estrume, saber quando regar, quando colher para vender”*), sendo por isso necessárias bastantes pessoas para que uma produção seja possível (Depoimento de Alcides Henoch, produtor agrícola, 36 anos, lugar de Águas de Moura, freguesia de Marateca). O facto das técnicas utilizadas nas produções biológicas serem mais intensivas em mão-de-obra do que as utilizadas na agricultura convencional é, aliás, um elemento de interesse adicional face às elevadas taxas de desemprego que caracterizam actualmente o sector primário. Além do emprego criado directamente nas produções biológicas, há um vasto conjunto de actividades complementares que poderão beneficiar do desenvolvimento da agricultura biológica.

Uma outra conclusão que poderá ser inferida da análise dos dados recolhidos junto dos consumidores urbanos é a de que existe uma reduzida elasticidade no consumo de produtos biológicos. Sem dúvida, na hipótese do preço diminuir, de um total de 80 entrevistados, 71,25% manteriam o mesmo nível de consumo e apenas 28,75% aumentariam a compra (ver Quadro 103). Estas percentagens não surpreendem se considerarmos o grau de instrução, a condição perante o trabalho e a categoria profissional daqueles entrevistados (ver Quadro 97, que apresenta as características da amostra relativa aos consumidores urbanos). Deve-se também ressaltar que estes valores correspondem a uma amostra de consumidores que provavelmente dispõem de um nível de rendimento superior ao da média da população portuguesa. Embora uma grande percentagem dos entrevistados não tenha revelado qual o valor do seu rendimento mensal médio (63,75%), recorde-se que segundo o *II Inquérito Nacional realizado às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*, coordenado por Almeida (2004), são as pessoas com níveis de escolaridade mais elevados, em idade activa e pertencentes a classes sociais mais altas que mais estão disponíveis para adquirir produtos de agricultura biológica.

A procura dos consumidores urbanos por produtos biológicos ainda representa um nicho de mercado. Apesar de existir alguma baixa nos preços, é curioso constatar que na resposta à questão sobre as características que estão associadas aos produtos biológicos os consumidores urbanos continuam a sentir que os produtos oriundos do MPB são *“mais caros”* (ver Quadro 104) e, portanto, destinados a um determinado tipo de população que, normalmente, tem maior poder de compra. Mas é de prever mudanças a vários níveis, em



particular um crescimento significativo do número de consumidores biológicos e a alteração do seu perfil.

#### 4.2.2.2 Mercado alternativo ou uma alternativa para o mercado?

Como lembra Maria José Macedo (2007, p. 6), *“É importante que a agricultura biológica não siga os caminhos que a agricultura convencional está a seguir, através das centrais de compra, por exemplo. A diferença entre agricultura convencional e biológica não está só no uso ou não de químicos. São escalas diferentes. O biológico não é biomercadológico”*. Do nosso ponto de vista, mais do que superar limitações de ordem tecnológica, talvez o principal desafio na construção de formas alternativas de produzir e vender (e de consumir) seja discutir o papel do mercado como mediador exclusivo de relações sociais, criando novos valores e novas relações entre produtores e consumidores que vão para além das que actualmente predominam no mercado. Se, por um lado, é certo que, para o tipo de sociedade em que vivemos, os valores tanto de uso quanto de troca são definidos por relações marcadamente mercantilistas, não é menos verdade que esses valores e relações poderão transcender a esfera das relações puramente económicas. Aqui a ideia de *“economia moral”*, desenvolvida por Truninger (2010, p. 189), no sentido de que as transacções económicas têm lugar ao mesmo tempo que se privilegia o lazer e o convívio social e se partilham determinadas visões do mundo, adquire uma importância muito grande.

Uma lisboeta que vai todos os sábados ao Mercado biológico do Príncipe Real fazer as “compras da semana” coloca a tónica no carácter personalizado da relação que ali se estabelece entre produtores rurais e consumidores urbanos ao afirmar que: *“Eu prefiro o mercado para a compra dos produtos biológicos. O mercado é o local ideal. Permite o envolvimento entre as pessoas. Há cumplicidade no ar. Não é nada parecido com o fazer compras nas grandes superfícies comerciais (...), onde reina a frieza e as relações impessoais, embora perceba que aí possa ser mais prático para muitas pessoas fazer compras. Andamos num mundo muito agitado, sempre sem tempo e sem grandes preocupações para com os outros e para o que é de origem nacional”* (Depoimento de Rosa Maria Teixeira, 68 anos, reformada). Esta opinião é, aliás, coincidente com a de uma das técnicas da PD EQUAL do Projecto IDEIAS: *“Aqui no mercado existe um ambiente mais propício ao estabelecimento de relações mais humanas. Não é, nem deve ser, um simples local de troca de dinheiro por mercadoria. É uma forma de escoamento dos produtos para os agricultores que se dedicam a este modo de produção, mas é também uma forma do consumidor ter oportunidade de escolher consumir alimentos naturais, com melhor aroma, cor e sabor autênticos. (...) o*

*mercado biológico começa a estar inundado por produtos estrangeiros. E todos nós temos uma certa culpa nesta situação, pois quando vamos às compras tentamos comprar sempre os produtos mais baratos, mas o que agora é mais barato, pode vir a curto prazo a tornar-se muito caro para todos nós, em termos de ambiente e na economia do nosso país* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano).

Surge oportuno formular a questão: E se a maioria dos consumidores colocasse outro género de perguntas para além de “quanto custa?” A este propósito realce-se o que uma entrevistada neste estudo nos diz: *“Sou uma cliente muito exigente. Exijo produtos de qualidade, naturais e também nacionais. Tudo começou por razões de saúde. Agora é já um estilo de vida. Sinto-me bem, estou bem comigo própria, (...) estou a apoiar a vida destas pessoas numa actividade profissional que está cada vez mais a cair em desuso e que nos obriga a importar os alimentos de fora”* (Depoimento Maria Manuela, 48 anos, directora técnica de farmácia). A agricultura é, de facto, imprescindível a todos nós enquanto seres humanos. São os agricultores que produzem o que comemos e, por vezes, o escoamento das suas produções é o único estímulo e subsídio (rendimento) de que necessitam para continuar a pôr em prática os seus ancestrais conhecimentos ou legados que, de outra forma, ficariam votados ao abandono e ao esquecimento.

Registe-se a opinião de uma outra consumidora “bio” que ilustra muito bem a questão da defesa de valores éticos articulada com as preocupações de solidariedade para com os pequenos e médios produtores e respectivas famílias que, no nosso país, vivem e trabalham no mundo rural e que são asfixiados pelo grande retalho: *“Gosto de acreditar que estou a proceder correctamente, prefiro comprar produtos de agricultura biológica e, de preferência, de bem perto do local onde resido. Eu acredito no “produtores há margem”, (...) no contacto directo com quem produz os alimentos que levo para casa. Este espírito pode fazer viver a nossa agricultura, dar alento aos pequenos agricultores e aos que com eles vivem no campo. Os produtos que não são produzidos localmente, que vêm de outro ponto do país ou de muito mais longe, de outros países, vêm congelados ou em arcos frigoríficas. De quem posso cobrar responsabilidades se algo correr mal, se houver problemas porque comprei produtos sem essa preocupação da margem”* (Depoimento Telma Soares, 52 anos, professora primária). Não se pode negar que dada a dependência da importação os efeitos podem ser contraproducentes. É que se um dos grandes benefícios destas boas práticas agrícolas é o seu baixo impacto ambiental, o transporte a longas distâncias da origem dos produtos até ao local de venda oblitera muitos, ou mesmo todos, os ganhos obtidos na sua produção. A predisposição favorável para comprar produtos biológicos e nacionais é, aliás, vista por certos consumidores como que uma obrigação: *“É uma conduta que todos devíamos seguir. Os agricultores devem, sem dúvida, produzir bens alimentares de agricultura*

*biológica. Os consumidores devem comprá-los. É o meu caso, que há mais de 1 ano compro neste mercado [do Príncipe Real] todos os sábados de manhã. (...) viver aqui perto dá-me a possibilidade de comprar semanalmente. A maioria das pessoas é que está habituada a fazê-lo mensalmente, não está para fazê-lo 3 ou 4 vezes por semana. É um comportamento [de consumo] que precisa de ser alterado”* (Depoimento Elisabete Correia, 45 anos, técnica superior).

Para uma das promotoras da “tenda” do Projecto IDEIAS, a diversidade de produtos, a forma como estão dispostos nas “bancas” e a padronização das etiquetas com o preço, assim como a distribuição de diversos prospectos sobre estilos de vida saudáveis, entre outras iniciativas de marketing colectivo, tornam aquele espaço apelativo e chama a atenção das pessoas que por ali passam e optam por nele fazer as suas compras. Ali, o acto de compra não se restringe apenas à aquisição de produtos biológicos, mas diz respeito também à alteração dos hábitos pelas “campanhas” de informação aos consumidores<sup>147</sup> que procuram “*privilegiar os benefícios para o ambiente e para a saúde que resultam do consumo dos alimentos biológicos*” e “*fornecer informações sobre as condições em que os produtos expostos são produzidos*” (Depoimento Patrícia Noya, 36 anos, licenciada em marketing, publicidade e relações públicas).

De notar e sublinhar que mais de metade dos consumidores urbanos entrevistados (52,50%) consideram que não é necessário a identificação dos produtos que compram com menções e símbolos que possam indicar que se trata de um produto de agricultura biológica (ver Quadro 105), delegando o papel de controle e certificação para si próprios através da relação próxima que estabelecem com os produtores no mercado de agricultura biológica no Príncipe Real, em Lisboa, ou nas feiras, explorações agrícolas e lojas da especialidade que visitam<sup>148</sup>. Um deles refere mesmo que a certificação não precisa de ser oficial e etiquetada: “*Tudo funciona na base da confiança, a etiqueta a dizer biológico não era aqui necessária. É um produto biológico certificado, mas já conheço as pessoas. Basta que digam que é biológico. Então acredito, e isso para mim é oficial*” (Depoimento Paulo Alexandre, 52 anos, técnico oficial de contas). Neste caso, como em muitos outros, a confiança do consumidor está intimamente relacionada com o conhecimento da história do produto (designadamente, por quem, onde e como são produzidos os bens alimentares que consome). Este conhecimento pode ser adquirido de duas

---

<sup>147</sup> Acções com este fim são já hoje correntes em França. Cite-se, a título exemplificativo, o trabalho desenvolvido pela *Agence pour la Recherche et Information en Fruits et Légumes Frais* (APRIFEL) que, entre outras iniciativas, promove acções de formação para médicos e nutricionistas na área de alimentação saudável, nutrição e actividade física, habilitando-os para a divulgação de informação aos consumidores (Disponível em <http://www.aprifel.com/>).

<sup>148</sup> Ao contrário dos supermercados e dos hipermercados, naqueles espaços os produtos não estão de um modo geral identificados nem embalados.

formas distintas. Uma, na “tenda” do Projecto IDEIAS, em que os consumidores urbanos têm de facto oportunidade de interrogar os agricultores ali presentes sobre os produtos que estão à venda, sendo informados por exemplo sobre o local de origem ou proveniência dos produtos alimentares que consomem, o modo como foram produzidos, as suas características intrínsecas, o grau de segurança dos mesmos e o modo como podem ser preparados ou cozinhados. Outra, nas visitas às quintas, em que os consumidores urbanos podem com as suas famílias passar um dia diferente, visitando os campos hortícolas e frutícolas, participando na confecção de refeições com produtos das quintas ou, simplesmente, passeando livremente.

A relação social que se estabelece entre produtores rurais e consumidores urbanos caracteriza-se, assim, pelo direito a perguntar e a saber, pelo compromisso e partilha de valores relacionados com ideias e práticas de alimentação saudável e natural, pelos contactos e relações pessoais, pelo desenvolvimento de relações calcadas em valores como a confiança e a reciprocidade e estabelecidas de forma regular naquele ponto de venda e/ou nas visitas às quintas de agricultura biológica. Chama-se, contudo, a atenção de que este tipo de relação também é definido pela importância da partilha de substâncias comuns, já que a confiança e segurança referidas pelos consumidores urbanos são também justificadas através de uma lógica que enfatiza o facto de estarem a comprar aquilo que os produtores produzem para si próprios e para as suas famílias. Assim, *“compro aquilo que eles também comem, se é bom para eles e para as famílias, também é bom para mim, para a minha mulher e filho”* (Depoimento Paulo Alexandre, 52 anos, técnico oficial de contas). Estamos, portanto, diante de um tipo de relação que difere grandemente daquele que se estabelece no âmbito de um supermercado ou hipermercado, por exemplo, em que os contactos com os produtos agrícolas não são mediados por pessoas, onde não há o direito a perguntar e a saber sobre a história do produto e onde a confiança e o compromisso com o consumidor são distantes e institucionalizados.

Outros, porém, mais críticos (37,00%), consideram que a exposição do respectivo logotipo e da referência ao MPB nos produtos que estão a ser comercializados seria mais vantajoso, tanto para o consumidor (visto que, *“a rotulagem dos produtos assegura que o produto que estamos a comprar é mesmo de qualidade”*), como para o produtor (pois, *“o controlo e a certificação são também essenciais para a valorização das produções”*) (Depoimento Ana Paula Antunes, 46 anos, professora universitária). Um entrevistado disposto a pagar mais pelos produtos biológicos exprimiu o seguinte acerca das vantagens da certificação: *“De um modo geral, paga-se mais cerca de 30% por um produto certificado. Para a maioria das pessoas esta diferença é ainda muito grande, mas compra-*

*se um produto em que podemos confiar. A certificação é assim um descanso (...) os produtos passam por um apertado controlo de certificação e os produtores seguem um caderno muito rigoroso de normas, controlado por organismos credenciados*” (Depoimento Miguel Azevedo, 43 anos, técnico superior). Nesta medida, a existência no rótulo da menção “*Agricultura Biológica – Sistema de Controlo CE*” é uma garantia para o consumidor de que, em toda a fileira produtiva, foram utilizadas as regras estabelecidas pela regulamentação para este modo de produção. Existe também um logotipo europeu destinado a distinguir os produtos biológicos, cuja utilização passou a ser obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, com a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 834/2007, de 28 de Junho. Este símbolo pode ser usado nos produtos produzidos na UE ou nos importados de países terceiros, que possuam sistemas de produção e de controlo equivalentes aos da Comunidade e que contenham mais de 95% de ingredientes da agricultura biológica. Os produtores conseguem demonstrar aos consumidores que o produto obtido cumpre com todos os requisitos constantes no referido regulamento comunitário relativo à produção biológica e à rotulagem de produtos de agricultura biológica, colocando-os em vantagem perante a concorrência, uma vez que os consumidores são fácil e objectivamente informados através da exibição de menções e símbolos. Os consumidores têm a certeza de que todos os aspectos relevantes do produto, a que não têm directamente acesso, foram devidamente controlados e estão conforme eles esperam (ou seja, sem vestígios de contaminações com produtos não autorizados). A qualidade do produto em questão é reconhecida, podendo o consumidor optar pela diferença. Por sua vez, os retalhistas/comerciantes também beneficiam porque são ajudados na selecção de produtos vegetais destinados à alimentação humana ou não (incluídas, por exemplo, as fibras de algodão) e de origem animal e seus transformados, e na escolha de produtores que utilizam regras, princípios e práticas agrícolas que noutros tempos eram usados e que agora fazem parte da agricultura biológica, aproximando-se desta forma dos anseios dos consumidores, transmitindo-lhes confiança e segurança alimentar.

Feito todos estes esclarecimentos, importa por fim explicitar que, de acordo com consumidores urbanos, agricultores, técnicos e outros interlocutores que participaram neste estudo, as mais-valias da experiência de comercialização directa dos produtos biológicos no Mercado do Príncipe Real, em Lisboa, são grandes, resultam não só da actuação dos técnicos da PD EQUAL do Projecto IDEIAS, como também do interesse dos agricultores em aderir ao MPB, com todos os riscos que o mesmo lhes pode trazer, e envolvem ainda os consumidores que exigem produtos com determinadas características e de qualidade superior.

Tal como os cabazes PROVE têm vindo a conquistar cada vez mais consumidores, pela sua qualidade, verificamos que a comercialização de produtos biológicos no Mercado do Príncipe Real, em Lisboa, tem conseguido fidelizar alguns consumidores que estão muito satisfeitos com a diversidade e qualidade dos produtos oferecidos nas “bancas” do Projecto IDEIAS. Note-se que 66,25% dos consumidores urbanos entrevistados manifestou uma disposição “muito grande” para continuar a comprar produtos biológicos aos agricultores de Marateca/Poceirão. O contacto directo estabelecido com os produtores, tem permitido a partilha de um conjunto de informações sobre os métodos de produção, os cuidados ao nível da protecção do ambiente, a qualidade dos produtos, as variedades regionais, etc., para além de dar resposta aos seus desejos e motivações para consumir produtos biológicos. Deseja-se, pois, que o número de consumidores continue a aumentar, bem como o número de produtores aderentes à iniciativa.

**Quadro 109: Mais-valias para produtores (rurais) e consumidores (urbanos) da comercialização directa de produtos “bio”.**

Mais-valia para os produtores	Mais-valia para os consumidores
Organização da produção Forma garantida de escoamento da produção, com minimização dos riscos e das incertezas inerentes à actividade agrícola Garantia de um rendimento semanal antes inexistente Oportunidade de permanência no campo e na actividade agrícola Maior eficiência, uma vez que o <i>feed-back</i> recebido directamente dos consumidores lhes vai permitir orientar a produção para a procura Reconhecimento por parte dos consumidores	Oportunidade de escolher o consumo “bio” Oferta regular e diversificada de produtos biológicos Melhor relação preço/qualidade dos produtos oferecidos Maior e melhor informação sobre os produtos Maior confiança nas pessoas e maior segurança nos alimentos Compromisso e partilha de valores relacionados com ideias e práticas de alimentação saudável e natural Estabelecimento de contactos e relações pessoais, que lhes permite obter informações correctas e o acesso directo ao campo (visitas às quintas)

**Fonte:** Elaborado a partir de dados fornecidos por consumidores urbanos, agricultores, técnicos e outras interlocutores.

Como alguém dizia ao avaliar a experiência como um todo: “a principal vantagem é, digamos, o estímulo à prática do associativismo, não por simples retórica, mas pela vivência de um projecto em comum, (...) que em boa hora ao saber produzir de forma sustentável acrescentou o saber consumir de forma consciente e responsável” (Depoimento da tutora Maria José Macedo). Tratar-se-á de um trabalho conjunto, mas a responsabilidade final caberá sempre ao cidadão enquanto consumidor, uma vez que é ele o último destinatário. Neste sentido, faltará um papel mais activo dos consumidores urbanos para que esta experiência, ainda incipiente e de uma minoria, possa expandir-se.

## Considerações finais

*“O século XXI será a era das alianças. A articulação e a cooperação entre instituições do Estado, organizações comunitárias e sectores do mercado crescerão em importância estratégica. As parcerias podem tomar várias formas e dinâmicas diferentes, trazendo uma infinidade de compensações positivas”.*

(Zapata, 2010, p. 6)

Com este estudo pretendíamos, tinha-se dito, compreender como se estruturam as estratégias locais de desenvolvimento, relatando e analisando a experiência realizada no município de Palmela, freguesias de Marateca e Poceirão, onde se aplicou uma metodologia de intervenção voltada para a promoção de uma “agricultura sustentável”<sup>149</sup>, com preocupações múltiplas de qualidade, de gestão do ambiente e ordenamento do espaço e de apoio à inserção social, resultante de uma postura diferente do ser humano face às suas reais capacidades e às suas necessidades e aspirações. Cabe, no entanto, referir que, com o desenvolvimento do trabalho de campo, se percebeu que além da descrição e análise das acções realizadas pela PD EQUAL do Projecto IDEIAS e, por conseguinte, da estratégia estabelecida e considerada adequada para alcançar o sucesso, era necessário discorrer sobre os factores ou as condições que afectam o desenvolvimento agrícola local a partir da realidade observada e, ainda, sobre a interacção verificada entre as entidades parceiras envolvidas na referida proposta. Dessa forma, pudemos organizar as nossas considerações finais, colocando algumas questões que são simultaneamente pontos de condensação dos principais resultados do nosso trabalho e tópicos de discussão que cremos serem úteis para a construção de uma agenda aplicada ao desenvolvimento de projectos ou iniciativas locais que tenham por base a agricultura periurbana.

Uma primeira questão a considerar é a ideia de que **para que uma estratégia seja desenvolvida é preciso, antes de tudo, definir e criar uma estrutura coordenadora que tenha potencial para integrar todos os parceiros necessários à sua implementação.** No estudo de caso analisado essa estrutura foi o Espaço-Observatório (também designado por

---

<sup>149</sup> A ideia de uma “agricultura sustentável” revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura produtivista. Para Stockle *et al.* (2009), “a agricultura sustentável ganhou aceitação como uma abordagem conceptual para estruturar sistemas agrícolas produtivos para o futuro”. Ela indica o desejo social por sistemas produtivos que evidenciem o carácter tridimensional da sustentabilidade (ambiental, económico e social) aplicado à actividade agrícola. Segundo Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1992), agricultura sustentável pode ser definida como uma agricultura que “faz uso óptimo dos recursos humanos e naturais que estão disponíveis localmente (tais como, solo, água, vegetação, plantas e animais locais, trabalho humano, conhecimento e competências) e que é economicamente realizável, ecologicamente consistente, culturalmente adaptada e socialmente justa”.

Fórum Local<sup>150</sup>) que compreende dois órgãos de gestão e financiamento. Um que corresponde à PD formal e registada legalmente na EQUAL, composto pelas quatro entidades que assinaram o acordo de parceria. Outro, mais informal e, portanto, mais flexível, que corresponde ao Conselho Consultivo, que integra além dos órgãos de poder autárquico (Juntas de Freguesia de Marateca e Poceirão), agentes económicos (empresas), instituições/organizações locais e regionais e, ainda, alguns residentes no concelho de Palmela, na sua maioria proprietários de terras. É de ressaltar também que o Fórum tinha uma Secretaria Executiva cujas funções foram desempenhadas pela INDE (uma organização não governamental, sem fins lucrativos) e cujo trabalho consistiu fundamentalmente em acompanhar o desenvolvimento dos planos de trabalho das diferentes entidades que constituem a PD EQUAL<sup>151</sup>; encontrar novos participantes de modo a expandir o trabalho do Fórum, agendar e organizar reuniões duas ou três vezes por ano<sup>152</sup>; criar um sistema de informação com base em elementos fornecidos pelos diversos parceiros (formais e informais), o que permitiu obter um retrato do sector agrícola actualizado e observar a tendência de evolução; e, ainda, manter a página sobre a iniciativa actualizada na Internet, destacando-se e valorizando o papel das entidades mais actantes no Fórum Local através da divulgação das actividades/tarefas por si realizadas.

Apesar de, hoje em dia, serem muitas e diversas as modalidades de entendimento da acção colectiva nos territórios<sup>153</sup>, a verdade é que em Portugal ainda são poucas as iniciativas

---

<sup>150</sup> O Espaço-Observatório é entendido como um espaço colectivo de reflexão (debate) sobre o papel da agricultura e dos agricultores em áreas de transição rural-urbano, que permitiu a um leque alargado de intervenientes um envolvimento efectivo no Projecto IDEIAS.

<sup>151</sup> Cada entidade parceira elaborou um plano de trabalho próprio, com a indicação dos principais contributos e das acções que poderia executar num período de seis a doze meses. Esses planos de trabalho foram concebidos de forma individual, tendo em conta os recursos próprios e visando o objectivo maior de serem realistas e exequíveis. Uma vez cumpridos foram renovados pelos seus responsáveis. Todos eles foram anexados ao acordo de parceria e acumulados ao longo do tempo para registo.

<sup>152</sup> Estas reuniões periódicas serviram para que o conjunto das entidades parceiras da PD EQUAL divulgasse os resultados atingidos no período e expusesse os trabalhos desenvolvidos a terceiros, bem como para a apresentação de temas relacionados com o desenvolvimento da agricultura em territórios periurbanos, por parte dos outros participantes no Fórum Local.

<sup>153</sup> De acordo com Amaro (2008), um dos factos mais notáveis da evolução das sociedades contemporâneas tem sido, de facto, a multiplicação de iniciativas e projectos de base local que com características muito diferenciadas, surgem e agem ao nível das comunidades territoriais de pequena dimensão. De igual modo, Reis (2008) defende que, a nível local, o empenhamento e a mobilização em torno de novas soluções institucionais são já bastante visíveis e significativos. Mas, como também reconhece o mesmo autor, é igualmente notório que a relação do Estado português com as comunidades e os actores locais é muito mais complexa do que porventura o será noutros países europeus. Como explica, não é apenas a fragilidade da sociedade civil portuguesa e a ausência de autonomia das suas instituições que leva a que assim aconteça. É também a presença do Estado que é muito forte (por excesso do Estado ou défice da sociedade civil).



de responsabilização/participação, quer as dos cidadãos, que continuam, na sua maioria, a preferir agir em função do interesse individual, quer as dos próprios órgãos de poder do Estado e respectivas entidades administrativas, que continuam na maioria das vezes a orientar-se por um modelo fortemente centralizado na decisão unilateral e em trâmites processuais burocráticos (principalmente quando se consideram projectos elaborados para atender a editais públicos). Assim, uma segunda questão para o êxito das iniciativas locais em favor do desenvolvimento é **a concepção e o fomento do próprio desenvolvimento passar necessariamente pelo envolvimento efectivo e pela participação activa das pessoas e das entidades, públicas e privadas, que vivem ou interagem nas áreas de intervenção, sendo estas condições essenciais para que as acções e os projectos sejam de facto efectivos e sustentáveis.** Como afirma, Reis (2008), a acção dos que se envolvem no desenvolvimento local é *“uma forma concreta e essencial de produção de bens públicos”*, significando isto que a intervenção nos meios onde as pessoas vivem é um problema de gestão pública e, é sobretudo, um problema de gestão bem mais complexa do que as políticas normalizadas assentes em efeitos de difusão a partir de uma entidade central. Segundo este autor, a reclamação do papel do desenvolvimento local enquanto produtor de bens públicos introduz uma nova questão na concepção de desenvolvimento local: a combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos colectivos. E isto porque o que passa a estar em causa é que à matriz distintiva e original do desenvolvimento local, marcada pela cidadania, pela participação e pela contextualização territorial, é cada vez mais preciso juntar o facto de estarmos perante um processo de gestão pública que integra não só a acção do Estado, mas também a da iniciativa privada e a dos cidadãos.

Quando os parceiros, entidades públicas e privadas, decidiram apresentar uma candidatura ao PIC EQUAL havia um objectivo muito bem definido: ajudar no desenvolvimento da agricultura, no sentido da valorização e promoção da produção local, da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e da protecção e melhoria do ambiente, agregando valores económicos, sociais e ambientais na utilização das terras. A prioridade não era inserir o maior número possível de agricultores nas actividades do Projecto IDEIAS, nem tão pouco promover apenas o aumento de qualificações dos beneficiários (o que por si só já seria positivo). Mais do que isso, e por se tratar de um projecto experimental, a PD EQUAL pretendia experimentar uma nova forma de intervenção territorial tendo como base o princípio segundo o qual *“o desenvolvimento é o aumento da capacidade dos indivíduos fazerem*

*escolhas*”<sup>154</sup>. Os diversos parceiros ou intervenientes neste processo, incluindo os destinatários finais, deixam, assim, de ser meros objectos das políticas definidas pela autoridade central do Estado, e passam a ser também agentes dos processos de transformação, de mudança, o que é fundamental em áreas onde existe, como é o caso, uma enorme competição na utilização do espaço e dos recursos naturais de territórios com fortes pressões urbanas e industriais.

Este último aspecto conduz-nos naturalmente a uma terceira questão que deve estar incluída no lançamento de uma agenda para a construção de um novo modelo para as estratégias de desenvolvimento local e que tem a ver com **a importância do estabelecimento de planos de acção com objectivos, prioridades e prazos para as actividades/tarefas a implementar no terreno e, sobretudo, que considerem o aproveitamento de potencialidades e vocações locais**. A PD EQUAL em questão tinha um objectivo muito claro: partindo do diagnóstico e dos problemas/necessidades sentidas pelos profissionais do sector, estabelecer um plano de trabalho, contemplando um período amplo de acção e garantindo um trabalho de animação continuado e a tempo pleno, que permitisse ultrapassar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento da actividade agrícola, considerando-se o facto desta ser estimulada pela proximidade de aglomerados urbanos, como centros de consumo de frescos. Também se deve assegurar como perspectivas de desenvolvimento o aproveitamento de potencialidades e vocações locais. Cada vez mais é necessário olhar para o desenvolvimento de um território a partir dos recursos locais existentes e não apenas a partir dos possíveis projectos multinacionais criadores de emprego e riqueza (como é o caso da fábrica da *Volkswagen* Auto-Europa instalada, desde 1992, em Palmela, que embora represente a realização de um projecto que é o investimento estrangeiro industrial mais importante até hoje executado em Portugal não está ligado à vocação agro-florestal do concelho) ou mesmo dos possíveis projectos que a administração central possa trazer para o território (como é exemplo as operações anunciadas quanto à realização das principais obras públicas até 2020, que se irão localizar na região de Lisboa, na proximidade imediata do concelho de Palmela, nomeadamente: a Plataforma Logística e Multimodal do Poceirão, a Terceira Travessia do Tejo entre Chelas-Barreiro, a Rede Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa-Madrid e o Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete). Como é sabido, as actuais condicionantes macroeconómicas implicam restrições orçamentais (para reduzir o défice) susceptíveis de perigar a realização destas obras públicas.

---

<sup>154</sup> Sobre esta perspectiva, veja-se Amartya Sen (1999), *Development as freedom*, Oxford, Oxford University Press.

Uma quarta questão tem a ver com a prossecução dos objectivos traçados assentar em duas características que devem estar presentes em qualquer projecto ou iniciativa de desenvolvimento local: **a inserção no território alvo/área de intervenção através da concertação/articulação entre os agentes sociais, económicos, políticos e institucionais em torno de uma proposta comum para o desenvolvimento territorial; e a capacidade de viabilização das actividades/tarefas programadas de forma conjunta e articulada com diferentes entidades, não apenas de base estritamente local mas também de âmbito supra-local.** Por um lado, a inserção no território é importante porque o entendimento do projecto pela comunidade local como seu e para si é a melhor forma de maximizar os resultados pretendidos. Essa capacidade de inserção revelou-se no caso do Projecto IDEIAS, por exemplo, no universo das pessoas, dos órgãos de poder local (câmara municipal e juntas de freguesia) e outros agentes do desenvolvimento que nele colaboraram durante os seus cerca de três anos de existência. Por outro lado, a capacidade de viabilização das actividades/tarefas programadas é igualmente importante num processo de desenvolvimento local. Para a execução deste objectivo é fundamental uma rede de gestores, consultores, formadores e técnicos, que no caso de estudo analisado está patente no número destes agentes abrangidos, cerca de três dezenas, com que a PD EQUAL se relacionou (e com os quais foi mantendo contacto permanente ao longo de todo o Projecto).

Uma quinta questão a considerar é, assim, **a necessidade de fortalecer o trabalho em parceria e em rede.** Veja-se a propósito o trabalho de Zapata (2010), no qual a autora defende que a viabilização das estratégias de desenvolvimento local depende também e, sobretudo, de mudanças no interior das entidades envolvidas nesse processo e da construção de novas institucionalidades que garantam a sua sustentabilidade. De acordo com a autora (Zapata, 2010, p. 4), a prática da construção das estratégias de apoio ao desenvolvimento nas instituições governamentais e não governamentais é, normalmente, isolacionista, em que cada uma executa as suas políticas sem interface com as demais instituições nem com a comunidade ou comunidades locais. Todavia, num mundo complexo e interconectado como o que actualmente vivemos, as instituições/organizações não sobreviverão se tiverem visões que não extravasem os seus próprios muros. Por outro lado, na concepção da autora (Zapata, 2010, p. 5), e para a obtenção de bons resultados, uma estratégia de desenvolvimento local deve implicar a construção de novas institucionalidades através de **um processo crescente de articulação institucional e de construção de parcerias com todos os actores e grupos de interesse na sociedade (governo, sector público, sector privado, entre outros).** Trata-se,

segundo a autora, de exercitar o princípio de parceria, no qual se compartilham recursos para levar adiante uma estratégia de desenvolvimento local que deverá naturalmente ser coerente e sintonizada com os anseios da maioria da população.

Tendo em conta a experiência do Projecto IDEIAS é de referir que, dada a complexidade do processo de desenvolvimento territorial, não bastará apenas a existência de várias entidades parceiras implicadas nas estratégias de desenvolvimento local. Um ingrediente fundamental será a mobilização de entidades com recursos próprios e com competências distintas e consideradas necessárias ao desenvolvimento das acções a implementar. No estudo de caso, estas foram de diferente natureza: desde a capacitação técnica dos agricultores, até ao apoio à comercialização directa dos produtos biológicos, passando pelo provimento de recursos materiais e financeiros, pela educação e informação pública, pela monitorização e avaliação da estratégia, entre outras.

Uma sexta questão tem a ver com o facto de, **na aplicação deste tipo de metodologia, a cooperação se revelar como um instrumento estratégico para a criação conjunta de valor.** Zapata (2010, p. 8) é categórica ao afirmar que propósito (causa ou missão) e pessoas são os elementos básicos da cooperação. A ligação emocional é um ingrediente importante para que os laços da cooperação se fortaleçam. Entretanto, como as parcerias são criadas e alimentadas por pessoas, para que as alianças estabelecidas sejam sustentáveis, é preciso haver também um forte compromisso<sup>155</sup> e uma boa química entre os parceiros. Para a autora (Zapata, 2010, p. 7), a ligação com a missão é o factor propulsor da cooperação e os relacionamentos pessoais são o factor aglutinador. Percebe-se assim que, quanto mais profundas e amplas são as ligações com a causa dos projectos e as pessoas, mais sólidos serão os pilares da cooperação. Mas, como afirma Zapata (2010, p. 7), a compatibilidade plena pode não ocorrer de imediato. Ela pode mesmo ser descoberta aos poucos, à medida que os parceiros crescem e fazem experiências juntos. Por outras palavras, a compatibilidade não nasce espontaneamente, mas sim por actos cooperativos sucessivos que aumentam o conhecimento e a confiança entre entidades parceiras que precisam, de facto, de estar “afinadas” e com objectivos convergentes. Neste sentido, poder-se-á dizer que, são necessários esforços contínuos e algum dispêndio de energias para alinhar missões, estratégias e valores (o que trará compensações, tanto em termos de solidez como de sustentabilidade da

---

<sup>155</sup> Não é raro acontecer situações em que as instituições/organizações se comprometem mas não efectivam o seu compromisso. Tal acaba por inviabilizar, muitas vezes, a realização das acções propostas nas estratégias de desenvolvimento.

aliança). No entanto, no entender de Zapata (2010, p. 8), será necessário questionar qual é o valor da cooperação para cada um dos parceiros envolvidos nas iniciativas ou projectos de desenvolvimento local? Como explica a própria autora, a sustentabilidade de uma aliança depende fundamentalmente da sua capacidade de criar valor agregado para todos os participantes. Logo, a magnitude do valor criado aumentará na medida em que o relacionamento entre eles passar da transferência de recursos genéricos para a troca de competências e criação conjunta de valor.

O seguinte comentário, proferido por uma das responsáveis da entidade promotora do Projecto IDEIAS, ilustra bem esta ideia: *“O trabalho desenvolvido nestes primeiros meses já é útil, só pela capacidade de juntar à mesma mesa um vasto conjunto de entidades que estão interessadas em envolverem-se nas acções do Projecto e, em princípio, com vontade de trabalhar no seu melhor, em unir esforços e trocar conhecimentos, tendo em vista intervir bem no território. E intervir bem implicará pensar e dar uma série de passos em conjunto, que nos guiarão da situação actual até ao fim desejado”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco). Vejamos também os exemplos da participação nas actividades da Rede Temática, a nível nacional, e do contacto com projectos estrangeiros. Entre os responsáveis e técnicos da PD EQUAL do Projecto IDEIAS prevalece a convicção geral de que a participação nas actividades temáticas<sup>156</sup> constituiu uma mais-valia muito significativa para o Projecto. Como todos enfatizam, a participação nestas actividades permitiu, por um lado, enquadrar o projecto a um nível mais global e, por outro lado, promover uma reflexão contínua da PD, permitindo a introdução de algumas alterações metodológicas ainda na fase de implantação da estratégia de intervenção. Acresce que, segundo testemunho dos próprios, este tipo de actividades contribuiu significativamente para a valorização e formação dos técnicos do Projecto IDEIAS, destacando-se a troca de informação sobre diferentes experiências, a aquisição de novos conhecimentos e o acesso a outras metodologias de apoio à intervenção com públicos particularmente vulneráveis à exclusão social. Importa precisar que, inicialmente, para aquela PD pertencer a uma Rede em que se misturavam projectos tão díspares, que abarcavam públicos distintos (como requerentes de asilo, pessoas com deficiência física ou mental, ex-toxicodependentes, sem-abrigos e ex-reclusos), parecia forçado e pouco produtivo. Isto é tanto mais importante, se tivermos em atenção que, em Portugal, o Projecto IDEIAS era o único

---

<sup>156</sup> Relembre-se que a participação nas actividades temáticas teve lugar a dois níveis distintos: a) reuniões e outros eventos de carácter nacional, com participação na Rede Temática associada à prioridade designada por “*empregabilidade*”, da medida “*percursos integrados de orientação-formação-inserção*”; b) sessões temáticas no âmbito do EQUAL, com participação em processos de auto-avaliação dos projectos e de balanço de competências das parcerias de desenvolvimento, ambos organizados pelo Gabinete de Gestão do Programa em Portugal.

dirigido à agricultura periurbana. E talvez por isso, o contacto com outros projectos de outros países, entre os quais a França, foi também considerado fundamental por todos os parceiros envolvidos no Projecto IDEIAS. Os contributos da Parceria Transnacional foram merecedores de destaque, a dois níveis: visitas e reuniões com as congéneres estrangeiras<sup>157</sup>, que permitiu aos elementos das várias instituições/organizações portuguesas aprofundarem os seus conhecimentos na área da agricultura em territórios periurbanos e, em particular, no que se refere às novas formas de vender (e consumir) alimentos de qualidade; e criação de um sistema de intranet, posteriormente convertido num site (<http://www.rurban.eu>), que reúne todo o trabalho realizado no âmbito da cooperação transnacional.

Uma sétima questão a considerar é, sem dúvida, **a monitorização e avaliação das iniciativas locais para a promoção do desenvolvimento**. Por um lado, a monitorização constante do andamento de uma qualquer estratégia de desenvolvimento local é crucial para a implementação dos objectivos estabelecidos. Por outro lado, a definição de indicadores de desempenho (performance) e de resultados obtidos para as diferentes acções dessa mesma estratégia, bem como a coordenação eficiente para verificação dos progressos, a mensuração de resultados e a realização de ajustes em função de eventuais falhas percebidas, revelam-se adequadas para apreender as mudanças e melhorias resultantes do trabalho desenvolvido.

Sendo recente a experiência analisada, e relativamente curto o tempo de envolvimento de alguns dos parceiros informais, foram muitos os interpelados que não indicaram progressos resultantes do trabalho desenvolvido. Os que apontaram progressos destacaram aspectos vários e, em maior número, relacionados com: a realização do diagnóstico e o planeamento de acções para fazer face aos problemas/necessidades diagnosticadas; a criação do Fórum Local e o seu funcionamento em articulação com as reuniões da PD EQUAL; o acesso à informação e a maior sensibilidade quer da população em geral, quer dos profissionais do sector agrícola para as questões da agricultura biológica; a maior proximidade, comunicação e partilha entre diferentes instituições/organizações; a motivação das comunidades locais para participar nas acções.

O balanço geral dos resultados alcançados é positivo. Porém, neste tipo de projectos não se produzem, de imediato, resultados palpáveis. A responsável/coordenadora da entidade parceira IDRHa é contundente ao afirmar que: “*Os resultados obtidos são positivos, mas a*

---

<sup>157</sup> Saliente-se, em particular, a participação dos agricultores, da equipa técnica e dos responsáveis pelas entidades parceiras, do Projecto IDEIAS, na reunião transnacional em Besançon, França.

*quantificação é sempre um problema neste tipo de trabalho. Projectos de desenvolvimento local são sempre um investimento de médio ou longo prazo (...). Numa reunião alargada da parceria perguntaram-me quantos postos de trabalho é que íamos criar com o Projecto. É verdade que um dos propósitos é promover o potencial empregador da actividade agrícola neste território. Mas, esse é também um objectivo a longo prazo e dificilmente quantificável. Como saber, por exemplo, se a motivação pela agricultura biológica dos jovens com quem temos trabalhado irá continuar, de forma a dar um rosto novo à agricultura local? Não sabemos”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Serafim). Na mesma linha de pensamento, uma das responsáveis pela entidade interlocutora do Projecto diz-nos: *“Julgo que os resultados deste ou doutro qualquer projecto para o desenvolvimento são sempre positivos. Mas, até que ponto são positivos? Há os efeitos que, nesta fase do trabalho, ainda não são visíveis. Há também os efeitos ou impactos colaterais que não conseguimos medir, não são quantificáveis. Era necessário intervir localmente no sentido do reconhecimento e da dignificação da profissão de agricultor, abrindo caminho para a reflexão colectiva sobre a importância da agricultura biológica. E foi esta a ideia que sempre nos guiou”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Cristina Cavaco). Na prática esta “ideia-guia”, com vista à criação de emprego e de actividades agrícolas sustentáveis nas unidades produtivas recenseadas, resultou na produção (no meio rural) e comercialização (no meio urbano) de produtos de agricultura biológica. Um dos aspectos mais positivos do Projecto terá sido mesmo a forma integrada como a PD trabalhou a questão da necessidade de informação/formação dos agricultores relativamente às práticas de gestão amigas do ambiente, sensibilizando-os também para a questão da qualidade e segurança alimentar associada à comercialização directa de produtos de agricultura biológica junto dos consumidores urbanos. Em síntese, é num cenário de mobilização dos recursos, aquisição de conhecimentos e criação de competências, através da atribuição de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos, que poderá residir, cremos, o grande desafio dos territórios localizados em sub-regiões dotadas de grande desenvolvimento urbano e industrial, como é o caso da área de intervenção do Projecto IDEIAS (isto é, encontrar dinâmicas locais de desenvolvimento ligadas a oportunidades de negócio que viabilizem o alcance de patamares crescentes de sustentabilidade na agricultura e, ao mesmo tempo, aumentem a interacção entre o rural e o urbano).

Uma oitava questão tem a ver com **a própria sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento local**. Nesta matéria, sem dúvida que os custos de financiamento das actividades/tarefas estabelecidas para cumprimento dos objectivos delineados constituem um problema central. Como é sabido, a candidatura a programas de âmbito comunitário e o apoio do poder local/regional têm sido as mais frequentes formas de financiamento encontradas.

Daí a importância da procura de soluções que, a par destas fontes, permitam outras formas de financiamento dando às estratégias locais de desenvolvimento uma margem de autonomia face à excessiva dependência do Estado. Só desta forma, a sustentação dos projectos não ficará comprometida (especialmente, após a saída das instituições/organizações promotoras dos mesmos).

No caso do Projecto IDEIAS, a AGROBIO, o IDRHa e a INDE são entidades externas ao território alvo/área de intervenção. Daí a grande preocupação manifestada com a continuidade das acções no terreno: *“No caso de não haver continuidade das acções perde-se uma dinâmica muitíssimo boa. (...) temos esperança de poder vir a continuar o nosso trabalho neste território. De que forma, é que ainda não sabemos. Talvez com uma outra candidatura a programas comunitários (...). É difícil imaginar que vamos deixar os agricultores com quem temos vindo a trabalhar nestes últimos anos. Eles próprios apostaram na mudança, vieram aos cursos que ministrámos, mudaram as suas práticas. Eles têm agora uma postura diferente, mas ainda contam connosco. Imagine-se também o que será dos jovens que iniciaram agora, mais recentemente, o seu processo de conversão”* (Depoimento da Dr.<sup>a</sup> Alexandra Costa). De acordo com outro dos nossos entrevistados: *“O maior risco é perder a cumplicidade que conseguimos conquistar a pulso. No início, a grande dificuldade era a falta de conhecimento acerca do Programa, do Projecto, da PD EQUAL e da metodologia a seguir. Muitos diziam que o IDEIAS era apenas um grupo restrito de instituições que se reuniam para definir e discutir questões que só aos locais diziam respeito. Mas estivemos constantemente a insistir, a aparecer junto das pessoas, das instituições, das autarquias. No caso dos agricultores, fomos visitá-los nas suas explorações. Fomos junto das escolas também. Deparamos no início com grande resistência e falta constante de disponibilidade da parte das instituições ligadas ao sector agrícola que há muito se encontram no terreno. Ultrapassadas que estão estas dificuldades, o que mais nos preocupa agora é, de facto, a falta de financiamento para dar continuidade às actividades”* (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano).

Com base nestes dois testemunhos (que sintetizam bem as opiniões emitidas pelos restantes parceiros), alguns limites à actuação da PD EQUAL podem ser assinalados, nomeadamente: o facto de se tratar de um esforço que apresenta autonomia financeira relativa (e que, conseqüentemente, não pode prescindir de políticas nacionais, regionais e locais de desenvolvimento para realizar as acções previstas e resolver os problemas diagnosticados); a dificuldade em levar à prática quer a participação activa de alguns dos actores institucionais considerados cruciais para a iniciativa, quer a adesão plena de alguns agricultores ao Projecto; a concorrência de diversos interesses quanto à utilização das terras e a descontinuidade das



acções, que pode acarretar o risco de refrear os esforços colectivos já desenvolvidos no sentido da conversão dos agricultores locais ao MPB. Segundo Pardal (2006, p. 139), a agricultura periurbana tende a ter, naturalmente, um carácter intensivo, devido à pequena dimensão da parcela e à relativamente elevada quantidade de trabalho disponível. Na opinião do autor impõem-se, portanto, nestes casos, serviços específicos de assistência e controlo para difundir práticas agronómicas e cuidados sanitários e ambientais. No estudo de caso aqui relatado e analisado, tornou-se evidente o importante papel da PD EQUAL nessa matéria. Especificamente, considerou-se o MPB como uma oportunidade para a sustentabilidade da agricultura em territórios periurbanos, não só porque produz produtos diferenciados, com um maior valor acrescentado, que têm registado um aumento na procura por parte dos consumidores urbanos, mas também porque este modo de produção faz uso de métodos e práticas respeitadoras do ambiente. Esta forma de fazer agricultura enquadra-se no actual espírito da política agrícola europeia (CE, 2008, p. 13), que ajuda os agricultores a orientarem-se para o mercado e a praticarem uma agricultura em harmonia com o ambiente, e não como fonte destabilizadora do equilíbrio natural dos ecossistemas. Parece-nos, agora, crítico criar um directório de possíveis fontes de financiamento (no sentido de captação de fundos) e parcerias para garantir a continuidade de actividades produtivas sustentáveis, tendo em vista qualificar os actores locais numa área relacionada com as mudanças estratégicas desejadas e que devem ser adequadas aos novos desafios do quadro económico e social em que estão inseridos (processo de globalização) e ajustadas às novas orientações e propostas de desenvolvimento (incorporando os postulados do desenvolvimento sustentável).

Uma última questão, a nona, que tem a ver com **o reconhecimento público (resultando na transferência das melhores práticas)**. Na estratégia ensaiada pelo Projecto IDEIAS importa ressaltar que o papel determinante da PD nacional responsável pela implementação das actividades/tarefas e sucesso do Projecto deu origem à concepção, desenvolvimento e validação de dois produtos EQUAL<sup>158</sup> que, eleitos como boas práticas, constituem exemplos a seguir por outras instituições/organizações. Foi através da participação na Rede Temática que a PD teve a oportunidade de reflectir sobre a sua experiência numa lógica de construção de produtos, tendo sido criados momentos cruciais para a validação final

---

<sup>158</sup> O “*Guia metodológico de apoio à intervenção: o papel da agricultura em territórios periurbanos*” e a “*Carta ética para uma produção agrícola de qualidade*”. Estes produtos, pelas suas características, permitem dar visibilidade à problemática da agricultura nas áreas periurbanas, ao mesmo tempo que promovem a participação e a dinamização das instituições/organizações envolvidas enquanto agentes de desenvolvimento, mas também enquanto entidades que garantem a inovação da intervenção.

dos mesmos (apresentação de memorandos, validações intermédias, etc.). Importa ter presente que, através da Rede, a PD recebeu informação do Gabinete de Gestão a este respeito, o que foi assegurado pela presença regular de um técnico daquele Gabinete. Como alguém destacou: “*É provável que se não estivéssemos na rede, este processo teria sido muito mais difícil e moroso*” (Depoimento da Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Marta Feliciano). Note-se ainda que, a PD EQUAL do Projecto IDEIAS considera que os produtos validados são “*uma boa forma de fazer ressaltar a capacidade de inovação e o empowerment*”. Estes dois princípios foram essenciais na promoção da cidadania (cidadania que encerra as ideias de responsabilização e participação, de envolvimento e compromisso com a comunidade, a sociedade e o ambiente) e na criação de um capital de competências (ou habilidades) pertença do local (competências que não são apenas os conhecimentos ou as aptidões adquiridas, mas são também, e sobretudo, valores que vão sendo integrados, através da experiência e/ou dos itinerários de vida de cada um).

Como resultados menos positivos, a PD EQUAL destaca ainda assim o peso excessivo (possivelmente não havia alternativa) das validações dos produtos EQUAL na agenda da Rede Temática, deixando pouco tempo para outras actividades igualmente importantes, como sejam a reflexão conjunta sobre os projectos ou a elaboração de um produto comum a todos os projectos que participavam na Rede. As entidades parceiras salientam, ainda, o facto de não ter sido possível trabalhar com mais profundidade, ao nível dos produtos, a questão da empregabilidade/integração dos beneficiários do Projecto IDEIAS no mercado de trabalho, bem como a rotatividade de técnicos no decorrer de todo o processo de intervenção. Este último aspecto, na opinião de alguns dos parceiros, constituiu um obstáculo à existência de uma dinâmica contínua no Projecto. Como alguém referiu “*a dinâmica da parceria foi mais visível no decurso do último ano*” (Depoimento do Dr. António Pombinho), consolidando-se no entanto todo o trabalho desenvolvido desde o início, tendo a INDE, enquanto entidade interlocutora do Projecto, sido o parceiro impulsionador do mesmo.

Sabemos que ao levantar estas questões poderíamos reiniciar a construção de um novo texto. Por ora, deixamos apenas **algumas palavras que poderão servir de sugestão para trabalhos futuros e ponto de partida para outras investigações**. Assim, e considerando que o conhecimento só tem sentido se nos genes de uma conclusão residir uma nova problemática, poderá justificar-se um estudo que pretenda investigar se as políticas públicas no domínio do desenvolvimento rural e agrícola estão a mudar como resultado da aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável. Merece também estudo a integração da agricultura urbana e periurbana nas agendas políticas locais, regionais e nacionais. Para além

das acções de animação e informação/sensibilização e acções de formação e assistência técnica, que poderão funcionar como acções de apoio a uma política pública neste domínio, que outros mecanismos viabilizariam um maior dinamismo da agricultura urbana e periurbana? Como já foi amplamente discutido, as estratégias locais de desenvolvimento enfrentam inúmeras dificuldades na sua implementação. Não podemos também esquecer que a maior abertura do mercado agrícola da UE intensificará ainda mais a concorrência e levará a que os preços agrícolas sejam cada vez mais afectados pela volatilidade dos mercados internacionais (CE, 2010). Não será possível haver um maior aproveitamento das competências das instituições locais e regionais, a partir de acções colectivas direccionadas para a agricultura nas áreas metropolitanas, que precisa mesmo de ser sustentável?

## Referências bibliográficas e fontes

- AL GORE, Albert Arnold (1993), *A terra à procura de equilíbrio. Ecologia e espírito humano. Um manifesto ecologista*, Lisboa, Editorial Presença (tradução de Isabel Nunes).
- ALMEIDA, António (2007), *Educação ambiental. A importância da dimensão ética*, Coleção «Biblioteca do Educador», n.º 161, Lisboa, Livros Horizonte.
- ALMEIDA, João de Freitas (2004) (coord.), *Os portugueses e o ambiente. II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR-IDANEZ, Maria José (2001), *Diagnostico social. Conceptos y metodología*, Buenos Aires, Editorial Lumen Argentina.
- ARAÚJO, Dalila (coord.) (2001), “Palmela”, in *Área Metropolitana de Lisboa. Anos de mudança*, Lisboa, Edição Área Metropolitana de Lisboa, pp. 89-94.
- BANCO MUNDIAL (2005), *Economic growth in the 1990s – learning from a decade of reforms*, Washington DC, Banco Mundial.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto, Cooperativa Editorial de Coimbra, C.R.L.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1994), “A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia”, in *Revista Análise Social*, vol. XXIX (128), pp. 907-921.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996), “Declínio de um tempo longo”, in Joaquim Pais de Brito *et alt.* (orgs.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Etnologia, pp. 35-76.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2003), “Um rural sem território”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 47-66.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et alt.* (2006a), “Esquema da apresentação feita no seminário final do projecto”, in *Seminário Final do Projecto AGRO 62, As dinâmicas socio-económicas do espaço rural do Continente*, apresentado na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, no dia 27 de Abril de 2006, pp. 1-4 (documento policopiado).
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et alt.* (2006b), “Fases e resenha metodológica”, in *Seminário Final do Projecto AGRO 62, As dinâmicas socio-económicas do espaço rural do Continente*, apresentado na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, no dia 27 de Abril de 2006, pp. 1-24 (documento policopiado).
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et alt.* (2006c), “Nota de síntese e resumo de quatro estudos de caso”, in *Seminário Final do Projecto AGRO 62, As dinâmicas socio-económicas do espaço rural do Continente*, apresentado na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, no dia 27 de Abril de 2006, pp. 1-5 (documento policopiado).

- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et alt.* (2006d) “Anexo, lista dos concelhos que integram cada uma das zonas do rural”, in *Seminário Final do Projecto AGRO 62, As dinâmicas socio-económicas do espaço rural do Continente*, apresentado na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, no dia 27 de Abril de 2006, pp. 1-29 (documento policopiado).
- BAPTISTA, Luís Vicente (1999), “Mito Rural, ruralidade, campos e cidades: proposta de reflexão a propósito de uma cidade insular”, in *Fórum Sociológico*, série II, n.ºs 1 e 2, pp. 283-288.
- BAPTISTA, Rui Veríssimo (2007), “Benefícios e fragilidades das parcerias”, in *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, série II, n.º 44, p. 2.
- BARBER, Benjamim (2007), *Consumed: how markets corrupt children, infantilize adults, and swallow citizens whole*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company Ltd.
- BARRETO, António (2000), “Portugal e a Europa: quatro décadas”, in António Barreto (org.), *A situação social em Portugal 1960-1999*, vol. II, Lisboa, Edições Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp. 37-76.
- BARRETO, António (2003), *Tempo de incerteza*, 2ª edição, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- BARROS, Vítor Coelho (2003), *Desenvolvimento rural. Intervenção pública, 1996-2002*, Lisboa, Terramar, Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda.
- BARROS, Vítor Coelho; RAMOS, José Brito (2003), *Agricultura sustentável: ciclo de seminários*, Oeiras, Estação Nacional Agronómica.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- BRENNER, Robert (2002), *The boom and the bubble: the US in the world economy*, Nova Iorque, Verso Books.
- BRODHAC, Christian (2004), “Em prol de um desenvolvimento sustentável”, in Yann Arthus Bertrand (org.), *A Terra Vista do Céu*, (versão brasileira: Louise Sylvester), Copenhaga, Dinamarca Editora, Forlaget Jorden, pp. 369-408.
- BROOKS, Rodney (2008), “A unificação da carne e das máquinas”, in John Brockman (org.), *Os Próximos 50 anos. A Ciência na Primeira Metade do Século XXI*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, Lda., pp. 179-188 (tradução de Rui César Vilão).
- BROWN, Lester Russell (2003), *Plan B: rescuing a planet under stress and a civilization in trouble*, Washington DC, Earth Policy Institute.
- BURGESS, Robert (1987), *A pesquisa no terreno: uma introdução*, Oeiras, Celta Editora (tradução de Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho).
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974), “Algumas indicações sobre os passos essenciais da história agrária do Portugal moderno”, in Manuel Villaverde Cabral (org.), *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Séculos XIX e XX*, Coleção «Civilização Portuguesa», n.º 19, Porto, Editorial Inova, pp. 27-111.

- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e equidade social em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1943), “Aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao Sul do Tejo”, in *Problemas de Colonização: a Zona Pliocénica ao Sul do Tejo*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, pp. 40-48.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1991), *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (1997a), *Plano director municipal. Relatório elementos complementares, desenvolvimento socio-económico*, vol. II, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (1997b), *Plano director municipal. Relatório elementos complementares, ordenamento do território*, vol. III, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (2000), *Fórum concelho de Palmela. Actas dos encontros de 2000*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Gabinete da Presidência.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (2002), *Plano director municipal. Versão revista e alterada de 2002*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (2003), *Estudo sobre a situação e expectativas dos agentes económicos locais*, Relatório Final, n.º 13, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Departamento de Planeamento, Observatório Económico e Social/Geoideia, Estudos de Organização do Território, Lda. (texto policopiado).
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (2005a), “Pensar o território”, in Lina Pacheco Pereira (coord.), *Mandato em Revista, Palmela Concelho '02/'05*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 9-16.
- CMP – Câmara Municipal de Palmela (2005b), “Uma estratégia de desenvolvimento”, in Lina Pacheco Pereira (coord.), *Mandato em Revista, Palmela Concelho '02/'05*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 17-22.
- CARIA, Fernando (1993), *Planeamento urbanístico e desenvolvimento local. Dinamismos urbanos em Palmela na década de oitenta*, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).
- CARSON, Rachel (s/data), *Primavera Silenciosa*, Lisboa, Editorial Pórtico (publicado originalmente em inglês, em 1962).
- CARVALHO, Agostinho de (2000), *Potencialidades de criação de emprego no âmbito da agricultura biológica*, Lisboa, Editor Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- CARVALHO, Agostinho de (2003) “Produtos alimentares com referencial de qualidade podem promover desenvolvimento local e regional”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 463-499.
- CASTELLS, Manuel (2003), *La era de la información: el poder de la identidad*, vol. II, México, Siglo XXI Editores.

- CASTRO, Armando de (1981), “Capitalismo”, in Joel Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 465-471.
- CAVACO, Carminda (2003), “Ambiente e usos do território”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 189-198.
- CAVACO, Carminda; MORENO, Luís (2006), “Entrevista a Carminda Cavaco e Luís Moreno”, in *Pessoas e Lugares*, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, série II, n.º 41, pp. 4-6.
- CCDE – Comissão para o Crescimento e Desenvolvimento Económico (2008), *The growth report: strategies for sustained growth and inclusive development*, Washington DC, Banco Mundial.
- CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2002a), *PROT-AML, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (versão aprovada)*, vol. I – Proposta, Lisboa, CCDR-LVT.
- CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2002b), *PROT-AML, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (versão aprovada)*, vol. II – Relatório, Programa de Execução, Meios e Fontes de Financiamento, Lisboa, CCDR-LVT.
- CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2002c), *PROT-AML, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (versão aprovada)*, vols. III e IV – Estudos de Fundamentação Técnica, Lisboa, CCDR-LVT.
- CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2006), *Lisboa 2020, Estratégia Regional*, vol. I – Estratégia e vol. II – Documentos Sectoriais, Lisboa, CCDR-LVT.
- CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2009), *PROT-AML, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Proposta técnica final*, Lisboa, CCDR-LVT.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2002a), Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, intitulada “Para uma estratégia temática de protecção do solo”, *COM (2002) 179 final – Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2002b), Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de 2 de Julho de 2002, intitulada “Responsabilidade social das empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”, *COM (2002) 347 final – Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2004a), *European Action Plan For Organic Food and Farming*, Documento de Trabalho Interno SEC (2004) 739, pp. 1-33.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2004b), Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de 10 de Junho de 2004, intitulada “Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos”, *COM (2004) 415 final – Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.

- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2007a), Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de 22 de Março de 2007, intitulada “Para uma gestão sustentável da água na União Europeia - Primeira fase da aplicação da Directiva Quadro no domínio da água 2000/60/CE”, *COM (2007) 128 final - Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2007b), Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de 20 de Novembro de 2007, intitulada “Preparar o ‘exame de saúde’ da reforma da PAC”, *COM (2007) 722 final – Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.
- CE - Comissão Europeia (2008), *A agricultura europeia: ao encontro das necessidades e expectativas da sociedade*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CE – Comissão Europeia (2010), Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, de 18 de Novembro de 2010, intitulada “A PAC no horizonte 2020: responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais”, *COM (2011) 672 final – Não publicada no Jornal Oficial da União Europeia*.
- CHANG, Ha-Joon (2003), *Globalization, economic development and the role of the state*, Londres, UK, Nova Iorque, USA, Penang, Malásia, Third World Network/Zed Books Ltd.
- CHANG, Ha-Joon (2004) (ed.), *Rethinking development economics*, Londres, Anthem Press.
- CHESNAIS, François (1997), *La mondialisation du capital*, Paris, Syros (edição original de 1994).
- CLARK, Helen (2010), “Prefácio”, in *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: a Verdadeira Riqueza das Nações. Vias para o Desenvolvimento Humano*, Edição do 20º Aniversário, Washington DC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pp. iv-v.
- CORREIA, Esmeralda *et al.* (2007), *O papel da agricultura nos territórios periurbanos. Guia metodológico de apoio à intervenção*, Lisboa, Europress, Lda.
- COSTA, Américo (1943), “Palmella”, in *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. VIII, Azurara, Vila do Conde, Typographia Privativa do Diccionario Chorographico, pp. 1042-1061.
- COVAS, António (2004), *Política agrícola e desenvolvimento rural*, Lisboa, Edições Colibri.
- COVAS, António (2007), *Ruralidades II: agricultura multifuncional e desenvolvimento rural*, Faro, Universidade do Algarve.
- COVAS, António (2008), *Ruralidades III: temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional*, Faro, Universidade do Algarve.
- COSTA, António Firmino da (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-148.
- COVITA, Horácio (2003), “Construir e disponibilizar uma base de conhecimento:”, in *Recursos Técnico-Pedagógicos & Práticas Bem Sucedidas*, Coleção «Saber Fazer», n.º 2, Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL.



- CRISTOVÃO, Artur; KOEHNEN, Timothy; STRECHT, António (2001), “Produção agrícola biológica (orgânica) em Portugal: evolução, paradoxos e desafios”, in *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, vol. 2, n.º 4, Outubro/Dezembro, Porto Alegre, pp. 37-47.
- CRISTOVÃO, Artur; KOEHNEN, Timothy; STRECHT, António; VILAS-BOAS, Dulce (2002), “Novas agriculturas em Portugal. O longo caminho para o desenvolvimento da produção biológica”, in Carminda Cavaco (coord.), *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 138-158.
- CRUZ, Maria Alfreda (1973), *A margem Sul do estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Montijo, Oficinas Gráficas da Gazeta do Sul.
- CUNHA, Arlindo (2004), *A política agrícola comum na era da globalização*, Lisboa, Editora Almedina.
- DAEHNHARDT, Rainer (1990), “A armaria em Portugal”, in Câmara Municipal de Palmela, Divisão Sócio-cultural (org.), Palmela, *Catálogo da Exposição: O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela*, pp. 59-68.
- DORNELAS, António (2006), “Dimensão social da globalização”, in *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 50, pp. 157-164.
- DUPUIS, E. Melaine (2000), “Not in my body: BGH and rise of organic milk”, in *Agriculture and Human Values*, vol. XVII, n.º 3, pp. 285-295.
- EHRlich, Paul R.; EHRlich, Anne H. (1991), *Healing the planet: strategies for solving environment crisis*, Stanford, California, Addison Wesley.
- EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL (2004a), *Guia de apoio ao utilizador. Fase 2 - Acção 3*, Lisboa, Edição do Gabinete de Gestão EQUAL.
- EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL (2004b), *Produtos EQUAL. Validar para disseminar*, Lisboa, Edição do Gabinete de Gestão EQUAL.
- EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL (2005), “Acordo de Parceria de Desenvolvimento (APD)” in *Termo de Aceitação (TA) da Decisão de Aprovação. Fase 2 - Acção 2*, Lisboa, Edição do Gabinete de Gestão EQUAL.
- EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL (2006), *As redes temáticas EQUAL. Documento orientador do trabalho das redes temáticas da 2ª fase do Programa*, Lisboa, Edição do Gabinete de Gestão EQUAL.
- ESPINOZA, Mario Vergara (1988), *Evaluación de proyectos sociales*, Buenos Aires, Editora Humanitas.
- FERGUS, Andrew; ROWNEY, Julie (2005), “Sustainable development: lost meaning and opportunity?”, in *Journal of Business Ethics*, n.º 60, pp. 17-27.

- FERNANDES, Isabel Cristina (2005), “Palmela no período da reconquista”, in Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Actas do Seminário realizado entre Fevereiro e Abril de 2003, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 311-325.
- FERREIRA, Jorge; STRECHT, António; RIBEIRO, José Raul; SOEIRO, Ana; COTRIM, Guilhermina (2002), *Manual de agricultura biológica. Fertilização e protecção das plantas para uma agricultura sustentável*, 3ª edição, Lisboa, AGROBIO.
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003) “Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 149-166.
- FINANCE, Joseph de (1984), “Cristianismo”, in *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa, Editorial Verbo, pp. 1414-1422.
- FIRMINO, Ana Maria Viegas (1999), “Agricultura biológica: desafio e utopia numa medida agro-ambiental”, in Carminda Cavaco (coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*, n.º 50, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 243-251.
- FIRMINO, Ana Maria Viegas (2000), “Organic farming in Portugal”, in Steffi Graf e Helga Willer (eds.), *Organic Agriculture in Europe*, Germany, Stiftung Ökologie & Landau (SOL), Bad Dürkheim (disponível em <http://www.organceurope.net>).
- FIRMINO, Ana Maria Viegas (2006), “Desenvolvimento e sustentabilidade: o desafio da sabedoria universal”, in Ana Tostões; Eduardo Arantes e Oliveira; José Pinto Paixão; Pedro Magalhães (coords.), *Encontro de Saberes: Três Gerações de Bolseiros da Gulbenkian*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 198-207.
- FIRMINO, Ana Maria Viegas (2007), *O contributo da agricultura biológica para o desenvolvimento sustentável. Lição de síntese*. Provas de agregação disciplina de Dinâmica do Espaço Rural (equivalente à disciplina de Geografia Rural), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- FONSECA, Eurico da (1999), *O terceiro milénio*, Colecção «Vida e Cultura», n.º 155, Lisboa, Livros do Brasil.
- FONSECA, Luís Adão da (1990), “Introdução sobre a história da Ordem de Santiago”, in Câmara Municipal de Palmela, Divisão Sócio-cultural (org.), Palmela, *Catálogo da Exposição: O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela*, pp. 51-56.
- FORTUNA, António Matos (1997), *Memórias da agricultura e ruralidade do concelho de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Departamento Sócio-cultural, Divisão de Património Cultural.
- FRESCATA, Carlos Miguel (2001), *Limitação de pragas em agricultura biológica. Um modelo necessário*, Dissertação de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).

- GAMA, António; SANTOS, Graça; PIRES, Iva (1981), “Análise espacial de uma transformação da agricultura”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7-8, Dezembro, Coimbra, Edição do Centro de Estudos Sociais, pp. 535-557.
- GARRET, Geoffrey (2003), “Global markets and national politics”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 384-402.
- GASPAR, Jorge Manuel (1986), *Portugal – os próximos 20 anos. A ocupação e organização do território. Retrospectiva e tendências*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GASPAR, Jorge Manuel (2003), “Inserção da AML no País, na Península Ibérica e na Europa”, in José António Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Edição Área Metropolitana de Lisboa, pp. 31-43.
- GIDDENS, Anthony (1999), *Para uma terceira via. A renovação da social-democracia*, Lisboa, Editorial Presença.
- GIDDENS, Anthony (2006), *O mundo na era da globalização*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- GRINSPUN, Ricardo; KRELEWICH, Robert (1998), “Consolidación de las reformas neoliberais. El comercio como sistema condicionante”, in Héctor Alimonda (coord.), *Cuadernos Nueva Sociedad, Integración. Políticas y Democracia*, n.º 137, pp. 79-98.
- HARVEY, David (2003), *The condition of post-modernity. An enquiry into the origins of cultural change*, Oxford, Blackwell (edição original de 1990).
- HELD, David; MCGREW, Anthony (2003), “The great globalization debate: an introduction”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 1-50.
- HERBERT, Giradet (2005), “Urban agriculture and sustainable urban development”, in Andre Viljoen (2005) (ed.), *Continuous productive urban landscapes. Designing urban agriculture for sustainable cities*, Oxford, Architectural Press, Elsevier, pp. 32-40.
- HERVIEU, Bertrand (1993), *Les champs du futur*, Paris, Julliard.
- HETTNE, Bjorn (2003), “Global market versus the new regionalism”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 359-369.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame (1999), *Globalization in question. The international economy and the possibilities of governance*, 2ª edição, Cambridge, UK, Polity Press.
- HOBBSAWN, Eric (1996), *A history of the world, 1914-1991. The age of extremes*, Nova Iorque, Vintage Books.

- INDRIO, Francesco (2009), *Agricultura biológica*, 4ª edição revista e actualizada, Lisboa, Publicações Europa-América.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (1999), *Indicadores urbanos do continente 1999*, Lisboa, INE/DGOTDU.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2001), *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados Comparativos 1989-1999*. CD-ROM, Ano de edição 2001, Lisboa, INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, Censos 1970 (estimativa a 20%), 1981, 1991 e 2001 (Resultados Definitivos), Lisboa, INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. *Estimativas Anuais da População Residente, de 1998 a 2008*, Lisboa, INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2010), *O que mudou na agricultura portuguesa nos últimos 10 anos. Recenseamento agrícola 2009. Dados preliminares*, Destaque. Informação à Comunicação Social, de 15 de Junho de 2010, Lisboa, INE.
- JALOWITKI, Marisse (2007), *Postura do Facilitador de Grupos nas Organizações*, São Paulo, Brasil, Madras Editora Ltd.
- JAMESON, Frederic (2005), *Archaeologies of the future. The desire called utopia and others science fictions*, Nova Iorque, Verso Books.
- JOLLIVET, Marcel (1998) (dir.), *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, L'Harmattan.
- KILCHER, Lukas (2007), “How organic agriculture contributes to sustainable development”, in Helga Willer and Minou Yussefi (eds.), *The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2007*, 9th edition, totally revised and updated. Germany, International Federation of Organic Agriculture Movements, IFOAM, Switzerland, Research Institute of Organic Agriculture, FIBL, pp. 82-91.
- LACOMB, Philippe (2004) (dir.), *L'agriculture à la recherche de ses futurs*, Paris, Éditions de l'Aube.
- LAIRON, Denis (2009), “Nutritional quality and safety of organic food. A review”, in *Agronomy for Sustainable Development*, vol. XXX, n.º 1, pp. 33-41.
- LAMBIN, Éric (2006), *A Terra sobre corda bamba. Para um reequilíbrio ecológico*, Colecção «Perspectivas Ecológicas, n.º 39, Lisboa, Instituto Piaget (tradução de Fernanda Oliveira).
- LE GUILLON, Gwénaelle; SCHARPÉ, Alberik (2001), *A agricultura biológica. Guia da regulamentação comunitária*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- LEAL, Ernesto Castro; LEAL, Odília Castro (1998), “Estado liberal e poder concelhio. A supressão do concelho de Palmela em 1855”, in *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela. Conjunturas e Símbolos (1855-1926)*, Colecção «Cadernos Locais», vol. I, Palmela, Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, pp. 9-31.

- LÉVI-STRAUSS, Claude (1973) *Raça e história*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença (edição original de 1952).
- LIMA, Aida Valadas de (2000), *Agricultura e ambiente: a aplicação das medidas agro-ambientais. Inquérito exploratório na Região do Oeste*, Lisboa, OBSERVA, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- LOMBORG, Bjorn (2001), *The sceptical environmentalist: measuring the real state of the world*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LOPES, Raul (2001), *Competitividade, inovação e territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- MACEDO, Jorge Braga de; MALTEZ, José Adelino; HENRIQUES, Mendo Castro (1999), *Bem comum dos portugueses*, Lisboa, Veja Editora.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997a), *Avaliação intermédia da execução e do impacte socioeconómico do programa de aplicação a Portugal continental das medidas agro-ambientais*, Lisboa, MADRP, Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997b), *Código de boas práticas agrícolas para a protecção da água contra a poluição de nitratos de origem agrícola*, Lisboa, MADRP.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1998), *Medidas agro-ambientais. Novo programa de aplicação em Portugal continental. Épocas de 1998 e 1999*, Lisboa, MADRP, Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2000), “Definição e caracterização das manchas territoriais para efeitos de aplicação do LEADER+”, in *Programa Nacional LEADER+*, Lisboa, MADRP, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, pp. 7-70.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2004a), *Medidas agro-ambientais. Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)*, Lisboa, MADRP, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2004b), *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica*, Lisboa, MADRP.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2007a), *Plano Nacional Estratégico para o Desenvolvimento Rural 2007-2013*, Lisboa, MADRP.
- MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2007b), *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013*, Lisboa, MADRP.
- MARQUES, António H. de Oliveira (1997a), “A reconquista e a união do Norte e do Sul”, in *História de Portugal. Das Origens ao Renascimento*, 13ª edição revista e actualizada, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, pp. 120-139.

- MARQUES, António H. de Oliveira (1997b), “Traços permanentes”, in *História de Portugal. Das Origens ao Renascimento*, 13ª edição revista e actualizada, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, pp. 17-52.
- MARQUES, António Pedro Sousa (1988), “Transformações sócio-espaciais observadas nos últimos anos no concelho de Palmela”, in *História de Palmela ou Palmela na História*, Actas das Jornadas de Divulgação e Análise do Passado de Palmela, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 61-103.
- MARQUES, Teresa Sá (2004), *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento.
- MARSDEN, Terry (2004), “The quest for ecological modernisation: re-spacing rural development and agri-food studies”, in *Sociologia Ruralis*, vol. XLIV, n.º 2, pp. 129-146.
- MARTINS, Conceição Andrade (1992), “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, in *Revista Análise Social*, vol. XXVII (116-117), pp. 367-404.
- MASSEY, Douglas (2005), *Return of the L' Word: a liberal vision for the new century*, Princeton, Princeton University Press.
- MAY, Tim (2001), *Social research: issues, methods and process*, 3<sup>rd</sup> edition, Buckingham, Open University Press.
- MCKIBBEN, Bill (1989), *The end of nature*, Nova Iorque, The Penguin Group.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (2000), *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma introdução*, 5ª edição revista e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa.
- MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território (1987), *Península de Setúbal. Operação integrada de desenvolvimento. Estudo preparatório*, Lisboa, MPAT, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território (1989a), *Programa Península de Setúbal. Desenvolvimento regional*, Colecção «Programas FEDER», n.º 7, Lisboa, MPAT, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território (1989b), “Sub-programa – Agricultura, Pecuária e Silvicultura”, in *Programa Península de Setúbal. Desenvolvimento regional*, Colecção «Programas FEDER», n.º 7, Lisboa, MPAT, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, pp. 237-269.
- Município de Terras de Bouro (2003), *Terras de Bouro: Estudo e Caracterização dos Produtos Locais*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- Município de Terras de Bouro (2005), *Estudo e Prospeção de Mercado sobre Agricultura Biológica. Relatório Síntese*, vol. I, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- MURDOCH, Jonathan (2007), *Post-structuralist geography: a guide to relational space*, Londres, Sage.

- NORRIS, Pippa (2003), “Global governance and cosmopolitan citizens”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 287-297.
- OCDE – Organisation for Cooperation Economic and Development (2006), *Le nouveau paradigme rural. Politiques et gouvernance*, Paris, Éditions OCDE.
- ODUM, Eugene P. (1988), *Fundamentos de ecologia*, 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (tradução de António Manuel Gomes) (edição original de 1953).
- PALMER, Joy A. (1992), “Towards a sustainable future”, in David E. Cooper e Joy A. Palmer (eds.), *The Environment in Question*, Londres, Routledge, pp. 181-186.
- PARDAL, Sidónio (2002), *Planeamento do espaço rústico. As irracionalidades da RAN e da REN*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia e Instituto Superior Técnico.
- PARDAL, Sidónio (2006), *A apropriação do território. Crítica aos diplomas da RAN e da REN*, Lisboa, Edição Ordem dos Engenheiros.
- PEREIRA, Margarida (2003), *Dinâmica urbanística do município de Palmela. Estudos de apoio à revisão do plano director municipal*, Colecção «Sociedade, Economia e Território», n.º 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Observatório Económico e Social.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1974), *Assimetrias de crescimento e dependência externa*, Lisboa, Seara Nova.
- PETTS, James (2005), “The economics of urban and peri-urban agriculture”, in Andre Viljoen (2005) (ed.), *Continuous productive urban landscapes. Designing urban agriculture for sustainable cities*, Oxford, Architectural Press, Elsevier, pp. 66-77.
- PIMPÃO, Adriano (2005), *Estratégia de Lisboa. Parecer de iniciativa do Conselho Económico e Social*. Aprovado no Plenário de 24 de Maio de 2005, Lisboa, Conselho Económico e Social.
- PLOEG, Jan Douwe van der (2006), “Agricultural production in crisis”, in Paul Cloke, Terry Marsden e Patrick Mooney (eds.), *Handbook of Rural Studies*, London, Sage Publications Ltd., pp. 258-277.
- PLOEG, Jan Douwe van der; ROEP, Dirk (2003), “Multifunctional and rural development: the actual situation in Europe”, in Guido van Huylenbroek e Guy Durand (orgs.), *Multifunctional Agriculture. A New Paradigm for European Agriculture and Rural Development*, United King, Ashgate Publishing Ltd., pp. 37-53.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), *Relatório de desenvolvimento humano 2010. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*, Edição do 20º Aniversário, Washington DC, PNUD.
- PÓLVORA, Augusto (2004) (coord.), *Plano estratégico para o desenvolvimento da Península de Setúbal. Mais desenvolvimento, melhor futuro (versão síntese do PEDEPES)*, Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

- PORTELA, José (1981), “Notas sobre a transformação da pequena agricultura – uma perspectiva local”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7-8, Dezembro, Coimbra, Edição do Centro de Estudos Sociais, pp. 309-326.
- PORTELA, José *et alt.* (2003), “Que futuro futurível?”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 3-33.
- PROENÇA, Raul (1991), *Guia de Portugal, Lisboa e arredores*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RALLET, Alain (2000), “De la globalisation a la proximité géographique: pour un programme de recherches”, in Jean-Pierre Gilly e André Torre (eds.), *Dynamique de Proximité*, Capitule II: La question de la coordination économique, Paris, L’Harmattan.
- RAYNOLDS, Laura (2004), “The globalization of organic agro-food networks”, in *World Development*, vol. XXXII, n.º 5, pp. 725-743.
- REEVES, Hubert (2003), *Mal de Terre*, (em entrevista com Frédéric Lenoir), Paris, Éditions du Seuil.
- REIJNTJES, Coen; HAVERKORT, Bertus; WATERS-BAYER, Ann (1992), *Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture*, Information Centre for Low-External-Input and Sustainable Agriculture, ILEIA, Leusden, The Netherlands.
- REIS, José (2003), “Observar a mudança: o papel dos estudos rurais”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 37-45.
- RIBEIRO, José Reis e BENTO, António Cunha (2004), *Imagens da Península da Arrábida do século XIX – O “Panorama” (1837-1868) e o “Arquivo Pittoresco” (1857-1868)*, Setúbal, Liga de Amigos de Setúbal e Azeitão.
- RIBEIRO, Orlando (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- RIBEIRO, Orlando (1991), *O mundo rural. Opúsculos geográficos*, vol. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, Orlando; LISBOA, João Ribeiro (1951), “Les transformations de l’habitat et des cultures dans la contrée de Pinhal Novo (Portugal)”, in *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie (1949)*, tome III, Travaux de la Section IV, Lisboa, pp. 329-337.
- RICOEUR, Paul (1988), *O discurso da acção*, Lisboa, Edições 70.
- ROCA, Maria de Nazaré Oliveira (2002), *Componente sociodemográfica. Estudos de apoio à revisão do plano director municipal de Palmela*, Colecção «Sociedade, Economia e Território», n.º 1, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Observatório Económico e Social.
- RODET, Jean-Claude (2004), *Agricultura biológica. Uma opção inteligente*, 2ª edição revista e actualizada, Portela, Editor Luís Filipe Freitas.



- RODRICK, Danni (2006), “Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank’s economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform”, in *Journal of Economic Literature*, vol. 44, n.º 4, Dezembro, pp. 973-987.
- RODRIGO, Isabel (2003) “A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 167-187.
- RODRIGUES, Silva; DUARTE, Armando da Costa (2003), “Poluição do solo: revisão generalista dos principais problemas”, in António Gomes de Castro, Armando da Costa Duarte e Teresa Rocha Santos (orgs.), *O Ambiente e a Saúde*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 136-176.
- ROJAS, Enrique (1994), *El hombre light: una vida sin valores*, Madrid, Fin de Siglo.
- ROLO, Joaquim Cabral (1996), “Imagens de meio século da agricultura portuguesa”, in Joaquim Pais de Brito *et al.* (orgs.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Etnologia, pp. 77-160.
- SACHS, Ignacy (1996), *Quelles villes pour quel développement*, Paris, PUF.
- SAHOTA, Amarjit (2010), “Overview of the global market for organic food and drink”, in Helga Willer and Minou Yussefi-Menzler (eds.), *The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2007*, 9<sup>th</sup> edition, totally revised and updated. Germany, International Federation of Organic Agriculture Movements, IFOAM, Switzerland, Research Institute of Organic Agriculture, FIBL, pp. 52-56.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos da globalização”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 31-50.
- SANTOS, Filipe Duarte (2007), *Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente*, Colecção «Ciência Aberta», n.º 165, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda.
- SARAMAGO, José (2000), *A caverna*, Lisboa, Editorial Caminho.
- SCHMIDT, Luísa (2007) *País (In)sustentável. Ambiente e qualidade de vida em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos Editores Lda.
- SCHMIDT, Luísa; NAVE, Joaquim Gil; GUERRA, João (2006), *Antarquias e desenvolvimento sustentável. Agenda 21 Local e as novas estratégias ambientais*, 2ª edição, Porto, Fronteira do Caos Editores Lda.
- SEN, Amartya (1999), *Development as a freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- SERAFIM, Maria do Rosário (2007), RE.CI.PRO.CO. *Relação de Cidadania entre PRODutores e CONsumidores. Guia conceptual e metodológico. Elaborado na base da capitalização das experiências realizadas com a ADDLAP, ADREPES, INDE, TAIPA e PROREGIÕES*, Lisboa, MADRP, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. LEADER+ Rede Portuguesa.

- SERRÃO, Joel (1981), “Formação de Portugal”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 130-149.
- SHIVA, Vandana (1992), “Recovering the real meaning of sustainability”, in David E. Cooper e Joy A. Palmer (eds.), *The Environment in Question*, Londres, Routledge, pp. 187-193.
- SILBERT, Albert (1977), *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Augusto Santos (2006), *A sociologia e o debate público. Estudos sobre a relação entre conhecer e agir*, Porto, Edições Afrontamento.
- SINGER, Peter (2004), *Um só mundo. A ética da globalização*, Lisboa, Gradiva.
- SKLAIR, Leslie (1991), *Sociology of the global system*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- SOARES, Luís Jorge Bruno (2003), “Ordenamento e planeamento do território no contexto metropolitano”, in José António Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Edição Área Metropolitana de Lisboa, pp. 247-291.
- SOARES, Nuno Pires (2003), “Habitação. Desconcentração compacta e difusa”, in José António Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Edição Área Metropolitana de Lisboa, pp. 149-163.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), *O futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda.
- STIGLITZ, Joseph (2002), *Globalization and its discontents*, United Kingdom, Penguin Books.
- STIGLITZ, Joseph (2006), *Making globalization work*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company Ltd.
- STIGLITZ, Joseph e NYE, Jr. (2003), “Globalization and american power”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 112-115.
- STOCKLE, Claudio *et al.* (2009), “A framework for evaluating the sustainability of agricultural productions systems”, in *American Journal of Alternative Agriculture*, n.º 9, pp. 45-50.
- STORPER, Michael (2000), “L’innovation comme action collective: produits, technologies et territoires”, in Jean-Pierre Gilly e André Torre (eds.), *Dynamique de Proximité*, Chapitre I: Les rapports entre territoires et action collective, Paris, L’Harmattan.
- STRANGE, Susan (2003), “The declining authority of states”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 127-134.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2003), “Agricultura, ruralidade e identidade cultural”, in Instituto Português de Museus (org.), Lisboa, *Catálogo da Exposição: A Utopia e os Pés na Terra*, pp. 327-330.

- TENEDÓRIO, José António; PONTES, Saudade; ESTANQUEIRO, Rossana (2003), “Uso do solo. Uma imagem do território metropolitano”, in José António Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Edição Área Metropolitana de Lisboa, pp. 93-117.
- THYSSEN, Niels (2000) (coord.), *Sustainable use Europe water*, Water Research Centre, European Environment Agency, Copenhagen, Dinamarca.
- TOMLINSON, John (2003), “Globalization and cultural identity”, in David Held e Anthony McGrew (eds.) *The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, UK, Malden, USA, Polity Press/Blackwell Publishing Ltd., pp. 269-277.
- TRUNINGER, Mónica (2004), “Práticas de consumo de produtos biológicos: conceitos, processos e justificações”, in *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, realizado de 12 a 15 de Maio, Braga, Universidade do Minho, pp. 88-95.
- TRUNINGER, Mónica (2010), *O campo vem à cidade. Agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VALE, Ana (2005), “Nota de abertura”, in *Guia para as Parcerias de Desenvolvimento EQUAL*, Colecção «Saber Fazer», n.º 6, Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL, pp. 4-5.
- VALE, Ana (2007), “Parceria e inovação social. Da experimentação à disseminação. O contributo da EQUAL”, in *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, série II, n.º 44, p. 3.
- VARELA, José Augusto dos Santos (1996), *A política agrícola comum. Os princípios, as reformas actuais, a futura Europa verde*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *Después del liberalismo*, Madrid, Editorial Siglo Veintiuno.
- WARNOCK, Mary (2007), “Temos o direito de interferir na natureza”, in Harriet Swain (org.), *Grandes Questões Científicas*, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda., pp. 229-244.
- WCED – World Commission on Environment and Development (1987), *Our common future*, Oxford, Oxford University Press.
- WENGER, Etienne; McDERMOTT, Richard; SNYDER, William (2002), *Cultivating communities of practice. A guide to managing knowledge*, Massachusetts, Harvard Business School Press.
- WILLER, Helga; KILCHER, Lukas (2010) (eds.) *The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2010*, Germany, International Federation of Organic Agriculture Movements, IFOAM, Switzerland, Research Institute of Organic Agriculture, FIBL (disponível em <http://www.organic-world.net/>).
- ZAPATA, Tânia (2010) (coord.), *Desenvolvimento institucional e articulação de parcerias para o desenvolvimento local*, Publicação da Série Cadernos Técnicos Projecto BNDES – Desenvolvimento Local, Washington DC, PNUD.

## Legislação

Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno português a Directiva 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, *Diário da República*, I Série – A, N.º 203 — 3-9-1997.

Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos, *Diário da República*, I Série – A, N.º 176 — 1-8-1998.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, *Diário da República*, I Série – A, N.º 222 — 22-7-1999.

Decreto-Lei n.º 144/2003, de 2 de Julho, que estabelece o regime dos limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal destinados à alimentação humana ou, ainda que ocasionalmente, à alimentação animal, assim como nos produtos agrícolas transformados ou incorporados em alimentos compostos), devendo ser respeitado pelos agentes económicos envolvidos no processo de produção e comercialização dos produtos, *Diário da República*, I Série – A, N.º 150 — 2-7-2003.

Decreto-Lei n.º 116/2004, de 18 de Maio, que transpõe para o direito interno português as Directivas 2003/113/CE, 2003/118/CE e 2004/2/CE, de 3 de Dezembro, 5 de Dezembro e 9 de Janeiro, respectivamente, da Comissão, na parte respeitante aos produtos agrícolas de origem vegetal, que vieram estabelecer novos limites máximos de resíduos e alterar outros já estabelecidos, respeitantes a 13 substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidas à superfície ou no interior de produtos agrícolas de origem vegetal, incluindo frutos, hortícolas e cereais, *Diário da República*, I Série – A, N.º 116 — 18-5-2004.

Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro, que estabelece as condições e procedimentos de segurança no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos, *Diário da República*, I Série – A, N.º 181 — 19-9-2006.

Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Junho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2004/35/CE que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva 2006/21/CE, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva, *Diário da República*, I Série – A, N.º 145 — 29-7-2008.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, que estabelece o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, *Diário da República*, I Série – A, N.º 162 — 22-8-2008.

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março de 2009, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, *Diário da República*, I Série – A, N.º 63 — 31-3-2009.

- Directiva 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 375, de 31.12.1991.
- Directiva 2000/60/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 327, de 22.12.2000.
- Directiva 2004/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 143/56, de 30.4.2004.
- Directiva 2006/118/CE, do Parlamento e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 372, de 27.12.2006.
- Regulamento (CEE) n.º 2092/1991, do Conselho, de 24 de Junho, relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 198, de 22.7.1991.
- Regulamento (CEE) n.º 2078/1992, do Conselho, de 30 de Junho, relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 125, de 30.7.1992.
- Regulamento (CEE) n.º 2081/1992, do Conselho, de 14 de Julho, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 208, de 24.7.1992.
- Regulamento (CEE) n.º 2082/1992, do Conselho, de 14 de Julho, relativo aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 208, de 24.7.1992.
- Regulamento (CEE) n.º 1257/1999, do Conselho, de 17 de Maio, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 160, de 26.6.1999.
- Regulamento (CEE) n.º 1804/1999, do Conselho, de 19 de Julho, que completa no que diz respeito à produção animal o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 222, de 24.8.1999.
- Regulamento (CE) n.º 2603/1999, da Comissão, de 9 de Dezembro, que estabelece regras transitórias para o regime de apoio ao desenvolvimento rural previsto no Regulamento (CE) n.º 1257/1999, do Conselho, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 316, de 10.12.1999.
- Regulamento (CE) n.º 178/2002, do Parlamento e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 31, de 1.2.2002.

Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 227, de 21.10.2005.

Regulamento (CE) n.º 834/2007, do Conselho, de 28 de Junho de 2007, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2092/91, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 189, de 20.7.2007.

Regulamento (CE) n.º 889/2008, do Parlamento e do Conselho, de 5 de Setembro de 2008, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 250, de 18.9.2008.

Regulamento (CE) n.º 967/2008, do Conselho, de 29 de Setembro, que altera o regulamento n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, *Jornal Oficial da União Europeia*, Série L 264, de 3.10.2008.

## Webgrafia

AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica. *O que é a Agricultura Biológica?* Disponível em <http://www.agrobio.pt/agricultura.biologica.php>. Acesso em Novembro de 2007.

AMARO, Rogério Roque (2008), *O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro* (disponível em <http://www.in-loco.pt/site>). Acesso em Outubro de 2009.

ANDERSON, Perry (2004), *Balanço do neoliberalismo* (disponível em <http://www.firgoa.usc.es/drupal/node/view/3040>). Acesso em Novembro de 2008.

ARCOLSA – Associação de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida. *História do Queijo de Azeitão*. Disponível em <http://www.arcolsa.pt/>. Acesso em Outubro de 2006.

BRYANT, Christopher R. (2008), *La place des espaces ruraux périurbains et de l'environnement l'émergence d'un réseau d'agriculture urbaine. Comunicação apresentada no Symposium International: Territoire et Enjeux du Développement Régional*, 9-11 March, Lyon, France (disponível em <http://www.inra.fr/rhone-alpes/symposium/pdf/introTH2.pdf>). Acesso em Outubro de 2008

CARY, Francisco (2010), *Saber produzir para vender. Comunicação apresentada no Seminário: A promoção e o consumo de produtos agrícolas nacionais. A importância da educação alimentar*. Observatório de Mercados Agrícolas e Importações Agro-alimentares (disponível em <http://www.observatorioagri.pt/rubricas/saber%20produzir%20PDF.pdf>). Acesso em Novembro de 2010.

CE – Comissão Europeia. *What is EQUAL?* Disponível em [http://ec.europa/employment\\_social/equal/index\\_en.cfm](http://ec.europa/employment_social/equal/index_en.cfm). Acesso em Junho de 2008.

EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL. *Estrutura de Prioridades, Medidas e Áreas de Intervenção. Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal*. Disponível em <http://www.equal.mts.gov.pt>. Acesso em Junho de 2006.

EQUAL – Gabinete de Gestão EQUAL. *Gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do Programa. Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal*. Disponível em <http://www.equal.mts.gov.pt>. Acesso em Junho de 2006.

FULGÊNCIO, Cláudia (2008), *Uma pegada cada vez menos ecológica* (disponível em <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=6788>). Acesso em Novembro de 2008.

Fundação Mokiti Okada. *Nosso patrono Mokiti Okada*. Disponível em [http://www.fmo.org.br/fmo2/sobre\\_mokiti\\_okada.html](http://www.fmo.org.br/fmo2/sobre_mokiti_okada.html). Acesso em Novembro de 2008.

HENRIQUES, Mendo Castro (1998), *A globalização: mitos e realidades* (disponível em <http://www.somosportugueses.com/mch/modules/icontent/index.php?page=567>). Acesso em Novembro de 2008.

HENRIQUES, Mendo Castro (2004), *Panorâmica da Cidadania* (disponível em <http://www.somosportugueses.com/mch/modules/icontent/index.php?page=368>). Acesso em Novembro de 2008.

HERVIEU, Bertrand (2006), *Agriculture et développement rural: la nécessaire convergence* (disponível em <http://www.rural-europe.acidl.be>). Acesso em Novembro de 2008.

KREBS, Sir John (2003), *Is organic food better for you?* (disponível em <http://www.food.gov.uk/news/newsarchive/2003/jun/cheltenham>). Acesso em Novembro de 2008.

LINDAUER, David e PRITCHETT, Lant (2008), *What's the big idea? The third generation of policies for economic growth* (disponível em <http://www.wellesley.edu/Economics/Lindauer/Documents/lindauer.pdf>). Acesso em Novembro de 2008.

MACEDO, Jorge Braga de (2010), *Globalização: uma perspectiva nacional* (disponível em <http://jbmacedo.com/papers/Setubal.html>). Acesso em Outubro de 2010.

MACEDO, Maria José (2007), *O biológico não é mercadológico*. Disponível em <http://www.inde.pt/downloads/Actualidade/BoletimIdeias02.pdf>. Acesso em Novembro de 2008.

MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. *Introdução. Principais problemas, causas e âmbito geográfico. Plano Nacional da Água*. Disponível em <http://www.inag.pt/inag2004/portal/a-intervencao/planeamento/pna/pna.html>. Acesso em Novembro de 2006.

MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. *Qualidade e usos da água. Plano Nacional da Água*. Disponível em <http://www.inag.pt/inag2004/portal/a-intervencao/planeamento/pna/pna.html>. Acesso em Novembro de 2006.

- MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. *Usos, consumos e necessidades de água. Plano Nacional da Água*. Disponível em <http://www.inag.pt/inag2004/portal/a-intervencao/planeamento/pna/pna.html>. Acesso em Novembro de 2006.
- MARDP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. *Legislação comunitária, A PAC - Reformas e revisões*. Disponível em <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/index.htm>. Acesso em Abril de 2006.
- MARDP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. *A Agricultura Biológica na Europa*. Disponível em <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/index.htm>. Acesso em Abril de 2006.
- MARDP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. *Dados estatísticos*. Disponível em [http://www.idrha.min-agricultura.pt/agricultura\\_biologica/dados-estatisticos.html](http://www.idrha.min-agricultura.pt/agricultura_biologica/dados-estatisticos.html). Acesso em Outubro de 2006.
- MOPTC – Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, Gabinete da Secretaria de Estado dos Transportes. *Portugal Logístico 2006*. Disponível em <http://www.moptc.pt/tempfiles/20060512151026moptc.pt>. Acesso em Outubro de 2007.
- PROENÇA, Bruno. *O fim do sonho automóvel*. Disponível em <http://carvalhadas-online.blogspot.com/2009/05/o-fim-do-sonho-automovel.html>. Acesso em Agosto de 2009.
- QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza. *O escândalo das recentes excepções*. Disponível em <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=567&articleID=2310>. Acesso em Agosto de 2008.
- QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza. *Parecer da QUERCUS à alteração do regime da REN*. Disponível em <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=568&articleID=2486>. Acesso em Agosto de 2008.
- REIS, José (2008), *Uma nova política pública: o desenvolvimento local* (disponível em <http://www.in-loco.pt/site>). Acesso em Outubro de 2009.
- RODRICK, Danni (2008), *Growth strategies*. Economics working papers from Department of Economics, Johannes Kepler University of Linz, Austria (disponível em <http://www.econ.jku.at/papers/2003/wp0317.pdf>). Acesso em Novembro de 2008.
- RODRIGUES, João; TELES, Nuno (2008), *Que futuro para o Estado?* (disponível em <http://mondediplo.com/spip.php?article202>). Acesso em Novembro de 2008.
- SAMPAIO, Manuela (2009) (coord.), *PROVE – Promover e vender. Contributo para um processo territorial de proximidade* (disponível em <http://www.prove.com.pt/projecto>). Acesso em Novembro de 2008.



SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. “*Estuário do Sado*”, Programa IBAS (“*Important Bird Areas*”), da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Disponível em <http://www.spea.pt>). Acesso em Novembro de 2008.

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. “*Projecto Semear o Futuro/Conheça as Aves da sua Propriedade*”, Programa Rural, da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Disponível em <http://www.spea.pt>). Acesso em Novembro de 2008.

VALETTE, Eloide (2006), *Rural periurban economy or innovation on the periphery: the case of Montpellier. France* (disponível em [http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n8\\_eloide\\_1.pdf](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n8_eloide_1.pdf)). Acesso em Outubro de 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel (2008), *Ecología y costos de producción capitalistas* (disponível em <http://aquileano.wordpress.com/2008/11/22/immanuel-wallerstein-ecologia-y-costos-de-produccion-capitalista/>). Acesso em Novembro de 2008.



**Quadro 2: Áreas em Modo de Produção Biológico na União Europeia (em hectares), de 2003 a 2009.**

Country	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Austria	518.757	491.825	481.636	477.472	479.216	459.115	445.879
Belgium	41.459	35.721	32.628	29.308	22.996	23.728	23.966
Denmark	156.433	150.104	142.857	138.079	134.129	154.921	165.146
Finland	166.171	150.374	148.760	144.667	147.587	162.024	159.987
France	677.513	580.956	557.133	552.824	550.488	534.037	550.990
Germany	947.115	907.786	865.336	825.539	807.406	767.891	734.027
Greece	326.252	317.824	279.895	302.264	288.737	249.508	244.457
Ireland	47.864	44.751	41.122	39.947	35.266	30.670	28.514
Italy	1.106.684	1.002.414	1.150.253	1.148.162	1.067.102	954.360	1.052.012
Luxembourg	3.614	3.535	3.380	3.630	3.243	3.158	3.004
Netherlands	51.911	50.434	47.019	48.425	48.765	48.152	41.865
<b>Portugal</b>	<b>209.090</b>	<b>209.090</b>	<b>229.717</b>	<b>214.242</b>	<b>211.865</b>	<b>169.892</b>	<b>120.729</b>
Spain	1.330.774	1.129.844	804.884	736.939	622.762	561.530	544.761
Sweden	391.524	336.439	308.273	225.339	222.738	222.100	225.785
United Kingdom	721.726	737.631	682.196	605.706	612.996	690.270	695.619
Bulgaria	16.663	16.663	13.646	4.692	2.432	1.114	650
Cyprus	3.816	2.322	2.322	1.979	1.698	1.018	500
Czech Republic	398.407	341.632	312.890	281.535	254.982	263.299	254.995
Estonia	95.167	87.346	79.530	72.886	59.742	46.016	40.890
Hungary	140.292	122.816	122.270	122.765	128.576	133.009	116.535
Latvia	161.625	161.625	150.505	150.016	104.235	43.902	24.422
Lithuania	129.055	122.200	120.418	96.718	64.544	36.864	23.289
Malta	12	12	12	20	14	13	14
Poland	367.062	313.944	285.878	228.009	159.709	82.730	76.252
Romania	168.288	140.132	131.401	107.578	92.770	73.300	56.800
Slovakia	145.490	140.755	117.906	120.410	90.206	51.187	49.992
Slovenia	29.388	29.838	29.322	26.831	23.499	23.032	23.280

**Fonte:** Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany. Table: European Organic Farming Statistics, Organic agricultural land, share of total agricultural land, producers, 2003-2009.

(Disponível em <http://www.organic-world.net/statistics-world-area-producers.html>).

**Quadro 3: Percentagem de área em agricultura biológica na União Europeia relativamente à área total agrícola, de 2003 a 2009.**

Country	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Austria	18,50	17,44	17,04	16,70	16,67	15,97	15,40
Belgium	3,02	2,60	2,37	2,12	1,66	1,70	1,72
Denmark	5,88	5,64	5,37	5,33	5,18	5,83	6,21
Finland	7,25	6,56	6,49	6,52	6,68	7,30	7,12
France	2,47	2,12	2,02	2,00	2,00	1,94	1,86
Germany	5,59	5,35	5,10	4,85	4,74	4,52	4,32
Greece	3,94	3,84	3,38	3,64	3,46	2,98	2,91
Ireland	1,16	1,08	0,99	0,95	0,84	0,70	0,65
Italy	8,68	7,87	9,03	9,04	8,40	7,28	8,02
Luxembourg	2,76	2,70	2,58	2,81	2,51	2,46	2,34
Netherlands	2,69	2,61	2,46	2,52	2,54	2,50	2,18
Portugal	<b>6,02</b>	<b>6,02</b>	<b>6,61</b>	<b>5,82</b>	<b>5,76</b>	<b>4,56</b>	<b>3,24</b>
Spain	5,35	4,54	3,23	2,96	2,51	2,23	2,16
Sweden	12,56	10,79	9,89	7,06	6,98	7,10	7,22
United Kingdom	4,47	4,57	4,23	3,45	3,84	4,29	4,32
Bulgaria	0,55	0,55	0,45	0,09	0,05	0,02	0,01
Cyprus	2,61	1,59	1,59	1,31	1,12	0,65	0,32
Czech Republic	9,38	8,04	7,36	6,62	5,99	6,17	5,97
Estonia	10,49	9,63	8,77	8,79	7,21	5,78	5,14
Hungary	3,32	2,90	2,89	2,88	3,01	3,06	2,68
Latvia	9,11	9,11	8,48	8,80	6,11	2,95	1,64
Lithuania	4,87	4,61	4,55	3,46	2,31	1,48	0,93
Malta	0,12	0,12	0,12	0,20	0,14	0,12	0,13
Poland	2,37	2,03	1,85	1,55	1,08	0,57	0,53
Romania	1,22	1,02	0,96	0,77	0,67	0,53	0,41
Slovakia	7,51	7,27	6,09	5,71	4,80	2,39	2,34
Slovenia	6,01	6,10	6,00	5,53	4,84	4,73	4,79

**Fonte:** Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany. Table: European Organic Farming Statistics, Organic agricultural land, share of total agricultural land, producers, 2003-2009.

(Disponível em <http://www.organic-world.net/statistics-world-area-producers.html>).

**Quadro 4: Número de produtores biológicos na União Europeia, de 2005 a 2009.**

	2009	2008	2007	2006	2005
<b>Austria</b>	21.000	19.961	19.997	20.162	20.310
<b>Belgium</b>	997	901	821	803	720
<b>Denmark</b>	2.694	2.753	2.841	2.794	3.036
<b>Finland</b>	4.087	3.991	3.971	3.966	4.359
<b>France</b>	16.446	13.298	11.978	11.640	11.402
<b>Germany</b>	21.047	19.813	18.703	17.557	17.020
<b>Greece</b>	23.665	24.057	23.769	23.900	14.614
<b>Ireland</b>	1.306	1.220	1.140	1.104	978
<b>Italy</b>	43.029	44.371	45.231	45.115	44.733
<b>Luxembourg</b>	77	85	81	72	72
<b>Netherlands</b>	1.413	1.402	1.465	1.448	1.468
<b>Portugal</b>	<b>1.902</b>	<b>1.902</b>	<b>1.949</b>	<b>1.550</b>	<b>1.623</b>
<b>Spain</b>	25.291	21.291	18.226	17.214	15.693
<b>Sweden</b>	4.816	3.686	2.848	2.380	2.951
<b>United Kingdom</b>	5.156	5.383	5.506	4.485	4.285
<b>Bulgaria</b>	254	254	240	218	111
<b>Cyprus</b>	732	305	305	305	305
<b>Czech Republic</b>	2.665	1.946	1.318	963	829
<b>Estonia</b>	1.277	1.259	1.211	1.173	1.013
<b>Hungary</b>	1.617	1.614	1.389	1.553	1.553
<b>Latvia</b>	4.203	4.203	4.108	4.105	2.873
<b>Lithuania</b>	2.652	2.797	2.348	2.348	1.811
<b>Malta</b>	30	30	30	10	6
<b>Poland</b>	17.092	14.888	11.887	9.187	7.182
<b>Romania</b>	3.078	2.775	2.238	3.033	2.920
<b>Slovakia</b>	363	350	280	279	196
<b>Slovenia</b>	2.096	2.067	2.000	1.953	1.718

**Fonte:** Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany.

Table: European Organic Farming Statistics, Organic agricultural land, share of total agricultural land, producers, 2005-2009. (Disponível em <http://www.organic-world.net/statistics-world-area-producers.html>).

**Quadro 5: Mercado europeu comunitário de produtos biológicos, Dezembro de 2008.**

	Sales Mio €	Exports Mio €	Sales €/person	Sales Share %
Austria	810	60	97	5
Belgium	305		28	1
Denmark	724	88	132	7
Finland	74	14	14	1
France	2.591		41	2
Germany	5.850		71	3
Greece	58		5	
Ireland	104		24	
Italy	1970			
Luxembourg	41		85	3
Netherlands	537		33	2
Portugal	70		7	1
Spain	350	315	8	
Sweden	623		68	
United Kingdom	2.494		41	
Bulgaria	5		1	
Cyprus	2		2	
Czech Republic	68	4	7	1
Estonia	6		4	0
Hungary	20		2	0
Latvia				
Lithuania				
Malta				
Poland	50		1	0
Romania	3		0	
Slovakia	4		1	
Slovenia	4		2	

**Fonte:** Research Institute of Organic Agriculture FiBL, Frick, Switzerland, IFOAM, Bonn, Germany.

(Disponível em <http://www.organic-world.net/statistics-global-information-system-for-organic-production-and-market-data>).

**Quadro 8: Distribuição das áreas em Modo de Produção Biológico por região agrária, de 1994 a 2008. Portugal continental.**

*Em hectares*

Região agrária	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Entre-Douro e Minho	42	76	48	54	58	58	232	275	320	879	845	1.067	2.055
Trás-os-Montes	3.324	4.204	3.298	3.825	4.908	5.840	6.259	10.092	10.834	10.896	12.559	18.549	11.916
Beira Litoral	178	209	144	101	120	112	104	117	127	145	219	268	519
Beira Interior	1.136	1.545	1.638	3.290	9.508	17.446	16.600	23.902	27.445	38.950	43.080	48.808	55.085
Ribatejo e Oeste	178	202	253	270	312	419	646	1.100	4.682	5.830	6.122	23.468	18.108
Alentejo	1.994	3.598	3.450	4.110	13.442	22.918	25.407	34.630	46.125	62.523	106.416	118.367	126.154
Algarve	331	358	351	543	1.185	1.181	753	741	1.473	1.506	653	1.849	605
<b>Total</b>	<b>7.183</b>	<b>10.192</b>	<b>9.182</b>	<b>12.193</b>	<b>29.533</b>	<b>47.974</b>	<b>50.001</b>	<b>70.857</b>	<b>91.006</b>	<b>120.729</b>	<b>169.894</b>	<b>212.376</b>	<b>214.442</b>

*Em %*

Região agrária	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Entre-Douro e Minho	0,58	0,75	0,52	0,44	0,20	0,12	0,46	0,39	0,35	0,73	0,50	0,50	0,96
Trás-os-Montes	46,28	41,25	35,92	31,37	16,62	12,17	12,52	14,24	11,90	9,03	7,39	8,73	5,56
Beira Litoral	2,48	2,05	1,57	0,83	0,41	0,23	0,21	0,17	0,14	0,12	0,13	0,13	0,24
Beira Interior	15,82	15,16	17,84	26,98	32,19	36,37	33,20	33,73	30,16	32,26	25,36	22,98	25,69
Ribatejo e Oeste	2,48	1,98	2,76	2,21	1,06	0,87	1,29	1,55	5,14	4,83	3,60	11,05	8,44
Alentejo	27,76	35,30	37,57	33,71	45,52	47,77	50,81	48,87	50,68	51,79	62,64	55,73	58,83
Algarve	4,61	3,51	3,82	4,45	4,01	2,46	1,51	1,05	1,62	1,25	0,38	0,87	0,28
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>.

**Quadro 9: Evolução do número de operadores em Modo de Produção Biológico por região agrícola, de 1996 a 2008. Portugal continental.**

Região agrícola	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Entre-Douro e Minho	8	10	11	9	10	15	16	20	44	72	157
Trás-os-Montes	82	91	126	144	154	249	281	309	352	379	530
Beira Litoral	13	12	14	15	15	15	18	22	39	51	60
Beira Interior	23	55	105	140	132	159	179	240	234	272	495
Ribatejo e Oeste	31	29	34	37	38	52	57	67	105	151	135
Alentejo	63	62	247	382	391	469	516	514	502	622	488
Algarve	20	19	23	23	23	24	26	24	26	30	37
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>278</b>	<b>560</b>	<b>750</b>	<b>763</b>	<b>983</b>	<b>1.093</b>	<b>1.196</b>	<b>1.302</b>	<b>1.577</b>	<b>1.902</b>

*Em %*

Região agrícola	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Entre-Douro e Minho	3,33	3,60	1,96	1,20	1,31	1,53	1,46	1,67	3,38	4,57	8,25
Trás-os-Montes	34,17	32,73	22,50	19,20	20,18	25,33	25,71	25,84	27,04	24,03	27,87
Beira Litoral	5,42	4,32	2,50	2,00	1,97	1,53	1,65	1,84	3,00	3,23	3,15
Beira Interior	9,58	19,78	18,75	18,67	17,30	16,17	16,38	20,07	17,97	17,25	26,03
Ribatejo e Oeste	12,92	10,43	6,07	4,93	4,98	5,29	5,22	5,60	8,06	9,58	7,10
Alentejo	26,25	22,30	44,11	50,93	51,25	47,71	47,21	42,88	38,56	39,44	25,66
Algarve	8,33	6,83	4,11	3,07	3,01	2,44	2,38	2,01	2,00	1,90	1,95
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>.



**Quadro 10: Distribuição das áreas em Modo de Produção Biológico por tipo de culturas, de 1994 a 2009. Portugal continental.**

*Em hectares*

Tipo de cultura	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008	2009
<b>Culturas Arvenses</b>	647	1.052	1.443	1.412	5.348	11.246	11.897	15.472	19.031	29.113	36.570	41.588	26.604	5.353
<b>Floresta</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	785	3.372	5.718
<b>Fruticultura</b>	1.200	1.772	1.503	397	532	692	683	1.038	964	1.251	1.302	1.007	6.954	1.074
<b>Frutos Secos</b>	0	0	0	1.094	1.603	1.815	1.932	2.119	2.530	2.785	5.235	3.449		6.219
<b>Horticultura</b>	163	212	149	91	135	224	176	237	248	414	604	883	2.822	707
<b>Olival</b>	3.781	5.247	4.107	5.024	13.743	19.415	20.193	22.114	23.945	22.489	19.019	19.342	16.759	14.056
<b>Pastagens e Superfícies Forrageiras</b>	766	1.173	1.313	2.348	6.211	11.338	12.098	27.818	41.356	62.306	104.312	145.434	152.521	109.671
<b>Plantas Aromáticas</b>	23	23	109	335	314	317	18	25	51	68	230	84	593	10.210
<b>Pousio</b>	0	0	0	898	866	2.039	2.136	1.255	2.034	1.408	1.713	1.277	2.790	2.366
<b>Vinha</b>	603	713	558	594	782	888	868	779	846	897	909	1.179	2.028	1.804
<b>Total</b>	<b>7.183</b>	<b>10.192</b>	<b>9.182</b>	<b>12.193</b>	<b>29.533</b>	<b>47.974</b>	<b>50.001</b>	<b>70.857</b>	<b>91.006</b>	<b>120.729</b>	<b>169.894</b>	<b>215.028</b>	<b>214.442</b>	<b>157.179</b>

*Em %*

Tipo de cultura	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008	2009
<b>Culturas Arvenses</b>	9,01	10,32	15,72	11,58	18,11	23,44	23,79	21,84	20,91	24,11	21,53	19,34	12,41	3,41
<b>Floresta</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37	1,57	3,64
<b>Fruticultura</b>	16,71	17,39	16,37	3,26	1,80	1,44	1,37	1,46	1,06	1,04	0,77	0,47	3,24	0,68
<b>Frutos Secos</b>	0,00	0,00	0,00	8,97	5,43	3,78	3,86	2,99	2,78	2,31	3,08	1,60		3,96
<b>Horticultura</b>	2,27	2,08	1,62	0,75	0,46	0,47	0,35	0,33	0,27	0,34	0,36	0,41	1,32	0,45
<b>Olival</b>	52,64	51,48	44,73	41,20	46,54	40,47	40,39	31,21	26,31	18,63	11,19	9,00	7,82	8,94
<b>Pastagens e Superfícies Forrageiras</b>	10,66	11,51	14,30	19,26	21,03	23,63	24,20	39,26	45,44	51,61	61,40	67,63	71,12	69,77
<b>Plantas Aromáticas</b>	0,32	0,23	1,18	2,75	1,06	0,66	0,04	0,04	0,06	0,06	0,14	0,04	0,28	6,50
<b>Pousio</b>	0,00	0,00	0,00	7,36	2,93	4,25	4,27	1,77	2,24	1,17	1,01	0,59	1,30	1,51
<b>Vinha</b>	8,39	7,00	6,08	4,87	2,65	1,85	1,74	1,10	0,93	0,74	0,54	0,55	0,95	1,15
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>.

**Quadro 11: Número de produtores por tipo de culturas, de 2004 a 2009. Portugal continental.**

Tipo de cultura	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Culturas Arvenses	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	188	218	236	404	397	326
Floresta	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	370	462	483	529	487	243
Fruticultura	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>		20	27	78	85	140
Frutos Secos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	245	286	288	397	713	321
Horticultura	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	269	290	297	425		368
Olival	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	214	268	301	348	327	308
Pastagens e Superfícies Forrageiras	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	761	831	839	1.041	1.016	828
Plantas Aromáticas	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	555	594	631	846	898	870
Pousio	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	27	37	51	54	51	70
Vinha	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	98	94	101	197	205	192
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>560</b>	<b>750</b>	<b>763</b>	<b>983</b>	<b>1.093</b>	<b>1.196</b>	<b>1.250</b>	<b>1.479</b>	<b>1.550</b>	<b>1.949</b>	<b>1.902</b>	<b>1.651</b>

Fonte: Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>.

**Quadro 12: Número de produtores por espécies animais, de 2004 a 2009. Portugal continental.**

Espécie animal	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bovinos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	242	348	366	494	476	390
Suínos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	28	37	45	56	53	29
Caprinos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	43	61	66	75	85	69
Ovinos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	225	286	287	341	338	271
Equídeos	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	30	27	30	72	72	40
Aves	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	35	36	36	33	28	25
Apicultura (nº de colmeias)	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	<i>n.d</i>	10	19	19	40	47	62
<b>Total</b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b><i>n.d</i></b>	<b>446</b>	<b>603</b>	<b>616</b>	<b>786</b>	<b>792</b>	<b>662</b>

Fonte: Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>.

## Quadro 7: Regulamento de Desenvolvimento Rural e sua aplicação em Portugal, período 2000 - 2006.

Fonte: THIRION, Samuel; CAVACO, Cristina (coords.) (2003), *O Desenvolvimento Local em Meio Rural Face ao Desafio da Sustentabilidade*, Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, p. 24.

<div>União Europeia</div> <div>Regulamento (CE) n.º 1257/99, do Conselho, de 17 de Maio</div>	<div>Portugal – Objectivo 1</div> <div>Política agrícola e de desenvolvimento rural nacional</div>	<div>Apoio financeiro</div>
<div>Medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural</div> <div>(a incluir nos programas nacionais dos Estados-membros)</div>	<div>RURIS – Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006</div>	FEDGA - GARANTIA
<div>Medidas de Acompanhamento da PAC</div>		
<div>1. Medidas Agro-Ambientais</div>	<div>Medida 3 – Agro-ambientais</div> <div>Criar incentivos para a introdução de métodos de exploração compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem, dos recursos naturais e da diversidade genética.</div>	
<div>2. Apoio à Florestação das terras</div>	<div>Medida 4 – Florestação de terras agrícolas</div> <div>Criar incentivos para a utilização de terras marginais ou inadequadas, através da arborização com espécies suporte das principais fileiras florestais (recuperação dos solos e luta contra a desertificação física).</div>	
<div>3. Pré-reforma</div>	<div>Medida 1 – Reforma antecipada</div> <div>Melhorar a viabilidade das explorações agrícolas, rejuvenescendo o tecido empresarial agrícola.</div>	
<div>Medidas Estruturais</div>		
<div>4. Ajudas compensatórias a zonas desfavorecidas</div>	<div>Medida 2 – Apoio a zonas desfavorecidas (Indemnizações Compensatórias)</div> <div>Garantir a continuidade da utilização das terras agrícolas, a manutenção de uma comunidade rural viável e a promoção da agricultura sustentável.</div>	
<div>Medidas de Desenvolvimento Rural</div>	<div>AGRO</div> <div>Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural</div>	<div>AGRIS</div> <div>Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais</div> <div>Apoio financeiro</div>

Medidas de adaptação e de desenvolvimento das zonas rurais	Eixo 1- Melhorar a competitividade agro-florestal e a sustentabilidade rural		FEOGA - ORIENTAÇÃO
5. Investimento nas explorações agrícolas	Medida 1 – Modernização, reconversão e diversificação das explorações	Acção 1 – Diversificação da pequena agricultura	
6. Instalação de jovens agricultores			
7. Melhoramento, transformação e comercialização de produtos agrícolas	Medida 2 – Transformação e comercialização dos produtos agrícolas	Acção 2 – Desenvolvimento de produtos de qualidade: - criação e modernização de unidades produtivas; - incentivos a produtos de qualidade.	
8. Comercialização de produtos agrícolas de qualidade			
9. Outras medidas silvícolas: florestação não elegível e de terrenos agrícolas, investimento em produtos silvícolas, associações de agricultores, etc.	Medida 3 – Desenvolvimento sustentável das florestas	Acção 3 – Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas: - instalação de produtores florestais; - apoio à constituição e instalação de serviços florestais; - prevenção de riscos (agentes bióticos e abióticos); - valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público.	
10. Gestão de recursos hidrológicos destinados à agricultura	Medida 4 – Gestão de infra-estruturas hidro-agrícolas	Acção 5 – Gestão de recursos hídricos: - novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais; - reabilitação e modernização de perímetros de rega.	
11. Reconstituição do potencial de produção de zonas destruído por catástrofes naturais e instrumentos de prevenção	Medida 5 – Prevenção e restabelecimento do potencial de produção agrícola		
12. Engenharia financeira	Medida 6 – Engenharia financeira		
	<b>Eixo 2 – Reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas rurais</b>		
13. Formação profissional	Medida 7 – Formação profissional		
14. Diversificação das actividades agrícolas ou próximas da agricultura para alternativas de rendimento	Medida 8 – Desenvolvimento tecnológico e demonstração	Acção 8 – Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	
15. Desenvolvimento e melhoramento de infra-estruturas para o desenvolvimento rural	Medida 9 – Infra-estruturas formativas e tecnológicas		
16. Serviços essenciais de apoio à economia e à população rural	Medida 10 – Serviços agro-rurais especializados	Acção 6 – Caminhos e electrificação agro-rurais	
<b>Outras Medidas</b>			
17. Emparcelamento		Acção 5 – Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento	
18. Melhoramento de terrenos			
19. Serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas		Acção 4 – Serviços à agricultura	
20. Protecção ambiental, gestão do espaço natural e manutenção do bem-estar animal		Acção 7 – Valorização do ambiente e do património rural: - recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural; - conservação do ambiente e dos recursos naturais.	
21. Renovação de aldeias e preservação do património			
22. Incentivo às actividades turísticas e artesanais			

**Quadro I: Objectivos instrumentais para o desenvolvimento da AB em Portugal. PNDAB, 2004-2007.**

<b>Grupo I – Aumento da confiança e da procura dos consumidores portugueses nos produtos biológicos</b>
Divulgar e promover os produtos alimentares produzidos em MPB junto dos consumidores; Garantir o sistema de protecção da designação MPB e aperfeiçoar a fiscalização e a repressão das fraudes; Melhorar os sistemas de controlo e certificação dos produtos da AB; Prevenir a contaminação das culturas obtidas em MPB por outros modos de produção, em especial por OGM.
<b>Grupo II – Revisão do ensino superior e do ensino e formação profissional</b>
Promover a integração da formação em AB nos cursos do ensino superior e do ensino profissional agrícolas; Melhorar a formação de técnicos, agricultores e operadores ligados à produção, transformação e comercialização de produtos em MPB; Garantir uma adequada articulação entre a formação técnica e a formação prática em MPB; Incentivar e garantir a elaboração, publicação e distribuição de documentação técnica especializada.
<b>Grupo III – Promoção da investigação, do desenvolvimento experimental e da demonstração em MPB</b>
Estabelecer áreas prioritárias de investigação, experimentação e demonstração no MPB; Garantir a criação de uma rede de infra-estruturas especializadas em experimentação e demonstração do MPB; Desenvolver e demonstrar técnicas e produtos que solucionem os actuais problemas técnicos com que se defronta o MPB; Incentivar e apoiar a investigação e a experimentação na produção de sementes de variedades tradicionais; Criar um sistema de informação sobre projectos de investigação, experimentação e demonstração em agricultura biológica.
<b>Grupo IV – Aumento da adesão dos agricultores ao MPB</b>
Sensibilizar e orientar os agricultores e técnicos para a produção em MPB; Criar e apoiar estruturas de informação e de apoio e aconselhamento técnico aos agricultores; Promover o MPB como actividade alternativa viável e de qualidade, com especial relevância nas áreas protegidas e zonas vulneráveis; Aumentar a disponibilidade de factores de produção necessários à agricultura biológica facilitando o acesso dos agricultores aos mesmos; Identificar e caracterizar as necessidades do mercado em produtos da agricultura biológica.
<b>Grupo V – Estímulo à transformação de produtos alimentares produzidos em MPB</b>
Estimular o investimento em unidades de transformação e preparação de produtos de agricultura biológica; Incentivar o desenvolvimento de alguns sectores específicos com carências de produção face à procura; Melhorar e consolidar as relações entre os produtores e as unidades de transformação numa óptica de promoção e desenvolvimento da fileira agro-alimentar biológica; Criar e aplicar mecanismos de controlo que permitam garantir a rastreabilidade dos produtos da agricultura biológica desde o produtor até ao consumidor.
<b>Grupo VI – Mobilização dos agentes e criação de um sistema de informação</b>
Adequar a capacidade de resposta do MADRP ao crescimento e à importância do MPB; Associar os operadores e demais agentes à definição e implementação do PNDAB; Recolher, sistematizar e tornar acessível a informação sobre o MPB.
<b>Grupo VII – Aumento sustentado da comercialização de alimentos da agricultura biológica</b>
Adaptar as normas comerciais à realidade da agricultura biológica; Dinamizar a comercialização de produtos biológicos, perspectivando novas formas de distribuição e venda; Alterar o regime fiscal dos produtos obtidos a partir do MPB.
<b>Grupo VIII – Revisão dos apoios financeiros na área da agricultura biológica</b>
Incentivar e apoiar a adesão dos agricultores ao MPB, particularmente no que se refere às culturas com elevado interesse comercial e às áreas protegidas e zonas vulneráveis; Encorajar a exclusividade da prática da agricultura biológica nas explorações agrícolas e a comercialização dos produtos obtidos em MPB como biológicos; Considerar um maior afastamento do nível das ajudas no modo de produção mais exigente (MPB); Estimular a obtenção de produtos finais certificados em MPB; Fomentar o desenvolvimento da oferta de produtos da AB em função da procura, tendo em consideração as carências observadas relativamente a produtos horto-frutícolas, a produtos animais, azeite e arroz.

Fonte: MADRP (2004), *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica*, Lisboa, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

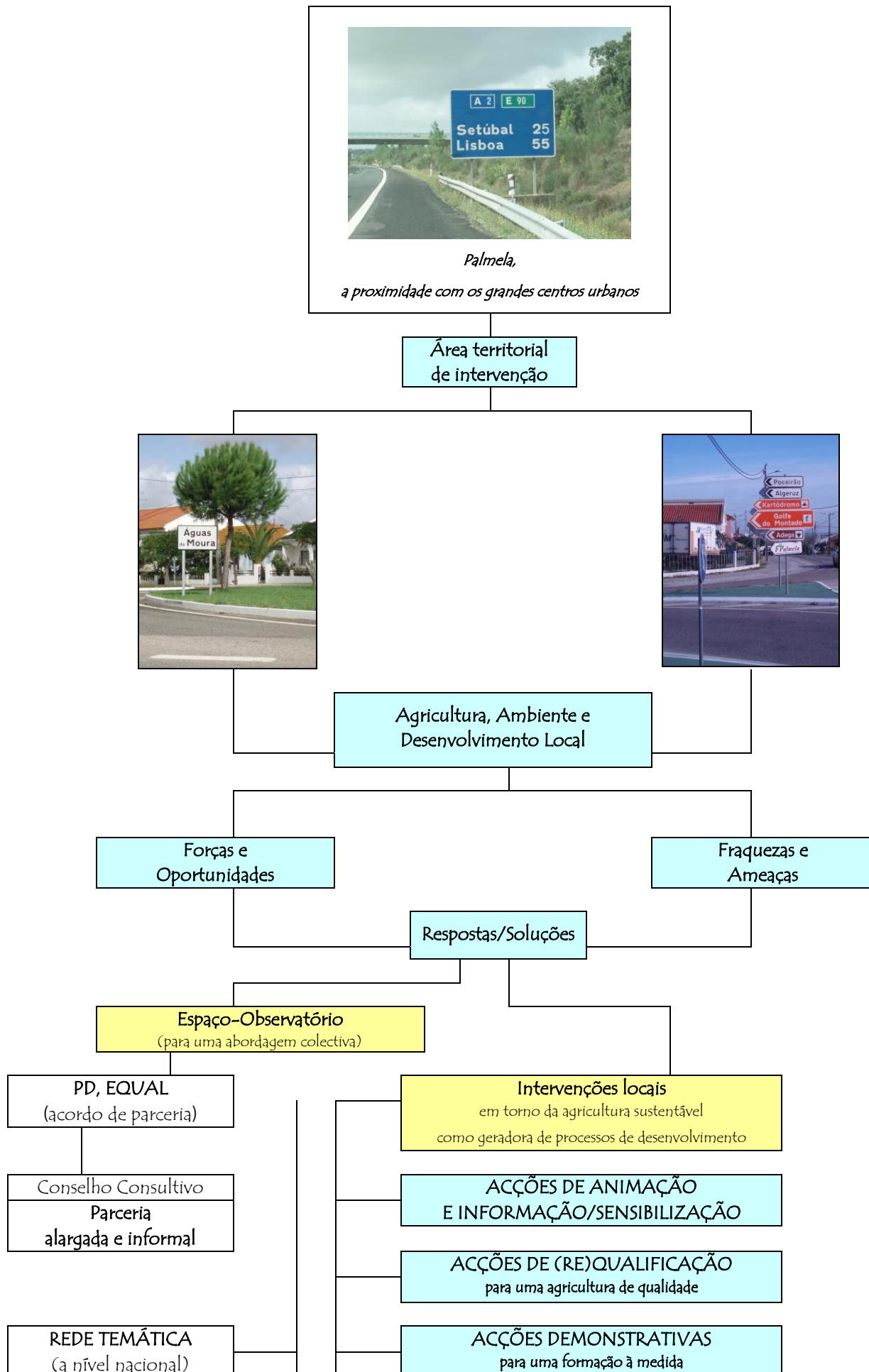
**Quadro 6: Indicadores de execução do I Programa agro-ambiental para Portugal continental, 1996.**

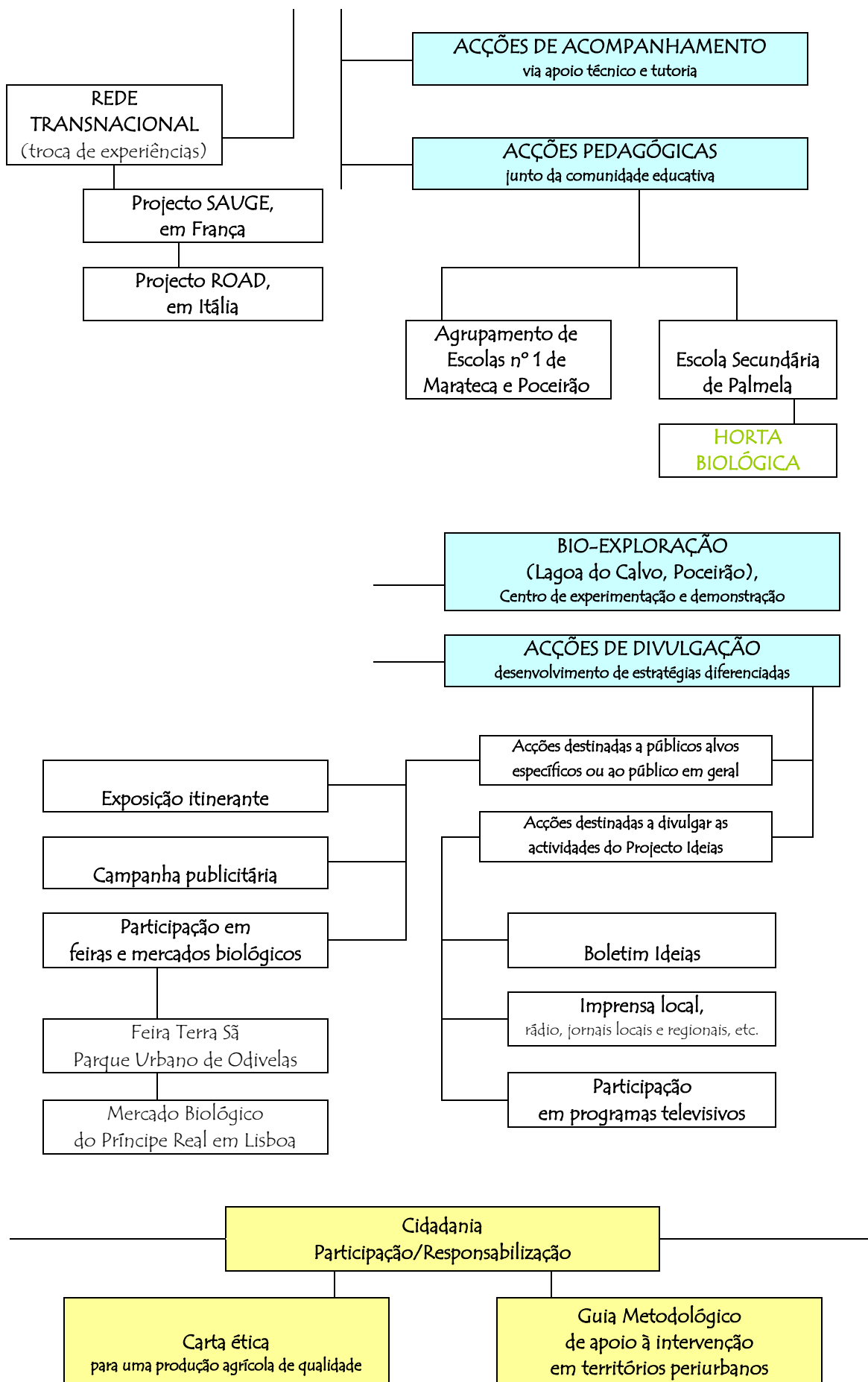
Grupos de Medidas Agro-Ambientais	Contratos		Áreas	
	N.º	%	Hectares	%
<b>Grupo I – Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura</b>	<b>1 640</b>	<b>1,33</b>	<b>19 919</b>	<b>3,89</b>
Luta química aconselhada	503	0,41	3 810	0,74
Protecção integrada	927	0,75	7 236	1,41
Produção integrada	20	0,02	228	0,04
Agricultura Biológica	190	0,15	8 645	1,69
<b>Grupo II – Extensificação e/ou manutenção de sistemas agrícolas tradicionais</b>	<b>104 030</b>	<b>84,25</b>	<b>439 051</b>	<b>85,71</b>
Sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro	32 629	26,42	109 456	21,37
Sistemas cerealíferos de sequeiro	5 926	4,80	28 441	5,55
Lameiros	6 469	5,24	23 940	4,67
Sistemas forrageiros extensivos	7 844	6,35	105 461	20,59
Olival tradicional	23 146	18,74	71 884	14,03
Figueiral de Torres Novas	212	0,17	461	0,09
Vinha em Socalcos na Região Demarcada do Douro	4 454	3,61	8 824	1,72
Fruteiras de variedade regional	2 236	1,81	3 355	0,65
Pomares tradicionais de sequeiro do Algarve	3 425	2,77	12 814	2,50
Amendoais tradicionais de sequeiro	4 570	3,70	12 811	2,50
Montado de azinho	1 102	0,89	61 604	12,03
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	12 017	9,73		0,00
<b>Grupo III – Manutenção dos recursos naturais da paisagem rural</b>	<b>17 810</b>	<b>14,42</b>	<b>5 3271</b>	<b>10,40</b>
Manutenção de superfícies florestais abandonadas ou complementares das explorações agrícolas	17 013	13,78	50 518	9,86
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones	345	0,28	1 541	0,30
Manutenção das terras agrícolas no interior de manchas florestais	452	0,37	1 212	0,24
<b>Total</b>	<b>123 480</b>	<b>100,0</b>	<b>512 241</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MADRP (1997), *Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico do Programa de Aplicação a Portugal Continental 1994-1996*.

Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural.

Figura 20: A arquitectura do Projecto IDEIAS.





Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Parceria de Desenvolvimento EQUAL do Projecto IDEIAS.





*Fotografia 3:*

*Junta de Freguesia de Marateca, 2008. Lugar de Águas de Moura.*



*Fotografia 4:*

*Junta de Freguesia de Poceirão, 2008. Lugar de Poceirão.*



*Fotografia 5:*

*Zona da Reserva Natural do Estuário do Sado  
conhecida como Ribeira de Sachola, onde é possível observar diversas espécies de  
aves, como os flamingos.*



*Fotografia 6:*

*Montado, um terreno em que crescem sobreiros ou azinheiras e em que se pode  
pastar o gado. Lugar de Cajados, freguesia de Marateca.*



*Fotografias 7 e 8:*

*Pastor do montado, o homem que se ocupa em guardar o gado nos campos. De cajado na mão, tem a seu cargo grandes rebanhos de gado ovino.*



*Fotografia 9:*

*Vivenda com adega familiar onde se guarda o vinho envasilhado para a venda.  
Lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão.*



*Fotografia 10:*

*O que é bom recomenda-se! Lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão.*



Fotografia 11: Como diz o provérbio: “O bom vinho por si fala”.

*Adega Cooperativa de Palmela. Palmela Gare, que “é responsável pelo engarrafamento de 5 milhões de litros de vinho, está bem implantada no mercado interno e escoa parte significativa da sua produção para os mercados de exportação”.*

(Fonte: [http://www.azetiao.net/vinhos/rota\\_dos\\_vinhos/aderentes.html](http://www.azetiao.net/vinhos/rota_dos_vinhos/aderentes.html))



Fotografia 12:

*Tudo vinho de Palmela, num hipermercado Continente, em Lisboa (Colombo).*





*Fotografias 13 e 14:*

*Horta familiar da Sr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Fonseca, 69 anos de idade. Horticultora, Lugar de Forninho, freguesia de Poceirão.*



*Fotografias 15 e 16:*

*Um plantio de batatas do Sr. Carlos Alberto Paulino, 57 anos de idade. Produtor agrícola, Lugar de Lagoa do Calvo, freguesia de Poceirão.*



*Fotografias 17 e 18:*

*Um sistema de pecuária sem terra, onde os animais estão presos ... e não existe produção forrageira na exploração. Lugar de Lagameças, freguesia de Poceirão.*





*Fotografia 1: No final de uma reunião de parceria alargada,  
porque o desenvolvimento local deve ser implementado de maneira participativa com diferentes actores.*



*Fotografia 2: Num encontro da Rede Transnacional, entre técnicos, agricultores e agentes educativos. Centro Cultural de Poceirão, Poceirão.*



**Quadro 44: Projectos da Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal (acções 2 e 3).**

Prioridade 1 ("empregabilidade"), medida 1.1 ("facilitar o acesso e o regresso ao mercado de trabalho"), área de intervenção 1.1.1 ("percursos integrados de orientação-formação-inserção") e caderno de encargos 3 ("marketing profissional")

Nº do Projecto (acção 2)	Designação do projecto	Entidade interlocutora	Âmbito territorial
2001/EQUAL/A2/EM/011	Opçãoval.pt. Orientação, promoção e valorização profissional	ANE, Associação Nacional das Empresárias (Porto)	Norte
2001/EQUAL/A2/EM/077	Lima Agro-Rural para o século XXI	APACRA, Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Galega/Minhota (Ponte de Lima)	Norte
2001/EQUAL/A2/EM/020	Istmo. A fileira das pescas como espaço de novas oportunidades	CERCI-Peniche, Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL (Peniche)	Lisboa e Vale do Tejo
2001/EQUAL/A2/EM/212	Get@Good.Job	ISQ, Instituto de Soldadura e Qualidade (Oeiras)	Lisboa e Vale do Tejo
2004/EQUAL/A2/EM/046	Ideias, Intervenção, desenvolvimento, emprego, inserção, actividades sustentáveis	INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL (Palmela)	Lisboa e Vale do Tejo
2001/EQUAL/A2/EM/037	Nova agricultura. Novas oportunidades	ADTR, Associação de Desenvolvimento das Terras do Regadio (Ferreira do Alentejo)	Alentejo
2001/EQUAL/A2/EM/129	Artesanato XXI	MONTE, Associação de Desenvolvimento Rural para o Alentejo Central (Arraiolos)	Alentejo
2004/EQUAL/A2/EM/010	Barrancos activo	Município de Barrancos (Barrancos)	Alentejo
2004/EQUAL/A2/EM/048	Trilhos profissionais	TRILHO, Associação para o Desenvolvimento Rural (Évora)	Alentejo
2004/EQUAL/A2/EM/051	Nova agricultura. Novo desenvolvimento rural	MONTE, Associação de Desenvolvimento Rural para o Alentejo Central (Arraiolos)	Alentejo

Nº do Projecto, (acção 3)	Designação do projecto	Entidade interlocutora	Âmbito territorial
2001/EQUAL/A3/EM/037	Nova agricultura. Novas oportunidades	ADTR, Associação de Desenvolvimento das Terras do Regadio	Regional (Alentejo)
2001/EQUAL/A3/EM/077	Lima Agro-Rural para o século XXI	IDARN, Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte	Multi-regional
2004/EQUAL/A3/EM/046	Ideias, Intervenção, desenvolvimento, emprego, inserção, actividades sustentáveis	INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL	Multi-regional

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDefaultEQUAL.asp>).

**Quadro 45: Nº de projectos EQUAL registados no caderno de encargos 3 e tipo de forma jurídica das respectivas entidades interlocutoras e outros parceiros.**

Âmbito Territorial	Nº de projectos		Forma jurídica da entidade interlocutora e outros parceiros					
			Entidade privada sem fins lucrativos		Pessoa colectiva de direito público		Outras formas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Região Norte	2	20,00	5	6,85	6	8,22	3	4,10
Região Lisboa e Vale do Tejo	3	30,00	11	15,07	6	8,22	2	2,74
Região Alentejo	5	50,00	18	24,66	14	19,18	8	10,96
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00</b>	<b>34</b>	<b>46,58</b>	<b>26</b>	<b>35,62</b>	<b>13</b>	<b>17,80</b>

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDefaultEQUAL.asp>).



**Quadro 47: Projectos da IC EQUAL em Portugal ligados ao tema da agricultura em âmbito rural e periurbano.**

<b>Projecto: "Nova agricultura. Novas oportunidades"</b>		<b>Estado do projecto: Projecto encerrado em 30/04/2007</b>
<b>Outros parceiros</b>	<b>Forma jurídica</b>	<b>Calendário de Implementação</b>
1. Município de Ferreira do Alentejo 2. ANIMAR, Entidade Portuguesa para o Desenvolvimento Local 3. ADRAL, Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo 4. Escola Superior Agrária de Beja 5. Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio 6. Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa 7. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário José Gomes Ferreira 8. Instituto de Emprego e Formação Profissional de Beja 9. Gota-a-gota, Projectos e instalação de sistemas de rega, Lda. 10. SUNFRUIT, Sociedade de produção frutícola, Lda. 11. Tetrafolium, Engenharia e Qualificação Agrícola, Lda. 12. COTFLAX, Actividades Agro-industriais, S.A.	Pessoa colectiva de direito público Entidade privada sem fins lucrativos Entidade privada sem fins lucrativos Pessoa colectiva de direito público Entidade privada sem fins lucrativos Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Outra forma jurídica Outra forma jurídica Outra forma jurídica Outra forma jurídica	<b>Ação 1:</b> 31-12-2001 a 14-05-2002  <b>Ação 2:</b> 16-09-2002 a 16-12-2004  <b>Ação 3:</b> 15-06-2005 a 30-04-2007

<b>Âmbito Territorial (Acção 3)</b>		<b>Produto a disseminar (acção 3)</b>
<b>Região</b>	<b>Distrito</b>	
Alentejo	Beja	<b>Guia para o Empowerment em Meio Rural</b>  Mini-projectos na Escola Comunidade de prática entre técnicos do desenvolvimento local/rural Fórum permanente de Emprego e Formação Profissional  <b>Package "Empreendedorismo em Meio Rural"</b>  Educação para o empreendedorismo Empreendedorismo e criação de empresas Criação de um clube business Road-book para o Turismo sustentável

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDefaultEQUAL.asp>).

<b>Projecto:</b> "Lima agro-rural para o século XXI"	<b>Estado do projecto:</b> Projecto encerrado em 28/02/2007
--	---

Outros parceiros	Forma jurídica	Calendário de Implementação
1. ADRIL, Entidade de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima 2. Direcção-Geral de Agricultura de Entre Douro e Minho 3. Minha Terra, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local 4. Município de Ponte de Lima 5. Escola Superior Agrária de Ponte de Lima 6. Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima 7. LACTOLETHES, Queijeira Artesanal de Ponte de Lima	Entidade privada sem fins lucrativos Pessoa colectiva de direito público Entidade privada sem fins lucrativos Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Outra forma jurídica	<b>Acção 1:</b> 28-11-2001 a 15-05-2002  <b>Acção 2:</b> 01-09-2002 a 31-12-2004  <b>Acção 3:</b> 01-03-2006 a 28-02-2007

Âmbito Territorial (Acção 3)		Produto a disseminar (acção 3)
Região	Distrito	
Multi-regional:	Aveiro Beja Braga Castelo Branco Évora Faro Guarda Ilha de São Jorge Ilha de São Miguel Ilha do Pico Ilha Terceira Portalegre Setúbal Viana do Castelo Vila Real Viseu	<b>Package "Frango na MPB"</b>  Caderneta de criação para o sector avícola Guia do produtor de frangos biológicos  <b>Package "Empowerment e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Rural"</b>  Narrativa da constituição da Cooperativa Biológica de Aves do Lima Narrativa da constituição da empresa Teares do Lima  <b>Manual de apoio técnico à formação na área do desenvolvimento rural</b>

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/cqDefaultEQUAL.asp>).

<b>Projecto:</b> "Nova agricultura. Novo desenvolvimento rural"		<b>Estado do projecto:</b> Projecto encerrado em 31/08/2007	
<b>Outros parceiros</b>		<b>Forma jurídica</b>	<b>Calendário de Implementação</b>
1. Universidade de Évora 2. Entidade de Agricultores do Distrito de Évora 3. ALIENDE, Entidade para o Desenvolvimento Local 4. Recicloteca, Consumíveis de Informática Unipessoal, Lda.		Pessoa colectiva de direito público Entidade privada sem fins lucrativos Entidade privada sem fins lucrativos Outra forma jurídica	<b>Acção 1:</b> 27-09-2004 a 31-03-2005  <b>Acção 2:</b> 01-04-2005 a 31-08-2007
<b>Âmbito Territorial (Acção 3)</b>		<b>Produto a disseminar (acção 3)</b>	
<b>Região</b>	<b>Distrito</b>		
X	X	<b>A PD EQUAL não procedeu à candidatura para a acção de divulgação e disseminação dos resultados.</b>	

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDefaultEQUAL.asp>).

<b>Projecto:</b> "Ideias, Intervenção, desenvolvimento, emprego, inserção e actividades sustentáveis		<b>Estado do projecto:</b> Pedido de saldo final em 31/12/2008	
<b>Outros parceiros</b>		<b>Forma jurídica</b>	<b>Calendário de Implementação</b>
1. Município da Moita 2. Município de Palmela 3. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica 4. AGROBIO, Entidade Portuguesa de Agricultura Biológica 5. ADREPES, Entidade para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal 6. FAGRORURAL, Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas 7. Entidade Nacional de Oficinas de Projecto, Desenvolvimento e Educação		Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Pessoa colectiva de direito público Entidade privada sem fins lucrativos Entidade privada sem fins lucrativos Entidade privada sem fins lucrativos Entidade privada sem fins lucrativos	<b>Acção 1:</b> 27-09-2004 a 28-02-2005  <b>Acção 2:</b> 16-06-2005 a 14-11-2007  <b>Acção 3:</b> 02-01-2008 a 31-12-2008
<b>Âmbito Territorial (Acção 3)</b>		<b>Produto a disseminar (acção 3)</b>	
<b>Região</b>	<b>Distrito</b>		
Multi-regional	Aveiro Faro Lisboa Porto Setúbal Vila Real	<b>Guia Metodológico de Apoio à Intervenção em Territórios Periurbanos</b>  Campanha publicitária de marketing Carta ética para uma produção agrícola de qualidade	

Fonte: Directório de Projectos EQUAL (<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDefaultEQUAL.asp>).



**Quadro 48: Identificação das entidades parceiras da PD EQUAL do Projecto IDEIAS.**

Nº	Designação da entidade parceira	Nome da pessoa e cargo que exerce na entidade	Parceiro fundador
1.	Entidade Interlocutora, INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL.	Dr.ª Cristina Cavaco, Presidente (em 2005-2006) Dr.ª Rosa Sampaio, Presidente (em 2006-2007)	Sim
2.	Entidade Parceira, IDRHa, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	Dr.ª Maria do Rosário Serafim, Coordenadora responsável Coordenadora da Rede Portuguesa LEADER+	Sim
3.	Entidade Parceira, AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	Dr.ª Alexandra Costa, Departamento de Formação Profissional Eng.º Agrónomo Jorge Ferreira, Departamento de Formação Profissional	Sim
4.	Entidade Parceira, Município de Palmela, Câmara Municipal de Palmela	Dr. António Pombinho, Gabinete da Presidência	Sim
5.	Entidade com Protocolo de Colaboração, e-GEO, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	Dr.ª Ana Maria Firmino, Coordenadora responsável Investigadora do e-Geo, Departamento de Geografia e Planeamento Regional	Não
6.	Entidade com Acordo de Parceria Transnacional, Projecto Sauge (França), Projecto "Solidarités, Agriculture – Urbanité pour des Gains Economiques", Rede Rurban	Cécile Piganiol, Coordenadora responsável Communauté d'Agglomération du Grand Besançon, Besançon	Não
7.	Entidade com Acordo de Parceria Transnacional, Projecto Road (Itália), Projecto "Rete dell' Ospitalità e dell' Accoglieze Diffusa", Rede Rurban	Andrea Tavazza, Coordenadora responsável Consorzio Innopolis, Roma	Não

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), "Entidades parceiras", in *Pedido* de financiamento *registado* (texto policopiado).

INDE	<p>Organização sem fins lucrativos,</p> <p>que tem como objectivo intervir junto das pessoas, comunidades, associações e instituições, públicas ou privadas, para a erradicação da pobreza, da exclusão social, da injustiça, pela garantia de direitos fundamentais, à democracia, à educação, ao trabalho, à cultura, à influência nas transformações sociais, bem com da participação nas diferentes esferas de actividade e no exercício da cidadania activa. Das diversas intervenções que tem vindo a desenvolver no quadro do desenvolvimento rural, destaca-se a implementação da Célula de Animação Nacional na Rede Portuguesa LEADER II e a responsabilidade de publicação do “Pessoas e Lugares”, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, em contrato directo com o IDRHa. A INDE é proprietária do terreno sito na Lagoa do Calvo, Poceirão, onde se instituiu a Bio-Exploração, um centro de experimentação e demonstração.</p>
------	--

IDRHa	<p>Organismo do Estado (administração central)</p> <p>que foi criado a 8 de Novembro de 2002, em resultado da fusão da Direcção-geral de Desenvolvimento Rural e do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente. É a autoridade responsável pela gestão do Programa LEADER+ em Portugal, competindo-lhe promover a diversificação de actividades em meio rural, bem como a divulgação produtos de qualidade (com a identificação e protecção de produtos tradicionais, os incentivos e apoios à agricultura biológica, produção e protecção integrada de culturas).</p>
AGROBIO	<p>Entidade de direito privado sem fins lucrativos,</p> <p>com cerca de 3.600 associados (agricultores, técnicos, empresas do sector, consumidores). É membro da <i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i> e, em 1991, fundou a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (organização ambientalista com maior representatividade no nosso país, integrando mais de uma centena de associações e organizações não governamentais de ambiente, de âmbito nacional, regional e local).</p> <p>Tem como objectivos promover e divulgar a agricultura biológica através de diversas actividades, tais como, a formação profissional em agricultura biológica para técnicos e agricultores; o apoio técnico aos agricultores, a participação em projectos de investigação/experimentação/demonstração; a realização anual da Feira de Agricultura Biológica, Ambiente e Qualidade de Vida – Terra Sã, em Lisboa e Porto; e a publicação dos Boletins informativos “A Joaninha” e “InfoBio”.</p>
Município de Palmela	<p>Entidade pública (autarquia local),</p> <p>que tem como missão dar resposta às atribuições e competências que lhe estão legalmente cometidas, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. De acordo com o seu artigo 64.º, ponto 4, alínea f) compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, “<i>deliberar sobre a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa</i>”. <b>Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (revista pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).</b></p>

**Quadro 49: Identificação das actividades a desenvolver por cada uma das entidades parceiras do Projecto IDEIAS.**

Nº	Identificação da actividade	Parceiros directamente envolvidos na execução da actividade
1.	Gestão do Projecto	INDE
2.	Auto-avaliação	INDE, IDRHa, Município de Palmela e AGROBIO
3.	Balanço de Competências (individuais e colectivas)	INDE, IDRHa, Município de Palmela e AGROBIO
4.	Espaço-Observatório	INDE, IDRHa, Município de Palmela e AGROBIO
5.	Intervenções locais em torno da agricultura (sustentável) enquanto geradora de processos de desenvolvimento local	
	• Acções de animação e informação/sensibilização	INDE, IDRHa, Município de Palmela e AGROBIO
	• Acções de (re)qualificação	INDE, IDRHa e AGROBIO
	• Acções demonstrativas para uma formação à medida	INDE, IDRHa e AGROBIO
	• Acções de acompanhamento, via apoio técnico e sistema de mediação em tutoria	INDE, IDRHa e AGROBIO
	• Acções pedagógicas junto da comunidade escolar	INDE, IDRHa e AGROBIO
	• Bio-Exploração, actividades de experimentação e demonstração	INDE e AGROBIO
	• Acções de divulgação	INDE, IDRHa, Município de Palmela e AGROBIO

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), "O Projecto e a Parceria de Desenvolvimento", in *Pedido* de financiamento *registado* (texto policopiado).

**Quadro 50: Principais contributos para o Projecto IDEIAS e para a Parceria de Desenvolvimento.**

Nº	Designação da entidade parceira	Identificação dos três principais contributos
1.	Entidade Interlocutora, INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL.	<p>Configurar a possibilidade de experimentar no território de intervenção um modelo de desenvolvimento territorial, onde se cruzam inclusão social, formação e emprego na agricultura, educação ambiental, participação e responsabilidade individual e social;</p> <p>Combater no terreno as discriminações e desigualdades no acesso e no mercado de trabalho, incentivando ao diálogo institucional/civil, à criação e animação de redes, à difusão de métodos de desenvolvimento local e à concepção e disseminação de material informativo/pedagógico;</p> <p>Testar novas formas de participação e de responsabilidade dos actores locais no traçar do seu futuro e da sustentabilidade dos territórios periurbanos.</p>
2.	Entidade Parceira, IDRH, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	<p>Mobilizar um conjunto de técnicos com diferentes competências nos vários domínios de intervenção do Projecto;</p> <p>Permitir a articulação entre diferentes programas comunitários, através da experimentação de novas formas de intervir e tendo em vista não a simples aplicação de medidas políticas agrícolas;</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas de reforço das competências dos actores locais, promovendo a reflexão colectiva sobre o desenvolvimento dos territórios periurbanos e a abertura ao diálogo civil sobre o papel das actividades sustentáveis no sector agrícola.</p>
3.	Entidade Parceira, AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	<p>Mobilizar produtores biológicos da associação para algumas acções de animação e informação/sensibilização nos domínios das práticas agrícolas sustentáveis, da protecção do ambiente e da segurança alimentar, assim como técnicos para as acções de acompanhamento, via apoio técnico aos agricultores locais e sistema de mediação em tutoria;</p> <p>Formar os agricultores/beneficiários do Projecto Ideias na área da Agricultura Biológica;</p> <p>Testar instrumentos de mobilização/proximidades entre produtores rurais e consumidores urbanos,, numa lógica de contratualização/responsabilidade social;</p>
4.	Entidade Parceira, Município de Palmela, Câmara Municipal de Palmela	<p>Apoiar, pelos meios mais adequados, as actividades levadas a cabo em torno da agricultura sustentável e de promoção e divulgação do Projecto Ideias no território municipal, participando nos diferentes eventos programados para o efeito;</p> <p>Articular outras intervenções/projectos territoriais a decorrer no terreno com a intervenção do Ideias;</p> <p>Ajudar a traçar propostas de acções no âmbito consultivo, participando nas reuniões da PD e emitindo pareceres sobre as actividades a desenvolver, uma vez que detém um conhecimento aprofundado do território e dos seus actores e um vasto trabalho no âmbito do planeamento e desenvolvimento do território municipal.</p>

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), "Acordo de Parceria", in *Pedido de financiamento registado* (texto policopiado).

**Quadro 51: Orçamento da PD EQUAL do Projecto IDEIAS por ano e despesas elegíveis para a Acção ou Fase 2.**

Nº	Designação da entidade parceira	Orçamento (euros) por ano para a acção 2			
		2005	2006	2007	Total
1.	Entidade Interlocutora, INDE, Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, CRL	71.080,24	138.242,30	76.518,08	285.840,62
2.	Entidade Parceira, IDRHa, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	9.566,18	15.506,08	7.190,22	51.330,14
3.	Entidade Parceira, AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	11.019,07	16.014,18	5.289,43	32.322,68
4.	Entidade Parceira, Município de Palmela, Câmara Municipal de Palmela	13.530,88	22.302,71	15.496,55	32.262,48

Nota: Acresce a este orçamento global os custos com a contratação de serviços especializados, designadamente do Centro de Investigação e-Geo no âmbito de um protocolo de colaboração celebrado entre a FCSH/UNL e a entidade parceira IDRHa; e do Instituto Superior de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE) pela concepção e desenvolvimento das campanhas de publicidade, bem como o trabalho desenvolvido em torno da concepção e gestão de um site web no quadro da parceria transnacional (“*Rede Rurban – Réseau, territoires, innovation et emploi?*”) disponível em <http://www.rurban.eu>.

INDE — Despesas elegíveis		Orçamento (euros) para a acção 2			
		2005	2006	2007	Total
1.	Encargos com formandos e equiparados	5.177,40	865,80	0,00	6.043,20
2.	Encargos com os formadores e equiparados	1.166,00	1.617,00	0,00	2.783,00
3.	Encargos com pessoal não docente	30.393,16	99.379,62	50.601,88	180.374,66
4.	Encargos com preparação, desenvolvimento e acompanhamento	15.995,00	21.850,00	15.940,00	53.785,00
5.	Rendas, alugueres, amortizações e aquisições	18.348,68	14.529,88	9.976,20	42.854,76
6.	Despesas de avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.	Aquisição de formação no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
8.	Formação de iniciativa individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		71.080,24	138.242,30	76.518,08	285.840,62

IDRHa — Despesas elegíveis		Orçamento (euros) para a acção 2			
		2005	2006	2007	Total
1.	Encargos com formandos e equiparados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	Encargos com os formadores e equiparados	0,00	0,00	0,00	0,00
3.	Encargos com pessoal não docente	9.566,18	15.506,08	7.190,22	32.262,48
4.	Encargos com preparação, desenvolvimento e acompanhamento	0,00	0,00	0,00	0,00
5.	Rendas, alugueres, amortizações e aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
6.	Despesas de avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.	Aquisição de formação no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
8.	Formação de iniciativa individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		9.566,18	15.506,08	7.190,22	32.262,48

AGROBIO — Despesas elegíveis		Orçamento (euros) para a acção 2			
		2005	2006	2007	Total
1.	Encargos com formandos e equiparados	300,00	300,00	0,00	600,00
2.	Encargos com os formadores e equiparados	3.604,00	4.770,00	0,00	8.374,00
3.	Encargos com pessoal não docente	6.905,07	10.944,18	5.289,43	23.138,68
4.	Encargos com preparação, desenvolvimento e acompanhamento	210,00	0,00	0,00	210,00
5.	Rendas, alugueres, amortizações e aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
6.	Despesas de avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.	Aquisição de formação no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
8.	Formação de iniciativa individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		11.019,07	16.014,18	5.289,00	32.322,68

Município de Palmela — Despesas elegíveis		Orçamento (euros) para a acção 2			
		2005	2006	2007	Total
1.	Encargos com formandos e equiparados	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	Encargos com os formadores e equiparados	0,00	0,00	0,00	0,00
3.	Encargos com pessoal não docente	13.530,88	22.302,71	15.496,55	51.330,14
4.	Encargos com preparação, desenvolvimento e acompanhamento	0,00	0,00	0,00	0,00
5.	Rendas, alugueres, amortizações e aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
6.	Despesas de avaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
7.	Aquisição de formação no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
8.	Formação de iniciativa individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		13.530,88	22.302,71	15.496,55	51.330,14

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), “Orçamento Acção 2”, in *Pedido* de financiamento *registado* (texto policopiado).

**Quadro 52: Calendarização de actividades e tarefas a realizar na acção ou fase 2 (de aplicação/execução) do Projecto IDEIAS.**

Descrição das actividades e tarefas a realizar		Ano de 2005							Ano de 2006											Ano de 2007											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
1.	Gestão do Projecto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.	Auto-avaliação						X						X						X						X						X
3.	Balanco de Competências (individuais e colectivas)		X							X							X								X	X					
4.	Espaço-Observatório	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5.	Acções de animação e informação/sensibilização		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6.	Acções de (re)qualificação								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
7.	Acções demonstrativas para uma formação à medida				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8.	Acções de acompanhamento, via apoio técnico e sistema de mediação em tutoria													X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
9.	Acções pedagógicas junto da comunidade escolar				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
10.	Bio-Exploração, actividades de experimentação e demonstração							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
11.	Acções de divulqação																														

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), "Cronograma de actividades", in *Pedido de financiamento registado* (texto policopiado).

**Mês de início: Junho de 2005**



**Quadro 53: Número total de destinatários/beneficiários (pessoas, órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento).**

Órgãos de poder local e outros agentes do desenvolvimento	Masculino	Feminino	Total
Gestor de projectos de desenvolvimento territorial	2	2	4
Formador (animador, docente, tutor, coordenador, etc.)	7	4	11
Técnico de informação e orientação profissional	0	2	2
Técnico de emprego (promotor de emprego, técnico de (re)inserção)	0	1	1
Outros profissionais de apoio ao processo de formação-(re)inserção (psicólogo, técnico de acção social, etc.)	1	1	2
Agentes de desenvolvimento local	0	4	4
Técnico administrativo-financeiro	0	2	2
Órgãos de poder local	2	1	3
Organizações representantes de grupos profissionais	0	2	2
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>31</b>

Pessoas	Masculino	Feminino	Total
Empregadas	67	58	125
Desempregadas	6	6	12
Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido	40	40	80
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>104</b>	<b>217</b>
Migrantes	2	2	4
Requerentes de asilo	0	0	0
Todos os outros não migrantes e não requerentes de asilo	111	102	213
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>104</b>	<b>217</b>
Pessoas com deficiência física	0	0	0
Pessoas com deficiência mental	0	0	0
Pessoas com doença mental	0	0	0
Todos os outros (que não sofrem de qualquer deficiência ou doença mental)	113	104	217
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>104</b>	<b>217</b>
Ex-toxicodependentes	0	0	0
Sem abrigo	0	0	0
Ex-reclusos	0	0	0
Outras pessoas sujeitas a discriminação	0	0	0
Todos os outros destinatários	113	104	217
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>104</b>	<b>217</b>

**Fonte:** Iniciativa Comunitária EQUAL (2005), "Identificação do Projecto", in *Pedido de financiamento registado* (texto policopiado).



*Fotografias 24 e 25: Portão de entrada da Horta Biológica, Escola Secundária de Palmela.*



*Fotografias 26, 27, 28 e 29: Criação e manutenção de uma horta biológica na Escola Secundária de Palmela.  
Sessão em sala de aula, sobre as principais vantagens de uma horta biológica.*



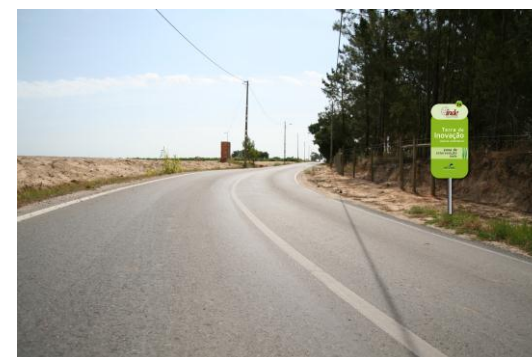
*Fotografias 30, 31 e 32: Criação e manutenção de uma horta biológica na Escola Secundária de Palmela.*

*Actividades de campo.*



*Fotografias 33, 34, 35 e 36: Criação e manutenção de uma horta biológica na Escola Secundária de Palmela.  
Realizando algumas das tarefas práticas na horta ...*





*Fotografias 41, 42, 43 e 44: Decoração do “contentor” (escritório) na Bio-Exploração e identificação do Projecto IDELAS com sinalética.*

## Mãos à Terra

Opta por uma profissão com futuro ligada à agricultura



A INDE e o projecto Ideias, dão-te a solução









## Terra de Inovação

culturas sustentáveis

apoio ao desenvolvimento de actividades ligadas à terra

Península de Setúbal

www.inde.pt

808 567 567









## Mãos à Terra

Opta por uma profissão com futuro ligada à agricultura










A INDE e o projecto Ideias, dão-te a solução







### Inde e o projecto IDEIAS

O projecto "IDEIAS (Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção, Actividades Sustentáveis) é uma intervenção que tem como base a actividade agrícola e está direccionada para os agricultores tradicionais, os jovens que desejam intalar-se, a comunidade educativa e restantes actores de um território onde a agricultura sempre teve grande peso.

Neste sentido, o projecto IDEIAS pretende promover a qualidade, nomeadamente partindo das bases da agricultura biológica, viável para produtores e simultaneamente protectora do ambiente.

O projecto "IDEIAS" pretende desenhar metodologias e instrumentos capazes de contribuir para melhorar a imagem tradicional da agricultura procurando demonstrar uma imagem positiva, dinâmica e inovadora deste sector, criando assim novas oportunidades de emprego no sector agrícola e rural.









808 567 567

www.inde.pt







## Terra de Inovação

culturas sustentáveis

Península de Setúbal

## Mãos à Terra

Opta por uma profissão com futuro ligada à agricultura



A INDE e o projecto Ideias, dão-te a solução













Figura 33: Cartaz publicitário, poster, folheto e outdoors. Campanhas publicitárias para a promoção da agricultura local.

**Figura 22: Cartaz publicitário do Curso de base em Agricultura Biológica**

**Figura 23: Cartaz publicitário do Curso de Bio-Horta.**



**Figura 24: Cartazes publicitários dos Cursos de Horticultura e Fruticultura Biológica**

**Figura 25: Cartaz publicitário do Curso de Viticultura Biológica.**

**Figura 26: Cartaz publicitário do Curso de Formação  
em Desenvolvimento Local.**

